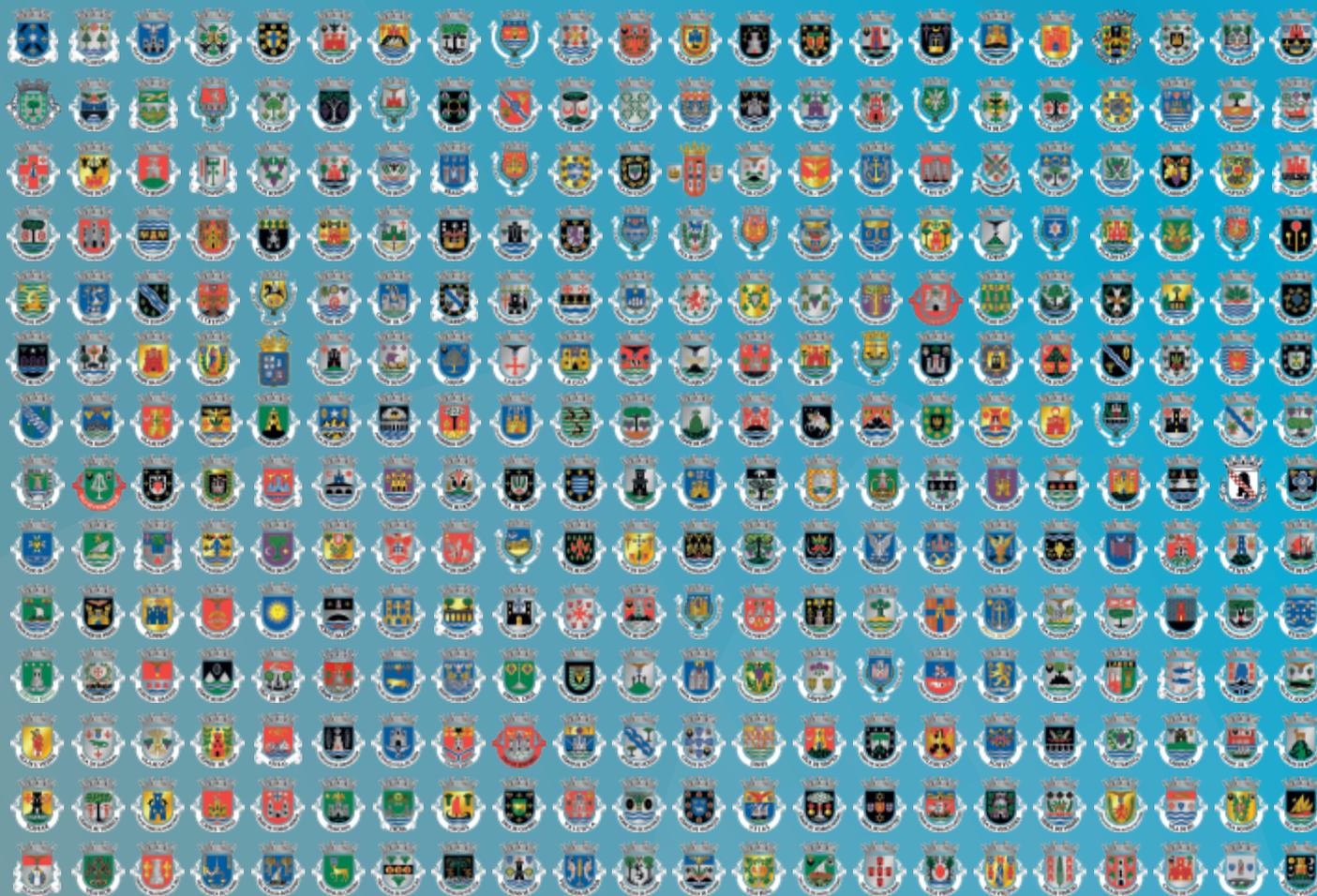


# ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2020



## Ficha Técnica

### **Título**

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020

### **Autores**

Maria José da Silva Fernandes

Pedro Jorge Sobral Camões

Susana Jorge

### **Colaboradores**

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

### **Edição**

Ordem dos Contabilistas Certificados, dezembro 2021

### **Capa e paginação**

DCI, Ordem dos Contabilistas Certificados

ISBN: 978-989-53217-2-8

Depósito Legal:

## Índice de abreviaturas

ATU - Apoio Transitório de Urgência	PAM - Programa de Ajustamento Municipal
CCF - Conselho de Coordenação Financeira	PIB - Produto Interno Bruto
CRP - Constituição da República Portuguesa	PMP - Prazo Médio de Pagamentos
DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais	POC - Plano Oficial de Contabilidade
Dim - Dimensão	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization	PPTH - Programa Pagar a Tempo e Horas
EEL - Entidades Empresariais Locais	PREDE - Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado
FAM - Fundo de Apoio Municipal	RAA - Região Autónoma dos Açores
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	RAM - Região Autónoma da Madeira
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis	SEE - Setor Empresarial do Estado
INE - Instituto Nacional de Estatística	SEL - Setor Empresarial Local
IUC - Imposto Único de Circulação	SMS - Serviços Municipalizados
LCPA - Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso	SNC - Sistema de Normalização Contabilística
LFL - Lei das Finanças Locais	SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
M€ - Milhões de euros	SPA - Setor Público Administrativo
MLP - Médio e Longo Prazo	
NCP - Norma de Contabilidade Pública	
NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro	
PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira	
PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	



## Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de carácter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, José F. F. Tavares;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Fernando José de Oliveira Silva;
- À Juíza Conselheira Maria dos Anjos Capote;
- Ao Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, João José Medeiros;
- Ao Chefe de Divisão do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, João Paulo Camilo;
- À Subdiretora-Geral da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, Mafalda Morbey;
- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;
- Aos colaboradores do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Duarte Camacho, Jorge Magalhães e Sara Brás.

Não podemos ainda deixar de prestar o devido reconhecimento àquele que foi o principal mentor e impulsionador do Anuário ao

longo de 16 anos de existência: o Professor Doutor João Carvalho! Tendo desenvolvido toda a sua carreira de investigação ligada à contabilidade pública, em particular à contabilidade e finanças locais, é inegável o contributo que deu para a evolução desta área no contexto português. A criação deste projeto em 2002/2003, deu origem ao desenvolvimento e publicação de uma obra de referência na área da contabilidade autárquica, sendo por muitos utilizada, quer ao nível académico e da investigação, quer no contexto das políticas públicas e locais. O grupo de trabalho envolvido no projeto entendeu dar continuidade à sua Obra, como era seu desejo, e em reconhecimento ao seu trabalho, mas o Professor Doutor João Carvalho foi, é e será sempre o criador, o rosto deste Anuário, e a ele se deve o seu enorme sucesso.

Cumpre-nos também deixar os agradecimentos devidos à Ordem dos Contabilistas Certificados, cujo papel tem sido fundamental em todo este processo, e que permitiu a continuidade deste projeto, que consideramos de grande relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

A coordenadora do Anuário Financeiro  
Maria José Fernandes



# Índice

<b>CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES</b>	<b>21</b>
1.1 O Setor Local	21
1.2 Freguesias	21
1.3 Municípios	22
1.4 Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	25
1.5. Grupos Municipais	27
1.6. Independência financeira	27
<b>CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>39</b>
2.1. Introdução	39
2.2. Receitas Municipais	39
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	41
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	52
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	52
Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais	58
2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios	60
2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal	61
2.2.2.3.1. Evolução das componentes dos impostos diretos	68
2.3. Despesas Municipais	103
2.3.1. Classificação económica das Despesas	103
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	103
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	109
2.3.4. Caracterização das Despesas por natureza económica	118
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	118
2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	128
2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros ou bens de capital)	131
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos	134
2.3.4.5. Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital	138
2.3.4.6. Amortização de empréstimos: Passivos Financeiros	140
2.3.4.7. Despesas com juros e outros encargos financeiros	146
2.4. Situação Orçamental Global	151
2.4.1. Orçamentos iniciais	151

2.4.2. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	156
2.4.3. Equilíbrio Orçamental	165
2.4.4. Saldos Orçamentais	169
<b>CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>173</b>
3.1. Introdução	173
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	174
3.3. Ativo	175
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos	188
3.5. Passivo	190
3.5.1. Composição e estrutura do Passivo	190
3.5.2. Passivo exigível	192
3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos	207
3.5.4. Endividamento das autarquias	209
3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	209
3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	211
3.6. Gastos, Rendimentos e Resultados	217
3.6.1. Estrutura e evolução dos gastos	218
3.6.2. Estrutura e evolução dos rendimentos	220
3.6.3. Estrutura dos resultados económicos	222
3.6.4. EBITDA	227
<b>CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS</b>	<b>231</b>
4.1. Setor Empresarial Local	232
4.1.1. Introdução	232
4.1.2. Grandes agregados do balanço das entidades do SEL	234
4.1.2.1. Estrutura e evolução do Ativo não corrente	236
4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo corrente	240
4.1.2.3. Estrutura e evolução do Capital próprio	243
4.1.2.4. Estrutura e evolução do Passivo	245
4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL	253
4.1.3.1. Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas	253
4.1.3.2. Resultados económicos das entidades empresariais locais	255
4.1.4. Dissolução de empresas do SEL - aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	258
4.2. Serviços Municipalizados	260
4.2.1. Estrutura do Ativo	261
4.2.2. Passivo dos Serviços Municipalizados	267
4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados	270
4.2.3.1. Gastos dos Serviços Municipalizados	272
4.2.3.2. Rendimentos dos Serviços Municipalizados	273

4.2.3.3. Resultados económicos dos Serviços Municipalizados	275
<b>CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL</b>	<b>277</b>
5.1. Enquadramento e Metodologia	277
5.2. Indicadores do Ranking Global	277
I. Índice Liquidez	279
II. Razão entre o EBITDA e os Proveitos Operacionais	280
III. Peso do Passivo exigível no Ativo	281
IV. Passivo por habitante	282
V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida	283
VI. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	284
VII. Índice de Dívida Total	285
VIII. Índice de <i>Superavit</i>	286
IX. Impostos diretos por habitante	287
5.3. Ranking Global dos municípios	288
<b>CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES</b>	<b>297</b>
6.1 Independência Financeira	297
6.2 Orçamento e execução orçamental	298
6.3 Informação patrimonial e Resultados económicos	306
6.4 Setor Empresarial Local (SEL)	310
6.5 Serviços Municipalizados	312
6.6 Ranking global	313
<b>ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2020</b>	<b>315</b>
<b>ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)</b>	<b>329</b>

## Índice de figuras, gráficos, quadros e *rankings*

### FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em n.º de habitantes	24
Figura 2 - 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)	296

### GRÁFICOS

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II	23
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	26
Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios	28
Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma dos Açores	29
Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma da Madeira	29
Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	30
Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão	31
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	31
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2010 a 2020)	32
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	43
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores	44
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira	45
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2010 e 2020	56
Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2010 e 2020	57
Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2010 e 2020	58
Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2010 a 2020	57
Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios	61
Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2010 e 2020	69
Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2010 e 2020	69
Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2010 e 2020	69
Gráfico 2.06 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2010 e 2020	106
Gráfico 2.06.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma dos Açores, entre 2010 e 2020	107
Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas – 2010 a 2020	107
Gráfico 2.07.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores – 2010 a 2020	108
Gráfico 2.07.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira – 2010 a 2019	109
Gráfico 2.08 – Estrutura da despesa paga de 2010 a 2020	118
Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2010 e 2020	158
Gráfico 2.09.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2010 e 2020, nos municípios da R.A. dos Açores	158
Gráfico 2.09.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2010 e 2020, nos municípios da R.A. da Madeira	158
Gráfico 2.10 – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, em 2020	159

Gráfico 2.10.A – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, em 2020	159
Gráfico 2.10.M – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, em 2020	159
Gráfico 2.11 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos	172
Gráfico 2.11.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores	172
Gráfico 2.11.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira	172
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2020	177
Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020	178
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: outros	180
Gráfico 3.04 – Valor das componentes de Outros Ativos Fixos Tangíveis – 2020	180
Gráfico 3.05 – Evolução do Passivo Exigível 2010-20	193
Gráfico 3.06 – Estrutura dos gastos de 2020 – SNC-AP	219
Gráfico 3.07 – Estrutura dos Rendimentos em 2020 – SNC-AP	221
Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (142 entidades)	235
Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo - 2011 a 2020 (142 entidades)	236
Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital próprio entre 2011 e 2020	244
Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo - 2011 a 2020 (142 entidades)	246
Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	263
Gráfico 4.06 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre Serviços Municipalizados e municípios que os tutelam	269
Gráfico 4.07 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam - 2020	272
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2020	274

## QUADROS

Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios	23
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	25
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local 2020	27
Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2020	33
Quadro 1.05 – O Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios relevantes para os Municípios	34
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal (DL 26/2002)	40
Quadro 2.02 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas	40
Quadro 2.03 – Previsão e Execução da Receita	41
Quadro 2.04 – Variação da Receita (valores absolutos)	42
Quadro 2.05 – Taxas de Variação da Receita	42
Quadro 2.06.A – Grau de execução da receita cobrada em 2019 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	46
Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2019 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	46
Quadro 2.07 – Montantes de Receita Prevista, inicial e corrigida, por natureza económica	52
Quadro 2.08 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica	53
Quadro 2.09 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total	53
Quadro 2.10 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2010 e 2020 – valores absolutos	54
Quadro 2.11 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2010 e 2020	54

Quadro 2.12 – Evolução das principais receitas entre 2010 e 2020	55
Quadro 2.13 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2010 e 2020	56
Quadro 2.14 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2020 por grupo de municípios	59
Quadro 2.15 – Principais transferências recebidas pelos municípios	60
Quadro 2.16 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	60
Quadro 2.17 – Valor das componentes da receita fiscal e taxas cobradas entre 2010 e 2020	62
Quadro 2.18 – Grau de execução da receita fiscal em 2020	62
Quadro 2.19 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2010 e 2020	68
Quadro 2.20 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2020	71
Quadro 2.21 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2020	72
Quadro 2.22 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%	73
Quadro 2.23 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	85
Quadro 2.24 – Municípios que em 2020 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM	96
Quadro 2.25 – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2020	99
Quadro 2.25.A – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores	99
Quadro 2.25.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira	99
Quadro 2.26 – Classificação económica da Despesa municipal	103
Quadro 2.26-A – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa do SNC-AP – Classificação das receitas	103
Quadro 2.27 – Despesa Orçada, Comprometida, Paga e Graus de execução da Despesa	104
Quadro 2.28 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	104
Quadro 2.29 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	104
Quadro 2.30.M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira	109
Quadro 2.31 – Despesa Prevista, Inicial e Corrigida, por natureza económica	110
Quadro 2.32 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas	111
Quadro 2.33 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas	111
Quadro 2.34 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas	112
Quadro 2.35 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica	112
Quadro 2.36 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos, por natureza económica	113
Quadro 2.37 – Obrigações desagregadas pelas diferentes componentes económicas, peso das obrigações nas despesas comprometidas e peso das despesas pagas nas obrigações	113
Quadro 2.37 – Excesso da Despesa sobre a Receita	156
Quadro 2.38 – Indicadores da Despesa e da Receita	160
Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	160
Quadro 2.40 – Equilíbrio orçamental	165
Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)	170
Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	171
Quadro 3.01 – Informação financeira, patrimonial e económica	175
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2010-2019	175
Quadro 3.03 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020	177

Quadro 3.04 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020	178
Quadro 3.05 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2010-2019	180
Quadro 3.06 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2010-2019	184
Quadro 3.07 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020	184
Quadro 3.08 – Disponibilidades (caixa e depósitos) e disponibilidades reais	188
Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2010-2019	189
Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020	189
Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020	191
Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – POCAL 2010-2020	192
Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível	192
Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível	192
Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)*	194
Quadro 3.16 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	194
Quadro 3.17 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	195
Quadro 3.18 – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)	197
Quadro 3.19 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2020	197
Quadro 3.20 – Componentes do Passivo eventualmente exigível	207
Quadro 3.21 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros	208
Quadro 3.22 – Limite à dívida total	211
Quadro 3.23 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira	212
Quadro 3.24 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	212
Quadro 3.25 – Gastos, rendimentos e resultados de 2020	217
Quadro 3.26 – Evolução dos custos/gastos no período de 2010 a 2019 – POCAL	218
Quadro 3.27 – Evolução dos proveitos/rendimentos durante o período de 2010 a 2019	220
Quadro 4.01 - Entidades sem informação financeira disponível em 2020	233
Quadro 4.02 - Entidades que se extinguiram em 2020	233
Quadro 4.03 - Entidades constituídas em 2020	233
Quadro 4.04 - Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2020	234
Quadro 4.05 - Ativo, Passivo e Capital Próprio das 159 entidades do SEL em 2020 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	235
Quadro 4.06 - Evolução do Ativo não corrente das 142 entidades empresariais analisadas	237
Quadro 4.07 - Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2020	238
Quadro 4.08 - Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis em 2020	238
Quadro 4.09 - Entidades com participações financeiras - MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2020	239
Quadro 4.10 - Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2011 e 2020	240
Quadro 4.11 - Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais	240
Quadro 4.12 - Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2020	241
Quadro 4.13 - Entidades empresariais com variações positivas superiores a 500 mil euros em Clientes, contribuintes e utentes em 2020	242
Quadro 4.14 - Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Outras contas a receber em 2020	242
Quadro 4.15 - Evolução do Capital próprio	244

Quadro 4.16 - Estrutura e variação do Passivo entre 2011 e 2020	246
Quadro 4.17 - Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2011 e 2020	246
Quadro 4.18 - Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2020	248
Quadro 4.19 - Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais	249
Quadro 4.20 - Entidades com maior diminuição no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2019 e 2020	250
Quadro 4.21 - Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (142 entidades)	254
Quadro 4.22 - Total dos rendimentos e gastos antes de impostos das entidades empresariais (142 entidades)	254
Quadro 4.23 - Evolução da situação económica das entidades empresariais (142 entidades)	255
Quadro 4.24 - Entidades em processo de dissolução	258
Quadro 4.25 - Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012	259
Quadro 4.27 - Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios	260
Quadro 4.28 - Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))	260
Quadro 4.29 - Entidades com resultado líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d))	260
Quadro 4.30 - Mapa dos SM's e respetivas competências	261
Quadro 4.31 - Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados, dos municípios a que correspondem e do universo dos municípios - 2020	262
Quadro 4.32 - Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2011 e 2019	263
Quadro 4.33 - Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020	264
Quadro 4.34 - Evolução das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	265
Quadro 4.35 - Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020	266
Quadro 4.36 - Evolução dos Fundos próprios dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	266
Quadro 4.37 - Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020	267
Quadro 4.38 - Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados	268
Quadro 4.39 - Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	269
Quadro 4.40 - Gastos, rendimentos e resultados dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020	271
Quadro 4.41 - Evolução dos Gastos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	273
Quadro 4.42 - Evolução dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019	274
Quadro 4.43 - Informação sobre estrutura económica	275
Quadro 4.44 - Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	275
Quadro 4.45 - Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos	276
Quadro 4.46 - Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos	276
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	278
Quadro 5.02 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	288
Quadro 5.03 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente	292

#### **RANKINGS**

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2020	35
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2020	36
R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2020	37

R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A.	37
R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada em 2020	48
R3.A – Volume da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020	49
R3.M – Volume da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2020	49
R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada em 2020	51
R5 – Municípios que, em 2020, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, no total da receita cobrada	64
R5.1 – Municípios que em 2020 apresentaram maior valor de receita fiscal	65
R5.A – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	67
R5.M – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	67
R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2020	74
R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020	76
R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020	76
R7 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2020	77
R8 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2020	78
R9 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2020	79
R10 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2020 e respetivo peso na receita total	81
R10.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020 e respetivo peso na receita total	82
R10.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020 e respetivo peso na receita total	82
R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2020 e respetivo peso na receita total	84
R12 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2020	86
R13 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2020	87
R14 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2020	88
R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2020	90
R15.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros, em 2020, pelos municípios dos Açores	91
R15.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2020 pelos municípios da Madeira	91
R16 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2020	93
R16.A – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2020 pelos municípios dos Açores	94
R16.M – Volume de receita da venda de bens e serviços corrente em 2020 pelos municípios da Madeira	94
R17 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (contração de empréstimos bancários) em 2020	96
R17.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2020 pelos municípios dos Açores	98
R17.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2020 pelos municípios da Madeira	98
R19 – Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos	102
R20 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2020	115
R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2020	117
R22 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	119
R23 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total	121
R23.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores	122
R23.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira	122
R24 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2020	123

R25 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2020	125
R26 – Municípios com maior volume de despesa paga por trabalhador em 2020	126
R27 – Municípios com menor volume de despesa paga por trabalhador em 2020	127
R28 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2020	129
R29 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2020	130
R30 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2020	132
R31 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2020	133
R32 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes, de capital e subsídios em 2020	135
R33 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes, de capital e subsídios em 2020	137
R34 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital – 2010 a 2020	139
R35 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2020	141
R35.A – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020	143
R35.M – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020	143
R36 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos – passivos financeiros – em 2020	145
R37 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2020	147
R38 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2020	148
R39 – Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e simulação desse custo por habitante	149
R40 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e simulação desse custo por habitante	150
R41 – Municípios com maior volume de Orçamento inicial em 2020	152
R42 – Municípios com menor volume de Orçamento inicial em 2020	153
R43 – Municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2020	154
R44 – Municípios com maior diminuição do Orçamento inicial em 2020	155
R45 – Municípios com maior diferença NEGATIVA entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas	162
R45.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da RAA	163
R45.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da RAM	163
R46 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de receita liquidada e o Grau de execução da despesa comprometida	164
R47 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2020	166
R48 – Municípios com menor equilíbrio orçamental em 2020	167
R49 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40.º do RFALEI, calculado nos termos do artigo 83.º da mesma Lei	168
R50 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5% das receitas correntes	168
R51 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2020	182
R52 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras 2020	183
R53 – Municípios com maior valor de dívidas a receber em 2020	186
R54 – Municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2020	187
R55 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2020	197
R56 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2020	199
R56.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2020	200
R56.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2020	201
R57 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível em 2020	203

R58 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2020	204
R58.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020	206
R58.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020	206
R59 – Municípios com melhor índice de dívida total	214
R59.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores	216
R59.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira	216
R60 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores	215
R61 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2020	224
R62 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2020	225
R63 – Municípios com melhor EBITDA em 2020	228
R64 – Municípios com pior EBITDA em 2020	229
R65 - Entidades do SEL com menor Passivo exigível em 2020	251
R66 - Entidades do SEL com maior Passivo exigível em 2020	252
R67 - Entidades com melhor resultado económico em 2020	256
R68 - Entidades com mais fraco resultado económico em 2020	257
R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez	279
R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	280
R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	281
R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante	282
R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	283
R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	284
R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município	285
R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	286
R.69.I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante	287
R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente	289
R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente	290
R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente	291
R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global	293
R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global	293
R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global	293
R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global	293
R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global	293
R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global	293
R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global	293
R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global	293
R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global	294
R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria com melhor pontuação global	294
R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global	294
R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global	294

R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global	294
R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global	294
R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global	294
R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global	295
R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global	295
R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global	295
R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global	295
R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global	295

## Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económico de 2020, incluindo ainda uma análise detalhada do setor empresarial local.

Com esta publicação concretiza-se o décimo sétimo anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2020, envolvendo cinco mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020 resulta de um trabalho em equipa que envolve dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este décimo sétimo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses analisa as contas individuais da totalidade dos municípios Portugueses (308), de 159 empresas municipais (de um total de 161) e de 23 serviços municipalizados. Assim, o estudo analisa todos os municípios portugueses, uma amostra de 99% das empresas municipais e uma amostra de 100% dos serviços municipalizados.

Tendo-se aplicado aos municípios o Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais (POCAL) até dezembro de 2019, este é o primeiro Anuário em que a análise das contas individuais dos municípios e dos serviços municipalizados é apresentada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, entrou em vigor em 01/01/2020 nas autarquias locais e altera de forma significativa a contabilidade financeira e respetivos mapas, aproximando-se do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aplicado às empresas. Em termos da análise realizada no Anuário, o seu impacto foi menor na análise da execução orçamental, permitindo a comparação com dados de anos anteriores apresentados com base no POCAL, e maior na análise da situação financeira, apresentada no capítulo 3.

Os dados foram obtidos através da consulta dos *websites* das entidades referidas, onde, nos termos da lei, estas devem disponibilizar os documentos de prestação de contas. Foram também disponibilizados pelo Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental, e alguns documentos de prestação de contas foram ainda enviados diretamente para nós pelos municípios e serviços municipalizados.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses encontra-se organizado em seis capítulos:

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de *rankings* sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.
- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios, este ano apresentada pela primeira vez em conformidade com o SNC-AP. Em termos de análise comparativa com exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, a comparação dos valores de 2020 com os de exercícios anteriores é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP. São também apresentados alguns *rankings*, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.
- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial das empresas do setor empresarial local e dos serviços municipalizados, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2020, sendo também analisado o impacto da

aplicação do artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise.

- No CAPÍTULO 5 é apresentado um *ranking* dos municípios melhor posicionados no ano de 2020, considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 9 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.

- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões do desempenho financeiro e orçamental dos municípios e do setor empresarial local para o exercício económico de 2020.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2020.

- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 e 2020). Este anexo apresenta um gráfico por cada município considerando diversas variáveis, nomeadamente: orçamento corrigido, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento.

# CAPÍTULO 1.

## O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

### 1.1 O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos, estando, para esse fim, estruturado em vários subsetores (formas organizacionais) com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende também a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), indicando as coordenadas em que o mesmo se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe “Poder Local”. Assim, “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais” (art.º 235.º), estando estas definidas como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art.º 236.º), sendo que “no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”, enquanto “as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios”.

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem a sua autonomia jurídica e institucional na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP estabelece o princípio da autonomia do poder local no seu art.º 6.º e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o como a “capacidade efetiva de as autarquias

locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos” (art.º 3.º). As autarquias locais são responsáveis pela gestão dos recursos públicos locais visando os interesses das respetivas populações.

### 1.2 Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, através de órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia). Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivale à do município. A reorganização administrativa territorial autárquica, concretizada através da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, resultou num processo de extinção e/ou fusão que originou a criação de uniões de freguesias, em que desapareceram 1.068 das 4.159 até então existentes, passando o país a ter 3.091 freguesias ou união de freguesias. Legalmente, “a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas” (art.º 9º, nº2). Assim, atualmente existem em Portugal 3.091 freguesias, das quais 2.882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira. As freguesias possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 7.º, nº 2 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;

- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que define as orientações de plano e execução relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro da freguesia (art.º 9.º).

A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

### 1.3 Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais.

Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;

- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4º), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível de governo mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. Entre outras funções, e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Muni-

pal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município.

Analogamente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros sub-setores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) mas de utilidade pública.

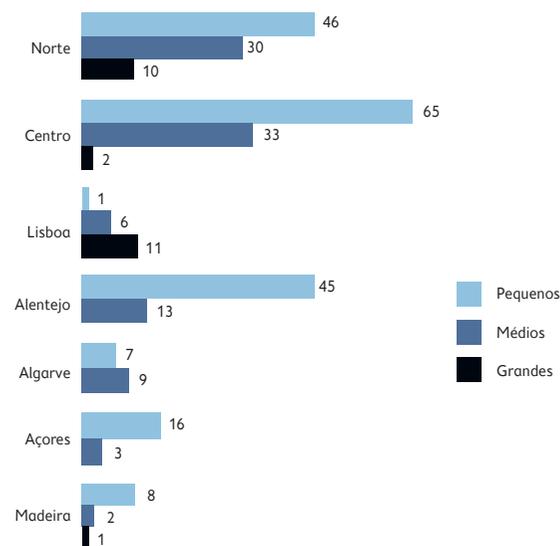
Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos de análise, os municípios portugueses foram agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão em número de habitantes:

- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios Grandes – com população superior a 100 000 habitantes.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2021, tendo por base o nº de habitantes dos resultados preliminares dos Censos 2021 publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos < 20 000	Médios 20 000 > <100 000	Grandes > 100 000
188 Municípios	96 Municípios	24 Municípios
Corvo (386 habitantes)		Lisboa (544 851 habitantes)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

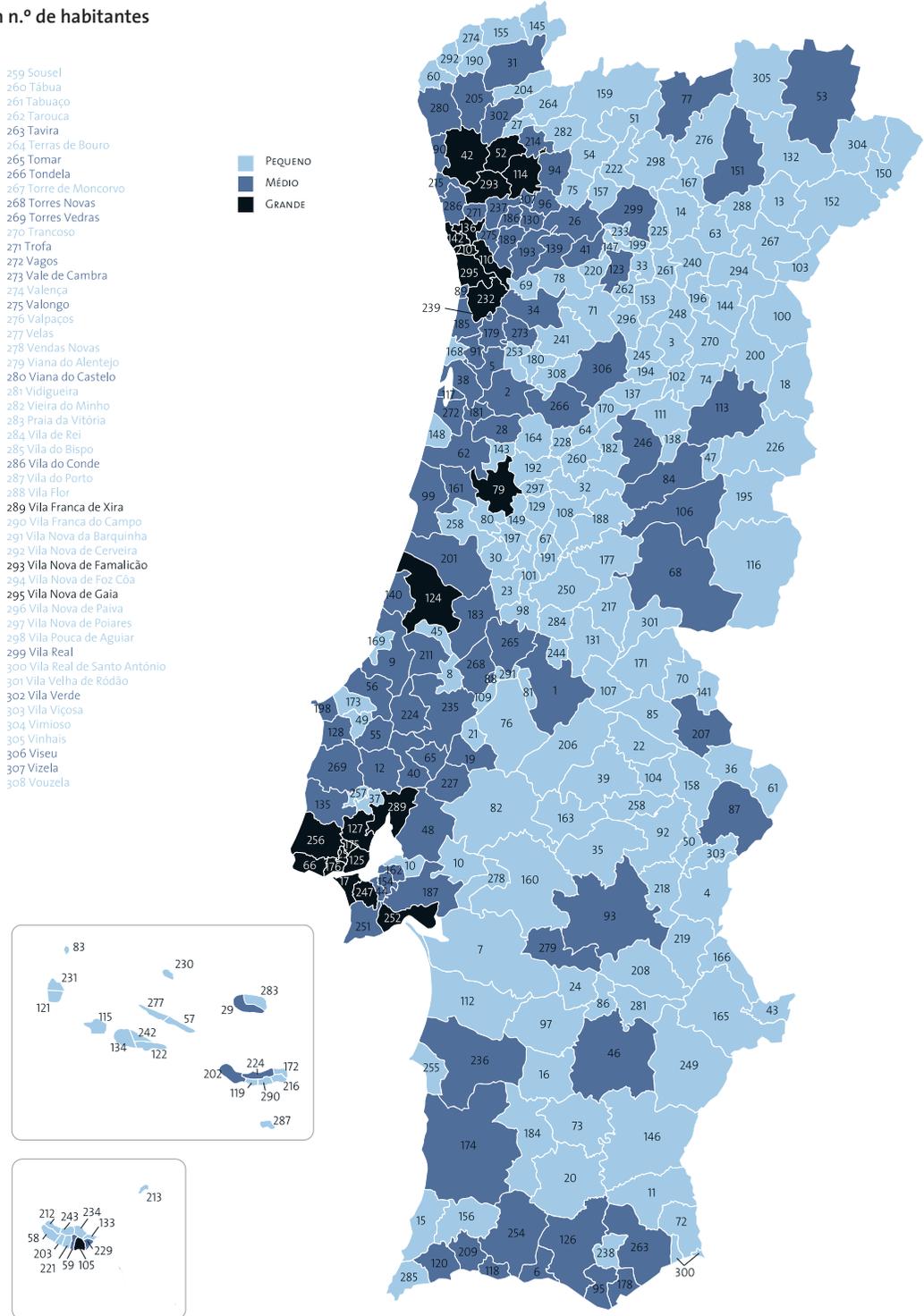
%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	65%	6%	78%	44%	84%	73%
Médios	35%	33%	33%	22%	56%	16%	18%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo, no Centro e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm maior peso. De facto, 73% (8 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 84% (16 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são de pequena dimensão, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo e 65% (65 em 100) dos municípios do Centro. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região.

Na Figura 1 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em n.º de habitantes

- |                         |                                 |                              |                                |
|-------------------------|---------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 Abrantes              | 87 Elvas                        | 173 Óbidos                   | 259 Sousel                     |
| 2 Águeda                | 88 Entroncamento                | 174 Odemira                  | 260 Tábua                      |
| 3 Aguiar da Beira       | 89 Espinho                      | 175 Odiveelas                | 261 Tabuaço                    |
| 4 Alandroal             | 90 Esposende                    | 176 Oeiras                   | 262 Tarouca                    |
| 5 Albergaria-a-Velha    | 91 Estarreja                    | 177 Oleiros                  | 263 Tavira                     |
| 6 Albufeira             | 92 Estremoz                     | 178 Olhão                    | 264 Terras de Bouro            |
| 7 Alcacer do Sal        | 93 Évora                        | 179 Oliveira de Azeméis      | 265 Tomar                      |
| 8 Alcanena              | 94 Fafe                         | 180 Oliveira de Frades       | 266 Tondela                    |
| 9 Alcobaca              | 95 Faro                         | 181 Oliveira do Bairro       | 267 Torre de Moncorvo          |
| 10 Alcochete            | 96 Felgueiras                   | 182 Oliveira do Hospital     | 268 Torres Novas               |
| 11 Alcoutim             | 97 Ferreira do Alentejo         | 183 Ourém                    | 269 Torres Vedras              |
| 12 Alenquer             | 98 Ferreira do Zêzere           | 184 Ourique                  | 270 Trancoso                   |
| 13 Alfândega da Fé      | 99 Figueira da Foz              | 185 Ovar                     | 271 Trofa                      |
| 14 Aljió                | 100 Figueira de Castelo Rodrigo | 186 Paços de Ferreira        | 272 Vagos                      |
| 15 Aljezur              | 101 Figueiro dos Vinhos         | 187 Palmela                  | 273 Vale de Cambra             |
| 16 Aljustrel            | 102 Fornos de Algodres          | 188 Pampilhosa da Serra      | 274 Valença                    |
| 17 Almada               | 103 Freixo de Espada a Cinta    | 189 Paredes                  | 275 Valongo                    |
| 18 Almeida              | 104 Fronteira                   | 190 Paredes de Coura         | 276 Valpaços                   |
| 19 Almeirim             | 105 Funchal                     | 191 Pedrógão Grande          | 277 Velas                      |
| 20 Almodôvar            | 106 Fundão                      | 192 Penacova                 | 278 Vendas Novas               |
| 21 Alpiarça             | 107 Gavião                      | 193 Penafiel                 | 279 Viana do Alentejo          |
| 22 Alter do Chão        | 108 Góis                        | 194 Penalva do Castelo       | 280 Viana do Castelo           |
| 23 Alvalázere           | 109 Golegã                      | 195 Penamacor                | 281 Vidigueira                 |
| 24 Alvão                | 110 Gondomar                    | 196 Penedono                 | 282 Vieira do Minho            |
| 25 Amadora              | 111 Gouveia                     | 197 Penela                   | 283 Praia da Vitória           |
| 26 Amarante             | 112 Grândola                    | 198 Peniche                  | 284 Vila de Rei                |
| 27 Amares               | 113 Guarda                      | 199 Peso da Régua            | 285 Vila do Bispo              |
| 28 Anadia               | 114 Guimarães                   | 200 Pinhal                   | 286 Vila do Conde              |
| 29 Angra do Heroísmo    | 115 Horta                       | 201 Pombal                   | 287 Vila do Porto              |
| 30 Ansião               | 116 Ídanha-a-Nova               | 202 Ponta Delgada            | 288 Vila Flor                  |
| 31 Arcos de Valdevez    | 117 Ilhavo                      | 203 Ponta do Sol             | 289 Vila Franca de Xira        |
| 32 Arganil              | 118 Lagoa (Algarve)             | 204 Ponte da Barca           | 290 Vila Franca do Campo       |
| 33 Armamar              | 119 Lagoa (R.A.A)               | 205 Ponte de Lima            | 291 Vila Nova da Barquinha     |
| 34 Arouca               | 120 Lagos                       | 206 Ponte de Sor             | 292 Vila Nova de Ceveira       |
| 35 Arraiolos            | 121 Lajes das Flores            | 207 Portalegre               | 293 Vila Nova de Famalicão     |
| 36 Arronches            | 122 Lajes do Pico               | 208 Portel                   | 294 Vila Nova de Foz Côa       |
| 37 Arruda dos Vinhos    | 123 Lamego                      | 209 Portimão                 | 295 Vila Nova de Gaia          |
| 38 Aveiro               | 124 Leiria                      | 210 Porto                    | 296 Vila Nova de Paiva         |
| 39 Avis                 | 125 Lisboa                      | 211 Porto de Mós             | 297 Vila Nova de Poiares       |
| 40 Azambuja             | 126 Loulé                       | 212 Porto Moniz              | 298 Vila Pouca de Aguiar       |
| 41 Baião                | 127 Loures                      | 213 Porto Santo              | 299 Vila Real                  |
| 42 Barcelos             | 128 Lourinhã                    | 214 Póvoa de Lanhoso         | 300 Vila Real de Santo António |
| 43 Barrancos            | 129 Louzã                       | 215 Póvoa de Varzim          | 301 Vila Velha de Ródão        |
| 44 Barreiro             | 130 Lousada                     | 216 Povoação                 | 302 Vila Verde                 |
| 45 Batalha              | 131 Mação                       | 217 Prouença-a-Nova          | 303 Vila Viçosa                |
| 46 Beja                 | 132 Macedo de Cavaleiros        | 218 Redondo                  | 304 Vimios                     |
| 47 Belmonte             | 133 Machico                     | 219 Reguengos de Monsaraz    | 305 Vinhais                    |
| 48 Benavente            | 134 Madalena                    | 220 Resende                  | 306 Viseu                      |
| 49 Bombarral            | 135 Mafra                       | 221 Ribeira Brava            | 307 Vizela                     |
| 50 Borba                | 136 Maia                        | 222 Ribeira de Pena          | 308 Vouzela                    |
| 51 Boticas              | 137 Mangualde                   | 223 Ribeira Grande           |                                |
| 52 Braga                | 138 Manteigas                   | 224 Rio Maior                |                                |
| 53 Bragança             | 139 Marco de Canaveses          | 225 Sabrosa                  |                                |
| 54 Cabeceiras de Basto  | 140 Marinha Grande              | 226 Sabugal                  |                                |
| 55 Cadaval              | 141 Marvão                      | 227 Salvaterra de Magos      |                                |
| 56 Caldas da Rainha     | 142 Matosinhos                  | 228 Santa Comba Dão          |                                |
| 57 Calheta (R. A. A.)   | 143 Mealhada                    | 229 Santa Cruz               |                                |
| 58 Calheta (R. A. M.)   | 144 Meda                        | 230 Santa Cruz da Graciosa   |                                |
| 59 Câmara de Lobos      | 145 Melgaco                     | 231 Santa Cruz das Flores    |                                |
| 60 Caminha              | 146 Mértola                     | 232 Santa Maria da Feira     |                                |
| 61 Campo Maior          | 147 Mesão Frio                  | 233 Santa Marta de Penaguião |                                |
| 62 Cantanhede           | 148 Mira                        | 234 Santana                  |                                |
| 63 Carrizada de Ansiães | 149 Miranda do Corvo            | 235 Santarém                 |                                |
| 64 Carregal do Sal      | 150 Miranda do Douro            | 236 Santiago do Cacém        |                                |
| 65 Cartaxo              | 151 Mirandela                   | 237 Santo Tirso              |                                |
| 66 Cascais              | 152 Mogadouro                   | 238 São Brás de Alportel     |                                |
| 67 Castanheira de Pera  | 153 Moimenta da Beira           | 239 São João da Madeira      |                                |
| 68 Castelo Branco       | 154 Moita                       | 240 São João da Pesqueira    |                                |
| 69 Castelo de Paiva     | 155 Monção                      | 241 São Pedro do Sul         |                                |
| 70 Castelo de Vide      | 156 Monchique                   | 242 São Roque do Pico        |                                |
| 71 Castro Daire         | 157 Mondim de Basto             | 243 São Vicente              |                                |
| 72 Castro Marim         | 158 Monforte                    | 244 Sardoal                  |                                |
| 73 Castro Verde         | 159 Montalegre                  | 245 Sátão                    |                                |
| 74 Celorico da Beira    | 160 Montemor-o-Novo             | 246 Seia                     |                                |
| 75 Celorico de Basto    | 161 Montemor-o-Velho            | 247 Seixal                   |                                |
| 76 Chamusca             | 162 Montijo                     | 248 Serancelhe               |                                |
| 77 Chaves               | 163 Moura                       | 249 Serpa                    |                                |
| 78 Cinfaes              | 164 Mortágua                    | 250 Serã                     |                                |
| 79 Coimbra              | 165 Mourão                      | 251 Sesimbra                 |                                |
| 80 Comdeixa-a-Nova      | 166 Mourão                      | 252 Setúbal                  |                                |
| 81 Constância           | 167 Murça                       | 253 Sever do Vouga           |                                |
| 82 Coruche              | 168 Murtosa                     | 254 Silves                   |                                |
| 83 Covão                | 169 Nazaré                      | 255 Sines                    |                                |
| 84 Covilhã              | 170 Nelas                       | 256 Sintra                   |                                |
| 85 Crato                | 171 Nisa                        | 257 Sobral de Monte Agraço   |                                |
| 86 Cuba                 | 172 Nordeste                    | 258 Soure                    |                                |



### 1.4 Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses não é inferior à da maioria dos países europeus,

é até ligeiramente superior. Em termos de população, a média portuguesa (33,5 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda sendo largamente ultrapassada apenas, pela Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

País	População	Nº de municípios	População média	PIB per capita	Despesa Munic. (% Despesa Pública)	Investimento Munic. (% Investimento Público)	Receita Munic. (% Receita Pública)
Alemanha	83 093 000	10 792	7 699	57 558	18,3%	35,6%	18,0%
Áustria	8 877 637	2 095	4 238	60 414	17,4%	29,2%	17,1%
Bélgica	11 489 000	581	19 775	56 324	13,3%	29,2%	13,8%
Dinamarca	5 817 000	98	59 357	62 106	66,2%	42,0%	61,8%
Eslováquia	5 453 244	2 927	1 863	33 521	17,5%	30,1%	18,5%
Eslovénia	2 089 014	212	9 854	42 410	19,4%	40,8%	19,0%
Espanha	47 104 229	8 131	5 793	43 471	14,3%	29,9%	16,1%
Estónia	1 324 800	79	16 770	40 040	25,4%	36,4%	25,1%
Finlândia	5 521 600	309	17 869	53 160	41,2%	58,5%	39,7%
França	67 456 000	34 965	1 929	50 694	20,1%	60,7%	21,2%
Grécia	10 721 550	332	32 294	31 790	7,1%	31,3%	7,0%
Hungria	9 771 112	3 155	3 097	34 962	14,8%	27,0%	15,3%
Irlanda	4 927 173	31	158 941	92 232	10,2%	27,0%	9,6%
Islândia	360 600	69	5 226	61 344	31,3%	39,5%	31,5%
Itália	60 339 000	7 904	7 634	45 691	28,5%	55,9%	29,6%
Luxemburgo	621 500	102	6 093	124 269	11,3%	40,4%	11,7%
Noruega	5 348 000	356	15 022	70 382	34,2%	40,2%	29,0%
Países Baixos	17 345 000	352	49 276	61 242	30,7%	45,6%	29,1%
Polónia	38 390 000	2 477	15 499	34 781	34,3%	49,0%	34,3%
Portugal	10 286 300	308	33 397	37 856	13,5%	48,1%	14,1%
Reino Unido	66 797 000	379	176 245	49 912	22,8%	34,0%	23,0%
República Checa	10 669 324	6 258	1 705	44 299	28,6%	47,1%	30,0%
Suécia	10 278 887	290	35 444	56 701	50,9%	53,6%	48,6%
Suíça	8 575 280	2 172	3 948	75 295	21,6%	30,9%	20,8%
<b>Média</b>	<b>20 527 344</b>	<b>3 516</b>	<b>28 707</b>	<b>55 019</b>	<b>24,7%</b>	<b>40,1%</b>	<b>24,3%</b>

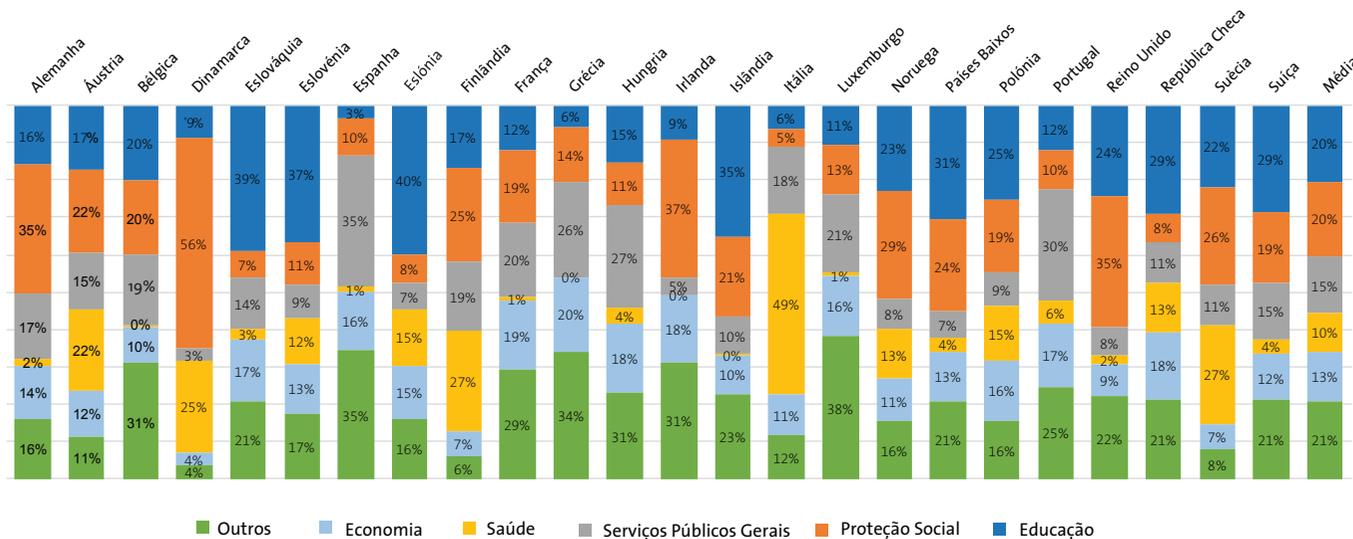
Fonte: *Subnational Governments In Ocde Countries: Key Data* – Dados relativos a 2019

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo – as duas últimas colunas. As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 13,5% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos, quando comparados com a média europeia (24,7%). No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (48,1%) à média europeia (40,1%), o que sugere, claramente, uma maior intervenção dos municípios portugueses nas atividades de investimento público. Contudo, as receitas locais dos municípios portugueses correspondem a 14,1% do total das receitas públicas, valores muito abaixo da média europeia (24,3%).

O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais

do mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à função de educação, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (20%), o peso em Portugal é muito inferior (12%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em proteção social e saúde, em que intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida, (no primeiro caso de 10% e no segundo de 6%) e inferior à média europeia, respetivamente, de 20% e 10%. Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal (16%) é claramente superior à média (13%) europeia. Finalmente, mais de metade das despesas municipais portuguesas são consumidas com funções gerais (30%) e outras despesas (25%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 36%.

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: Subnational Governments In Oecd Countries: Key Data – Dados Relativos a 2019

### 1.5. Grupos Municipais

Nos últimos 20 começou assistiu-se à implementação de um variado conjunto de reconfigurações da forma organizacional de prestação de serviços públicos do setor autárquico, nomeadamente a partir de 2006, ano da publicação do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da

prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público através da criação de empresas municipais ou empresas mistas com forte participação municipal, constituindo-se o SEL (Setor Empresarial Local) que passou a integrar os serviços municipalizados com autonomia administrativa e financeira. O Quadro 1.03 apresenta o número de autarquias que tinham, à data de 2020, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local 2020

	Total	Nº de municípios com:												
		Serviços* Municipalizados		Empresas Municipais							Empresas Intermunicipais			
		0 SM's	1 SM	0 EM's	1 EM	2 EM's	3 EM's	4 EM's	5 EM's	6 EM's	0 EIM's	1 EIM	2 EIM's	3 EIM's
Municípios Pequenos	188	187	1	161	22	3	1	1	0	0	99	72	17	0
Municípios Médios	96	82	14	58	25	11	1	1	0	0	49	40	7	0
Municípios Grandes	24	14	10	7	5	6	2	1	2	1	17	7	0	0
<b>Total de municípios</b>	<b>308</b>	<b>283</b>	<b>25</b>	<b>226</b>	<b>52</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>165</b>	<b>119</b>	<b>24</b>	<b>0</b>
<b>Total de Empresas e SM's</b>	<b>184</b>	<b>23</b>			<b>132</b>						<b>29</b>			

\* existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que, enquanto 52 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal, 30 municípios descentralizam em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 6 municípios detêm 4 ou mais empresas. Ao mesmo tempo, 143 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal (119 apenas numa e 24 em duas). No cômputo geral, dos que descentralizam, a maioria dos municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 226 municípios (161 pequenos, 58 médios e 7 grandes) não possuem empresas municipais, 165 municípios (99 pequenos, 49 médios e 17 grandes) não participam em empresas intermunicipais e 283 municípios não possuem serviços municipalizados (187 pequenos, 82 médios e 14 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a entidade mãe ou consolidante. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

### 1.6. Independência financeira

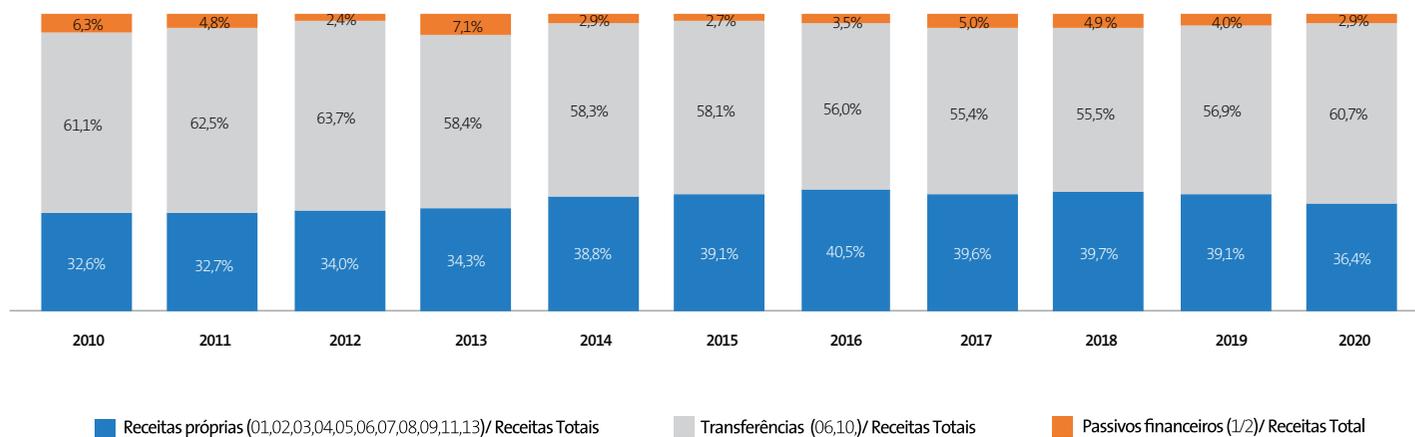
No presente Anuário mantém-se a análise do rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.**

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os anos compreendidos entre 2010 e 2020 e por grupos de municípios, o peso das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros, nas receitas totais. A análise será sempre realizada considerando os respetivos valores cobrados.

O Gráfico 1.03 mostra a média do índice de independência financeira dos 308 municípios calculada nos termos atrás referido e para cada um dos municípios.

– **Relativamente ao ano de 2020 verifica-se uma descida de -2,7% pp do índice médio de independência financeira ao atingir o valor médio de 36,4%.**

Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios



No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas (Gráficos 1.03A e 1.03M) a independência financeira tem-se apresentado com valores relativamente baixos, predominantemente nos municípios de pequena dimensão. No período entre 2010 e 2020, na R.A. dos Açores a média deste indicador foi de 23,5% e na R. A. da Madeira foi de 34,8%, devido ao excessivo peso das transferências no total da receita arrecadada, que representaram, respetivamente, em média, 72% e 62,2%. Contudo, neste período, observou-se, em geral, um ligeiro decréscimo do índice de independência fi-

nanceira nos municípios das regiões, mais acentuado na R.A. dos Açores (-2,2 pp) que na região da Madeira (-0,9 pp) atingindo em 2020, respetivamente, os valores de 23,9% e de 36,9%. Tal reforço apareceu associado, em ambas as regiões, ao aumento do peso das transferências (1,6% nos Açores e 2,1% na Madeira). O peso dos passivos financeiros foi muito variável em ambas as regiões durante este período de onze anos, sendo que o balanço final foi o aumento desse peso nos Açores (0,6 pp) e diminuição de importância na Madeira (+1,3pp).

Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma dos Açores

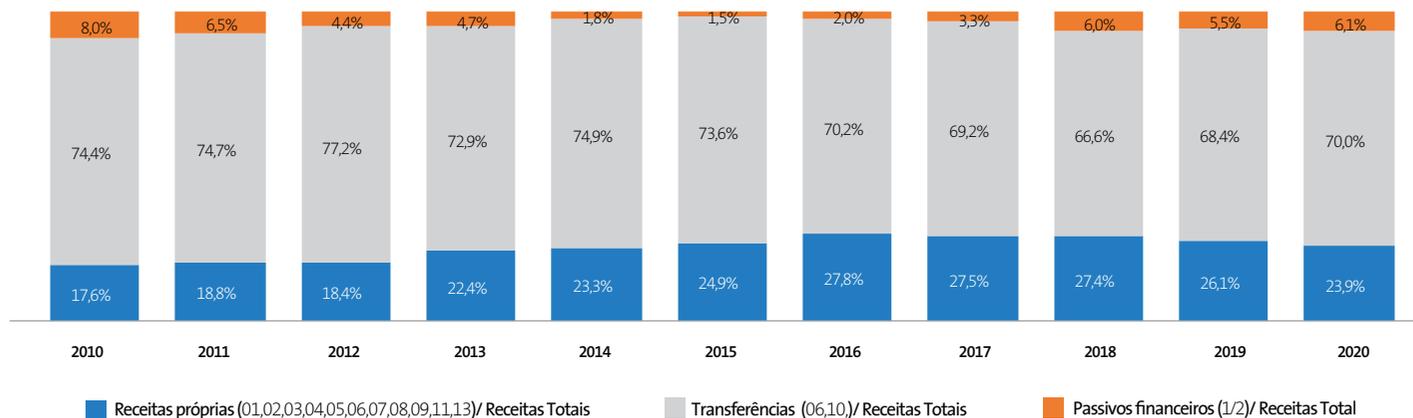
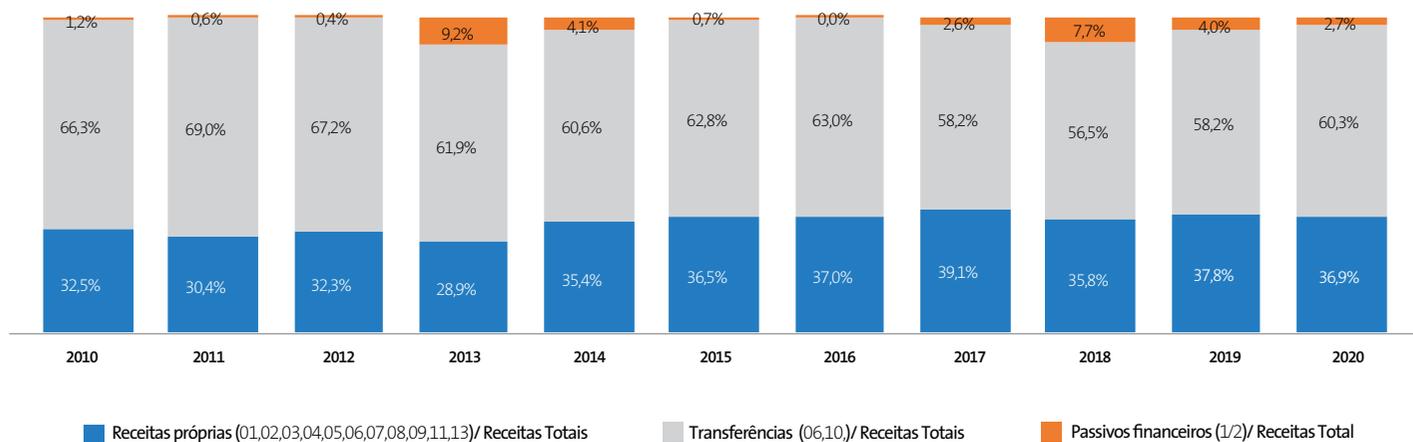


Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma da Madeira



Analisando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão** (Gráfico 1.04), representando estas, no período de 2010 a 2020, um valor médio de 64,7% das receitas totais, isto é, + 27,7 pp que o da média geral. A descida em -3pp do nível de independência financeira em 2020, ao passar para de 67,6% para 64,6%, esteve associada, essencialmente, à subida do peso das transferências em +5,2pp.

Nos municípios de **média dimensão** (Gráfico 1.05), no mesmo período, as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 47,4% e 47,9%. Todavia o peso das transferências do Estado subiu +3,7pp e o peso das receitas próprias desceu -3,3pp, sendo que estes dois indicadores em 2020 se fixaram, em

receitas próprias nos 48,6% e nas transferências nos 48,7%, apresentando um diferencial de 0,1pp. Contribuíram para a descida do peso relativo das receitas próprias a subida de peso das transferências.

Os recursos financeiros dos municípios de **pequena dimensão** (Gráfico 1.06) dependeram significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), as quais representaram neste período, em média, 68,5% das receitas totais. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi de 27,5%, o que significa pouco mais que ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2020, o indicador de independência atingiu os valores de 26,6%, baixando em relação a 2019, -2,3pp.

Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

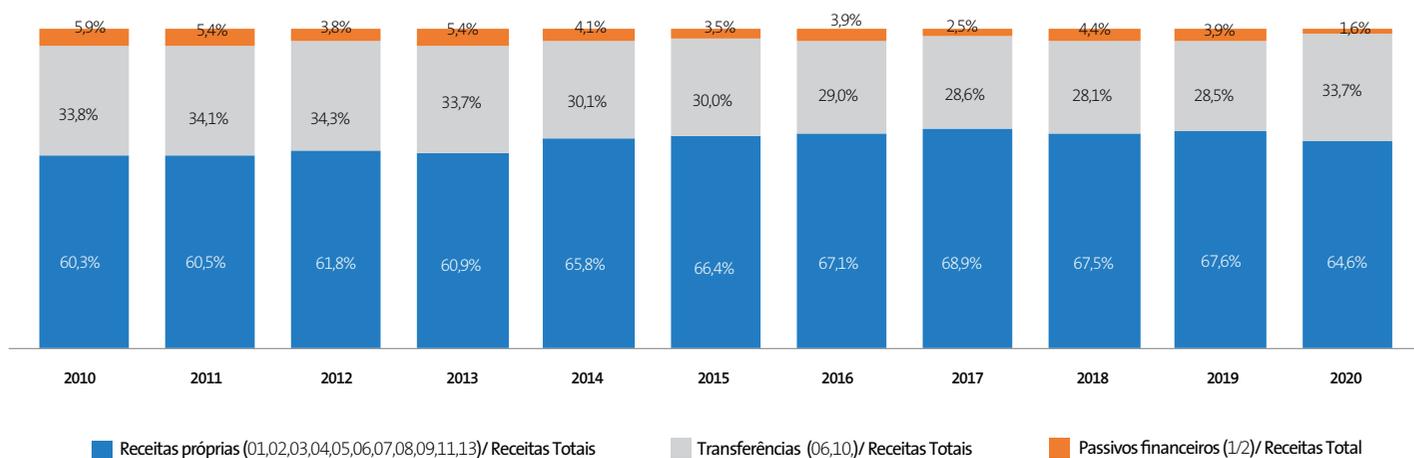


Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão

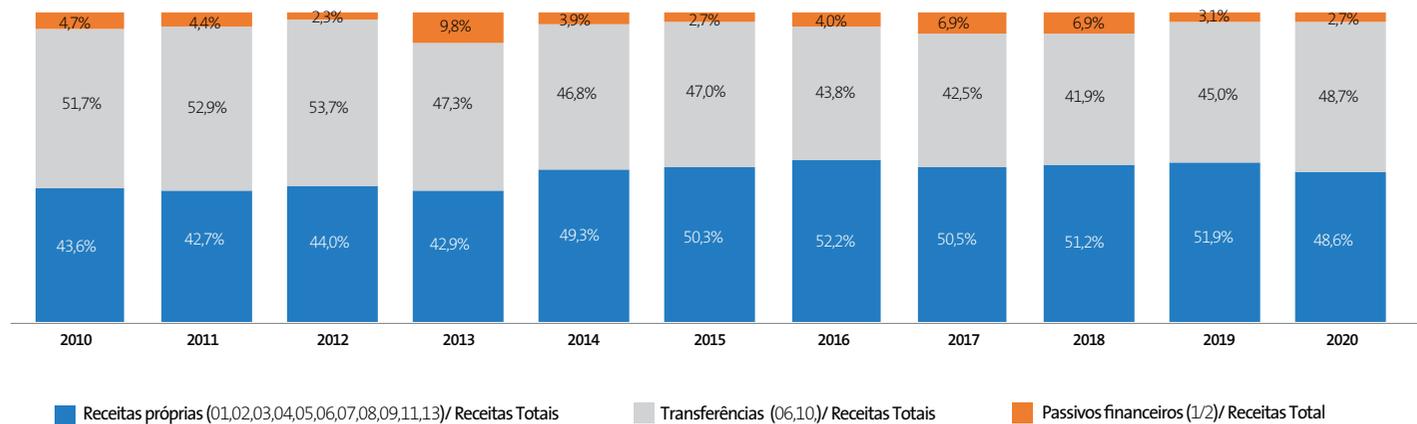
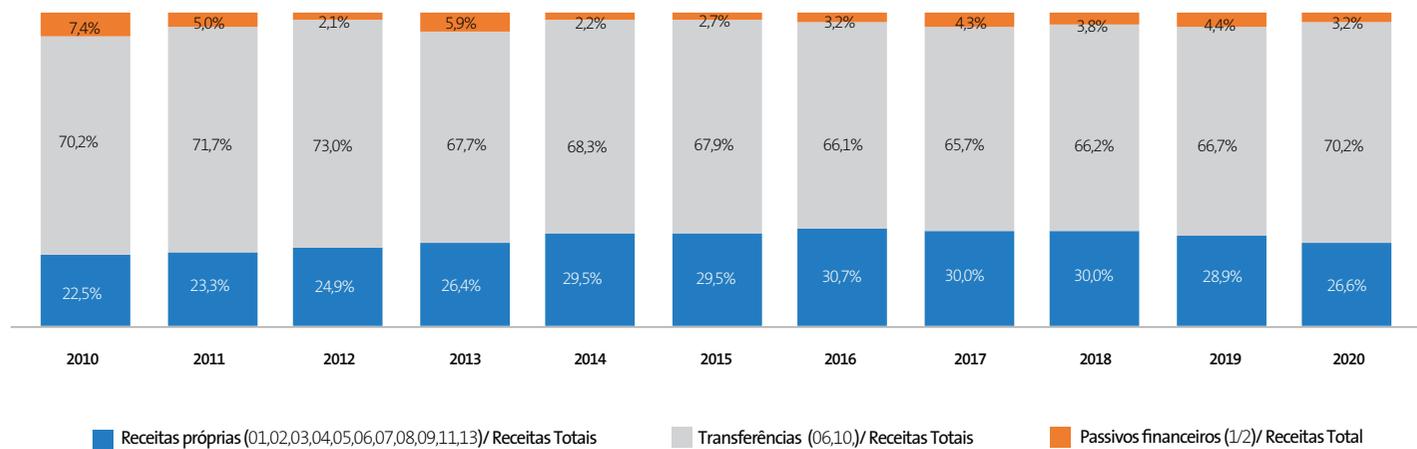


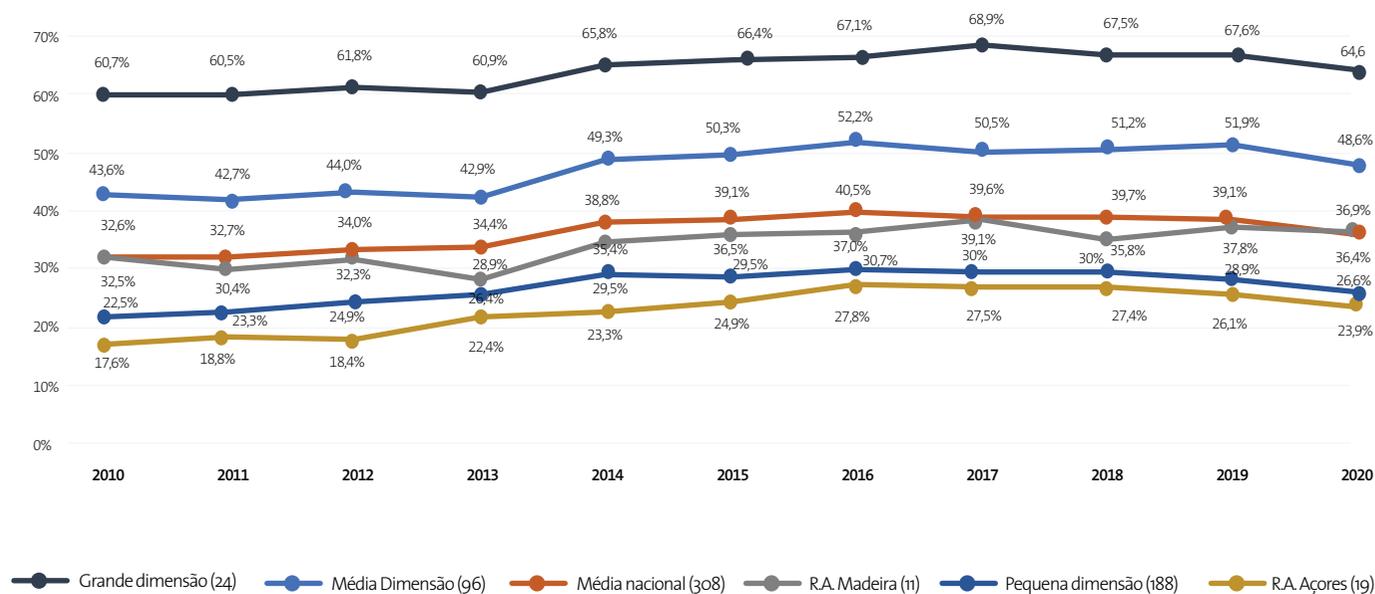
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão



O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2010 a 2020, por grupos de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresceu após 2013 devido, fundamentalmente, à descida das transferências do Estado e à descida do volume de empréstimos de médio e longo-prazo, tendo em todos os casos baixado ligeiramente em 2020.

Atentas às razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, no Quadro 1.04, discrimina-se a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2020.

Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2010 a 2020)



Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2020

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	187	97	24	308
Nº de municípios analisados	187	97	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	64,6%	48,6%	26,6%	36,4%
% Mínima	3,3% Corvo	22,8% Arcos de Valdevez	42,5% Barcelos	3,3%
% Máxima	83,2%	88,1%	88,2%	88,2%
	Vila Real de Santo António	Loulé	Lisboa	
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	33,7%	48,7%	70,2%	60,7%
% Mínima	16,8% Vila Real de Santo António	11,9% Loulé	10,0% Lisboa	10,0%
% Máxima	96,7% Corvo	73,7% Elvas	57,5% Barcelos	96,7%
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	1,6%	2,7%	3,2%	2,9%
% Mínima	0% 87 municípios	0% 42 municípios	0% 14 municípios	0%
% Máxima	55,2% Vila Franca do Campo	20,6% Espinho	15,4% Setúbal	55,2%

- Da observação do Quadro 1.05 constata-se que em 2020, 70 municípios apresentaram uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 22 foram municípios de grande dimensão, 36 de média dimensão e 12 de pequena dimensão.
- 63 municípios (mais 28 que em 2019) tiveram receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo todos eles municípios de pequena dimensão.
- Foram identificados, também, 41 municípios (mais 20 que em 2019) com grande dependência das transferências para o equi-

líbrio do seu orçamento, ao representarem esta receita com um valor superior a 80% das receitas totais, sendo que, todos eles pertenciam ao grupo de municípios de pequena dimensão.

- Em 2020 houve 141 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (menos 16 municípios que no ano transato.) Este número foi totalizado por 86 municípios de pequena dimensão, 14 município de grande dimensão e 41 municípios de média dimensão.

Quadro 1.05 – O Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
N.º de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	9	7	8	9	14	14	16	17	16	14	12
	Médios	30	28	29	29	35	38	48	41	43	41	36
	Grandes	17	19	22	19	22	22	23	23	23	22	22
	<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>54</b>	<b>59</b>	<b>57</b>	<b>71</b>	<b>74</b>	<b>87</b>	<b>81</b>	<b>82</b>	<b>77</b>	<b>70</b>
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	89	81	65	54	33	35	28	35	32	35	63
	Médios	3	4	1	3	0	0	0	1	2	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>85</b>	<b>66</b>	<b>57</b>	<b>33</b>	<b>35</b>	<b>28</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>63</b>
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	61	82	100	102	134	130	124	105	113	94	86
	Médios	31	36	46	37	56	59	57	51	48	49	41
	Grandes	6	3	5	7	12	10	10	11	12	14	14
	<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>121</b>	<b>151</b>	<b>146</b>	<b>202</b>	<b>199</b>	<b>191</b>	<b>167</b>	<b>173</b>	<b>157</b>	<b>141</b>
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	50	56	57	37	25	27	21	22	22	21	41
	Médios	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>57</b>	<b>57</b>	<b>37</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>41</b>

No *Ranking R1* são apresentados os 35 municípios com maior independência financeira no ano de 2020 mostrando também o valor do indicador para os onze anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central e, onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Ao confrontar este *ranking* com os *rankings* relativos à receita apresentados no Capítulo 2, verifica-se que se referem, essencialmente, aos municípios de grande e média dimensão que apresentaram maior peso das receitas fiscais na receita total municipal ou, apresentaram maior receita de IMI e IMT ou, ainda, descida de empréstimos bancários.

Em 2020, o município de Lisboa lidera o *ranking*, com o rácio de independência financeira de 88,2%, pese embora tenha apresentado o decréscimo de -3,5pp.

– No *Ranking R2* figuram os 35 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado. Tratam-se de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica, também, que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura da receita, pese embora, em termos de volume tenham menor relevância. Em 2020 este *ranking* é liderado pelo Corvo com o índice baixíssimo de independência financeira de 3,3%. Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeira em 2020 foi Ponta Delgada (52,1%), que tem liderado este *ranking* desde 2010. Na Região Autónoma da Madeira, em 2020, o líder do *ranking* de maior índice de independência financeira foi Funchal com 69,7%, seguido de mais dois municípios com um índice superior a 50%: Santa Cruz e Porto Santo, com, respetivamente, 63,3% e 58,9%.

## R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2020

	Município	Dim.	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Lisboa	G	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%	91,7%	88,2%
2	Loulé	M	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%	85,6%	88,1%
3	Lagoa (Algarve)	M	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%	90,8%	87,2%
4	Albufeira	M	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%	90,5%	85,8%
5	V. Real de Sto. António	P	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%	79,4%	83,2%
6	Lagos	M	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%	88,9%	82,0%
7	Cascais	G	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%	84,2%	81,1%
8	Seixal	G	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%	59,3%	67,8%	78,3%
9	Portimão	M	73,3%	77,0%	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%	82,9%	77,9%
10	Oeiras	G	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%	80,6%	77,2%
11	Sesimbra	M	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%	81,1%	76,7%
12	Porto	G	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%	84,9%	75,9%
13	Almada	G	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%	77,7%	74,7%
14	Aveiro	M	76,2%	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%	74,0%	72,5%
15	Alcochete	P	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%	73,9%	72,1%
16	Vila do Bispo	P	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%	71,0%	70,5%
17	Palmela	M	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%	74,2%	70,2%
18	Mafra	M	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%	73,3%	56,1%	69,7%
19	Funchal	G	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%
20	Tavira	M	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%	72,2%	67,7%
21	Coimbra	G	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%	75,2%	71,0%	73,4%	66,9%
22	Maia	G	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%	72,6%	66,6%
23	Vila Nova de Gaia	G	61,5%	63,0%	54,5%	52,9%	60,3%	64,3%	54,0%	70,0%	64,6%	70,0%	66,5%
24	Faro	M	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%	71,4%	66,1%
25	Matosinhos	G	55,2%	50,0%	53,9%	57,5%	64,1%	63,3%	55,5%	58,3%	67,4%	69,6%	64,8%
26	Setúbal	G	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%	64,7%	67,6%	64,7%
27	Castro Marim	P	62,1%	56,2%	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%	68,1%	66,6%	60,2%	58,8%	64,5%
28	Barreiro	M	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%	54,4%	71,1%	68,5%	56,1%	64,3%
29	Loures	G	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%	71,5%	69,8%	63,7%
30	Viseu	M	40,0%	48,7%	50,0%	55,6%	62,3%	56,9%	60,2%	62,5%	62,0%	63,3%	63,6%
31	Ílhavo	M	57,7%	41,2%	41,4%	65,2%	65,3%	62,5%	62,1%	70,2%	58,1%	65,7%	63,5%
32	Montijo	M	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%	71,6%	63,5%
33	Óbidos	P	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%	67,9%	64,9%	63,3%
34	Santa Cruz	M	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%
35	Póvoa de Varzim	M	71,0%	68,2%	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%	72,9%	67,9%	64,2%	59,7%	63,0%

**R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2020**

	Município	Dim.	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Corvo	P	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%
2	Pampilhosa da Serra	P	8,6%	7,8%	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%	10,7%	11,5%	9,2%	7,4%	6,6%
3	Lajes das Flores	P	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%
4	Barrancos	P	5,4%	8,7%	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%	11,6%	10,5%	10,3%	10,4%	7,9%
5	Santa Cruz das Flores	P	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%
6	Freixo de Espada à Cinta	P	8,0%	7,8%	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%	17,9%	16,7%	17,3%	7,8%	11,2%
7	Sardoal	P	20,9%	23,7%	30,2%	23,8%	28,1%	24,9%	24,2%	21,1%	20,0%	16,9%	11,6%
8	Crato	P	18,6%	21,5%	16,8%	19,2%	24,3%	23,9%	21,4%	19,9%	21,5%	23,5%	12,3%
9	Vimioso	P	6,2%	13,0%	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%	17,0%	15,5%	16,7%	12,7%	12,3%
10	Alcoutim	P	10,1%	9,8%	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%	11,5%	12,6%	14,6%	12,1%	12,3%
11	Mesão Frio	P	11,8%	21,5%	20,1%	21,9%	27,1%	24,8%	25,6%	14,0%	22,6%	20,3%	12,5%
12	Mondim de Basto	P	4,0%	10,9%	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%	17,7%	17,7%	18,9%	17,6%	12,5%
13	Vinhais	P	10,2%	12,7%	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%	16,4%	14,7%	16,0%	15,2%	13,0%
14	Nordeste	P	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%
15	Almodôvar	P	14,4%	15,9%	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%	17,6%	17,3%	19,6%	20,4%	13,4%
16	Carrazeda de Ansiães	P	19,2%	14,7%	12,4%	16,9%	19,1%	16,9%	18,7%	23,0%	19,6%	18,3%	13,4%
17	Monforte	P	11,7%	10,1%	10,6%	11,5%	15,6%	13,8%	17,0%	14,6%	14,8%	22,9%	13,7%
18	Vila de Rei	P	11,1%	9,5%	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%	16,0%	16,5%	16,7%	14,6%	14,2%
19	Gavião	P	19,8%	25,3%	18,9%	21,0%	23,1%	21,6%	24,1%	19,9%	22,7%	20,1%	14,4%
20	Santana	P	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%
21	Murça	P	10,2%	9,2%	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%	20,2%	18,5%	19,1%	21,8%	14,5%
22	Penedono	P	12,6%	14,2%	14,7%	16,7%	14,3%	17,0%	15,4%	18,4%	21,1%	15,1%	14,7%
23	Torre de Moncorvo	P	17,1%	10,0%	22,6%	30,6%	28,0%	24,0%	26,9%	16,8%	23,2%	22,4%	14,9%
24	Portel	P	12,9%	16,2%	18,9%	16,5%	22,5%	19,5%	18,4%	22,9%	19,9%	17,1%	15,1%
25	Trancoso	P	12,4%	15,5%	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%	21,9%	18,1%	19,0%	18,5%	15,7%
26	Vila Flor	P	19,3%	16,4%	15,9%	18,6%	24,0%	19,6%	21,2%	20,7%	19,6%	17,0%	16,1%
27	Ourique	P	11,7%	15,2%	16,0%	15,1%	19,3%	16,9%	16,3%	15,0%	18,1%	17,5%	16,2%
28	Mogadouro	P	13,0%	12,2%	14,8%	19,8%	21,9%	19,7%	23,7%	22,2%	20,8%	21,3%	16,5%
29	Arronches	P	14,5%	12,3%	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%	17,5%	15,0%	13,3%	16,9%	16,6%
30	Castanheira de Pêra	P	17,1%	11,6%	11,4%	26,3%	32,0%	32,3%	33,2%	26,4%	24,2%	21,0%	16,8%
31	Alvito	P	12,2%	12,5%	13,7%	18,0%	18,5%	18,7%	20,6%	20,1%	27,9%	19,1%	17,2%
32	Calheta (R. A. A.)	P	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%
33	Monchique	P	18,9%	18,0%	18,9%	21,6%	21,7%	21,2%	22,1%	24,5%	22,8%	19,3%	17,3%
34	Castelo de Vide	P	20,1%	21,3%	20,0%	22,9%	21,1%	22,1%	22,7%	20,9%	20,5%	21,6%	17,4%
35	Avis	P	17,5%	15,7%	14,7%	20,4%	19,0%	20,3%	20,4%	18,9%	20,5%	21,6%	17,6%

## R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2020

Município	Dim.	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Ponta Delgada	M	48,4%	49,9%	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%	53,4%	57,8%	55,6%	54,6%	52,1%
2 Lagoa (R.A.A)	P	31,7%	25,2%	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%	49,1%	49,1%	49,8%	47,4%	42,1%
3 Angra do Heroísmo	M	22,2%	19,5%	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%	37,4%	36,0%	38,7%	38,1%	39,4%
4 Horta	P	29,1%	30,4%	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%	40,6%	37,6%	40,6%	33,7%	36,9%
5 Ribeira Grande	M	19,7%	27,5%	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%	39,3%	41,5%	40,5%	43,0%	36,4%
6 Vila do Porto	P	14,7%	16,8%	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%	30,7%	26,7%	26,3%	27,7%	25,7%
7 Povoação	P	13,2%	31,1%	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%	29,2%	28,1%	31,0%	30,0%	25,1%
8 Velas	P	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%	26,7%	23,3%	22,9%	26,4%	23,2%
9 Lajes do Pico	P	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%	20,9%	22,9%	21,5%	23,1%
10 Madalena	P	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%	24,8%	26,6%	23,1%	24,9%	21,7%
11 Sta. Cruz da Graciosa	P	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%	23,4%	22,9%	22,1%	22,4%	21,1%
12 Vila Franca do Campo	P	28,2%	11,3%	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%	42,2%	42,1%	41,8%	14,9%	19,5%
13 São Roque do Pico	P	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%	22,0%	21,0%	22,9%	19,3%
14 Praia da Vitória	P	20,9%	27,6%	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%	26,1%	24,0%	28,3%	25,5%	18,7%
15 Calheta (R. A. A.)	P	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%
16 Nordeste	P	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%
17 Santa Cruz das Flores	P	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%
18 Lajes das Flores	P	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%
19 Corvo	P	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%

## R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A.

Município	Dim.	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Funchal	G	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%
2 Santa Cruz	M	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%
3 Porto Santo	P	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%	42,7%	58,9%
4 Machico	P	40,2%	29,6%	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%	33,4%	34,9%	36,1%	33,3%	41,7%
5 Ponta do Sol	P	29,2%	25,5%	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%	32,9%	36,9%	39,1%	39,6%	36,5%
6 Calheta (R. A. M.)	P	25,4%	20,2%	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%	31,9%	36,9%	37,0%	38,3%	35,3%
7 Câmara de Lobos	M	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%	29,5%	23,7%	23,7%	28,4%	28,1%
8 Ribeira Brava	P	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%	34,2%	19,9%	32,5%	19,8%
9 São Vicente	P	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%	18,1%	17,9%	19,7%
10 Porto Moniz	P	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%	23,2%	29,4%	28,0%	29,1%	18,6%
11 Santana	P	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%



## CAPÍTULO 2.

# ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

### 2.1. Introdução

No presente capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios<sup>1</sup>, apresentando referenciais financeiros reportados a 2020 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução e privilegiando-se para o efeito, o período entre 2010 e 2020.

Este Anuário mantém, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anos, pelo que, em relação à receita se analisam: a previsão orçamental, a liquidação<sup>2</sup>, a cobrança e os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas<sup>3</sup>, os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes são examinados, globalmente, considerando o universo dos 308 municípios, por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

<sup>1</sup> A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local ou de outras entidades com participação municipal. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, e no anexo I, constará a informação económico-financeira considerada mais relevante que relaciona os municípios com as suas participadas.

<sup>2</sup> Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

<sup>3</sup> Também correntemente referidas como despesas orçadas.

Sempre que possível é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios, adotados nos anteriores anuários, de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão<sup>4</sup>. Sempre que a situação o justifique, apresenta-se informação discriminada por conjunto de municípios, hierarquizados de acordo com critérios apresentados e/ou indicadores aferidos para análise.

Com as referidas listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) relativas a rácios ou indicadores da receita e da despesa, pretende-se, essencialmente, facilitar a perceção de diversas problemáticas do sector municipal relacionadas com a gestão orçamental, através de elementos concretos e contáveis.

### 2.2. Receitas Municipais

De acordo com os documentos constantes da prestação de contas dos municípios, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedeceu, na sua generalidade, ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002<sup>5</sup>, de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos, conforme se apresenta no Quadro 2.01.

<sup>4</sup> Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.

<sup>5</sup> Com a atualização efetuada em setembro de 2019 resultante da transferência de competências operada pela Lei N.º 50/2018.

**Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal (DL 26/2002)**

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos	09- Venda de bens de investimento	15- Reposições não abatidas nos pagamentos
02- Impostos indiretos	10- Transferências de capital	16- Saldo da gerência anterior
04- Taxas, multas e outras penalidades	11- Ativos Financeiros	
05- Rendimentos de propriedade	12- Passivos Financeiros	
06- Transferências correntes	13- Outras receitas de capital	
07- Venda de bens e serviços correntes		
08- Outras receitas correntes		

A aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP) pelas autarquias permite a normalização de rubricas para as demonstrações orçamentais, tal como existem rubricas normalizadas para as demonstrações financeiras. No quadro 2.02 apresentam-se as rubricas normalizadas que constam no orçamento e plano orçamental plurianual.

Estas rubricas têm correspondência com o classificador económico das receitas publicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, mantendo-se a classificação das receitas e das despesas em função do mesmo na elaboração dos mapas de demonstração da execução orçamental.

**Quadro 2.02 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas**

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
R1 Receita fiscal	R8 Venda de bens de investimento	R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais
R11 Impostos diretos	R9 Transferências de Capital	
R12 Impostos indiretos	R91 Administrações Públicas	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Não aplicável aos municípios)	R911 Administração Central - Estado	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	R912 Administração Central - Outras entidades	
R4 Rendimentos de propriedade	R913 Segurança Social	
R5 Transferências Correntes	R914 Administração Regional	
R51 Administrações Públicas	R915 Administração Local	
R511 Administração Central - Estado	R92 Exterior - UE	
R512 Administração Central - Outras entidades	R93 Outras	
R513 Segurança Social	R10 Outras receitas de capital	
R514 Administração Regional	R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	
R515 Administração Local	R12 Ativos financeiros	
R52 Exterior - UE	R13 Passivos financeiros	
R53 Outras		
R6 Venda de bens e serviços		
R7 Outras receitas correntes		

### 2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.03 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo total dos municípios entre 2010 e 2020<sup>6</sup>. Conforme referido, a análise evolutiva das diferentes componentes orçamentais far-se-á tendo como comparação os últi-

mos dez anos de atividade dos municípios, identificados por períodos de mandato municipal.

Nos Quadros 2.04 e 2.05 apresentam-se as variações das receitas suprarreferidas, para o período considerado em análise.

<sup>6</sup> Só se dispõem de informação sobre receitas previstas iniciais a partir de 2017.

**Quadro 2.03 – Previsão e Execução da Receita<sup>7</sup>**

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receitas previstas iniciais	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	9.269,1	9.594,7	10.318,4	10.588,5
Receitas previstas corrigidas <sup>8</sup> (a)	12.995,1	12.595,6	11.674,3	10.855,5	9.323,9	8.784,0	8.802,2	9.276,5	9.486,9	10.017,5	9.993,3
Receitas liquidadas <sup>9</sup> (b)	7.978,1	7.887,7	7.699,3	7.806,2	7.465,9	7.525,0	7.799,4	8.389,0	8.711,1	9.181,4	8.857,7
Receitas por cobrar no início do ano (c)	651,3	713,5	789,2	777,6	750,1	858,2	809,2	834,7	738,4	693,6	736,1
Receitas cobradas líquidas <sup>10</sup> (d)	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.806,3	7.337,2	7.518,4	7.738,0	8.311,5	8.539,6	9.041,1	8.773,1
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	5.135,6	4.824,1	3.990,8	3.049,1	1.986,8	1.265,5	1.064,2	965,0	947,3	976,4	1.220,2
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	5.017,0	4.707,9	3.789,0	3.049,2	1.858,0	1.259,0	1.002,8	887,5	775,8	836,1	1.137,5
Receita por cobrar no final do ano (b+c)-d	770,0	829,7	805,1	777,5	878,8	864,8	870,6	912,2	909,9	833,9	818,8
Receitas cobradas/(receitas liquidadas + receitas por cobrar no início do ano (d/(b+c))	91,1%	90,4%	90,5%	90,9%	89,3%	89,7%	89,9%	90,1%	90,4%	91,6%	91,5%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	61,4%	62,6%	66,0%	71,9%	80,1%	85,7%	88,6%	90,4%	91,8%	91,7%	88,6%
Grau de execução da receita cobrada (d/a)	60,5%	61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%

<sup>7</sup> Os valores apresentados neste quadro, para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e a despesa assumida ou paga.

<sup>8</sup> Montantes de receita prevista englobando todas as alterações ou revisões orçamentais realizadas no ano económico.

<sup>9</sup> Montantes deduzidos das liquidações anuladas.

<sup>10</sup> Correspondem ao montante de receita cobrada bruta deduzida dos reembolsos e restituições efetuadas no respetivo ano económico.

Quadro 2.04 – Variação da Receita (valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Variação da Receita prevista inicial	--	--	--	--	--	--	--	325,6	723,7	270,1
Variação da Receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais	-399,4	-921,4	-818,8	-1.531,5	-540,0	18,2	474,3	210,4	530,6	-24,3
Variação da Receita liquidada*	-90,4	-188,4	106,9	-340,3	59,1	274,4	589,6	322,1	470,3	-325,7
Variação da Receita cobrada	-87,9	-88,1	122,9	-469,1	181,3	219,6	573,5	228,1	501,5	-268,0

\*Deduzidas das anulações de liquidações.

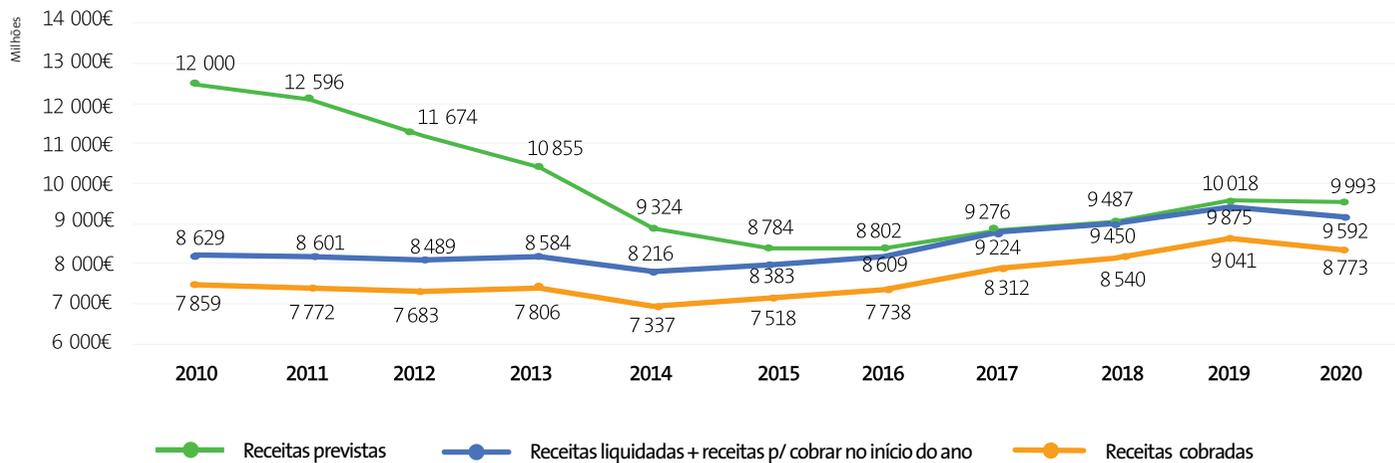
Quadro 2.05 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Variação da Receita prevista inicial	--	--	--	--	--	--	--	3,5%	7,5%	2,6%
Variação da Receita prevista corrigida*	-3,1%	-7,3%	-7,0%	-14,1%	-5,8%	0,2%	5,4%	2,3%	5,6%	-0,2%
Variação da Receitas liquidadas	-1,1%	-2,4%	1,4%	-4,4%	0,8%	3,6%	7,6%	3,8%	5,4%	-3,5%
Variação da Receitas cobradas	-1,1%	-1,1%	1,6%	-6,0%	2,5%	2,9%	7,4%	2,7%	5,9%	-3,0%

\* Corrigida das alterações e revisões orçamentais efetuadas ao longo do ano económico em apreço.

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros anteriores, permitindo uma melhor perceção da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2010 e 2020.

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas



\* Não incluem o saldo da gerência anterior.

Da observação dos quadros e gráficos anteriores entende-se que, no ano económico de 2020, se confirma, na globalidade, a melhoria do comportamento orçamental da receita já verificado no ano transato, realçando-se o seguinte:

- O montante global de receita liquidada em 2020 foi de 8.855,7 milhões de euros, ou seja, -325,7 milhões de euros (-3,5%) que em 2019;
- A receita cobrada, neste mesmo ano, baixou 3% (-268 milhões de euros que em 2019) apresentando o montante de 8.773,1 milhões de euros;
- Entre 2010 e 2020 a cobrança líquida da receita aumentou 12,0%, isto é, +913,6 milhões de euros;
- O ano de 2020 registou um grau de execução da receita cobrada<sup>11</sup> de 87,8%, inferior ao grau de execução de 2019 em 2,5%. No entanto, o aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 revela uma procura de maior rigor na elaboração

<sup>11</sup> Peso da receita cobrada líquida na receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais.

dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita;

- Em 2020, todos os municípios apresentaram um grau de execução da receita cobrada superior a 50% da receita orçada;
- Também, em 2020 se verificou um elevado rácio de execução da receita liquidada<sup>12</sup> ao faturar-se 88,6% (-3,1pp que em 2019, e +27,2pp que em 2010);
- Em 2020 o montante de receita prevista corrigida e não liquidada foi de 1 137,6 milhões de euros (+301,5 milhões de euros que em 2019). Anota-se que, em 2010, o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado ao totalizar 5,017 milhões de

<sup>12</sup> Razão entre a receita liquidada e a receita prevista. O nível crescente deste indicador revela um maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um melhor cumprimento das regras orçamentais de previsão das receitas, pois, de outra forma, não seria possível reduzir tão drasticamente a diferença entre os três níveis de receita: prevista, liquidada e cobrada. A diminuição drástica de excedente orçamental da receita prevista sobre a efetivamente liquidada, indicia a continuidade de novo período de vida na gestão financeira municipal, verificada a partir de 2014 e mais acentuadamente depois de 2016, com maior atenção dada à sustentabilidade financeira e um maior esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

euros pelo que pode afirmar-se que o inflacionamento orçamental nos últimos dez anos se reduziu em 3.879,4 milhões de euros;

- Em 2020, ao aumento da receita prevista inicial de +2,6% (+270,1 milhões de euros) face a 2019, correspondeu um decréscimo de receita cobrada em -3% (-268 milhões de euros).

Retomando a análise global do universo autárquico municipal e comparando as receitas autárquicas de 2010 com as homólogas de 2020, reafirma-se:

- Uma diminuição significativa do total de receita prevista que, em onze anos, reduziu cerca de 3 mil milhões de euros, isto é -23,1%;
- Um aumento significativo da receita cobrada, que cresceu, no

mesmo período, 913,6 milhões de euros (+12%);

- Uma diminuição significativa da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada, a qual passou de um diferencial de 5 135,6 milhões de euros em 2010, para 1 220,2 milhões de euros em 2020. Isto é, nestes onze anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu 76,2% (-3,9 mil milhões de euros).

Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada, no período entre 2010 e 2020, nas Regiões Autónomas, permitindo apreciar a evolução dos seus indicadores homólogos.

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores

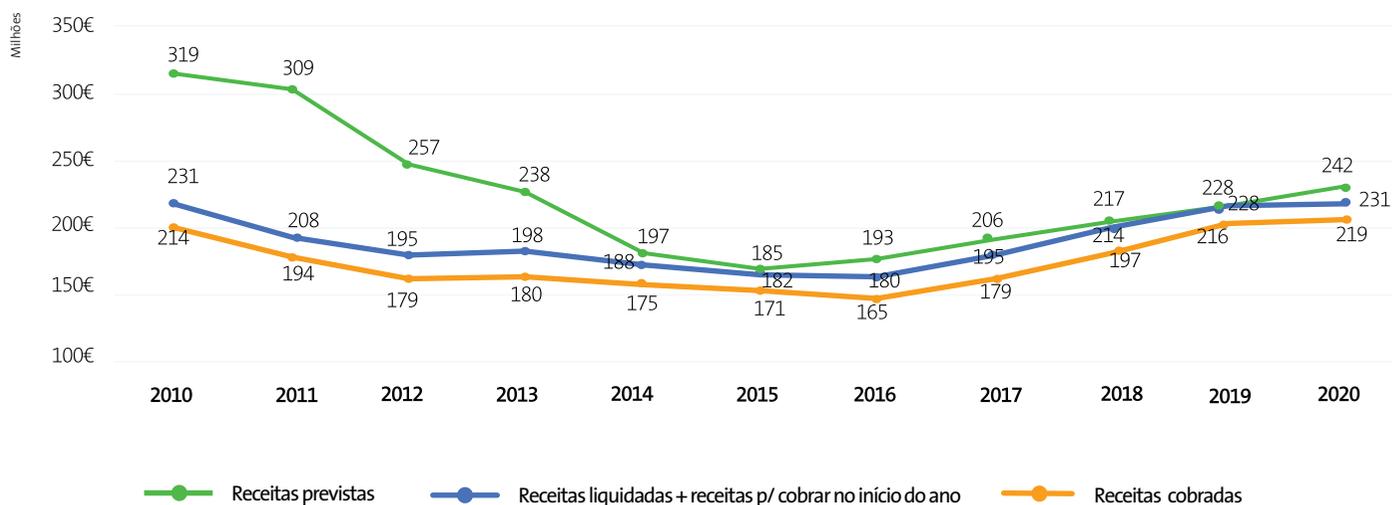
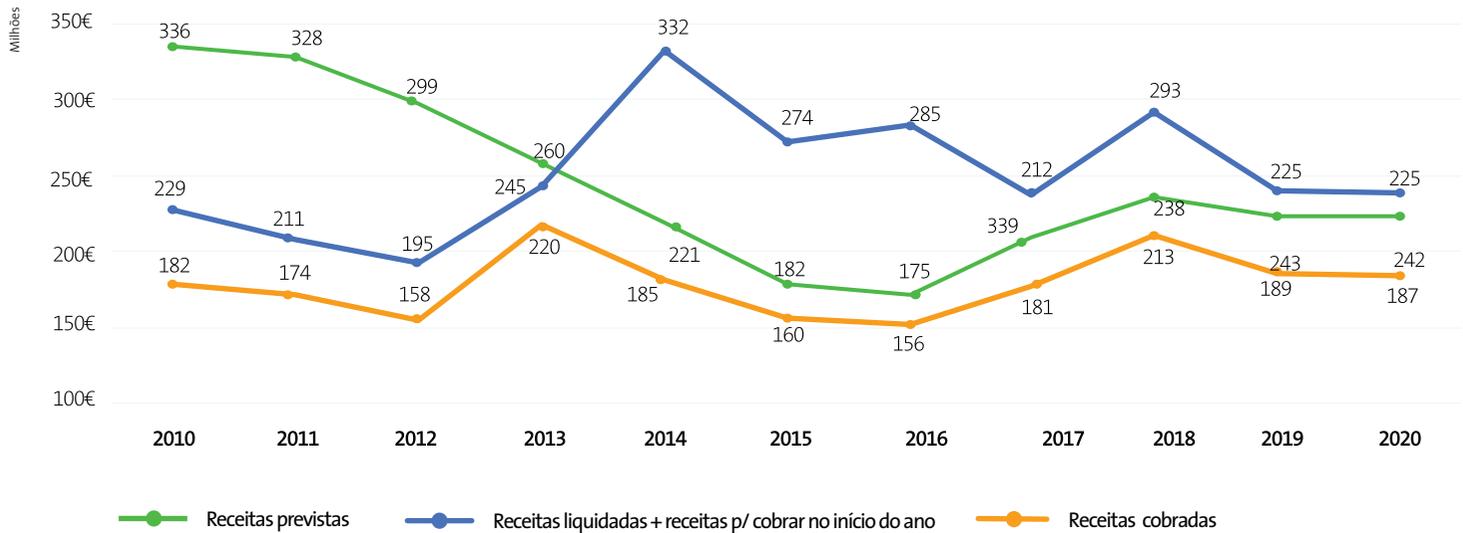


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira



O Gráfico 2.01.A revela o contínuo esforço desenvolvido pela Região Autónoma dos Açores, no ajustamento da previsão das receitas à real capacidade de cobrança e à obtenção das mesmas, reduzindo ao longo do tempo a diferença entre a receita prevista e a liquidada e aumentando o montante de receita cobrada, pese embora em 2020, se tenha notado um aumento ligeiro da diferença entre receita prevista e receita liquidada, bem como entre a receita prevista e a receita cobrada.

O Gráfico 2.01.M mostra, para a Região Autónoma da Madeira, manteve o nível da receita prevista e uma ligeira descida da receita cobrada, tendo-se mantido o nível da receita liquidada. Desde 2014 que a receita liquidada excede a estimada, ainda que com oscilações significativas ao longo dos anos e com uma tendência decrescente.

Da análise do grau de execução da receita dos municípios açorianos resultou o Quadro 2.06.A, do qual se observa:

– Na Região dos Açores, oito (menos cinco que em 2019) dos dezanove municípios apresentaram um grau de execução superior a 90%, sendo o grau médio de execução global na Região, superior ao da média nacional. Contudo, apenas quatro municípios apresentam um grau de execução da receita inferior a 80%.

Quadro 2.06.A – Grau de execução da receita cobrada em 2019 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	P. Delgada	M	66,7%	64,0%	70,9%	73,2%	91,2%	93,9%	91,5%	101,5%	95,7%	100,5%	99,8%
2	S. Roque do Pico	P	68,6%	64,8%	58,9%	62,2%	100,4%	97,5%	92,7%	71,0%	97,0%	96,6%	98,5%
3	Ribeira Grande	M	66,0%	59,5%	68,7%	91,4%	106,6%	102,3%	92,7%	101,4%	103,5%	102,3%	98,2%
4	V. F. do Campo	P	52,3%	48,5%	76,7%	90,0%	86,4%	101,1%	98,6%	92,9%	98,0%	102,9%	98,1%
5	Velas	P	56,9%	71,6%	73,5%	88,4%	100,7%	104,8%	96,1%	79,9%	99,0%	98,1%	95,6%
6	A. do Heroísmo	M	73,0%	76,1%	79,9%	83,5%	84,3%	96,0%	90,4%	87,5%	98,3%	97,4%	93,0%
7	Nordeste	P	42,6%	31,6%	40,4%	77,2%	104,8%	99,7%	95,1%	79,4%	100,1%	101,0%	92,5%
8	St. Cruz das Flores	P	83,3%	99,1%	89,2%	70,0%	88,8%	89,5%	83,9%	87,6%	90,5%	87,6%	90,9%
9	St.Cruz da Graciosa	P	76,1%	72,8%	79,5%	68,8%	91,2%	89,6%	83,1%	92,5%	88,7%	90,2%	88,2%
10	Corvo	P	70,4%	72,7%	79,4%	63,7%	97,0%	83,8%	74,5%	74,1%	74,5%	93,8%	87,2%
11	Praia da Vitória	P	73,7%	69,9%	68,6%	82,9%	89,2%	91,7%	86,6%	85,6%	80,6%	87,9%	86,9%
12	Lagoa (R.A.A.)	P	57,2%	71,3%	77,6%	83,1%	86,8%	93,9%	95,6%	94,9%	97,8%	93,2%	86,6%
13	Calheta (R.A.A.)	P	76,3%	75,8%	81,7%	50,9%	98,6%	101,6%	106,1%	87,5%	98,5%	92,5%	86,3%
14	Lajes das Flores	P	94,0%	80,5%	60,1%	52,4%	79,5%	85,5%	85,4%	89,8%	96,2%	90,3%	83,2%
15	Povoação	P	67,4%	70,1%	61,5%	75,1%	76,7%	81,1%	94,4%	95,0%	88,0%	92,3%	82,2%
16	Horta	P	68,3%	65,3%	69,1%	67,2%	83,3%	82,6%	71,3%	74,1%	71,6%	88,9%	78,3%
17	Vila do Porto	P	86,4%	74,8%	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%	57,6%	62,4%	85,8%	78,0%
18	Madalena	P	62,7%	54,9%	56,2%	62,0%	69,4%	78,1%	76,4%	62,3%	76,3%	72,0%	74,4%
19	Lajes do Pico	P	73,3%	57,8%	50,6%	82,3%	71,5%	83,5%	76,2%	77,3%	74,7%	76,5%	70,8%
<b>Grau execução Receita – Açores</b>			<b>67,1%</b>	<b>62,8%</b>	<b>69,5%</b>	<b>76,0%</b>	<b>89,0%</b>	<b>92,2%</b>	<b>85,6%</b>	<b>86,9%</b>	<b>90,6%</b>	<b>94,6%</b>	<b>90,4%</b>
Grau execução Receita – Nacional			60,5%	61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%

Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2019 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-20			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Ponta do Sol	P	51,7%	65,3%	75,9%	96,4%	98,6%	93,5%	80,4%	78,0%	100,1%	103,2%	99,4%
2	Porto Santo	P	36,1%	55,8%	52,0%	84,9%	99,1%	106,0%	96,0%	94,9%	101,4%	92,8%	98,0%
3	Santana	P	57,2%	52,2%	64,1%	83,0%	102,0%	102,4%	89,0%	86,7%	93,3%	97,7%	97,8%
4	Machico	P	46,2%	46,5%	36,1%	89,9%	93,6%	92,4%	96,7%	101,3%	103,9%	100,2%	96,5%
5	Câmara de Lobos	M	41,4%	34,4%	34,0%	74,0%	101,6%	82,6%	79,0%	88,3%	85,1%	83,7%	89,0%
6	São Vicente	P	51,8%	47,2%	54,0%	56,6%	70,5%	94,1%	94,5%	96,2%	89,5%	88,6%	86,3%
7	Ribeira Brava	P	32,0%	30,5%	37,3%	50,2%	63,3%	83,9%	90,3%	69,7%	76,1%	85,2%	85,9%
8	Funchal	G	72,8%	71,8%	66,9%	97,4%	88,7%	88,4%	93,9%	79,4%	85,7%	80,7%	80,0%
9	Santa Cruz	M	47,3%	44,5%	47,1%	74,1%	64,8%	74,9%	95,0%	100,0%	101,7%	73,0%	79,6%
10	Porto Moniz	P	50,7%	57,2%	52,3%	94,3%	91,3%	99,8%	84,4%	71,7%	71,7%	81,1%	75,9%
11	Calheta (R.A.M.)	P	48,0%	46,8%	46,7%	73,9%	89,6%	98,4%	63,9%	99,3%	106,4%	103,4%	72,0%
<b>Grau execução Receita – Madeira</b>			<b>54,3%</b>	<b>53,1%</b>	<b>53,0%</b>	<b>84,5%</b>	<b>83,3%</b>	<b>88,2%</b>	<b>89,2%</b>	<b>85,2%</b>	<b>89,6%</b>	<b>84,0%</b>	<b>83,2%</b>
Grau execução Receita – Nacional			60,5%	61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%

Relativamente aos municípios da Região da Madeira apresenta-se, de seguida, o quadro 2.06.M com o grau de execução das receitas.

Da observação do quadro anterior releva-se:

- A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2020, para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 83,2%, valor abaixo da média nacional em cerca de 6%;
- Apenas três municípios apresentaram uma execução da receita inferior a 80% da receita prevista.

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, dada a discrepância significativa do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios, apresenta-se o *Ranking* R3 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2020, com informação relativa aos anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.

Reportando ao *Ranking* R3 e relativamente ao ano de 2020, poder-se-á observar:

- A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi de 681,8 milhões de euros. O trigésimo quinto município deste *ranking* - Município de Lagos – arrecadou apenas 7,2% da receita cobrada por Lisboa. Anota-se que a população residente em Lagos representa 6% da população residente em Lisboa;
- A diferença de receita cobrada entre o primeiro município do *Ranking* R3 (Lisboa) e o segundo (Porto) foi de 503,8 milhões de euros, sendo que, no ano anterior, a diferença homóloga entre os mesmos municípios tinha sido manifestamente superior, totalizando 793,1 milhões de euros. Em 2020, a receita cobrada pelo Porto representou 31,4% da receita arrecadada por Lisboa (pese embora este indicador tenha aumentado 7,3%). No entanto a população residente no Porto corresponde a 43,4% da população residente em Lisboa;
- A receita cobrada por Lisboa em 2020, após um acréscimo extraordinário em 2019 de 29,6% (+238,8 milhões de euros), apresentou o decréscimo acentuado de 29,7% (-310 milhões de euros),

tendo sido inferior à receita arrecadada em 2017 e 2018. Anota-se, ainda, que a receita cobrada por Lisboa representou 11,9% da receita cobrada pela totalidade dos municípios;

- O município do Porto, que apresentou em 2019 o maior volume de receita auferida nos últimos dez anos, em 2020, ao arrecadar 230,5 milhões de euros, traduziu um decréscimo de 20,7 milhões de euros em relação ao ano precedente isto é, -8,2% de receita auferida no ano anterior;
- Dos 35 municípios hierarquizados com maior volume de receita, dezasseis apresentaram, em 2020, decréscimo de receita cobrada, sendo que destes, há que destacar pelo peso e volume assinalável de descida de receita, para além dos já assinalados municípios de Lisboa e Porto, os municípios de: Seixal (-26 milhões de euros, -21% da receita); Gondomar<sup>3</sup> (-21,8 milhões de euros, -20,4% de receita); Mafra<sup>4</sup> (-17,4 milhões de euros, -19,7% de receita); Albufeira (-14,2 milhões de euros, -18% de receita); Funchal (-9,7 milhões de euros, -11,1% de receita) e Almada (-9,2 milhões de euros, -8,9% de receita);
- Observando este mesmo *ranking*, constata-se um aumento significativo de receita cobrada de alguns municípios, nomeadamente: Sintra (+11,3 milhões de euros, +6%); Oeiras (+10 milhões de euros, +6,2%); Viseu (+8,3 milhões de euros, +8,8%); Guimarães (+7 milhões de euros, +8%); Maia (+6,5 milhões de euros, +8,8%) e Vila do Conde (+4,5 milhões de euros, +8,8%).

Seguindo a metodologia adotada nos anuários precedentes, apresenta-se, hierarquizada pelo volume de receita, a situação dos municípios das Regiões Autónomas reportada ao ano de 2020, embora com o histórico dos dez anos anteriores.

<sup>3</sup> Apresentou em 2019 um acréscimo de receita na ordem dos 45,8%.

<sup>4</sup> Tinha apresentado em 2019 um acréscimo de receita de 32,5%.

**R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada\* em 2020**

Unidade: euros

Município	Djm	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Lisboa	G	600 698 240	579 701 291	832 666 402	546 365 853	623 142 075	710 672 378	659 639 515	817 137 507	805 585 216	1 044 337 884	734 327 955	-29,7%
2 Porto	G	193 838 411	190 929 393	164 847 332	189 546 233	176 337 104	169 516 522	223 596 824	214 065 558	225 199 501	251 214 697	230 492 640	-8,2%
3 Cascais	G	159 762 402	153 953 892	142 244 106	129 649 858	143 391 161	149 473 597	160 779 651	215 120 348	219 372 109	214 251 456	210 492 183	-1,8%
4 Sintra	G	201 524 211	160 095 417	167 535 394	157 458 501	147 526 734	155 295 805	158 331 191	168 112 165	173 164 829	188 183 676	199 432 466	6,0%
5 Oeiras	G	113 261 373	111 162 197	109 570 322	107 509 349	116 634 387	119 639 044	127 621 156	151 246 286	148 588 244	159 490 556	169 445 960	6,2%
6 V. N. de Gaia	G	119 690 440	133 914 620	123 619 408	138 673 073	129 121 724	123 231 383	162 967 720	131 585 597	147 466 624	145 634 010	145 157 405	-0,3%
7 Matosinhos	G	105 491 076	117 087 294	110 137 105	101 641 884	86 592 708	108 244 567	121 813 021	127 347 319	113 818 670	117 222 557	118 422 119	1,0%
8 Loures	G	107 313 332	103 021 209	109 517 801	104 454 727	100 216 564	104 619 446	104 996 997	114 221 872	112 255 836	122 014 658	118 099 347	-3,2%
9 Braga	G	92 572 702	87 573 099	84 166 068	99 302 205	86 282 035	85 646 061	84 357 269	90 343 199	99 253 851	109 961 437	109 809 570	-0,1%
10 Loulé	M	97 991 915	89 377 818	91 120 229	111 290 200	95 727 486	105 481 768	112 091 586	109 341 104	103 711 923	112 587 204	109 773 980	-2,5%
11 Seixal	G	81 606 977	74 581 783	79 245 204	80 835 117	110 988 443	81 133 474	119 995 532	92 609 459	126 113 295	123 628 789	97 638 497	-21,0%
12 V. N. Famalicão	G	82 949 392	82 439 666	86 571 160	63 124 314	71 988 888	71 680 267	88 620 604	86 468 808	89 113 004	93 032 311	97 152 705	4,4%
13 Guimarães	G	85 554 241	101 099 635	91 654 325	78 095 383	76 515 936	86 156 289	84 355 525	85 196 727	83 311 414	87 775 779	94 759 199	8,0%
14 Setúbal	G	57 809 844	61 968 623	66 324 518	63 932 384	64 507 413	81 429 935	83 277 495	81 115 194	88 766 607	91 740 783	94 506 887	3,0%
15 Almada	G	88 612 752	82 854 306	78 593 908	77 445 956	76 922 784	83 085 546	81 532 714	87 748 867	96 876 284	102 445 465	93 299 909	-8,9%
16 Amadora	G	84 784 404	90 626 292	84 526 479	74 200 232	77 341 786	76 357 139	78 728 326	84 280 082	88 161 710	93 216 486	93 061 125	-0,2%
17 Gondomar	G	72 476 247	86 729 131	70 390 999	77 240 134	58 023 031	63 815 799	65 472 443	68 638 720	73 151 072	106 669 468	84 916 072	-20,4%
18 Coimbra	G	88 310 921	97 785 788	94 017 940	87 122 861	78 971 387	77 996 805	87 200 186	83 992 826	81 612 065	80 986 000	84 869 813	4,8%
19 Odivelas	G	69 343 358	64 281 981	61 892 911	57 892 182	65 176 852	65 748 421	64 396 095	72 240 739	78 148 019	80 160 475	83 873 501	4,6%
20 Maia	G	68 355 866	61 814 950	61 200 579	55 655 128	55 563 240	74 488 712	66 584 618	66 299 132	73 980 309	73 465 126	79 942 229	8,8%
21 Funchal	G	83 147 721	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	-11,1%
22 V. F. de Xira	G	69 433 941	69 109 435	67 718 373	64 142 072	59 538 460	54 441 425	57 632 774	68 493 648	65 603 844	76 051 838	77 063 356	1,3%
23 Leiria	G	57 562 353	61 070 182	57 981 088	60 475 151	63 505 479	64 474 204	69 461 292	68 089 790	78 455 407	71 314 515	72 410 529	1,5%
24 Mafra	M	55 236 080	49 095 697	50 240 535	47 542 538	51 999 270	56 340 133	57 506 913	62 145 533	66 637 727	88 272 781	70 878 210	-19,7%
25 St. Maria Feira	G	61 896 612	63 978 681	57 386 848	76 760 634	63 821 043	58 896 465	59 289 187	62 703 329	60 720 680	66 248 052	70 704 267	6,7%
26 Viana Castelo	M	54 048 327	54 695 299	50 757 348	55 543 588	48 329 520	61 076 345	55 354 154	63 932 864	64 295 931	70 159 731	70 272 640	0,2%
27 Aveiro	M	46 797 981	39 058 422	40 175 129	42 909 858	48 046 087	52 805 662	54 039 391	116 014 516	79 110 073	65 996 237	65 109 787	-1,3%
28 Albufeira	M	61 213 140	58 974 432	61 037 177	78 750 705	79 429 527	87 033 773	78 340 890	83 313 575	75 343 902	78 992 032	64 812 482	-18,0%
29 Viseu	M	60 943 713	53 955 169	48 789 993	49 488 083	45 360 314	48 166 438	48 675 168	50 555 032	51 458 048	55 805 160	64 128 368	14,9%
30 Barcelos	G	59 373 748	53 357 653	56 165 224	60 971 630	59 187 087	54 261 876	52 688 127	52 846 643	56 289 476	59 926 542	62 335 162	4,0%
31 Torres Vedras	M	41 730 185	51 879 386	46 661 223	44 720 680	41 019 870	54 005 995	47 594 181	45 160 298	48 461 195	54 146 870	57 290 316	5,8%
32 Portimão	M	46 740 761	45 596 590	38 730 473	42 996 870	45 033 466	51 033 342	82 670 958	139 994 530	59 267 914	56 315 102	57 081 533	1,4%
33 Vila do Conde	M	52 103 951	53 998 517	46 032 984	82 965 538	47 090 983	46 416 134	47 548 567	73 965 754	48 134 052	51 272 786	55 768 192	8,8%
34 Póvoa de Varzim	M	46 127 731	42 975 272	40 716 611	46 003 070	40 152 917	43 152 323	41 554 588	45 288 430	49 882 063	55 584 578	54 514 231	-1,9%
35 Lagos	M	37 314 055	37 825 225	40 264 512	49 549 992	42 215 573	46 629 202	47 898 042	51 315 666	54 208 131	58 871 228	52 506 627	-10,8%

\*Não inclui saldos de gerências anteriores.

## R3.A – Volume da receita cobrada\* pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 (%)	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	P. Delgada	M	35 689 580	33 147 869	33 694 117	31 748 683	34 236 559	33 108 780	31 749 454	38 271 620	36 659 871	42 630 291	40 657 401	-4,6%
2	R. Grande	M	29 062 571	21 460 188	20 386 492	17 795 784	18 629 750	20 382 617	19 996 674	20 274 843	21 583 409	21 975 936	24 555 633	11,7%
3	V. F. do Campo	P	7 145 897	21 528 256	21 664 464	9 517 390	8 652 197	9 211 891	8 050 211	8 497 704	9 080 313	29 153 008	22 846 035	-21,6%
4	A. do Heroísmo	M	21 468 923	19 098 785	16 878 471	17 363 073	17 296 146	19 404 607	17 186 013	17 018 154	20 463 303	19 372 559	22 468 509	16,0%
5	Praia da Vitória	P	23 608 549	14 195 835	11 383 376	12 207 504	10 409 738	11 523 037	12 068 128	14 405 784	13 364 334	14 836 028	17 785 397	19,9%
6	Lagoa (R.A.A)	P	11 932 821	13 586 149	11 266 521	9 441 816	9 589 844	9 918 050	9 924 215	10 314 151	10 957 961	11 772 985	12 688 477	7,8%
7	Horta	P	10 914 913	10 562 819	9 193 258	10 319 075	11 639 617	10 433 501	9 975 866	10 945 522	11 036 392	12 030 698	11 818 940	-1,8%
8	Madalena	P	6 200 271	5 910 486	5 317 535	6 923 218	7 192 593	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 816 788	7 881 490	8 530 037	8,2%
9	Povoação	P	7 181 076	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	0,7%
10	Vila do Porto	P	5 135 706	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	11,0%
11	Velas	P	6 471 109	5 682 203	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	6 186 679	6 347 876	2,6%
12	Nordeste	P	6 793 037	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	-0,2%
13	Lajes do Pico	P	12 686 312	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	-2,3%
14	S. R. do Pico	P	7 747 663	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 409	21,0%
15	Calheta (R.A.A)	P	4 674 843	4 094 239	3 853 750	4 657 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	3,1%
16	Sta. Cruz da Graciosa	P	5 413 398	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	-4,3%
17	Lajes das Flores	P	6 473 194	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	-8,3%
18	Sta. Cruz das Flores	P	3 787 483	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	8,4%
19	Corvo	P	1 732 211	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	-11,5%
<b>Total – Açores</b>			<b>214 119 555</b>	<b>193 853 775</b>	<b>178 818 351</b>	<b>180 433 956</b>	<b>175 361 794</b>	<b>170 855 989</b>	<b>165 054 962</b>	<b>178 955 473</b>	<b>196 929 630</b>	<b>216 004 779</b>	<b>219 054 411</b>	<b>1,4%</b>
<b>Açores/Total Nacional (%)</b>			<b>2,72%</b>	<b>2,49%</b>	<b>2,33%</b>	<b>2,31%</b>	<b>2,39%</b>	<b>2,27%</b>	<b>2,13%</b>	<b>2,15%</b>	<b>2,31%</b>	<b>2,39%</b>	<b>2,50%</b>	<b>4,5%</b>

\* Não inclui saldo das gerências anteriores.

## R3.M – Volume da receita cobrada\* pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2020

Unidades: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 (%)	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Funchal	G	83 147 721	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	-11,1%
2	Sta. Cruz	M	19 813 548	17 515 589	17 220 539	18 344 290	32 902 855	20 236 621	19 056 181	25 534 188	33 379 323	21 836 093	25 346 988	16,1%
3	Câmara de Lobos	M	18 651 019	13 852 328	11 960 007	23 488 586	16 142 877	12 772 572	11 411 363	20 548 032	15 352 022	17 886 996	16 594 927	-7,2%
4	Machico	P	11 992 574	14 474 197	10 877 578	11 091 147	16 282 812	9 442 406	9 152 818	9 640 308	9 861 271	10 137 736	12 523 424	23,5%
5	R. Brava	P	8 581 231	9 360 217	7 169 777	8 822 929	8 599 404	6 764 956	7 021 408	7 907 274	10 623 474	9 390 831	11 651 281	24,1%
6	Calheta (R.A.M.)	P	9 081 274	10 502 044	9 687 450	13 907 407	10 535 260	11 812 304	9 656 879	11 682 316	10 837 751	11 165 578	10 999 090	-1,5%
7	Santana	P	7 068 672	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	1,6%
8	S. Vicente	P	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	6 005 872	7 400 842	23,2%
9	P. do Sol	P	6 838 762	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	6 776 002	6 843 079	1,0%
10	P. Moniz	P	6 435 301	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	2,8%
11	.Santo	P	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	-13,3%
<b>Total – Madeira</b>			<b>182 189 947</b>	<b>174 372 586</b>	<b>158 416 994</b>	<b>220 087 800</b>	<b>184 581 837</b>	<b>160 446 496</b>	<b>156 188 746</b>	<b>180 561 326</b>	<b>213 448 496</b>	<b>189 297 503</b>	<b>187 268 452</b>	<b>-1,1%</b>
<b>Madeira/Total Nacional (%)</b>			<b>2,32%</b>	<b>2,24%</b>	<b>2,06%</b>	<b>2,82%</b>	<b>2,52%</b>	<b>2,13%</b>	<b>2,02%</b>	<b>2,17%</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,09%</b>	<b>2,13%</b>	<b>2,0%</b>

\* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Da análise ao quadro do *Ranking* R3.A, verifica-se que em 2020:

- A receita dos municípios dos Açores aumentou 3,1 milhões de euros (+1,4%), mantendo a tendência de crescimento revelada desde 2017, apresentando, em 2020, o maior volume de coleta auferido no período entre 2010-2020 ao arrecadarem cerca de 219,1 milhões de euros;
- Houve dois municípios da Região dos Açores que apresentaram um aumento de receita na ordem dos 20%: São Roque do Pico que registou uma taxa de crescimento de 21% e Praia da Vitória com 19,9%. No entanto, outros municípios apresentaram taxas de crescimento da receita superiores a 10% sem, contudo, tal refletir valores relevantes de coleta. Assinalam-se, neste caso, os seguintes municípios: Angra do Heroísmo com uma taxa de crescimento de 16%, Ribeira Grande com 11,7% e Vila do Porto com 11%;
- Outros seis municípios açorianos apresentam taxas de crescimento da receita embora em percentagens inferiores a 10%;
- Anotam-se, finalmente, os oito municípios açorianos cujas receitas baixaram em 2020: V. Franca do Campo (-21,6%); Corvo (-11,5%); Lajes das Flores (-8,3%); Ponta Delgada (-4,6%); Santa Cruz da Graciosa (-4,3%); Lajes do Pico (-2,3%); Horta (-1,8%); e Nordeste (-0,2%). O quadro a seguir apresentado mostra a evolução da receita total, nos últimos dez anos, dos municípios da Região da Madeira

Quanto ao *Ranking* R3.M relativo à Região da Madeira há a referir, com reporte ao ano económico de 2020:

- A receita cobrada global dos municípios da Região da Madeira baixou apenas 1,1% (-2 milhões de euros), isto é, menos 13pp que no ano anterior, mantendo-se a tendência inversa à manifestada em 2017 (+24,4 milhões de euros, +15,6%) e 2018 (+32,8 milhões de euros, +15,6%), após descidas consecutivas anotadas entre 2013 e 2016;
- O montante de 187,3 milhões de euros coletado em 2020 pela totalidade dos municípios madeirenses, pouco ultrapassa a receita auferida em 2010 e é inferior à arrecadada em 2013. A diferença do total da receita auferida no intervalo destes onze anos, foi de 5,1 milhões de euros a favor do ano 2020, apresentando-se como principal razão o acréscimo das transferências correntes e dos impostos diretos;

- Quatro dos onze municípios contribuíram decisivamente para a descida global da receita desta região autónoma. Foram eles: Funchal com -9,7 milhões de euros (-11,1%); Câmara de Lobos com -1,3 milhões de euros (-7,2%); Porto Santo com -775,6 milhares de euros (-13,3%) e Calheta com -166,5 milhares de euros (-1,5%);
- Regista-se também que a receita de quatro dos onze municípios da Madeira cresceu mais que 10%: a receita de Santa Cruz com +3,5 milhões de euros (+16,1%), a receita de Machico com +2,4 milhões de euros (+23,5%), a receita de Ribeira Brava com +2,3 milhões de euros (+24,1%) e a receita de São Vicente com +1,4 milhões de euros (+23,2%).

Retomando a análise em termos nacionais, apresentam-se no *Ranking* R4 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2020, comparando com os montantes arrecadados nos nove anos anteriores. Nestes dados há a assinalar:

- Todos os municípios que constituem este *ranking* são de pequena dimensão, sendo que o município com menor receita (Corvo) arrecadou, para realizar as suas atividades, um montante que representou, apenas, 0,3% do montante coletado por Lisboa;
- Catorze destes trinta e cinco municípios apresentaram, em 2020, diminuição de receita cobrada. As descidas mais significativas em termos percentuais foram protagonizadas pelos municípios de: Mourão (-28,6%, -2,9 milhões de euros); Manteigas (-15%, -1,1 milhões de euros); Pedrogão Grande (-12,4%, -976,1 milhares de euros); Porto Santo (-13,3%, -775,6 milhares de euros) e Vila Nova da Barquinha (-9,5%, -775,0 milhares de euros);

## R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada\* em 2020

Unidades: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 %	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Corvo	P	1 732 211	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	-11,5%
2	Santa Cruz das Flores	P	3 787 483	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	8,4%
3	Lajes das Flores	P	6 473 194	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	-8,3%
4	Barrancos	P	5 070 890	4 018 765	3 571 423	3 735 480	3 522 046	3 760 321	3 954 952	4 055 636	3 833 793	4 219 660	4 412 844	4,6%
5	Sta. Cruz da Graciosa	P	5 413 398	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	-4,3%
6	Porto Santo	P	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	-13,3%
7	Calheta (R.A.A.)	P	4 674 843	4 094 239	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	3,1%
8	São Roque do Pico	P	7 747 663	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	21,0%
9	Castanheira de Pera	P	4 613 140	8 045 361	8 825 154	4 324 786	4 372 517	4 565 782	4 789 443	5 010 359	5 221 571	5 835 779	5 681 539	-2,6%
10	Porto Moniz	P	6 435 301	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	2,8%
11	Marvão	P	5 806 644	7 246 552	5 736 877	4 979 928	4 905 966	4 907 469	5 598 729	5 961 141	5 463 731	6 021 129	5 936 552	-1,4%
12	Alvito	P	4 875 876	5 814 518	4 614 460	4 255 170	4 240 368	4 466 326	4 989 585	4 755 699	5 710 052	4 973 623	6 040 554	21,5%
13	Constância	P	7 063 577	6 797 557	7 510 150	6 225 364	5 091 034	5 345 900	5 739 846	6 403 905	6 420 983	6 084 413	6 083 658	0,0%
14	Fronteira	P	5 501 315	6 694 000	5 036 169	5 382 803	5 238 131	4 744 481	5 284 370	5 886 891	4 969 959	5 544 565	6 142 840	10,8%
15	Manteigas	P	6 461 330	5 409 101	5 997 370	5 914 082	5 508 470	8 053 996	5 450 233	5 293 698	5 296 038	7 267 271	6 179 138	-15,0%
16	Lajes do Pico	P	12 686 312	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	-2,3%
17	Arronches	P	5 991 635	6 840 696	5 500 774	5 438 472	5 711 708	6 569 663	6 016 893	5 814 133	6 022 907	6 072 875	6 227 280	2,5%
18	Penedono	P	5 585 694	6 511 136	5 249 414	5 641 789	6 158 095	5 310 597	5 602 792	5 651 348	5 679 832	5 957 561	6 234 587	4,7%
19	Nordeste	P	6 793 037	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	-0,2%
20	Velas	P	6 471 109	5 682 203	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	6 186 679	6 347 876	2,6%
21	Mesão Frio	P	11 737 501	6 227 663	6 703 842	5 272 943	4 936 438	5 204 366	4 991 318	7 992 644	5 280 048	5 892 392	6 501 310	10,3%
22	Ponta do Sol	P	6 838 762	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	6 776 002	6 843 079	1,0%
23	Fornos de Algodres	P	40 089 622	7 100 310	5 794 570	6 241 513	5 405 984	5 757 730	5 798 113	33 484 665	7 030 624	6 439 177	6 860 556	6,5%
24	Pedrógão Grande	P	5 857 701	7 552 753	6 590 592	5 391 756	5 864 007	5 538 342	5 391 036	5 907 553	6 883 828	7 869 267	6 893 142	-12,4%
25	Cuba	P	6 160 196	6 055 557	6 027 925	5 037 066	4 904 064	5 815 323	5 676 279	6 285 334	5 944 485	5 748 499	6 946 120	20,8%
26	Sta. Marta Penaguião	P	8 373 357	9 126 225	6 709 584	6 788 428	6 899 495	9 465 428	6 895 788	6 851 299	6 554 255	7 053 616	7 020 699	-0,5%
27	Vila do Porto	P	5 135 706	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	11,0%
28	Povoação	P	7 181 076	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	0,7%
29	Alter do Chão	P	5 769 605	7 439 703	7 483 201	5 773 928	5 876 246	6 135 963	5 989 207	6 286 772	6 677 356	6 736 430	7 307 864	8,5%
30	São Vicente	P	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	6 005 872	7 400 842	23,2%
31	V. Nova da Barquinha	P	10 990 172	9 676 703	12 281 053	8 852 553	7 463 603	7 283 469	6 963 659	6 315 394	7 902 437	8 180 231	7 405 210	-9,5%
32	Vila Nova de Paiva	P	6 751 690	6 758 603	6 583 956	7 093 141	6 248 838	7 179 404	6 131 281	6 546 858	6 380 664	6 676 108	7 414 240	11,1%
33	Castelo de Vide	P	5 570 177	6 134 772	5 971 015	5 491 663	6 183 475	5 744 243	5 784 022	5 962 253	6 186 725	6 007 881	7 430 940	23,7%
34	Mourão	P	5 679 307	4 651 168	4 840 155	6 314 851	5 216 331	5 329 835	5 438 367	5 636 392	5 883 650	10 415 387	7 438 733	-28,6%
35	Santana	P	7 068 672	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	1,6%

\* Não inclui saldos de gerências anteriores.

## 2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

### 2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o seu peso no cômputo total da receita autárquica, as taxas de variação mais significativas e pontos de inflexão dos valores das receitas mais relevantes.

No Quadro 2.07 apresenta-se a receita prevista, por natureza económica, no triénio 2018/2020, bem como a respetiva variação de valor resultante de alterações e revisões orçamentais.

Nos Quadros 2.08 e 2.09 apresentam-se, respetivamente, a receita cobrada entre 2010 e 2020, por rubricas económicas, e o respetivo peso na receita total. Nos Quadros 2.10 e 2.11. apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

**Quadro 2.07 – Montantes de Receita Prevista, inicial e corrigida, por natureza económica**

Unidade: milhões de euros

Receitas	Receita prevista inicial				Receita prevista corrigida				Variação receita corrigida – receita inicial		
	2018	2019	2020	Δ 19-20 %	2018	2019	2020	Δ 19-20 %	2018	2019	2020
Impostos e taxas	3 172,3	3 389,5	3 476,9	2,6%	3 183,6	3 392,1	3 411,6	0,6%	11,3	2,5	-65,3
Rendimentos de propriedade	327,1	346,7	359,6	3,7%	314,1	341,1	357,9	4,9%	-13,0	-5,5	-1,7
Transferências correntes	2 753,7	2 809,1	2 994,9	6,6%	2 748,4	2 796,4	3 113,0	11,3%	-5,4	-12,7	118,1
Vendas de bens e serviços	979,8	994,0	1 020,3	2,6%	974,1	989,0	936,5	-5,3%	-5,7	-5,1	-83,8
Outras receitas correntes	156,5	177,4	199,6	12,5%	131,6	149,7	121,3	-19,0%	-25,0	-27,7	-78,3
<b>Total receitas correntes</b>	<b>7 389,5</b>	<b>7 716,8</b>	<b>8 051,3</b>	<b>4,3%</b>	<b>7 351,7</b>	<b>7 668,3</b>	<b>7 940,3</b>	<b>3,5%</b>	<b>-37,8</b>	<b>-48,5</b>	<b>-111,0</b>
Venda de bens duradouros	140,0	365,0	155,1	-57,5%	127,0	342,6	96,9	-71,7%	-13,0	-22,4	-58,2
Transferências de capital	1 489,7	1 658,1	1 780,2	7,4%	1 182,0	1 379,9	1 478,7	7,2%	-307,8	-278,2	-301,5
Ativos financeiros	87,4	86,9	89,3	2,8%	44,3	42,3	35,9	-15,2%	-43,1	-44,5	-53,4
Passivos financeiros	364,9	384,2	349,1	-9,1%	715,8	526,5	362,7	-31,1%	351,0	142,3	13,5
Outras receitas de capital	117,1	101,0	156,4	54,9%	59,5	51,0	67,3	32,0%	-57,6	-50,0	-89,1
<b>Total receitas de capital</b>	<b>2 199,1</b>	<b>2 595,1</b>	<b>2 530,1</b>	<b>-2,5%</b>	<b>2 128,6</b>	<b>2 342,3</b>	<b>2 041,5</b>	<b>-12,8%</b>	<b>-70,5</b>	<b>-252,8</b>	<b>-488,7</b>
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	6,1	6,5	7,0	8,3%	6,6	6,9	11,5	66,3%	0,5	0,4	4,4
<b>Receita total</b>	<b>9 594,7</b>	<b>10 318,4</b>	<b>10 588,5</b>	<b>2,6%</b>	<b>9 486,9</b>	<b>10 017,5</b>	<b>9 993,3</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-107,8</b>	<b>-300,9</b>	<b>-595,3</b>
Total municípios R.A. Açores	211,3	216,3	227,6	5,2%	217,3	228,3	242,4	6,2%	6,1	12,0	14,8
Total municípios R.A. Madeira	210,1	214,0	225,8	5,5%	238,3	225,4	225,2	-0,1%	28,2	11,4	-0,6

Quadro 2.o8 –Montante de Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Impostos e taxas	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2.468,1	2.716,5	2 876,4	2.995,0	3.329,2	3.470,2	3 569,6	3 446,7
Rendimentos de propriedade	258,4	259,5	266,3	253,1	271,1	253,5	295,0	274,0	255,0	282,9	281,4
Transferências correntes	2 228,9	2 137,3	2 071,8	2.400,9	2.411,9	2 501,8	2.551,5	2.593,9	2.644,0	2 724,3	3 043,7
Vendas de bens e serviços	710,2	704,7	738,6	750,8	752,2	809,6	861,1	885,4	911,4	948,1	782,6
Outras receitas correntes	67,0	62,0	62,0	62,4	63,1	75,1	73,3	71,9	73,1	80,3	62,5
<b>Total receitas correntes</b>	<b>5 824,8</b>	<b>5 645,6</b>	<b>5 564,3</b>	<b>5.935,3</b>	<b>6.214,8</b>	<b>6 516,4</b>	<b>6.775,9</b>	<b>7.154,5</b>	<b>7.353,7</b>	<b>7 605,2</b>	<b>7 616,9</b>
Venda de bens duradouros	117,1	84,2	68,8	52,4	81,2	108,4	67,5	93,6	98,2	311,6	67,0
Transferências de capital	1 359,7	1 522,6	1 512,3	981,1	604,7	585,8	426,1	461,8	514,9	711,5	825,3
Ativos financeiros	10,8	14,0	18,6	15,7	5,1	11,5	26,0	8,2	4,1	5,2	6,6
Passivos financeiros	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1
Outras receitas de capital	21,5	17,8	290,4	32,0	29,8	22,5	48,6	28,2	24,4	16,8	19,0
<b>Total receitas de capital</b>	<b>2 025,5</b>	<b>2 112,9</b>	<b>2 110,2</b>	<b>1.857,5</b>	<b>1.113,6</b>	<b>991,9</b>	<b>956,4</b>	<b>1.148,5</b>	<b>1.179,8</b>	<b>1 427,7</b>	<b>1 143,1</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	9,2	13,1	9,0	13,6	8,8	10,1	5,7	8,5	6,0	8,2	13,1
<b>Receita total</b>	<b>7 859,5</b>	<b>7 771,6</b>	<b>7 683,4</b>	<b>7.806,3</b>	<b>7.337,2</b>	<b>7 518,4</b>	<b>7.738,0</b>	<b>8.311,5</b>	<b>8.539,6</b>	<b>9 041,1</b>	<b>8 773,1</b>
Receita total efetiva	7 332,3	7 283,2	7 444,7	7.014,3	6.939,3	7 243,2	7.323,7	7.746,7	7.997,3	8 653,3	8 541,3
Receita total efetiva – Açores	193,8	171,9	161,3	166,7	171,8	167,0	159,9	172,9	180,6	191,8	219,1
Receita total efetiva – Madeira	176,0	169,5	154,8	176,7	169,9	158,9	155,9	173,4	176,7	178,8	187,3

Quadro 2.o9 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total

Receitas	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Impostos e taxas	32,6%	31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%
Rendimentos de propriedade	3,3%	3,3%	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	3,8%	3,3%	3,0%	3,1%	3,2%
Transferências correntes	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%	31,2%	31,0%	30,1%	34,7%
Vendas de bens e serviços	9,0%	9,1%	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	11,1%	10,7%	10,7%	10,5%	8,9%
Outras receitas correntes	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,7%
<b>Total receitas correntes</b>	<b>74,1%</b>	<b>72,6%</b>	<b>72,4%</b>	<b>76,0%</b>	<b>84,7%</b>	<b>86,7%</b>	<b>87,6%</b>	<b>86,1%</b>	<b>86,1%</b>	<b>84,1%</b>	<b>86,8%</b>
Venda de bens duradouros	1,5%	1,1%	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	0,9%	1,1%	1,2%	3,4%	0,8%
Transferências de capital	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%	5,6%	6,0%	7,9%	9,4%
Ativos financeiros	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%
Passivos financeiros	6,6%	6,1%	2,9%	9,9%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%
Outras receitas de capital	0,3%	0,2%	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%
<b>Total receitas de capital</b>	<b>25,8%</b>	<b>27,2%</b>	<b>27,5%</b>	<b>23,8%</b>	<b>15,2%</b>	<b>13,2%</b>	<b>12,4%</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,8%</b>	<b>15,8%</b>	<b>13,0%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
<b>Receita total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Receita efetiva	93,3%	93,7%	96,9%	89,9%	94,6%	96,3%	94,6%	93,2%	93,6%	95,7%	97,4%

Quadro 2.10 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2010 e 2020 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receita	Variação da receita em milhões de euros									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Impostos e taxas	-78,4	-56,3	42,4	248,4	159,9	118,6	334,2	141,0	99,4	-122,9
Rendimentos de propriedade	1,2	6,8	-13,2	18,0	-17,6	41,5	-20,9	-19,1	28,0	-1,5
Transferências correntes	-91,6	-65,5	329,1	11,0	89,9	49,8	42,4	50,1	80,3	319,4
Vendas de bens e serviços	-5,5	33,8	12,3	1,4	57,4	51,4	24,4	26,0	36,6	-165,5
Outras receitas correntes	-4,9	-0,1	0,4	0,7	12,0	-1,9	-1,4	1,2	7,2	-17,8
<b>Total receitas correntes</b>	<b>-179,2</b>	<b>-81,3</b>	<b>371,0</b>	<b>279,5</b>	<b>301,7</b>	<b>259,4</b>	<b>378,6</b>	<b>199,2</b>	<b>251,5</b>	<b>11,7</b>
Venda de bens duradouros	-32,9	-15,4	-16,4	28,9	27,2	-40,9	26,1	4,7	213,4	-244,6
Transferências de capital	162,9	-10,3	-531,1	-376,4	-18,9	-159,7	35,7	53,1	196,6	113,8
Ativos financeiros	3,2	4,6	-2,9	-10,7	6,5	14,4	-17,8	-4,1	1,1	1,4
Passivos financeiros	-42,1	-254,2	556,2	-383,5	-129,1	124,6	168,4	-18,5	-155,6	-157,4
Outras receitas de capital	-3,7	272,6	-258,5	-2,2	-7,3	26,1	-20,4	-3,8	-7,6	2,1
<b>Total receitas de capital</b>	<b>87,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>-252,7</b>	<b>-743,9</b>	<b>-121,7</b>	<b>-35,5</b>	<b>192,0</b>	<b>31,4</b>	<b>247,9</b>	<b>-284,6</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	3,9	-4,1	4,6	-4,7	1,2	-4,4	2,9	-2,5	2,2	4,9
<b>Receita Total</b>	<b>-87,9</b>	<b>-88,1</b>	<b>122,9</b>	<b>-469,1</b>	<b>181,3</b>	<b>219,6</b>	<b>573,5</b>	<b>228,1</b>	<b>501,5</b>	<b>-268,0</b>
Receita efetiva	-49,0	161,5	-430,4	-75,0	303,9	80,5	422,9	250,6	656,0	-112,0

Quadro 2.11 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2010 e 2020

Receita	Variação da receita em %									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Impostos e taxas	-3,1%	-2,3%	1,7%	10,1%	5,9%	4,1%	11,2%	4,2%	2,9%	-3,4%
Rendimentos de propriedade	0,4%	2,6%	-5,0%	7,1%	-6,5%	16,4%	-7,1%	-7,0%	11,0%	-0,5%
Transferências correntes	-4,1%	-3,1%	15,9%	0,5%	3,7%	2,0%	1,7%	1,9%	3,0%	11,7%
Vendas de bens e serviços	-0,8%	4,8%	1,7%	0,2%	7,6%	6,4%	2,8%	2,9%	4,0%	-17,5%
Outras receitas correntes	-7,3%	-0,1%	0,7%	1,2%	19,1%	-2,5%	-1,8%	1,6%	9,9%	-22,2%
<b>Total receitas correntes</b>	<b>-3,1%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>6,7%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,9%</b>	<b>4,0%</b>	<b>5,6%</b>	<b>2,8%</b>	<b>3,4%</b>	<b>0,2%</b>
Venda de bens duradouros	-28,1%	-18,3%	-23,9%	55,1%	33,5%	-37,8%	38,7%	5,0%	217,2%	-78,5%
Transferências de capital	12,0%	-0,7%	-35,1%	-38,4%	-3,1%	-27,3%	8,4%	11,5%	38,2%	16,0%
Ativos financeiros	29,9%	32,9%	-15,6%	-67,9%	127,8%	125,3%	-68,4%	-49,4%	25,6%	27,6%
Passivos financeiros	-8,2%	-53,6%	252,7%	-49,4%	-32,9%	47,3%	43,4%	-3,3%	-28,9%	-41,1%
Outras receitas de capital	-17,1%	1529,8%	-89,0%	-6,9%	-24,5%	116,3%	-41,9%	-13,4%	-31,1%	12,8%
<b>Total receitas de capital</b>	<b>4,3%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-40,0%</b>	<b>-10,9%</b>	<b>-3,6%</b>	<b>20,1%</b>	<b>2,7%</b>	<b>21,0%</b>	<b>-19,9%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	42,6%	-31,6%	51,5%	-34,8%	14,1%	-43,6%	50,2%	-29,4%	35,8%	59,6%
<b>Receita Total</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>1,6%</b>	<b>-6,0%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,9%</b>	<b>7,4%</b>	<b>2,7%</b>	<b>5,9%</b>	<b>-3,0%</b>
Receita efetiva	-0,7%	2,2%	-5,8%	-1,1%	4,4%	1,1%	5,8%	3,2%	8,2%	-1,3%

Da observação dos quadros antecedentes conclui-se, relativamente ao ano de 2020:

- A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -595,3 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico 5,6%, reajustando-se a novas previsões de cobrança;
- Ao registar-se o total de 8.773,1 milhões de euros de receita cobrada, verifica-se um decréscimo de 268 milhões de euros da receita municipal (-3%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuiu, fundamentalmente, a descida cumulativa das seguintes receitas: venda de bens de investimento em 244,6 milhões de euros (-78,5%), venda de bens e serviços em 165,5 milhões de euros (-17,5%), passivos financeiros em 157,4 milhões de euros (-41,1%) e impostos e taxas em 122,9 milhões de euros (-3,4%);
- Atenuou a descida da receita cobrada, o aumento das transferências correntes e de capital em 433 milhões de euros (+12,6%);
- Face ao acréscimo das transferências, a receita efetiva<sup>15</sup> baixou menos que a descida do valor dos empréstimos bancários tendo apresentado um decréscimo de 112 milhões de euros (-1,3%). O montante de 8.541,3 milhões de euros de receita efetiva assinalado em 2020 apesar de inferior ao contabilizado em 2019, foi superior a qualquer das receitas efetivas registadas entre 2010 e 2018, representando 97,4% da receita total auferida pelos municípios e man-

tendo, assim a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade;

- Observando a evolução dos dois grandes grupos em que a receita se agrega, receita corrente e receita de capital, constata-se que, em 2020, a redução conjugada da venda dos bens duradouros e dos passivos financeiros, conforme assinalado supra, pese embora o acréscimo das transferências de capital, originou um decréscimo da receita de capital em 19,9% (-284,6 milhões de euros). Relativamente à receita corrente, anota-se que esta cresceu na globalidade 0,2% (+11,7 milhões de euros), tendo o acréscimo de valor das transferências correntes contrariado a descida das receitas fiscais e da venda de bens e serviços;
- Referenciando-se a evolução da receita ao período de onze anos em apreço, anota-se que entre 2010 e 2020, a receita total dos municípios cresceu 11,6% (+914 milhões de euros) e a receita efetiva aumentou 16,5% (+1.209 milhões de euros).

#### Principais grandes grupos de receita cobrada

O comportamento das receitas compreender-se-á melhor através da análise mais particularizada das suas componentes económicas, leitura proporcionada pelos quadros a seguir apresentados. Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, apresenta-se um quadro evolutivo das diferentes tipologias de receita e outro relativo à estrutura das mesmas.

<sup>15</sup> Receita total deduzida de ativos financeiros e de passivos financeiros.

Quadro 2.12 – Evolução das principais receitas entre 2010 e 2020

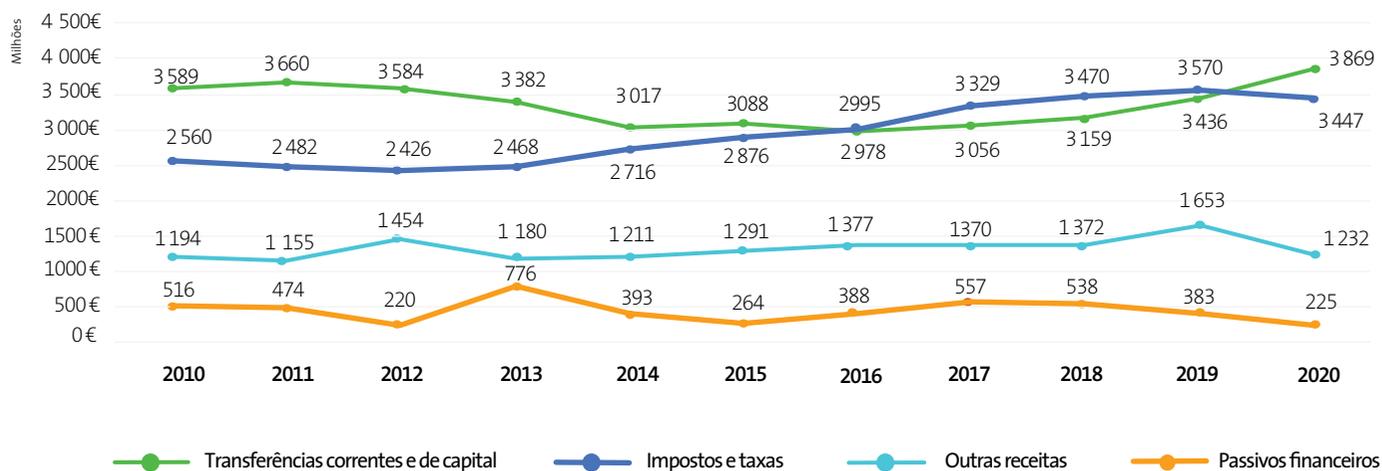
Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 %
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Impostos e taxas	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 468,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	3 569,6	3 446,7	-3,4%
Transferências Totais	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 382,0	3 016,7	3 087,6	2 977,7	3 055,7	3 158,9	3 435,8	3 869,0	12,6%
Passivos Financeiros	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	-41,1%
Outras Receitas	1 194,1	1 155,4	1 453,6	1 179,9	1 211,2	1 290,7	1 377,1	1 369,9	1 372,3	1 653,1	1 232,2	-25,5%
<b>Total</b>	<b>7 859,5</b>	<b>7 771,6</b>	<b>7 683,4</b>	<b>7 806,3</b>	<b>7 337,2</b>	<b>7 518,4</b>	<b>7 738,0</b>	<b>8 311,5</b>	<b>8 539,6</b>	<b>9 041,1</b>	<b>8 773,1</b>	<b>-3,0%</b>

Quadro 2.13 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2010 e 2020

Receitas	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Impostos e taxas	32,6%	31,9%	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	-0,2%
Transferências Totais	45,7%	47,1%	46,6%	43,3%	41,1%	41,1%	38,5%	36,8%	37,0%	38,0%	44,1%	6,1%
Passivos Financeiros	6,6%	6,1%	2,9%	9,9%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	-1,7%
Outras Receitas	15,2%	14,9%	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	17,8%	16,5%	16,1%	18,3%	14,0%	-4,2%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	--

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2010 e 2020



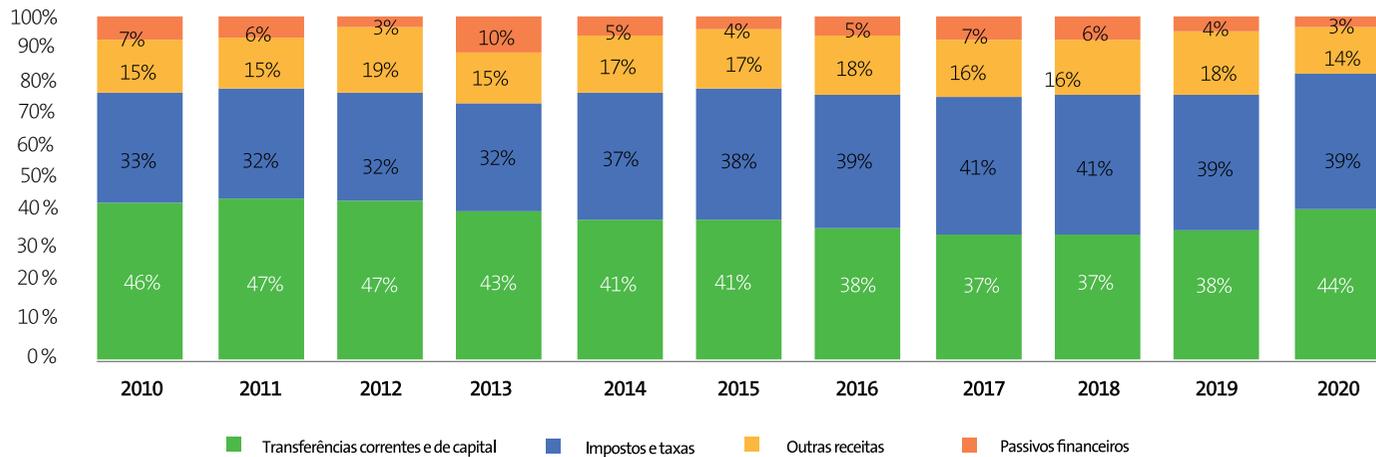
Da observação dos Quadros 2.12 e 2.13 e dos Gráficos 2.02 e 2.03 acresce dizer em relação ao ano de 2020:

- O montante total de Transferências Correntes e de Capital superou o valor das receitas provenientes de Impostos e Taxas, em cerca de 422,3 milhões de euros. Anota-se que entre 2016 e 2019 inclusive a relação entre estas dois agregados de receita alterou-se, passando o valor dos impostos e taxas a superar o do total das transferências;
- As receitas fiscais que desde 2013 revelaram um crescimento contínuo, apresentaram em 2020, uma descida de 3,4% ao regista-

rem o volume de 3 446,7 milhões de euros;

- Pese embora o referido no ponto anterior, as receitas fiscais continuam a ser a maior parcela de receita autárquica, apresentando o peso de 39,3% na receita total. A receita proveniente das transferências correntes, com o peso de 34,7%, mantém o segundo lugar na estrutura da receita;
- O peso dos passivos financeiros (empréstimos obtidos) na receita total foi de apenas 2,6%, apresentando uma descida de importância relativa em 1,7pp, em relação ao ano anterior.

Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2010 a 2020



Seguindo o procedimento de anuários anteriores, apresenta-se, desagregada por natureza económica, a receita das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, nos Gráficos 2.02.A e 2.02.M.

Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2010 e 2020

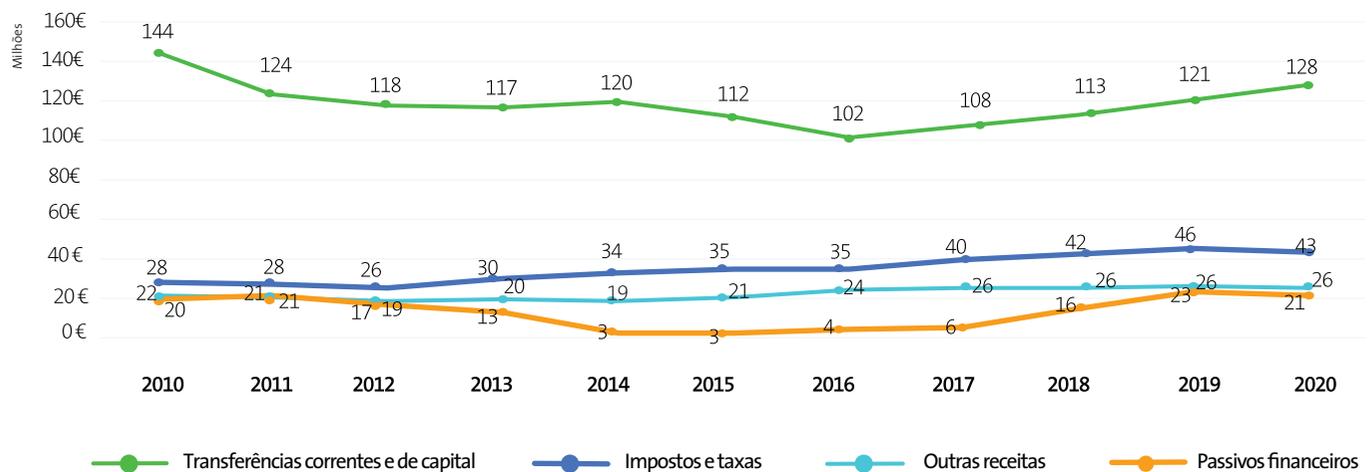
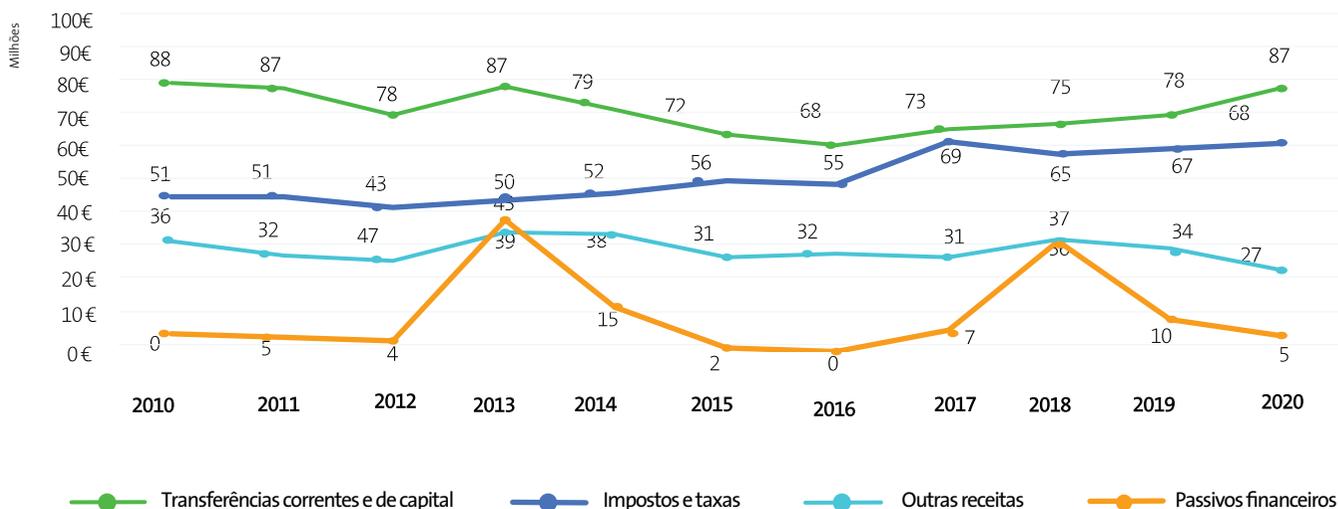


Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2010 e 2020



Os Gráficos 2.02.A e 2.02.M mostram a evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, podendo-se constatar a diferença de comportamento dos diferentes grupos de receita entre as duas regiões, nomeadamente no que se refere à variação dos passivos financeiros.

Da observação daqueles gráficos assinala-se:

- Aumento das transferências do Orçamento de Estado quer para os municípios açorianos, quer para os municípios madeirenses, com maior taxa de crescimento para a Região da Madeira;
- Um aumento ligeiro das receitas fiscais na Região da Madeira e uma ligeira diminuição na Região dos Açores;
- Ligeira diminuição do volume de empréstimos bancários na Região dos Açores e acentuada diminuição dos mesmos na Região da Madeira.

### Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais

O Quadro 2.14 mostra o valor e o peso da receita cobrada em cada rubrica económica no total da receita cobrada, por grupo de municípios, revelando a importância que cada uma dessas rubricas reveste em cada um desses agrupamentos.

Quadro 2.14 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2020 por grupo de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Todos os municípios	
Nº de municípios	188	-	96	-	24	-	308	-
Impostos e taxas	354,6	16,1%	1 212,4	37,1%	1 879,7	57,0%	3 446,7	39,3%
Rendimentos de propriedade	75,4	3,4%	115,1	3,5%	90,9	2,8%	281,4	3,2%
Transferências correntes	1 135,7	51,5%	1 147,3	35,1%	760,7	23,1%	3 043,7	34,7%
Vendas de bens e serviços	168,1	7,6%	332,5	10,2%	282,0	8,5%	782,6	8,9%
Outras receitas correntes	13,2	0,6%	14,4	0,4%	34,9	1,1%	62,5	0,7%
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>1 746,9</b>	<b>79,3%</b>	<b>2 821,8</b>	<b>86,3%</b>	<b>3 048,2</b>	<b>92,4%</b>	<b>7 616,9</b>	<b>86,8%</b>
Venda de bens de investimento	13,5	0,6%	23,4	0,7%	30,1	0,9%	67,0	0,8%
Transferências de capital	350,6	15,9%	325,4	10,0%	149,3	4,5%	825,3	9,4%
Ativos financeiros	1,2	0,1%	4,8	0,1%	0,6	0,0%	6,6	0,1%
Passivos financeiros	85,9	3,9%	83,7	2,6%	55,6	1,7%	225,1	2,6%
Outras receitas de capital	4,0	0,2%	6,3	0,2%	8,6	0,3%	19,0	0,2%
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>455,2</b>	<b>20,7%</b>	<b>443,6</b>	<b>13,6%</b>	<b>244,3</b>	<b>7,4%</b>	<b>1 143,1</b>	<b>13,0%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	2,2	0,1%	3,7	0,1%	7,2	0,2%	13,1	0,1%
<b>Total de Receitas</b>	<b>2 204,3</b>	<b>100%</b>	<b>3 269,1</b>	<b>100%</b>	<b>3 299,6</b>	<b>100%</b>	<b>8 773,1</b>	<b>100%</b>
% do Total da Receita Autárquica	25,1%	-	37,3%	-	37,6%	-	100%	-
<b>Total das Receitas Efetivas</b>	<b>2 117,2</b>	<b>96,0%</b>	<b>3 180,7</b>	<b>97,3%</b>	<b>3 243,4</b>	<b>98,3%</b>	<b>8 541,3</b>	<b>97,4%</b>

Analisando os dados constantes do Quadro 2.14 verifica-se, em relação à receita total autárquica do ano de 2020, que:

- A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão são as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 67,4% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,1% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 3,9%;
- Situação inversa ocorreu com os municípios de grande dimensão, nos quais 57% da receita proveio da receita fiscal e 27,6% do conjunto das transferências;
- Relativamente aos municípios de média dimensão constata-se que o peso das receitas fiscais foi inferior ao peso da totalidade das transferências em 8% com as primeiras a representarem 37,1% da receita auferida pelo conjunto destes municípios, e as segundas a representarem, no conjunto de transferências correntes e de capi-

tal, 45,1% da receita total;

- A comparação do peso das duas principais componentes da receita, impostos e taxas e transferências correntes e de capital, entre os municípios de grande e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de independência financeira existente entre estes grupos. Efetivamente, enquanto o peso da receita proveniente do total das transferências representou, para os municípios de pequena dimensão, 67,4% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 27,6%, sendo que para os primeiros o montante das receitas fiscais representou 16,1% da receita total e para os segundos 57% da mesma;
- No conjunto dos municípios de média dimensão, o peso das transferências no volume de receitas totais cobradas (45,1%) está mais próximo do peso das receitas fiscais (37,1%).
- Ainda se poderá concluir dos dados apresentados, que:

- Os 24 municípios de grande dimensão contribuíram para 37,6% da receita total autárquica, sendo o peso da sua população residente 43,7% da população total. Participaram, ainda, para 38% do total das receitas efetivas;
- Os 96 municípios de média dimensão obtiveram 37,3% da receita total autárquica, quando o peso da sua população residente é de 46,6% da população total. Contribuíram com igual peso de 37,2% para o total das receitas efetivas;
- Os 188 municípios de pequena dimensão auferiram 25,1% de toda a receita municipal, sendo que o peso da sua população residente representa 15,7% da população total. Relativamente às receitas efetivas, auferiram de 24,8% das mesmas.

### 2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios

Sendo as transferências essencialmente compostas por transferências do Orçamento de Estado (OE) e por Fundos Comunitários, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisando também a sua evolução e respetivas taxas de variação.

O Quadro 2.15 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e das Transferências Comunitárias entre 2010 e 2019, sendo que o Quadro 2.16 mostra as respetivas variações.

**Quadro 2.15 – Principais transferências recebidas pelos municípios**

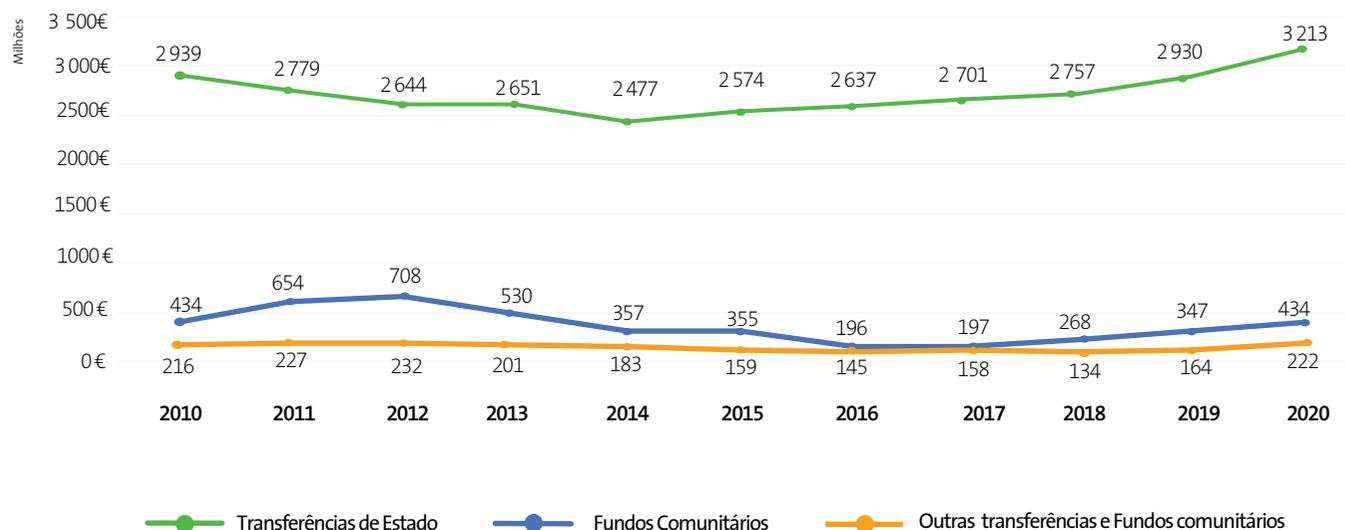
Unidade: milhões de euros

Transferências Totais	Montantes Recebidos										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Transferências do Estado	2.938,6	2.779,2	2.644,0	2.650,6	2.477,0	2.574,2	2.637,0	2.700,6	2.757,5	2.929,5	3.213,0
Fundos Comunitários	434,0	653,5	707,9	530,2	357,1	354,6	195,9	197,5	267,6	342,5	434,0
Fundos Autónomos	84,8	77,1	66,5	64,1	72,3	58,0	56,6	56,7	64,3	94,7	140,2
Outras transferências	131,3	150,1	165,6	137,2	110,3	100,8	88,1	101,0	69,5	69,1	81,8
<b>Total Transferências</b>	<b>3.588,6</b>	<b>3.659,9</b>	<b>3.584,0</b>	<b>3.382,0</b>	<b>3.016,7</b>	<b>3.087,6</b>	<b>2.977,7</b>	<b>3.055,7</b>	<b>3.158,9</b>	<b>3.435,8</b>	<b>3.869,0</b>

**Quadro 2.16 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios**

Transferências totais	Variação da receita em milhões de euros									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Transferências do Estado	-159,3	-135,2	6,5	-173,5	97,2	62,9	63,5	56,9	172,0	283,4
Fundos Comunitários	219,5	54,4	-177,8	-173,1	-2,5	-158,7	1,6	70,1	74,9	91,6
Fundos Autónomos	-7,7	-10,6	-2,4	8,2	-14,2	-1,4	0,1	7,6	30,4	45,5
Outras transferências	18,8	15,5	-28,4	-26,9	-9,5	-12,7	12,9	-31,4	-0,4	12,7
<b>Total Transferências</b>	<b>71,3</b>	<b>-75,9</b>	<b>-202,0</b>	<b>-365,4</b>	<b>70,9</b>	<b>-109,9</b>	<b>78,1</b>	<b>103,2</b>	<b>276,9</b>	<b>433,2</b>
Transferências totais	Taxa de variação da receita									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Transferências do Estado	-5,4%	-4,9%	0,2%	-6,5%	3,9%	2,4%	2,4%	2,1%	6,2%	9,7%
Fundos Comunitários	50,6%	8,3%	-25,1%	-32,6%	-0,7%	-44,8%	0,8%	35,5%	28,0%	26,7%
Fundos Autónomos	-9,1%	-13,7%	-3,6%	12,8%	-19,7%	-2,4%	0,2%	13,4%	47,3%	48,1%
Outras transferências	14,3%	10,3%	-17,1%	-19,6%	-8,6%	-12,6%	14,6%	-31,1%	-0,6%	18,4%
<b>Total Transferências</b>	<b>2,0%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-5,6%</b>	<b>-10,8%</b>	<b>2,4%</b>	<b>-3,6%</b>	<b>2,6%</b>	<b>3,4%</b>	<b>8,8%</b>	<b>12,6%</b>

Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Em relação aos quadros e gráfico apresentados pode-se concluir:

- As transferências do Orçamento de Estado (OE), na sua globalidade, apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Têm crescido desde 2015 até ao ano económico em apreço, atingindo em 2020 a taxa de crescimento mais elevada dos últimos onze anos (+9,7%);
- As transferências provenientes dos Fundos Comunitários baixaram consideravelmente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%) após um valor máximo de, aproximadamente, 708 milhões de euros, conhecendo a menor redução da década em 2015 (-0,7%) e registando-se, em 2016, no universo dos 308 municípios a menor receita de Fundos Comunitários nos últimos onze anos (196 milhões de euros). Em 2018 voltam a apresentar um acréscimo significativo (+35,5%), reforçado em 2019 (+28%) e 2020 (+26,7%). Em 2020 registou-se, pelo conjunto de municípios a utilização de 434 milhões de euros de Fundos Comunitários;
- As restantes transferências provenientes de Outras Transferências e de Fundos Autónomos, associadas essencialmente ao desen-

volvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, aumentaram em 2020, em conjunto, 35,5% (+58,2 milhões de euros). Na totalidade foi auferida pelos municípios nestas duas rubricas, em 2020, a verba de 222 milhões de euros.

### 2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal

Sendo a Receita Fiscal a segunda maior categoria de receita autárquica para a globalidade dos municípios e, em alguns casos, a maior categoria de receita, importará verificar também como se comportaram as suas principais variáveis, sendo que, em pontos subsequentes deste Anuário procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que mais têm contribuído financeiramente para a atividade municipal, dando-se especial destaque ao IMI e IMT.

O Quadro 2.17 mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas três componentes: impostos diretos<sup>16</sup>; impostos indire-

<sup>16</sup> Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

tos<sup>17</sup> e taxas, multas e outras penalidades. O Quadro 2.18 realça o valor da diferença entre o montante previsto e o cobrado em 2019, nas três rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

Os valores apresentados merecem os seguintes comentários:

- O ano de 2020 foi, ainda assim, um bom ano de receita fiscal, pese embora o decréscimo verificado de 3,4% pois apresentou, na globalidade, uma execução orçamental de 101%, arrecadando na totalidade 3 446,7 milhões de euros, isto é, +35,1 milhões de euros que o previsto. Para esta boa realização fiscal contribuíram, essencialmente, os impostos diretos que, ao registarem a coleta de 3.103,8 milhões de euros, apresentaram, contudo, um ligeiro decréscimo de valor em 1,2% em relação ao ano transato. Todavia apresentou uma taxa de execução orçamental de 102,7%;
- A coleta dos impostos indiretos com o total de 41 milhões de euros e um decréscimo de 75,3% teve uma repercussão negativa no total da coleta fiscal, tendo, todavia, apresentado uma taxa de exe-

cução de 82,9%, pois a diminuição desta receita tinha sido perspetivada em termos de previsões orçamentais;

- Anota-se que o volume de taxas, multas e outras penalidades aumentou 40,4 milhões de euros (+15,4%) face ao ano de 2019 e apresentou uma execução orçamental de 88,5%;
- Já em pontos anteriores se referiu a importância da receita fiscal no total da receita autárquica ao contribuir, em média, para 39,3% da mesma, pese embora este peso varie com a dimensão do município. Em 2020, nos municípios de pequena dimensão esta média situou-se em 16,1% da receita total, nos municípios de média dimensão subiu para 37,1% e nos de grande dimensão para 57%. São situações, como se pode apreciar, consideravelmente díspares, que diferenciam bastante os municípios quanto à sua independência e sustentabilidade financeira;
- Analisando a estrutura da receita fiscal, no ano de 2020, os impostos diretos contribuíram para 90,1% da mesma (3 103,8 milhões de euros), tendo os impostos indiretos pesado apenas 1,2% (41 milhões de euros) e as taxas, multas e outras penalidades 8,8% (301,9 milhões de euros). Face a esta situação, interessará analisar mais pormenorizadamente as componentes dos impostos diretos.

<sup>17</sup> Impostos indiretos específicos das autarquias locais são taxas e licenças aplicadas a empresas e outras entidades coletivas. Tratam-se de taxas como: relativas a mercados e feiras, loteamentos e licenças de obras, ocupação da via pública, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal ou arrendamento urbano, entre outros.

**Quadro 2.17 – Valor das componentes da receita fiscal e taxas cobradas entre 2010 e 2020**

Unidade: milhões de euros

Receita Fiscal	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 %
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Impostos diretos	2 177,5	2 113,7	2 088,9	2 158,1	2 424,2	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	3 142,1	3 103,8	-1,2%
Impostos indiretos	158,4	134,1	134,9	129,8	107,1	121,6	118,8	132,3	149,8	165,9	41,0	-75,3%
Taxas, multas e outras penalidades	224,5	234,2	201,9	180,2	185,1	188,7	212,0	299,0	220,1	261,6	301,9	15,4%
<b>Total</b>	<b>2 560,4</b>	<b>2 482,0</b>	<b>2 425,7</b>	<b>2 468,1</b>	<b>2 716,5</b>	<b>2 876,4</b>	<b>2 995,0</b>	<b>3 329,2</b>	<b>3 470,2</b>	<b>3 569,6</b>	<b>3 446,7</b>	<b>-3,4%</b>

**Quadro 2.18 – Grau de execução da receita fiscal em 2020**

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	3 021,2	3 103,8	82,6	102,7%
Impostos indiretos	49,4	41,0	-8,5	82,9%
Taxas, multas e outras penalidades	341,0	301,9	-39,1	88,5%
<b>Total</b>	<b>3 411,6</b>	<b>3 446,7</b>	<b>35,1</b>	<b>101,0%</b>

O *Ranking* R5 hierarquiza os 35 municípios que, em 2020, apresentaram maior peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças na receita total cobrada.

Do *Ranking* R5 há a anotar que:

- Nesta lista dos 35 municípios com maior peso de receitas fiscais, no total da receita cobrada, trinta apresentam este rácio com valor superior a 50%. Quer isto dizer que para os restantes municípios do universo autárquico o peso destas receitas é inferior a 50%, recordando que o peso médio para os municípios de pequena dimensão é de 16,1% e para os municípios de média dimensão é de 37,1%. Considerando o universo global dos municípios, o peso médio da receita fiscal na receita autárquica é de 39,3%;
- O município do Loulé surge na primeira posição desta lista, fruto do aumento da receita fiscal em 3,5%, devido ao crescimento do IMT (+3,3 milhões de euros, +8%). Este aumento extraordinário da carga fiscal associado ao decréscimo de transferências de capital (-3,7 milhões de euros, -73%), permitiu o aumento de peso dos impostos e taxas municipais nas receitas totais da autarquia em +4,6%, pese embora o decréscimo da coleta da derrama (-75%, -55 milhares euros);
- Outros municípios aparecem nesta lista com uma alteração significativa do peso da receita fiscal na receita total, de 2019 para 2020. São os casos de Nazaré cujo peso da receita fiscal passou de 21,6% para 51,1%, aumentando +29,5%, de Lisboa, cujo peso da receita fiscal passou de 51% para 69,3%, aumentando +18,3%, de Porto Santo que aumenta de 41,1% para 57,8%, isto é +16,5, de Mafra que aumenta de 45,9% para 59,2%, isto é +13,4% e de Vila Real de Santo António que aumenta de 50,5% para 63,6%, isto é +13,1%. Anota-se que o Porto variou negativamente num intervalo de 7,1% ao passar da posição cimeira de 71,6% para 64,5%. Os restantes municípios variam na sua maioria num intervalo inferior a 5%, sendo, contudo, de anotar o município do Seixal, cujo peso da receita fiscal passa de 46,9% para 54,4%;
- Relativamente ao município de Lisboa anota-se que o peso da receita fiscal aumentou devido essencialmente à subida do IMT (+6,7 milhões de euros, +3,3%), do IMI (+1,6 milhões de euros, +1,3%) e ao elevado decréscimo da receita proveniente da venda de bens de investimento (-258,6 milhões de euros, -99%);
- No que respeita ao município do Porto, a descida de peso da

receita fiscal na receita total deveu-se à diminuição das receitas de IMT (-11,8 milhões de euros, -18%), da Derrama (-9,9 milhões de euros, -32%) e dos impostos indiretos (-13 milhões de euros, -100%), conjugado com a subida da receita de passivos financeiros (+7 milhões de euros, +100%) e de transferências correntes e de capital (+9,7 milhões de euros, +26%).

O *Ranking* R5.1 hierarquiza os 35 municípios que, em 2020, apresentaram maior volume de receita fiscal.

**R5 – Municípios que, em 2020, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, no total da receita cobrada**

Município		Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Loulé	M	54,1%	55,8%	55,2%	51,6%	68,7%	67,7%	63,5%	65,9%	66,4%	65,8%	69,8%
2	Lisboa	G	68,5%	63,4%	42,0%	52,8%	58,5%	58,8%	68,4%	68,1%	67,7%	51,0%	69,3%
3	Cascais	G	61,1%	57,9%	57,4%	70,1%	75,7%	81,2%	79,5%	72,2%	69,7%	71,2%	67,0%
4	Portimão	M	51,8%	54,8%	60,2%	64,3%	67,2%	64,9%	41,4%	28,0%	72,9%	70,0%	67,0%
5	Porto	G	55,2%	54,2%	56,9%	51,6%	61,9%	58,7%	52,8%	58,9%	70,0%	71,6%	64,5%
6	Almada	G	45,7%	49,4%	52,1%	51,7%	55,7%	53,8%	56,8%	59,0%	59,9%	63,3%	64,0%
7	V. R. de Santo António	P	17,4%	33,1%	41,4%	48,1%	13,4%	50,9%	38,7%	48,2%	56,3%	50,5%	63,6%
8	Lagos	M	44,5%	50,5%	54,3%	42,2%	58,5%	57,9%	59,8%	61,7%	61,5%	64,6%	63,2%
9	Coimbra	G	48,7%	45,5%	43,9%	49,7%	57,8%	58,8%	58,2%	66,5%	61,5%	65,7%	60,9%
10	V. N. de Gaia	G	51,1%	44,6%	46,3%	43,4%	49,8%	54,8%	42,6%	60,5%	56,4%	62,1%	59,7%
11	Maia	G	56,0%	57,9%	62,2%	61,2%	59,9%	51,6%	66,2%	64,8%	63,3%	61,8%	59,6%
12	Mafra	M	41,7%	44,9%	45,1%	42,4%	51,4%	53,6%	55,3%	56,8%	57,8%	45,9%	59,2%
13	Faro	M	51,7%	45,0%	53,0%	51,6%	38,1%	57,1%	62,2%	42,8%	64,9%	63,8%	58,1%
14	Porto Santo	P	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%	62,7%	41,4%	57,8%
15	Oeiras	G	66,5%	66,0%	61,6%	67,7%	67,7%	62,9%	59,2%	62,3%	66,4%	64,1%	56,8%
16	Alcochete	P	48,9%	35,8%	37,5%	44,4%	46,6%	54,5%	49,4%	51,8%	57,7%	52,4%	55,6%
17	Lagoa (Algarve)	M	51,5%	53,5%	52,6%	41,3%	50,7%	55,7%	53,3%	52,1%	56,7%	54,8%	55,5%
18	Sintra	G	43,6%	54,7%	50,8%	53,5%	56,7%	59,8%	58,5%	60,7%	60,0%	57,0%	54,6%
19	Seixal	G	62,0%	56,4%	63,1%	63,7%	43,2%	62,3%	39,3%	55,7%	40,9%	46,9%	54,4%
20	Albufeira	M	47,8%	48,8%	46,3%	43,6%	52,6%	60,3%	51,0%	56,5%	55,4%	57,2%	53,7%
21	Tavira	M	50,1%	40,7%	47,5%	45,5%	51,3%	51,9%	56,8%	56,8%	63,0%	60,3%	52,9%
22	Matosinhos	G	46,2%	40,5%	43,8%	47,7%	50,3%	51,7%	43,4%	46,3%	53,6%	55,9%	52,7%
23	Odivelas	G	49,8%	51,8%	48,4%	53,2%	49,5%	52,2%	52,1%	52,3%	54,9%	53,6%	52,3%
24	Loures	G	53,1%	48,4%	44,6%	45,4%	48,5%	47,9%	51,6%	52,0%	55,8%	55,8%	52,1%
25	Grândola	P	55,1%	29,6%	35,5%	40,0%	46,8%	45,1%	40,1%	58,8%	54,7%	51,1%	51,7%
26	Aveiro	M	43,2%	53,2%	48,4%	48,8%	46,5%	51,9%	62,7%	27,6%	50,5%	54,2%	51,3%
27	Nazaré	P	34,5%	36,5%	34,5%	36,6%	48,4%	26,9%	52,6%	51,2%	33,3%	21,6%	51,1%
28	V. do Conde	M	36,0%	42,8%	37,8%	25,1%	50,4%	52,6%	51,7%	34,6%	50,2%	51,3%	50,7%
29	Braga	G	41,0%	43,7%	42,5%	37,6%	43,0%	45,5%	50,7%	53,1%	50,8%	48,3%	50,3%
30	Montijo	M	47,7%	47,9%	50,1%	48,5%	49,6%	49,1%	49,9%	52,3%	61,2%	56,6%	50,1%
31	Palmela	M	46,4%	48,6%	45,5%	48,9%	55,6%	54,7%	52,3%	53,4%	52,9%	53,3%	49,9%
32	Leiria	G	44,1%	43,7%	44,6%	46,8%	50,0%	50,4%	48,7%	53,2%	54,3%	50,6%	49,5%
33	Sesimbra	M	48,7%	41,8%	36,5%	33,0%	45,1%	48,1%	46,9%	49,2%	52,2%	49,6%	48,3%
34	Setúbal	G	48,8%	45,9%	46,1%	52,6%	58,8%	52,0%	51,6%	55,2%	47,5%	49,9%	48,2%
35	Figueira da Foz	M	42,6%	24,6%	46,0%	40,3%	51,3%	45,7%	50,6%	56,0%	39,1%	51,9%	47,8%
<b>Peso médio dos 308 Municípios</b>			<b>32,6%</b>	<b>31,9%</b>	<b>31,6%</b>	<b>31,5%</b>	<b>37,0%</b>	<b>38,3%</b>	<b>38,7%</b>	<b>40,1%</b>	<b>40,6%</b>	<b>39,5%</b>	<b>39,3%</b>

## R5.1 – Municípios que em 2020 apresentaram maior valor de receita fiscal

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	411 440 487	367 261 836	349 755 177	288 711 400	364 474 899	417 963 622	451 136 155	556 136 495	545 645 744	532 336 981	508 549 639
2	Porto	G	106 972 918	103 540 586	93 749 142	97 839 454	109 090 757	99 455 756	118 049 111	126 161 541	157 734 639	179 850 240	148 714 312
3	Cascais	G	97 592 634	89 081 816	81 712 132	90 869 368	108 540 848	121 310 172	127 832 233	155 228 471	152 820 815	152 522 546	141 068 024
4	Sintra	G	87 948 936	87 630 803	85 037 358	84 205 067	83 676 971	92 914 624	92 616 895	102 035 708	103 974 380	107 309 716	108 814 353
5	Oeiras	G	75 271 926	73 321 406	67 491 830	72 806 701	78 932 196	75 193 951	75 558 890	94 221 067	98 664 614	102 256 645	96 216 400
6	V. N. de Gaia	G	61 166 753	59 748 721	57 261 956	60 251 685	64 252 779	67 506 117	69 474 331	79 562 083	83 229 923	90 489 340	86 600 518
7	Loulé	M	53 013 602	49 889 638	50 303 058	57 432 284	65 781 068	71 372 390	71 147 646	72 006 606	68 874 049	74 034 702	76 646 769
8	Matosinhos	G	48 743 432	47 374 725	48 280 807	48 468 079	43 559 421	55 941 429	52 872 399	58 970 156	61 029 799	65 504 278	62 402 028
9	Loures	G	56 968 828	49 876 962	48 824 727	47 431 010	48 642 156	50 135 002	54 147 941	59 387 044	62 662 193	68 059 446	61 512 644
10	Almada	G	40 518 534	40 912 421	40 921 826	40 014 499	42 815 997	44 676 799	46 301 995	51 793 188	58 009 314	64 886 837	59 678 014
11	Braga	G	37 938 898	38 233 962	35 739 885	37 372 620	37 091 264	38 973 277	42 731 690	47 981 657	50 405 305	53 079 133	55 186 671
12	Seixal	G	50 613 503	42 081 629	49 972 214	51 511 116	47 982 534	50 531 810	47 120 984	51 566 295	51 589 325	57 922 661	53 099 726
13	Coimbra	G	43 023 193	44 516 792	41 309 531	43 329 327	45 617 809	45 872 671	50 758 037	55 887 408	50 220 726	53 174 602	51 655 612
14	Maia	G	38 264 257	35 795 749	38 047 257	34 045 767	33 286 367	38 429 166	44 066 260	42 945 934	46 840 940	45 425 503	47 631 470
15	Setúbal	G	28 190 406	28 456 183	30 571 811	33 621 994	37 926 573	42 328 259	42 995 031	44 777 353	42 145 797	45 812 517	45 595 231
16	Odivelas	G	34 563 908	33 306 149	29 951 678	30 775 602	32 284 910	34 308 546	33 518 922	37 799 693	42 919 245	42 962 281	43 886 502
17	Mafra	M	23 028 050	22 052 804	22 657 054	20 176 243	26 703 406	30 194 023	31 788 757	35 308 709	38 510 239	40 496 996	41 979 995
18	Amadora	G	33 419 112	33 186 050	34 482 759	28 595 697	31 441 092	34 974 480	33 184 230	37 517 171	38 597 786	40 881 551	40 303 303
19	Guimarães	G	26 846 206	27 462 055	28 083 391	27 715 425	31 040 880	32 312 063	35 616 855	37 186 578	37 094 031	38 728 923	39 464 780
20	Portimão	M	24 225 693	25 007 875	23 310 883	27 633 914	30 247 529	33 122 998	34 201 983	39 170 192	43 224 459	39 396 640	38 247 958
21	V.F. de Xira	G	31 499 083	26 273 605	26 343 833	23 720 581	25 887 656	25 269 640	26 899 835	31 736 453	34 942 568	36 328 921	36 400 256
22	Leiria	G	25 398 873	26 706 062	25 867 859	28 287 299	31 770 940	32 514 339	33 847 864	36 243 202	42 586 750	36 062 739	35 856 557
23	Funchal	G	32 317 943	33 574 158	28 439 621	29 702 926	31 079 422	33 475 351	33 432 908	37 989 782	35 390 071	36 868 949	35 453 335
24	Albufeira	M	29 269 592	28 801 541	28 282 965	34 354 651	41 813 841	52 464 490	39 987 222	47 101 407	41 768 870	45 173 218	34 775 862
25	Gondomar	G	26 100 042	26 269 958	25 211 360	23 446 679	22 194 081	22 328 939	24 387 301	26 921 121	30 284 403	32 749 145	34 430 432
26	V. N. de Famalicão	G	20 978 589	25 212 569	29 845 764	19 749 923	28 150 977	22 623 712	29 319 887	31 741 930	31 682 025	34 151 945	33 559 115
27	Aveiro	M	20 238 152	20 770 362	19 445 935	20 928 043	22 352 372	27 432 444	33 899 926	31 962 071	39 987 214	35 780 858	33 385 723
28	Lagos	M	16 594 090	19 088 908	21 871 966	20 905 334	24 682 845	26 993 257	28 645 703	31 669 492	33 354 351	38 033 711	33 206 092
29	Sta. Maria da Feira	G	21 350 126	23 707 900	23 608 701	25 060 274	26 253 186	26 000 728	27 839 635	30 466 965	31 074 574	32 019 861	32 117 876
30	V.do Conde	M	18 742 958	23 094 138	17 397 480	20 850 212	23 727 473	24 402 332	24 584 405	25 595 163	24 183 444	26 320 970	28 252 473
31	Viseu	M	17 934 100	20 281 170	18 989 723	19 733 509	20 895 085	20 632 643	21 218 145	24 418 759	23 590 799	26 671 129	27 800 970
32	Torres Vedras	M	15 626 074	14 884 801	16 236 152	18 319 233	18 829 248	20 215 921	21 387 659	23 102 955	23 841 711	25 501 623	26 184 181
33	Faro	M	16 024 491	18 437 549	17 583 835	15 646 140	21 565 749	21 672 015	24 314 049	22 802 956	26 759 574	26 159 533	26 096 162
34	Palmela	M	19 995 256	19 905 610	18 634 327	21 391 422	22 068 063	22 361 815	21 220 348	22 352 421	24 583 624	26 436 837	25 047 829
35	Sesimbra	M	19 550 362	16 219 443	15 636 007	17 807 016	19 379 797	19 576 032	20 125 133	22 211 099	24 835 088	25 054 829	24 520 883

Observando o *ranking* anterior verifica-se que apenas quatro municípios auferiram, em 2020, de um volume de receita fiscal superior a 100 milhões de euros, sendo de anotar o volume coletado por Lisboa, incomparável com os restantes municípios. A lista inclui todos os municípios de grande dimensão. Mais se verifica que a amplitude de valores entre o primeiro da lista e o último da mesma é de 484 milhões de euros, sendo que o segundo da lista dos municípios com maior receita fiscal, o município do Porto, auferiu a coleta de 148,7 milhões de euros.

Os quadros seguintes mostram, para nas Regiões Autónomas, o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica regional. O *Ranking* R5. A refere-se aos municípios açorianos e o *Ranking* R5.M, aos municípios madeirenses.

Observando a informação prestada para 2020 anota-se:

- Em relação aos municípios dos Açores, a receita municipal, na sua generalidade, dependeu muito pouco das receitas de impostos e taxas, sendo exceção o município de Ponta Delgada que apresentou um peso de receitas fiscais de 41,1%, valor superior ao índice nacional de 39,3%. Também os municípios de Horta e Lagoa (R.A.A.) apresentaram um peso de receita fiscal superior à média regional que se cifrou nos 19,8%. Em todos os restantes municípios desta Região, a importância da receita de impostos ficou aquém do peso médio regional. Com exceção dos municípios de Angra do Heroísmo, cujo peso das receitas fiscais desceu 9,9%, e do município da Praia da Vitória, cujo peso homólogo desceu 6,0%, todos os restantes apresentam uma variação desta taxa muito inferior a 5%, pelo que não releva qualquer referência. Em relação aos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória há a referir que a variação apresentada releva no primeiro caso, do aumento das verbas provenientes da venda de bens e serviços (+397,1%) e da descida do valor de IMI (-45,8%), enquanto que em relação ao segundo caso se verifica uma conjugação da descida de IMT (-47,0%) com a subida de transferências de capital (+112,9%) e passivos financeiros (+73,7%);
- Relativamente aos municípios da Madeira, anota-se que apresentaram, em 2020, uma estrutura de receita em que o peso médio

da receita fiscal apesar de inferior ao peso médio nacional (39,3%) se encontra muito próximo deste ao cifrar-se em 36,5%. Releva-se, pela positiva, o peso da receita fiscal em quatro dos onze municípios. A saber: Santa Cruz, com o peso de 47,5% (+0,5pp do que o apresentado em 2019); Funchal com o peso de 45,8% (+3,5pp que em 2019) e Porto Santo com o peso de 57,8% (+16,5pp que o peso apresentado em 2019). Todos os restantes municípios Madeirenses apresentaram uma estrutura de receita cujo peso da receita fiscal foi manifestamente inferior ao peso médio nacional. Anota-se que o município de Machico apresenta um peso de receitas fiscais superior ao peso médio regional em ao situar-se em 37,6% com um aumento em relação ao ano transato de 11,9%. Acresce referir que o município de Porto Santo apresentou um crescimento relevante do peso das receitas fiscais na estrutura da receita, devido a uma forte descida dos passivos financeiros (-1,5 milhões de euros, -100%) conjugada com um acréscimo das receitas de impostos diretos (+34%, +0,6 milhões de euros), enquanto Machico apresenta um aumento elevado das receitas provenientes de taxas multas e outras penalidades (+2,1 milhões de euros, +1 1831%). Releva-se, ainda, o facto de o município de Ribeira Brava apresentar uma descida do peso das receitas fiscais em 10% devido essencialmente ao aumento do peso das transferências de capital (+2,6 milhões de euros, +161%).

## R5.A – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	P. Delgada	M	36,4%	38,2%	33,4%	38,0%	37,9%	38,3%	37,4%	39,3%	40,7%	39,8%	41,4%
2	Horta	P	15,1%	16,4%	17,7%	17,4%	18,2%	21,2%	24,7%	23,1%	25,8%	22,0%	25,3%
3	Lagoa (R.A.A)	P	15,9%	12,1%	15,1%	19,1%	18,7%	19,5%	22,6%	24,5%	25,6%	23,4%	22,9%
4	A. do Heroísmo	M	15,2%	15,0%	21,1%	19,2%	21,7%	20,7%	26,6%	28,3%	26,8%	29,2%	19,3%
5	R. Grande	M	9,3%	11,8%	9,0%	16,3%	16,7%	16,6%	15,6%	16,0%	18,8%	19,6%	16,8%
6	Povoação	P	5,7%	5,7%	8,7%	11,9%	10,9%	11,7%	15,1%	16,2%	17,0%	15,4%	16,1%
7	Praia da Vitória	M	6,8%	11,8%	12,7%	15,4%	22,0%	20,5%	18,4%	17,2%	19,0%	20,8%	14,8%
8	Madalena	P	7,6%	8,1%	8,7%	9,4%	10,2%	11,8%	13,6%	13,8%	14,2%	14,7%	14,6%
9	Sta. Cruz da Graciosa	P	5,6%	6,7%	5,5%	10,3%	11,6%	15,3%	14,6%	16,0%	14,4%	14,4%	14,1%
10	S. Roque do Pico	P	3,9%	4,6%	7,4%	10,3%	12,5%	10,6%	12,4%	12,6%	13,1%	13,8%	12,1%
11	Nordeste	P	3,5%	4,9%	4,6%	2,6%	6,9%	13,0%	12,6%	15,4%	5,4%	12,8%	12,1%
12	V. F. do Campo	P	13,8%	5,8%	5,8%	17,7%	21,5%	21,9%	27,1%	27,5%	26,1%	9,6%	11,3%
13	V. do Porto	P	6,3%	8,3%	7,6%	12,2%	11,8%	13,0%	12,4%	13,0%	11,9%	12,2%	9,4%
14	Velas	P	5,9%	7,2%	6,3%	9,5%	9,3%	10,5%	8,7%	7,9%	8,2%	8,9%	8,4%
15	Lajes do Pico	P	1,4%	5,5%	4,0%	3,9%	6,4%	8,4%	8,3%	8,1%	8,9%	11,4%	8,0%
16	Calheta (R.A.A.)	P	5,6%	5,7%	7,2%	10,7%	11,4%	10,6%	10,7%	10,5%	9,8%	9,4%	7,6%
17	Sta. Cruz das Flores	P	5,3%	5,2%	6,0%	5,7%	5,4%	6,7%	7,1%	7,0%	7,8%	7,6%	5,6%
18	Lajes das Flores	P	1,3%	2,8%	2,0%	2,9%	2,8%	5,4%	5,1%	4,6%	5,1%	4,0%	5,1%
19	Corvo	P	0,8%	0,5%	0,6%	1,2%	1,3%	1,4%	1,4%	4,1%	1,5%	1,2%	1,3%
<b>Peso médio municípios da R.A.A.</b>			<b>13,2%</b>	<b>14,3%</b>	<b>14,5%</b>	<b>16,8%</b>	<b>19,1%</b>	<b>20,3%</b>	<b>21,1%</b>	<b>22,2%</b>	<b>21,6%</b>	<b>21,1%</b>	<b>19,8%</b>
<b>Peso médio dos 308 Municípios</b>			<b>32,6%</b>	<b>31,9%</b>	<b>31,6%</b>	<b>31,5%</b>	<b>37,0%</b>	<b>38,3%</b>	<b>38,7%</b>	<b>40,1%</b>	<b>40,6%</b>	<b>39,5%</b>	<b>39,3%</b>

## R5.M – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Sta. Cruz	M	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%	44,2%	48,8%	35,6%	47,0%	47,5%
2	Funchal	G	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%	49,6%	34,6%	42,3%	45,8%
3	Porto Santo	P	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%	62,7%	41,4%	57,8%
4	Ponta do Sol	P	17,8%	15,1%	19,6%	15,7%	21,0%	16,7%	21,0%	25,0%	28,4%	28,2%	26,7%
5	Ribeira Brava	P	12,6%	11,5%	14,2%	14,6%	15,0%	21,9%	19,1%	28,1%	14,8%	26,8%	16,8%
6	Calheta (R.A.M.)	P	13,0%	13,1%	13,7%	11,3%	16,0%	16,4%	18,5%	25,1%	24,4%	25,8%	25,4%
7	Machico	P	19,8%	16,6%	25,8%	25,9%	13,9%	23,4%	24,7%	26,7%	28,2%	25,7%	37,6%
8	Câmara de Lobos	M	19,1%	18,9%	22,6%	12,3%	19,2%	25,5%	25,3%	21,3%	20,5%	25,0%	24,6%
9	Santana	P	9,1%	8,0%	11,5%	10,3%	11,1%	12,5%	11,3%	17,7%	14,2%	15,5%	13,4%
10	Porto Moniz	P	2,8%	3,3%	4,6%	4,9%	7,7%	7,8%	7,2%	16,1%	12,8%	12,4%	12,7%
11	S. Vicente	P	8,2%	8,3%	7,5%	12,1%	13,4%	12,4%	13,6%	11,9%	11,3%	12,3%	10,4%
<b>Peso médio municípios da R.A.M.</b>			<b>28,1%</b>	<b>29,3%</b>	<b>29,9%</b>	<b>22,7%</b>	<b>28,2%</b>	<b>35,0%</b>	<b>35,4%</b>	<b>38,3%</b>	<b>30,5%</b>	<b>35,1%</b>	<b>36,5%</b>
<b>Peso médio dos 308 Municípios</b>			<b>32,6%</b>	<b>31,9%</b>	<b>31,6%</b>	<b>31,5%</b>	<b>37,0%</b>	<b>38,3%</b>	<b>38,7%</b>	<b>40,1%</b>	<b>40,6%</b>	<b>39,5%</b>	<b>39,3%</b>

### 2.2.2.3.1. Evolução das componentes dos impostos diretos

Face ao peso que os impostos diretos têm assumido no total das receitas autárquicas, apresenta-se, no Quadro 2.19, a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2010 e 2020.

A informação prestada no quadro 2.19 foi transcrita para Gráfico 2.05 com vista a permitir uma melhor perceção da evolução das principais componentes da receita fiscal. Assim, a leitura conjugada de ambos permite concluir que:

- Em 2020, o valor do IMI retomou o sentido ascendente crescendo cerca de 0,6% ao registar-se a receita de 1.497,2 milhões de euros (+8,2 milhões de euros). Após a descida no biénio 2016/2017, tinha registado, em 2018, um acréscimo de, aproximadamente, 54 milhões de euros (+3,7%), ficando, no entanto, aquém do valor coletado em 2015, para voltar a descer cerca de 20,9 milhões de euros em 2019. O IMI contribuiu, em 2020, para 48,2% dos impostos diretos;
- A recuperação acentuada do IMT a partir 2014, com reforço extraordinário dessa tendência em 2017 (+30,2%, +198 milhões de euros), confirmou-se em 2018 com um novo acréscimo de 17,6% de receita (+150 milhões de euros), ultrapassando a fasquia de 1.000 milhões de euros ao registar-se a receita de 1.003,9 milhões de euros. Em 2019 consolida-se o crescimento do IMT com uma coleta a cifrar-se em 1.010,4 milhões de euros (+0,6%, +6,5 milhões de eu-

ros). Todavia em 2020, volta a baixar -35,8 milhões de euros (-3,5%) descendo da fasquia dos mil milhões de euros ao totalizar 974,6 milhões de euros. Contribuíram para esta descida, mais acentuadamente, os municípios do Porto (-11,8 milhões de euros, -18%) e Albufeira (-8 milhões de euros, -38%);

- O IMT, que esteve em riscos de desaparecer como receita municipal, tem-se aproximado do valor do IMI, representando, no ano económico em apreço, 31,4% do total dos impostos diretos obtidos pelo conjunto dos municípios;
- O valor do IUC, em 2020 apresenta uma ligeira variação negativa de 1,2% (-3,5 milhões de euros), ao totalizar 283,7 milhões de euros, depois de um período de crescimento entre 2017 e 2019;
- Depois do relevante aumento em 2017 do montante da Derrama (+17,8%, +48,9 milhões de euros) atestando o impacto do crescimento económico na economia municipal, em 2018 verificou-se um ligeiro decréscimo global desta receita (-16 milhões de euros, -4,8%) ao registar-se o montante 308,4 milhões de euros. Todavia, em 2019, apresenta novo crescimento de 14,9% (+45,8 milhões de euros) implicando um peso na receita fiscal de 11,3%. Em 2020, a Derrama, volta a descer (-2,1%, -7,4 milhões de euros), ao apresentar o volume de coleta de 346,8 milhões de euros, representando 11,2% do total dos impostos diretos.

Quadro 2.19 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2010 e 2020

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20 %
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	1 108,4	1 167,9	1 229,2	1 304,5	1 467,1	1 533,2	1 487,9	1 456,2	1 509,9	1 489,0	1 497,2	0,6%
IMT (Imposto Municipal s/ Trans. Onerosas de Imóveis)	616,1	501,5	385,9	382,0	487,7	583,0	655,5	853,4	1 003,9	1 010,4	974,6	-3,5%
IUC (Imposto Único de Circulação)	170,2	183,8	207,9	260,2	248,5	240,5	244,5	260,5	276,3	287,2	283,7	-1,2%
Derrama	267,9	251,7	261,2	207,6	212,3	208,4	275,0	323,9	308,4	354,1	346,8	-2,1%
Impostos abolidos	13,5	7,3	3,4	3,2	8,1	0,8	0,8	3,5	1,4	1,1	1,0	-10,7%
Impostos diretos diversos	1,7	1,1	0,7	0,5	0,6	0,1	0,3	0,4	0,3	0,2	0,5	151,1%
<b>Total Impostos diretos (a)</b>	<b>2 177,8</b>	<b>2 113,2</b>	<b>2 088,3</b>	<b>2 158,1</b>	<b>2 424,2</b>	<b>2 566,0</b>	<b>2 664,1</b>	<b>2 897,9</b>	<b>3 100,3</b>	<b>3 142,1</b>	<b>3 103,8</b>	<b>-1,2%</b>
IMI/ IMI	55,6%	42,9%	31,4%	29,3%	33,2%	38,0%	44,1%	58,6%	66,5%	67,9%	65,1%	-4,1%
IMI / Total Impostos Diretos	50,9%	55,3%	58,9%	60,4%	60,5%	59,7%	55,9%	50,2%	48,7%	47,4%	48,2%	1,8%
IMT / Total Impostos Diretos	28,3%	23,7%	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%	24,6%	29,5%	32,4%	32,2%	31,4%	-2,4%
(IUC + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	20,8%	21,0%	22,7%	21,9%	19,4%	17,5%	19,5%	20,3%	18,9%	20,5%	20,4%	-0,5%
Total Impostos indiretos e taxas (b)	382,9	368,3	336,8	310,0	292,3	310,4	330,9	431,3	369,9	427,5	342,9	-19,8%
<b>Total Impostos e taxas (c = a+b)</b>	<b>2 560,7</b>	<b>2 481,6</b>	<b>2 425,1</b>	<b>2 468,1</b>	<b>2 716,5</b>	<b>2 876,4</b>	<b>2 995,0</b>	<b>3 329,2</b>	<b>3 470,2</b>	<b>3 569,6</b>	<b>3 446,7</b>	<b>-3,4%</b>
IMI / Total de Impostos e taxas	43,3%	47,1%	50,7%	52,9%	54,0%	53,3%	49,7%	43,7%	43,5%	41,7%	43,4%	4,1%
IMT / Total de Impostos e taxas	24,1%	20,2%	15,9%	15,5%	18,0%	20,3%	21,9%	25,6%	28,9%	28,3%	28,3%	-0,1%

Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2010 e 2020

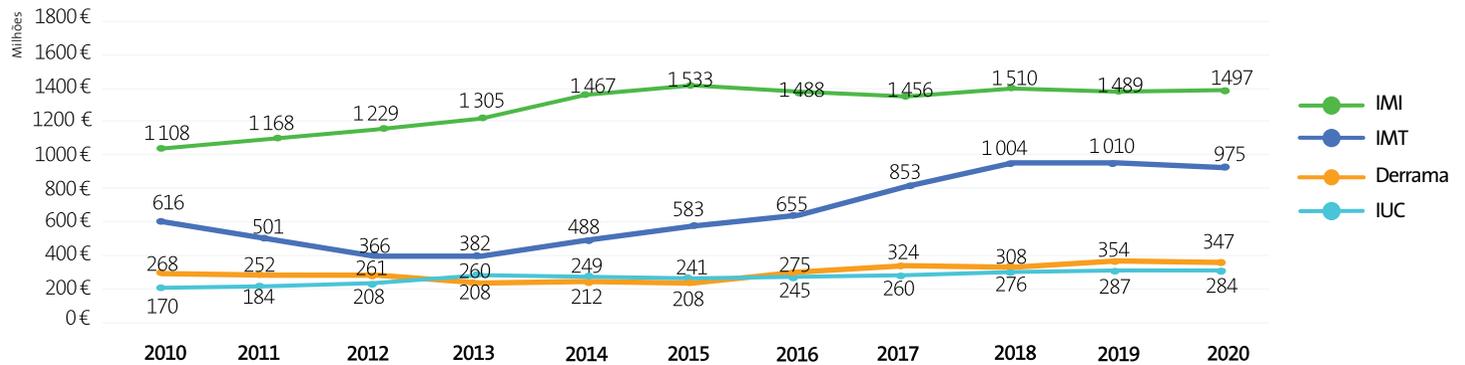


Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2010 e 2020

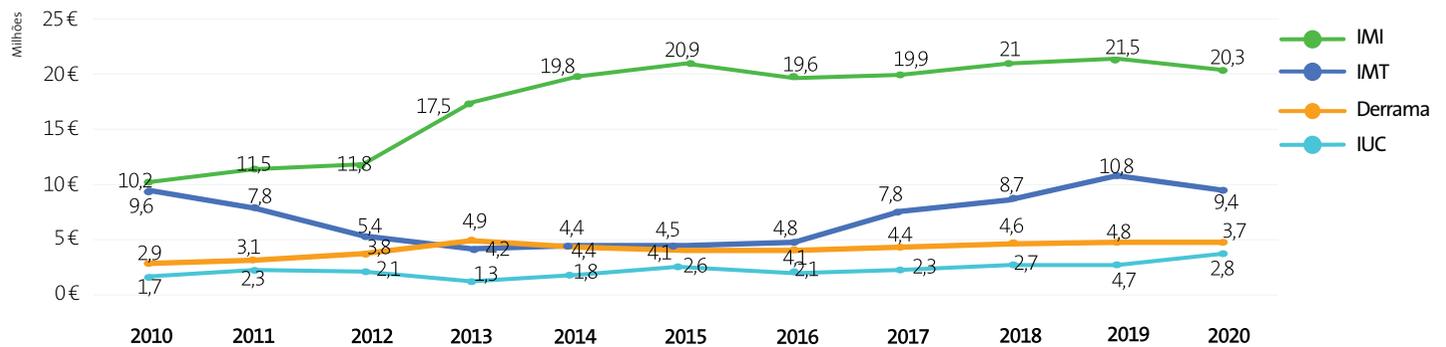
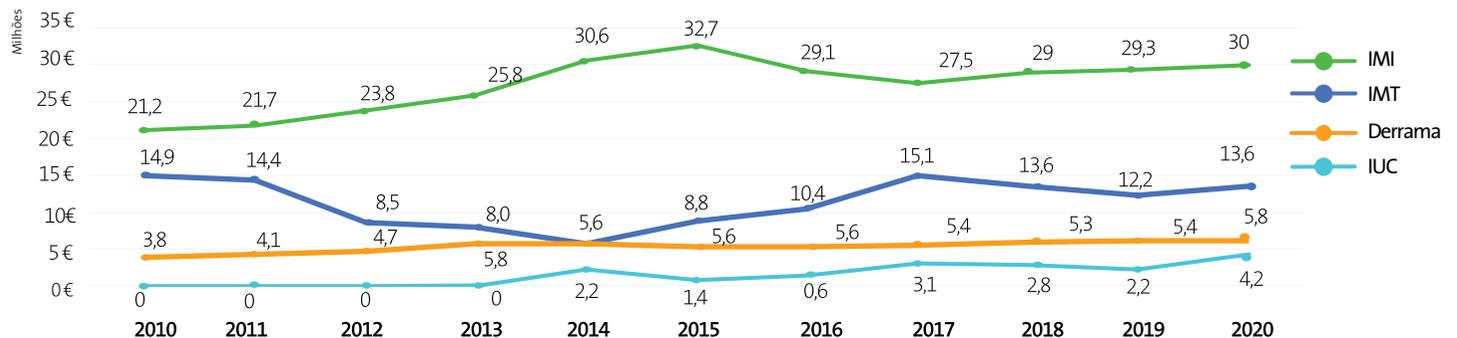


Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2010 e 2020



Nos Gráficos 2.05.A e 2.05.M apresenta-se o comportamento das diferentes componentes da receita fiscal auferida pelo conjunto dos municípios das Regiões Autónomas, reportados ao período de 2010-2020.

Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir, em relação ao ano económico de 2020, para as Regiões Autónomas:

- O montante de IMI, em ambas as regiões, cresceu continuamente entre 2010 e 2015, diminuindo pela primeira vez em 2016. Em 2017, aumentou na Região dos Açores 1,7% (+0,3 milhões de euros) continuando a baixar na Região da Madeira 5,5% (-1,6 milhões de euros). Em 2018, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas cresceram a taxas superiores às apresentadas nos anos anteriores; na Região dos Açores +5,1% (+1,0 milhões de euros) e na Região da Madeira +5,2% (+1,5 milhões de euros). Em 2019, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas continuaram a crescer mantendo a tendência ascendente desta receita; na Região dos Açores +1,8% (+0,4 milhões de euros) ao totalizar 21,5 milhões de euros, e na Região da Madeira +1,3% (+0,4 milhões de euros) ao registar-se um total de 29,3 milhões de euros. Em 2020 o IMI baixa ligeiramente na Região dos Açores (-1,2 milhões de euros) e cresce ligeiramente na Região da Madeira (+0,7 milhões de euros);
- Entre 2016 e 2019, a coleta de IMT cresceu na Região dos Açores, tendo apresentado em 2020 uma descida de -1,4 milhões de euros ao totalizar 9,4 milhões de euros;
- Relativamente à Região da Madeira constata-se que, depois de um acréscimo da coleta de IMT em 2017 de 45,2% (+4,7 milhões de euros), em 2018 o montante arrecadado de IMT voltou a diminuir em 6,4% (-1,5 milhões de euros), ao registar-se a coleta global de 13,6 milhões de euros. Esta tendência descendente do IMT, manteve-se nesta região considerando a totalidade da coleta dos municípios madeirenses em 2019. Efetivamente, neste ano económico, esta receita fiscal baixou na globalidade 10,2% (-1,4 milhões de euros) ao totalizar 12,2 milhões de euros. Todavia, em 2020, volta a apresentar um sentido ascendente ao crescer 1,4 milhões de euros ao totalizar 13,6 milhões de euros;
- O valor da Derrama, depois de um crescimento em ambas as Regiões em 2017, em 2018, continuou a evoluir positivamente na Região dos Açores (+17,4%, +0,4 milhões de euros), decrescendo na

Região da Madeira (-9,7%, -3 milhões de euros). Em 2019 manteve a tendência apresentada no ano anterior com um crescimento de 3,7% nos Açores e um decréscimo de 21,4% na Madeira, totalizando respetivamente 2,8 milhões de euros e 2,2 milhões de euros. Em 2020 a Derrama cresce tanto na Região dos Açores como na Região da Madeira à taxa de 32,1% na primeira e, à taxa de 90,9% na segunda, ao totalizarem, respetivamente, o montante de 3,7 milhões de euros e 4,2 milhões de euros;

- A receita do IUC apresentou a mesma tendência de crescimento na Madeira (+1,7%, +0,1 milhões de euros) e nos Açores (+2,1%, +0,1 milhões de euros), contrariando o sentido de variação da receita homóloga no conjunto dos municípios a nível nacional. O valor total desta receita em 2020, na Região dos Açores e na Região da Madeira, foi respetivamente de 4,8 milhões de euros e 6,1 milhões de euros.

Nos pontos anteriores apresentou-se uma análise global do comportamento das componentes da receita fiscal. Nos pontos subsequentes, apresentar-se-ão os impactos mais relevantes desses comportamentos em diferentes grupos de municípios.

## IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

### Análise do impacto da sua variação por grupos de municípios e repercussões decorrentes da aplicação de taxas mais reduzidas

Da correlação entre a decisão dos municípios sobre a taxa de IMI a aplicar em 2020 – aplicação de um coeficiente de redução da taxa – e a variação do montante total de IMI cobrado, pode constatar-se que<sup>18</sup>:

- 262 Municípios não diminuíram a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2020. No entanto, destes, 40 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado;
- 46 Municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2020, sendo que 40 apresentaram consequente diminuição do valor total cobrado;
- 6 dos municípios que decidiram baixar a taxa de IMI apresentaram aumento do valor desta coleta;

<sup>18</sup> Face aos dados expostos, pode-se concluir que, embora aparentemente haja uma correlação forte entre a descida da coleta global de IMI e a descida do correspondente valor da taxa aplicada, haverá outras razões que condicionaram negativamente o montante arrecadado da coleta, fazendo-o baixar.

– Apenas um município optou por aumentar a taxa de IMI (Castro Marim), tendo aumentado o montante cobrado do mesmo.

No Quadro 2.20 apresentam-se os municípios que, tendo decidido reduzir a taxa do IMI, apresentaram diminuição global desta recei-

ta em 2020. Estiveram nesta situação 40 municípios com diferentes variações negativas da receita, sendo de anotar que a amplitude das mesmas foi de -1,2% a -29,2%. Da análise dos Relatórios de Gestão não foi possível identificar qual o impacto desta descida de receita na atividade do município.

**Quadro 2.20 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2020**

Unidade: euros

Município	Dim	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)			
		2019	2020	Variação 19-20 (%)	2018	2019	Variação 18-19 (%)	
1	Freixo de Espada à Cinta	P	350 252	248 064	-29,2%	0,450%	0,300%	-0,150%
2	Calheta (R.A.A.)	P	300 312	222 129	-26,0%	0,400%	0,300%	-0,100%
3	Lajes do Pico	P	396 799	304 349	-23,3%	0,400%	0,300%	-0,100%
4	Mourão	P	300 093	279 718	-6,8%	0,450%	0,400%	-0,050%
5	Paredes	M	7 583 915	6 887 980	-9,2%	0,375%	0,330%	-0,045%
6	Cuba	P	305 961	289 225	-5,5%	0,340%	0,300%	-0,040%
7	Seia	M	2 675 513	2 511 851	-6,1%	0,430%	0,400%	-0,030%
8	Vila Nova de Gaia	G	44 974 213	42 962 023	-4,5%	0,430%	0,400%	-0,030%
9	Alcochete	P	4 193 050	3 972 235	-5,3%	0,425%	0,399%	-0,026%
10	Mirandela	M	2 432 550	2 251 206	-7,5%	0,350%	0,325%	-0,025%
11	Redondo	P	442 500	423 402	-4,3%	0,350%	0,325%	-0,025%
12	Matosinhos	G	26 455 924	24 949 252	-5,7%	0,375%	0,350%	-0,025%
13	Ílhavo	M	7 686 145	7 273 733	-5,4%	0,375%	0,350%	-0,025%
14	Oliveira de Azeméis	M	7 544 648	7 210 742	-4,4%	0,375%	0,350%	-0,025%
15	Alfândega da Fé	P	435 920	411 383	-5,6%	0,450%	0,425%	-0,025%
16	Vila do Conde	M	12 518 221	11 787 235	-5,8%	0,360%	0,340%	-0,020%
17	Faro	M	11 920 040	11 550 919	-3,1%	0,400%	0,380%	-0,020%
18	Montijo	M	8 256 732	8 012 386	-3,0%	0,400%	0,380%	-0,020%
19	Alcobaça	M	7 206 037	6 840 271	-5,1%	0,340%	0,320%	-0,020%
20	Figueiró dos Vinhos	P	576 744	552 477	-4,2%	0,340%	0,320%	-0,020%
21	Palmela	M	11 843 973	11 084 179	-6,4%	0,375%	0,360%	-0,015%
22	Vale de Cambra	M	2 306 607	2 246 368	-2,6%	0,315%	0,300%	-0,015%
23	Chaves	M	4 421 176	4 226 282	-4,4%	0,325%	0,313%	-0,012%
24	Tavira	M	7 432 480	7 295 235	-1,8%	0,370%	0,360%	-0,010%
25	Bombarral	P	1 545 807	1 519 779	-1,7%	0,350%	0,340%	-0,010%

Município	Dim	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
		2019	2020	Varição 19-20 (%)	2018	2019	Varição 18-19 (%)
26 Vila do Bispo	P	2 191 930	2 161 669	-1,4%	0,350%	0,340%	-0,010%
27 Oliveira do Hospital	P	1 929 286	1 904 716	-1,3%	0,350%	0,340%	-0,010%
28 Alpiarça	P	933 650	924 135	-1,0%	0,410%	0,400%	-0,010%
29 Santarém	M	8 812 824	8 744 390	-0,8%	0,438%	0,428%	-0,010%
30 Felgueiras	M	4 377 114	4 355 658	-0,5%	0,320%	0,310%	-0,010%
31 Beja	M	3 415 833	3 353 365	-1,8%	0,340%	0,330%	-0,010%
32 Ovar	M	8 548 306	8 394 305	-1,8%	0,380%	0,370%	-0,010%
33 Murtosa	P	1 464 645	1 439 847	-1,7%	0,330%	0,320%	-0,010%
34 Cascais	G	50 778 344	49 925 315	-1,7%	0,360%	0,350%	-0,010%
35 Seixal	G	26 786 753	26 386 025	-1,5%	0,390%	0,380%	-0,010%
36 Amadora	G	18 610 423	18 419 750	-1,0%	0,330%	0,320%	-0,010%
37 Póvoa de Lanhoso	M	2 451 791	2 449 823	-0,1%	0,340%	0,330%	-0,010%
38 Évora	M	7 107 317	6 721 826	-5,4%	0,450%	0,440%	-0,010%
39 Trofa	M	5 944 246	5 836 953	-1,8%	0,450%	0,440%	-0,010%
40 Maia	G	21 910 027	21 654 610	-1,2%	0,380%	0,375%	-0,005%

Quadro 2.21 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
		2019	2020	Varição 19-20 (%)	2018	2019	Varição 18-19 (%)
1 Covilhã	M	6 087 216	6 254 444	2,7%	0,380%	0,370%	-0,010%
2 Alcanena	P	1 877 999	1 895 558	0,9%	0,410%	0,405%	-0,005%
3 Moita	M	6 779 122	6 939 066	2,4%	0,380%	0,375%	-0,005%
4 Santiago do Cacém	M	3 762 259	3 802 452	1,1%	0,365%	0,360%	-0,005%
5 Loures	G	29 477 117	29 683 770	0,7%	0,377%	0,374%	-0,003%
6 Montemor-o-Velho	M	2 885 337	2 954 002	2,4%	0,393%	0,391%	-0,002%

O Quadro 2.21 apresenta os municípios que tendo decidido reduzir o valor da taxa do IMI, apresentaram, todavia, acréscimo global desta receita em 2020. Estiveram nesta situação 6 municípios, não sendo, contudo, possível recolher qualquer informação no Relatório de Gestão sobre eventual impacto do custo ou benefício resultante desta redução de taxa.

Para melhor comparar o impacto da descida da taxa de IMI decidida pelos municípios, apresenta-se o Quadro 2.22 que mostra a diferença entre o valor de IMI efetivamente cobrado e o valor de IMI que poderia ser cobrado, se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%.

Da leitura deste quadro identifica-se o montante que cada um dos municípios em questão deixou de cobrar de IMI e a poupança média que daí resulta por residente. Esta poupança traduz um valor estatístico, meramente indicativo, pois não está referenciada apenas ao número de proprietários pagadores de IMI, mas ao total de população residente, incluindo não proprietários de imóveis e, por isso, não sujeitos a IMI. Por outro lado, conforme referenciado supra, não foi refletido nos respetivos relatórios de Relatório de Gestão a avaliação do impacto da redução da taxa deste imposto direto na atividade dos municípios.

Quadro 2.22 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%

Unidade: euros

	Município	Dim.	Taxa aplicada (2019)	IMI cobrado c/ taxa aplicada	IMI cobrado se aplicada taxa 0,50%	Diferença (perda para o município)	Nº de habitantes (INE 2020)	Poupança por cidadão*
1	Lisboa	G	0,30%	124 645 533 €	207 742 556 €	83 097 022 €	544 851	153 €
2	Sintra	G	0,33%	47 089 015 €	71 346 993 €	24 257 978 €	385 954	63 €
3	Porto	G	0,32%	41 441 710 €	63 953 256 €	22 511 546 €	231 962	97 €
4	Cascais	G	0,35%	49 925 315 €	71 321 878 €	21 396 563 €	214 134	100 €
5	Loulé	M	0,30%	28 463 190 €	47 438 651 €	18 975 460 €	72 373	262 €
6	Oeiras	G	0,32%	31 132 469 €	48 644 482 €	17 512 014 €	171 802	102 €
7	Coimbra	G	0,30%	25 339 918 €	42 233 197 €	16 893 279 €	140 796	120 €
8	Albufeira	M	0,30%	18 592 087 €	30 986 812 €	12 394 725 €	44 158	281 €
9	Almada	G	0,36%	30 876 150 €	42 883 542 €	12 007 392 €	177 400	68 €
10	Leiria	G	0,30%	17 013 306 €	28 355 509 €	11 342 204 €	128 640	88 €
11	Funchal	G	0,30%	16 523 813 €	27 539 688 €	11 015 875 €	105 919	104 €
12	V. F. de Xira	G	0,30%	16 147 831 €	26 913 051 €	10 765 220 €	137 659	78 €
13	V. Nova de Gaia	G	0,40%	42 962 023 €	53 702 529 €	10 740 506 €	304 149	35 €
14	Matosinhos	G	0,35%	24 949 252 €	35 641 788 €	10 692 536 €	172 669	62 €
15	Braga	G	0,35%	24 849 176 €	35 498 824 €	10 649 647 €	193 333	55 €
16	Amadora	G	0,32%	18 419 750 €	28 780 859 €	10 361 109 €	171 719	60 €
17	Loures	G	0,37%	29 683 770 €	39 684 184 €	10 000 414 €	201 646	50 €
18	Viseu	M	0,30%	13 615 006 €	22 691 677 €	9 076 671 €	99 693	91 €
19	Guimarães	G	0,35%	19 522 866 €	27 889 808 €	8 366 942 €	156 852	53 €
20	Seixal	G	0,38%	26 386 025 €	34 718 454 €	8 332 429 €	166 693	50 €
21	Odivelas	G	0,37%	20 839 413 €	28 161 369 €	7 321 956 €	148 156	49 €
22	Maia	G	0,38%	21 654 610 €	28 872 814 €	7 218 203 €	134 959	53 €
23	Vila Nova de Famalicão	G	0,35%	15 517 947 €	22 168 495 €	6 650 549 €	133 590	50 €
24	Póvoa de Varzim	M	0,30%	9 753 949 €	16 256 581 €	6 502 633 €	64 320	101 €
25	Sta. Maria da Feira	G	0,38%	17 241 761 €	22 989 014 €	5 747 254 €	136 720	42 €
26	Vila do Conde	M	0,34%	11 787 235 €	17 334 170 €	5 546 934 €	80 921	69 €
27	Lagos	M	0,35%	12 700 735 €	18 143 907 €	5 443 172 €	33 514	162 €
28	Ponta Delgada	M	0,30%	7 511 214 €	12 518 690 €	5 007 476 €	67 287	74 €
29	Silves	M	0,30%	7 384 897 €	12 308 161 €	4 923 264 €	37 813	130 €
30	Aveiro	M	0,40%	18 440 831 €	23 051 039 €	4 610 208 €	80 880	57 €
31	Caldas da Rainha	M	0,30%	6 869 966 €	11 449 943 €	4 579 977 €	50 898	90 €
32	Pombal	M	0,30%	6 537 104 €	10 895 173 €	4 358 069 €	51 178	85 €
33	Viana do Castelo	M	0,37%	12 358 645 €	16 700 871 €	4 342 227 €	85 864	51 €
34	Barcelos	G	0,35%	10 094 911 €	14 421 301 €	4 326 390 €	116 777	37 €
35	Palmela	M	0,36%	11 084 179 €	15 394 693 €	4 310 514 €	68 879	63 €

\* Este valor é subjetivo e deve ser interpretado com cuidado. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e, por isso, este valor não representa uma poupança para os não sujeitos, mas pode, contrariamente até ser visto como um custo, pois deixam de beneficiar da aplicação destes recursos que seriam obtidos pelos municípios, na prestação de serviços e bens públicos.

## R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMI / Rec. total
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	17,0%
2	Cascais	G	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	23,7%
3	Sintra	G	46 697 127	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	23,6%
4	V. N. de Gaia	G	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	29,6%
5	Porto	G	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	18,0%
6	Oeiras	G	28 118 775	30 015 085	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	18,4%
7	Almada	G	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	33,1%
8	Loures	G	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	25,1%
9	Loulé	M	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	25,9%
10	Seixal	G	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	27,0%
11	Coimbra	G	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	25 304 797	25 339 918	29,9%
12	Matosinhos	G	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	21,1%
13	Braga	G	18 490 034	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	22,6%
14	Setúbal	G	14 194 649	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	25,0%
15	Portimão	M	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	40,3%
16	Maia	G	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	21 910 027	21 654 610	27,1%
17	Odivelas	G	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	24,8%
18	Guimarães	G	14 131 554	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	20,6%
19	Mafra	M	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	26,9%
20	Albufeira	M	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	28,7%
21	Aveiro	M	8 774 438	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	18 335 582	18 440 831	28,3%
22	Amadora	G	19 296 332	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	19,8%
23	Gondomar	G	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	21,1%
24	Sta Maria Feira	G	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	24,4%
25	Leiria	G	11 968 815	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	23,5%
26	Funchal	G	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	21,3%
27	V. F. Xira	G	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	21,0%
28	V. N. Famalicão	G	10 391 139	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	16,0%
29	Viseu	M	8 770 272	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	21,2%
30	Sesimbra	M	8 488 929	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	26,7%
31	Torres Vedras	M	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	12 816 845	13 489 724	23,5%
32	Figueira da Foz	M	7 463 432	7 779 221	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	12 622 526	12 791 150	28,0%
33	Lagos	M	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	24,2%
34	Viana do Castelo	M	8 621 663	8 794 549	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	17,6%
35	Vila do Conde	M	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	21,1%

Face ao peso do IMI nas receitas municipais, apresentam-se no *Ranking R6* os 35 municípios com maior volume desta receita em 2020, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município. Anota-se que, em 2020, o peso médio do IMI na receita total autárquica foi de 17,1%.

Do *Ranking* dos 35 municípios com maior coleta de IMI, em 2020, pode concluir-se:

- Com exceção de dois municípios, Lisboa e Vila Nova de Famalicão, todos os restantes 33 desta lista apresentaram um valor do IMI cujo peso na receita total do município ultrapassou a média nacional deste rácio de 17,1%. Anota-se o facto de Lisboa ser o município que mais IMI arrecadou em termos absolutos, mas que apresenta, simultaneamente, o segundo menor peso desta receita na receita total;
- Relevam-se os municípios para os quais a receita do IMI representou uma parcela muito significativa dos recursos auferidos, ultrapassando os 30% da receita total cobrada – Portimão (40,3%) e Almada (33,1%).

Os *Rankings* R6.A e R6.M ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas entre 2010 e 2020.

Sobre a hierarquização dos municípios das Regiões Autónomas relativamente à coleta do IMI refere-se:

- Ponta Delgada foi o município dos Açores que apresentou uma receita de IMI com maior peso na respetiva receita total (18,5%), ultrapassando a média nacional, sendo que, para o município do Corvo a coleta do IMI apenas representou 0,8% da sua receita total. Na generalidade destes municípios, o peso do IMI na receita total, foi muito pouco significativo não chegando, na maioria dos casos, a 10% da respetiva receita municipal. Apenas três municípios apresentam um peso do IMI na receita total igual ou superior a 10%, isto é, superior à média regional que se cifrou nos 9,3%.
- Comparando ainda os montantes cobrados em 2020 pode-se concluir em relação à Região dos Açores, que seis dos dezanove municípios açorianos apresentaram diminuição da receita do IMI. A saber: Angra do Heroísmo (-84,6%); Calheta (-35,2%); Lajes do Pico (-30,4%); Vila do Porto (-18,2%); Corvo (-2,2%); e Santa Cruz das Flores (-0,3%). Todos os restantes municípios açorianos apresentaram crescimento do montante arrecadado de IMI;
- Quanto à Região da Madeira pode referir-se que todos os onze municípios apresentaram, ainda que em alguns casos apenas li-

geiro, aumento de coleta de IMI, sendo de relevar o acréscimo apresentado pelos municípios de Câmara de Lobos (+8,2%, +156,2 milhares de euros) e do Funchal (+1,5%, +237,3 milhares de euros);

- Na Região da Madeira o peso médio da receita do IMI na receita total é de 16%, sendo que três destes municípios apresentam um peso superior à média regional se bem que bastante aquém da média nacional. São eles: Porto Santo (27,5%); Funchal (21,3%) e Santa Cruz (18,5%).

Face ao reconhecimento do impacto negativo na gestão financeira dos municípios, da descida da coleta do IMI, apresenta-se uma listagem – *Ranking R7* – com os municípios que conheceram maior decréscimo desta receita, tendo por referência o ano de 2020.

Da observação do Quadro 2.23, apresentado mais à frente, pode-se verificar que, em 2020, ocorreu uma diminuição drástica do número de municípios que apresentaram descida do montante global de IMI (-56,8%, -105 municípios), passando esse número, no universo autárquico, de 185 para 80 municípios.

Tendo em atenção a análise já apresentada sobre o comportamento da receita proveniente do IMI no geral dos municípios, em relação ao *Ranking R7* pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem. Releva-se, contudo:

- A diminuição significativa do valor da coleta de IMI em mais de 1 milhão de euros em três municípios, com especial relevância para a diminuição do montante no município de Vila Nova de Gaia (-2,0 milhões de euros) que decidiu aplicar taxa de IMI com redução;
- Quatro municípios com elevadas percentagens de decréscimo de IMI, embora três deles com valores pouco relevantes em termos absolutos: Angra do Heroísmo (-45,8%, -1,3 milhões de euros); Freixo de Espada à Cinta (-29,2%, -102,2 milhares de euros); Calheta (-26,0%, -78,2 milhares de euros) e Lajes do Pico (-23,3%, -92,5 milhares de euros).

O *Ranking R8* hierarquiza os 35 municípios que apresentaram maior aumento da coleta de IMI em 2020, destacando-se que:

Em 2020, 228 municípios apresentaram acréscimo de IMI. Através deste *ranking* anota-se aumentos pouco significativos desta receita fiscal, sendo de relevar apenas o aumento de 1,5 milhões de euros apresentado por Lisboa. Apresentaram um crescimento de IMI superior a 50% os seguintes municípios: Montalegre (+72,9%) e Vila Pouca de Aguiar (+141,6%). Releva-se ainda o aumento auferido pelo município de Alcácer do Sal (+40,3%).

## R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMI / Rec. total
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 P. Delgada	M	4 927 407	5 264 034	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	6 937 149	7 410 995	7 433 234	7 511 214	18,5%
2 R. Grande	M	648 194	805 658	872 283	1 536 470	1 838 000	1 933 246	1 793 762	1 819 971	1 953 488	1 975 732	2 004 881	8,2%
3 Praia da Vitória	P	541 763	593 216	632 155	1 126 690	1 354 210	1 457 394	1 340 158	1 374 656	1 486 778	1 479 138	1 534 693	8,6%
4 A. do Heroísmo	M	1 135 771	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	6,6%
5 V. F. do Campo	P	345 579	591 916	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	1 431 658	1 350 451	1 349 550	1 399 265	1 489 721	6,5%
6 Lagoa (R.A.A.)	P	718 196	715 574	734 137	952 076	1 154 929	1 259 824	1 230 135	1 233 362	1 290 405	1 307 183	1 334 274	10,5%
7 Horta	P	726 792	785 477	831 749	1 059 428	1 201 277	1 272 170	1 205 932	1 190 333	1 262 687	1 248 869	1 281 754	10,8%
8 Madalena	P	194 435	210 178	209 650	420 255	401 552	530 653	491 690	509 775	541 572	568 140	575 575	6,7%
9 Povoação	P	153 583	174 595	188 659	387 278	465 266	494 323	470 879	474 234	495 096	489 543	507 869	7,1%
10 Nordeste	P	90 782	99 102	102 911	234 827	416 017	509 569	494 915	445 701	458 820	443 126	447 802	7,1%
11 Sta. Cruz da Graciosa	P	111 752	160 038	133 520	309 385	368 748	402 611	348 841	357 853	368 669	370 733	371 951	7,7%
12 V. do Porto	P	133 705	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	391 487	407 135	427 654	361 950	5,2%
13 São Roque do Pico	P	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	6,0%
14 Velas	P	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	5,0%
15 Lajes do Pico	P	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	4,9%
16 Calheta (R.A.A.)	P	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	4,3%
17 Sta. Cruz das Flores	P	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	3,7%
18 Lajes das Flores	P	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	2,7%
19 Corvo	P	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	0,8%
<b>IMI Total (Açores)</b>		<b>10 240 043</b>	<b>11 464 132</b>	<b>11 792 486</b>	<b>17 499 692</b>	<b>19 765 934</b>	<b>20 927 009</b>	<b>19 619 632</b>	<b>19 949 031</b>	<b>21 087 241</b>	<b>21 477 022</b>	<b>20 339 770</b>	<b>9,3%</b>
(%) IMI Açores / IMI total		0,92%	0,98%	0,96%	1,34%	1,35%	1,36%	1,32%	1,37%	1,40%	1,44%	1,36%	--

## R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMI / Rec. total
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Funchal	G	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	21,3%
2 Santa Cruz	M	2 595 435	2 916 293	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	4 253 864	4 662 472	4 601 879	4 690 568	18,5%
3 Câmara de Lobos	M	1 451 405	1 384 948	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	1 921 174	1 853 042	1 488 315	1 905 534	2 061 699	12,4%
4 Machico	P	1 043 760	1 100 375	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	1 568 355	1 622 785	1 759 181	1 701 562	1 710 206	13,7%
5 Porto Santo	P	1 345 702	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	1 410 013	1 474 824	1 347 630	1 391 856	27,5%
6 Calheta (R.A.M.)	P	541 547	610 863	628 146	809 514	986 771	1 021 061	908 083	866 934	959 912	962 587	1 004 782	9,1%
7 Ribeira Brava	P	478 031	496 425	439 928	619 702	790 608	872 029	760 315	728 211	782 645	788 112	804 135	6,9%
8 Ponta do Sol	P	515 757	417 630	430 641	455 784	645 174	700 794	566 663	576 102	622 539	615 216	632 994	9,3%
9 São Vicente	P	182 912	208 132	239 631	360 921	473 985	486 038	424 814	434 163	449 651	460 421	470 160	6,4%
10 Santana	P	327 635	315 233	393 046	435 626	520 927	537 129	423 624	400 308	424 038	413 248	421 699	5,6%
11 Porto Moniz	P	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	4,2%
<b>IMI Total – Madeira</b>		<b>21 162 972</b>	<b>21 740 790</b>	<b>23 765 797</b>	<b>25 795 368</b>	<b>30 574 807</b>	<b>32 672 208</b>	<b>29 122 897</b>	<b>27 519 415</b>	<b>28 956 297</b>	<b>29 332 587</b>	<b>29 962 501</b>	<b>16,0%</b>
(%) IMI Madeira / IMI total		1,91%	1,86%	1,93%	1,98%	2,08%	2,13%	1,96%	1,89%	1,92%	1,97%	2,00%	--

## R7 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	V.Nde Gaia	G	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	-2 012 189
2	Matosinhos	G	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	-1 506 672
3	A. do Heroísmo	M	1 135 771	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	-1 262 825
4	Cascais	G	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	-853 030
5	Palmela	M	8 273 936	8 951 376	8 939 030	10 989 435	12 866 198	12 947 665	12 174 877	11 579 594	11 938 062	11 843 973	11 084 179	-759 795
6	V. do Conde	M	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	-730 985
7	Paredes	M	5 673 117	5 832 383	6 036 143	6 251 610	7 057 584	8 916 707	9 066 813	7 624 637	7 917 968	7 583 915	6 887 980	-695 935
8	Portimão	M	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	-415 958
9	Ílhavo	M	4 259 698	4 437 721	4 694 887	5 792 107	7 254 756	7 834 907	7 843 131	7 696 527	7 807 734	7 686 145	7 273 733	-412 411
10	Seixal	G	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	-400 729
11	Évora	M	3 851 076	3 967 572	4 817 376	4 980 693	6 700 771	7 261 236	7 254 301	6 653 536	7 161 401	7 107 317	6 721 826	-385 491
12	Faro	M	8 635 287	9 934 121	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	14 113 472	12 659 873	11 927 621	11 920 040	11 550 919	-369 120
13	Alcobaça	M	5 690 624	5 882 280	6 149 879	6 835 399	7 779 421	7 678 671	7 475 073	7 706 072	7 413 203	7 206 037	6 840 271	-365 766
14	O. de Azeméis	M	4 949 959	5 237 087	5 488 988	6 186 519	6 868 260	7 115 350	7 092 747	7 105 608	7 467 217	7 544 648	7 210 742	-333 905
15	Maia	G	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	21 910 027	21 654 610	-255 417
16	Montijo	M	5 333 035	5 410 169	5 773 664	7 154 272	7 677 448	7 970 184	8 208 141	7 496 563	8 342 861	8 256 732	8 012 386	-244 346
17	Alcochete	P	2 409 713	2 213 767	2 251 975	2 763 734	3 266 717	3 794 568	3 858 540	4 074 010	4 280 750	4 193 050	3 972 235	-220 815
18	Chaves	M	2 435 949	2 742 652	2 669 623	3 130 778	3 556 186	4 227 211	3 900 671	4 080 302	4 268 579	4 421 176	4 226 282	-194 894
19	Amadora	G	19 296 332	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	-190 673
20	Barreiro	M	7 251 245	7 811 922	8 140 807	8 470 252	10 391 412	10 585 371	10 787 284	10 671 051	10 996 703	10 453 152	10 267 276	-185 875
21	Mirandela	M	974 609	1 026 826	1 599 441	1 784 005	2 007 680	2 756 841	2 507 103	2 616 510	2 628 615	2 432 550	2 251 206	-181 344
22	Seia	M	1 547 218	1 620 611	1 706 482	2 471 986	2 946 376	3 078 615	2 882 074	2 736 030	2 844 509	2 675 513	2 511 851	-163 662
23	Ovar	M	5 804 684	6 144 283	6 557 818	7 367 240	8 318 160	8 422 522	8 136 507	8 320 393	8 453 246	8 548 306	8 394 305	-154 001
24	Tavira	M	5 501 347	5 819 620	6 064 023	6 819 966	7 402 574	7 880 777	7 511 887	7 903 126	7 954 421	7 432 480	7 295 235	-137 245
25	Albufeira	M	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	-134 356
26	S. Pedro do Sul	P	755 469	825 521	873 606	1 181 425	1 316 946	1 404 263	1 289 792	1 251 452	1 355 037	1 367 222	1 254 573	-112 649
27	Trofa	M	2 688 626	2 978 526	3 120 898	4 476 206	5 630 712	6 158 682	5 846 166	5 687 292	5 967 200	5 944 246	5 836 953	-107 293
28	F. Espada à Cinta	P	102 455	107 639	108 799	268 170	237 070	387 402	358 696	347 315	351 833	350 252	248 064	-102 188
29	Lajes do Pico	P	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	-92 450
30	Elvas	M	1 798 219	1 774 144	1 878 243	2 027 812	2 352 279	2 429 263	2 293 356	2 299 388	2 508 852	2 448 194	2 356 864	-91 329
31	Calheta (R.A.A.)	P	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	-78 183
32	Óbidos	P	2 241 998	2 456 577	2 437 597	2 675 843	2 913 648	3 045 612	3 126 461	3 163 314	3 507 619	3 500 533	3 431 293	-69 240
33	Santarém	M	5 263 894	5 703 267	6 362 411	8 207 680	9 184 193	9 614 242	9 590 328	8 806 095	9 318 423	8 812 824	8 744 390	-68 435
34	V. do Porto	P	133 705	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	391 487	407 135	427 654	361 950	-65 704
35	Beja	M	2 289 671	2 366 555	2 517 947	3 199 994	3 503 058	3 617 701	3 608 065	3 472 130	3 434 703	3 415 833	3 353 365	-62 468

## R8 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			Δ 19-20
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	1 582 953
2	Sta. Maria da Feira	G	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	932 012
3	Porto	G	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	765 893
4	Torres Vedras	M	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	12 816 845	13 489 724	672 879
5	Castro Marim	P	2 139 747	2 106 599	2 229 260	2 469 050	2 732 394	2 939 158	3 186 118	2 662 420	2 617 232	3 055 540	3 702 446	646 906
6	Braga	G	18 490 034	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	638 914
7	Sintra	G	46 697 127	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	601 229
8	V. Pouca de Aguiar	P	417 805	468 406	489 830	780 064	956 288	1 263 926	886 455	893 890	928 859	370 337	894 725	524 388
9	V. Nova Famalicão	G	10 391 139	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	459 579
10	Alcácer do Sal	P	995 656	1 151 793	1 094 028	1 536 086	1 938 334	1 420 764	1 308 446	1 357 400	1 431 239	1 077 571	1 511 432	433 861
11	Barcelos	G	6 313 512	6 643 004	6 639 501	8 385 094	9 044 248	9 220 428	8 621 503	8 748 177	9 487 206	9 693 040	10 094 911	401 871
12	Grândola	P	2 454 561	2 650 038	2 855 537	3 220 384	3 324 841	3 313 297	3 816 183	4 498 093	4 422 308	3 808 258	4 208 831	400 573
13	V. do Castelo	M	8 621 663	8 794 549	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	372 184
14	Guimarães	G	14 131 554	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	369 609
15	Póvoa de Varzim	M	7 420 187	7 623 698	7 488 348	7 607 028	8 596 678	8 977 429	8 945 561	8 944 622	9 453 763	9 403 192	9 753 949	350 757
16	VRS.. António	P	4 731 920	4 912 073	5 023 721	6 408 742	7 328 771	7 636 981	7 832 052	7 326 001	7 399 055	8 233 064	8 560 720	327 657
17	Montalegre	P	679 683	803 472	786 677	904 947	1 316 815	1 053 653	813 592	764 187	583 752	445 392	770 126	324 734
18	Pombal	M	4 151 466	4 371 930	4 526 822	5 791 943	6 523 803	6 467 984	5 814 601	5 943 452	6 248 388	6 247 097	6 537 104	290 007
19	Gondomar	G	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	278 344
20	Mafra	M	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	259 190
21	Vila Real	M	3 214 804	3 506 359	3 628 085	4 656 598	5 810 002	5 860 734	5 823 950	5 952 354	6 220 434	6 091 580	6 349 691	258 111
22	Odivelas	G	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	254 407
23	Penafiel	M	3 709 217	3 817 516	4 448 731	4 377 511	4 885 288	4 978 957	5 038 298	5 167 337	5 574 828	5 638 385	5 892 102	253 717
24	Sto. Tirso	M	4 275 504	4 368 464	4 696 778	5 590 623	6 612 059	6 940 382	7 036 886	7 144 007	7 428 276	7 384 804	7 629 734	244 930
25	Funchal	G	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	237 259
26	Ourém	M	3 669 939	4 116 083	4 577 440	5 836 555	6 891 224	6 422 449	6 131 949	6 254 786	6 496 963	6 442 277	6 675 652	233 375
27	Benavente	M	3 567 388	3 744 628	3 808 089	4 470 824	5 014 214	4 612 991	4 454 805	4 464 941	4 436 585	4 333 031	4 557 836	224 804
28	Viseu	M	8 770 272	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	222 091
29	V. F. de Xira	G	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	206 934
30	Loures	G	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	206 652
31	Caldas da Rainha	M	5 532 446	5 792 925	5 561 361	5 634 804	6 307 217	6 576 387	6 333 157	6 340 827	6 688 693	6 669 263	6 869 966	200 703
32	Caminha	P	2 030 138	2 105 494	2 289 477	2 721 734	2 849 556	2 884 677	2 685 619	2 682 615	2 863 149	3 636 837	3 825 793	188 956
33	Almada	G	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	187 685
34	Lourinhã	M	2 803 433	2 940 816	3 043 073	3 573 103	4 145 278	4 234 571	4 240 705	4 278 502	4 371 729	4 354 260	4 537 478	183 219
35	Lagos	M	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	179 889

## R9 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMI / Rec. total	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Corvo	P	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	0,8%
2	Lajes das Flores	P	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	2,7%
3	Barrancos	P	38 186	40 305	40 345	94 652	104 240	108 138	98 045	96 979	98 515	102 228	103 652	2,3%
4	Santa Cruz das Flores	P	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	3,7%
5	Penedono	P	81 804	100 237	89 224	229 728	256 464	266 013	236 044	152 224	155 840	166 183	169 766	2,7%
6	Arronches	P	119 014	129 799	131 200	169 574	180 414	185 411	164 246	176 379	181 819	181 801	178 925	2,9%
7	Alcoutim	P	222 049	231 613	241 616	228 822	242 699	254 804	166 047	176 374	186 030	192 462	191 679	2,0%
8	Alvito	P	98 111	102 444	105 724	166 221	192 283	200 168	195 235	188 531	198 214	197 059	195 870	3,2%
9	Mesão Frio	P	153 328	151 639	156 394	195 104	209 386	272 570	218 167	211 923	225 570	225 430	219 879	3,4%
10	Calheta (R.A.A.)	P	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	4,3%
11	Fronteira	P	180 432	190 047	196 706	223 771	251 232	241 907	222 776	228 731	238 037	229 068	238 112	3,9%
12	Monforte	P	86 265	97 802	91 229	186 001	196 186	230 712	221 610	203 531	202 496	241 411	247 313	2,7%
13	Freixo de Espada à Cinta	P	102 455	107 639	108 799	268 170	237 070	387 402	358 696	347 315	351 833	350 252	248 064	3,1%
14	Porto Moniz	P	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	4,2%
15	Vila de Rei	P	138 488	142 787	172 701	279 887	290 849	303 771	277 420	286 671	265 977	273 970	275 984	3,5%
16	Mourão	P	137 245	151 281	167 481	201 350	218 790	227 990	311 721	195 575	211 421	300 093	279 718	3,8%
17	Cuba	P	196 697	209 887	221 127	235 159	255 357	262 717	241 833	254 134	311 699	305 961	289 225	4,2%
18	Sardoal	P	237 318	241 627	250 054	308 245	310 036	316 093	275 444	287 954	294 509	291 162	291 450	3,3%
19	Avis	P	221 383	239 268	238 050	268 395	277 727	279 456	242 483	261 122	268 816	269 226	292 737	3,4%
20	Manteigas	P	132 714	132 828	128 369	241 628	279 008	292 530	267 649	275 589	286 788	290 633	293 777	4,8%
21	Crato	P	155 764	167 259	138 589	256 994	289 647	300 465	269 122	279 756	290 169	289 011	295 385	3,3%
22	Marvão	P	180 885	154 059	194 982	265 456	294 648	301 021	279 666	287 737	296 691	296 460	297 878	5,0%
23	Castanheira de Pera	P	178 774	188 052	201 543	343 183	408 102	421 894	586 587	376 252	265 846	290 852	298 526	5,3%
24	Gavião	P	208 392	216 696	224 113	281 320	302 354	296 161	285 927	286 184	304 701	298 046	302 785	3,7%
25	Lajes do Pico	P	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	4,9%
26	Alter do Chão	P	228 735	240 539	238 963	276 831	293 443	298 038	278 062	292 434	318 372	310 377	316 199	4,3%
27	Velas	P	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	5,0%
28	Portel	P	246 209	254 842	245 592	324 400	348 553	359 658	314 231	297 018	325 301	324 826	324 061	2,9%
29	Mora	P	210 208	242 156	241 157	317 679	348 751	353 653	321 338	335 084	338 690	342 775	324 231	4,2%
30	São Roque do Pico	P	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	6,0%
31	Castelo de Vide	P	213 400	228 042	267 487	297 526	328 952	342 364	320 646	335 026	339 178	335 863	336 801	4,5%
32	Sta. Marta de Penaguião	P	214 302	231 626	243 093	389 421	347 747	349 196	296 579	301 342	339 567	329 827	339 986	4,8%
33	Pampilhosa da Serra	P	205 477	228 426	229 569	373 477	423 411	391 567	332 547	336 361	350 282	309 060	342 204	2,9%
34	Vimioso	P	123 006	139 889	142 480	330 856	357 631	361 272	298 284	315 991	339 232	335 106	342 867	3,6%
35	Vidigueira	P	285 815	287 063	300 143	384 544	423 229	439 107	358 642	353 562	362 816	338 681	348 568	3,8%

No *Ranking* R9, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI em 2020. Pela análise desta lista de 35 municípios, constata-se que:

- Os municípios de pequena dimensão apresentaram menor receita de IMI e todos os municípios elencados obtiveram uma coleta de IMI bastante inferior a meio milhão de euros;
- Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI inferior a meio milhão de euros, existiram mais 31 municípios nesta situação e outros 58 municípios com receita de IMI entre 0,5 milhões de euros e 1 milhão de euros.

### IMI – IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DE IMÓVEIS

Conforme se verificou supra, em 2020, o volume de IMT baixou cerca de 3,5% traduzindo uma descida líquida de 35,8 milhões de euros para todo o setor autárquico. Recorda-se que o montante total arrecado pelos 308 municípios foi de 974,6 milhões de euros.

Para muitos municípios esta fonte de receita tem-se tornando mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, atingindo, em média, 36% do montante de impostos diretos cobrados em 2020. Para os municípios de média dimensão, o volume desta coleta pesou 27% nos impostos diretos tendo, para os municípios de pequena dimensão, pesado 24%.

Sendo o IMT uma das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apresentam-se de seguida quadros e *rankings* com informação que se considerou relevante assinalar.

Observando o *Ranking* R10, com a listagem dos 35 municípios com maior receita cobrada de IMT em 2020, conclui-se:

- Embora esta lista de municípios corresponda aos que apresentaram maior volume de receita de IMT, o seu peso na receita total foi muito variável verificando-se uma amplitude entre o máximo de 40,2% (Loulé) e o mínimo de 6,2% (Vila Nova de Famalicão). Anota-se que o peso médio do IMT na receita total dos municípios nacionais foi, em 2020, de 17,1%, quando, em 2019, tinha sido de 11,2%;
- Destes 35 municípios com maior receita de IMT, dezassete apresentaram descida do volume total desta coleta sendo de relevar: Porto (-11,8 milhões de euros, -17,8%); Albufeira (-8 milhões de euros, -38,4%); Almada (-4,5 milhões de euros, -20,3%); Oeiras (-4,3 milhões de euros, -12,9%); Cascais (-4,2 milhões de euros, -6,2%); Lagos (-4,1 milhões de euros, -20,6%); Loures (-3,7 milhões de euros,

-18,8%); Seixal (-3,1 milhões de euros, -19,1%) e Tavira (-2,2 milhões de euros, -26,6%);

– A exceção do município de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, pois apresentou um volume de receita que representou 21,6% do total de IMT cobrado a nível nacional. Mais se refere que após os extraordinários aumentos de IMT que Lisboa apresentou em 2015 (+46,2%, +55,2 milhões de euros), 2017 (+46,7 milhões de euros, +26,2%), 2018 (+31,7%, +30,4 milhões de euros) e 2019 (+50,9 milhões de euros, +20,0%) voltou em 2020 a apresentar um acréscimo de receita de IMT embora de valores inferiores (+6,7 milhões de euros, +3,3%);

– Neste *ranking* verifica-se que dois municípios apresentaram taxas de crescimento do IMT superiores a 30%: Vila do Conde (+43,5%, +2,7 milhões de euros) e Gondomar (+41,4%, +2 milhões de euros).

Os *Rankings* R10.A e R10.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios das Regiões Autónomas, sendo que o valor desta receita decresceu nos Açores em 12,7% (-1,4 milhões de euros) em 2020 e cresceu na Madeira em 11,6%, isto é, +1,4 milhões de euros. Mais se verifica que o total do IMT nos Açores correspondeu a 0,97% do IMT nacional enquanto que na Madeira o valor homólogo de IMT correspondeu a 1,39% do total de IMT nacional.

## Rio – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2020 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMT / Rec. total	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Lisboa	G	100 214 768	86 171 239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	177 906 151	224 560 754	255 005 664	204 128 056	210 831 866	28,7%
2	Cascais	G	36 487 844	30 945 600	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	43 905 818	66 769 814	73 526 539	68 282 236	64 056 286	30,4%
3	Porto	G	30 011 321	23 831 732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	34 330 079	44 331 643	61 616 809	66 211 236	54 445 210	23,6%
4	Loulé	M	20 561 954	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	29 601 467	36 899 315	35 556 082	40 811 645	44 143 553	40,2%
5	Sintra	G	16 012 707	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	15 580 918	23 302 856	27 890 553	27 650 121	30 366 082	15,2%
6	Oeiras	G	17 038 355	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	13 225 749	27 768 547	32 890 545	33 492 141	29 187 012	17,2%
7	VN Gaia	G	13 666 370	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	10 590 596	16 145 671	18 653 251	23 880 209	24 441 778	16,8%
8	Matosinhos	G	10 116 175	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	8 687 251	12 355 369	13 874 070	17 953 148	17 852 000	15,1%
9	Almada	G	7 973 305	6 754 363	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	6 841 665	10 605 457	15 568 932	22 321 510	17 790 376	19,1%
10	Loures	G	13 661 145	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	9 063 339	14 426 980	15 588 264	19 575 540	15 894 235	13,5%
11	Lagos	M	6 623 672	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	11 071 491	13 353 063	16 173 962	19 878 859	15 782 416	30,1%
12	Odivelas	G	9 343 234	5 291 686	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	5 765 878	8 460 826	12 339 319	12 487 853	13 588 539	16,2%
13	Braga	G	8 816 146	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	8 162 521	10 774 503	10 795 970	12 592 594	13 420 389	12,2%
14	Seixal	G	7 199 900	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	6 129 445	7 735 400	9 481 307	15 982 404	12 922 300	13,2%
15	Albufeira	M	8 156 207	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	12 676 285	20 415 844	15 627 392	20 839 423	12 845 187	19,8%
16	Mafra	M	6 231 604	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	4 294 397	8 130 952	9 995 639	10 414 084	12 208 377	17,2%
17	Amadora	G	4 914 906	2 949 903	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	5 474 104	7 984 073	9 528 017	11 344 028	11 827 251	12,7%
18	Coimbra	G	9 318 844	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	9 143 480	8 570 188	9 608 929	11 513 669	11 634 116	13,7%
19	Setúbal	G	6 228 319	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	7 592 020	7 894 785	6 623 703	9 806 821	11 001 663	11,6%
20	Maia	G	5 889 920	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	8 903 318	6 455 134	9 971 598	8 794 765	10 578 356	13,2%
21	Portimão	M	6 810 761	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	6 326 172	11 488 029	15 050 683	10 612 673	9 856 869	17,3%
22	VF Xira	G	8 731 740	4 397 404	3 558 597	4 055 508	4 230 796	4 103 762	4 643 662	7 824 721	12 116 852	10 369 540	9 568 472	12,4%
23	Grândola	P	2 125 046	1 422 803	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	3 172 112	10 837 979	8 692 475	8 236 639	9 103 830	31,1%
24	Vila do Conde	M	5 494 817	8 564 304	2 911 985	3 628 624	3 632 728	3 393 067	4 299 648	4 673 472	4 907 522	6 313 902	9 058 108	16,2%
25	Lagoa (Alg.)	M	5 444 065	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	7 575 091	8 029 010	11 016 416	10 263 263	8 832 626	24,6%
26	Funchal	G	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	10,4%
27	Faro	M	3 368 891	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	4 734 842	4 952 796	7 990 566	8 011 784	7 021 817	15,6%
28	Sesimbra	M	6 861 900	3 292 223	2 364 111	3 376 598	3 207 611	3 135 047	3 347 320	4 673 521	6 833 643	6 930 378	6 905 389	13,6%
29	Silves	M	3 059 674	2 487 989	2 455 057	2 020 630	2 472 686	2 538 539	4 438 628	4 250 885	5 888 992	5 580 010	6 845 930	15,0%
30	Viseu	M	3 633 726	3 713 408	2 244 090	2 257 599	2 533 158	2 996 497	3 193 050	5 140 799	4 071 079	6 472 601	6 785 703	10,6%
31	Gondomar	G	4 224 402	3 322 893	2 678 672	1 863 427	1 957 555	2 115 266	2 584 835	3 782 688	3 673 187	4 746 727	6 711 049	7,9%
32	Palmela	M	5 730 523	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	3 450 915	4 080 116	5 930 123	6 844 682	6 642 231	13,2%
33	Torres Vedras	M	3 992 180	3 267 522	2 912 392	3 592 016	1 731 752	2 441 392	2 744 870	3 842 250	4 140 975	5 613 291	6 184 108	10,8%
34	Tavira	M	6 137 045	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	6 336 831	6 565 671	8 771 784	8 306 177	6 100 695	20,8%
35	VN Famalicão	G	4 650 382	4 025 621	3 126 223	2 462 125	2 857 780	3 375 620	4 141 385	4 429 282	4 636 828	5 826 824	6 024 302	6,2%

**R10.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020 e respetivo peso na receita total**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMT / Rec. total	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Ponta Delgada	M	4 413 114	3 656 656	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	1 691 510	3 685 400	3 586 817	4 905 296	4 302 433	10,6%
2	Ribeira Grande	M	1 230 346	974 949	222 728	564 878	457 527	691 590	599 889	629 987	1 100 988	1 360 767	1 103 478	4,5%
3	Angra do Heroísmo	M	1 132 084	732 784	1 342 719	0	251 111	487 541	591 401	612 066	884 673	941 543	895 420	4,0%
4	Lagoa (R.A.A)	P	597 093	466 972	519 486	443 156	244 431	266 197	389 172	543 392	679 951	626 097	652 621	5,1%
5	Horta	P	414 314	332 228	165 671	125 561	213 206	190 294	244 985	253 702	399 171	332 074	465 764	3,9%
6	Praia da Vitória	P	527 526	530 967	253 032	177 309	300 395	232 369	214 325	374 149	366 421	807 324	428 230	2,4%
7	V. Franca do Campo	P	223 090	208 070	223 177	203 198	181 436	188 141	179 647	343 367	329 844	676 460	412 768	1,8%
8	Povoação	P	124 899	104 301	105 940	150 810	115 182	86 798	163 104	232 661	290 392	271 426	269 255	3,8%
9	Madalena	P	156 316	149 808	114 968	62 101	172 754	111 899	140 776	118 527	264 690	167 096	254 531	3,0%
10	São Roque do Pico	P	120 117	79 433	66 354	52 968	98 465	65 219	74 800	75 081	131 111	81 067	115 855	2,1%
11	Vila do Porto	P	75 140	109 771	45 899	62 967	67 446	98 255	119 533	107 872	97 062	146 468	103 202	1,5%
12	Calheta (R.A.A.)	P	70 230	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	1,8%
13	Nordeste	P	92 132	71 846	57 573	76 115	77 303	84 308	79 724	166 054	118 012	117 589	82 772	1,3%
14	Lajes do Pico	P	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	52 030	69 460	59 316	81 195	1,3%
15	Velas	P	161 116	131 474	41 812	81 180	57 782	180 126	115 481	139 225	131 862	91 901	76 715	1,2%
16	Lajes das Flores	P	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	1,5%
17	Sta. Cruz da Graciosa	P	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	0,8%
18	Sta. Cruz das Flores	P	79 049	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	0,5%
19	Corvo	P	2 532	5 167	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	0,0%
<b>IMI Total (Açores)</b>			<b>9.554.090</b>	<b>7.843.099</b>	<b>5.443.873</b>	<b>4.241.816</b>	<b>4.440.186</b>	<b>4.486.941</b>	<b>4.844.133</b>	<b>7.585.111</b>	<b>8.675.489</b>	<b>10 823 193</b>	<b>9 446 877</b>	<b>4,3%</b>
(% IMI Açores / IMI total)			1,55%	1,56%	1,41%	1,11%	0,91%	0,77%	0,74%	0,89%	0,86%	1,07%	0,97%	--

**R10.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020 e respetivo peso na receita total**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMT / Rec. total	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Funchal	G	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	10,4%
2	Santa Cruz	M	1 578 651	919 842	963 469	624 728	681 254	967 851	1 647 432	1 647 231	2 081 140	952 642	2 010 356	7,9%
3	Calheta (R.A.M.)	P	390 105	472 159	234 303	336 231	281 021	492 778	440 284	631 341	860 742	935 076	855 754	7,8%
4	Porto Santo	P	396 005	446 411	627 259	337 599	340 857	240 656	306 096	309 430	294 806	320 947	700 491	13,8%
5	Câmara de Lobos	M	417 090	228 608	275 508	224 552	250 911	271 258	226 446	335 759	814 555	441 907	477 956	2,9%
6	Ponta do Sol	P	263 195	191 908	167 151	98 445	91 300	68 833	234 734	235 236	309 276	485 879	404 112	5,9%
7	Ribeira Brava	P	206 016	192 377	188 521	151 298	113 714	215 983	220 969	149 212	368 006	301 123	395 407	3,4%
8	Machico	P	320 956	425 394	877 006	583 174	92 509	0	209 363	352 994	507 614	346 832	333 884	2,7%
9	Porto Moniz	P	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	43 038	43 347	36 167	143 982	2,4%
10	São Vicente	P	98 590	63 956	58 210	55 641	55 472	84 844	126 695	82 446	125 098	106 684	123 860	1,7%
11	Santana	P	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	51 953	58 233	139 500	102 165	1,4%
<b>IMT Total – Madeira</b>			<b>14 862 294</b>	<b>14 431 315</b>	<b>8 503 378</b>	<b>7 953 214</b>	<b>5 586 076</b>	<b>8 841 641</b>	<b>10 368 368</b>	<b>15 053 520</b>	<b>13 555 484</b>	<b>12 174 779</b>	<b>13 588 251</b>	<b>7,3%</b>
(% IMT Madeira / IMT total)			2,41%	2,88%	2,20%	2,08%	1,15%	1,52%	1,58%	1,76%	1,35%	1,20%	1,39%	--

A observação dos dois *rankings* anteriores referentes à evolução do IMT nas Regiões Autónomas, permite ainda concluir:

– Nos Açores, doze municípios apresentaram decréscimo de receita de IMT, sendo de relevar a percentagem de diminuição verificada nos municípios do Santa Cruz das Flores (-70,6%), Santa Cruz da Graciosa (-52,1%), Praia da Vitória (-47%) e V. Franca do Campo (-39%). Os restantes sete municípios açorianos apresentaram crescimento do IMT, sendo de referir quatro municípios que apresentaram taxas de crescimento superior a 40%: Lajes das Flores (+84,2%), Madalena (+52,3%), São Roque do Pico (+42,9%) e Horta (+40,3%);

– Em relação aos municípios da Madeira, anota-se que cinco municípios apresentaram taxas de evolução negativa: Santana (-26,8%, -37 milhares de euros), Ponta do Sol (-16,8%, -81 milhares de euros), Calheta (-8,5%, -79 milhares de euros), Machico (-3,7%, -12,9 milhares de euros) e Funchal (-0,8%, -67,7 milhares de euros). Os restantes seis municípios madeirenses aumentaram o volume de receita de IMT, sendo de relevar o acréscimo apresentado por: Porto Moniz (+298,1%, +107,8 milhares de euros), Porto Santo (+118,3%, +379,5 milhares de euros) e Santa Cruz (+111,0%, +1,1 milhões de euros).

Retomando a análise do comportamento do IMT, a nível nacional, apresenta-se o *Ranking* R11 com os 35 municípios com menor cobrança de IMT em 2020.

Anota-se que dos 35 municípios elencados 32 são de pequena dimensão e três de média dimensão, sendo de relevar o facto de seis municípios não apresentarem, em 2020 cobrança de IMT e outros vinte e um municípios desta listagem, apresentarem diminuição, na maior parte dos casos, significativa do volume desta coleta.

Ainda sobre a variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT – apresenta-se o Quadro 2.23 com o número de municípios que apresentaram, entre 2010 e 2020, descida da coleta de IMI ou de IMT e descida conjugada destas duas receitas.

Da análise do Quadro 2.23 constata-se em relação a 2020:

– O número de municípios que apresentaram diminuição de IMI diminuiu extraordinariamente (-56,8%, -105 municípios), tendo 80 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta;

– Em relação ao IMT, verifica-se que 149 municípios apresentaram diminuição desta receita, isto é, mais 31 municípios que os conta-

bilizados em 2019;

– Diminuiu significativamente (-37,5%, -27 municípios) o número de municípios que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT.

R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2020 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			IMT / Rec. total
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Vila Velha de Ródão	P	41 078	206 400	168 591	140 139	96 098	56 641	948 985	32 441	0	0	0	0,0%
2	Torre de Moncorvo	P	121 377	97 204	90 300	63 294	97 979	182 650	174 828	105 726	104 666	241 975	0	0,0%
3	Ponte de Sor	P	622 002	271 523	137 205	145 246	350 085	312 244	235 024	396 696	708 457	377 861	0	0,0%
4	Monção	P	598 880	352 905	279 749	317 857	366 615	649 872	443 682	452 079	908 823	465 553	0	0,0%
5	Lamego	M	534 324	394 654	662 001	916 741	452 582	857 489	603 606	635 211	1 179 526	529 215	0	0,0%
6	Vila Real	M	1 676 395	936 235	940 692	660 045	773 322	992 675	1 726 633	1 195 578	1 691 483	1 831 552	0	0,0%
7	Corvo	P	2 532	5 167	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	0,0%
8	Barrancos	P	10 666	20 637	5 510	28 808	9 198	6 684	6 509	15 420	8 738	55 200	6 714	0,2%
9	Santa Cruz das Flores	P	79 049	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	0,5%
10	Vila Nova de Cerveira	P	223 694	261 552	147 483	163 438	138 970	595 423	219 233	315 418	351 089	496 526	23 789	0,2%
11	Manteigas	P	26 943	54 606	22 295	19 752	56 687	38 160	23 195	66 096	26 603	32 546	33 094	0,5%
12	Sardoal	P	53 580	92 751	126 021	66 068	67 294	33 782	26 472	28 586	26 414	57 890	37 358	0,4%
13	Santa Cruz da Graciosa	P	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	0,8%
14	Castanheira de Pera	P	36 687	43 003	25 257	31 737	67 947	46 115	41 821	38 396	49 192	60 478	38 962	0,7%
15	Murça	P	76 925	91 742	45 379	82 747	50 222	33 122	51 443	46 449	48 140	149 303	39 829	0,5%
16	Pampilhosa da Serra	P	55 060	84 348	58 907	26 133	28 561	34 460	41 012	40 482	32 155	48 493	42 645	0,4%
17	Arronches	P	37 174	42 858	16 395	160 084	108 523	94 773	182 263	60 026	8 194	180 888	42 962	0,7%
18	Vila de Rei	P	57 221	60 252	37 640	35 232	31 756	42 027	47 575	28 517	46 215	65 283	43 205	0,5%
19	São João da Madeira	M	827 064	673 717	587 745	724 474	497 628	687 132	492 125	1 112 505	2 307 744	714 147	45 668	0,2%
20	Vimioso	P	28 596	81 450	24 976	39 530	24 671	73 389	44 231	70 389	80 184	59 361	46 338	0,5%
21	Alter do Chão	P	56 522	126 288	287 851	84 429	95 783	0	0	0	91 340	46 777	47 107	0,6%
22	Vila Nova de Paiva	P	75 102	59 096	38 589	89 690	37 097	51 215	55 807	36 609	44 321	35 277	50 141	0,7%
23	Mondim de Basto	P	67 308	94 805	68 194	114 329	42 954	114 627	68 054	75 290	84 053	130 441	50 736	0,4%
24	Gavião	P	192 531	233 407	53 937	41 885	19 946	49 800	80 892	39 040	418 150	50 453	53 214	0,6%
25	Fornos de Algodres	P	54 630	89 915	67 595	48 104	35 160	82 850	66 294	40 394	41 767	61 136	53 336	0,8%
26	Lajes das Flores	P	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	1,5%
27	Góis	P	88 354	64 233	67 162	53 580	66 436	64 612	54 056	84 674	58 087	105 357	59 027	0,7%
28	Miranda do Douro	P	119 047	99 666	84 731	95 363	75 580	52 258	78 777	86 616	48 136	92 991	59 124	0,5%
29	Penedono	P	42 003	71 713	30 057	48 866	15 498	30 879	44 423	24 171	45 918	51 828	59 614	1,0%
30	Vinhais	P	71 201	50 109	41 304	42 151	58 056	40 225	56 563	39 751	95 707	56 345	64 526	0,4%
31	Fronteira	P	60 552	64 449	103 340	40 909	22 821	44 215	75 657	115 088	37 316	29 891	65 255	1,1%
32	Tarouca	P	100 459	103 337	122 296	160 631	68 981	102 749	90 055	133 621	91 479	202 491	70 459	0,6%
33	Alfândega da Fé	P	90 542	106 409	120 144	65 804	53 987	72 364	77 273	55 249	71 329	108 014	70 843	0,7%
34	F. de Espada à Cinta	P	48 098	57 268	30 139	25 683	44 057	57 307	101 489	43 088	54 572	99 118	71 079	0,9%
35	Almodôvar	P	131 855	584 885	84 574	77 138	189 424	127 798	127 373	157 546	222 969	336 511	74 155	0,5%

Quadro 2.23 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Com diminuição do IMI	76	23	49	30	13	44	265	135	56	185	80
Com diminuição do IMT	161	188	228	180	152	121	93	99	93	118	149
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	19	17	36	18	6	16	78	48	14	72	45

### IUC (IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO) E DERRAMA

No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, verifica-se que o seu peso médio na receita fiscal dos municípios foi respetivamente 8,2% e 10,1%, em 2020, tendo em ambos os casos, melhorado a performance em cerca de 0,2pp, relativamente ao ano anterior.

Observando a evolução destas receitas em 2020, constata-se que o montante cobrado de IUC diminuiu 1,2% (-3,5 milhões de euros) e a Derrama baixou 2,1% (-7,4 milhões de euros).

Anota-se que 93 municípios do universo autárquico não apresentaram registo de valor da Derrama em 2020.

Reportado a 2020, apresenta-se o *Ranking* R12 com os 35 municípios que receberam maior valor de Derrama.

Também reportado a 2020 apresenta-se o *Ranking* R13 com os 35 municípios com maior coleta de IUC.

O *Ranking* R14 mostra os 35 municípios com menor valor cobrado de IUC em 2020.

R12 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Lisboa	G	113 947 355	72 302 326	93 374 749	55 173 667	59 611 292	57 471 495	67 483 751	97 829 675	78 542 449	96 070 120	96 595 250
2	Porto	G	14 668 310	14 094 445	10 346 662	16 654 349	15 069 432	11 102 356	20 860 133	17 882 303	16 924 485	30 797 982	20 895 619
3	Oeiras	G	14 769 874	15 418 320	13 820 447	22 185 870	10 976 819	15 342 152	15 338 002	18 033 968	16 564 877	18 959 616	18 730 263
4	Sintra	G	8 397 695	5 835 709	6 011 969	6 751 699	4 446 280	8 541 423	7 867 446	7 680 944	8 190 770	9 575 183	10 080 328
5	V. Nova de Gaia	G	4 839 491	5 192 776	4 552 420	3 868 402	4 652 993	4 656 326	5 779 980	6 507 377	6 645 130	8 424 692	7 306 416
6	Maia	G	6 450 484	5 076 979	5 604 062	5 315 095	3 752 412	6 365 321	7 959 509	8 014 078	8 167 628	8 278 475	9 053 531
7	Cascais	G	4 412 883	0	0	0	2 387 455	1 500 879	5 494 596	4 438 331	5 860 657	7 391 172	7 756 182
8	Loures	G	7 657 245	5 096 311	4 833 561	4 596 574	2 939 362	4 071 446	5 924 182	5 905 148	6 058 203	6 863 996	4 942 877
9	Matosinhos	G	8 107 357	5 749 285	7 500 403	5 249 751	4 572 732	5 484 004	4 619 528	6 621 169	6 840 636	6 598 325	8 037 233
10	V. Nova de Famalicao	G	1 327 595	5 918 772	10 233 817	0	6 754 339	0	6 089 191	6 219 746	6 042 160	6 425 143	6 124 600
11	Braga	G	3 200 901	3 759 727	3 804 487	2 774 041	3 502 429	4 009 208	4 953 554	4 942 781	6 069 756	6 325 653	7 304 521
12	Figueira da Foz	M	1 125 583	3 873 462	4 719 017	1 438 661	1 403 270	2 439 564	2 839 057	4 620 116	3 979 524	5 057 538	3 309 598
13	Leiria	G	2 739 590	3 087 427	2 732 435	2 612 160	3 095 854	3 188 557	3 966 028	4 187 865	4 341 147	4 956 432	5 126 021
14	Setúbal	G	2 202 992	3 989 160	3 974 790	3 691 339	4 438 972	2 152 930	3 545 717	5 704 615	4 527 987	4 619 781	3 968 440
15	Viana do Castelo	M	1 275 437	2 957 880	2 319 138	2 850 664	2 513 837	2 475 863	3 269 542	3 222 416	4 720 784	4 384 572	3 758 678
16	Guimarães	G	1 979 858	2 157 916	2 142 678	1 973 542	2 590 761	2 983 420	3 991 282	4 082 862	4 031 317	4 370 963	4 215 145
17	Aveiro	M	2 305 395	2 863 021	2 418 083	2 317 453	2 014 812	2 764 569	2 958 770	3 600 373	4 004 979	4 233 351	4 093 383
18	Amadora	G	3 882 160	5 472 051	3 050 493	2 339 952	1 990 585	2 596 479	2 764 502	2 932 373	3 297 073	4 024 825	3 807 430
19	Coimbra	G	3 068 650	3 862 064	3 139 381	2 368 437	1 736 080	1 214 317	5 240 206	9 192 342	2 887 843	3 977 630	4 749 865
20	Sta Maria da Feira	G	1 400 173	2 164 993	2 114 327	2 563 203	2 884 026	2 380 400	3 426 340	4 445 061	4 120 236	3 878 333	4 005 439
21	Palmela	M	1 815 467	2 357 515	2 993 097	2 346 285	2 278 903	2 836 669	2 256 597	2 002 217	2 705 567	3 767 540	3 915 031
22	Almada	G	2 262 735	3 852 373	3 586 010	1 948 383	2 095 668	1 760 826	2 846 752	2 864 417	3 445 102	3 499 711	2 327 302
23	Gondomar	G	1 804 307	2 640 518	2 280 350	2 090 434	1 667 001	1 479 886	2 393 428	2 574 129	3 170 797	3 027 824	3 248 338
24	V. F. de Xira	G	1 432 298	2 241 205	2 029 488	2 023 496	2 146 469	2 448 014	2 780 404	2 562 223	2 628 864	2 786 816	3 217 206
25	Viseu	M	2 105 845	2 889 199	3 232 495	1 684 449	2 638 917	1 346 950	2 134 092	2 207 998	2 084 984	2 674 976	2 703 153
26	Torres Vedras	M	1 104 003	1 141 035	1 097 698	886 510	1 709 726	503 970	2 185 713	1 683 906	2 155 039	2 465 431	2 682 032
27	Faro	M	1 243 704	1 544 085	1 816 131	754 807	1 334 817	1 205 153	2 085 452	1 994 514	2 457 189	2 403 908	3 487 240
28	Barcelos	G	55 067	2 103	810 628	917 399	1 247 456	1 500 793	1 686 675	1 884 329	2 158 674	2 280 439	2 331 849
29	V. do Conde	M	442 916	2 092 799	1 853 015	1 153 155	2 118 112	1 894 872	1 996 649	2 064 153	2 311 237	2 245 766	2 485 288
30	Marinha Grande	M	927 158	1 158 111	1 119 106	915 893	1 300 307	1 976 446	1 778 733	1 892 235	2 179 419	2 127 079	2 038 867
31	Alenquer	M	1 174 890	2 041 886	1 541 567	633 902	736 501	152 629	1 445 533	1 646 014	1 827 378	2 001 496	2 130 126
32	Odivelas	G	1 499 169	1 560 720	1 136 571	886 903	1 189 538	1 128 816	1 443 460	1 425 732	1 573 851	1 914 299	1 995 583
33	P. Delgada	M	1 355 538	1 682 509	1 550 311	913 074	1 144 759	1 809 959	1 267 969	1 482 870	1 524 558	1 684 608	2 358 064
34	Santo Tirso	M	939 774	1 188 579	982 836	1 134 099	1 160 751	1 122 949	1 566 162	1 730 198	1 618 385	1 670 552	2 168 842
35	Ovar	M	976 419	1 296 683	948 328	1 237 524	1 011 785	1 010 173	1 431 903	1 617 666	1 415 484	1 494 120	1 995 085

## R13 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Lisboa	G	13 716 277	14 555 684	15 846 624	19 434 189	18 730 547	17 927 774	18 179 130	19 430 625	20 354 330	20 273 778	19 001 560
2	Sintra	G	6 667 724	7 446 314	8 261 409	10 096 148	10 226 286	10 121 033	10 458 914	11 525 745	12 271 426	13 235 883	12 975 483
3	Oeiras	G	7 810 584	8 826 210	9 275 219	10 735 838	10 903 529	11 860 076	12 073 793	13 123 949	13 334 677	12 790 074	12 389 216
4	V. Nova de Gaia	G	4 647 859	4 976 581	5 651 218	7 299 496	7 536 385	7 234 436	7 112 130	7 507 544	8 329 570	8 849 299	8 889 488
5	Cascais	G	4 086 160	4 386 327	5 118 006	6 422 512	6 121 292	5 808 788	5 884 859	6 326 753	6 703 881	6 855 338	6 733 490
6	Porto	G	4 243 750	4 506 697	5 023 923	6 488 934	6 279 762	5 627 328	5 781 375	6 293 240	6 477 108	6 593 056	6 620 171
7	Loures	G	3 402 978	3 732 854	4 080 825	4 912 457	5 216 453	5 025 128	4 789 743	4 936 439	5 803 016	6 825 225	6 177 834
8	Braga	G	2 818 279	3 105 318	3 531 567	4 440 130	4 300 411	4 227 296	4 262 227	4 436 605	4 748 764	5 027 197	4 908 133
9	Amadora	G	2 736 283	2 896 382	3 182 465	3 616 589	3 286 605	3 183 052	3 508 277	3 994 698	4 295 975	4 358 715	4 395 442
10	Matosinhos	G	2 978 085	3 211 135	3 576 708	4 330 668	3 858 920	3 693 859	3 720 845	3 973 159	4 179 698	4 216 615	4 276 631
11	Almada	G	2 585 121	2 747 547	3 060 963	3 818 337	3 590 068	3 401 329	3 412 275	3 713 776	3 879 417	4 043 882	4 004 723
12	Leiria	G	2 247 814	2 523 298	2 933 413	3 655 925	3 360 317	3 257 436	3 355 254	3 595 867	3 855 585	4 037 705	3 975 463
13	Seixal	G	2 412 712	2 555 900	2 904 456	3 569 982	3 402 793	3 277 680	3 304 356	3 578 109	3 773 884	3 972 933	3 969 556
14	Guimarães	G	2 237 779	2 415 157	2 773 101	3 582 685	3 527 256	3 374 818	3 433 827	3 594 097	3 820 483	3 961 429	3 896 168
15	Stª Maria da Feira	G	2 109 673	2 284 220	2 634 518	3 291 748	3 034 906	2 989 599	3 077 477	3 295 429	3 518 651	3 710 384	3 762 760
16	Coimbra	G	2 362 573	2 612 083	2 914 375	3 740 260	3 568 091	3 403 451	3 388 886	3 494 182	3 668 508	3 764 777	3 725 045
17	Maia	G	2 243 175	2 398 317	2 722 852	3 382 185	3 192 792	3 068 351	3 128 533	3 394 830	3 560 797	3 686 740	3 706 835
18	Gondomar	G	2 223 429	2 366 163	2 682 856	3 400 533	3 105 452	3 022 722	3 082 219	3 280 096	3 497 142	3 649 137	3 651 755
19	Odivelas	G	2 055 761	2 207 432	2 485 741	3 108 963	3 027 498	2 874 353	2 905 070	3 173 037	3 330 918	3 455 487	3 506 863
20	V. Nova de Famalicão	G	2 009 073	2 158 501	2 469 565	3 120 258	3 087 219	3 003 415	3 043 968	3 217 324	3 397 958	3 571 018	3 428 869
21	V. F. de Xira	G	2 049 897	2 180 422	2 392 891	2 921 697	2 821 583	2 711 165	2 736 098	2 946 907	3 101 768	3 222 105	3 238 796
22	Setúbal	G	2 058 016	2 162 330	2 401 948	3 004 186	2 970 806	2 847 258	2 790 038	2 872 712	3 049 665	3 476 626	3 206 218
23	Barcelos	G	1 781 299	1 914 219	2 198 239	2 683 408	2 583 604	2 528 875	2 624 871	2 795 146	3 012 745	3 142 079	3 052 774
24	Funchal	G	1 861 337	2 012 393	2 217 266	2 718 990	2 716 742	2 609 780	2 526 054	2 559 756	2 720 086	2 812 088	2 797 367
25	Loulé	M	1 608 186	1 678 642	1 955 118	2 463 440	2 326 955	2 176 362	2 267 610	2 505 290	2 675 967	2 809 362	2 778 868
26	Viseu	M	1 555 561	1 724 478	1 963 571	2 376 104	2 208 610	2 155 140	2 224 983	2 359 138	2 513 627	2 647 340	2 696 243
27	Mafra	M	1 321 058	1 421 758	1 649 817	2 027 960	1 951 400	1 901 054	1 934 838	2 125 853	2 288 088	2 431 460	2 536 162
28	Viana do Castelo	M	1 385 098	1 505 961	1 722 251	2 070 849	1 990 897	1 921 838	1 941 957	2 056 406	2 187 335	2 275 964	2 335 249
29	Faro	M	1 404 250	1 517 438	1 710 739	2 145 281	2 103 578	1 987 148	1 933 400	2 003 039	2 139 129	2 226 249	2 276 245
30	Aveiro	M	1 369 759	1 466 606	1 639 929	1 981 087	1 893 011	1 832 082	1 876 617	2 018 106	2 107 650	2 212 777	2 231 166
31	Valongo	M	1 252 528	1 356 985	1 552 007	1 992 196	1 817 550	1 760 827	1 805 600	1 935 044	2 093 723	2 197 253	2 194 992
32	Torres Vedras	M	1 241 492	1 349 838	1 537 174	1 877 694	1 779 796	1 717 648	1 739 367	1 772 664	2 068 192	2 171 343	2 151 359
33	Paredes	M	992 272	1 245 319	1 328 341	1 739 012	1 611 261	1 565 977	1 626 461	1 793 005	2 023 248	2 122 960	2 146 038
34	V. do Conde	M	1 145 742	1 235 874	1 424 769	1 821 781	1 702 233	1 652 763	1 679 754	1 799 364	1 918 073	1 998 504	2 035 019
35	Oliveira de Azeméis	M	1 043 262	1 120 346	1 273 512	1 595 711	1 526 560	1 526 490	1 586 141	1 702 197	1 820 963	1 933 981	1 949 188

R14 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Corvo	P	2 853	3 133	5 152	8 823	8 108	7 125	6 673	5 419	7 632	7 517	7 364
2	Barrancos	P	19 452	20 403	25 779	31 262	26 011	23 890	25 449	26 600	27 102	28 406	28 712
3	Lajes das Flores	P	21 401	17 103	20 714	33 864	30 659	28 975	29 004	29 890	30 248	32 213	32 927
4	Stª Cruz das Flores	P	29 807	28 611	37 074	46 244	40 870	40 617	39 954	42 258	43 314	44 536	43 501
5	Alvito	P	26 122	28 187	34 008	45 406	39 973	36 334	36 496	40 195	44 396	45 011	45 288
6	Alcoutim	P	29 573	31 446	33 737	50 498	41 974	40 941	40 412	43 057	46 643	50 986	48 332
7	Mourão	P	31 108	30 996	36 152	46 932	42 836	39 521	37 542	45 714	47 503	51 039	49 516
8	Porto Moniz	P	23 196	26 886	32 919	41 378	39 620	37 573	37 155	42 124	46 294	48 323	49 538
9	Monforte	P	33 642	37 072	39 759	53 756	45 573	45 998	46 774	52 350	55 203	58 266	52 791
10	V. Velha de Ródão	P	33 240	36 097	41 636	53 431	46 547	45 054	48 716	50 302	51 240	53 241	54 968
11	Gavião	P	38 445	40 487	43 437	57 544	56 742	52 406	56 661	54 163	58 192	58 693	55 913
12	Manteigas	P	41 399	45 228	49 111	56 638	57 361	57 141	57 431	58 318	61 731	64 144	56 988
13	Vila de Rei	P	34 499	36 309	44 053	48 038	46 325	45 586	46 478	49 028	52 524	55 804	57 078
14	Arronches	P	36 029	38 297	47 074	58 795	54 951	53 231	52 567	54 049	59 570	61 100	59 453
15	F. Espada à Cinta	P	30 331	36 572	41 396	59 028	56 488	0	53 885	49 927	58 536	58 211	60 113
16	Calheta (R.A.A.)	P	40 278	45 303	57 039	70 407	66 351	61 273	60 383	56 355	67 977	77 804	60 671
17	Crato	P	41 031	44 106	51 569	66 865	56 629	56 253	55 027	58 668	59 753	60 289	61 341
18	Castanheira de Pera	P	38 280	39 793	46 198	64 311	58 881	50 576	53 024	59 094	61 263	63 422	62 349
19	Fronteira	P	41 436	42 680	53 151	63 454	60 899	52 845	53 505	51 900	58 882	60 254	62 534
20	Pampilhosa da Serra	P	38 780	41 588	50 004	60 205	56 382	55 486	54 995	58 738	62 022	63 641	62 770
21	Alter do Chão	P	35 644	47 752	49 813	62 590	56 249	52 662	50 047	58 209	61 981	65 010	63 053
22	C. de Vide	P	42 372	44 786	49 141	69 102	61 416	60 644	60 229	61 375	61 877	62 661	65 131
23	Marvão	P	43 479	42 361	51 394	70 149	57 228	61 088	57 572	61 774	62 796	65 664	65 522
24	Nordeste	P	36 979	39 521	48 545	69 256	56 499	55 950	57 946	62 078	65 432	69 726	67 944
25	Mesão Frio	P	48 172	48 989	55 078	73 690	64 456	65 094	67 320	69 179	72 768	76 890	72 586
26	Sardoal	P	49 568	55 801	59 898	75 181	72 145	66 036	58 843	64 625	73 867	76 173	73 598
27	Penedono	P	34 763	37 013	48 611	56 770	57 807	53 672	53 118	55 878	62 413	62 215	73 919
28	Vimioso	P	46 710	52 396	72 016	85 458	84 979	78 927	76 211	79 648	82 786	85 472	79 305
29	Góis	P	47 653	49 724	56 083	82 344	74 961	71 378	71 775	73 338	81 092	87 064	80 220
30	Oleiros	P	46 213	50 675	57 380	73 498	77 948	69 540	70 391	67 713	72 830	88 391	81 753
31	Pedrógão Grande	P	46 737	49 976	62 844	82 943	72 842	72 028	73 418	80 555	85 012	91 691	82 325
32	Avis	P	53 042	55 292	62 030	81 711	81 267	75 958	76 374	80 048	86 446	87 648	84 537
33	Penamacor	P	52 005	56 718	68 309	87 989	82 038	78 027	78 504	81 016	83 840	87 984	85 616
34	Alfândega da Fé	P	47 738	54 833	65 641	92 694	81 547	79 038	77 614	82 667	89 011	79 499	88 163
35	Lajes do Pico	P	45 886	48 804	69 509	89 923	77 214	70 223	74 005	77 161	85 183	89 851	88 400

## VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES E VENDA DE BENS DURADOUROS

Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços correntes<sup>19</sup> e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros.

Em 2020, em conjunto, o valor destas duas rubricas orçamentais baixou 32,6% e passou a representar 9,7% da receita total, como resultado da venda de bens e serviços correntes no valor de 784,6 milhões de euros (-17,5%) e da venda de bens duradouros (ativos fixos) em cerca de 67 milhões de euros (-78,5%).

Enquanto o volume da venda de bens e serviços correntes apresentou um crescimento contínuo desde 2013 até ano económico em apreço, no qual baixou cerca de 165,5 milhões de euros (-17,5%), o produto da venda de bens de capital foi variando ao longo dos últimos onze anos, tendo registado um elevado montante em 2019 e baixado drasticamente em 2020 (-244,6 milhões de euros, -78,5%). Em 2020, 75 Municípios não apresentaram qualquer valor de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

### Venda de bens duradouros

O *Ranking* R15 apresenta os municípios com maior volume de receita proveniente da venda de bens de capital, que compreendem a venda de terrenos, habitações, edifícios e outros bens tais como equipamentos de transportes, maquinarias e equipamentos. Recorde-se que o valor arrecadado em 2020, pelo universo dos municípios, foi de 67 milhões de euros.

Da observação do *Ranking* R15, reportado a 2020, pode-se inferir:

- Um número significativo de municípios apresentou um crescimento extraordinário do produto da venda de bens de capital, tendo dez deles apresentado um aumento superior a 500%;
- Lisboa apresentou em 2020, em venda de bens de investimento,

uma receita extraordinariamente baixa em relação ao registado em anos anteriores. Apresentou um resultado de apenas 3 milhões de euros, isto é, -258,6 milhões de euros que o recebido no ano anterior, diminuindo esta receita em 98,9%. Face a esta situação Lisboa, que se tem situado na primeira posição desta listagem, passou em 2020 para a sexto lugar;

- Nesta listagem, na primeira posição aparece o município de Oeiras com uma receita proveniente da venda de bens duradouros no valor de 15,3 milhões de euros e uma taxa de variação de 679,2% (+13,3 milhões de euros). Este montante resultou do acréscimo da venda de terrenos no valor de 13,1 milhão de euros;
- Em segunda posição, na lista dos municípios com maior volume arrecadado na venda de bens de investimento, mas bastante abaixo do valor cobrado por Oeiras, aponta-se o município de Aveiro com o crescimento extraordinário desta receita em 422,5% (+5,6 milhões de euros), face ao acréscimo de venda de terrenos;
- Na terceira posição aparece o município do Porto, que tem mantido um valor elevado de venda de bens de investimento e uma notável estabilidade de valores arrecadados nos últimos anos, pese embora em 2020 tenha apresentado um decréscimo de receita nesta rubrica de 36% (-3,2 milhões de euros);
- Para além dos três primeiros municípios assinalados neste *ranking*, mais seis apresentaram uma receita de venda de bens de investimento superior a 1 milhão de euros, sendo que três deles apresentaram um crescimento extraordinário desta receita: Sines (+224,4%, +3,4 milhões de euros); Olhão (+6 018,1%, +3,4 milhões de euros) e Felgueiras que, não apresentando qualquer receita de venda desta natureza no biénio 2018/2019, em 2020 arrecada 1,6 milhões de euros de vendas de bens de investimento, proveniente da venda de terrenos.
- Será ainda de relevar os acréscimos de receita de venda de bens duradouro de cinco municípios que apresentam taxas de crescimento superior a 1000% e o município de Castro Marim, que não tendo movimento nesta rubrica no biénio de 2018/2019, apresenta em 2020 o volume de vendas de 429,5 milhares de euros dos quais 394 milhares de euros são provenientes da venda de terrenos. Releva-se ainda a situação de Sintra que apresenta uma taxa de decréscimo desta receita, na ordem dos 89,2% ao faturar, em 2020, -3,4 milhões de euros.

<sup>19</sup> Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e, por isso, na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

## R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Oeiras	G	1 086 551	310 609	258 380	93 744	233 971	479 601	652 875	189 756	624 778	1 961 602	15 285 740
2	Aveiro	M	626 424	1 402 180	1 083 030	298 863	55 140	553 055	20 497	33 786	5 157 691	1 317 026	6 880 933
3	Porto	G	8 503 557	9 499 682	2 083 564	11 609 308	9 009 247	4 172 605	4 164 103	5 778 784	5 322 546	8 764 807	5 608 204
4	Sines	P	1 131 990	437 170	3 356 852	525 520	376 757	1 464 320	162 950	1 148 724	1 559 000	1 502 120	4 872 141
5	Olhão	M	2	6	0	56 400	0	0	0	213	1 524 500	57 240	3 502 000
6	Lisboa	G	23 515 807	14 794 713	28 991 270	14 823 787	46 283 250	72 717 796	22 855 069	45 553 521	44 396 753	261 566 650	2 996 496
7	Cascais	G	1 407 815	2 168 770	631 913	727 115	291 200	460 855	403 965	7 845 189	7 208 941	1 726 149	1 710 304
8	Felgueiras	M	0	0	0	0	0	13 210	57 600	615	0	0	1 600 000
9	Mafra	M	7 404	1 920	36 973	1 700	806 101	2 100	1 112 376	5 377	650 000	980 000	1 422 111
10	Maia	G	1 119 138	148 613	19 731	103 838	6 680	57 310	126 090	1 501	46 145	769 374	995 179
11	Pombal	M	186 158	79 635	101 795	116 258	159 623	335 243	238 809	431 058	113 695	50 280	679 600
12	Ílhavo	M	175 824	151 224	74 472	488 081	30 096	933	104 262	211 369	116 799	62 355	608 060
13	Faro	M	622 632	1 825 025	139 424	24 899	0	1 714 367	45 887	0	20 240	34 070	591 348
14	Viana do Castelo	M	228 362	356 131	1 978 681	1 013 498	309 885	247 030	1 943 847	4 784 148	931 164	210 152	545 022
15	Vila Real	M	74 046	2 286 213	1 389 443	111 300	766 356	36 461	73 586	53 513	42 365	36 266	538 483
16	Setúbal	G	69 363	1 825 642	243 642	7 000	30 295	76 943	98 921	48 568	128 343	99 229	502 342
17	Covilhã	M	21 097	340 989	58 596	160 000	546 730	146 818	170	36 810	163 278	643 410	475 939
18	Matosinhos	G	51 582	221 420	1 544	5 746	10 491	23 047	599 074	1 390 755	653 481	234 359	459 220
19	Celorico de Basto	P	706 606	676 299	339 931	148 092	363 741	331 477	76 389	124 385	198 264	201 297	451 777
20	Castro Marim	P	1 579	0	0	0	51 055	0	0	300 000	0	0	429 510
21	Sintra	G	348 228	1 614 564	167 959	492 418	373 275	571 273	506 047	1 561 851	805 109	3 863 458	415 688
22	Braga	G	1 064 094	812 906	65 111	314 606	106 009	45 325	40 815	14 972	36 523	42 428	413 798
23	Reguengos de Monsaraz	P	146 831	184 050	197 704	100 000	130 000	20 354	51 525	61 862	7 552	337 704	403 715
24	Ponte de Sor	P	36 044	15 098	12 409	1 857	26 716	103 395	86 542	203 606	24 104	156 409	386 606
25	Oliveira de Azeméis	M	7 538	1 565	223 002	99 734	70 380	41 097	1 279 322	263 972	299 576	200 024	374 412
26	Grândola	P	295 530	412 205	298 686	73 406	208 672	349 956	175 090	992 990	529 579	226 542	373 017
27	Beja	M	33 777	87 742	1 474 247	113 540	22 485	41 058	26 992	35 756	157 662	518 897	358 076
28	Caldas da Rainha	M	75 450	53 743	33 314	44 975	24 060	91 994	243 960	44 954	42 528	130 469	340 243
29	Lamego	M	6 651	133 384	101 983	142 204	182 632	411 532	217 351	64 695	92 373	178 964	334 503
30	Torres Novas	M	42 576	162 022	145 081	0	106 639	11 550	20 683	207 669	201 035	172 922	331 540
31	V. Nova da Barquinha	P	120 408	14 811	0	0	71 000	52 500	0	0	24 605	52 257	329 874
32	Anadia	M	315 366	147 207	61 694	121 429	343 617	584 569	205 961	98 465	160 578	16 362	312 867
33	Portalegre	M	199 593	281 663	258 438	1 819 363	203 693	227 068	217 320	298 297	262 800	281 713	312 514
34	Montemor-o-Velho	M	116 511	205	97 388	8 923	0	0	148 744	147 677	68 780	18 204	306 364
35	Mangualde	P	762 480	405 883	229 920	77 460	145 443	64 627	90 559	24 676	73 413	58 263	304 958

## R15.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros, em 2020, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lajes do Pico	P	0	1 325	0	0	5 688	182 113	9 450	0	0	1 500	150 000
2	Praia da Vitória	M	2 937 265	1 745 000	240 116	1 027 400	585 601	211 301	297 501	252 500	391 502	21 900	70 378
3	Ribeira Grande	M	142 668	20 444	38 682	38 201	18 875	50 080	58 096	479 763	35 885	19 456	39 224
4	Horta	P	23 812	42 884	9 733	10 011	6 035	375	1 912	17 044	17 397	21 003	22 883
5	Calheta (R.A.A.)	P	3 032	2 421	2 275	1 908	5 738	3 505	3 707	3 105	2 301	2 566	17 725
6	Madalena	P	20 971	19 281	5 481	351 896	34 574	20 246	59 847	175 824	81 711	57 965	16 002
7	Ponta Delgada	M	12 951	4 770	5 465	3 478	3 731	3 877	8 162	8 287	5 687	137 686	6 208
8	Angra do Heroísmo	M	475 411	0	100 955	56 595	120 295	0	114 459	61 023	453 905	600	2 211
9	Povoação	P	850	947 250	1 460	447 950	173 175	182 400	183 845	5 650	1 485	1 620	1 215
10	Lagoa (R.A.A.)	P	330 096	57 861	11 584	34 602	6 120	68 770	28	33	53 733	9 185	40
11	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Lajes das Flores	P	0	29 500	42 500	109 500	261 111	0	0	5 000	83 653	0	0
13	Nordeste	P	73 283	122	41	14 995	0	0	47 500	0	1 758	8 148	0
14	Sta. Cruz da Graciosa	P	0	10 100	0	4 593	0	0	0	0	0	0	0
15	Sta. Cruz das Flores	P	39 340	0	0	0	12 700	0	0	0	0	97 840	0
16	São Roque do Pico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	Velas	P	0	143 958	70 000	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Vila do Porto	P	20 988	0	6 960	0	0	0	0	0	0	0	0
19	V. Franca do Campo	P	46 340	0	963 846	69 793	50 000	0	0	49 920	159 832	5 305	0

## R15.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2020 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Santa Cruz	M	17 811	18 827	56 480	1 650	6 128	0	0	0	5 224	0	31 645
2	Câmara de Lobos	M	9 000	17 041	4 071	39 145	6 482	14 303	19 478	850	1 940	0	5 020
3	Calheta (R.A.M.)	P	0	0	0	129 837	0	0	0	31 829	0	0	4 695
4	Funchal	G	46 347	132 136	52 677	0	29 257	0	87 853	9 100	0	0	0
5	Machico	P	0	0	0	0	0	0	0	25 250	0	0	0
6	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Porto Moniz	P	566	8 014	0	0	0	605	1 815	0	0	0	0
8	Porto Santo	P	2 610	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Santana	P	7 000	17 620	3 500	0	3 500	0	3 550	3 500	0	0	0
11	São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	0	0	140 951	0	0

Os *Rankings* R15.A e R15.M apresentam o volume de receitas provenientes da venda de bens de capital pelos municípios dos Açores e da Madeira.

- Relativamente à receita de venda de bens de capital obtida pelos municípios açorianos, anota-se que nove municípios não apresentaram movimento nesta rubrica, sendo que os restantes dez, apresentam valores muito pouco significativos. O acréscimo de receita apresentado por Lajes do Pico (+9.900,0%, +148,5 milhares de euros) e a descida apresentada por Ponta Delgada (-95,5%, -131,5 milhares de euros) são registos que nos apraz referir;
- Em relação aos municípios madeirenses, é de referir o facto de só três dos municípios terem apresentado produto da venda de bens de investimento, ainda que com valores insignificantes.

#### Venda de bens e serviços correntes

Dada a relevância do produto da venda de bens e serviços correntes na receita total dos municípios, nomeadamente nos municípios de maior dimensão, apresenta-se o *Ranking* R16 correspondente aos 35 municípios com maior volume obtido nesta rubrica económica da receita.

Da observação do *Ranking* R16 infere-se em relação ao ano económico de 2020:

- Tal como tem acontecido nas restantes rúbricas orçamentais da receita, Lisboa destaca-se dos restantes municípios pelo volume de receita apresentada. O produto da venda de bens e serviços correntes do município de Lisboa, no montante de 100,4 milhões de euros representou, em 2020, 12,8% do total das receitas de vendas correntes efetuadas pelo conjunto de municípios. Assim, nesta listagem dos 35 municípios com maior volume de venda de bens e serviços correntes, a amplitude de valores registados é considerável uma vez que, o último da mesma, arrecadou apenas 5,3 milhões de euros. De igual modo se verifica a grande disparidade de valores apresentados;
- O segundo município desta lista – Seixal – arrecadou apenas 22,9% do produto obtido por Lisboa ao apurar 23 milhões de euros em 2020 e ocupa, pelo segundo ano consecutivo, a segunda posição neste *ranking*, tendo-se apresentado no terceiro e quarto lugar respetivamente em 2017 e 2016;
- Os municípios de Albufeira, Funchal e Oeiras que em 2019 esta-

vam no grupo dos municípios que auferiam uma receita de bens e serviços correntes superiores ao 20 milhões de euros, face à descida de rendimentos verificada em 2020, desceram deste escalão de receita para níveis inferiores da mesma, tendo a descida de Oeiras (-32,8% e -6,7 milhões de euros) sido a mais significativa. Assim, face aos valores apurados conclui-se que 306 municípios apresentaram uma receita em venda de bens e serviços correntes, de montante inferior a 20 milhões de euros, sendo que 294 municípios apresentaram um resultado inferior a 10 milhões de euros;

- Dez municípios desta listagem apresentaram diminuição de receita superior a -20%, sendo de relevar, para além do já referido em relação a Oeiras, o decréscimo apresentado por Almada (-52% e -7 milhões de euros) e Aveiro (-40,2% e -3,2 milhões de euros).

O *Ranking* R16.A apresentado abaixo é homólogo ao *ranking* R16, mas desta vez relativo ao montante da venda de bens e serviços correntes de todos os municípios da Região dos Açores.

Da observação da lista antecedente, R16.A, constata-se que:

- Três municípios açorianos, Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa (R.A.A), têm obtido um resultado relevante com a venda de bens e serviços correntes. Em 2020 entrou para este grupo, o município de Angra de Heroísmo ao arrecadar 3,7 milhões de euros (+397%, +3 milhões de euros). Dos restantes municípios apenas mais dois apresentaram, em 2020, valores superiores a 1 milhão de euros: Horta (1,4 milhões de euros) e V. Franca do Campo (1,1 milhões de euros). Anota-se ainda, o decréscimo de receita revelada pelo município de Ponta Delgada (-30%, -1,05 milhão de euros).
- Ribeira Grande encabeça esta listagem com a receita de 3,8 milhões de euros tendo apresentado um decréscimo de resultado em cerca de 13% (-590,2 milhares de euros). O último município desta listagem, município do Corvo apesar da exígua receita que aufer, apresentou em 2020 um decréscimo da mesma na ordem dos 70%.
- Será ainda de assinalar a representativa descida desta receita nos municípios de Povoação (-41%) e Praia da Vitória (-31%), sendo que mais três municípios apresentaram descida de receita superior a -20%.

O *Ranking* R16.M, homólogo ao anterior, respeita ao montante da venda de bens e serviços correntes de todos os municípios da Região da Madeira.

## R16 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	54 543 291	54 695 076	64 884 084	72 154 233	67 549 839	94 908 941	96 170 229	122 297 286	124 687 948	119 855 437	100 413 207
2	Seixal	G	12 261 707	10 152 304	12 390 255	13 916 496	13 311 877	13 554 636	22 397 825	23 608 310	22 754 123	25 086 427	23 000 981
3	Cascais	G	8 664 857	8 457 955	7 719 474	7 441 429	6 606 002	6 583 861	7 365 286	7 653 504	20 353 619	21 897 707	20 364 610
4	Funchal	G	22 794 004	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393
5	Albufeira	M	13 912 544	17 366 713	20 943 223	21 909 808	20 671 700	23 171 433	25 865 381	25 223 853	22 967 131	22 332 066	18 145 208
6	VN Famalicão	G	12 236 804	13 260 428	13 716 357	13 988 938	14 172 420	15 092 562	14 085 451	15 493 901	16 472 720	16 455 749	17 110 913
7	Loulé	M	6 765 331	6 771 031	7 110 994	7 221 472	7 359 037	7 736 638	11 156 925	14 417 332	14 310 617	15 764 745	13 889 454
8	Oeiras	G	9 972 276	7 760 012	15 339 804	13 938 599	14 374 156	14 575 963	17 200 713	17 729 303	13 489 071	20 417 908	13 717 553
9	Sesimbra	M	9 560 655	9 923 220	11 031 933	11 185 730	11 274 596	11 609 796	12 361 395	13 128 070	12 909 205	14 212 797	13 131 878
10	Póvoa de Varzim	M	13 390 898	13 136 080	12 741 512	12 011 615	11 935 784	12 486 663	13 676 385	13 121 371	13 095 222	13 188 668	12 878 549
11	Matosinhos	G	5 885 845	6 797 339	6 757 704	5 621 323	6 803 593	8 139 939	9 242 792	9 359 770	10 386 066	10 861 745	10 373 774
12	Gondomar	G	6 930 747	8 428 120	7 485 212	7 188 311	7 858 792	11 246 614	8 782 839	9 240 019	9 800 095	10 374 269	10 261 432
13	Palmela	M	6 796 399	7 823 621	7 872 853	8 355 813	8 859 968	9 377 913	9 582 489	9 934 166	10 387 909	10 288 682	10 105 676
14	Lagoa (Algarve)	M	6 341 719	6 190 203	7 602 699	8 960 205	9 200 515	9 760 750	10 426 963	11 274 212	11 711 765	13 201 360	10 037 770
15	Barreiro	M	7 892 982	7 521 197	7 771 280	7 739 718	9 126 837	8 769 509	8 888 373	9 017 848	8 988 446	9 326 737	8 888 392
16	Lagos	M	10 890 184	10 013 393	11 518 079	10 677 114	11 011 573	11 069 067	11 890 102	12 013 099	10 605 670	11 480 468	8 732 916
17	Setúbal	G	5 442 651	5 788 346	5 184 678	4 295 061	5 728 718	6 221 097	7 313 153	8 161 918	8 913 328	8 964 239	8 657 384
18	Guarda	M	3 392 745	3 378 940	3 608 834	3 892 484	4 108 969	4 515 425	4 742 338	4 665 069	8 821 036	9 335 937	8 582 035
19	V. F. de Xira	G	9 777 301	10 301 795	10 264 975	11 622 431	10 767 627	10 992 089	10 151 785	9 287 697	8 288 461	10 656 118	8 142 103
20	Amadora	G	10 185 653	10 117 014	9 598 701	9 026 797	9 886 840	8 136 746	7 310 709	7 937 912	7 185 683	9 081 493	8 034 668
21	Évora	M	7 251 516	6 459 615	6 586 701	5 886 493	7 032 966	6 164 654	8 506 332	8 641 786	9 284 068	7 472 186	6 622 153
22	Silves	M	4 851 984	4 737 530	4 327 326	4 471 234	4 294 701	4 884 493	4 662 785	4 919 045	5 108 859	6 739 584	6 440 694
23	Almada	G	9 704 521	9 675 560	9 757 841	10 807 033	10 931 500	11 550 164	11 927 734	10 024 626	13 604 970	13 416 803	6 434 440
24	Moita	M	5 924 573	6 049 697	7 140 707	7 028 534	7 003 716	7 001 601	7 041 660	6 988 878	7 036 533	7 032 585	6 406 761
25	V. do Conde	M	8 901 066	5 780 805	6 731 650	6 406 489	6 180 974	5 696 355	7 106 531	6 775 362	7 097 852	7 052 370	6 319 941
26	Marinha Grande	M	6 162 357	6 360 118	6 031 603	6 150 692	6 052 802	6 418 735	6 573 420	6 902 188	6 721 217	6 777 894	6 024 366
27	Bragança	M	5 676 283	5 458 115	5 174 580	5 721 580	5 615 960	5 693 222	6 234 271	5 535 391	5 987 755	6 304 713	5 852 602
28	Lourinhã	M	3 927 464	4 232 190	4 462 677	4 301 546	4 397 636	4 719 661	4 788 890	4 894 502	5 172 155	5 775 169	5 571 995
29	Porto	G	23 879 863	21 987 053	19 117 370	15 469 387	15 111 871	14 981 743	16 142 891	17 684 244	7 163 199	6 969 301	5 425 810
30	Chaves	M	3 299 971	4 530 277	4 496 862	4 701 455	5 031 647	5 370 848	5 735 748	5 453 494	5 489 800	5 551 825	5 285 469
31	Leiria	G	3 134 282	4 847 490	2 728 993	3 696 980	4 583 713	4 685 172	6 195 085	5 882 400	7 230 353	7 248 468	5 188 750
32	Sta Maria da Feira	G	4 004 724	4 865 526	3 436 886	3 213 403	5 123 361	3 937 742	4 897 666	5 317 292	5 133 251	5 763 933	5 086 469
33	Pombal	M	5 960 614	5 340 956	5 872 546	5 716 432	5 835 122	6 212 163	6 290 672	6 208 431	6 132 259	6 088 660	4 979 488
34	Felgueiras	M	5 172 691	4 963 583	5 529 756	5 252 958	5 519 575	5 733 282	5 811 212	6 016 617	5 861 638	6 348 872	4 913 491
35	Aveiro	M	1 198 784	1 212 850	1 818 019	1 307 721	4 255 588	6 570 802	6 108 101	5 806 218	5 793 179	8 048 889	4 815 018

**R16.A – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2020 pelos municípios dos Açores**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Ribeira Grande	M	2 830 394	3 294 141	3 298 883	3 501 243	3 666 319	4 064 648	4 260 983	4 128 632	3 970 883	4 437 048	3 846 892
2	A. do Heroísmo	M	466 879	434 047	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071	552 546	753 482	3 745 781
3	P. Delgada	M	2 930 896	2 840 432	2 803 093	2 664 195	2 662 589	2 671 408	3 290 393	3 342 197	3 444 247	3 511 720	2 464 022
4	Lagoa (R.A.A.)	P	1 530 198	1 689 008	1 731 002	1 764 465	2 262 900	2 438 150	2 416 697	2 482 460	2 518 727	2 427 775	2 117 896
5	Horta	P	1 483 628	1 426 194	1 371 815	1 433 205	1 284 525	1 440 115	1 581 311	1 561 015	1 605 275	1 370 301	1 346 925
6	V. Franca do Campo	P	975 140	1 186 381	1 178 319	1 176 742	1 223 459	1 246 091	1 191 194	1 189 606	1 243 667	1 279 324	1 142 439
7	V. do Porto	P	391 504	350 009	377 174	365 310	436 836	445 767	460 522	494 851	583 734	738 776	907 295
8	Velas	P	414 748	512 541	424 782	413 984	601 280	646 704	755 673	826 061	774 060	827 053	652 469
9	Lajes do Pico	P	428 253	411 085	490 608	501 650	494 279	557 780	545 660	553 592	576 063	632 382	636 199
10	Madalena	P	588 908	594 905	578 324	597 470	619 586	645 025	750 639	756 794	699 355	742 716	594 553
11	Povoação	P	539 730	548 459	528 540	534 787	522 483	677 424	666 768	678 972	943 142	1 005 599	588 460
12	São Roque do Pico	P	449 699	394 291	384 604	383 085	385 199	391 143	408 061	403 717	429 911	414 781	383 807
13	Calheta (R.A.A.)	P	382 090	395 737	309 525	327 476	399 667	398 076	394 979	408 238	392 409	390 101	356 711
14	Sta. Cruz da Graciosa	P	320 849	349 013	303 211	358 689	301 300	301 027	329 003	302 700	367 901	387 437	328 512
15	Praia da Vitória	M	275 150	290 807	182 425	207 372	213 064	232 996	218 602	353 527	322 828	262 442	180 651
16	Nordeste	P	67 043	27 811	12 906	31 152	28 580	31 878	42 066	33 717	46 210	59 314	61 245
17	Lajes das Flores	P	430 232	237 017	122 587	64 658	151 841	66 000	39 874	51 122	41 819	43 598	33 142
18	Sta Cruz das Flores	P	0	19 698	33 373	22 172	19 466	22 419	19 841	25 840	27 736	30 167	29 059
19	Corvo	P	20 181	18 494	13 513	12 854	14 593	15 697	15 987	15 803	15 513	19 500	5 782

**R16.M – Volume de receita da venda de bens e serviços corrente em 2020 pelos municípios da Madeira**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Funchal	G	22 794 004	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393
2	Santa Cruz	M	3 580 104	3 338 635	4 335 031	3 798 873	4 083 309	4 326 336	4 172 663	4 397 295	4 310 385	4 371 199	3 877 932
3	Calheta (R.A.M.)	P	689 989	719 827	767 146	1 118 179	1 178 218	1 220 189	1 266 020	1 316 392	1 338 226	1 372 380	1 071 615
4	Ponta do Sol	P	564 316	706 032	636 882	625 414	656 387	712 815	704 622	725 204	711 352	736 502	661 836
5	Câmara de Lobos	M	2 817 822	1 743 816	438 799	499 521	508 534	444 380	409 780	415 087	411 067	517 378	460 765
6	Machico	P	2 337 245	1 787 317	635 210	294 463	201 144	552 531	642 025	699 359	723 238	679 473	375 321
7	Porto Moniz	P	322 400	348 751	451 344	432 740	668 724	682 602	762 729	712 406	807 367	959 396	352 716
8	Ribeira Brava	P	965 501	892 214	404 542	402 346	466 868	491 789	457 980	437 408	498 780	510 530	340 085
9	São Vicente	P	199 638	249 407	232 461	265 967	253 159	246 873	269 430	256 961	300 041	335 120	191 688
10	Santana	P	283 340	366 202	64 423	45 964	153 251	53 474	53 939	50 493	53 138	48 827	71 743
11	Porto Santo	P	440 818	325 608	80 887	2 166 246	150 462	127 999	159 096	142 571	84 785	61 684	43 357

Da observação do *Ranking* R16.M, observa-se uma considerável distância que separa o município do Funchal dos restantes municípios madeirenses, no que respeita ao resultado da venda de bens e serviços correntes. A receita do município de Funchal, em termos de volume apresenta-se como a terceira a nível nacional. Assinala-se, ainda, a receita obtida pelo município de Santa Cruz, que tendo registado níveis superiores aos 4 milhões de euros desde 2012, em 2020 apresenta uma descida de 11% (-493,3 milhares de euros), baixando o seu nível de receita para 3,9 milhões de euros. O município da Calheta apresenta, no cenário das receitas homologas da região, um relevante nível de receita de bens e serviços correntes ao faturar perto de 1,1 milhões de euros em 2020, pese embora tenha apresentado uma quebra de 22% (-300,8 milhares de euros). De apontar também o decréscimo acentuado de receita apresentado pelos municípios de: Porto Moniz (-63%), Machico (-45%), São Vicente (-43%), Ribeira Brava (-33%) e Porto Santo (-30%). Releva-se, ainda, o aumento significativo em termos percentuais que apresentou o município de Santana ao auferir de 47% desta receita.

### PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS OBTIDOS)

Relativamente a outra componente da receita autárquica denominada por passivos financeiros<sup>20</sup>, que durante um largo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias portuguesas, apenas se apresentam, nesta secção, breves referências uma vez que será um tema a explorar na análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário.

O volume de passivos financeiros contraídos em 2020 representou apenas 2,6% da receita total cobrada pelo conjunto dos 308 municípios, tendo diminuído de importância, neste ano económico, em 1,6 pp face a 2019.

Assim, em 2020, considerando a totalidade dos municípios, o volume de passivos financeiros (recurso a empréstimos financeiros) atingiu o montante de 225,1 milhões de euros, baixando 157,4 milhões de euros (-41,1%) relativamente a 2019. Mais se refere que o volume de passivos financeiros representou 2,6% do total da receita arrecadada pelos municípios. Deste volume de passivos

financeiros, apenas 13,3 milhões de euros se reportaram, em 2020, à utilização de financiamentos ao abrigo do programa Fundo de Apoio Municipal (FAM)<sup>21</sup>.

No Quadro 2.24 apresentam-se os nove municípios que utilizaram empréstimos ao abrigo do FAM em 2020.

Regressando à análise dos passivos financeiros na sua totalidade, após observação das contas dos 308 municípios portugueses, conclui-se que 141 municípios, em 2020, não apresentaram qualquer valor de passivos financeiros ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não teriam condições para acesso ao mesmo. Não foi possível, pela informação disponibilizada, identificar essas possíveis razões. Salienta-se ainda que, destes municípios, 115 também não tinham recorrido a qualquer forma de crédito bancário em 2019. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros 87 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2020 face ao ano anterior.

No *Ranking* R17 apresentam-se os municípios com maior volume de receita creditícia em 2020, permitindo a sua análise constatar que:

- Oito dos municípios apresentados na lista R17 não tinham recorrido a empréstimos bancários no ano anterior e destes, quatro, não recorreram a empréstimos desde 2013. Outros treze apresentaram, em 2020, um crescimento desta receita superior a 100%;
- Setúbal é o município com maior volume de empréstimos contraídos em 2020 (14,4 milhões de euros, +34,7% relativamente a 2019), seguindo-se o município de Lisboa (13,5 milhões de euros e -50,5% que no ano transato) e de V. Franca do Campo (12,6 milhões de euros e -34,4% que no ano anterior). Com contratação de financiamentos de valor superior a 10 milhões de euros encontraram-se apenas estes três municípios.

<sup>20</sup> Resultante da contratualização de empréstimos bancários e outros financiamentos obtidos, tanto de médio e longo prazo, como de curto prazo.

<sup>21</sup> O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a prevenção de situações de rutura financeira, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Quadro 2.24 – Municípios que em 2020 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM

Unidade: euros

Município	Fundo de Apoio Municipal (FAM)									Passivos Financeiros 2020 (totais)
	Total Contratual.	Utilizado	Amortização 2020	Dívida final 2020	Recebido em 2016	Recebido em 2017	Recebido em 2018	Recebido em 2019	Recebido em 2020	
1 Portimão	137 361 827	118 149 857	0	110 018 414	33 234 497	84 915 360	0	0	0	0
2 Aveiro	85 511 149	78 161 188	9 647 788	64 171 111	0	64 515 171	13 646 016	0	0	0
3 Cartaxo	52 035 855	51 465 430	0	49 994 989	0	49 082 856	2 370 574	12 000	0	0
4 Paços de Ferreira	35 122 915	32 272 915	0	31 376 445	0	18 022 915	14 250 000	0	0	673 894
5 V. Franca do Campo	34 126 638	31 838 515	0	31 838 515	0	0	0	19 231 372	12 607 143	12 607 143
6 Nazaré	35 242 012	29 108 306	0	28 673 165	0	0	0	29 108 306	0	0
7 Fornos de Algodres	32 620 057	28 705 594	165 424	26 870 612	0	27 555 031	1 150 564	0	0	0
8 Alandroal	16 579 276	16 097 117	0	14 810 535	11 425 000	2 905 000	750 000	1 017 117	0	0
9 Vila Real Sto. António	19 619 907	14 282 405	0	13 158 249	5 541 756	6 043 059	175 896	2 521 693	0	0
10 Vila Nova de Poiares	14 113 948	14 113 948	122 004	12 993 394	11 423 784	2 152 131	298 835	239 198	0	0
11 Alfândega da Fé	1 502 819	1 382 819	0	880 036	1 382 819	0	0	0	0	34 167

R17 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (contração de empréstimos bancários) em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Setúbal	G	34 694	1 750 000	72 247	1 000 000	0	12 500 000	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	14 483 066
2 Lisboa	G	0	43 137 500	8 990 000	59 000 000	60 730 348	46 686 135	7 320 213	6 745 839	18 000 000	27 250 000	13 500 000
3 V. Franca do Campo	P	0	14 357 651	11 534 168	0	0	0	0	0	0	19 231 372	12 607 143
4 Braga	G	6 865 000	3 000 000	3 000 000	5 000 000	8 000 000	5 000 000	4 000 000	4 900 000	5 000 000	12 376 007	9 600 669
5 Chaves	M	1 528 003	1 200 000	1 333 333	8 652 817	14 508 995	1 700 000	6 253 821	0	2 946 096	900 392	9 541 717
6 Reguengos de Monsaraz	P	675 000	898 000	700 000	4 649 883	700 000	1 350 000	0	2 610 961	6 589 039	3 452 661	7 491 923
7 Porto	G	8 597 737	5 252 764	1 735 432	5 569 972	1 047 940	5 007 560	1 000 000	6 333 679	6 064 069	0	7 180 037
8 Espinho	M	1 050 000	1 000 000	950 000	9 126 751	950 000	1 500 000	1 000 000	600 000	0	1 000 000	7 149 877
9 Silves	M	0	0	0	0	0	0	0	4 390 010	0	0	6 876 667
10 V. do Castelo	M	4 632 407	5 418 161	633 681	5 359 410	2 600 000	6 240 185	3 702 961	6 493 845	5 547 068	9 120 763	4 997 139
11 Sines	P	292 227	920 000	700 000	3 778 273	400 000	3 830 000	1 000 000	2 353 022	2 238 610	1 647 986	4 741 190
12 V. Nova de Gaia	G	8 778 607	8 425 320	9 280 389	24 647 957	14 420 165	7 946 706	41 406 880	5 618 658	17 693 721	3 000 000	3 986 370

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
13	Praia da Vitória	P	2 392 871	1 803 500	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	1 911 745	3 321 611
14	Vagos	M	0	500 000	650 000	3 951 943	500 000	400 000	400 000	400 000	1 125 244	1 667 032	3 214 446
15	Ribeira Grande	M	2 204 381	1 136 500	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094	766 661	1 997 597	273 608	2 783 669
16	Arganil	P	4 100 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 700 000
17	Amarante	M	2 853 162	2 051 246	1 323 412	825 401	0	500 000	2 355 670	3 576 601	2 994 698	3 977 804	2 623 334
18	V. Nova de Famalicão	G	6 267 191	5 640 877	4 050 225	3 963 106	4 933 816	5 634 104	2 653 298	2 839 900	7 580 410	5 260 910	2 439 041
19	Santarém	M	2 180 000	2 150 000	2 150 000	29 949 737	9 568 411	802 829	13 704 875	0	18 432 929	1 251 868	2 271 923
20	Sesimbra	M	2 773 736	3 473 185	5 553 902	11 854 117	2 525 710	1 400 000	1 716 265	1 745 671	737 152	1 337 239	2 162 761
21	Idanha-a-Nova	P	0	0	0	0	614 530	571 070	0	2 560 000	0	0	2 114 479
22	Câmara de Lobos	M	900 000	0	0	5 815 459	0	0	0	3 990 051	900 000	1 000 000	2 100 000
23	Arcos de Valdevez	M	1 300 000	0	284 893	0	0	0	0	0	0	0	2 000 000
24	Penafiel	M	500 000	1 072 096	0	1 736 014	0	0	0	0	0	0	2 000 000
25	Covilhã	M	0	39 407	26 095	2 815 021	0	1 000 000	1 500 000	1 500 000	15 264 881	5 335 165	1 945 176
26	Barreiro	M	0	0	81 866	10 201 380	163 732	0	11 651 035	665 110	2 448 387	11 366 943	1 900 000
27	Póvoa de Lanhoso	M	1 300 000	105 000	748 500	2 769 210	0	1 961 650	500 000	67 000	927 325	1 084 274	1 785 041
28	V. F. de Xira	G	1 387 745	984 478	3 008 715	912 528	249 530	0	111 761	8 937 539	1 850 000	5 677 393	1 750 000
29	Monção	P	960 000	2 026 307	1 095 486	400 000	250 000	150 000	0	0	349 357	680 000	1 740 380
30	Ovar	M	0	0	15 986	0	0	0	0	0	0	0	1 700 000
31	São João da Madeira	M	1 306 172	2 583 263	0	0	0	1 460 000	1 402 323	1 596 271	1 089 293	586 435	1 625 196
32	Sta Cruz	M	447 172	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267
33	Alcanena	P	0	5 593 832	201 000	190 000	300 000	4 607 000	500 000	500 000	536 317	2 033 087	1 526 849
34	Ourém	M	2 652 553	1 857 660	500 000	4 118 153	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000
35	Moura	P	0	450 000	1 678 001	755 656	0	990 000	150 000	105 000	71 577	0	1 428 380

Nos *Rankings* R17.A e R17.M apresentam-se o volume de receitas resultantes de empréstimos bancários obtidos pelos municípios dos Açores e da Madeira. De realçar, em 2020, o baixo peso da receita de passivos financeiros em ambas as Regiões Autónomas, em relação ao total nacional.

Com o propósito de relacionar o volume de empréstimos contrai-dos, com as amortizações de capital realizadas no mesmo ano,

apresentam-se de seguida os Quadros 2.25, 2.25.A e 2.25.M (os dois últimos associados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) e os *Rankings* R18 e R19, nos quais se poderá observar, respetivamente, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o volume de amortizações e o montante de novos empréstimos e os 35 municípios com maior diferença negativa entre estes dois montantes.

**R17.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2020 pelos municípios dos Açores**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	V. Franca do Campo	P	0	14 357 651	11 534 168	0	0	0	0	0	19 231 372	12 607 143	
2	Praia da Vitória	M	2 392 871	1 803 500	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	3 321 611	
3	Ribeira Grande	M	2 204 381	1 136 500	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094	766 661	1 997 597	273 608	
4	Madalena	P	142 332	0	0	430 000	0	603 000	1 130 000	1 000 000	1 556 128	800 000	
5	Horta	P	665 000	1 023 978	0	0	0	0	0	149 092	0	500 571	
6	Lagoa (R.A.A)	P	1 071 690	400 000	400 000	400 000	400 000	0	0	0	0	515 500	
7	São Roque do Pico	P	1 774 912	501 960	0	28 172	0	0	0	8 766	891 234	61 795	
8	Nordeste	P	511 276	0	0	10 490 442	1 520 987	0	0	0	10 066 391	70 073	
9	Lajes das Flores	P	0	0	0	0	300 000	0	0	0	0	305 000	
10	A. do Heroísmo	M	2 041 229	978 814	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	Calheta (R.A.A.)	P	112 970	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
12	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
13	Lajes do Pico	P	5 758 698	0	0	0	200 000	100 000	25 000	0	0	0	
14	P. Delgada	M	1 661 000	697 200	650 200	0	0	0	0	0	0	0	
15	Povoação	P	455 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
16	Sta. Cruz da Graciosa	P	800 000	500 000	0	0	0	0	0	600 000	0	0	
17	Sta. Cruz das Flores	P	0	91 280	0	0	0	0	0	131 505	0	0	
18	Velas	P	265 000	0	0	0	0	0	0	816 667	0	0	
19	Vila do Porto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Total dos Açores</b>			<b>19 856 359</b>	<b>21 490 882</b>	<b>16 734 461</b>	<b>13 103 508</b>	<b>2 901 987</b>	<b>3 105 001</b>	<b>4 343 094</b>	<b>5 626 584</b>	<b>15 511 350</b>	<b>23 154 165</b>	<b>21 432 277</b>
% Açores/Nacional			3,85%	4,53%	7,60%	1,69%	0,74%	1,18%	1,12%	1,01%	2,88%	6,05%	9,52%

**R17.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2020 pelos municípios da Madeira**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Câmara de Lobos	M	900 000	0	0	5 815 459	0	0	0	3 990 051	900 000	1 000 000	2 100 000
2	Santa Cruz	M	447 172	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267
3	São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	177 881	753 831
4	Funchal	G	4 886 641	4 871 183	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051	7 569 990	699 409
5	Calheta (R.A.M.)	P	0	0	0	4 232 882	0	0	0	0	0	0	0
6	Machico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Porto Moniz	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Porto Santo	P	0	0	0	1 471 209	0	0	0	0	0	1 500 000	0
10	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	2 622 556	0	0
11	Santana	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total Madeira</b>			<b>6 233 813</b>	<b>4 871 183</b>	<b>3 576 584</b>	<b>43 430 346</b>	<b>14 674 908</b>	<b>1 556 310</b>	<b>293 809</b>	<b>7 183 873</b>	<b>36 267 005</b>	<b>10 481 459</b>	<b>5 138 507</b>
% Madeira/Nacional			1,21%	1,03%	1,63%	5,59%	3,74%	0,59%	0,08%	1,29%	6,74%	2,74%	2,28%

Quadro 2.25 – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2020

Unidade: milhões de euros

Município	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a) Receitas: novos empréstimos	516,389	474,285	220,067	776,260	392,800	263,690	388,290	556,679	538,157	382,571	225,150
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	577,202	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	775,394	587,945	433,190
Diferença (b-a)	60,813	140,738	670,252	-136,420	286,285	402,308	363,511	180,606	237,237	205,374	208,040

Quadro 2.25.A – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores

Unidade: milhões de euros

Município	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a) Receitas: novos empréstimos	19,856	21,491	16,734	13,104	2,902	3,105	4,343	5,627	15,511	23,154	21,432
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	20,511	24,830	24,265	18,590	16,378	17,876	14,466	14,918	25,856	34,351	25,486
Diferença (b-a)	0,655	3,339	7,530	5,487	13,476	14,771	10,123	9,291	10,345	11,197	4,054

Quadro 2.25.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira

Unidade: milhões de euros

Município	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a) Receitas: novos empréstimos	6,234	4,871	3,577	43,430	14,675	1,556	0,294	7,184	36,267	10,481	5,139
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	17,733	17,851	19,277	22,446	19,996	20,774	17,848	21,836	42,131	11,641	10,913
Diferença (b-a)	11,499	12,980	15,700	-20,985	5,321	19,217	17,554	14,652	5,864	1,159	5,775

Relativamente ao total nacional, verifica-se que:

- Em 2020, a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos foi de 208,0 milhões de euros, contribuindo o sector autárquico, de forma positiva, para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado;
- Efetivamente, em 2020, a utilização de novos empréstimos, ao somar 225,2 milhões de euros, baixou 157,4 milhões de euros (-41,1%), embora o montante de amortização de capital tenha também baixado em 154,8 milhões de euros, isto é, -26,3% ao totalizar 433,2 milhões de euros. No período entre 2010 e 2020, só em 2013 é que o total de novos empréstimos foi superior ao volume de amortizações em 136,4 milhões de euros.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em 2020, o volume de amortização foi superior ao montante de contratação de novos

empréstimos, tendo essa diferença sido maior na região da Madeira. Considerando o conjunto dos municípios açorianos, entre 2010 e 2020 a diferença entre as amortizações de capital e o montante de novos empréstimos foi sempre positiva e por isso as amortizações ultrapassaram sempre o volume de novos empréstimos. Em relação ao conjunto dos municípios madeirenses, essa situação apresentou inversão apenas em 2013, ano em que o volume de novos empréstimos ultrapassou o montante global das amortizações de dívida.

Na listagem R18 apresentam-se, referenciados ao ano de 2020, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual utilizado, isto é, situação em que o volume das amortizações é superior ao volume de novos empréstimos.

**R18 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos**

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Lisboa	G	65 657 477	53 046 511	336 299 264	10 840 325	48 855 234	7 146 028	37 726 945	32 578 162	22 844 087	11 249 402	19 665 531
2	Vila Nova de Gaia	G	14 973 814	15 391 649	13 486 709	360 550	11 338 932	16 338 660	-19 436 694	16 681 867	16 277 805	14 479 848	13 413 615
3	Aveiro	M	5 074 305	2 232 603	9 290 418	6 431 818	4 082 182	6 575 857	8 982 696	-28 282 430	-11 158 605	7 642 197	11 862 657
4	Seixal	G	3 468 128	-2 113 577	6 000 924	5 121 655	-29 857 367	5 440 477	6 433 945	6 451 938	-28 513 992	7 579 611	7 925 793
5	Gondomar	G	127 852	-1 265 156	4 065 736	2 436 147	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	4 386 860	6 062 254
6	Matosinhos	G	2 725 183	-4 710 464	1 337 172	4 701 097	1 234 841	-2 714 571	-9 194 495	-1 827 129	7 648 832	5 301 421	5 102 072
7	Guimarães	G	-2 885 665	-3 862 687	5 090 494	6 012 517	5 799 338	7 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	4 349 395
8	Cascais	G	-3 739 672	-7 498 505	-8 312 094	3 569 023	2 487 228	4 164 031	3 725 663	-8 772 978	5 306 979	5 303 017	4 068 665
9	Évora	M	1 780 653	4 056 295	4 672 986	-18 653 486	-1 783 190	4 872 416	-29 159 419	3 404 423	5 184 933	3 740 197	3 956 120
10	Fundão	M	2 258 947	2 147 523	2 923 528	-41 509 318	4 655 138	4 927 882	5 390 064	4 392 103	2 947 632	-1 709 366	3 694 249
11	Loulé	M	-13 966 202	657 627	2 479 708	-8 203 616	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636	3 648 574	3 650 732
12	Coimbra	G	-3 746 788	993 181	672 835	-351 393	1 973 687	4 407 543	3 587 807	7 607 979	3 640 592	3 641 409	3 642 231
13	Leiria	G	6 197 674	6 214 628	6 186 305	6 621 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665
14	Oliveira de Azeméis	M	2 588 051	2 450 020	4 946 126	3 954 642	4 033 245	4 428 446	4 323 545	4 143 795	4 163 839	4 183 297	3 287 476
15	Almada	G	-5 123 944	-2 052 794	1 141 408	1 661 476	3 807 592	388 219	3 757 649	1 537 234	1 538 702	3 009 340	3 256 508
16	Amadora	G	3 405 333	3 370 399	3 395 669	3 517 721	3 531 269	3 562 138	3 581 791	3 591 500	3 594 420	3 595 719	3 216 303
17	Funchal	G	5 159 633	5 122 320	6 448 078	-20 300 345	8 665 145	8 059 270	6 962 673	5 693 100	18 930	-3 527 559	3 206 236
18	Odivelas	G	5 673 980	4 672 914	4 743 317	3 718 314	4 957 991	3 006 349	4 508 535	4 309 270	3 379 976	4 279 583	3 149 912
19	Covilhã	M	2 984 471	1 605 030	3 646 672	1 997 994	4 604 329	4 796 163	4 772 777	4 778 969	-9 219 879	78 313	3 112 241
20	Seia	M	985 145	-34 609 303	-1 414 253	352 011	1 469 476	2 499 508	2 549 914	3 142 838	2 715 804	3 041 653	3 086 287
21	Faro	M	3 652 128	3 474 088	3 535 250	3 905 066	-18 552 110	4 592 791	6 388 027	8 836 366	3 795 674	3 332 758	3 047 051
22	Vila do Conde	M	4 924 918	2 195 931	2 926 579	-23 544 153	4 242 386	8 558 399	4 070 158	3 617 054	3 028 564	2 944 850	2 869 896
23	Barreiro	M	3 278 767	3 068 954	2 861 022	-7 060 171	3 057 104	3 112 134	-660 433	2 005 088	-171 231	-9 439 175	2 629 497
24	Santa Maria da Feira	G	-2 359 058	1 322 029	3 235 557	-7 649 527	4 673 177	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103	3 028 377	2 584 532
25	Vila Real de Sto. António	P	-722 648	744 547	483 831	626 537	-54 222 502	2 780 783	-2 195 006	-3 561 565	2 485 559	979 748	2 538 354
26	Maia	G	7 456 781	7 462 375	7 468 908	7 494 849	7 253 041	-4 687 556	6 568 609	5 557 360	1 578 619	6 760 868	2 529 749
27	Santarém	M	3 340 842	1 937 520	4 793 279	-23 121 580	-4 108 191	4 372 957	6 151 599	6 498 622	5 970 473	4 278 013	2 355 800
28	Cantanhede	M	-11 240 401	63 283	1 710 215	2 847 669	3 121 140	3 030 362	2 908 757	2 900 302	2 541 837	2 488 157	2 276 117
29	Lamego	M	529 787	1 441 464	1 718 347	-13 593 809	3 009 406	2 565 043	2 460 484	3 089 328	3 097 792	2 653 771	2 248 682
30	Barcelos	G	2 841 271	2 771 310	2 585 597	598 082	902 641	2 882 207	2 971 510	2 979 287	2 944 341	2 152 980	2 151 652
31	Loures	G	5 142 472	1 064 906	5 842 760	6 450 363	4 984 951	1 693 011	-602 294	-750 558	3 280 209	1 686 217	2 108 995
32	Guarda	M	3 734 493	4 382 665	4 557 585	-7 486 081	3 606 010	-662 286	3 128 324	3 485 648	3 362 708	2 699 182	2 072 156
33	Palmela	M	-3 889 932	1 225 564	238 212	-1 018 220	1 920 479	1 854 833	2 572 206	1 822 106	834 044	1 059 920	1 961 974
34	Braga	G	4 454 398	6 348 221	6 340 830	6 488 739	6 440 751	6 288 210	6 319 443	6 340 498	6 349 418	-305 999	1 947 092
35	Santo Tirso	M	-739 666	874 860	1 659 169	-1 569 308	412 246	2 135 354	1 708 390	-1 453 670	877 388	-288 694	1 893 503

De realçar que:

- O *ranking* apenas inclui municípios de grande dimensão (19 dos 24 existentes) e de média dimensão;
- Em 2020, a maior amortização líquida de capital financeiro foi realizada pelos municípios de Lisboa (19,7 milhões de euros), Vila Nova de Gaia (13,4 milhões de euros) e Aveiro (11,9 milhões de euros), todos de grande dimensão, a contribuírem significativamente para a redução da dívida autárquica no seu todo.

Na listagem subsequente R19 apresentam-se, referenciados ao ano de 2020, os 35 municípios com maior diferença negativa entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual contraído, isto é, situação em que o volume de novos empréstimos é superior ao volume de amortizações.

- Apesar de predominarem municípios pequenos, nesta listagem existem dois municípios de grande dimensão: Porto e Setúbal que, em 2020, contraíram um volume de novos empréstimos superior ao volume de amortizações;
- Os municípios que em 2020 apresentaram as maiores diferenças negativas entre o montante de amortização e o montante de novos empréstimos, foram Porto (-7,2 milhões de euros), Silves (-6,0 milhões de euros) e Espinho (-6,0 milhões de euros);
- Considerando o universo autárquico, 64 municípios apresentaram, em 2020, um volume de amortização de capital inferior ao volume de novos empréstimos contraídos.

**R19 – Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos**

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Porto	G	3 010 972	6 810 121	7 807 409	4 574 143	9 218 334	6 567 757	46 223 002	-3 001 644	18 491 510	12 761 487	-7 180 037
2	Silves	M	2 251 811	2 264 573	2 293 299	2 384 534	3 034 229	1 756 343	1 768 478	-2 546 181	2 049 094	1 360 920	-6 041 857
3	Espinho	M	1 216 915	1 170 790	1 112 361	-6 771 811	1 451 856	1 388 800	1 390 787	1 341 226	1 200 773	968 783	-6 017 240
4	Sines	P	2 363 640	1 901 477	1 649 072	-1 633 183	2 053 808	1 467 346	1 488 653	961 282	1 252 758	578 324	-2 918 837
5	Ribeira Grande	M	980 037	1 965 059	-1 308 198	1 289 473	1 261 366	716 643	-722 946	116 886	-1 088 014	1 857 913	-1 752 770
6	Arganil	P	-3 567 845	525 585	521 752	749 529	977 308	967 336	964 220	964 220	655 556	455 556	-1 644 444
7	Ovar	M	843 002	789 760	1 979 185	1 212 992	1 706 762	1 450 185	291 574	291 948	292 069	201 938	-1 581 476
8	Arcos de Valdevez	M	700 756	2 572 134	926 185	1 241 177	1 058 451	985 718	1 211 630	959 219	921 906	498 166	-1 501 059
9	Idanha-a-Nova	P	577 405	578 168	580 235	582 715	-63 229	-116 410	535 229	-1 897 387	375 876	622 245	-1 492 234
10	Setúbal	G	4 529 260	2 746 651	6 135 778	4 468 644	4 480 026	-2 947 633	11 949 252	2 346 657	-319 583	1 424 891	-1 089 110
11	Castro Verde	P	80 339	70 162	93 336	500 907	424 626	451 063	432 456	203 011	318 175	194 537	-1 037 006
12	Póvoa de Lanhoso	M	-257 845	460 388	342 694	-2 006 134	724 785	607 121	620 641	577 714	-261 337	-409 976	-1 029 500
13	V. Franca do Campo	P	948 400	-6 669 262	-2 013 270	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	411 957	-968 530
14	Mira	P	495 123	498 572	501 114	510 987	554 162	197 756	198 740	199 257	199 324	-148 373	-942 654
15	Ponte de Lima	M	210 677	191 632	172 707	326 995	136 157	137 179	137 967	141 123	138 583	141 414	-932 242
16	Amarante	M	-1 194 017	-520 683	342 149	1 033 210	1 608 720	764 787	-1 163 880	-2 398 879	-1 447 782	-1 529 430	-909 142
17	Gavião	P	259 516	255 902	219 117	208 511	232 249	196 942	173 272	173 299	-86 687	173 322	-770 109
18	Câmara de Lobos	M	951 960	955 630	971 615	-4 490 020	1 667 815	1 520 696	1 197 649	1 123 582	868 835	871 409	-726 072
19	Cinfães	P	117 062	-242 388	-231 148	139 502	117 392	117 502	117 681	117 826	117 924	118 004	-619 717
20	Crato	P	332 209	326 053	122 011	516 100	428 004	364 236	-73 186	163 415	478 987	400 140	-605 171
21	Caldas da Rainha	M	-1 747 071	1 023 231	1 011 059	896 014	-1 615 587	744 927	802 936	-400 512	225 330	460 731	-595 327
22	S. de Magos	M	332 688	247 929	69 569	266 122	126 443	269 398	-135 419	-245 548	-17 427	-13 920	-576 568
23	Praia da Vitória	P	500 259	13 218	-14 560	229 697	843 854	856 988	563 974	-34 635	793 889	821 014	-562 152
24	Penacova	P	216 869	216 869	216 869	139 935	-578 815	317 376	53 059	-564 924	-150 343	-262 166	-557 712
25	Gouveia	P	1 513 142	1 526 544	1 387 272	437 678	1 361 592	1 038 683	964 364	-628 412	-234 891	337 803	-524 883
26	Coruche	P	546 695	540 673	555 872	578 164	540 151	539 759	544 724	548 520	551 272	486 400	-507 665
27	Almodôvar	P	310 758	22 241	-252 497	338 019	601 149	605 895	635 266	640 063	637 183	519 599	-490 144
28	Miranda do Corvo	P	182 496	544 704	581 565	611 410	480 510	696 139	147 852	147 852	107 852	67 852	-432 148
29	Arruda dos Vinhos	P	3 287	564 314	470 436	-1 760 277	835 859	709 210	195 135	152 168	310 407	208 653	-418 921
30	Mourão	P	106 184	470 422	385 618	-13 286	-186 739	313 881	383 298	523 852	610 308	323 966	-418 360
31	Monforte	P	563 401	503 198	391 940	-10 252	466 159	477 910	63 648	322 128	139 210	174 204	-410 557
32	Monção	P	573 700	1 053 648	677 674	1 220 838	1 181 673	1 170 664	1 027 391	975 209	611 011	201 255	-408 951
33	Vagos	M	528 629	551 770	560 032	-2 600 202	975 027	791 978	970 102	1 010 999	212 651	-353 069	-399 352
34	P. da Serra	P	262 701	263 766	431 818	282 295	223 424	61 804	0	0	0	0	-383 760
35	Porto	G	3 010 972	6 810 121	7 807 409	4 574 143	9 218 334	6 567 757	46 223 002	-3 001 644	18 491 510	12 761 487	-7 180 037

- Observe-se que:
- Apesar de predominarem municípios pequenos, nesta listagem existem dois municípios de grande dimensão: Porto e Setúbal que, em 2020, contraíram um volume de novos empréstimos superior ao volume de amortizações;
- Os municípios que em 2020 apresentaram as maiores diferenças negativas entre o montante de amortização e o montante de novos empréstimos, foram Porto (-7,2 milhões de euros), Silves (-6,0 milhões de euros) e Espinho (-6,0 milhões de euros);
- Considerando o universo autárquico, 64 municípios apresentaram, em 2020, um volume de amortização de capital inferior ao volume de novos empréstimos contraídos.

## 2.3. Despesas Municipais

### 2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente ponto deste capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2010 e 2020, apresentado por mandatos autárquicos. Em certos pontos, comparam-se particularmente os valores de 2020 com os de 2019, apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e, sempre que se considere pertinente, individualizam-se situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou que resultem das mesmas.

**Quadro 2.26 – Classificação económica da Despesa municipal**

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

- À semelhança do que se fez para o ponto 2.2. Receitas Municipais e seguindo a metodologia dos anuários anteriores, apresentam-se listagens hierarquizadas (*rankings*) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições mais representativas para cada situação em apreço.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre cada agregado das mesmas, por natureza económica, segundo a denominação normalizada no classificador do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, cujas principais rúbricas se apresentam no Quadro 2.26.

**Quadro 2.26-A – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa do SNC-AP – Classificação das receitas**

Despesas correntes	Despesas de capital
D1 - Despesas com o pessoal	D7 Investimento
D11 - Remunerações Certas e Permanentes	D8 Transferências de capital
D12 - Abonos Variáveis ou Eventuais	D81 Administrações Públicas
D13 - Segurança social	D811 Administração Central - Estado
D2 - Aquisição de bens e serviços	D812 Administração Central - Outras entidades
D3 - Juros e outros encargos	D813 Segurança Social
D4 - Transferências correntes	D814 Administração Regional
D41 - Administrações Públicas	D815 Administração Local
D411 Administração Central - Estado	D82 Instituições sem fins lucrativos
D412 Administração Central - Outras entidades	D83 Famílias
D413 Segurança Social	D84 Outras
D414 Administração Regional	D9 Outras despesas de capital
D415 Administração Local	D10 Ativos financeiros
D42 Instituições sem fins lucrativos	D11 Passivos financeiros
D43 Famílias	
D44 Outras	
D5 Subsídios	
D6 Outras despesas correntes	

### 2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.27 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2010 e 2020, nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes (Quadro 2.28 e Quadro 2.29) completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

No Quadro 2.27 inclui-se pela primeira vez as **Obrigações do exercício**<sup>22</sup> e as **Obrigações por pagar** resultantes da implementação do SNC-AP, que permite obter esta informação. De igual modo apresenta-se para este ano económico o indicador que representa a razão entre as obrigações do exercício e os compromissos do exercício: **Grau de execução das obrigações em relação aos compromissos assumidos**.

<sup>22</sup> Compromissos orçamentais que se constituem, no exercício, em contas a pagar.

**Quadro 2.27 – Despesa Orçada, Comprometida, Paga e Grau de execução da Despesa**

Unidade: milhões de euros

Despesas	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
- Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	--	9 267,6	9 632,5	10 368,8	10 659,0
(a) Despesas previstas corrigidas	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0
(b) Compromissos do exercício	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2
(c) Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9 003,5
(d) Despesas pagas no exercício	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6
(e)=(c-d) Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	226,9
(f)=(b-d) Compromissos do exercício por pagar*	2 827,5	2 761,4	2 217,8	1 705,0	1 293,2	988,5	992,4	1 221,2	1 264,9	1 410,1	1 662,6
(g) Compromisso a pagar em exercícios futuros**	3 167,9	4 042,8	4 912,8	5 810,2	6 153,1	6 796,6	8 396,1	8 766,2	8 849,5	9 829,9	10 272,3
(b)-(a) Grau de execução da despesa compromissada em relação à despesa prevista corrigida	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%	88,5%	88,4%	87,0%	87,2%
(d)/(b) Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%	86,1%	84,1%
(d)/(a) Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida	59,7%	60,2%	63,3%	68,7%	73,5%	76,9%	76,9%	76,9%	76,7%	74,9%	73,3%
(d)/(c) Grau de execução da despesa paga em relação às obrigações do exercício.	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	97,5%
(c)/(a) Grau de execução das obrigações em relação à despesa prevista corrigida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	75,2%

\* Compromissos que se previam regularizar no exercício e que não se pagaram.

\*\* Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos futuros.

**Quadro 2.28 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga**

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	--	364,9	736,3	290,3
Despesas previstas corrigidas	-354,7	-841,6	-733,7	-1 440,5	-414,9	308,3	775,5	405,8	730,4	345,8
Compromissos do exercício	-218,0	-676,7	-369,2	-923,6	-292,6	239,4	821,6	343,6	490,1	325,1
Despesas pagas no exercício	-151,9	-133,1	143,6	-511,9	12,0	235,5	592,8	299,8	345,0	72,5
Compromissos do exercício por pagar	-66,1	-543,6	-512,8	-411,7	-304,7	3,8	228,8	43,8	145,1	252,6
Compromisso a pagar em exercícios futuros	874,9	870,0	897,5	342,9	643,5	1 599,5	370,1	83,4	980,4	442,4

**Quadro 2.29 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga**

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	--	3,9%	7,6%	2,8%
Despesas previstas corrigidas	-2,7%	-6,6%	-6,1%	-12,8%	-4,2%	3,3%	8,0%	3,9%	6,7%	3,0%
Compromissos do exercício	-2,0%	-6,5%	-3,8%	-9,8%	-3,4%	2,9%	9,7%	3,7%	5,1%	3,2%
Despesas pagas no exercício	-1,9%	-1,7%	1,9%	-6,6%	0,2%	3,3%	7,9%	3,7%	4,1%	0,8%
Compromissos do exercício por pagar	-2,3%	-19,7%	-23,1%	-24,1%	-23,6%	0,4%	23,1%	3,6%	11,5%	17,9%
Compromisso a pagar em exercícios futuros	27,6%	21,5%	18,3%	5,9%	10,5%	23,5%	4,4%	1,0%	11,1%	4,5%

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir que:

- Em 2020, os totais da despesa orçada, realizada e paga apresentaram um crescimento bastante inferior ao verificado em 2019. A despesa inicialmente orçada cresceu 2,8% (+290,3 milhões de euros), a despesa realizada<sup>23</sup> evoluiu 3,2% (+325,1 milhões de euros) e a despesa paga aumentou 0,8% (+72,5 milhões de euros). Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2020 e constatando-se que a receita liquidada baixou 3,5% (-325,7 milhões de euros) e a receita cobrada<sup>24</sup> baixou 3% (-268,0 milhões de euros), verifica-se que a despesa cresceu e a receita baixou, pelo que, nos fluxos de caixa, o volume das despesas pagas superou em 3,5 milhões de euros o volume de receitas cobradas. O equilíbrio de caixa ocorre com a mobilização do saldo da gerência anterior;
- Contudo, não foram pagos 15,9% (1.662,6 milhões de euros) dos compromissos assumidos em 2020, tendo este valor aumentado 252,6 milhões de euros (+17,9%) em relação ao ano anterior, em que a taxa de crescimento já tinha sido de 10,3%. Considerando que o valor registado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 10.772,6 milhões de euros e que o montante de despesa paga foi 8.776,6 milhões de euros, conclui-se que no final do ano económico de 2020 existiu um saldo de receita de 1.996,0 milhões de euros, na globalidade do sector autárquico. Ora, este saldo de receita foi superior em 333,4 milhões de euros ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2020, pelo que se poderá concluir que o sector autárquico apresentou, neste ano, um superavit<sup>25</sup> correspondente aquele valor. Anota-se, contudo que nem todos os compromissos assumidos se transformaram, neste mesmo ano, em obrigações a pagar, pelo que em bom rigor, apenas estas deverão ser consideradas para efeito de dívidas a liquidar. Assim, o superavit do exercício resultará da diferença entre o valor da receita incluindo saldo da gerência anterior (10.772,6 milhões

de euros) e o total das obrigações do exercício (9.003,5 milhões de euros), isto é, no valor de 1.769 milhões de euros. Mais se anota que o total das obrigações que ficaram por pagar no exercício de 2020 foi de 226,9 milhões de euros decorrendo essencialmente de faturações e operações de final do ano que não permitiram, ainda dentro do período do exercício, proceder à respetiva liquidação. Este valor traduzirá a real dívida comercial constituída no final do ano económico de 2020;

- Em resumo, no ano de 2020, o total da despesa comprometida no valor de 10.439,2 milhões de euros, bem como o total das obrigações do exercício no montante de 9.003,5 milhões de euros foram inferiores à soma do montante de receita cobrada (8.773,1 milhões de euros) com o saldo de gerência (1.999,5 milhões de euros), que totalizou 10.772,6 milhões de euros;

- Em 2020, o volume de compromissos assumidos no exercício representou 87,2% da despesa prevista corrigida das alterações e revisões efetuadas ao longo do ano económico. Quer isto dizer que, na globalidade, 12,8% da dotação orçamental para a despesa ficou por realizar, significando tal situação uma tendência para a adequação da despesa à receita, já que esta ao nível das cobranças apresentou apenas um grau de realização de 87,8%.

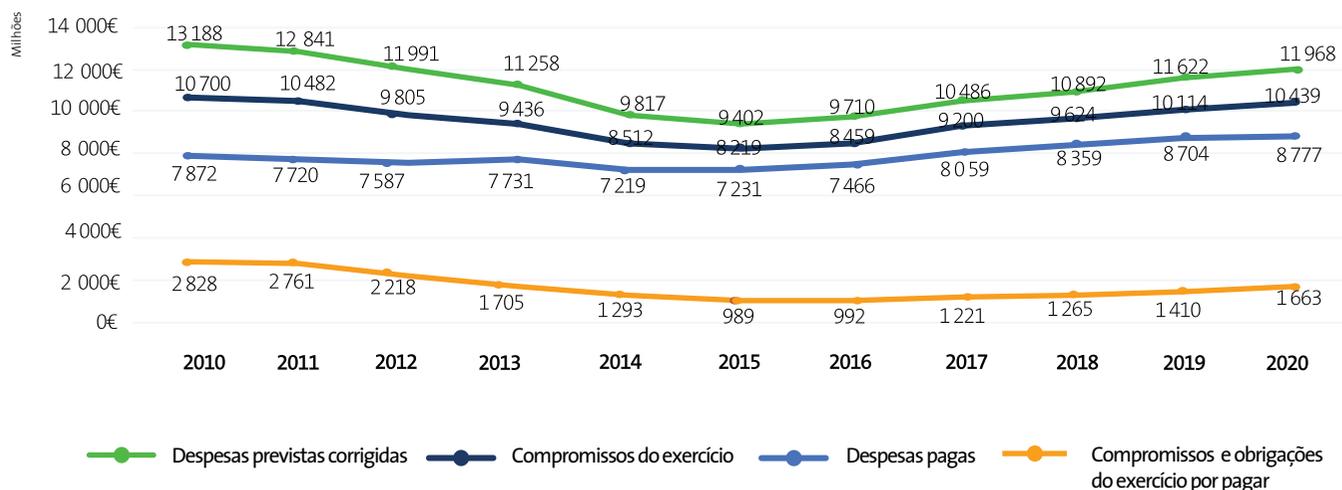
O Gráfico 2.06 permite visualizar a evolução da despesa, nas diferentes fases (orçada, comprometida e paga), no período dos últimos onze anos. Desde 2015 as despesas previstas corrigidas, comprometidas e pagas têm crescido a um ritmo semelhante.

<sup>23</sup> Compromissos do exercício: compromissos assumidos no ano, mais os transitados dos anos anteriores.

<sup>24</sup> Excluindo os saldos de gerências anteriores.

<sup>25</sup> Este dado permite concluir que as autarquias se estarão a pautar por uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poderem garantir a cobertura financeira da despesa assumida e, assim, garantir uma melhor eficiência da execução orçamental.

Gráfico 2.06 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2010 e 2020



Da observação do Quadro 2.27 há ainda a realçar:

– O grau de execução da despesa paga<sup>26</sup> no final de 2020 foi de 73,3%, apresentando o decréscimo pouco significativo de 1,6pp face ao índice do ano anterior. Todavia entre 2010 e 2020, este indicador cresceu 13,6pp como resultado da conjugação da deflação do orçamento de despesa (-9,2%, -1.219,6 milhões de euros) com o aumento do volume da despesa paga (+11,5%, +904,5 milhões de euros);

De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2010 e 2020, o aumento em 10,5% do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2010 só foram pagos 73,6% dos encargos assumidos, enquanto em 2020 foram pagos 84,1% dos mesmos. Até à data este era um dos indicadores mais importantes da execução da despesa e do controlo orçamental. Todavia, com o reconhecimento do valor global das obrigações do exercício, informação possível de obter com o SNC-AP passar-se-á a ter uma perceção mais realista do esforço dos municípios para

pagar atempadamente os seus compromissos, ao relacionar-se o valor das obrigações com a despesa paga. **Assim, pode-se verificar pelos dados apresentados neste quadro, que foram pagas, em 2020, 97,5% das obrigações geradas no mesmo período e efetivamente executadas 75,2 % das despesas previstas ao relacionar-se o volume das obrigações do exercício com o volume de despesa prevista corrigida de alterações e revisões.**

O Gráfico 2.07 mostra a evolução do grau da execução da despesa paga, tanto em relação aos compromissos assumidos, como em relação às despesas previstas corrigidas, bem como o grau de execução dos compromissos em relação à despesa prevista corrigida. Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas, apresentam-se de seguida o Gráfico 2.06.A, Quadro 2.30.A e Gráfico 2.07.A, que mostram a evolução das diversas componentes da despesa e respetiva execução dos municípios dos Açores, e o Gráfico 2.06.M, Quadro 2.30.M e Gráfico 2.07.M, que evidenciam a mesma informação para os municípios da Madeira.

<sup>26</sup> É considerado o Grau de execução da despesa, a razão entre a despesa paga e a despesa orçada após correções.

Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas – 2010 a 2020

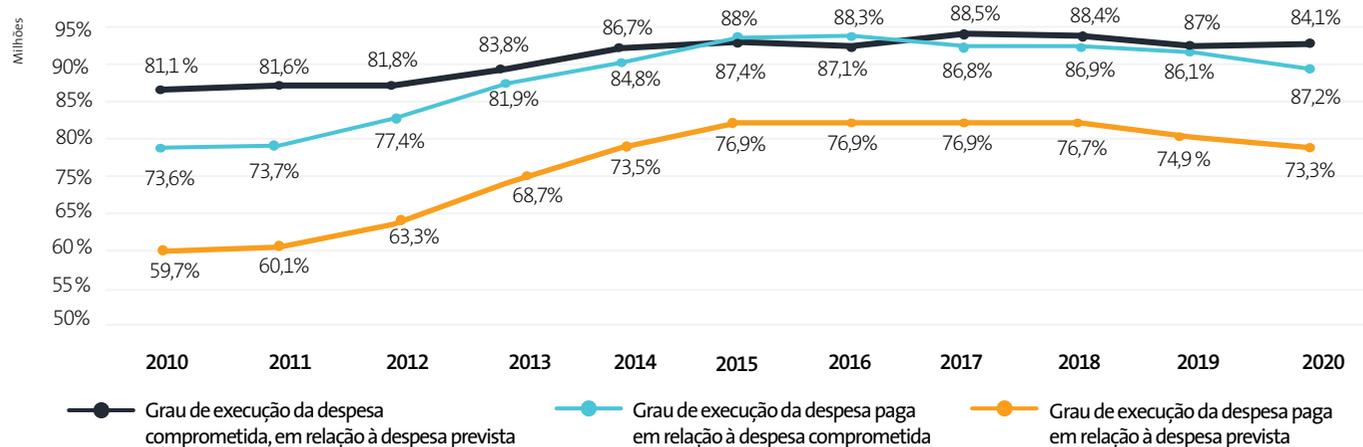
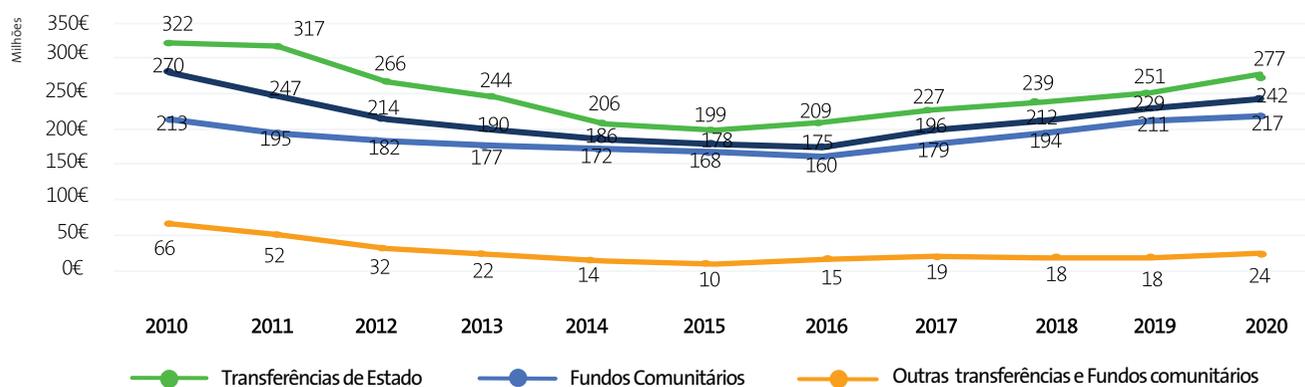


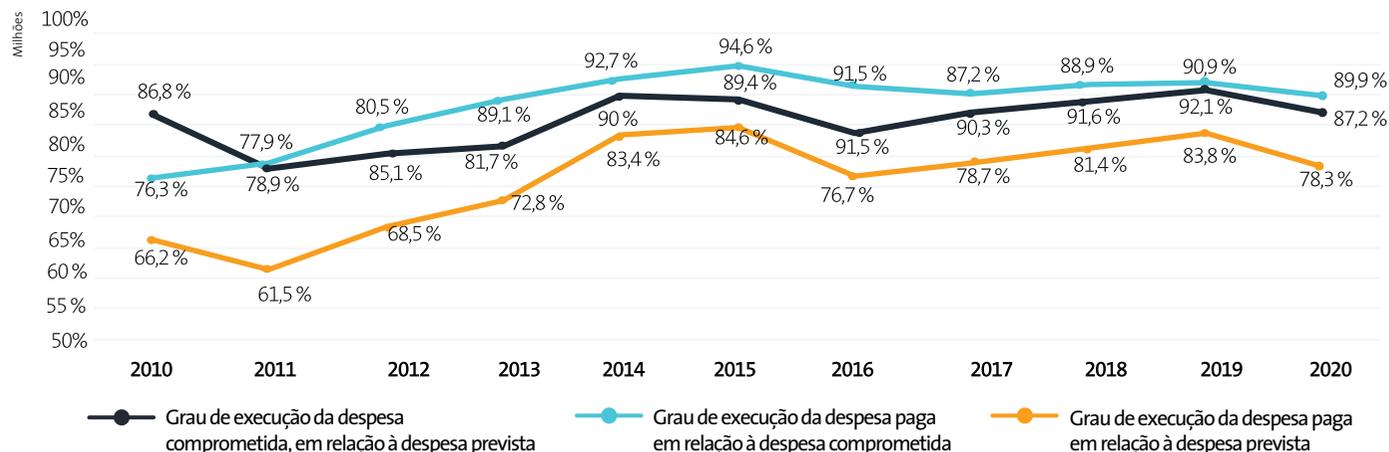
Gráfico 2.06.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma dos Açores, entre 2010 e 2020



Quadro 2.30.A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Grau de execução da despesa											
Compromissos do exercício / Despesa prevista	86,8%	77,9%	80,5%	81,7%	90,0%	89,4%	83,9%	87,2%	88,9%	90,9%	87,2%
Despesa paga / Despesa prevista	66,2%	61,5%	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%	76,7%	78,7%	81,4%	83,8%	78,3%
Despesa paga / Despesa comprometida	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%
Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	98,3%
Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	91,4%
Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	79,7%

Gráfico 2.07.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores – 2010 a 2020

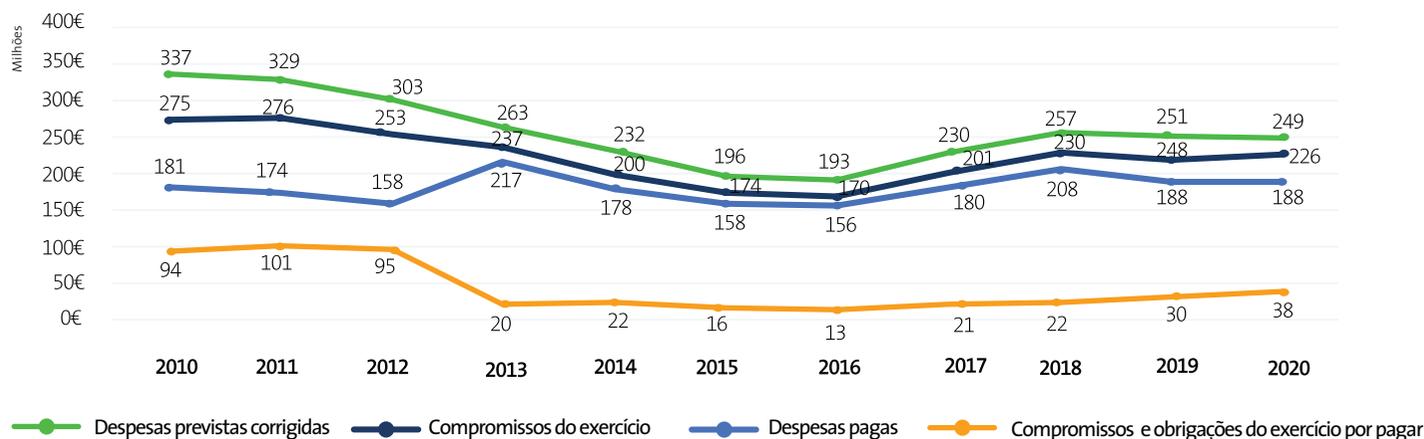


Pela observação dos gráficos e quadros constata-se, em relação ao comportamento financeiro dos municípios da RAA, em 2020, que:

- O total da despesa orçada dos municípios açorianos cresceu 10,4% (+26,0 milhões de euros). Por sua vez, a despesa paga cresceu apenas 2,8% (+6,0 milhões de euros) não conseguindo assim acompanhar o ritmo da despesa orçada;
- Apesar do volume de compromissos assumidos ter aumentado

10,0% (+22,0 milhões de euros), o montante de pagamentos efetuados representou 89,7% do total comprometido, ultrapassando o grau de execução homóloga da despesa no universo dos municípios, o qual se fixou em 84,1%. Apresentam-se de seguida quadros e gráficos que mostram a evolução da despesa e respetivos graus de execução, considerando a globalidade dos municípios da região da Madeira.

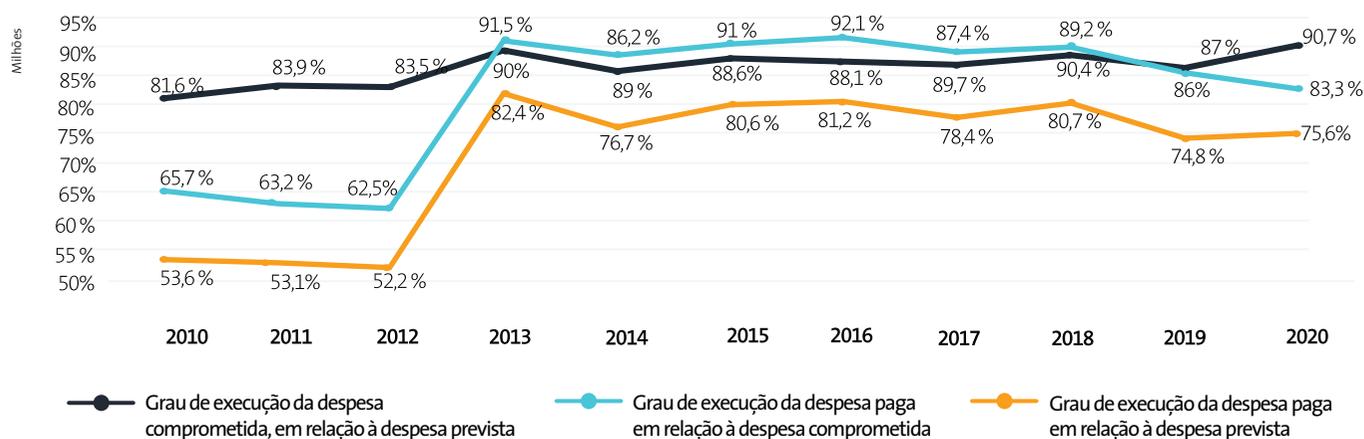
Gráfico 2.06.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma da Madeira, entre 2010 e 2020



Quadro 2.30.M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira

Grau de execução da despesa	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Compromissos do exercício / Despesa prevista	81,6%	83,9%	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%	88,1%	87,4%	89,2%	87,0%	90,7%
Despesa paga / Despesa prevista	53,6%	53,1%	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%	81,2%	78,4%	80,7%	74,8%	75,6%
Despesa paga / Despesa comprometida	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%
Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	98,0%
Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	85,0%
Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	77,1%

Gráfico 2.07.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira – 2010 a 2019



Reportando a análise aos gráficos relativos ao comportamento financeiro dos municípios da Região Autónoma da Madeira, constata-se:

– Em 2020, a descida, ainda que ligeira, do montante global da despesa orçada (-0,8%, -2 milhões de euros) confirma a tendência para a manutenção da extraordinária deflação orçamental verificada entre 2008 e 2016;

– Em 2020, na Região da Madeira pagou-se relativamente menos e comprometeu-se relativamente mais despesa. Efetivamente, no que se refere à despesa comprometida, a ligeira subida do seu volume em 2020 (+3,7%, +8 milhões de euros), representa a retoma do acréscimo verificado no biénio 2017-2018, e contraria o sentido descendente verificado com a enorme descida desta despesa entre 2008 e 2016 (-45,2%, -139,8 milhões de euros). Contudo, observando a percentagem de compromissos pagos, verifica-se um enorme

esforço de adequação da despesa comprometida à receita cobrada ao passar-se de 65,7% de pagamento da despesa assumida em 2010, para 83,3% em 2020, pese embora neste ano este indicador tenha baixado 2,7pp.

### 2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2010 e 2020, por rubrica económica, nas suas diferentes fases de execução: despesa comprometida ou compromissos do exercício, despesa paga<sup>27</sup> e compromissos por pagar.

<sup>27</sup> O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram de ano.

Nos Quadros 2.31, 2.32 e 2.33 apresenta-se a evolução da despesa prevista, comprometida e paga por rubrica de classificação económica. No Quadro 2.34 são apresentadas as correspondentes taxas de variação da despesa paga, permitindo observar quais as rubricas económicas sujeitas a variações mais significativas.

No Quadro 2.35 mostra-se a estrutura da despesa paga e no Quadro 2.36 o peso desta nos compromissos assumidos.

No Quadro 2.37 apresentam-se as obrigações geradas no exercício e desagregadas pelas diferentes componentes económicas, bem como o peso das obrigações nas despesas comprometidas e o peso

das despesas pagas em relação ao volume de obrigações.

A análise conjunta destes quadros permite verificar, por natureza económica, quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total, constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura da despesa assumida (compromissos) ou da estrutura da despesa paga. Esta alteração é também visível quando se observa a desagregação, por natureza económica, da despesa orçada.

**Quadro 2.31 – Despesa Prevista, Inicial e Corrigida, por natureza económica**

Unidade: milhões de euros

Receitas	Despesa prevista inicial				Despesa prevista corrigida				Var. corrigida – inicial		
	2018	2019	2020	Δ 19-20%	2018	2019	2020	Δ 19-20%	2018	2019	2020
Despesas com pessoal	2 553,5	2 705,3	2 887,0	6,7%	2 557,2	2 740,7	2 906,5	6,1%	3,7	35,3	19,5
Aquisição de bens e serviços	2 495,9	2 648,1	2 710,5	2,4%	2 918,4	3 061,6	3 111,5	1,6%	422,5	413,5	401,0
Juros e outros encargos	76,6	122,1	56,8	-53,4%	108,1	152,9	58,3	-61,9%	31,5	30,9	1,5
Transferências correntes	622,2	657,9	724,4	10,1%	769,1	858,3	1 006,2	17,2%	146,9	200,4	281,9
Subsídios	104,2	145,4	176,8	21,6%	120,2	165,8	221,0	33,3%	16,0	20,4	44,2
Outras despesas correntes	188,1	129,9	131,6	1,3%	223,6	195,4	225,0	15,1%	35,4	65,6	93,5
<b>Total despesas correntes</b>	<b>6 040,6</b>	<b>6 408,7</b>	<b>6 687,0</b>	<b>4,3%</b>	<b>6 696,5</b>	<b>7 174,7</b>	<b>7 528,5</b>	<b>4,9%</b>	<b>655,9</b>	<b>766,0</b>	<b>841,4</b>
Aquisição de bens de capital	2 724,8	3 114,8	3 249,3	4,3%	2 885,9	3 327,8	3 476,3	4,5%	161,1	213,0	227,1
Transferências de capital	288,3	315,1	302,5	-4,0%	365,2	434,5	425,8	-2,0%	76,9	119,4	123,3
Ativos financeiros	46,9	37,3	20,1	-46,3%	46,4	37,4	57,2	52,9%	-0,5	0,0	37,1
Passivos financeiros	507,3	467,1	379,3	-18,8%	798,7	607,5	451,1	-25,7%	291,4	140,4	71,8
Outras despesas de capital	24,7	25,7	20,8	-18,8%	99,2	40,3	29,0	-28,0%	74,5	14,6	8,2
Total despesas de capital	3 591,9	3 960,1	3 972,0	0,3%	4 195,3	4 447,5	4 439,5	-0,2%	603,4	487,4	467,5
<b>Despesa Total</b>	<b>9 632,5</b>	<b>10 368,8</b>	<b>10 659,0</b>	<b>2,8%</b>	<b>10 891,8</b>	<b>11 622,2</b>	<b>11 968,0</b>	<b>3,0%</b>	<b>1 259,3</b>	<b>1 253,4</b>	<b>1 308,9</b>
Total municípios R.A. Açores	211,3	216,3	227,6	5,2%	238,9	251,4	277,2	10,3%	27,7	35,1	49,6
Total municípios R.A. Madeira	210,1	214,0	225,8	5,5%	257,2	251,0	249,2	-0,7%	47,1	36,9	23,3

Quadro 2.32 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas com pessoal	2 485,7	2 396,1	2 124,7	2 285,4	2 252,5	2 238,5	2 270,6	2 337,6	2 465,9	2 658,5	2 792,7
Aquisição de bens e serviços	2 507,7	2 606,3	2 602,1	2 640,5	2 528,2	2 460,3	2 555,6	2 606,0	2 667,2	2 806,4	2 755,8
Juros e outros encargos	134,1	186,7	192,1	166,6	171,2	141,5	121,8	88,7	97,5	63,1	51,0
Transferências correntes	583,3	570,3	548,1	571,5	574,5	590,1	635,7	683,4	723,0	810,9	929,9
Subsídios	225,8	238,8	223,2	195,8	158,2	94,7	87,0	120,3	116,5	161,6	204,4
Outras despesas correntes	114,8	112,8	110,4	116,6	109,1	106,2	138,0	141,4	197,1	161,5	110,6
<b>Total despesas correntes</b>	<b>6 051,3</b>	<b>6 111,1</b>	<b>5 800,7</b>	<b>5 976,5</b>	<b>5 793,8</b>	<b>5 631,2</b>	<b>5 808,5</b>	<b>5 977,4</b>	<b>6 267,1</b>	<b>6 662,0</b>	<b>6 844,4</b>
Aquisição de bens de capital	3 443,7	3 187,7	2 614,0	2 360,2	1 663,9	1 524,3	1 479,6	2 127,5	2 137,6	2 405,0	2 720,0
Transferências de capital	497,7	464,6	390,4	363,1	280,9	253,3	288,3	346,1	304,6	380,5	369,1
Ativos financeiros	40,6	42,9	34,1	30,4	31,4	73,0	57,1	52,8	43,7	35,2	54,5
Passivos financeiros	582,6	626,3	905,9	672,5	704,0	704,4	788,9	746,2	781,4	594,8	435,6
Outras despesas de capital	83,6	49,0	59,8	33,0	38,0	33,2	36,4	30,4	89,5	36,6	15,6
<b>Total de despesas de capital</b>	<b>4 648,2</b>	<b>4 370,5</b>	<b>4 004,2</b>	<b>3 459,2</b>	<b>2 718,2</b>	<b>2 588,2</b>	<b>2 650,3</b>	<b>3 303,1</b>	<b>3 356,9</b>	<b>3 452,1</b>	<b>3 594,8</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>10 699,6</b>	<b>10 481,6</b>	<b>9 804,9</b>	<b>9 435,7</b>	<b>8 512,1</b>	<b>8 219,4</b>	<b>8 458,8</b>	<b>9 280,4</b>	<b>9 624,1</b>	<b>10 114,1</b>	<b>10 439,2</b>
Total municípios R.A. Açores	279,0	246,5	214,0	199,0	185,6	177,9	175,1	198,1	212,3	228,6	241,6
Total municípios R.A. Madeira	274,8	275,6	252,9	236,9	199,8	173,7	169,6	200,7	229,5	218,3	226,0

Quadro 2.33 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas com pessoal	2 451,2	2 365,0	2 089,7	2 256,0	2 227,4	2 216,5	2 252,1	2 320,1	2 446,9	2 635,8	2 736,2
Aquisição de bens e serviços	1 731,1	1 789,4	1 852,3	2 064,9	2 037,9	2 052,3	2 171,2	2 210,9	2 224,9	2 341,0	2 201,1
Juros e outros encargos	104,7	141,5	148,5	128,3	131,8	112,0	100,7	77,0	92,2	56,7	47,9
Transferências correntes	500,0	477,8	467,6	497,7	526,6	549,1	599,3	635,4	682,8	765,1	868,1
Subsídios	149,0	163,5	149,2	117,8	101,7	74,3	76,0	112,4	110,6	152,1	187,4
Outras despesas correntes	101,2	95,5	93,4	102,2	97,0	93,6	126,5	131,4	185,4	150,7	97,8
<b>Total despesas correntes</b>	<b>5 037,2</b>	<b>5 032,7</b>	<b>4 800,8</b>	<b>5 166,7</b>	<b>5 122,4</b>	<b>5 097,7</b>	<b>5 325,7</b>	<b>5 487,0</b>	<b>5 742,7</b>	<b>6 101,4</b>	<b>6 138,5</b>
Aquisição de bens de capital	1 782,3	1 670,2	1 535,6	1 603,3	1 140,5	1 175,9	1 053,6	1 473,8	1 483,2	1 639,5	1 838,5
Transferências de capital	369,2	335,2	284,6	280,2	221,5	204,5	247,6	286,5	231,6	313,4	300,4
Ativos financeiros	38,3	30,1	20,6	11,9	18,6	58,0	53,2	49,4	41,6	33,3	52,0
Passivos financeiros	577,2	615,0	890,3	639,5	679,1	666,0	751,8	737,3	775,4	587,9	433,2
Outras despesas de capital	67,8	37,0	55,1	29,0	36,7	28,7	34,5	25,2	84,6	28,6	14,0
<b>Total de despesas de capital</b>	<b>2 834,8</b>	<b>2 687,5</b>	<b>2 786,2</b>	<b>2 564,0</b>	<b>2 096,4</b>	<b>2 133,1</b>	<b>2 140,7</b>	<b>2 572,2</b>	<b>2 616,4</b>	<b>2 602,7</b>	<b>2 638,1</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>7 872,0</b>	<b>7 720,2</b>	<b>7 587,1</b>	<b>7 730,7</b>	<b>7 218,8</b>	<b>7 230,9</b>	<b>7 466,4</b>	<b>8 059,3</b>	<b>8 359,1</b>	<b>8 704,1</b>	<b>8 776,6</b>
Total municípios R.A. Açores	212,8	194,5	182,1	177,4	172,1	168,4	160,1	178,8	194,5	210,6	217,2
Total municípios R.A. Madeira	180,5	174,3	158,2	216,8	177,8	158,0	156,3	180,0	207,5	187,8	188,3

**Quadro 2.34 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas**

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (%)									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Despesas com pessoal	-3,5%	-11,6%	8,0%	-1,3%	-0,5%	1,6%	3,0%	5,5%	7,7%	3,8%
Aquisição de bens e serviços	3,4%	3,5%	11,5%	-1,3%	0,7%	5,8%	1,8%	0,6%	5,2%	-6,0%
Juros e outros encargos	35,2%	4,9%	-13,6%	2,7%	-15,0%	-10,1%	-23,6%	19,8%	-38,5%	-15,6%
Transferências correntes	-4,4%	-2,1%	6,4%	5,8%	4,3%	9,1%	6,0%	7,5%	12,1%	13,5%
Subsídios	9,7%	-8,7%	-21,1%	-13,6%	-26,9%	2,2%	48,0%	-1,6%	37,5%	23,3%
Outras despesas correntes	-5,7%	-2,1%	9,4%	-5,1%	-3,5%	35,2%	3,9%	41,1%	-18,7%	-35,1%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>7,6%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>4,5%</b>	<b>3,0%</b>	<b>4,7%</b>	<b>6,2%</b>	<b>0,6%</b>
Aquisição de bens de capital	-6,3%	-8,1%	4,4%	-28,9%	3,1%	-10,4%	39,9%	0,6%	10,5%	12,1%
Transferências de capital	-9,2%	-15,1%	-1,5%	-21,0%	-7,7%	21,1%	15,7%	-19,2%	35,3%	-4,1%
Ativos financeiros	-21,4%	-31,5%	-42,1%	56,2%	211,2%	-8,4%	-7,1%	-15,9%	-20,0%	56,3%
Passivos financeiros	6,6%	44,8%	-28,2%	6,2%	-1,9%	12,9%	-1,9%	5,2%	-24,2%	-26,3%
Outras despesas de capital	-45,4%	48,8%	-47,5%	26,9%	-21,8%	20,0%	-26,8%	235,3%	-66,2%	-51,0%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>-5,2%</b>	<b>3,7%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-18,2%</b>	<b>1,8%</b>	<b>0,4%</b>	<b>20,2%</b>	<b>1,7%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>1,4%</b>
<b>Total das despesas pagas</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>1,9%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>0,2%</b>	<b>3,3%</b>	<b>7,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>4,1%</b>	<b>0,8%</b>
<b>Total da despesa paga nos municípios da R. A. Açores</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>11,7%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,3%</b>	<b>3,1%</b>
<b>Total da despesa paga nos municípios R. A. Madeira</b>	<b>-3,4%</b>	<b>-9,2%</b>	<b>37,0%</b>	<b>-18,0%</b>	<b>-11,1%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>15,2%</b>	<b>15,3%</b>	<b>-9,5%</b>	<b>0,3%</b>

**Quadro 2.35 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica**

DESPESAS	Despesa Paga em cada rubrica / Total da despesa paga (%)										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas com pessoal	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%
Aquisição de bens e serviços	22,0%	23,2%	24,4%	26,7%	28,2%	28,4%	29,1%	27,4%	26,6%	26,9%	25,1%
Juros e outros encargos	1,3%	1,8%	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%	1,3%	1,0%	1,1%	0,7%	0,5%
Transferências correntes	6,4%	6,2%	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%	8,0%	7,9%	8,2%	8,8%	9,9%
Subsídios	1,9%	2,1%	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%	1,0%	1,4%	1,3%	1,7%	2,1%
Outras despesas correntes	1,3%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,7%	1,6%	2,2%	1,7%	1,1%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>64,0%</b>	<b>65,2%</b>	<b>63,3%</b>	<b>66,8%</b>	<b>71,0%</b>	<b>70,5%</b>	<b>71,3%</b>	<b>68,1%</b>	<b>68,7%</b>	<b>70,1%</b>	<b>69,9%</b>
Aquisição de bens de capital	22,6%	21,6%	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%	14,1%	18,3%	17,7%	18,8%	20,9%
Transferências de capital	4,7%	4,3%	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%	3,3%	3,6%	2,8%	3,6%	3,4%
Ativos financeiros	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%	0,7%	0,6%	0,5%	0,4%	0,6%
Passivos financeiros	7,3%	8,0%	11,7%	8,3%	9,4%	9,2%	10,1%	9,1%	9,3%	6,8%	4,9%
Outras despesas de capital	0,9%	0,5%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,3%	1,0%	0,3%	0,2%
<b>Total de despesas de capital</b>	<b>36,0%</b>	<b>34,8%</b>	<b>36,7%</b>	<b>33,2%</b>	<b>29,0%</b>	<b>29,5%</b>	<b>28,7%</b>	<b>31,9%</b>	<b>31,3%</b>	<b>29,9%</b>	<b>30,1%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Quadro 2.36 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos, por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga / Compromissos Assumidos (%)										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas com pessoal	98,6%	98,7%	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	99,2%	99,2%	99,2%	99,1%	98,0%
Aquisição de bens e serviços	69,0%	68,7%	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	85,0%	84,8%	83,4%	83,4%	79,9%
Juros e outros encargos	78,1%	75,8%	77,3%	77,0%	77,0%	79,2%	82,7%	86,8%	94,6%	89,9%	93,8%
Transferências correntes	85,7%	83,8%	85,3%	87,1%	91,7%	93,0%	94,3%	93,0%	94,4%	94,4%	93,4%
Subsídios	66,0%	68,5%	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	87,3%	93,4%	94,9%	94,1%	91,7%
Outras despesas correntes	88,2%	84,6%	84,6%	87,6%	88,9%	88,1%	91,6%	92,9%	94,1%	93,3%	88,4%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>83,2%</b>	<b>82,4%</b>	<b>82,8%</b>	<b>86,5%</b>	<b>88,4%</b>	<b>90,5%</b>	<b>91,7%</b>	<b>91,8%</b>	<b>91,6%</b>	<b>91,6%</b>	<b>89,7%</b>
Aquisição de bens de capital	51,8%	52,4%	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	71,2%	69,3%	69,4%	68,2%	67,6%
Transferências de capital	74,2%	72,1%	72,9%	77,2%	78,8%	80,7%	85,9%	82,8%	76,0%	82,4%	81,4%
Ativos financeiros	94,4%	70,1%	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	93,2%	93,5%	95,0%	94,6%	95,3%
Passivos financeiros	99,1%	98,2%	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	95,3%	98,8%	99,2%	98,9%	99,4%
Outras despesas de capital	81,1%	75,5%	92,2%	87,7%	96,7%	86,6%	94,6%	82,9%	94,5%	78,0%	89,6%
<b>Total de despesas de capital</b>	<b>61,0%</b>	<b>61,5%</b>	<b>69,6%</b>	<b>74,1%</b>	<b>77,1%</b>	<b>82,4%</b>	<b>80,8%</b>	<b>77,9%</b>	<b>77,9%</b>	<b>75,4%</b>	<b>73,4%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>73,6%</b>	<b>73,7%</b>	<b>77,4%</b>	<b>81,9%</b>	<b>84,8%</b>	<b>88,0%</b>	<b>88,3%</b>	<b>86,8%</b>	<b>86,9%</b>	<b>86,1%</b>	<b>84,1%</b>
Peso da despesa paga total nos municípios da R. A. Açores	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%
Peso da despesa paga total nos municípios R. A. Madeira	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%

Quadro 2.37 – Obrigações desagregadas pelas diferentes componentes económicas, peso das obrigações nas despesas comprometidas e peso das despesas pagas nas obrigações

Unidade: milhões de euros

Receitas	Obrigações 2020		Despesas comprometidas 2020		Despesas pagas 2020		
	Valor (a)	%	Valor (b)	Peso (a)/(b)	Valor (c)	Peso (c)/(a)	Peso(c)/(b)
Despesas com pessoal	2 771,3	30,8%	2 792,7	99,2%	2 736,2	98,7%	98,0%
Aquisição de bens e serviços	2 294,8	25,5%	2 755,8	83,3%	2 201,1	95,9%	79,9%
Juros e outros encargos	49,4	0,5%	51,0	96,9%	47,9	96,9%	93,8%
Transferências correntes	875,5	9,7%	929,9	94,2%	868,1	99,2%	93,4%
Subsídios	188,8	2,1%	204,4	92,4%	187,4	99,3%	91,7%
Outras despesas correntes	100,0	1,1%	110,6	90,5%	97,8	97,8%	98,4%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>6 279,9</b>	<b>69,7%</b>	<b>6 844,4</b>	<b>91,8%</b>	<b>6 138,5</b>	<b>97,7%</b>	<b>89,7%</b>
Aquisição de bens de capital	1 917,2	21,3%	2 720,0	70,5%	1 838,5	95,9%	67,6%
Transferências de capital	306,0	3,4%	369,1	82,9%	300,4	98,2%	81,4%
Ativos financeiros	52,5	0,6%	54,5	96,2%	52,0	99,1%	95,3%
Passivos financeiros	433,6	4,8%	435,6	99,5%	433,2	99,9%	99,4%
Outras despesas de capital	14,4	0,2%	15,6	92,0%	14,0	97,4%	89,6%
<b>Total despesas de capital</b>	<b>2 723,6</b>	<b>30,3%</b>	<b>3 594,8</b>	<b>75,8%</b>	<b>2 638,1</b>	<b>96,9%</b>	<b>73,4%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>9 003,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>10 439,2</b>	<b>86,2%</b>	<b>8 776,6</b>	<b>97,5%</b>	<b>84,1%</b>
<b>Total municípios R.A. Açores</b>	<b>220,9</b>	<b>--</b>	<b>241,6</b>	<b>91,4%</b>	<b>217,2</b>	<b>111,3%</b>	<b>89,9%</b>
<b>Total municípios R.A. Madeira</b>	<b>192,1</b>	<b>--</b>	<b>226,0</b>	<b>85,0%</b>	<b>188,3</b>	<b>120,0%</b>	<b>83,3%</b>

Da informação dos quadros anteriores pode-se observar que:

- A correção ao orçamento inicial (Quadro 2.31), cuja informação se dispõe desde 2018, foi no sentido de acréscimo de dotações, tendo assumido montantes próximos no triénio 2018/2020. A maior correção, nestes três anos ocorreu na aquisição de bens e serviços correntes. Em 2018 e 2019 a rubrica a sofrer segunda maior alteração foi a aquisição de bens de capital, sendo que esta posição passa para transferências correntes em 2020, embora a alteração ao volume de despesas em bens de capital, continue a assumir um montante relevante;
- Em 2020 a despesa assumida (compromissos) reparte-se 65,6% em despesa corrente e 34,4% em despesa de capital, tendo esta diminuído 9,0% em relação a 2010. Em 2020 as componentes mais representativas da despesa comprometida são a despesa com pessoal com o peso de 26,8% no total da despesa realizada, e a aquisição de bens e serviços com o peso de 26,4%. Neste ano económico a despesa corrente cresceu 2,7% (+182,4 milhões de euros) e a despesa de capital evoluiu no mesmo sentido (+4,1%,+142,7 milhões de euros);
- Analisando-se a estrutura económica das obrigações constituídas no total de 9.003,5 milhões de euros, constata-se que 69,7% das mesmas se alocaram às despesas correntes e só 30,3% às despesas de capital. Mais se verifica que o total das obrigações corresponderam a 86,2% do valor total dos compromissos assumidos para o exercício;

Observando-se a estrutura da despesa paga, por natureza económica, constata-se que foram priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital, relativamente aos compromissos assumidos. Assim, em 2020, foi pago 89,7% da despesa corrente assumida e apenas 73,4% da despesa de capital. Por esta razão, na estrutura da despesa paga, o total da despesa corrente assumiu o peso de 69,9% e a despesa de capital o peso de 30,1%;

- Observando-se o Quadro 2.37 e o peso das despesas pagas no total de obrigações registadas por natureza económica, verifica-se que este indicador foi de 97,7% para as despesas correntes e de 96,9% para as despesas de capital;
- Em complemento ao referido no parágrafo anterior e observan-

do os quadros da despesa paga, constata-se que, em 2020, o montante pago de despesa corrente aumentou 0,6% (+37,1 milhões de euros) e o montante pago de despesa de capital cresceu 1,4% (+35,4 milhões de euros);

- Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 157 municípios apresentaram, em 2020, um acréscimo de volume de despesa paga;
- Continuando a reportar ao ano de 2020, a estrutura do peso dos pagamentos realizados, nas despesas comprometidas (Quadro 2.36), mostra que apenas foram pagos 67,6% das despesas de investimento, 81,4% das transferências de capital e 79,9% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços, tendo por contraponto níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa.

O *Ranking* R20 apresenta os 35 municípios com maior volume de despesa paga em 2020, bem como o peso dos pagamentos efetuados na despesa comprometida – recorda-se que a média nacional deste rácio, em 2020, foi de 84,1%.

## R2o – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020			
1	Lisboa	G	629 990 505	582 668 079	833 555 985	544 333 264	640 000 249	597 776 675	686 603 489	705 884 879	867 142 484	820 122 567	842 188 884	87,0%	99,7%
2	Porto	G	194 885 588	186 010 713	154 672 864	182 352 337	154 654 855	165 833 768	206 781 960	191 686 791	228 025 199	239 375 230	231 753 467	87,5%	99,1%
3	Cascais	G	160 038 388	153 972 020	141 882 806	130 063 830	143 460 719	149 543 257	158 069 764	178 181 432	191 450 397	207 010 773	222 724 919	84,7%	99,6%
4	Oeiras	G	114 936 238	110 331 788	103 392 070	103 054 125	108 812 708	106 311 161	115 171 511	114 798 229	122 751 182	162 557 687	189 142 437	90,2%	99,2%
5	Sintra	G	175 789 531	161 373 341	181 601 800	148 000 070	122 911 236	147 463 011	139 715 780	135 023 098	140 919 465	157 445 555	185 039 036	88,9%	99,5%
6	VN Gaia	G	127 412 701	134 698 499	126 902 668	137 387 666	130 861 596	123 091 075	151 371 984	130 127 195	146 970 097	139 542 119	154 260 051	78,1%	95,2%
7	Loures	G	109 005 823	105 109 265	110 933 432	106 117 064	102 581 278	102 014 152	102 042 252	107 253 238	102 680 060	117 825 109	144 110 088	86,7%	97,8%
8	Matosinhos	G	105 759 257	120 281 151	108 847 800	98 465 019	88 661 754	101 835 239	116 948 414	116 167 155	113 124 203	113 687 214	126 639 087	84,3%	99,4%
9	Loulé	M	99 370 567	91 172 451	91 444 929	102 097 314	92 128 839	86 472 174	91 051 312	102 147 508	108 916 249	127 289 795	125 644 287	77,5%	99,2%
10	Almada	G	76 401 482	73 857 052	78 070 954	75 228 442	73 367 924	82 705 206	89 639 915	93 284 471	84 453 320	93 467 782	113 223 678	89,7%	98,7%
11	Braga	G	92 487 656	84 297 180	87 260 723	99 120 469	87 136 871	85 429 759	82 452 326	93 348 327	99 700 859	113 235 119	109 711 968	87,4%	98,8%
12	Seixal	G	80 041 502	74 579 870	79 191 317	79 998 309	108 617 095	75 637 901	112 198 606	90 550 107	125 558 340	122 907 915	99 684 920	85,2%	94,8%
13	Coimbra	G	88 262 956	99 067 893	93 242 765	83 769 203	71 173 341	77 545 590	78 577 699	80 621 540	80 379 898	87 721 004	96 196 375	80,9%	99,1%
14	Setúbal	G	60 950 900	61 248 139	67 301 022	62 182 369	65 613 320	77 652 513	88 118 335	82 214 780	88 794 206	91 793 805	93 201 451	70,0%	82,5%
15	Amadora	G	85 751 307	88 405 219	76 573 653	79 962 825	74 619 402	70 301 881	75 305 777	81 144 300	78 373 295	85 245 762	92 776 447	88,3%	99,4%
16	VN Famalicão	G	82 903 524	82 490 543	81 378 872	68 334 360	68 684 935	69 415 464	78 957 364	87 517 482	88 723 418	91 072 195	91 691 937	92,7%	98,5%
17	Guimarães	G	85 682 636	101 745 628	92 687 224	63 003 509	72 794 510	78 567 063	80 568 122	94 531 324	92 103 512	86 606 335	90 383 494	82,4%	97,1%
18	VF Xira	G	71 440 592	61 709 934	59 526 537	69 873 884	59 116 731	55 296 775	56 319 401	69 073 173	62 073 130	75 680 760	86 413 977	95,7%	100%
19	Funchal	G	82 576 492	77 237 983	73 869 441	110 516 842	74 125 736	70 579 811	71 760 032	64 641 068	98 519 054	84 016 398	82 210 480	81,1%	98,3%
20	Albufeira	M	61 885 069	59 972 026	62 070 568	73 586 868	77 834 083	59 662 600	63 017 046	68 611 926	76 255 632	84 398 719	79 798 339	72,8%	96,7%
21	Odivelas	G	70 913 477	63 741 311	61 136 415	56 548 832	64 417 082	63 114 143	64 545 787	69 522 355	69 825 559	72 109 379	76 924 105	80,0%	97,2%
22	Gondomar	G	72 797 475	87 121 552	71 458 616	72 242 287	63 157 168	63 484 060	63 811 529	72 486 448	69 923 925	102 062 283	76 613 165	79,5%	95,0%
23	Leiria	G	61 220 266	62 750 261	55 773 101	55 212 680	57 243 922	54 140 383	57 753 974	68 293 263	68 747 342	78 360 473	70 569 819	73,3%	99,3%
24	V. Castelo	M	53 935 671	55 118 426	51 017 454	55 761 648	48 617 066	61 142 316	55 680 024	64 188 578	64 575 283	70 532 089	70 186 145	85,3%	94,7%
25	Aveiro	M	49 995 308	44 262 156	40 897 204	39 931 518	44 831 326	48 268 605	48 477 741	97 790 270	68 845 596	59 546 663	69 136 221	75,5%	98,6%
26	Mafra	M	56 185 280	49 996 431	52 901 528	50 777 593	52 140 609	50 934 263	55 925 359	61 342 385	62 871 087	93 028 483	68 535 102	90,9%	98,8%
27	Maia	G	70 015 526	62 102 736	56 388 539	56 266 483	59 462 432	67 135 282	62 364 844	67 688 906	69 196 632	72 596 497	66 157 652	86,9%	99,8%
28	Viseu	M	61 805 634	53 518 561	42 277 733	43 836 823	42 452 176	43 052 795	45 865 496	53 258 344	59 061 361	56 468 126	60 690 396	76,2%	98,9%
29	SM Feira	G	62 141 024	63 577 773	57 673 932	74 566 864	57 422 776	51 719 491	54 890 524	57 270 412	56 870 293	59 442 547	60 284 215	76,0%	97,9%
30	T. Vedras	M	42 865 926	53 070 051	47 266 742	45 155 764	41 464 072	53 856 134	46 043 230	43 338 376	48 325 297	54 720 061	54 634 612	87,0%	99,1%
31	P. Varzim	M	46 155 380	42 924 007	40 282 417	45 529 171	40 017 777	43 113 681	37 897 424	46 500 847	52 666 008	55 545 820	54 600 534	88,4%	98,9%
32	Barcelos	G	58 899 452	54 118 752	56 082 948	61 285 264	58 579 955	51 733 847	47 571 519	50 571 443	50 170 903	63 939 985	54 148 863	82,9%	96,1%
33	Portimão	M	46 484 109	45 774 935	39 617 629	43 572 561	44 867 790	51 790 945	77 628 844	136 954 142	47 153 475	55 291 397	53 278 188	81,4%	98,2%
34	Lagos	M	38 037 371	38 505 609	39 769 440	48 537 215	41 553 897	44 115 335	42 336 038	47 338 853	44 303 562	50 878 485	52 841 244	84,4%	99,6%
35	V. do Conde	M	50 056 860	55 569 615	45 433 430	78 773 419	42 721 431	46 498 095	44 791 166	73 859 999	49 681 086	55 726 609	52 351 464	85,0%	98,2%

A observação do *Ranking* R20 permite referir o seguinte, reportando a análise ao ano de 2020:

- A listagem abrange todos os municípios de grande dimensão;
- De igual modo, estes 35 municípios apresentaram, na sua maioria, um rácio de pagamento da despesa assumida próximo ou superior ao rácio médio nacional de 84,1% ultrapassando, quatro deles, 90% de pagamento da despesa comprometida. **Quanto ao rácio do pagamento das obrigações constituídas no exercício, o mesmo situa-se em todos os 35 municípios muito acima dos 90%, sendo que em V. F. de Xira apresenta o rácio de 100%;**

- Referem-se, com rácio de pagamento de despesa bastante inferior à média, os municípios de Setúbal (70,0%), Albufeira (72,8%), Leiria (73,3%), Aveiro (75,5%), Viseu (76,2%) e Santa Maria da Feira (76,2%);

- Verificam-se dezasseis municípios que, embora se encontrem nos 35 municípios com maior volume de despesa, apresentaram descida do montante global de pagamentos. Destes salientam-se os que apresentam uma descida superior a 10%: Mafra com -24,5 milhões de euros (-26,3%); Gondomar com -25,5 milhões de euros (-24,9%); Seixal com -23,2 milhões de euros (-18,9%); e Barcelos com -9,8 milhões de euros (-15,3%);

- Constata-se ainda que houve municípios que apresentaram acréscimos de pagamentos superiores a 10%. Estiveram nesta situação os seguintes: Loures com +26,3 milhões de euros (+22,3%); Almada com +19,8 milhões de euros (+21,1%); Sintra com +27,6 milhões de euros (+17,5%); Oeiras com +26,6 milhões de euros (+16,4%); Aveiro com +9,6 milhões de euros (+16,1%); V. F. de Xira com +10,7 milhões de euros (+14,2%) e Vila Nova de Gaia com +14,7 milhões de euros (+10,5%);

- **Como complemento à informação prestada no *Ranking* R20, anota-se que 67 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos superior a 90% e 287 municípios apresentam uma taxa de pagamentos de obrigações superior a 90%.**

No *Ranking* R21 apresenta-se a listagem ordenada, pelo ano de 2020, dos municípios com menor volume de despesa paga bem como, a taxa de pagamento das despesas comprometidas, recordando que a média nacional da mesma foi de 84,1%.

Da observação deste *Ranking* R21 verifica-se, reportando a análise ao ano de 2020, que:

- Da listagem de municípios com menor volume de pagamentos constam exclusivamente municípios de pequena dimensão tendo sido verificado, para a maior parte deles, um rácio de pagamento de compromissos superior à média nacional. Anota-se o município de Penedono que continua a apresentar uma taxa de pagamento dos compromissos de 100%<sup>28</sup>. Também se constata nesta listagem, que apenas seis municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos inferior a 80%: Mora (70,1%); Sousel (75,3%); Alvito (75,4%); Arronches (77,1%); Santa Cruz das Flores (78,2%) e Cuba (79,5%);

- Ainda em relação ao pagamento das despesas, verifica-se que em relação ao rácio correspondente à liquidação das obrigações, o mesmo, para além de ultrapassar, em muito, os 90%, com exceção do município de Cuba que apresenta 88%, demonstra uma execução de 100% nos municípios do Corvo, Santa Cruz das Flores, Penedono, Lajes do Pico e Vila do Porto;

- Da listagem em apreço (R21) constata-se que mais de metade dos municípios – vinte e um – baixaram o volume de pagamentos face a 2019, tendo contudo, na maioria, sido pouco expressiva essa descida, com exceção dos municípios de Porto Santo (-2,2 milhões de euros, -35,2%), Mourão (-3,3 milhões de euros, -31,5%), Castanheira de Pera (-1,9 milhões de euros, -28,5%); Sousel (-2 milhões de euros, -22,2%); Manteigas (-1,5 milhões de euros, -21,8%); Vila Nova da Barquinha (-1,8 milhões de euros, -21,3%); Pedrogão Grande (-1,4 milhões de euros, -16,9%); e Vila Viçosa (-1,0 milhões de euros, -13,2%).

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rubricas na despesa global e sua evolução entre 2010 e 2020, foi o tema central do presente capítulo deste Anuário. Antes de se passar para uma análise individualizada da despesa por natureza económica, importará apresentar o Gráfico 2.08 com que sintetiza a estrutura da despesa paga entre 2010 e 2020.

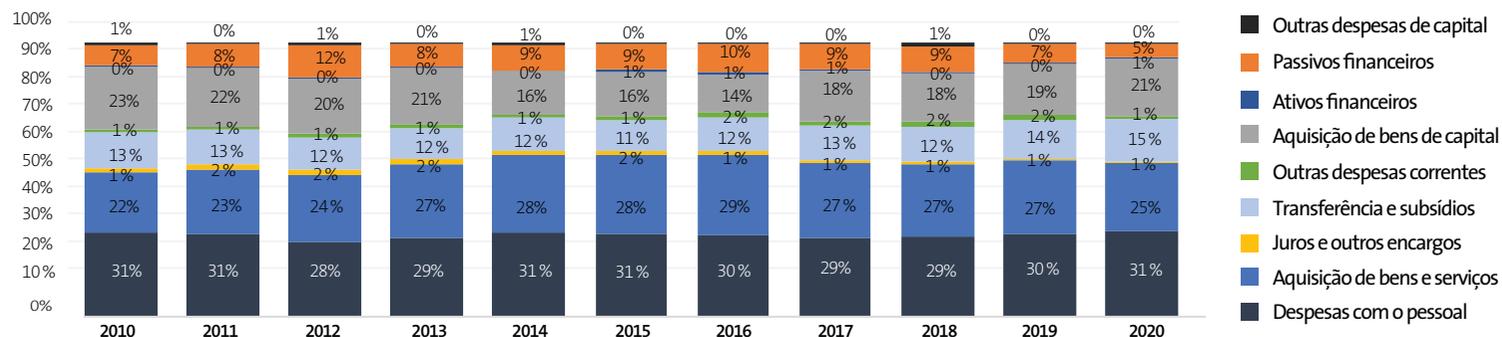
<sup>28</sup> Já nos anos económicos de 2018 e 2019 apresentou uma taxa de 100% de pagamento dos compromissos assumidos.

## R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Esp. paga / Desp. comp.	Esp. paga / Obrig.	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020			
1	Corvo	P	1 761 175	3 185 036	2 414 276	2 474 895	1 776 445	1 747 264	2 241 675	1 770 633	2 338 463	1 941 263	1 560 377	83,2%	100%
2	Santa Cruz Flores	P	3 900 849	3 520 595	2 862 650	3 312 676	4 188 648	2 396 829	2 503 069	3 135 072	2 576 994	2 654 521	3 190 213	78,2%	100%
3	Lajes das Flores	P	5 793 828	3 654 866	4 131 905	5 247 235	4 991 107	3 003 143	3 044 636	3 210 168	3 120 582	3 652 182	3 708 014	81,7%	98,9%
4	Porto Santo	P	5 012 665	5 433 171	4 356 998	7 659 415	3 699 143	6 021 483	4 458 656	3 988 500	5 150 818	6 387 847	4 139 571	95,4%	97,6%
5	Barrancos	P	5 060 418	3 951 156	3 589 018	3 709 953	3 639 534	3 593 952	3 620 990	4 077 594	3 745 148	4 258 268	4 326 944	94,5%	98,7%
6	SC Graciosa	P	5 743 750	5 469 515	5 417 787	4 607 162	4 483 071	3 985 410	3 468 880	4 817 113	5 101 937	4 943 899	4 329 671	95,8%	99,6%
7	Castanheira Pera	P	4 586 038	7 039 137	9 278 024	3 553 614	4 654 603	4 737 879	4 377 599	4 190 033	5 188 671	6 832 469	4 882 138	91,5%	99,5%
8	Arronches	P	5 474 568	5 355 920	4 729 588	4 783 425	5 150 062	6 669 097	5 020 352	6 841 358	5 132 184	5 717 470	5 142 752	77,1%	99,0%
9	Penedono	P	5 108 044	6 028 132	5 608 589	7 111 583	6 303 731	6 667 952	4 335 307	5 221 749	5 458 577	5 975 256	5 258 565	100%	100%
10	Manteigas	P	6 464 577	5 411 626	5 796 949	5 977 429	5 118 927	8 447 249	5 224 956	5 705 228	5 371 543	7 047 684	5 514 173	94,2%	99,3%
11	Calheta (R.A.A.)	P	4 377 843	3 919 653	4 319 646	4 125 360	4 527 920	4 896 569	3 915 880	5 072 853	4 797 527	5 360 287	5 519 693	90,7%	99,7%
12	São Roque Pico	P	7 363 291	6 442 781	4 315 947	4 054 507	4 058 980	4 494 659	4 409 248	4 403 866	5 076 789	4 523 240	5 611 134	91,9%	100%
13	Porto Moniz	P	6 675 839	5 365 746	4 222 016	5 098 198	3 800 325	4 029 324	5 046 681	6 737 813	5 653 446	5 914 260	5 631 945	86,3%	99,6%
14	Lajes do Pico	P	10 961 196	6 004 637	6 719 575	10 077 631	7 030 978	5 740 522	5 300 504	5 391 901	5 410 647	6 310 197	5 807 975	88,6%	100%
15	Fronteira	P	5 948 729	6 382 840	5 207 342	5 442 780	5 353 374	4 712 681	5 238 378	6 039 021	4 986 315	5 442 924	6 006 616	91,6%	98,6%
16	Constância	P	7 067 686	7 230 482	7 674 792	6 213 879	5 207 011	5 286 483	5 434 678	6 762 500	6 152 956	6 120 037	6 036 135	92,0%	98,5%
17	Fornos Algodres	P	40 049 969	7 312 672	5 723 508	6 305 757	5 439 094	5 579 781	5 820 135	32 917 071	7 565 751	6 343 984	6 120 599	89,5%	99,5%
18	Mora	P	6 545 181	6 328 309	6 683 644	6 244 095	5 633 074	7 843 256	6 724 700	7 282 951	7 204 271	7 173 597	6 404 161	70,1%	95,8%
19	Santana	P	6 939 567	7 582 997	6 228 480	6 644 990	6 395 436	4 845 776	5 870 881	7 690 388	7 308 288	6 193 003	6 466 778	88,0%	99,1%
20	Mesão Frio	P	11 299 331	6 726 834	6 694 172	5 293 468	4 989 859	5 203 729	4 939 075	8 049 697	5 282 590	5 865 670	6 477 393	84,6%	90,5%
21	Alvito	P	5 365 868	6 082 718	4 321 163	3 959 208	4 102 362	4 029 334	4 296 576	4 207 729	5 358 962	5 195 105	6 494 690	75,4%	97,8%
22	V.N Barquinha	P	10 737 599	10 079 690	12 012 785	8 348 094	7 937 938	7 350 083	6 343 136	6 601 536	8 356 617	8 334 464	6 556 859	90,8%	99,5%
23	Marvão	P	6 051 102	7 008 975	4 673 052	5 531 365	5 108 976	5 108 794	5 374 395	6 513 865	5 399 540	6 023 412	6 648 329	92,6%	99,5%
24	Alter do Chão	P	5 884 979	7 623 864	7 592 155	5 476 291	6 219 273	5 939 502	5 751 395	6 278 447	6 386 945	6 870 792	6 680 068	85,7%	99,5%
25	Povoação	P	7 132 448	7 521 755	5 082 970	5 551 173	6 767 580	5 956 385	5 831 810	6 227 362	6 962 040	7 248 737	6 692 213	86,4%	97,3%
26	Pedrógão Grande	P	5 774 834	7 485 776	5 753 589	6 183 940	5 927 544	4 603 951	4 884 742	6 041 871	6 833 798	8 143 530	6 765 743	89,4%	98,8%
27	S M Penaguião	P	8 403 007	8 927 775	6 692 605	6 921 537	6 404 622	9 940 195	6 942 110	6 869 849	6 588 891	7 071 773	6 827 400	85,4%	99,6%
28	Vila do Porto	P	5 293 541	5 067 344	5 202 181	4 482 194	5 585 594	5 085 226	4 873 077	6 266 654	6 169 085	6 042 016	6 834 486	97,3%	100%
29	Vila Viçosa	P	7 428 128	9 714 320	7 018 892	7 456 041	7 124 387	7 361 378	7 243 405	7 076 901	6 553 600	7 930 797	6 882 380	88,3%	97,3%
30	Sousel	P	6 637 851	7 646 217	7 521 934	8 154 319	9 355 490	8 400 672	6 411 059	6 984 411	7 133 082	8 903 538	6 922 956	75,3%	96,3%
31	Cuba	P	6 412 022	5 845 003	6 200 673	4 957 802	4 952 975	5 790 391	5 560 030	6 673 292	5 713 459	5 874 942	6 972 302	79,5%	88,0%
32	V. Nova de Paiva	P	6 464 982	7 000 874	6 716 650	6 630 635	6 170 742	7 446 507	5 755 520	6 432 256	6 412 952	5 917 389	6 992 130	86,3%	94,3%
33	Mourão	P	6 091 724	4 880 531	4 686 399	6 394 302	5 016 501	5 204 673	5 281 068	5 831 358	5 544 421	10 370 541	7 100 280	87,0%	97,8%
34	Murça	P	8 471 173	12 156 359	7 561 339	7 581 739	6 564 557	6 625 436	7 073 626	6 749 163	7 172 795	7 288 022	7 133 933	80,0%	96,8%
35	Viana do Alentejo	P	7 039 179	6 462 291	7 423 022	9 429 718	5 972 454	7 800 010	6 352 959	7 078 640	9 229 136	6 968 059	7 196 414	84,8%	97,4%

Gráfico 2.o8 – Estrutura da despesa paga de 2010 a 2020



### 2.3.4. Caracterização das Despesas por natureza económica

Nesta secção apresentam-se, com maior detalhe, particularidades relativas às principais rubricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de *rankings* que hierarquizam os valores das mesmas em lotes de 35 municípios.

Tal como nos anuários anteriores, as rubricas económicas que, pela sua materialidade, se entendeu analisar autonomamente foram: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos. Pelo significado económico que revestem apresentam-se, ainda, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos (Passivos Financeiros).

#### 2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza das Despesas com Pessoal, pela qual não poderá resultar encargos por pagar no final de cada ano económico, estas serão analisadas na ótica dos pagamentos. Como se pode observar no Quadro 2.33 as Despesas com Pessoal, em 2020, constituem a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos e, conseqüentemente, com maior peso na despesa paga. Em 2016, contrariando a tendência dos anos anteriores<sup>29</sup>, verificou-

-se uma retoma de crescimento da Despesa com Pessoal com um aumento, ainda que ligeiro nesse ano (+35,6 milhões de euros, +1,6%), um acréscimo mais acentuado em 2017 (+67,9 milhões de euros, +3%), um reforço em 2018 (+126,9 milhões de euros<sup>30</sup>, +5,5%) e em 2019 o aumento significativo de 7,7% traduzido num acréscimo de 188,8 milhões de euros. Em 2020 o aumento das despesas com pessoal foi de 3,8% (+100,4 milhões de euros). Apresentaram aumento desta despesa, neste ano, 195 municípios.

Sendo o peso das despesas com pessoal na despesa total paga de cada autarquia, um indicador importante de análise e de condicionamento económico-financeiro da sua atividade, apresentam-se a seguir duas listagens hierarquizadas: uma, dos 35 municípios com maior valor neste indicador e outra, dos 35 municípios com menor valor.

Anota-se que o peso médio nacional das despesas com pessoal na despesa total paga, em 2020, foi de 31,2%, superior em 0,9pp à média obtida no ano anterior. Considerando o universo total dos municípios, verificou-se que 176 municípios apresentaram um peso médio de despesas com pessoal superior ao peso da média nacional.

<sup>29</sup> Depois de uma queda abrupta em 2012 (-275,2 milhões de euros, -11,6%), face aos cortes nos salários e subsídios da função pública, as despesas com pessoal apresentaram uma subida em

2013 devido, essencialmente, à reposição do subsídio de Natal (+166,2 milhões de euros, +8%). Em 2014 e em 2015 esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, 0,9% e 0,5% respetivamente.

<sup>30</sup> A este aumento de despesa não será estranho o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos, o que permitiu reposicionamentos e progressões na mesma.

## R22 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais\*

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Porto Santo	P	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%
2	Redondo	P	41,6%	40,5%	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%	47,1%	48,2%	52,0%	56,2%	56,2%
3	Cartaxo	M	40,7%	35,1%	37,2%	40,0%	23,8%	29,9%	37,9%	9,8%	43,0%	39,8%	48,9%
4	Resende	P	35,4%	34,6%	34,3%	41,8%	44,2%	41,1%	43,6%	42,2%	41,2%	44,0%	47,3%
5	Avis	P	40,2%	41,9%	38,3%	40,7%	45,5%	42,4%	44,4%	37,3%	41,9%	49,7%	46,7%
6	Barrancos	P	42,9%	52,6%	51,3%	51,9%	50,2%	51,4%	50,3%	44,6%	50,3%	47,6%	46,5%
7	Moita	M	47,1%	45,7%	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%	44,3%	45,3%	45,6%	45,5%	46,2%
8	Borba	P	46,0%	44,7%	31,7%	19,4%	41,4%	41,6%	38,1%	27,6%	46,2%	49,8%	45,9%
9	Mora	P	38,2%	37,2%	32,2%	37,2%	41,7%	31,6%	38,6%	37,7%	38,2%	41,6%	45,7%
10	Tarouca	P	27,5%	36,3%	39,9%	47,9%	46,0%	42,8%	44,3%	28,4%	44,9%	49,1%	45,4%
11	Montijo	M	42,3%	52,4%	47,8%	51,5%	52,7%	51,7%	52,2%	50,3%	52,8%	44,7%	45,1%
12	Sousel	P	39,4%	34,6%	31,3%	30,5%	25,9%	30,0%	42,4%	42,1%	42,8%	35,0%	44,8%
13	Alenquer	M	39,4%	38,1%	37,7%	42,0%	37,7%	40,6%	40,6%	41,7%	45,3%	41,2%	44,3%
14	Vila Nova da Barquinha	P	27,9%	28,9%	21,7%	34,9%	37,3%	37,6%	40,2%	40,6%	34,4%	36,8%	44,1%
15	Góis	P	34,5%	32,5%	31,0%	37,3%	42,6%	38,0%	36,5%	35,5%	31,7%	36,4%	44,0%
16	Celorico da Beira	P	34,2%	45,5%	31,9%	34,2%	34,8%	36,2%	39,3%	40,2%	17,9%	40,2%	43,7%
17	Serpa	P	29,7%	30,2%	31,7%	40,9%	44,6%	35,9%	42,4%	37,0%	39,5%	40,6%	43,7%
18	Alcácer do Sal	P	38,3%	35,8%	34,2%	35,7%	44,0%	44,2%	47,5%	43,5%	49,1%	47,0%	42,6%
19	Vendas Novas	P	44,3%	46,8%	38,8%	38,4%	46,7%	43,7%	36,6%	38,0%	42,7%	42,8%	42,5%
20	Mesão Frio	P	24,4%	29,2%	26,4%	35,2%	40,1%	38,4%	40,9%	25,2%	41,3%	41,6%	42,5%
21	Castelo de Vide	P	52,6%	44,6%	38,2%	41,0%	40,3%	43,7%	43,8%	39,6%	44,5%	47,9%	42,4%
22	Peniche	M	44,3%	39,4%	34,8%	38,8%	39,5%	37,5%	36,7%	34,1%	38,5%	35,5%	42,4%
23	Portel	P	42,0%	43,7%	35,7%	31,8%	42,0%	41,1%	41,0%	37,3%	41,8%	37,4%	42,1%
24	Alfândega da Fé	P	16,6%	31,3%	27,8%	10,9%	31,7%	13,0%	10,9%	30,0%	33,8%	42,8%	41,9%
25	São Brás de Alportel	P	32,6%	40,8%	40,5%	41,3%	37,2%	35,2%	38,7%	34,9%	36,4%	41,9%	41,7%
26	Évora	M	42,0%	45,8%	41,0%	29,8%	34,6%	41,9%	24,4%	39,4%	40,1%	26,9%	41,7%
27	F. de Espada à Cinta	P	33,0%	28,1%	29,1%	21,2%	30,1%	36,0%	34,3%	40,6%	42,1%	21,4%	41,5%
28	Funchal	G	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%	31,9%	39,3%	41,4%
29	Bombarral	P	49,6%	39,8%	27,9%	30,1%	34,0%	37,8%	38,2%	35,6%	37,1%	39,5%	41,4%
30	Constância	P	29,9%	29,0%	24,9%	33,9%	40,5%	35,5%	35,8%	28,6%	37,0%	42,6%	41,3%
31	Mêda	P	36,0%	28,8%	24,4%	27,6%	39,0%	36,4%	39,7%	37,4%	40,5%	40,6%	41,3%
32	Vidigueira	P	30,0%	35,1%	35,3%	44,7%	44,3%	33,1%	42,9%	45,9%	45,2%	46,2%	41,2%
33	Ourique	P	52,2%	45,4%	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%	44,7%	42,7%	49,0%	47,3%	41,1%
34	Armamar	P	35,8%	33,2%	32,2%	31,5%	29,2%	35,4%	38,3%	36,8%	38,1%	39,1%	41,0%
35	Sesimbra	M	46,7%	45,6%	36,8%	35,3%	40,5%	41,4%	40,8%	39,1%	39,6%	40,3%	41,0%
<b>Total 308 municípios</b>			<b>31,1%</b>	<b>30,6%</b>	<b>27,5%</b>	<b>29,2%</b>	<b>30,9%</b>	<b>30,7%</b>	<b>30,2%</b>	<b>28,8%</b>	<b>29,3%</b>	<b>30,3%</b>	<b>31,2%</b>

\* Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

O *Ranking* R22 apresenta os 35 municípios com maior peso das despesas pagas com pessoal na despesa total.

Da listagem supra anota-se:

– Na listagem obtida dos 35 municípios com maior peso de pagamentos em despesas com o pessoal em 2020, todos apresentaram valores acima dos 40%, bastante superiores à média nacional, revelando uma elevada concentração de despesa nesta rubrica económica. Anota-se que este grupo de municípios aparece constituído, na sua maioria, por municípios de pequena dimensão (vinte e sete) sendo sete de média dimensão e um de grande dimensão. No ano anterior, não constou nenhum município de grande dimensão na lista homóloga;

– Verifica-se que dois municípios apresentaram um aumento extraordinário do peso de despesas com o pessoal: Porto Santo com +20,8pp e Freixo de Espada à Cinta com +20,1pp. Acontece que o acréscimo do peso da despesa com pessoal no caso de Porto Santo deveu-se exclusivamente à diminuição da despesa total em 2,3 milhões de euros, devido à diminuição em 50% da despesa com aquisição de bens e serviços e da diminuição em 83% da despesa com aquisição de bens de capital. Quanto ao acréscimo de peso da despesa com o pessoal em Freixo de Espada à Cinta<sup>31</sup> a mesma ocorreu devido à forte descida da amortização de capital (passivos financeiros) que passou a representar apenas 10,9% da despesa global, quando em 2019 representou 49,9%, isto é, mais que a despesa com o pessoal.

Poderá ser preocupante para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam metade ou mais dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Estiveram nesta situação ou muito próxima dela, em 2020, os quatro primeiros municípios elencados no *Ranking* R22: Porto Santo (57,5%), Redondo (56,2%), Cartaxo (48,9%) e Resende (47,3%).

O *Ranking* R23 mostra os 35 municípios com menor peso das despesas com pessoal pagas, na despesa total.

– Da análise do *Ranking* R23 apresentado supra resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2020:

A grande maioria dos municípios deste *ranking*, apresentam descida de peso das despesas com pessoal, apesar de já apresentarem as taxas mais baixas, sendo de relevar a descida de peso dos pagamentos a pessoal apresentada pelo município de Velas (-16,2pp) ao passar de 35,5% para 19,3% e o aumento de peso das despesas com pessoal no município de Fundão (+7,9pp) ao passar do peso de 16% para 23,8%;

– Apenas dois destes 35 municípios são de grande dimensão. Tratam-se dos municípios de Leira, cujo peso das despesas com pessoal foi de 20,2% (+2,4pp que o apresentado em 2019) e de Cascais com um peso de 21,6%, valor ligeiramente inferior ao apresentado no ano anterior (-1,2pp);

– Desta listagem, sete municípios apresentaram despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da despesa total, sendo que um deles é de média dimensão (Caldas da Rainha).

Nos *Rankings* seguintes R23.A e R23.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

Da observação aos *Rankings* R23.A e R23.M conclui-se, em relação ao ano de 2020:

– O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 27,2% na Região Autónoma dos Açores, índice inferior à média nacional (31,2%), e de 34,3% na Região Autónoma da Madeira, índice ligeiramente superior à média nacional. Todavia, se na R.A.A. o peso das despesas com pessoal variou entre 12,7% e 40,9,6%, na R.A.M. a amplitude de variação foi entre 17,6% e 57,5%.

Apresenta-se, de seguida, o *Ranking* R24 com os 35 municípios com maior volume pago de despesa com pessoal, em 2020.

<sup>31</sup> Em 2019 o peso desta despesa tinha baixado 20,7pp.

## R23 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	V. Franca do Campo	P	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%
2	Ribeira Brava	P	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%
3	São Vicente	P	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%
4	Nordeste	P	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%
5	Ponta do Sol	P	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%
6	Velas	P	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%
7	Caldas da Rainha	M	19,3%	22,9%	23,5%	23,4%	19,6%	21,6%	22,9%	22,2%	23,9%	23,9%	19,4%
8	Leiria	G	22,9%	20,5%	19,9%	21,9%	21,5%	22,7%	21,0%	18,5%	19,4%	17,8%	20,2%
9	Chaves	M	30,8%	29,7%	26,0%	24,6%	17,6%	23,5%	22,1%	27,4%	23,7%	27,3%	20,4%
10	Alvaiázere	P	18,8%	16,3%	15,6%	15,9%	19,9%	14,2%	21,4%	23,7%	18,8%	19,8%	20,7%
11	Bragança	M	20,0%	21,4%	17,3%	18,7%	25,8%	23,4%	21,3%	20,5%	23,2%	22,2%	20,8%
12	Praia da Vitória	P	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%
13	Arcos de Valdevez	M	21,4%	24,1%	21,0%	24,0%	23,5%	22,6%	22,2%	20,4%	20,6%	21,8%	21,3%
14	Aveiro	M	23,7%	27,2%	24,9%	28,5%	26,1%	26,7%	27,7%	13,2%	19,4%	23,6%	21,5%
15	Cascais	G	21,4%	21,5%	20,6%	24,2%	22,7%	21,6%	23,7%	22,4%	22,4%	22,8%	21,6%
16	Murtosa	P	27,1%	20,9%	16,0%	23,8%	25,6%	26,6%	26,4%	22,3%	21,8%	23,9%	21,7%
17	Arouca	M	18,7%	21,9%	15,9%	21,1%	23,4%	19,9%	23,1%	22,0%	21,9%	18,9%	22,0%
18	Sever do Vouga	P	27,2%	25,1%	20,8%	19,9%	27,6%	22,7%	23,7%	26,1%	23,3%	24,1%	22,3%
19	Pombal	M	17,8%	17,4%	16,7%	13,4%	17,1%	19,6%	19,7%	18,2%	23,9%	23,7%	22,6%
20	Sernancelhe	P	20,7%	19,6%	18,9%	21,1%	23,8%	20,8%	27,4%	22,2%	19,6%	21,5%	22,7%
21	Ribeira de Pena	P	29,0%	32,3%	26,4%	24,2%	26,0%	29,7%	22,2%	25,9%	26,4%	28,2%	23,1%
22	Lagoa (Algarve)	M	27,5%	27,0%	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%	18,4%	18,5%	22,2%	22,6%	23,2%
23	Arganil	P	26,7%	27,2%	23,9%	34,0%	30,5%	29,1%	27,9%	25,3%	26,6%	22,2%	23,3%
24	Penamacor	P	22,7%	20,5%	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%	20,3%	18,9%	22,2%	23,0%	23,3%
25	Alcanena	P	33,9%	23,8%	24,2%	25,9%	27,6%	13,6%	26,7%	26,5%	26,0%	21,5%	23,4%
26	Mondim de Basto	P	15,9%	32,3%	28,5%	31,7%	36,6%	30,4%	29,9%	29,3%	32,1%	31,1%	23,5%
27	São Roque do Pico	P	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%	24,8%	22,5%	26,6%	23,8%
28	Fundão	M	21,4%	18,3%	17,1%	8,4%	23,0%	21,7%	21,8%	23,3%	10,4%	16,0%	23,8%
29	Póvoa de Varzim	M	30,1%	30,4%	29,1%	27,2%	30,4%	27,5%	31,1%	26,0%	23,2%	22,9%	24,0%
30	Reguengos de Monsaraz	P	34,7%	31,7%	31,0%	24,6%	33,0%	32,2%	35,3%	29,5%	23,6%	29,4%	24,1%
31	Montalegre	P	25,0%	22,3%	22,4%	21,7%	24,7%	23,9%	27,4%	21,6%	22,5%	22,3%	24,3%
32	Castelo Branco	M	18,7%	17,6%	13,4%	12,4%	20,4%	20,7%	16,8%	18,1%	21,6%	22,8%	24,4%
33	Paredes	M	34,0%	23,4%	24,6%	18,4%	31,5%	29,7%	24,0%	26,4%	16,9%	26,4%	24,5%
34	Seia	M	27,8%	10,2%	22,0%	24,5%	24,2%	25,5%	21,3%	21,8%	8,6%	23,3%	24,6%
35	Ansião	P	23,9%	20,3%	18,9%	16,1%	22,6%	21,4%	20,5%	20,4%	21,2%	22,2%	24,7%

**R23.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores**

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Corvo	P	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%	31,5%	26,4%	34,1%	40,9%
2 Lajes das Flores	P	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%	36,5%	43,2%	38,2%	37,6%
3 Sta Cruz das Flores	P	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%	37,9%	30,2%	36,7%	36,8%	37,3%
4 Lajes do Pico	P	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%	30,5%	30,3%	33,5%	33,7%	36,9%
5 Povoação	P	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%	38,5%	37,5%	33,1%	31,9%	36,6%
6 P. Delgada	M	31,7%	32,3%	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%	37,8%	35,7%	32,5%	33,8%	36,5%
7 Vila do Porto	P	35,7%	35,0%	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%	36,5%	30,1%	35,0%	38,6%	33,9%
8 Calheta (R.A.A.)	P	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%	32,4%	36,8%	34,9%	33,8%
9 Horta	P	31,7%	33,0%	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%	32,6%	25,7%	27,9%	25,0%	30,8%
10 Sta Cruz da Graciosa	P	22,9%	21,6%	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%	32,1%	25,4%	25,1%	28,0%	30,2%
11 A. do Heroísmo	M	20,8%	23,1%	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%	25,9%	25,5%
12 Madalena	P	30,8%	31,7%	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%	29,6%	27,8%	24,1%	27,4%	25,1%
13 Ribeira Grande	M	16,7%	23,2%	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%	23,6%	25,5%	24,1%	24,0%	25,1%
14 Lagoa (R.A.A)	P	22,0%	17,6%	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%	24,4%	24,9%
15 São Roque do Pico	P	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%	24,8%	22,5%	26,6%	23,8%
16 Praia da Vitória	P	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%
17 Velas	P	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%
18 Nordeste	P	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%
19 V. Franca do Campo	P	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%
<b>Total Municípios da R.A.A.</b>		<b>24,3%</b>	<b>25,5%</b>	<b>24,6%</b>	<b>28,3%</b>	<b>30,1%</b>	<b>29,6%</b>	<b>30,7%</b>	<b>28,0%</b>	<b>27,5%</b>	<b>26,8%</b>	<b>27,2%</b>
Total 308 municípios		31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%

**R23.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira**

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Porto Santo	P	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%
2 Funchal	G	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%	31,9%	39,3%	41,4%
3 Machico	P	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%	40,0%	39,9%	34,0%
4 Santa Cruz	M	35,1%	36,5%	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%	36,6%	27,8%	22,5%	30,6%	33,0%
5 Câmara de Lobos	M	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%	26,9%	24,6%	29,1%
6 Porto Moniz	P	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%	28,0%	28,9%
7 Calheta (R.A.M.)	P	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%
8 Santana	P	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%	29,4%	28,2%
9 Ponta do Sol	P	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%
10 São Vicente	P	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%
11 Ribeira Brava	P	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%
<b>Total Municípios da R.A.M.</b>		<b>32,2%</b>	<b>31,9%</b>	<b>32,6%</b>	<b>25,9%</b>	<b>31,4%</b>	<b>34,7%</b>	<b>35,6%</b>	<b>31,6%</b>	<b>28,4%</b>	<b>33,3%</b>	<b>34,3%</b>
Total 308 municípios		31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%

## R24 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Lisboa	G	255 372 940	242 755 702	208 623 845	227 899 869	216 512 163	213 264 687	216 259 993	226 896 376	234 438 031	241 638 759	254 505 227	5,3%
2 Porto	G	61 045 501	58 249 917	50 567 299	56 993 588	56 303 553	58 505 841	61 392 672	65 797 918	70 081 396	74 270 942	74 351 247	0,1%
3 Sintra	G	46 255 384	45 289 295	41 065 997	43 622 288	45 871 474	47 471 815	49 116 802	51 019 357	54 356 338	56 112 571	61 267 335	9,2%
4 Oeiras	G	34 931 602	34 361 676	30 822 274	33 460 085	33 125 802	34 650 282	40 594 366	42 070 685	44 761 954	51 200 384	53 860 598	5,2%
5 Loures	G	40 387 084	38 172 285	34 940 433	38 272 874	38 008 151	38 666 786	38 829 142	40 399 340	43 090 099	45 877 215	48 130 063	4,9%
6 Cascais	G	34 299 528	33 138 642	29 242 029	31 525 130	32 494 974	32 331 722	37 454 229	39 873 923	42 861 624	47 226 775	48 123 104	1,9%
7 V. N. de Gaia	G	32 207 564	33 146 276	29 458 504	33 177 657	34 354 474	35 123 005	36 445 219	37 162 503	39 432 938	42 598 484	43 516 651	2,2%
8 Matosinhos	G	32 660 589	31 147 123	28 300 088	29 748 856	29 702 028	29 687 470	32 198 538	33 062 801	34 786 331	37 072 473	39 138 611	5,6%
9 Seixal	G	35 467 413	35 604 507	30 395 964	32 664 712	32 811 186	32 827 140	32 434 828	32 949 520	34 302 344	36 956 426	37 680 425	2,0%
10 Almada	G	28 984 188	27 958 489	25 021 957	27 639 772	28 169 770	29 833 061	30 940 505	32 737 589	34 966 928	37 247 545	36 812 479	-1,2%
11 Loulé	M	29 960 895	28 902 427	25 552 196	25 897 673	25 771 146	26 027 320	25 645 104	26 921 799	29 588 821	33 243 755	34 854 495	4,8%
12 Funchal	G	31 005 139	29 822 565	28 947 972	31 180 527	30 407 728	29 270 676	29 731 966	30 089 561	31 452 315	32 994 046	34 045 107	3,2%
13 Braga	G	27 095 643	26 211 997	23 648 923	25 186 802	24 503 120	23 723 998	24 790 603	26 417 583	26 838 599	30 358 796	31 406 523	3,5%
14 Amadora	G	28 825 565	28 008 606	24 805 860	26 947 613	26 644 145	27 249 877	28 824 511	29 193 524	30 556 862	31 214 076	31 158 540	-0,2%
15 Setúbal	G	26 688 588	26 114 814	22 919 094	25 073 071	24 222 936	25 121 947	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	30 769 105	-2,7%
16 Coimbra	G	30 092 982	28 282 050	25 108 042	26 615 284	26 111 049	25 737 994	25 627 032	26 002 074	26 693 601	29 646 014	29 792 883	0,5%
17 V. N. de Famalicão	G	19 512 800	18 733 411	16 265 023	17 509 951	18 039 739	19 977 548	23 531 355	25 015 405	26 679 809	28 700 019	29 467 833	2,7%
18 V. F. de Xira	G	18 257 801	17 072 464	14 831 475	16 279 784	16 306 625	16 264 790	16 581 776	17 291 550	18 142 200	19 904 311	27 835 847	39,8%
19 Guimarães	G	24 485 256	25 014 198	22 696 154	23 474 583	23 350 740	22 895 238	23 459 014	24 458 769	25 911 428	27 693 753	27 319 096	-1,4%
20 Odivelas	G	23 113 696	22 760 094	21 147 636	22 652 739	22 733 104	23 642 979	22 385 431	22 791 023	23 403 270	25 417 455	26 999 615	6,2%
21 Gondomar	G	24 758 445	25 183 764	24 254 927	23 769 940	22 214 723	22 666 666	22 333 468	22 456 628	23 032 253	24 385 055	25 795 800	5,8%
22 Albufeira	M	23 375 044	22 749 447	19 779 010	20 860 863	20 124 778	19 859 464	19 736 348	20 108 530	20 666 959	21 986 364	22 836 368	3,9%
23 Viana do Castelo	M	16 173 109	16 883 363	14 845 260	16 016 733	15 793 297	15 869 957	16 394 959	16 671 499	18 004 563	19 262 964	22 406 566	16,3%
24 Sesimbra	M	18 766 838	17 683 894	15 760 272	19 042 086	17 414 285	16 724 431	17 064 715	17 502 446	18 219 032	20 357 724	20 834 568	2,3%
25 Maia	G	19 295 370	19 373 082	17 575 332	19 098 164	18 567 367	18 535 977	18 868 519	18 653 167	19 154 529	20 183 049	19 980 562	-1,0%
26 Palmela	M	19 562 922	18 281 770	16 347 521	18 416 307	17 606 604	17 265 660	17 479 719	17 809 101	18 052 075	19 274 880	19 901 401	3,3%
27 Évora	M	20 419 703	19 050 623	16 879 562	18 020 985	18 166 398	17 711 101	17 744 882	17 657 553	18 651 929	19 257 127	18 750 967	-2,6%
28 Portimão	M	15 713 844	15 780 331	13 152 074	14 489 922	14 009 673	14 627 444	15 171 035	14 865 777	15 448 302	16 463 160	18 204 633	10,6%
29 Torres Vedras	M	12 927 808	12 162 032	10 972 536	11 654 721	11 593 071	12 403 919	11 528 331	12 058 516	13 303 265	14 732 319	18 016 812	22,3%
30 Vila do Conde	M	17 451 301	17 529 929	15 700 288	18 028 995	15 614 976	15 283 219	15 866 761	16 461 712	17 234 013	18 365 831	17 827 135	-2,9%
31 Mafra	M	14 454 464	14 463 606	13 552 392	14 364 693	13 929 910	14 055 555	14 484 161	14 995 105	16 034 337	17 712 956	17 748 969	0,2%
32 Valongo	M	14 630 711	13 636 025	11 341 563	11 755 228	11 335 793	11 348 062	11 070 383	11 260 670	12 149 525	12 468 359	17 532 477	40,6%
33 Barreiro	M	16 505 508	15 549 317	13 800 040	16 705 341	14 642 960	14 239 909	14 706 546	15 086 458	16 078 092	17 023 919	17 203 599	1,1%
34 Faro	M	16 287 926	14 912 816	12 704 079	13 445 188	13 714 459	13 264 135	12 998 185	13 881 411	14 733 509	15 772 779	17 093 783	8,4%
35 Barcelos	G	13 671 900	13 335 500	11 878 919	13 524 811	14 458 009	13 691 542	12 856 604	12 944 584	15 107 301	16 710 778	16 733 381	0,1%

Da observação do *Ranking* R24 releva-se, com referência ao ano económico de 2020:

- Seis municípios deste *ranking* apresentaram descida de despesa com pessoal e todos os restantes apresentaram aumento das mesmas, sendo que catorze deles aumentaram acima da média nacional a qual se fixou em 3,8 %. Deste grupo de municípios releva-se o facto de alguns deles terem apresentado aumento de despesa de pessoal acima dos 10%: Valongo (+40,6%, +5,1 milhões de euros; V. F. de Xira (+39,8%, +7,9 milhões de euros); Torres Vedras (+22,3%, +3,3 milhões de euros); Viana do Castelo (+16,3%, +3,1 milhões de euros) e Portimão (+10,6%, +1,7 milhões de euros);
- O valor da despesa com pessoal, no município de Lisboa (241,6 milhões de euros) correspondeu a 9,3% das despesas pagas a pessoal pela totalidade dos municípios portugueses, sendo que o número de trabalhadores do Município de Lisboa corresponde a 4,9% do total dos trabalhadores dos 308 municípios.

Relativamente ao *Ranking* R25, que apresenta os 35 municípios com menor volume pago de despesa com pessoal, verifica-se:

São todos municípios de pequena dimensão, tendo dezasseis deles apresentado descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal verificado nos restantes municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos acima dos 10%, dos municípios de Belmonte (+30,6%), Santa Cruz das Flores (+22%), Fornos de Algodres (+19,3%) e São Roque do Pico (+11,1%).

Os *Rankings* R26 e R27 permitem constatar que, em 2020, o valor anual médio de encargos com pessoal por trabalhador, variou entre 13.363 euros e 26.910 euros, aproximadamente.

## R25 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Corvo	P	628 278	581 778	522 768	511 744	493 276	481 035	488 269	557 521	616 925	661 899	637 956	-3,6%
2 Sta. Cruz das Flores	P	1 056 277	1 135 170	1 000 115	1 100 754	1 010 373	968 094	948 177	946 665	945 102	976 421	1 191 040	22,0%
3 Sta. Cruz Graciosa	P	1 317 601	1 179 384	1 075 305	1 155 502	1 160 977	1 116 069	1 112 886	1 221 339	1 282 279	1 382 038	1 307 783	-5,4%
4 São Roque do Pico	P	1 025 053	1 039 671	938 406	1 094 686	1 156 062	1 040 696	1 075 474	1 091 061	1 143 022	1 201 839	1 335 165	11,1%
5 Nordeste	P	1 818 260	1 673 403	1 515 060	1 540 762	1 505 856	1 391 709	1 351 345	1 314 054	1 322 762	1 366 905	1 356 837	-0,7%
6 São Vicente	P	1 483 839	1 404 194	1 184 472	1 297 266	1 287 078	1 279 222	1 318 610	1 375 003	1 379 757	1 370 812	1 375 678	0,4%
7 Lajes das Flores	P	1 030 038	1 085 234	1 034 086	1 033 572	1 102 795	1 113 489	963 737	1 172 106	1 347 920	1 396 886	1 394 277	-0,2%
8 Manteigas	P	1 477 923	1 410 486	1 217 600	1 433 558	1 300 145	1 304 790	1 281 624	1 315 339	1 300 769	1 391 478	1 408 237	1,2%
9 Ponta do Sol	P	1 736 952	1 623 824	1 414 507	1 577 338	1 524 456	1 504 900	1 527 316	1 521 841	1 466 142	1 468 458	1 484 006	1,1%
10 Castanheira de Pera	P	1 529 680	1 638 218	1 336 878	1 428 271	1 371 009	1 316 919	1 270 719	1 311 628	1 429 496	1 540 954	1 524 818	-1,0%
11 Alvaiázere	P	1 785 425	1 627 854	1 508 164	1 608 990	1 541 059	1 458 588	1 536 753	1 541 552	1 566 424	1 607 333	1 609 157	0,1%
12 Porto Moniz	P	1 196 202	1 200 440	1 066 589	1 164 688	1 255 543	1 215 396	1 244 649	1 288 104	1 346 255	1 654 494	1 630 103	-1,5%
13 Penedono	P	1 529 711	1 522 888	1 424 391	1 677 001	1 669 857	1 455 933	1 311 846	1 414 479	1 585 207	1 671 602	1 672 382	0,0%
14 Santana	P	1 826 319	1 607 598	1 320 598	1 468 916	1 431 385	1 559 163	1 675 202	1 678 335	1 793 319	1 818 144	1 820 464	0,1%
15 Murtosa	P	1 997 283	1 777 789	1 529 814	1 649 845	1 734 600	1 750 778	1 690 455	1 662 502	1 720 034	1 842 134	1 826 583	-0,8%
16 Velas	P	1 798 025	1 661 166	1 373 489	1 541 250	1 581 875	1 596 176	1 523 132	1 526 073	1 548 813	1 802 696	1 840 997	2,1%
17 Calheta (R.A.A.)	P	1 854 045	1 741 342	1 575 204	1 730 067	1 693 438	1 651 451	1 627 711	1 643 334	1 766 251	1 871 335	1 866 553	-0,3%
18 Arronches	P	1 890 857	1 704 073	1 557 864	1 763 010	1 790 710	1 766 276	1 847 754	1 943 534	1 903 891	1 968 415	1 905 542	-3,2%
19 Barrancos	P	2 169 383	2 076 578	1 840 869	1 924 514	1 827 295	1 846 856	1 821 807	1 816 892	1 882 266	2 028 331	2 012 566	-0,8%
20 Ribeira Brava	P	1 910 347	1 675 162	1 473 241	1 473 691	1 591 994	1 698 809	1 591 347	1 772 915	1 906 308	2 101 168	2 030 691	-3,4%
21 Penamacor	P	2 236 940	2 091 247	1 844 804	2 038 044	2 041 741	1 894 715	1 861 223	1 846 285	1 781 543	2 014 405	2 045 288	1,5%
22 Marvão	P	2 091 489	1 905 403	1 630 015	1 757 230	1 736 929	1 639 610	1 669 393	1 761 085	1 832 525	1 985 692	2 093 289	5,4%
23 Sernancelhe	P	1 781 049	1 760 530	1 507 066	1 647 531	1 727 674	1 820 626	1 938 512	1 971 418	1 964 319	2 043 168	2 095 811	2,6%
24 Madalena	P	1 972 388	1 895 914	1 775 166	2 140 102	2 267 300	2 189 809	2 146 826	2 048 111	2 127 078	2 167 645	2 130 088	-1,7%
25 Lajes do Pico	P	1 781 572	1 462 193	1 296 556	1 697 714	1 729 303	1 638 591	1 617 461	1 632 927	1 814 799	2 123 784	2 142 652	0,9%
26 Fronteira	P	1 781 764	1 684 564	1 512 868	1 617 032	1 654 836	1 689 243	1 676 895	1 791 555	1 913 625	2 115 389	2 143 147	1,3%
27 Aguiar da Beira	P	1 978 975	1 865 634	1 658 053	1 804 810	1 975 710	1 933 848	1 951 242	1 934 929	1 918 004	2 105 534	2 167 643	2,9%
28 Penela	P	2 017 550	2 036 481	1 908 785	1 941 754	1 921 622	1 937 005	1 955 444	1 975 411	2 098 780	2 284 762	2 187 163	-4,3%
29 Fornos de Algodres	P	2 131 489	1 720 458	1 567 948	1 717 392	1 730 587	1 774 666	1 708 656	1 714 753	1 821 326	1 838 070	2 192 550	19,3%
30 Tabuaço	P	3 207 802	2 671 543	2 411 517	2 189 013	2 143 317	1 977 994	1 970 395	2 004 870	2 075 760	2 065 176	2 265 852	9,7%
31 Pedrógão Grande	P	1 991 745	1 818 738	1 521 923	1 575 605	1 433 592	1 442 871	1 423 638	1 456 267	1 587 433	2 230 680	2 271 404	1,8%
32 Sever do Vouga	P	2 266 571	2 092 536	1 849 810	1 958 639	2 018 710	1 959 340	2 050 650	2 051 790	2 092 839	2 303 265	2 273 329	-1,3%
33 Belmonte	P	1 233 241	1 188 363	972 664	1 029 865	1 148 520	1 123 877	1 126 518	1 133 504	1 426 191	1 740 501	2 278 594	30,9%
34 Vila do Porto	P	1 889 190	1 771 464	1 616 642	1 767 309	1 782 401	1 870 830	1 778 776	1 883 691	2 156 736	2 330 886	2 318 927	-0,5%
35 Penalva do Castelo	P	2 099 582	2 150 013	1 842 673	2 071 947	2 250 644	1 920 559	1 874 529	1 859 838	2 032 466	2 351 813	2 340 901	-0,5%

R26 – Municípios com maior volume de despesa paga por trabalhador em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			N.º trab. 2020
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	V. Franca do Campo	P	22 305	23 057	18 822	22 437	25 346	24 542	25 204	28 058	25 602	26 876	26 910	101
2	Lisboa	G	25 581	24 957	22 556	25 193	28 973	28 796	28 919	29 387	29 578	31 513	26 602	9 567
3	Esposende	M	26 697	25 190	23 373	26 080	27 130	26 815	27 652	28 186	25 368	27 992	26 084	213
4	Valpaços	P	17 769	21 679	19 731	20 970	23 024	23 361	23 629	23 991	23 843	26 109	25 782	224
5	São Roque do Pico	P	18 305	19 253	17 378	22 341	23 121	20 814	21 948	22 730	23 813	25 571	25 676	52
6	Santo Tirso	M	15 371	15 991	14 621	21 838	21 751	22 061	21 734	23 748	23 532	26 414	25 565	414
7	Moimenta da Beira	P	19 133	20 030	17 873	21 048	22 738	22 059	20 280	21 415	21 951	22 628	25 447	127
8	Murtosa	P	21 948	21 164	19 365	21 427	23 441	23 983	23 809	25 189	24 928	27 090	25 022	73
9	Santana	P	18 448	19 605	16 304	18 594	17 246	17 324	20 183	20 221	21 870	23 612	24 938	73
10	S. João da Pesqueira	P	20 282	22 595	21 441	24 240	25 608	23 564	33 900	32 333	31 400	24 236	24 686	134
11	Tabuaço	P	18 869	17 576	22 538	21 673	21 871	20 392	20 741	20 884	21 623	21 970	24 629	92
12	Povoação	P	20 454	21 865	23 411	25 047	28 098	20 847	23 655	25 107	25 882	22 921	24 527	100
13	Sta Cruz da Graciosa	P	19 666	18 720	17 344	18 637	20 368	19 580	20 234	19 083	20 036	20 627	24 218	54
14	Seixal	G	20 937	20 628	18 399	20 505	21 155	21 484	20 953	21 382	21 835	23 390	24 201	1 557
15	Sernancelhe	P	17 292	18 532	19 077	21 967	20 089	21 674	23 078	23 469	21 826	22 957	23 548	89
16	Marinha Grande	M	20 396	19 385	17 340	18 441	20 089	20 830	20 739	21 524	19 539	22 105	23 540	266
17	Murça	P	16 776	16 396	15 441	18 118	19 672	19 391	18 131	19 598	20 800	23 426	23 460	109
18	Praia da Vitória	P	19 658	19 089	17 443	19 856	20 306	20 255	19 872	21 536	21 886	23 314	23 419	158
19	Castanheira de Pera	P	18 430	20 737	16 923	18 549	18 781	18 813	18 966	19 873	20 717	22 014	23 103	66
20	Porto Santo	P	20 423	19 339	16 888	14 895	17 690	18 068	20 343	20 860	20 955	21 922	23 101	103
21	Manteigas	P	21 734	21 700	17 149	21 082	20 315	20 711	20 671	21 215	20 980	22 443	23 086	61
22	Póvoa de Lanhoso	M	20 523	20 204	18 705	22 635	22 190	22 828	23 716	23 106	22 915	24 230	23 068	234
23	Coimbra	G	20 697	20 144	18 864	20 600	21 006	20 908	21 040	21 296	20 534	22 682	23 060	1 292
24	Vila do Porto	P	20 991	20 130	18 371	20 792	22 562	21 021	20 446	21 903	21 785	24 030	22 960	101
25	São Vicente	P	20 899	20 351	17 419	18 801	20 430	19 988	20 930	22 541	22 619	22 847	22 928	60
26	Fundão	M	21 293	18 417	17 790	21 255	20 822	21 355	20 168	21 238	19 197	21 801	22 888	311
27	Porto	G	22 402	22 131	19 676	22 680	21 697	20 902	21 265	21 977	22 512	24 359	22 835	3 256
28	Machico	P	19 520	20 887	17 448	20 669	20 864	20 526	20 147	21 135	22 075	21 705	22 800	186
29	Castelo de Paiva	P	18 236	19 713	17 599	19 704	20 820	20 355	20 297	21 599	19 512	22 544	22 764	155
30	Ansião	P	18 815	19 159	18 267	20 202	21 771	21 535	20 391	21 107	22 134	21 716	22 513	115
31	Crato	P	18 938	18 950	17 269	19 980	21 522	21 384	20 443	18 864	18 630	21 426	22 463	115
32	Santa Cruz	M	17 511	17 441	17 266	17 915	19 161	19 343	19 417	19 976	21 128	23 169	22 443	348
33	Grândola	P	20 970	19 416	17 050	19 938	20 802	21 026	20 400	21 043	20 378	21 374	22 428	471
34	Madalena	P	21 675	19 546	18 301	20 578	22 449	21 898	21 685	20 899	22 872	23 561	22 422	95
35	Setúbal	G	18 808	18 365	16 766	18 683	19 301	19 844	20 122	20 399	20 983	22 967	22 296	1 380

## R27 – Municípios com menor volume de despesa paga por trabalhador em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			N.º trab.
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2020
1	Marvão	P	18 509	18 499	15 981	17 750	19 299	17 822	17 950	17 611	17 288	18 911	15 279	137
2	Mesão Frio	P	20 399	16 673	15 894	17 259	19 416	19 979	19 806	19 534	16 173	18 219	15 992	172
3	Vidigueira	P	14 876	14 039	14 223	15 804	16 287	15 901	15 708	16 741	17 412	17 494	17 289	218
4	Nazaré	P	16 817	21 547	18 005	19 276	29 314	30 326	19 874	14 176	18 201	20 488	17 337	239
5	Penacova	P	16 998	15 322	15 169	18 866	20 743	18 745	17 493	19 051	15 027	19 179	16 406	250
6	Castro Verde	P	17 931	17 219	16 234	18 665	18 487	18 465	18 604	17 861	18 504	20 359	16 757	263
7	Tábua	P	18 627	18 948	17 775	19 631	20 693	18 584	19 299	19 489	17 334	19 681	16 285	265
8	Arruda dos Vinhos	P	16 058	16 160	15 274	17 750	18 079	17 550	17 623	16 424	17 381	17 917	17 155	266
9	Oliveira do Hospital	P	15 178	15 091	15 562	17 024	18 373	17 247	16 878	17 296	16 435	18 566	16 342	271
10	Montemor-o-Velho	M	17 522	19 262	17 257	20 463	19 921	20 195	21 226	20 459	20 082	21 643	16 964	294
11	Peso da Régua	P	14 596	14 436	13 749	15 770	15 679	16 890	16 173	16 900	17 026	18 437	17 188	311
12	Cinfães	P	13 804	12 926	12 537	15 659	15 205	15 346	15 771	16 402	16 778	16 923	14 963	317
13	A. do Heroísmo	M	19 332	19 362	17 811	19 281	20 492	20 622	20 430	20 212	21 126	22 982	17 260	351
14	Baião	P	15 760	15 424	14 316	16 789	16 414	16 618	16 301	16 471	16 125	18 030	17 059	353
15	Seia	M	19 810	24 264	19 091	22 217	23 902	22 463	20 688	20 304	17 780	20 643	15 748	391
16	Azambuja	M	18 600	17 725	16 177	18 288	17 925	18 159	18 645	17 464	18 364	18 948	16 397	407
17	Ílhavo	M	17 141	16 419	21 157	20 205	19 799	19 471	22 857	19 449	19 611	19 132	13 363	501
18	Abrantes	M	19 727	18 685	17 246	19 900	19 612	20 085	20 961	21 416	20 211	21 199	16 640	511
19	Castelo Branco	M	14 685	14 344	13 557	17 109	18 453	17 776	18 005	17 738	18 633	18 833	15 993	537
20	Lourinhã	M	16 241	16 602	14 573	15 922	17 145	15 167	15 335	15 854	15 461	16 613	16 046	551
21	Ponte de Lima	M	13 917	13 733	12 989	14 310	15 098	15 096	14 870	15 177	14 822	16 426	16 466	555
22	Paços de Ferreira	M	15 779	16 838	16 577	19 006	18 542	20 600	19 677	18 532	18 814	18 881	15 780	563
23	Peniche	M	15 705	15 803	14 992	16 693	15 794	16 610	16 508	16 497	17 242	17 690	14 200	565
24	Torres Novas	M	17 249	16 904	14 793	17 790	16 556	16 340	16 427	17 888	16 964	17 978	17 103	574
25	Marco de Canaveses	M	17 276	17 190	15 893	17 566	17 999	17 838	18 630	18 861	19 655	20 492	13 785	590
26	Lousada	M	14 195	14 258	13 649	15 313	15 817	15 343	15 683	15 633	15 401	16 327	16 750	666
27	Amarante	M	14 842	14 669	14 159	17 333	17 269	17 025	15 913	17 521	16 544	18 038	14 653	757
28	Felgueiras	M	15 449	15 654	14 279	15 309	15 594	15 636	15 765	16 149	16 437	17 708	16 933	768
29	Oliveira de Azeméis	M	18 879	18 316	16 741	18 302	20 032	13 998	16 173	16 850	17 436	17 849	17 084	780
30	Aveiro	M	21 695	21 053	18 596	20 877	21 099	20 443	22 948	21 968	22 910	24 653	16 558	896
31	Montijo	M	16 661	15 849	15 402	16 178	16 260	15 371	15 784	16 253	16 620	17 209	16 324	965
32	Torres Vedras	M	17 758	16 683	15 765	18 069	18 143	19 783	18 357	19 050	18 843	20 605	17 143	1 051
33	Vila do Conde	M	12 994	13 891	12 827	16 390	14 829	14 405	14 282	14 911	14 655	15 929	15 624	1 141
34	Gondomar	G	13 354	13 837	13 836	15 208	14 406	14 465	14 959	14 961	15 711	16 555	15 953	1 617
35	Sintra	G	16 543	16 409	15 620	17 007	16 243	16 581	17 066	16 646	17 568	17 904	17 244	3 553

### 2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Em relação à despesa paga com aquisição de bens e serviços correntes entende-se referir, para o ano de 2020:

– Pela observação dos quadros apresentados na secção 2.3.3 deste capítulo constatou-se que a despesa com aquisição de bens e serviços correntes em 2020, baixou 1,8%, invertendo a tendência de crescimento apresentada no quadriénio 2015-2019, em que se verificaram os aumentos sucessivos de 3,9%, 2%, 2,3% e 5,2%, considerando a despesa assumida e não a despesa paga;

– Mais se verificou que o peso dos encargos assumidos em aquisição de bens e serviços correntes, no total da despesa assumida, foi de 26,4%, sendo que, em relação ao total da despesa corrente esse valor foi de 40,3%;

– O peso da despesa paga com aquisição de bens e serviços, no total da despesa autárquica, foi de 25,1%, ao apresentar o valor total de 2.201,1 milhões de euros. Em 2020, a descida do valor dos pagamentos de bens e serviços foi de 6% (-139,9 milhões de euros) e traduziu uma desaceleração dos pagamentos em relação aos quatro anos precedentes. Anota-se ainda que, o montante pago correspondeu a 79,9% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental ficando por pagar, na totalidade dos municípios, 554,7 milhões de euros de compromissos assumidos no ano económico em apreço (ver Quadros 2.32 e 2.33). Todavia considerando a nova informação obtida pelo SNC-AP, constata-se que o volume de obrigações geradas em aquisições de bens e serviços se cifrou em 2.294,8 milhões de euros, pelo que a dívida comercial resultante do volume de pagamentos efetuados será de apenas 93,7 milhões de euros;

– Em 2020, 245 municípios apresentaram diminuição de encargos pagos com aquisição de bens e serviços correntes.

Apresentam-se de seguida os *Rankings* R28 e R29 dos 35 municípios com, respetivamente, maior e menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, em 2020.

De notar que:

– O volume da despesa paga pelo município de Lisboa na aquisição de bens e serviços correntes representou 6,2% do total dos

encargos pagos pela totalidade do setor autárquico municipal<sup>32</sup> nesta rubrica orçamental. Comparando o valor dos encargos pagos pelo segundo município desta listagem – Cascais – verifica-se que o mesmo apresentou uma despesa cujo valor foi 61,7% do valor pago por Lisboa;

– Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se doze municípios com crescimento desta despesa, sendo que cinco deles apresentaram um crescimento igual ou superior a 10%, destacando-se: Cascais (+23,2%, +15,8 milhões de euros); Sintra (+16,5%, +7,1 milhões de euros); Oeiras (+13,6%, +5,6 milhões de euros); Loures (+10,5%, +3,3 milhões de euros) e Odivelas (+9,9%, +2,1 milhões de euros);

– Nesta listagem dos municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços, encontram-se 23 grandes municípios faltando apenas o município de Barcelos;

– Com decréscimo desta despesa superior a 10% anotam-se os seguintes municípios deste *ranking*: Guarda com -2,9 milhões de euros (-16,5%); Maia com -2,2 milhões de euros (-12,9%); Mafra com -3,1 milhões de euros (-12,1%); Leiria com -2,4 milhões de euros (-11,2%); Braga com -2,7 milhões de euros (-11,0%) e Guimarães com -2,2 milhões de euros (-10,4%). Pelo valor em causa, destaca-se, ainda, o decréscimo apresentado pelo município do Porto (-9,8%, -4,6 milhões de euros).

No *Ranking* R29 são ordenados por ordem crescente de valor relativo ao ano de 2020, os municípios com menor volume de encargos pagos em aquisição de bens e serviços correntes.

<sup>32</sup> De referir que Lisboa representa 4,9% da população de Portugal.

## R28 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2020\*

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Lisboa	G	120 990 740	108 197 506	94 850 551	97 684 851	132 540 525	125 467 340	130 998 622	129 778 149	131 447 599	134 386 103	136 423 141	1,5%
2 Cascais	G	47 603 601	52 023 664	52 278 428	50 071 593	63 928 827	75 430 371	76 611 800	64 685 244	56 524 301	68 286 568	84 161 955	23,2%
3 Sintra	G	18 282 617	23 271 604	38 834 864	27 291 651	33 719 888	37 490 917	41 914 090	38 273 426	39 250 438	42 848 697	49 930 814	16,5%
4 Oeiras	G	35 011 670	36 038 385	37 087 552	32 476 257	29 998 859	33 128 240	31 122 444	32 249 445	35 281 997	41 533 120	47 178 346	13,6%
5 Porto	G	40 297 529	44 996 314	44 892 315	47 549 064	46 679 683	49 670 454	50 164 905	54 240 232	43 530 913	46 953 096	42 363 474	-9,8%
6 Loulé	M	27 913 191	21 933 759	32 327 744	36 293 632	26 582 007	31 052 854	33 174 258	37 045 849	37 221 939	39 007 264	38 073 838	-2,4%
7 V. Nova de Gaia	G	26 240 544	28 186 002	25 608 770	27 782 026	33 891 438	35 872 846	38 029 361	37 500 543	31 611 756	33 370 993	34 732 525	4,1%
8 Loures	G	30 597 332	29 603 917	32 994 814	32 691 192	32 103 516	33 562 202	34 416 002	29 341 134	29 042 859	31 145 579	34 412 469	10,5%
9 Albufeira	M	20 210 023	21 775 547	29 110 963	41 937 555	28 316 961	23 415 487	24 769 315	27 861 783	29 338 224	32 945 464	31 481 145	-4,4%
10 Seixal	G	10 063 915	6 657 430	12 036 674	26 648 239	33 322 494	18 387 545	24 301 658	26 479 702	29 774 503	30 198 992	29 769 667	-1,4%
11 Matosinhos	G	23 786 484	30 254 772	30 875 162	27 992 347	25 465 525	27 704 793	28 549 885	27 423 759	28 715 647	29 101 084	28 453 366	-2,2%
12 V. N. de Famalicão	G	20 297 187	21 984 047	22 185 448	20 993 386	23 005 147	23 304 862	26 253 061	26 723 840	27 075 613	29 733 405	27 845 067	-6,4%
13 Setúbal	G	11 298 441	12 191 058	14 978 880	13 268 149	21 944 676	24 772 094	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 690 661	24 803 304	0,5%
14 Coimbra	G	22 405 578	22 283 886	22 119 771	20 560 384	19 851 752	18 177 734	20 934 065	21 581 668	23 068 160	26 012 133	24 145 420	-7,2%
15 Odivelas	G	15 767 234	14 254 621	17 617 944	15 234 031	23 897 826	23 184 552	23 296 749	23 945 241	22 615 110	21 781 184	23 934 790	9,9%
16 Gondomar	G	17 637 077	17 554 458	17 887 358	19 332 549	19 795 448	21 722 937	22 679 518	22 872 621	21 831 473	23 588 596	22 905 699	-2,9%
17 Mafra	M	17 507 224	17 736 072	18 157 741	15 168 603	21 843 672	19 750 656	21 143 967	22 812 192	24 219 571	25 776 184	22 663 710	-12,1%
18 Braga	G	12 145 318	14 186 682	15 207 769	16 679 315	17 076 189	18 815 809	18 693 350	20 569 398	20 705 012	24 874 924	22 147 593	-11,0%
19 Almada	G	20 105 041	19 917 357	20 358 587	21 060 963	21 682 918	22 916 313	26 367 032	26 083 169	23 356 950	22 682 767	22 077 414	-2,7%
20 V. F. de Xira	G	16 697 205	16 263 744	18 659 481	18 125 536	18 433 820	19 413 671	16 848 492	17 086 650	17 610 111	19 507 156	20 914 977	7,2%
21 Amadora	G	27 184 293	31 678 763	29 094 175	31 166 574	27 494 953	22 845 748	19 810 292	20 227 008	19 901 237	19 246 275	20 795 462	8,0%
22 Lagos	M	10 242 589	12 603 542	15 104 217	20 775 564	17 811 452	20 182 394	17 349 742	18 628 018	19 142 585	20 420 495	20 632 418	1,0%
23 Funchal	G	15 946 793	15 528 317	12 335 191	38 970 292	23 147 048	21 991 455	23 145 568	20 080 258	24 580 423	21 915 790	19 872 472	-9,3%
24 Guimarães	G	16 523 405	18 818 200	17 065 630	16 804 865	18 508 094	18 501 631	20 596 830	21 011 886	20 012 497	21 576 574	19 339 947	-10,4%
25 Leiria	G	13 803 438	16 675 843	17 294 244	16 204 834	14 605 739	15 120 854	16 690 174	18 434 759	19 272 544	21 256 841	18 875 853	-11,2%
26 Sta. M.ª da Feira	G	13 072 221	16 359 547	18 264 616	24 286 084	17 205 445	16 528 195	15 855 837	17 114 363	18 588 837	19 350 004	17 448 084	-9,8%
27 Viseu	M	10 865 543	10 397 048	11 313 516	11 632 428	12 381 933	13 528 481	15 201 798	15 911 968	21 220 843	18 570 595	16 844 858	-9,3%
28 Portimão	M	13 177 460	10 644 279	8 120 870	6 718 117	6 451 206	13 157 355	23 565 553	22 378 800	13 555 776	16 616 145	16 351 553	-1,6%
29 Póvoa de Varzim	M	14 506 985	14 608 200	13 715 684	14 232 774	13 382 694	13 934 155	14 004 059	14 775 842	15 579 582	18 409 436	16 020 158	-13,0%
30 Lagoa (Algarve)	M	9 974 873	12 526 170	15 171 466	15 915 859	12 066 053	12 752 200	15 322 233	15 333 846	16 259 667	16 634 752	16 009 426	-3,8%
31 Vila do Conde	M	14 273 795	14 974 158	13 372 362	26 220 925	12 066 647	12 762 871	14 031 131	14 910 649	14 396 688	15 976 583	15 775 289	-1,3%
32 Aveiro	M	5 859 392	6 851 934	5 264 693	6 190 304	7 316 424	11 810 527	12 721 233	15 633 699	14 599 523	14 713 726	15 454 892	5,0%
33 Torres Vedras	M	6 861 888	8 809 021	11 901 529	10 577 804	12 188 167	11 528 105	12 343 287	14 067 531	15 643 515	15 730 801	14 877 034	-5,4%
34 Maia	G	14 359 108	15 382 071	15 832 493	13 942 798	15 434 196	16 281 316	16 280 697	15 896 612	15 571 594	16 794 143	14 629 525	-12,9%
35 Guarda	M	6 106 681	6 703 193	6 254 912	8 776 023	7 958 066	10 727 502	9 834 532	9 992 150	15 281 064	17 457 670	14 580 761	-16,5%

\* Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R29 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Corvo	P	275 261	239 746	242 804	278 128	325 368	388 486	451 924	511 908	567 208	457 422	465 059	1,7%
2	Barrancos	P	728 082	753 270	537 134	505 511	451 194	449 943	578 906	581 120	623 852	655 751	557 554	-15,0%
3	Sta. Cruz das Flores	P	525 088	530 201	496 161	470 918	522 448	547 553	606 552	614 590	649 417	561 629	581 752	3,6%
4	Calheta (R.A.A.)	P	853 941	712 236	656 268	634 383	599 494	625 798	669 305	831 882	951 769	1 120 690	946 129	-15,6%
5	Porto Santo	P	540 458	727 898	1 391 835	2 705 130	893 387	2 016 373	1 079 431	1 118 585	1 821 199	1 906 692	955 515	-49,9%
6	Lajes das Flores	P	874 308	811 907	733 772	644 449	444 311	822 068	834 041	1 038 465	882 366	860 107	1 012 488	17,7%
7	Povoação	P	525 715	616 184	353 776	477 923	480 870	624 992	825 080	950 961	968 260	1 163 659	1 014 066	-12,9%
8	Castanheira de Pera	P	867 675	1 249 392	2 164 092	962 863	960 947	1 046 143	1 111 358	1 176 238	1 428 318	1 619 760	1 051 128	-35,1%
9	Sta. Cruz da Graciosa	P	875 880	734 793	794 116	780 720	792 822	915 409	926 504	1 046 109	1 054 917	1 106 435	1 069 371	-3,3%
10	Alvito	P	915 949	1 045 089	915 071	927 913	940 173	1 009 458	1 059 084	1 172 159	1 326 427	1 170 873	1 093 985	-6,6%
11	Arronches	P	1 034 398	1 051 582	1 364 026	1 326 726	1 318 382	1 252 763	1 228 673	1 339 673	1 253 676	1 380 619	1 224 590	-11,3%
12	Mesão Frio	P	1 669 923	911 191	1 207 928	1 118 367	992 941	1 189 389	1 071 426	876 806	1 259 704	1 070 708	1 229 315	14,8%
13	São Vicente	P	1 562 342	1 340 700	995 414	1 263 329	1 436 052	1 615 658	1 627 414	1 889 434	1 896 214	1 647 383	1 233 555	-25,1%
14	Lajes do Pico	P	1 430 366	894 458	1 001 006	993 826	935 728	1 007 919	964 164	1 044 941	1 134 402	1 385 134	1 240 530	-10,4%
15	Velas	P	913 160	980 417	1 109 106	949 793	1 132 908	1 016 948	1 325 777	1 289 436	1 163 868	1 214 186	1 244 651	2,5%
16	São Roque do Pico	P	693 165	698 807	703 062	593 993	868 723	973 571	944 687	1 086 426	1 140 946	1 280 945	1 261 810	-1,5%
17	Vila Nova de Paiva	P	1 726 537	1 756 642	1 665 874	1 557 406	1 649 389	1 764 968	1 722 443	1 695 304	1 770 095	1 602 999	1 342 229	-16,3%
18	Nordeste	P	750 048	669 506	483 479	927 796	787 777	787 624	889 237	1 007 426	1 069 672	1 206 926	1 373 420	13,8%
19	Monforte	P	1 284 834	1 141 844	1 034 147	1 268 003	1 129 043	1 254 698	1 389 139	1 416 522	1 396 535	1 453 574	1 430 301	-1,6%
20	Vila do Porto	P	1 128 236	962 609	899 599	1 254 441	1 345 621	1 387 321	1 499 932	1 692 964	1 638 626	1 615 457	1 445 500	-10,5%
21	Cuba	P	1 285 433	1 579 880	1 285 823	1 225 373	1 244 312	1 388 803	1 574 361	1 677 635	1 577 195	1 486 417	1 454 894	-2,1%
22	Castelo de Vide	P	1 198 591	1 188 832	1 296 350	1 488 286	1 412 334	1 420 152	1 477 413	1 631 175	1 703 687	1 653 485	1 462 340	-11,6%
23	Pedrógão Grande	P	1 668 133	1 728 569	1 640 563	2 064 276	1 871 427	1 778 850	1 748 866	2 039 004	2 336 137	2 685 868	1 469 232	-45,3%
24	Penedono	P	1 236 901	1 564 500	1 744 742	1 726 878	1 806 278	1 705 646	2 031 629	2 094 922	2 062 287	2 039 589	1 472 847	-27,8%
25	Alvaiázere	P	1 932 994	2 142 988	1 960 730	2 416 498	2 156 844	2 059 390	2 238 004	2 239 909	2 139 090	2 343 229	1 487 236	-36,5%
26	Constância	P	1 404 309	1 463 965	1 560 020	1 614 884	1 650 110	1 625 174	1 871 686	2 003 611	2 023 438	1 903 739	1 533 821	-19,4%
27	Sabrosa	P	1 563 929	2 079 456	1 881 985	2 264 529	2 060 619	2 039 017	2 140 466	2 452 578	2 214 760	2 285 913	1 540 728	-32,6%
28	Murça	P	1 126 498	2 932 216	1 851 824	1 811 353	1 890 080	2 101 126	2 136 598	1 891 231	2 262 186	2 132 144	1 544 443	-27,6%
29	Vila de Rei	P	1 332 967	1 265 635	1 323 043	1 438 492	1 422 568	1 525 316	1 536 048	1 779 872	2 142 751	1 898 284	1 563 898	-17,6%
30	Sousel	P	1 385 115	1 320 316	1 458 919	1 622 932	1 427 622	1 573 880	1 392 222	1 741 281	1 614 213	1 609 632	1 565 037	-2,8%
31	Sardoal	P	1 033 665	1 021 896	1 597 817	1 492 172	1 517 522	1 449 885	1 495 852	1 669 016	1 849 979	1 301 834	1 586 335	21,9%
32	Santana	P	2 102 310	2 081 705	1 116 891	1 555 937	1 559 762	1 140 927	1 202 094	2 129 435	1 641 993	1 707 885	1 612 640	-5,6%
33	Penela	P	1 401 637	1 566 257	2 096 310	2 057 260	1 889 587	1 920 964	2 066 839	1 912 232	2 147 982	2 002 486	1 640 618	-18,1%
34	Porto Moniz	P	994 452	831 728	1 204 543	1 252 241	1 334 882	1 559 536	1 903 735	2 227 374	1 984 787	1 911 518	1 651 276	-13,6%
35	Murtosa	P	1 809 341	1 517 051	1 781 593	1 846 120	1 746 066	1 760 811	1 721 495	1 868 942	1 980 924	1 938 692	1 676 892	-13,5%

- Da observação do *Ranking* R29 anota-se, em relação ao ano económico de 2020:
  - Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, só constam municípios de pequena dimensão;
  - Vinte e oito dos municípios constantes desta listagem apresentaram descida de montante de pagamentos de bens e serviços, sendo que vinte e um deles baixou esta despesa em mais de 10%, chamando-se atenção para os municípios com maior taxa de decréscimo: Porto Santo (-49,9%); Pedrogão Grande (-45,3%); Alvaiázere (-36,5%); Castanheira de Pera (-35,1%); Sabrosa (-32,6%); Penedono (-27,8%); Murça (-27,6%) e São Vicente (-25,1%);
  - Os restantes sete municípios apresentaram acréscimo de despesa, sendo de assinalar que quatro deles apresentaram crescimento igual ou superior a 10%: Sardoal (+21,9%), Lajes das Flores (+17,7%), Mesão Frio (+14,8%), e Nordeste (+13,8%).

### 2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros ou bens de capital)

Na secção 2.3.3 já foram referidas algumas considerações em relação às despesas de investimento. Todavia, como nesta secção se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios pelo volume de despesa paga nesta rubrica orçamental, entendeu-se relevar os seguintes aspetos em relação ao ano de 2020:

- O total de encargos assumidos pelos municípios em investimento foi de 2.720,0 milhões de euros (+314,9 milhões de euros, +13,1% que em 2019) dos quais foram pagos 1.838,5 milhões de euros (+12,1% que em 2019), isto é, 67,6% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 781,5 milhões de euros. Todavia se analisarmos as obrigações geradas no exercício, verifica-se que as mesmas atingiram o valor de 1.917,2 milhões de euros, podendo-se afirmar que foram pagas 95,9% das mesmas, sendo que a dívida constituída nesta rubrica orçamental foi apenas de 78,7 milhões de euros.
- Até 2012 o valor médio dos pagamentos de despesas de capital tinha sido de 57,1%, ficando, então, por pagar quase metade da despesa assumida. A partir de 2013 as autarquias, na sua generalidade, optaram por aumentar o nível de pagamento dos encargos com investimento, melhorando o rácio de pagamentos das despesas de capital, pese embora continue a ser a despesa com menor

índice de pagamento.

Nos *Rankings* R30 e R31 apresentam-se, respetivamente, 35 municípios com maior e menor volume de investimento pago em 2020.

Da observação do *Ranking* R30 é de assinalar, relativamente a 2020:

- Dos 35 municípios apresentados com maior volume de pagamentos de bens de investimento, oito apresentaram descida de valor, sendo de anotar a diminuição destes pagamentos nos municípios de: Lisboa (-24,2 milhões de euros, -14,9%), Albufeira (-4,9 milhões de euros, -26,6%); Seixal (-2,7 milhões de euros, -19,7%) e Viana do Castelo (-2,9 milhões de euros, -16,9%);
- Seis municípios deste *ranking* apresentaram, em 2020, um aumento de volume de investimento superior a 50%, relevando-se os seguintes municípios: Coimbra (+140,3%, +10,9 milhões de euros), Ourém (+135,7%, +7,0 milhões de euros), Chaves (+115,7%, +6,7 milhões de euros), Matosinhos (+61,6%, +11,0 milhões de euros), Aveiro (+55,7%, +5,9 milhões de euros) e Loures (+50,5%, +6,5 milhões de euros);
- Em 2020, 77 dos 308 municípios apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%;
- À semelhança dos *rankings* anteriores, foi Lisboa que liderou a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de despesa de investimento paga, apresentando o montante de 138,7 milhões de euros, o qual traduziu 7,5% do total de despesas de investimento pago pela globalidade dos municípios;
- Em 2020, o segundo município desta listagem continuou a ser o município do Porto, que pagou investimento em formação bruta de capital o valor de 70,4 milhões de euros (+2,9%, +2,0 milhões de euros), ficando Oeiras em terceiro lugar com um aumento do seu investimento pago em 50,4 milhões de euros (+21,6%);
- Neste mesmo ano económico, considerando o universo autárquico municipal, 100 municípios apresentaram descida do montante pago de investimento, com 10 a registarem uma diminuição superior a 50%. Anotam-se os municípios que diminuíram esta despesa em mais de 60%: Porto Santo (-83%); Paços de Ferreira (-65%); Oleiros (-64%); Pampilhosa da Serra (-62%); e Nazaré (-61%).

R30 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Lisboa	G	75 045 680	45 205 673	63 323 184	77 481 885	68 771 114	66 662 626	128 188 429	153 002 296	127 562 316	162 953 571	138 723 330	-14,9%
2	Porto	G	30 269 288	7 093 458	6 383 423	46 653 378	13 132 540	19 122 087	26 267 736	41 936 990	59 603 865	68 415 862	70 423 773	2,9%
3	Oeiras	G	28 090 756	26 138 319	22 722 879	22 187 369	28 186 902	20 737 905	22 915 166	20 572 509	21 760 770	41 401 123	50 356 424	21,6%
4	Cascais	G	30 029 500	21 488 098	17 746 625	11 486 996	13 419 670	14 667 601	15 703 506	28 277 943	44 879 697	35 747 192	40 557 066	13,5%
5	Sintra	G	27 369 425	16 096 163	7 674 416	15 148 323	4 159 926	6 171 098	9 284 159	18 090 614	19 141 260	29 106 357	37 363 002	28,4%
6	Loulé	M	27 388 357	22 704 809	17 681 954	16 294 636	15 493 693	15 160 441	11 880 496	14 621 643	19 664 742	28 813 750	32 457 607	12,6%
7	Matosinhos	G	22 751 343	34 371 631	23 377 348	18 357 207	13 004 777	23 628 651	28 857 444	28 411 456	15 178 369	17 891 596	28 917 359	61,6%
8	V. Nova Gaia	G	10 152 169	20 543 682	24 527 138	21 928 656	16 535 873	11 998 323	12 701 614	14 103 986	19 937 699	24 949 493	23 607 307	-5,4%
9	V. F. de Xira	G	21 847 005	15 867 452	12 239 288	24 211 902	13 739 744	8 489 689	12 216 556	21 888 507	12 753 829	19 827 002	21 189 571	6,9%
10	Leiria	G	10 041 799	12 156 931	6 369 021	5 822 908	9 622 698	10 569 346	12 914 319	20 286 960	21 904 168	21 241 442	19 540 462	-8,0%
11	Loures	G	10 802 285	10 447 874	6 470 096	2 597 962	5 129 599	3 898 046	6 989 518	16 414 290	7 730 799	12 941 005	19 477 485	50,5%
12	Guimarães	G	24 661 792	37 107 064	30 790 529	4 627 542	10 861 334	9 033 730	14 244 325	23 074 372	22 785 201	13 711 041	19 339 667	41,1%
13	Mafra	M	16 383 905	11 630 258	13 839 330	11 037 048	8 294 498	9 306 240	13 965 653	16 341 903	16 706 859	14 659 605	19 237 154	31,2%
14	Coimbra	G	11 146 795	14 951 155	13 898 747	12 296 489	5 810 661	14 759 926	8 044 519	6 608 483	11 540 236	7 757 351	18 643 215	140,3%
15	Póvoa Varzim	M	9 711 325	9 074 150	8 769 424	11 804 487	8 290 588	10 404 989	5 467 918	12 513 001	12 661 875	16 648 978	18 449 169	10,8%
16	Maia	G	17 983 810	8 163 924	5 417 250	6 914 714	10 856 710	19 475 682	11 504 071	16 231 956	18 201 423	13 528 893	16 476 154	21,8%
17	Aveiro	M	8 029 804	9 234 140	7 024 950	7 559 643	5 633 353	8 752 662	5 727 977	17 467 563	21 447 693	10 530 328	16 398 042	55,7%
18	Braga	G	12 925 998	8 687 357	13 825 481	21 540 958	12 862 956	7 883 078	3 549 846	9 350 604	18 349 464	14 187 171	16 088 707	13,4%
19	V.N Famalicão	G	17 840 098	17 230 880	20 271 853	12 270 243	11 705 587	9 109 301	12 607 735	15 325 540	8 749 716	14 599 764	15 790 607	8,2%
20	Paredes	M	11 459 818	27 577 615	18 436 945	36 752 824	8 708 602	6 258 580	16 276 632	7 966 432	4 390 293	11 468 633	15 594 340	36,0%
21	Viana Castelo	M	15 807 232	10 222 722	12 849 618	15 493 408	8 416 094	17 561 098	10 028 509	16 245 145	16 021 449	17 481 784	14 531 914	-16,9%
22	Almada	G	12 045 721	14 221 554	10 666 629	12 158 748	9 899 451	11 905 379	15 410 412	17 110 845	9 224 126	12 264 737	14 479 976	18,1%
23	Funchal	G	19 445 470	16 164 985	17 280 123	22 432 704	7 655 310	6 146 164	5 536 341	10 124 660	12 497 639	14 092 481	14 458 396	2,6%
24	Sta. M.ª Feira	G	16 139 530	15 981 528	12 120 549	18 680 711	14 011 859	8 928 206	7 956 523	9 504 099	11 853 239	13 165 860	14 100 032	7,1%
25	Penafiel	M	11 958 472	11 826 549	16 827 053	14 593 122	11 479 359	9 296 129	7 707 598	8 931 629	9 960 750	10 485 923	13 993 543	33,5%
26	Albufeira	M	10 246 716	7 537 943	4 978 664	4 503 803	1 956 194	3 593 335	11 276 568	11 319 162	15 459 275	18 500 106	13 576 927	-26,6%
27	Pombal	M	17 162 697	17 034 587	15 643 417	30 685 835	19 592 344	13 615 980	15 091 898	19 649 140	10 193 321	11 148 117	13 229 435	18,7%
28	Setúbal	G	9 751 760	10 065 165	16 253 913	11 969 092	7 149 037	10 617 022	7 751 193	13 043 248	15 590 677	13 924 418	13 207 058	-5,2%
29	Chaves	M	10 944 692	8 696 077	8 958 693	9 650 145	14 762 129	8 137 316	2 717 962	5 499 939	7 195 947	5 772 762	12 450 997	115,7%
30	Gondomar	G	15 744 856	29 618 742	13 503 990	16 158 681	10 808 682	8 107 738	7 259 854	9 388 476	12 634 154	11 398 602	12 378 777	8,6%
31	Ourém	M	6 372 149	9 663 352	12 260 216	7 990 515	2 838 333	3 750 303	3 448 127	6 872 169	5 024 799	5 184 973	12 222 119	135,7%
32	Amadora	G	12 917 553	6 639 585	6 148 743	7 374 879	6 280 863	4 707 961	7 732 287	10 727 221	7 971 952	9 992 263	11 616 280	16,3%
33	Bragança	M	9 636 509	7 532 064	11 917 638	11 042 312	3 062 932	4 899 274	6 769 354	8 063 263	6 030 423	7 523 630	10 973 519	45,9%
34	Seixal	G	9 588 163	7 576 343	5 330 223	4 517 377	12 154 449	1 803 810	4 942 218	10 782 750	44 560 488	13 629 267	10 943 848	-19,7%
35	Santo Tirso	M	9 054 298	16 716 858	11 514 376	11 476 389	8 501 499	8 588 443	3 572 459	9 427 174	10 253 447	11 544 276	10 662 699	-7,6%

## R31 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Porto Santo	P	511 375	1 541 028	85 653	1 540 077	18 881	24 856	333 759	39 726	40 045	1 663 899	286 188	-82,8%
2	Corvo	P	691 391	2 196 576	1 454 796	1 523 196	810 269	706 398	1 103 529	469 404	977 877	652 332	315 777	-51,6%
3	Barrancos	P	592 671	219 742	154 507	224 168	173 955	77 659	108 793	532 039	137 403	540 550	461 636	-14,6%
4	Sta. Comba Dão	P	2 117 687	1 759 203	3 277 304	549 020	419 981	2 029 434	555 684	424 103	530 081	1 133 341	626 537	-44,7%
5	Lajes das Flores	P	3 041 727	1 273 634	1 870 539	3 199 003	2 767 021	657 287	740 858	410 613	332 379	758 789	688 035	-9,3%
6	V. Real de Santo António	P	7 547 466	2 011 840	1 294 205	2 304 955	16 619 243	590 964	489 120	715 804	1 247 276	472 906	695 637	47,1%
7	V. Nova da Barquinha	P	5 105 963	4 531 601	6 076 580	1 932 889	1 412 068	1 185 281	337 557	541 113	1 846 856	1 583 701	749 540	-52,7%
8	Lajes do Pico	P	4 121 451	1 020 648	2 018 159	5 581 200	2 549 106	1 341 231	907 330	935 163	600 225	1 109 426	763 481	-31,2%
9	Mourão	P	331 674	155 026	104 514	186 044	111 913	90 872	96 307	579 860	329 147	881 743	791 820	-10,2%
10	Sta. Marta de Penaguião	P	2 621 014	3 340 022	1 688 242	1 834 816	981 961	3 938 331	1 145 554	883 525	424 386	671 483	826 069	23,0%
11	Celorico da Beira	P	2 853 337	786 210	1 935 381	1 787 401	1 550 786	905 826	1 003 012	1 148 066	5 554 679	1 077 750	834 999	-22,5%
12	Alpiarça	P	1 615 416	3 396 088	635 559	1 486 856	124 883	65 702	94 591	308 559	321 189	646 343	842 435	30,3%
13	F. de Espada à Cinta	P	2 197 429	3 876 631	2 856 498	4 761 880	1 596 482	823 317	795 752	285 971	481 619	750 716	857 291	14,2%
14	Castanheira de Pera	P	1 428 123	3 217 065	3 959 809	153 121	143 661	157 578	138 552	378 142	977 506	2 045 145	904 486	-55,8%
15	Armamar	P	2 315 982	2 380 494	2 134 444	1 227 208	3 074 556	1 603 841	410 076	310 879	724 145	1 122 738	921 531	-17,9%
16	Aljezur	P	761 367	1 106 195	1 942 644	1 846 608	931 618	1 126 950	917 279	1 032 478	607 829	1 678 950	932 487	-44,5%
17	Vila Viçosa	P	1 107 747	1 003 118	1 216 063	1 551 329	720 484	1 015 535	1 230 615	947 971	834 646	1 526 119	932 732	-38,9%
18	Mora	P	1 380 819	1 457 525	1 596 568	1 104 203	790 998	2 515 667	1 107 603	1 542 759	1 356 653	1 160 511	962 984	-17,0%
19	Fornos de Algodres	P	15 146 515	2 113 486	478 905	378 569	143 865	388 953	662 913	579 601	2 187 349	950 871	987 450	3,8%
20	Povoação	P	1 699 561	1 952 638	441 895	560 101	1 571 818	845 980	603 521	909 745	1 114 443	1 106 000	1 014 918	-8,2%
21	Porto Moniz	P	3 027 521	1 956 489	898 062	1 281 183	402 344	349 136	883 324	2 215 318	1 097 858	1 113 068	1 020 529	-8,3%
22	Murça	P	2 487 957	3 901 851	1 476 184	910 891	430 031	275 343	867 624	733 899	831 189	756 632	1 036 401	37,0%
23	Sta. Cruz das Flores	P	1 799 053	1 270 229	687 631	1 285 457	2 224 349	331 947	564 080	1 181 440	557 184	622 859	1 038 678	66,8%
24	Constância	P	2 420 058	2 503 300	3 129 686	1 197 318	317 296	513 606	257 625	1 470 063	908 226	728 759	1 053 513	44,6%
25	Vidigueira	P	3 443 171	2 910 301	2 756 465	1 436 328	1 284 967	3 253 551	838 361	735 168	973 528	907 004	1 054 702	16,3%
26	Redondo	P	2 982 470	3 434 964	1 763 999	806 119	1 057 822	899 446	940 057	1 651 874	1 106 429	644 151	1 062 337	64,9%
27	Mêda	P	2 585 075	3 537 170	3 380 479	1 769 673	961 941	2 176 686	588 706	1 106 061	745 710	664 877	1 098 141	65,2%
28	Belmonte	P	4 050 630	2 755 945	1 420 500	2 428 930	1 030 016	1 287 713	1 479 510	1 270 394	1 639 878	1 037 143	1 098 685	5,9%
29	Penedono	P	1 767 843	2 030 312	1 644 131	2 410 470	2 106 564	2 685 691	289 603	817 422	873 105	1 063 513	1 101 631	3,6%
30	Avis	P	2 135 909	1 673 420	2 061 609	1 367 182	807 979	969 056	682 428	1 816 122	794 898	386 411	1 105 593	186,1%
31	Manteigas	P	2 217 746	1 430 789	2 153 824	2 014 354	1 061 337	1 071 338	689 971	979 756	855 456	679 821	1 156 463	70,1%
32	Sta. Cruz da Graciosa	P	2 660 776	2 704 531	2 611 095	1 840 592	1 651 118	915 417	517 468	1 568 316	1 850 554	1 554 794	1 176 717	-24,3%
33	Resende	P	4 190 553	4 321 662	2 920 497	1 521 424	1 066 073	1 228 462	772 905	1 649 874	1 941 284	1 699 387	1 195 011	-29,7%
34	Cartaxo	M	1 102 011	2 555 898	3 286 804	4 001 544	5 710 861	3 777 795	1 238 115	1 659 287	1 554 931	2 770 250	1 208 619	-56,4%
35	F. de Castelo Rodrigo	P	1 231 123	3 334 110	1 513 080	348 750	584 881	948 795	1 143 164	1 023 250	1 434 832	1 638 151	1 219 572	-25,6%

- Da observação do *Ranking* R31 é de assinalar, relativamente a 2020, que:
  - Nos anos anteriores, os 35 municípios com menor volume de encargos em investimento direto têm sido apenas municípios de pequena dimensão. Em 2020 surge um município de média dimensão neste elenco. Trata-se do município do Cartaxo;
  - Desta listagem de 35 municípios com menor volume de investimento direto, quinze apresentaram taxas de crescimento desta despesa, tendo os restantes apresentado descida do valor da mesma. Com aumentos superiores a 50%, apontam-se os municípios de: Avis (+186,1%, +719 milhares de euros), Manteigas (+70,1%, +577 milhares de euros), Santa Cruz das Flores (+66,8%, +416 milhares de euros), Mêda (+65,2%, +433 milhares de euros) e Redondo (+64,9%, +418 milhares de euros). Com descidas superiores a 50% registam-se quatro municípios: Porto Santo (-82,8%, -1,4 milhões de euros), Cartaxo (-56,4%, -1,6 milhões de euros), Castanheira de Pera (-55,8%, -1,1 milhões de euros) e Corvo (-51,6%, -0,3 milhões de euros).

#### 2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos

Como se verificou na secção 2.3.3 deste Anuário, as Transferências e Subsídios são duas categorias de despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se têm registado encargos por pagar, pese embora se reconheça alteração significativa na gestão destes encargos com o aumento progressivo da sua percentagem de pagamento. Entendeu-se, então, mais adequada a análise comparativa dos municípios tendo por base o volume de pagamentos efetuados e o volume das obrigações reconhecidas. Assim, em 2020:

- Apenas 9 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes assumidas e 53 municípios as transferências de capital também assumidas. No que respeita aos subsídios, 114 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 51 pagaram a totalidade dos mesmos;
- O volume de subsídios atribuídos aumentou 26,5% (+42,8 milhões de euros), o das transferências correntes cresceu 14,7% (+119,0 milhões de euros) e o das transferências de capital evoluiu negativamente em 3% (-11,5 milhões de euros), tendo sido pago

91,7% dos subsídios atribuídos, 93,4% das transferências correntes comprometidas e 81,4% das transferências de capital aprovadas. Todavia se compararmos os pagamentos com as obrigações, conclui-se que se liquidaram em subsídios 99,3% das obrigações geradas, em transferências 99,2% das mesmas e em transferências de capital 98,2%;

- O montante aprovado de Transferências de Capital foi de 369,1 milhões de euro, dos quais se transformaram em obrigações 306,0 milhões de euros tendo o montante pago sido de 300,4 milhões de euros. Quanto às transferências correntes, foram aprovados 929,9 milhões de euros, geradas 875,5 milhões de euros de obrigações e pagos 868,1 milhões de euros. Relativamente aos subsídios, o valor assumido foi de 204,4 milhões de euros, transformados em obrigações 188,8 milhões de euros e pago 187,4 milhões de euros;

- Estas três componentes das transferências totalizaram, no ano económico em apreço, 1.355,9 milhões de euros de valor pago e apresentaram na globalidade um aumento de 125,4 milhões de euros de pagamentos (+10%) face a 2019;

- Considerando a totalidade das transferências (transferências correntes, de capital e subsídios) efetuadas por cada município, conclui-se que em 2020, 221 municípios apresentaram aumento do volume de pagamentos e 87 municípios apresentaram descida do mesmo.

Apresentam-se de seguida, tendo como referência o ano de 2020, os *Rankings* R32 e R33 dos 35 municípios respetivamente, com maior e com menor volume de transferências correntes e de capital, acrescidos do montante de subsídios concedidos.

## R32 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes, de capital e subsídios em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Lisboa	G	53 319 838	65 545 566	84 507 204	57 854 590	98 739 955	117 379 914	134 852 849	139 490 956	155 636 205	227 956 422	257 887 555	13,1%
2 Cascais	G	37 665 667	30 209 793	26 626 724	21 761 587	18 349 485	18 272 804	20 852 806	38 394 404	39 142 238	47 174 999	44 221 857	-6,3%
3 Porto	G	43 562 837	54 485 168	34 505 705	11 874 057	14 887 844	14 550 547	13 033 527	16 573 988	25 504 768	33 263 329	37 918 812	14,0%
4 Oeiras	G	12 421 591	9 906 778	8 728 113	8 309 081	11 005 646	10 328 167	11 674 028	14 380 244	16 029 213	23 957 488	34 629 644	44,5%
5 Sintra	G	63 697 574	54 267 616	50 591 029	48 225 335	24 998 246	19 639 452	18 245 847	21 049 101	20 827 269	23 972 450	31 723 753	32,3%
6 V. Nova de Gaia	G	28 673 147	22 964 429	15 702 679	22 401 551	12 415 465	7 937 894	18 187 243	11 944 834	15 183 363	16 304 746	29 331 461	79,9%
7 Loures	G	18 841 799	18 229 728	16 180 949	16 239 131	13 849 971	14 689 617	14 756 489	14 797 208	17 257 824	22 597 139	26 600 715	17,7%
8 Braga	G	27 391 046	23 763 754	22 446 198	21 189 499	15 924 198	20 683 643	21 436 574	23 162 364	19 044 335	22 993 716	25 580 930	11,3%
9 Matosinhos	G	14 166 719	16 116 073	16 262 381	11 019 815	13 260 143	14 407 462	17 673 822	18 377 545	21 608 068	22 127 428	23 914 756	8,1%
10 Amadora	G	11 065 559	15 056 230	11 050 766	9 325 381	9 026 153	9 509 249	13 697 433	14 530 380	14 197 203	16 111 231	19 179 377	19,0%
11 Coimbra	G	13 869 604	15 870 795	14 132 541	14 979 768	13 613 658	11 827 562	13 235 233	15 521 183	13 309 579	17 515 551	19 039 656	8,7%
12 Viseu	M	5 099 127	11 277 528	11 038 982	11 901 038	10 734 192	9 501 107	11 187 288	14 198 402	15 119 512	14 990 610	17 606 730	17,5%
13 Guimarães	G	12 501 142	13 442 455	12 961 114	9 945 772	12 629 292	10 692 692	14 438 140	17 801 415	15 705 818	16 055 644	17 520 003	9,1%
14 Loulé	M	9 532 749	7 640 132	7 238 084	9 235 292	6 282 913	7 995 649	10 927 068	12 611 873	12 578 349	16 663 416	16 177 694	-2,9%
15 Almada	G	9 732 019	7 947 071	7 964 259	8 790 491	8 311 284	8 802 585	10 433 589	10 699 858	10 765 993	13 459 459	15 086 219	12,1%
16 Barcelos	G	13 403 797	14 045 092	14 531 344	16 184 654	13 872 210	13 477 554	13 184 383	14 513 328	11 743 093	12 488 122	14 989 529	20,0%
17 V. N. de Famalicão	G	9 601 307	8 574 888	10 182 455	10 350 379	7 547 057	7 135 313	10 918 521	14 575 069	12 940 803	12 435 150	13 678 712	10,0%
18 Leiria	G	13 768 789	11 390 236	10 457 935	11 067 849	9 923 237	6 725 308	6 012 158	8 847 630	8 428 745	11 456 140	13 002 141	13,5%
19 Seixal	G	6 467 788	5 226 873	4 826 995	5 527 945	7 345 163	5 016 764	5 122 029	7 520 450	9 013 615	11 817 786	12 597 150	6,6%
20 V. F. de Xira	G	11 753 576	9 048 020	10 088 205	7 609 616	6 797 717	6 791 295	7 113 470	8 613 717	8 713 694	10 511 378	12 437 111	18,3%
21 Odivelas	G	11 404 549	9 666 691	9 211 695	8 634 530	9 414 446	7 992 441	8 074 154	8 611 118	8 777 714	10 323 807	12 157 219	17,8%
22 Viana do Castelo	M	8 255 250	8 709 164	7 914 110	8 060 685	6 861 178	8 409 655	8 720 239	10 784 357	8 795 258	10 621 026	12 155 519	14,4%
23 Torres Vedras	M	12 343 968	12 432 887	10 150 191	8 573 512	7 692 578	9 649 274	9 462 273	9 124 148	9 518 367	10 122 035	11 346 670	12,1%
24 Maia	G	7 853 901	7 599 796	8 149 167	6 884 241	4 596 249	6 459 269	7 185 867	9 980 344	9 080 224	10 572 742	10 993 178	4,0%
25 Espinho	M	3 622 426	3 648 343	2 753 554	4 062 431	2 355 357	2 484 768	2 398 952	2 322 591	2 331 677	2 559 716	10 038 722	292,2%
26 Albufeira	M	4 182 355	3 492 588	2 085 807	1 729 131	1 862 259	2 400 303	2 801 043	3 941 442	4 680 788	6 153 909	9 886 868	60,7%
27 Sta. M.ª da Feira	G	8 165 709	8 122 049	7 984 853	9 441 569	5 717 467	6 141 030	6 477 277	6 704 285	7 057 203	7 232 345	9 356 597	29,4%
28 Setúbal	G	6 739 308	6 914 583	5 411 484	5 300 077	5 381 690	5 021 737	5 712 370	5 756 322	6 091 796	8 330 741	8 776 436	5,4%
29 Funchal	G	3 841 088	3 590 523	3 282 351	4 080 398	2 400 064	3 052 307	3 626 381	5 157 736	5 989 342	7 552 384	8 345 766	10,5%
30 Aveiro	M	10 998 310	6 729 675	5 040 734	6 095 113	4 260 231	3 133 140	4 089 321	10 101 358	5 922 622	8 127 887	7 943 541	-2,3%
31 Faro	M	4 130 289	4 041 636	4 506 759	2 028 229	8 706 917	2 916 390	5 263 547	4 695 731	6 204 322	5 917 603	7 751 154	31,0%
32 Fafe	M	7 647 761	7 658 537	7 937 923	6 443 023	5 294 985	7 073 868	7 419 196	7 467 422	9 267 103	8 713 033	7 744 752	-11,1%
33 Gondomar	G	5 421 120	5 850 984	5 815 330	7 235 828	5 791 753	5 600 639	6 250 917	6 389 972	7 272 854	7 893 740	7 700 872	-2,4%
34 Mafra	M	3 706 941	3 487 764	2 748 636	2 527 009	2 956 331	2 732 005	3 342 433	3 178 600	3 830 217	30 991 418	7 252 165	-76,6%
35 Caldas da Rainha	M	3 382 526	3 457 624	2 570 486	3 201 376	3 377 116	3 742 081	4 564 359	4 869 053	4 632 364	5 976 682	7 213 427	20,7%

Observando o *Ranking* R32 e tendo em atenção os valores globais apresentados na secção 2.3.3 deste Anuário, conclui-se em relação a 2020:

- O montante global de encargos com transferências e subsídios pagos pelo município de Lisboa (257,9 milhões de euros) representou 19,0% do valor total de encargos da mesma natureza assumidos pelo conjunto dos municípios portugueses, representando um crescimento de 13,1% (+29,9 milhões de euros) em relação ao ano anterior;
- Cascais, que se manteve em segundo lugar na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza ao pagar 44,2 milhões de euros, apresentou um decréscimo de pagamentos de 6,3% (-3 milhões de euros). Na terceira posição manteve-se o município do Porto com um acréscimo de pagamentos de 4,7 milhões de euros (+14,0%) totalizando um valor de transferências de 37,9 milhões de euros;
- Dos municípios constantes na lista R32 e que apresentaram aumento de despesa paga em transferências e subsídios anotam-se, pelo nível de crescimento superior a 50%, os municípios de Espinho (+292,2%, +7,5 milhões de euros), Vila Nova de Gaia (+79,9%, +13,0 milhões de euros) e de Albufeira (+60,7%, +3,7 milhões de euros);
- Verifica-se, ainda, que nesta listagem, apenas seis municípios apresentaram descida do montante global das despesas de transferências e subsídios, três de volume mais relevante e outros três com montantes mais irrelevantes: Mafra (-76,6%, -23,7 milhões de euros), Fafe (-11,1%, -0,9 milhões de euros), Cascais (-6,3%, -3 milhões de euros), Loulé (-2,9%, -0,5 milhões de euros), Gondomar (-2,4%, -0,2 milhões de euros) e Aveiro (-2,3%, -0,2 milhões de euros).

Observando o *Ranking* R33 e tendo como referência o ano de 2020, verifica-se que dos 35 municípios com menor volume de transferências correntes, de capital e de subsídios pagos, apenas um é de média dimensão, sendo todos os restantes de pequena dimensão.

Verifica-se ainda que, mesmo sendo os municípios com menor volume de transferências pagas, três deles apresentaram descida desta despesa paga face a 2019, em mais de 10%: Santa Cruz das Flores (-24,5%), V. Franca do Campo (-19,7%), Santa Cruz da Graciosa (-16,6%) e Mora (-10,2%). Apresentaram, pelo contrário, subidas

superiores a 50% os seguintes três municípios: Sardoal (+86,1%); Bombarral (+84,8%) e Vila Viçosa (+69,5%).

## R33 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes, de capital e subsídios em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Corvo	P	38 170	34 680	63 839	41 118	26 856	36 929	64 385	99 020	47 707	40 258	37 876	-5,9%
2	Calheta (R.A.A.)	P	138 859	87 525	57 475	150 456	55 119	49 760	75 632	63 147	80 799	125 648	174 216	38,7%
3	Porto Santo	P	1 881 823	1 309 361	1 255 534	837 829	157 132	177 101	184 473	172 918	203 812	280 684	274 649	-2,1%
4	Mora	P	352 021	227 956	268 860	546 959	335 214	281 625	258 400	276 368	305 490	309 815	278 295	-10,2%
5	Celorico da Beira	P	775 168	712 250	585 691	527 681	453 998	591 177	431 212	678 266	257 142	217 727	294 373	35,2%
6	F. de Espada à Cinta	P	524 855	421 924	400 582	507 029	360 365	417 899	423 620	390 147	343 674	344 586	316 373	-8,2%
7	Mesão Frio	P	1 451 509	229 514	251 807	225 693	121 436	179 698	267 794	237 169	281 808	279 390	319 611	14,4%
8	Sta. Cruz das Flores	P	248 819	358 257	308 342	178 215	250 836	303 720	313 111	331 323	365 726	433 553	327 251	-24,5%
9	Mourão	P	513 697	235 520	275 889	685 150	224 667	229 726	257 052	252 283	261 692	271 324	381 557	40,6%
10	Entroncamento	M	369 512	253 400	351 455	656 824	338 428	310 980	322 274	341 708	353 698	350 828	411 970	17,4%
11	V. Franca do Campo	P	740 761	2 564 876	2 121 724	761 608	561 404	404 506	416 327	591 351	430 070	521 090	418 667	-19,7%
12	Borba	P	420 449	650 414	1 163 100	365 723	274 482	337 614	293 246	260 739	303 388	308 975	419 920	35,9%
13	Fronteira	P	225 424	278 421	296 836	355 481	487 842	453 834	480 977	612 884	487 119	379 184	422 077	11,3%
14	Alter do Chão	P	476 318	547 872	516 367	661 298	797 508	432 234	475 907	520 680	402 242	399 549	427 263	6,9%
15	Fornos de Algodres	P	1 255 870	109 956	51 493	123 311	78 981	97 501	123 064	366 961	404 253	353 210	469 083	32,8%
16	Alpiarça	P	134 825	326 424	144 612	440 465	402 996	331 285	275 194	272 236	367 661	325 638	482 856	48,3%
17	Armamar	P	471 610	692 631	888 283	943 503	559 825	164 278	425 603	375 008	491 044	425 857	488 013	14,6%
18	Sardoal	P	121 706	73 648	171 626	282 086	282 942	342 741	375 470	272 650	257 422	271 132	504 643	86,1%
19	Pedrógão Grande	P	258 982	397 915	281 234	719 819	736 440	646 903	678 438	964 125	1 013 511	382 059	506 509	32,6%
20	Redondo	P	351 179	469 644	534 852	606 056	747 935	678 421	460 537	332 411	460 007	437 904	515 638	17,8%
21	Sernancelhe	P	326 479	567 301	527 398	500 964	379 649	458 007	378 118	488 637	406 551	515 472	522 135	1,3%
22	Lajes das Flores	P	537 983	111 341	132 171	123 705	77 089	156 397	302 660	384 250	403 026	477 743	531 461	11,2%
23	Constância	P	419 008	402 674	430 891	581 839	387 366	498 801	441 945	342 798	425 207	404 099	531 518	31,5%
24	Cuba	P	670 708	392 127	440 820	597 688	547 427	477 952	633 379	713 882	510 298	502 136	548 269	9,2%
25	V.Nova de Paiva	P	437 437	420 686	410 070	657 287	355 220	375 227	443 409	437 272	566 098	588 172	549 685	-6,5%
26	Vila de Rei	P	271 261	311 955	353 944	317 808	354 021	440 976	451 108	545 010	480 664	607 802	553 970	-8,9%
27	Castanheira de Pera	P	159 345	289 447	651 280	315 810	326 863	337 596	329 876	400 403	389 905	428 463	555 678	29,7%
28	Sta. Cruz da Graciosa	P	657 932	545 025	504 147	504 529	573 241	581 781	620 649	670 263	677 046	671 222	560 085	-16,6%
29	Alvito	P	452 773	390 630	316 493	386 650	509 776	394 471	457 261	442 384	491 907	490 644	562 717	14,7%
30	Vila Viçosa	P	451 767	270 380	370 163	401 526	429 647	394 227	310 891	407 138	334 327	334 149	566 218	69,5%
31	Velas	P	530 264	695 040	758 202	623 936	343 178	583 777	420 560	549 006	579 245	620 483	574 409	-7,4%
32	Avis	P	856 871	691 640	525 001	670 808	562 176	687 068	570 204	633 374	573 288	576 682	579 268	0,4%
33	Marvão	P	307 016	257 087	310 180	394 852	441 681	390 104	498 401	602 151	473 240	646 392	611 620	-5,4%
34	Gavião	P	588 765	514 519	634 966	783 712	700 121	731 254	687 520	635 241	710 583	622 741	612 925	-1,6%
35	Bombarral	P	506 201	463 358	372 091	510 458	435 639	315 686	310 592	327 348	304 210	332 021	613 691	84,8%

### 2.3.4.5. Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital

Na secção anterior apreciaram-se as situações referentes ao investimento direto realizado pelos municípios, plasmado nos pagamentos efetuados na aquisição de bens de capital. Todavia, de acordo com a lei vigente, os municípios poderão aprovar transferências de capital desde que estas se sustentem em protocolos de colaboração com outras entidades de natureza pública ou que persigam fins de utilidade pública supletivas dos municípios, tendo por finalidade a execução de investimentos de utilidade pública municipal.

Face ao exposto, consideram-se as transferências de capital como investimento indireto dos municípios. No presente ponto, apreciar-se-á as despesas globais resultantes de investimento direto – aquisição de bens de capital – acrescido do investimento indireto – transferências de capital – bem como o seu reflexo em conjuntos de municípios, com a mesma metodologia usada nos pontos antecedentes.

Antes de se passar aos *rankings* que elencam os municípios mais representativos no computo das despesas de investimento (aquisição de bens e capital acrescidas de transferências de capital) interessará recordar que:

- Em 2020, o montante pago de 2.138,9 milhões de euros no conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital, representou 69,2% dos compromissos assumidos e 96,2% das obrigações constituídas, sendo que 1.838,5 milhões de euros corresponderam a pagamentos de aquisição de bens de capital (+12,1%, +199,0 milhões de euros) e 300,4 milhões de euros a pagamentos de transferências de capital (-4,1%, -13,0 milhões de euros);
- Considerando o conjunto dos encargos assumidos – despesa efetivamente executada – destas duas despesas, verifica-se que o montante realizado, em 2020, de 3.089 milhões de euros foi superior em 10,9% (+303,4 milhões de euros) ao valor homólogo realizado em 2019. Daquele montante, 2.720,0 milhões de euros corresponderam a aquisições de bens de capital, os quais aumentaram 13,1% (+314,9 milhões de euros), tendo os restantes 369,1 milhões de euros correspondido a transferências de capital, as quais cresceram 11,5 milhões de euros (+3%).

Para ilustração da evolução do conjunto destas duas despesas – aquisição de bens de capital e transferências de capital – que representam o total do investimento realizado pela autarquia, listaram-se os 35 municípios que mais pagamentos realizaram no seu cômputo. Assim, o *Ranking* R34 a seguir apresentado, lista os municípios com maior volume de despesas de aquisição de bens de capital e transferências de capital entre 2010 e 2020, significando a soma destas duas despesas, como referido, o total de investimentos direto e indireto<sup>33</sup> efetuado por cada município.

**Do total dos municípios, verifica-se que 206 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 74 deles apresentaram aumento superior a 50%.**

<sup>33</sup> As transferências de capital aprovadas pelas Câmaras Municipais terão que ser aplicadas em investimentos pelas entidades beneficiárias das mesmas, sendo por isso investimentos indiretos do município.

## R34 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital – 2010 a 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	Mandato 2010-2013			TOTAL 2010-2020	Investimento p/ habitante 10-20
					2018	2019	2020		
1	Lisboa	G	295 909 982	517 484 124	144 891 319	215 000 861	182 408 831	1 355 695 116	2 488
2	Porto	G	170 256 584	109 195 503	61 850 469	70 673 463	73 146 181	485 122 200	2 091
3	Cascais	G	108 729 832	92 618 357	52 295 732	45 965 236	49 036 802	348 645 960	1 628
4	Oeiras	G	108 724 159	99 475 599	24 136 606	44 608 677	58 318 479	335 263 519	1 951
5	Matosinhos	G	118 094 273	107 271 363	18 852 209	21 126 257	32 199 101	297 543 203	1 723
6	Vila Nova de Gaia	G	121 272 521	77 480 594	24 048 507	29 593 263	32 082 515	284 477 399	935
7	Loulé	M	101 763 787	73 628 549	23 928 099	36 612 882	40 074 148	276 007 466	3 814
8	Guimarães	G	107 790 883	74 996 117	28 647 888	19 249 736	23 914 111	254 598 734	1 623
9	Sintra	G	104 909 106	49 344 534	23 345 609	32 146 542	40 917 830	250 663 621	649
10	V. Nova de Famalicao	G	91 221 191	73 220 147	15 352 583	21 310 090	24 001 186	225 105 197	1 685
11	Braga	G	114 894 556	47 780 215	21 136 946	16 859 360	19 485 273	220 156 350	1 139
12	Viana do Castelo	M	73 941 471	71 951 987	20 920 290	23 006 963	20 825 433	210 646 144	2 453
13	Pombal	M	88 600 690	75 204 001	12 031 551	13 518 939	15 944 190	205 299 371	4 011
14	Castelo Branco	M	103 838 839	61 732 791	12 700 012	11 136 400	11 966 193	201 374 235	3 852
15	V. F. de Xira	G	82 650 955	59 331 570	13 987 039	20 728 089	22 473 927	199 171 580	1 447
16	Leiria	G	42 507 691	63 822 735	25 576 633	26 824 689	25 942 357	184 674 104	1 436
17	Seixal	G	48 453 145	48 643 778	49 450 085	18 728 622	16 209 434	181 485 064	1 089
18	Mafra	M	53 940 357	49 107 238	17 049 859	40 944 605	19 918 182	180 960 242	2 091
19	Paredes	M	95 895 205	42 429 059	5 498 102	13 219 653	17 825 690	174 867 709	2 072
20	Sta. M.ª da Feira	G	73 408 714	48 279 158	13 767 559	14 996 403	16 303 424	166 755 258	1 220
21	Maia	G	47 746 369	65 018 627	20 097 286	15 585 836	17 872 021	166 320 138	1 232
22	Barcelos	G	67 055 974	56 092 318	11 489 333	11 941 714	16 979 049	163 558 388	1 401
23	Almada	G	57 703 311	62 219 300	11 156 516	13 796 260	16 071 930	160 947 317	907
24	Gondomar	G	80 142 543	39 940 432	13 836 125	12 567 882	13 836 019	160 323 001	976
25	Coimbra	G	66 157 765	46 367 864	13 267 109	11 185 545	21 199 967	158 178 251	1 123
26	Funchal	G	76 292 235	29 702 855	12 822 560	14 392 481	14 758 396	147 968 528	1 397
27	Póvoa de Varzim	M	44 886 850	42 136 456	14 338 208	18 384 752	20 474 437	140 220 703	2 180
28	Penafiel	M	60 730 151	41 405 915	10 882 902	11 408 075	15 044 416	139 471 460	2 001
29	Loures	G	44 072 259	42 763 597	10 244 381	16 741 166	23 658 684	137 480 087	682
30	Aveiro	M	36 947 433	45 377 608	23 034 662	12 706 948	18 507 268	136 573 920	1 689
31	Santo Tirso	M	61 352 850	36 669 963	11 579 677	12 857 989	13 766 849	136 227 328	2 010
32	Viseu	M	61 303 052	36 642 797	11 776 203	9 964 359	13 452 762	133 139 173	1 335
33	Setúbal	G	50 305 002	39 442 232	15 649 677	14 282 053	13 389 927	133 068 892	1 076
34	Amadora	G	40 996 245	37 933 152	10 390 315	12 654 866	14 237 725	116 212 302	677
35	Odivelas	G	41 959 739	34 577 443	14 531 569	13 266 783	9 983 473	114 319 008	772
<b>Total dos 308 municípios (a)</b>			<b>7 880 478 178</b>	<b>5 803 860 643</b>	<b>1 714 800 657</b>	<b>1 952 914 456</b>	<b>2 138 919 441</b>	<b>19 490 973 375</b>	<b>1 884</b>
Total aquisição bens de capital - 308 municípios (b)			6 611 308 188	4 843 770 943	1 483 223 189	1 639 506 080	1 838 472 304	16 416 280 703	
Peso de aquisição de bens de capital no total (c)=(b/a)			83,9%	83,5%	86,5%	84,0%	86,0%	84,2%	
Totais transferências de capital - 308 municípios (d)			1 269 169 990	960 089 700	231 577 468	313 408 377	300 447 137	3 074 692 672	
Peso de transferências de capital no total (e)=(d/a)			16,1%	16,5%	13,5%	16,0%	14,0%	15,8%	

Da observação deste *ranking* pode-se constatar que:

- O conjunto de investimento direto pago pelos municípios (aquisições de bens de capital) entre 2010 e 2020, foi de 19.491,0 milhões de euros, o que correspondeu a 65,8% do total de investimento direto e indireto realizado no mesmo período;
- Sete dos 35 municípios hierarquizados neste *ranking* apresentaram descida do valor global de investimento direto e indireto, sendo de relevar a descida em mais de 10% nos municípios de Mafra (-51,4%, -21,0 milhões de euros), Odivelas (-24,7%, -3,3 milhões de euros), Lisboa (-15,2%, -32,6 milhões de euros) e Seixal (-13,5%, -2,5 milhões de euros);
- Por outro lado, constata-se que destes 35 municípios, cinco apresentaram aumento de investimento total, direto e indireto, superior a 40%. Estiveram nesta situação: Coimbra (+89,5%, +10,0 milhões de euros), Matosinhos (+52,4%, +11,1 milhões de euros), Aveiro (+45,6%, +5,8 milhões de euros), Barcelos (+42,2%, +5,0 milhões de euros) e Loures (+41,3%, +6,9 milhões de euros).

#### 2.3.4.6. Amortização de empréstimos: Passivos Financeiros

Mantendo a metodologia de análise e registo de informação, apresenta-se a despesa com amortização de empréstimos em listagens que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga. Trata-se de uma despesa em relação à qual os municípios não podem encerrar o ano económico com pagamentos em atraso<sup>34</sup>.

Antes de se passar à apresentação de *rankings* associados a esta despesa, anotam-se algumas particularidades, conforme o Quadro 2.33:

- Nos últimos onze anos, o total amortizado de empréstimos foi de 7.352,8 milhões de euros, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2020 o menor volume de amortização (433,2 milhões de euros);
- O total amortizado em 2020 de 433,2 milhões de euros apresentou uma taxa de decréscimo de 26,3%, isto é, um valor inferior em 154,8 milhões de euros ao valor amortizado no ano anterior.

<sup>34</sup> Assim sendo, em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais, quando se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente realizada, que, neste caso, será a despesa paga.

Do total amortizado, 20,4 milhões de euros (4,7%) representaram amortizações dos programas PAEL e FAM<sup>35</sup>, com respetivamente o montante de 10,5 milhões de euros e 9,9 milhões de euros;

- Em 2020, 185 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos (na secção 3.5 do capítulo 3, este tema será analisado com mais pormenor), tendo os restantes 123 registado diminuição do mesmo;

- Do total de 44 municípios que em 2020 ainda amortizaram capital obtido através dos programas FAM e PAEL (incluindo as constantes no *Ranking* R35), apresentaram um peso de amortização destes empréstimos igual ou superior a 50% do total amortizado, os seguintes municípios: Chamusca (100%); Fornos de Algodres (100%); Aveiro (81%); Calheta (Madeira) (81%); Vagos (64%); Sertã (63%) e Penela (61%);

- O município de Aveiro, constante do *Ranking* R35, em 2020, amortizou empréstimos obtidos ao abrigo do FAM, no montante de 9,65 milhões de euros;

- Outros 2 municípios amortizaram também, dívida constituída ao abrigo do FAM: Fornos de Algodres (165 424€) e Vila Nova de Poiares (122 004€). Os restantes 8 municípios com dívidas ao abrigo do FAM não amortizaram qualquer parte da dívida em 2020.

No *Rankings* R35 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2020, mostrando o montante que daquelas amortizações se destinaram à liquidação de financiamentos obtidos ao abrigo dos programas de apoio FAM e PAEL.

<sup>35</sup> O PREDE está totalmente amortizado desde 2019, exceto no município de Tarouca, que ainda tem uma dívida de 84 000€ por amortizar, não tendo amortizado qualquer montante associado a esta dívida em 2020

## R35 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Amortiza. 2020
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	PAEL+FAM
1	Lisboa	G	65 657 477	96 184 011	345 289 264	69 840 325	109 585 581	53 832 163	45 047 158	39 324 001	40 844 087	38 499 402	33 165 531	0
2	VN Gaia	G	23 752 421	23 816 969	22 767 098	25 008 507	25 759 097	24 285 366	21 970 185	22 300 525	33 971 525	17 479 848	17 399 985	0
3	Setúbal	G	4 563 954	4 496 651	6 208 025	5 468 644	4 480 026	9 552 367	21 949 252	8 962 458	11 270 417	12 175 397	13 393 956	0
4	Aveiro	M	5 074 305	3 882 603	9 290 418	6 431 818	12 081 803	9 102 486	8 982 696	36 232 741	2 487 412	7 642 197	11 862 657	9 647 788
5	VF Campo	P	948 400	7 688 388	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	19 643 329	11 638 613	0
6	Braga	G	11 319 398	9 348 221	9 340 830	11 488 739	14 440 751	11 288 210	10 319 443	11 240 498	11 349 418	12 070 009	11 547 761	0
7	Chaves	M	2 728 525	3 269 930	3 132 643	3 700 207	3 216 505	4 169 404	9 055 693	3 299 042	6 044 819	3 341 420	11 023 153	0
8	R. Monsaraz	P	2 124 415	1 715 492	1 634 379	1 669 722	851 736	1 731 476	1 191 317	1 594 352	4 063 028	4 071 234	8 456 425	0
9	Seixal	G	3 468 128	1 886 423	6 000 924	5 121 655	3 477 092	5 440 477	37 730 107	6 451 938	6 486 008	28 518 550	7 925 793	0
10	V.Castelo	M	1 684 738	2 711 211	2 947 032	4 864 294	5 781 483	6 248 486	5 692 158	5 534 283	5 319 132	6 045 195	6 497 598	202 727
11	Gondomar	G	7 598 105	7 464 844	7 065 736	3 345 847	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	33 206 211	6 062 254	0
12	Guimarães	G	5 114 335	5 137 313	5 090 494	6 012 517	5 799 338	14 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	5 349 395	0
13	Matosinhos	G	10 117 932	6 077 409	7 643 886	7 835 214	4 080 067	3 826 967	5 082 076	4 875 973	9 538 830	5 301 421	5 102 072	0
14	Covilhã	M	2 984 471	1 644 437	3 672 768	4 813 015	4 604 329	5 796 163	6 272 777	6 278 969	6 045 002	5 413 478	5 057 416	0
15	Santarém	M	5 520 842	4 087 520	6 943 279	6 828 157	5 460 219	5 175 786	19 856 474	6 498 622	24 403 402	5 529 881	4 627 723	0
16	Barreiro	M	3 278 767	3 068 954	2 942 888	3 141 208	3 220 836	3 112 134	10 990 602	2 670 198	2 277 157	1 927 768	4 529 497	0
17	Cascais	G	8 544 413	12 495 160	11 728 341	11 569 023	12 593 098	5 164 031	4 256 163	4 790 867	5 306 979	5 303 017	4 068 665	0
18	Évora	M	6 841 653	6 626 295	7 217 986	9 929 612	6 900 084	4 872 416	3 340 581	3 404 423	5 184 933	26 487 596	3 956 120	0
19	Funchal	G	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	0
20	Fundão	M	4 376 447	4 004 771	4 385 204	6 761 381	4 655 138	4 927 882	7 130 064	5 392 103	35 764 228	13 538 484	3 844 249	0
21	Loulé	M	1 703 798	7 007 627	6 829 708	10 302 760	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636	3 648 574	3 650 732	0
22	Coimbra	G	6 875 688	11 454 181	13 682 416	6 399 806	3 522 488	4 844 606	7 144 071	8 604 090	3 640 592	3 641 409	3 642 231	0
23	O.Azeméis	M	3 158 051	2 450 020	5 596 126	5 756 173	4 898 187	5 428 446	4 823 545	4 143 795	4 586 873	4 183 297	3 601 759	0
24	Sesimbra	M	3 394 578	1 780 995	4 848 358	4 267 713	4 272 935	3 363 601	3 347 826	3 258 203	3 210 491	2 404 950	3 513 347	643 649
25	Leiria	G	6 197 674	6 214 628	7 723 131	8 121 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665	0
26	V.F.de Xira	G	2 215 148	2 413 661	2 265 643	2 778 474	2 858 221	2 975 119	2 531 341	2 618 175	2 481 351	3 085 209	3 318 766	0
27	Almada	G	2 876 056	2 947 206	2 941 408	3 561 476	3 807 592	3 825 283	3 848 953	4 287 234	4 138 702	3 009 340	3 256 508	0
28	Amadora	G	3 405 333	3 370 399	3 395 669	3 517 721	3 531 269	3 562 138	3 581 791	3 591 500	3 594 420	3 595 719	3 216 303	0
29	Penafiel	M	1 371 957	1 205 265	1 117 913	1 300 303	1 296 997	1 239 201	1 270 346	1 192 333	1 188 738	1 151 402	3 155 184	125 379
30	Odivelas	G	7 173 980	6 172 914	4 743 317	3 718 314	4 957 991	3 788 065	4 508 535	4 309 270	3 379 976	4 279 583	3 149 912	0
31	Loures	G	6 342 472	5 826 066	13 977 978	12 450 363	10 984 951	8 601 955	4 113 076	4 342 944	3 280 209	3 116 607	3 091 110	0
32	Seia	M	2 185 145	8 378 861	743 370	2 012 850	2 567 502	2 499 508	2 549 914	3 142 838	39 074 457	3 041 653	3 086 287	0
33	Faro	M	3 652 128	3 474 088	3 535 250	3 905 066	3 854 508	4 592 791	6 388 027	22 515 366	3 795 674	3 332 758	3 055 884	0
34	V.do Conde	M	4 924 918	7 044 419	5 769 419	9 707 758	4 242 386	8 558 399	4 070 158	28 431 366	3 028 564	2 944 850	2 869 896	0
35	Vagos	M	528 629	1 051 770	1 210 032	1 351 741	1 475 027	1 191 978	1 370 102	1 410 999	1 337 896	1 313 963	2 815 094	1 795 680

Da observação do *Ranking* R35 verifica-se, em relação a 2020:

Em 2020, Lisboa continua a ser o município com maior volume de amortizações pagas (33,2 milhões de euros) apesar de apresentar uma diminuição desta despesa em 13,9% (-5,3 milhões de euros), diferenciando-se enormemente dos restantes municípios. Na segunda posição deste *ranking*, surge o município de Vila Nova de Gaia com um valor 17,4 milhões de euros de amortizações, sendo seguido de mais cinco municípios com amortizações de capital superiores a 10 milhões de euros. Os restantes vinte e oito municípios deste *ranking* procederam a amortizações em valor inferior a 10 milhões de euros.

– Contudo, nesta listagem será de relevar o aumento em mais de 100% apresentado pelos municípios de: Chaves com +7,7 milhões de euros (+229,9%), Penafiel com +2 milhões de euros (+174,0%), Barreiro com +2,6 milhões de euros (+135,0%), Vagos com +1,5 milhões de euros (+114,2%), e Reguengos de Monsaraz com +4,5 milhões de euros (+107,7%);

Neste *ranking* vinte municípios apresentaram descida de despesa com amortizações, sendo de salientar o decréscimo percentual verificado nos municípios de: Évora (-22,5 milhões de euros, -85,1%), Gondomar (-27,1 milhões de euros, -81,7%), Seixal (-20,6 milhões de euros, -72,2%) e Fundão (-9,7 milhões de euros, -71,6%), expressando, assim, uma diminuição relevante dos respetivos stocks de dívida.

Apresentam-se de seguida os *rankings* homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo do programa PAEL<sup>36</sup>.

A anotar que:

– Dos dezanove municípios açorianos, nove apresentaram subida do volume de amortizações, sendo, contudo, valores pouco significativos pese embora os aumentos percentuais apresentados por Lajes das Flores (+321%), Lagoa (+35,2%) e São Roque do Pico (+31,8%).

– Tanto o município de Ribeira Grande como o da Praia da Vitória

apresentam amortizações financeiras associadas a programas de financiamento do Estado (PAEL);

– O total das amortizações da dívida financeira dos municípios açorianos em 2020, baixou 25,8% (-8,9 milhões de euros) ao somar 25,5 milhões de euros. Mais se verifica que 1,4% do montante liquidado (444,8 milhares de euros) se reportou à redução da dívida contraída ao abrigo do programa PAEL. Nenhum município açoriano utilizou a linha financeira do FAM;

– Dos dez municípios açorianos que apresentaram descida do volume de amortizações relevam-se, pela percentagem envolvida, os municípios de V. Franca do Campo (-40,8%, -8,0 milhões de euros) e Ribeira Grande (-51,6%, -1,1 milhões de euros).

<sup>36</sup> Note-se que, nenhum município das Regiões Autónomas assumiu e amortizou empréstimos ao abrigo do FAM.

## R35.A – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Amortiza. 2020	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	PAEL	
1	VF Campo	P	948 400	7 688 388	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	19 643 329	11 638 613	0
2	Praia da Vitória	P	2 893 129	1 816 718	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	2 113 974	2 119 258	1 793 889	2 732 760	2 759 459	141 074
3	Ponta Delgada	M	1 827 908	1 955 738	1 675 369	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	0
4	Madalena	P	611 990	557 151	579 213	1 535 111	441 263	742 818	960 522	434 279	2 346 757	1 399 587	1 494 090	0
5	A. do Heroísmo	M	1 665 545	1 703 305	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	1 372 840	1 389 491	1 398 160	1 401 607	1 242 162	0
6	Lagoa (R.A.A)	P	1 274 296	1 253 718	1 479 084	1 133 094	1 076 119	1 092 267	743 448	798 811	804 571	772 616	1 044 298	0
7	Ribeira Grande	M	3 184 417	3 101 559	1 474 561	1 958 367	1 502 366	1 868 644	915 148	883 546	909 583	2 131 521	1 030 898	203 744
8	Calheta (R.A.A.)	P	257 887	517 603	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0
9	Lajes do Pico	P	669 087	987 407	998 128	885 557	1 013 556	891 541	769 254	775 820	827 624	811 054	731 386	0
10	Nordeste	P	877 261	567 223	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	992 301	1 002 675	10 777 168	583 548	683 838	0
11	Horta	P	1 204 934	1 195 387	1 209 118	558 031	535 487	713 026	633 462	524 205	529 607	511 522	482 950	0
12	S. Roque Pico	P	1 782 084	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480	57 388	59 035	424 169	345 318	455 298	0
13	Velas	P	961 815	594 854	638 744	610 514	490 585	757 185	523 309	1 257 720	438 906	432 859	367 890	0
14	Povoação	P	1 479 391	1 194 431	947 077	661 502	866 552	661 452	649 846	517 260	517 260	407 885	298 510	0
15	Vila do Porto	P	197 554	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836	42 116	353 468	275 790	288 014	279 656	0
16	Sta. Cruz Graciosa	P	142 146	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677	225 831	163 518	163 813	164 458	0
17	Corvo	P	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	0
18	Sta Cruz Flores	P	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	0
19	Lajes das Flores	P	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	0
<b>Total municípios da R.A.A.</b>			<b>20 510 942</b>	<b>24 830 226</b>	<b>24 264 697</b>	<b>18 590 198</b>	<b>16 377 601</b>	<b>17 876 329</b>	<b>14 466 165</b>	<b>14 917 751</b>	<b>25 855 850</b>	<b>34 351 179</b>	<b>25 485 889</b>	<b>344 819</b>
Total dos 308 municípios			577 201 766	615 023 236	890 319 433	639 839 579	679 085 516	665 998 712	751 800 716	737 284 768	775 394 212	587 945 418	433 189 917	10 462 396

## R35.M – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Amortiza. 2020	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	PAEL	
1	Funchal	G	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	0
2	Santa Cruz	M	1 478 602	1 593 169	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	2 291 332	4 441 359	12 559 206	2 261 010	2 267 899	0
3	Câmara Lobos	M	1 851 960	955 630	971 615	1 325 439	1 667 815	1 520 696	1 197 649	5 113 633	1 768 835	1 871 409	1 373 928	0
4	Machico	P	740 695	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	954 851	960 258	0
5	São Vicente	P	500 346	863 943	896 761	623 223	612 141	604 563	611 235	458 547	461 477	464 081	926 535	0
6	Ribeira Brava	P	676 259	734 525	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	1 323 131	1 201 952	3 326 652	655 639	655 639	0
7	Calheta (R.A.M.)	P	904 900	901 939	922 185	1 334 118	1 250 800	1 603 419	2 423 965	517 243	376 192	376 378	376 592	305 708
8	Porto Moniz	P	238 307	246 022	296 619	586 741	328 582	334 964	339 863	214 185	215 893	217 256	218 945	0
9	Porto Santo	P	221 815	222 181	301 186	335 788	392 401	1 662 823	267 194	176 734	146 521	146 758	203 282	0
10	Ponta do Sol	P	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377	0
11	Santana	P	454 398	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0
<b>Total municípios da R.A.M.</b>			<b>17 733 127</b>	<b>17 850 990</b>	<b>19 276 994</b>	<b>22 445 787</b>	<b>19 996 184</b>	<b>20 773 507</b>	<b>17 847 753</b>	<b>21 835 563</b>	<b>42 130 565</b>	<b>11 640 955</b>	<b>10 913 100</b>	<b>305 708</b>
Total dos 308 municípios			577 201 766	615 023 236	890 319 433	639 839 579	679 085 516	665 998 712	751 800 716	737 284 768	775 394 212	587 945 418	433 189 917	10 462 396

– Da análise do *Ranking* R35.M referente à evolução dos encargos com amortizações de empréstimos da Região Autónoma da Madeira, em relação a 2020, refere-se:

– O total de amortizações da dívida dos municípios madeirenses foi de 10,9 milhões de euros, traduzindo uma descida desta despesa de 6,3% (-727,9 milhares de euros) face ao ano transato. Daquele montante, 305,7 milhares de euros (2,8%) corresponderam a amortizações de empréstimos obtidos ao abrigo dos programas PAEL, para as quais contribuiu, fundamentalmente, o município da Calheta;

– Dos sete municípios da Madeira que apresentaram aumento de amortizações de empréstimos, o único que apresentou aumento relevante foi o município de São Vicente (+99,6%, +462,5 milhares de euros), tendo os restantes manifestado acréscimos insignificantes;

– Relativamente aos restantes quatro municípios madeirenses, refere-se a descida do montante amortizado pelo município do Santana (-100%, -587 milhares euros) e Câmara de Lobos (-26,6%, -497,5 milhares euros).

No *Ranking* R36 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagos em 2020. Pela análise das contas destes municípios verificou-se que não apresentaram qualquer amortização de capital ao abrigo do FAM ou do PAEL.

Da observação da listagem dos 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos, no universo total dos municípios, anota-se com referência a 2020:

– Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, quatro são de média dimensão, um de grande dimensão e os restantes são de pequena dimensão;

– Um destes municípios, Penedono já não apresenta amortizações desde 2010, traduzindo, por isso, ausência de *stock* de dívida bancária de médio e longo prazo. O município da Mealhada apresenta igual cenário a partir de 2014, e o de Ponte de Sor em 2019. Em 2020 não apresentam, também, qualquer amortização os seguintes municípios: Arronches, Santana, Pampilhosa da Serra e Porto, preconizando um *stock* nulo de dívida bancária;

– Outros dezasseis, destes 35 municípios apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar os municípios de Ponte da Barca (-96,9%, -4,3 milhões de euros) e Cartaxo (-94%, -1,5 milhões de euros).

## R36 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos – passivos financeiros – em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Amort. 2020
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	PAEL
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Mealhada	P	684 753	688 350	592 307	1 797 883	0	0	0	0	0	0	0
3	Ponte de Sor	P	220 963	221 209	206 196	181 312	56 972	56 972	2 856 972	56 972	33 233	0	0
4	Arronches	P	160 474	160 803	249 070	134 190	135 307	188 792	123 386	222 575	359 186	509 090	0
5	Santana	P	454 398	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0
6	Pampilhosa da Serra	P	262 701	263 766	431 818	282 295	223 424	61 804	0	0	0	1 000 000	0
7	Porto	G	11 608 708	12 062 885	9 542 841	10 144 116	10 266 274	11 575 317	47 223 002	3 332 035	24 555 579	12 761 487	0
8	Sátão	P	520 263	478 130	419 917	420 346	425 546	353 518	354 341	354 547	267 002	57 987	10 833
9	Castelo de Vide	P	226 621	209 974	220 074	147 564	121 433	153 002	63 802	64 001	64 121	33 990	23 921
10	Ponta do Sol	P	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377
11	Redondo	P	26 570	53 141	250 711	97 728	100 453	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830
12	Alcácer do Sal	P	191 197	190 569	190 815	145 501	110 093	69 282	61 730	61 951	32 795	32 920	33 073
13	Lajes das Flores	P	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063
14	Campo Maior	P	117 407	110 216	105 875	49 246	49 914	50 179	50 633	52 649	40 821	40 821	40 821
15	Sta. Cruz das Flores	P	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901
16	V. Velha de Ródão	P	321 161	239 742	307 208	170 556	176 733	126 148	126 742	127 131	127 372	64 245	64 506
17	Miranda do Corvo	P	562 496	584 558	581 565	611 410	480 510	696 139	147 852	147 852	107 852	67 852	67 852
18	Cinfães	P	117 062	123 100	190 929	139 502	117 392	117 502	117 681	117 826	117 924	118 004	68 880
19	Alvito	P	198 737	200 936	178 273	174 203	164 643	152 829	98 575	88 971	97 338	86 445	69 381
20	Marvão	P	89 988	113 118	112 944	115 652	149 187	146 687	101 410	101 824	102 003	102 106	73 379
21	Murtosa	P	100 970	157 102	162 398	165 468	165 912	167 265	168 160	168 669	169 058	169 475	87 200
22	Cartaxo	M	2 169 231	2 092 353	102 627	115 141	949 317	1 119 863	908 982	43 338 671	138 901	1 587 299	94 805
23	Benavente	M	560 035	1 366 094	1 460 439	768 061	469 212	762 760	147 384	134 924	165 514	180 308	97 182
24	Vila do Bispo	P	61 972	63 822	59 049	94 402	146 859	147 968	150 000	150 200	151 839	98 480	98 480
25	Corvo	P	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484
26	Viana do Alentejo	P	84 850	85 852	123 152	127 849	129 319	107 932	109 549	52 091	58 938	97 528	103 188
27	Ovar	M	843 002	789 760	1 995 172	1 212 992	1 706 762	1 450 185	291 574	291 948	292 069	201 938	118 524
28	Mira	P	495 123	498 572	501 114	510 987	554 162	197 756	198 740	199 257	199 324	159 831	120 351
29	Elvas	M	151 507	175 769	153 287	158 290	159 990	161 474	162 955	164 172	165 005	165 697	121 557
30	Boticas	P	718 590	590 614	651 909	609 205	613 360	339 969	289 817	312 803	302 670	221 439	122 094
31	Gavião	P	259 516	255 902	219 117	208 511	232 249	196 942	173 272	173 299	173 313	173 322	122 648
32	Penacova	P	216 869	216 869	446 869	216 869	131 000	317 376	53 059	27 993	116 732	85 015	122 800
33	Alcoutim	P	222 236	214 578	312 756	179 706	180 459	188 166	230 399	207 760	203 756	108 877	128 804
34	Ponte da Barca	P	1 005 807	966 929	847 406	940 606	1 220 673	1 130 188	876 000	1 040 710	1 053 507	4 455 598	135 897
35	Barrancos	P	551 455	200 269	202 403	215 671	218 160	221 512	217 206	196 983	197 715	135 649	136 327

### 2.3.4.7. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.32 com o Quadro 2.33 verificou-se que permaneceu registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga, na rubrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano económico, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, poucos municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais sempre que se verifica excesso de dotações orçamentais e excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente executada, ou seja, à despesa paga<sup>37</sup>. Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa, apenas, em relação aos pagamentos efetuados. Assim:

– Resultante da informação constante no Quadro 2.33, verifica-se que o total de pagamentos efetuados pelos municípios, em 2020, respeitante a juros e outros encargos foi de 8,8 milhões de euros, -35,5 milhões de euros (-15,6%) que em 2019 e -100,6 milhões de euros (-67,7%) que em 2012, ano de maior volume de encargos desta natureza, nos últimos onze anos;

– Em 2020, 229 Municípios apresentaram diminuição da despesa paga em juros e outros encargos.

Apresentam-se de seguida os *Rankings* R37 e R38, reportados a 2020, respetivamente com os 35 municípios com maior volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros e com o menor volume homólogo de pagamentos.

Da observação do *ranking* anterior anota-se que:

– A autarquia da Amadora apresentou-se, em 2020, como o primeiro da lista dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 3,7 milhões de euros (+1.884,4% que em 2019). Este valor traduziu um excesso de encargos financeiros de +3,7 milhões de euros referente ao pagamento de outros juros<sup>38</sup> que não juros de empréstimos bancários.

<sup>37</sup> Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

<sup>38</sup> Segundo o Relatório de Gestão do município: “Relativamente aos Resultados Financeiros, destaca-se um aumento significativo dos Juros e gastos similares suportados em 3.521.039€ comparati-

Trata-se de uma situação extraordinária e pontual;

– De igual modo V. Franca do Campo apresenta um valor excepcionalmente alto de juros e outros encargos que segundo o Relatório de Gestão advém do pagamento de juros e outros encargos relativos aos empréstimos do Município e do Setor Empresarial Local<sup>39</sup>;

– Quanto ao aumento extraordinário desta rubrica em 190% no município de Gondomar<sup>40</sup>, anota-se de acordo com o descritivo no Relatório de Gestão que o mesmo decorre do aumento de juros bancários devido por empréstimos obtidos e juros suportados com indemnizações e garantias prestadas;

– O extraordinário acréscimo apresentado nesta despesa em 7 341,8% pelo município de Sintra, não é justificado no Relatório Contas, pelo que não é possível diferenciar os encargos bancários de outros presumíveis encargos financeiros;

– Face ao exposto supra Lisboa passou para a segunda posição neste *ranking*, com 3 milhões de euros de juros e outros encargos financeiros, com uma quebra desta despesa de 43,7% (-2,3 milhões de euros);

– Outro município que neste *ranking* apresentou elevada percentagem de aumento desta despesa foi Sintra ao pagar 7.341,8% (+353,6 milhares de euros) do que em 2019, reportando-se este excesso a “outros juros”;

– Não se pode deixar de fazer referência aos municípios desta listagem, para além de Lisboa, que apresentaram uma descida de juros e outros encargos superior a 50%: Fundação (-60%, -1,8 milhões de euros) e Nazaré (-68%, -1,6 milhões de euros);

– **No universo dos 308 municípios, em 2020, 229 municípios diminuíram a despesa com juros e outros encargos financeiros contribuindo para a descida global desta despesa em 15,6% (-8,8 milhões de euros).**

vamente a 2019. Este montante reporta essencialmente ao pagamento dos juros pagos no âmbito do processo da Fundação Amadeu Dias.”

<sup>39</sup> O Relatório de Gestão refere o seguinte “... A maior variação foi registada na despesa corrente (Juros e outros encargos) e correspondem o pagamento de juros e outros encargos relativos aos empréstimos do Município e do Setor Empresarial Local.”; (...) “Relativamente a juros e outros encargos há que referir a liquidação do montante de 2 295 299,98€ repartido por 1 574 310,94, 161 094,96 e 557 377,82 que correspondem a juros e outros encargos pagos pelo município relativos à dívida financeira da Gesquelhas, V.F.C. e Município”.

<sup>40</sup> O Relatório de Gestão da autarquia refere apenas o seguinte: “No Serviço da Dívida incluí-se, para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia (...)”.

## R37 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Amadora	G	348 171	438 529	370 586	212 892	359 448	90 787	77 655	34 319	60 820	186 840	3 707 634	1884,4%
2 Lisboa	G	12 948 835	13 273 868	14 621 842	3 905 089	7 260 018	9 905 388	6 637 162	7 521 880	36 709 288	5 306 792	2 985 507	-43,7%
3 V. Franca do Campo	P	399 035	542 525	1 744 350	1 172 693	1 087 296	899 408	775 254	699 579	651 051	618 375	2 295 300	271,2%
4 Portimão	M	1 620 573	3 594 039	4 689 736	4 118 447	4 399 457	4 070 019	11 072 419	6 663 407	2 130 555	2 161 100	2 180 557	0,9%
5 Aveiro	M	6 273 174	4 390 666	3 086 101	1 804 866	1 781 214	1 213 372	1 111 846	3 413 685	2 336 268	1 744 026	1 364 296	-21,8%
6 V. Real de Sto. António	P	802 365	1 253 719	1 953 422	1 897 059	3 478 129	3 171 181	3 711 825	2 545 217	1 483 220	2 086 112	1 342 167	-35,7%
7 Vila Nova de Gaia	G	4 049 337	4 007 829	5 010 170	4 131 821	4 394 450	4 371 977	7 539 095	2 393 451	1 460 070	972 279	1 203 034	23,7%
8 Fundão	M	726 747	1 751 081	1 687 998	1 947 998	2 341 948	1 410 981	1 800 792	1 123 044	532 522	2 932 117	1 162 717	-60,3%
9 Gondomar	G	459 685	774 675	998 927	391 244	389 106	308 653	242 882	236 009	210 221	386 487	1 120 740	190,0%
10 Évora	M	1 064 485	1 670 912	1 898 239	2 531 046	2 545 263	3 155 076	4 549 387	2 949 664	1 777 129	1 919 628	1 116 764	-41,8%
11 Setúbal	G	1 202 800	898 462	957 836	764 264	1 895 454	1 565 630	1 407 370	1 174 721	951 101	462 947	902 136	94,9%
12 Cartaxo	M	768 774	1 172 967	226 476	255 868	509 548	1 799 317	1 433 486	5 271 160	1 794 833	937 226	890 641	-5,0%
13 Nazaré	P	374 920	507 926	669 894	4 028 449	954 601	1 327 843	1 194 270	1 249 191	1 401 683	2 423 482	775 858	-68,0%
14 Paços de Ferreira	M	818 849	1 020 256	1 413 102	1 359 425	978 353	836 765	711 119	1 629 763	3 867 362	982 491	687 002	-30,1%
15 Leiria	G	1 074 429	1 194 672	910 399	423 110	1 274 777	1 113 491	993 757	880 129	814 973	785 484	677 580	-13,7%
16 Matosinhos	G	473 875	997 561	1 193 116	743 328	706 242	736 510	829 295	876 127	797 519	759 163	669 491	-11,8%
17 Sines	P	250 990	363 778	263 162	258 816	201 429	187 200	189 093	185 244	63 351	151 607	636 774	320,0%
18 Seia	M	1 113 214	7 233 078	3 506 350	2 909 591	2 751 126	2 127 169	1 945 204	1 594 589	1 139 258	605 088	556 821	-8,0%
19 Seixal	G	723 913	875 815	1 399 203	1 911 162	3 517 889	2 974 340	2 040 784	2 132 770	847 491	955 384	498 728	-47,8%
20 Funchal	G	1 117 497	1 491 706	1 060 296	1 059 341	1 003 765	826 249	1 051 516	993 829	1 082 002	486 077	497 358	2,3%
21 Chaves	M	326 625	540 871	494 135	680 923	1 813 530	2 815 579	1 069 171	1 004 410	476 509	750 502	492 907	-34,3%
22 Fornos de Algodres	P	1 607 326	1 186 110	1 125 202	802 405	760 599	657 293	567 240	529 149	561 901	487 910	480 619	-1,5%
23 Covilhã	M	969 113	1 440 476	1 169 000	627 458	557 802	393 791	620 111	546 008	726 080	392 926	457 210	16,4%
24 Lamego	M	256 804	367 244	427 157	1 165 890	687 147	582 610	575 575	722 235	526 617	554 130	437 377	-21,1%
25 V. Nova de Famalicão	G	454 883	545 516	641 202	429 561	472 775	429 686	186 917	163 954	129 338	117 673	430 240	265,6%
26 Ribeira Grande	M	230 994	302 528	347 020	870 158	188 110	133 697	119 973	119 848	113 642	126 309	421 979	234,1%
27 Nordeste	P	148 190	193 347	175 430	476 115	630 657	594 743	515 638	504 500	411 055	238 764	394 808	65,4%
28 Santarém	M	804 106	1 365 686	1 418 080	2 312 329	2 860 198	2 065 139	1 426 919	795 022	646 224	458 163	389 952	-14,9%
29 Sintra	G	836 071	3 790 258	3 760 469	2 038 721	1 553 597	706 323	188 672	60 402	25 002	4 817	358 454	7341,8%
30 Trofa	M	447 908	512 498	649 893	1 717 853	2 883 517	1 056 468	848 721	764 896	442 099	386 113	352 222	-8,8%
31 Paredes	M	228 527	395 561	604 446	816 078	840 472	772 717	719 587	690 679	400 532	360 442	339 439	-5,8%
32 Celorico da Beira	P	534 927	529 223	320 379	343 807	278 117	343 122	237 776	133 581	1 924 736	326 531	306 104	-6,3%
33 Alfândega da Fé	P	946 960	714 686	689 609	833 034	1 189 230	790 986	447 857	409 785	344 153	325 056	305 675	-6,0%
34 Mirandela	M	383 210	482 050	733 021	1 356 727	925 110	689 997	344 825	247 307	207 041	221 410	298 866	35,0%
35 Vila do Conde	M	741 091	834 244	683 988	1 201 995	2 232 814	1 408 880	909 626	655 289	338 061	317 324	292 839	-7,7%

No *Ranking R38*, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, constam quatro municípios – Mealhada, Penedono, Santana e Arronches – sem despesa nesta rubrica em 2020. O primeiro, sem encargos nos últimos seis anos e

o segundo<sup>41</sup> sem encargos nos últimos onze anos.

<sup>41</sup> De facto, analisando as contas de Penedono, constata-se que não utilizou empréstimos nos últimos onze anos.

### R38 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Varia. 19-20 %
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
2 Mealhada	P	53 712	57 678	45 871	18 156	0	0	0	0	0	0	0	--
3 Santana	P	480 643	299 894	313 171	123 750	577 451	50 125	33 221	23 406	102	103	0	-100,0%
4 Arronches	P	29 160	32 658	30 351	12 217	11 997	11 751	3 571	2 598	1 531	1 058	0	-100,0%
5 Boticas	P	57 716	60 509	82 100	36 799	20 788	9 594	4 681	2 358	1 145	655	126	-80,7%
6 Redondo	P	4 867	11 280	14 178	4 206	2 245	1 261	360	2 058	1 063	978	185	-81,1%
7 Castelo de Vide	P	16 439	17 182	15 596	5 494	4 460	2 658	1 337	922	540	373	221	-40,8%
8 Mora	P	58 201	63 976	70 245	26 535	21 596	13 820	6 834	1 211	815	678	417	-38,5%
9 Pampilhosa da Serra	P	16 592	17 921	13 366	3 608	1 423	485	0	6	2	0	526	--
10 Aguiar da Beira	P	64 480	74 413	105 614	39 069	25 487	25 508	13 260	10 853	6 195	1 068	594	-44,4%
11 Marvão	P	16 283	21 435	22 716	8 744	7 237	4 636	2 439	1 388	1 052	1 002	643	-35,8%
12 Proença-a-Nova	P	25 462	65 571	66 083	22 860	18 183	12 539	1 910	1 918	1 735	1 226	659	-46,3%
13 Corvo	P	16 612	21 683	18 626	6 494	6 199	3 737	1 996	1 077	1 050	854	705	-17,4%
14 V. Velha de Ródão	P	34 490	22 307	24 097	10 462	6 634	4 775	2 862	1 886	1 520	1 189	823	-30,8%
15 Penalva do Castelo	P	54 953	58 682	53 607	19 757	15 696	8 897	4 515	2 229	1 575	1 395	853	-38,9%
16 Carrazeda de Ansiães	P	165 052	126 678	97 819	40 097	26 094	17 468	5 932	7 617	1 949	1 824	927	-49,1%
17 Alter do Chão	P	28 938	29 651	31 624	20 395	24 085	19 376	9 179	4 496	5 713	1 290	942	-27,0%
18 Sta. Cruz das Flores	P	19 583	21 552	22 607	10 501	6 905	5 327	1 507	1 322	2 185	1 768	1 311	-25,8%
19 Mogadouro	P	101 288	154 946	114 908	42 380	28 629	18 083	7 199	2 878	1 973	1 821	1 498	-17,7%
20 Cinfães	P	10 565	15 262	33 981	16 862	18 999	22 223	15 116	8 250	7 026	3 901	1 515	-61,2%
21 Barrancos	P	43 592	49 006	74 450	58 382	31 127	20 409	11 542	8 309	3 279	2 812	1 963	-30,2%
22 S. Brás de Alportel	P	41 512	55 928	50 954	18 709	16 523	16 091	12 324	9 498	5 503	2 167	1 980	-8,6%
23 Ponte de Lima	M	18 850	20 932	19 583	16 192	6 478	4 788	2 874	3 034	3 447	3 699	2 289	-38,1%
24 Alcobça	M	527 575	727 040	333 604	432 245	439 682	120 111	15 050	7 965	5 871	4 220	2 802	-33,6%
25 V. Nova de Foz Côa	P	56 735	71 062	88 466	95 386	80 269	37 527	17 049	6 342	4 979	4 460	3 406	-23,6%
26 Murtosa	P	15 363	24 109	14 862	9 296	9 088	6 923	5 537	4 907	4 539	4 058	3 458	-14,8%
27 Lajes das Flores	P	27 976	31 404	22 186	8 547	12 990	5 510	2 035	833	223	2 183	3 964	81,6%
28 Lagoa (Algarve)	M	85 663	398 861	609 199	475 126	285 963	104 105	8 835	4 423	2 932	2 557	3 987	55,9%
29 Sátão	P	41 155	44 428	33 574	15 298	11 212	6 519	34 177	5 702	5 319	4 767	4 072	-14,6%
30 Vila Flor	P	41 532	54 295	51 350	20 751	18 378	12 288	8 894	7 131	7 221	4 768	4 233	-11,2%
31 Porto de Mós	M	56 945	84 773	91 291	46 266	34 459	22 433	11 414	6 960	5 693	5 601	4 605	-17,8%
32 Arcos de Valdevez	M	395 572	156 646	180 608	78 804	50 387	86 952	22 673	7 334	6 305	5 713	4 673	-18,2%
33 Montemor-o-Novo	P	132 043	67 776	57 566	76 691	113 724	37 611	12 502	49 734	72 335	6 975	4 810	-31,0%
34 Elvas	M	278 277	25 172	22 441	30 446	10 372	8 852	11 607	19 254	24 526	3 735	5 951	59,3%
35 Nisa	P	176 842	207 466	402 855	79 546	57 665	62 404	30 819	9 096	11 530	5 700	6 206	8,9%

## R39 – Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e simulação desse custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	2018	2019	2020	TOTAL 2010 a 2020	Nº de habitantes (Censos21)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Lisboa	G	44 749 633	31 324 448	36 709 288	5 306 792	2 985 507	121 075 669	544 851	222,2	10,9%
2	Portimão	M	14 022 796	26 205 302	2 130 555	2 161 100	2 180 557	46 700 311	59 896	779,7	69,7%
3	Vila Nova de Gaia	G	17 199 157	18 698 974	1 460 070	972 279	1 203 034	39 533 514	304 149	130,0	19,7%
4	Aveiro	M	15 554 808	7 520 117	2 336 268	1 744 026	1 364 296	28 519 516	80 880	352,6	24,2%
5	Seia	M	14 762 233	8 418 087	1 139 258	605 088	556 821	25 481 487	21 759	1 171,1	49,7%
6	Évora	M	7 164 681	13 199 390	1 777 129	1 919 628	1 116 764	25 177 593	53 568	470,0	50,4%
7	Porto	G	14 231 112	9 439 899	284 358	83 436	15 098	24 053 903	231 962	103,7	6,2%
8	Vila Real de Sto. António	P	5 906 565	12 906 352	1 483 220	2 086 112	1 342 167	23 724 417	18 828	1 260,1	69,8%
9	Seixal	G	4 910 094	10 665 783	847 491	955 384	498 728	17 877 480	166 693	107,2	14,2%
10	Fundão	M	6 113 823	6 676 765	532 522	2 932 117	1 162 717	17 417 944	26 521	656,8	18,5%
11	Cartaxo	M	2 424 086	9 013 511	1 794 833	937 226	890 641	15 060 296	23 211	648,8	52,2%
12	Nazaré	P	5 581 188	4 725 906	1 401 683	2 423 482	775 858	14 908 117	14 889	1 001,3	39,9%
13	Santarém	M	5 900 201	7 147 278	646 224	458 163	389 952	14 541 817	58 770	247,4	26,2%
14	Paços de Ferreira	M	4 611 632	4 156 000	3 867 362	982 491	687 002	14 304 488	55 623	257,2	19,6%
15	Figueira da Foz	M	8 882 176	3 914 524	305 145	186 861	178 835	13 467 540	58 982	228,3	15,8%
16	Sintra	G	10 425 519	2 508 994	25 002	4 817	358 454	13 322 785	385 954	34,5	7,0%
17	Santa Cruz	M	2 434 027	9 189 033	292 713	371 507	266 467	12 553 747	42 262	297,0	39,4%
18	Oeiras	G	4 564 918	6 925 112	657 402	288 907	13 688	12 450 027	171 802	72,5	4,1%
19	Setúbal	G	3 823 362	6 043 174	951 101	462 947	902 136	12 182 722	123 684	98,5	9,4%
20	Loures	G	8 275 592	2 219 884	164 658	301 261	159 627	11 121 022	201 646	55,2	10,8%
21	V. Franca do Campo	P	3 858 603	3 461 535	651 051	618 375	2 295 300	10 884 864	10 326	1 054,1	54,4%
22	Faro	M	4 862 403	5 283 803	208 646	181 726	167 300	10 703 878	67 566	158,4	24,8%
23	Funchal	G	4 728 840	3 875 358	1 082 002	486 077	497 358	10 669 636	105 919	100,7	7,3%
24	Chaves	M	2 042 553	6 702 690	476 509	750 502	492 907	10 465 163	37 623	278,2	11,0%
25	Leiria	G	3 602 610	4 262 154	814 973	785 484	677 580	10 142 802	128 640	78,8	6,7%
26	Trofa	M	3 328 153	5 553 602	442 099	386 113	352 222	10 062 190	38 612	260,6	18,4%
27	Vila do Conde	M	3 461 318	5 206 609	338 061	317 324	292 839	9 616 151	80 921	118,8	11,3%
28	Guarda	M	4 784 967	3 925 595	251 932	234 015	194 561	9 391 070	40 155	233,9	15,9%
29	Maia	G	6 054 495	2 589 770	147 447	83 647	74 671	8 950 031	134 959	66,3	6,2%
30	Albufeira	M	2 325 971	5 777 507	649 937	57 636	32 496	8 843 547	44 158	200,3	8,6%
31	Matosinhos	G	3 407 880	3 148 174	797 519	759 163	669 491	8 782 227	172 669	50,9	3,4%
32	Fornos de Algodres	P	4 721 043	2 514 281	561 901	487 910	480 619	8 765 754	4 398	1 993,1	36,5%
33	Cascais	G	4 065 671	3 475 508	500 612	330 601	268 646	8 641 038	214 134	40,4	3,2%
34	Coimbra	G	4 499 754	3 359 958	245 080	131 110	110 583	8 346 484	140 796	59,3	6,7%
35	Covilhã	M	4 206 048	2 117 711	726 080	392 926	457 210	7 899 975	46 453	170,1	9,1%
	<b>Total 308 municípios</b>		<b>522 987 384</b>	<b>421 489 243</b>	<b>92 206 745</b>	<b>56 732 349</b>	<b>47 889 859</b>	<b>1 141 305 579</b>	<b>10 347 892</b>	<b>110,3</b>	<b>7,0%</b>

**R4o – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e simulação desse custo por habitante**

Unidade: euros

	Município	Dím.	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	2018	2019	2020	TOTAL 2010 a 2020	Nº de habitantes (Censos21)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	2 731	0,0	0,0%
2	Redondo	P	34 531	5 924	1 063	978	185	42 680	6 287	6,8	0,3%
3	Pampilhosa da Serra	P	51 487	1 915	2	0	526	53 930	4 067	13,3	0,2%
4	Castelo de Vide	P	54 711	9 377	540	373	221	65 222	3 121	20,9	0,4%
5	Corvo	P	63 415	13 009	1 050	854	705	79 033	386	204,7	0,7%
6	Marvão	P	69 177	15 700	1 052	1 002	643	87 574	3 023	29,0	0,4%
7	Santa Cruz das Flores	P	74 243	15 060	2 185	1 768	1 311	94 568	2 021	46,8	0,8%
8	Murtosa	P	63 630	26 456	4 539	4 058	3 458	102 141	10 488	9,7	0,3%
9	Ponte de Lima	M	75 557	17 173	3 447	3 699	2 289	102 165	41 204	2,5	0,1%
10	Vila Velha de Ródão	P	91 356	16 157	1 520	1 189	823	111 046	3 287	33,8	0,5%
11	Lajes das Flores	P	90 113	21 369	223	2 183	3 964	117 851	1 408	83,7	0,7%
12	Alvito	P	71 435	18 565	8 430	14 202	16 962	129 594	2 276	56,9	1,2%
13	Arronches	P	104 386	29 916	1 531	1 058	0	136 890	2 789	49,1	0,8%
14	Cinfães	P	76 670	64 589	7 026	3 901	1 515	153 700	17 747	8,7	0,4%
15	Mealhada	P	175 418	0	0	0	0	175 418	19 358	9,1	0,4%
16	Alter do Chão	P	110 609	57 135	5 713	1 290	942	175 688	3 046	57,7	1,2%
17	Viana do Alentejo	P	69 941	67 752	13 692	20 224	19 136	190 747	5 323	35,8	1,2%
18	Gavião	P	132 592	44 251	8 414	6 272	10 825	202 354	3 398	59,6	1,2%
19	Ponte de Sor	P	103 898	52 388	17 497	13 553	16 216	203 552	15 253	13,3	0,3%
20	Sátão	P	134 455	57 610	5 319	4 767	4 072	206 223	11 026	18,7	0,6%
21	Batalha	P	120 623	52 482	10 164	14 661	14 392	212 321	15 553	13,7	0,6%
22	Proença-a-Nova	P	179 976	34 549	1 735	1 226	659	218 145	7 147	30,5	0,8%
23	Penalva do Castelo	P	187 000	31 338	1 575	1 395	853	222 161	7 340	30,3	0,9%
24	Vila Flor	P	167 928	46 692	7 221	4 768	4 233	230 841	6 064	38,1	1,0%
25	São Brás de Alportel	P	167 103	54 437	5 503	2 167	1 980	231 190	11 266	20,5	1,2%
26	Alcácer do Sal	P	187 992	38 926	1 576	1 280	18 488	248 262	11 125	22,3	0,8%
27	Sernancelhe	P	177 293	44 245	13 943	13 872	13 542	262 895	5 713	46,0	0,9%
28	Mora	P	218 957	43 461	815	678	417	264 329	4 128	64,0	1,8%
29	Porto Santo	P	58 187	103 070	61 623	17 244	25 160	265 284	5 158	51,4	4,4%
30	Alcoutim	P	82 614	103 280	26 270	26 002	33 155	271 320	2 521	107,6	1,1%
31	Fronteira	P	180 670	62 129	9 037	8 850	11 601	272 288	2 856	95,3	2,1%
32	Benavente	M	220 594	25 682	7 716	10 864	9 146	274 002	29 747	9,2	1,2%
33	Boticas	P	237 124	37 420	1 145	655	126	276 470	5 002	55,3	0,9%
34	Barrancos	P	225 429	71 387	3 279	2 812	1 963	304 870	1 435	212,5	9,5%
35	Cuba	P	183 183	74 331	17 240	16 600	16 883	308 236	4 374	70,5	2,6%

Da análise do *Ranking* R38, verifica-se que, em 2020:

- Da lista dos 35 municípios hierarquizados, seis são de média dimensão e os restantes de pequena dimensão;
- A maioria dos municípios listados apresentaram uma descida significativa dos montantes da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, sendo apenas quatro os municípios desta listagem que apresentam aumento de juros e outros encargos financeiros.

Apresentam-se de seguida os *Rankings* R39 e R40 dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros no período dos últimos três mandatos, incluindo o triénio 2018-2020 do mandato em curso. Com estes *rankings* pretende-se, ainda, apresentar um valor estimado de encargos de juros por habitante<sup>42</sup> e o peso dos juros acumulados nos onze últimos anos em relação ao investimento total (direto e indireto) realizado no mesmo período.

## 2.4. Situação Orçamental Global

### 2.4.1. Orçamentos iniciais

Apresentam-se neste ponto listagens de municípios referenciadas aos orçamentos iniciais. Ao longo da secção 2.3, sempre que oportuno, foi comparado o volume de orçamento inicial com o orçamento corrigido por alterações e revisões orçamentais.

Na presente secção recorda-se que o orçamento inicial da totalidade dos municípios foi reforçado em 290,3 milhões de euros, tendo aumentado 12,3% ao passar de 10.659 milhões de euros para 11.968 milhões de euros. Não é possível fazer a análise comparativa da evolução deste reforço orçamental na década em apreço, pois só existe recolha de informação reportada do orçamento inicial a partir de 2017. Não obstante, a análise dos *Rankings* R41, R42, R43 e R44 permite concluir que:

<sup>42</sup> Tendo um significado meramente simbólico e estatístico, o valor de juros e outros encargos por habitante não será objeto de comentário neste Anuário, pois careceria de dados complementares não integrados no cálculo do mesmo. Por exemplo, não foram incluídos para efeito deste indicador: o volume médio anual dos visitantes nos municípios com grande afluência turística; o volume de migrações diárias de trabalhadores residentes noutros municípios para os municípios com elevados níveis de empregabilidade; o volume de deslocações diárias de não residentes, ou mesmo trabalhadores para as capitais de distrito ou para cidades com maior concentração de instituições públicas prestadoras de serviços públicos e/ou apetrechadas de infraestruturas partilhadas por populações de outros concelhos.

O orçamento inicial do município de Lisboa ao totalizar 948,1 milhões de euros representou 8,9% do total orçamentado pelos 308 municípios e apresentou um decréscimo de 17,0%, face a 2019; o segundo município no *ranking* dos municípios com maior orçamento – Porto – apresentou, em 2020, um orçamento inicial que representou 33% do orçamento de Lisboa ao orçamentar 315 milhões de euros. Mais se verifica que o mesmo apresentou uma taxa de crescimento de 7,2% comparativamente ao ano anterior. Anota-se, ainda, em relação ao município de Lisboa, que o orçamento corrigido apresentou um acréscimo em relação ao orçamento inicial de 22%, tendo sido comprometida 84% da sua dotação total;

- O 35º município do *ranking* com maior volume de orçamento inicial, R41, orçamentou um volume de despesa que representou apenas 6,5% do orçamentado pelo município de Lisboa. Estes valores atestam a grande diferença de valores orçamentais apresentados por Lisboa face aos restantes municípios;

- Para além do município de Lisboa, anota-se também a taxa de decréscimo do orçamento inicial apresentada pelo município de Seixal (-23,7%, -32,6 milhões de euros);

Mais se refere que, pela análise do *Ranking* R41, se conclui que a maioria dos municípios apresentaram taxas médias de crescimento do orçamento inicial, com exceção para o município de Coimbra, que atingiu 49,5%, resultante dos aumentos de dotações para: despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, aquisição de bens de capital e passivos financeiros. Aponta-se, ainda, o facto de mais três municípios desta listagem apresentarem taxas de crescimento superior a 20%: Matosinhos (+22,2%), Viseu (+21,4%) e Almada (+21,2%).

Observando o *Ranking* R43, dos 35 municípios listados, para além do já referido em relação a Coimbra, apenas mais dois apresentam uma taxa de crescimento do orçamento superior a 40%. Trata-se dos municípios de Velas com +127,7% e o município de Elvas com +44,7%.

Na globalidade do sector autárquico, 91 Municípios apresentaram taxas de decréscimo do orçamento inicial em 2020, continuando na senda da redução da inflação orçamental.

R41 – Municípios com maior volume de Orçamento inicial em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Orçamento inicial				Variação 2019-2020
		2017	2018	2019	2020	
1 Lisboa	G	775 097 644	811 407 069	1 142 500 000	948 052 000	-17,0%
2 Porto	G	244 200 000	257 400 000	293 900 000	315 000 000	7,2%
3 Sintra	G	172 235 000	194 000 000	205 800 000	241 611 000	17,4%
4 Cascais	G	196 007 161	196 972 976	214 416 493	230 023 937	7,3%
5 Vila Nova de Gaia	G	159 988 910	168 681 000	178 782 530	199 824 920	11,8%
6 Oeiras	G	128 023 360	151 363 360	154 711 640	171 693 010	11,0%
7 Coimbra	G	94 672 975	106 339 849	100 890 312	150 803 156	49,5%
8 Loures	G	120 000 000	115 593 600	132 536 848	143 680 583	8,4%
9 Setúbal	G	119 377 838	127 997 100	139 167 800	135 974 700	-2,3%
10 Matosinhos	G	112 247 569	109 037 093	106 590 524	130 289 880	22,2%
11 Braga	G	101 305 000	122 923 702	119 472 085	120 857 972	1,2%
12 Guimarães	G	105 916 826	109 345 285	105 498 852	116 515 723	10,4%
13 Gondomar	G	91 147 327	129 274 097	128 620 999	113 923 474	-11,4%
14 Vila Nova de Famalicão	G	85 927 247	83 347 892	97 897 732	110 779 472	13,2%
15 Almada	G	86 455 649	90 239 250	90 409 693	109 574 066	21,2%
16 Loulé	M	104 451 778	100 921 715	105 535 339	107 840 192	2,2%
17 Funchal	G	97 077 000	100 249 720	97 292 565	107 735 330	10,7%
18 Seixal	G	83 106 887	86 524 767	137 663 870	105 055 000	-23,7%
19 Odivelas	G	87 608 589	88 325 450	95 235 450	103 348 328	8,5%
20 Viana do Castelo	M	74 679 681	78 479 110	89 954 963	100 599 451	11,8%
21 Maia	G	73 189 271	79 997 850	88 082 420	98 187 913	11,5%
22 Amadora	G	87 221 141	90 806 711	94 396 431	97 496 655	3,3%
23 Viseu	M	66 790 483	72 098 589	72 255 902	87 725 016	21,4%
24 Leiria	G	76 000 000	79 700 000	80 500 000	81 200 000	0,9%
25 Albufeira	M	73 481 127	74 697 038	79 620 841	79 995 179	0,5%
26 V. F. de Xira	G	61 099 833	62 802 368	66 646 123	77 641 187	16,5%
27 Aveiro	M	142 977 575	88 577 575	69 737 585	77 152 750	10,6%
28 Santa Maria da Feira	G	63 032 132	66 722 500	69 487 137	70 963 013	2,1%
29 Barcelos	G	60 774 000	64 580 000	68 103 000	70 595 000	3,7%
30 Portimão	M	138 348 398	60 230 750	58 570 890	67 628 431	15,5%
31 Penafiel	M	72 380 000	80 783 500	73 200 000	66 950 000	-8,5%
32 Mafra	M	53 725 910	60 289 080	63 496 375	66 802 430	5,2%
33 Lagos	M	50 036 149	59 389 626	58 667 312	64 219 871	9,5%
34 Póvoa de Varzim	M	46 200 000	52 000 000	64 500 000	63 300 000	-1,9%
35 Paredes	M	62 789 450	62 682 370	65 413 602	61 759 476	-5,6%

## R42 – Municípios com menor volume de Orçamento inicial em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Orçamento inicial				Variação 2019-2020	
		2017	2018	2019	2020		
1	Corvo	P	2 855 631	3 419 896	2 230 755	2 568 717	15,2%
2	Santa Cruz das Flores	P	4 149 324	3 590 902	3 626 926	3 684 850	1,6%
3	Lajes das Flores	P	3 169 304	3 777 752	4 750 260	4 438 498	-6,6%
4	Porto Santo	P	5 499 434	5 074 289	4 796 929	4 771 929	-0,5%
5	Barrancos	P	5 586 432	4 945 606	4 634 534	4 972 300	7,3%
6	Santa Cruz da Graciosa	P	5 581 410	6 072 395	6 062 724	5 367 599	-11,5%
7	Calheta (R.A.A.)	P	5 708 577	5 636 143	5 385 203	5 568 460	3,4%
8	Arronches	P	6 665 000	6 150 000	6 080 000	6 160 000	1,3%
9	Nordeste	P	6 611 590	5 706 259	6 171 805	6 221 970	0,8%
10	São Roque do Pico	P	5 703 265	6 862 729	6 733 803	6 572 032	-2,4%
11	Fronteira	P	6 616 862	5 944 013	6 144 412	6 712 099	9,2%
12	Ponta do Sol	P	7 525 928	6 974 570	6 567 398	6 807 690	3,7%
13	Porto Moniz	P	5 857 000	7 284 110	7 112 190	6 825 000	-4,0%
14	Fornos de Algodres	P	6 040 000	6 770 800	6 975 405	6 910 050	-0,9%
15	Manteigas	P	6 786 938	6 615 686	6 991 478	6 997 791	0,1%
16	Constância	P	6 969 280	7 859 755	7 367 716	7 140 597	-3,1%
17	Penedono	P	6 683 149	6 823 164	6 762 517	7 162 816	5,9%
18	Vila do Porto	P	10 798 008	8 421 436	6 435 191	7 186 676	11,7%
19	Santana	P	6 268 671	7 495 463	8 017 726	7 201 055	-10,2%
20	São Vicente	P	6 409 680	7 493 753	7 185 193	7 313 518	1,8%
21	Castanheira de Pera	P	4 766 382	9 546 161	9 013 443	7 495 061	-16,8%
22	Cuba	P	6 552 769	6 316 093	6 477 846	7 707 505	19,0%
23	Marvão	P	5 378 817	6 101 119	6 886 386	7 789 610	13,1%
24	Lajes do Pico	P	6 150 734	7 216 754	7 940 225	7 885 846	-0,7%
25	Alvito	P	5 566 000	7 618 700	7 620 250	8 083 000	6,1%
26	Castelo de Vide	P	6 120 000	6 409 000	6 654 000	8 115 000	22,0%
27	Vila de Rei	P	6 560 000	7 190 000	8 280 000	8 160 000	-1,4%
28	Sousel	P	7 555 550	7 590 139	7 526 799	8 359 843	11,1%
29	Vila Viçosa	P	9 900 744	11 273 514	10 310 366	8 573 780	-16,8%
30	Madalena	P	9 678 367	9 711 477	9 800 220	8 638 547	-11,9%
31	Ferreira do Zêzere	P	10 655 654	9 845 172	10 356 976	8 796 889	-15,1%
32	Góis	P	9 182 128	12 614 500	13 087 091	8 987 778	-31,3%
33	Golegã	P	8 416 575	9 964 696	8 503 036	9 157 854	7,7%
34	Vidigueira	P	7 996 523	9 500 954	9 471 000	9 164 924	-3,2%
35	Borba	P	7 490 328	7 688 000	8 276 550	9 260 000	11,9%

R43 – Municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Orçamento inicial				Variação 2019-2020	Variação % 2019-2020	
		2017	2018	2019	2020			
1	Coimbra	G	94 672 975	106 339 849	100 890 312	150 803 156	49 912 844	49,5%
2	Sintra	G	172 235 000	194 000 000	205 800 000	241 611 000	35 811 000	17,4%
3	Matosinhos	G	112 247 569	109 037 093	106 590 524	130 289 880	23 699 356	22,2%
4	Porto	G	244 200 000	257 400 000	293 900 000	315 000 000	21 100 000	7,2%
5	Vila Nova de Gaia	G	159 988 910	168 681 000	178 782 530	199 824 920	21 042 390	11,8%
6	Almada	G	86 455 649	90 239 250	90 409 693	109 574 066	19 164 373	21,2%
7	Oeiras	G	128 023 360	151 363 360	154 711 640	171 693 010	16 981 370	11,0%
8	Cascais	G	196 007 161	196 972 976	214 416 493	230 023 937	15 607 444	7,3%
9	Viseu	M	66 790 483	72 098 589	72 255 902	87 725 016	15 469 114	21,4%
10	Vila Nova de Famalicão	G	85 927 247	83 347 892	97 897 732	110 779 472	12 881 740	13,2%
11	Sines	P	31 768 800	32 382 000	34 345 000	47 108 500	12 763 500	37,2%
12	Loures	G	120 000 000	115 593 600	132 536 848	143 680 583	11 143 735	8,4%
13	Guimarães	G	105 916 826	109 345 285	105 498 852	116 515 723	11 016 871	10,4%
14	V. F. de Xira	G	61 099 833	62 802 368	66 646 123	77 641 187	10 995 064	16,5%
15	Viana do Castelo	M	74 679 681	78 479 110	89 954 963	100 599 451	10 644 488	11,8%
16	Funchal	G	97 077 000	100 249 720	97 292 565	107 735 330	10 442 765	10,7%
17	Amarante	M	41 171 962	36 517 096	40 216 135	50 470 000	10 253 865	25,5%
18	Maia	G	73 189 271	79 997 850	88 082 420	98 187 913	10 105 493	11,5%
19	Portimão	M	138 348 398	60 230 750	58 570 890	67 628 431	9 057 541	15,5%
20	Elvas	M	18 646 386	20 401 202	19 885 188	28 764 807	8 879 619	44,7%
21	Odivelas	G	87 608 589	88 325 450	95 235 450	103 348 328	8 112 878	8,5%
22	Figueira da Foz	M	46 882 827	51 760 762	52 868 993	60 927 486	8 058 493	15,2%
23	Velas	P	8 144 611	6 967 663	6 308 535	14 365 085	8 056 550	127,7%
24	Aveiro	M	142 977 575	88 577 575	69 737 585	77 152 750	7 415 165	10,6%
25	Faro	M	39 295 018	37 286 400	39 489 324	46 298 311	6 808 987	17,2%
26	Santarém	M	47 950 000	50 944 250	54 690 120	61 490 682	6 800 562	12,4%
27	Benavente	M	20 353 428	20 135 705	19 167 478	25 948 755	6 781 277	35,4%
28	Valongo	M	40 512 500	49 477 000	52 647 761	59 300 000	6 652 239	12,6%
29	Macedo de Cavaleiros	P	21 378 000	16 954 780	21 395 597	27 935 729	6 540 132	30,6%
30	Espinho	M	32 818 400	35 558 540	36 721 780	42 895 630	6 173 850	16,8%
31	Montijo	M	28 055 878	26 272 670	32 109 087	38 159 185	6 050 098	18,8%
32	Felgueiras	M	48 995 000	47 165 379	42 210 002	48 033 150	5 823 148	13,8%
33	Lagos	M	50 036 149	59 389 626	58 667 312	64 219 871	5 552 559	9,5%
34	Alenquer	M	28 702 163	30 102 541	31 971 420	37 455 731	5 484 311	17,2%
35	Lousada	M	30 287 115	30 378 695	31 804 980	37 259 620	5 454 640	17,2%

## R44 – Municípios com maior diminuição do Orçamento inicial em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Orçamento inicial				Variação 2019-2020	Variação % 2019-2020
			2017	2018	2019	2020		
1	Lisboa	G	775 097 644	811 407 069	1 142 500 000	948 052 000	-194 448 000	-17,0%
2	Seixal	G	83 106 887	86 524 767	137 663 870	105 055 000	-32 608 870	-23,7%
3	Nazaré	P	46 829 128	50 344 434	44 944 716	20 828 337	-24 116 379	-53,7%
4	Gondomar	G	91 147 327	129 274 097	128 620 999	113 923 474	-14 697 525	-11,4%
5	Barreiro	M	52 601 650	54 654 290	67 646 723	55 077 375	-12 569 348	-18,6%
6	Penafiel	M	72 380 000	80 783 500	73 200 000	66 950 000	-6 250 000	-8,5%
7	Palmela	M	45 560 261	49 258 864	52 874 904	47 291 004	-5 583 900	-10,6%
8	Alcanena	P	11 957 435	19 524 982	23 284 260	18 303 698	-4 980 562	-21,4%
9	Góis	P	9 182 128	12 614 500	13 087 091	8 987 778	-4 099 313	-31,3%
10	Pedrógão Grande	P	8 690 300	14 270 230	15 813 851	11 765 395	-4 048 456	-25,6%
11	Vila Real de Santo António	P	36 195 342	29 218 563	39 111 122	35 097 666	-4 013 456	-10,3%
12	Nelas	P	13 664 021	17 829 955	21 904 935	17 914 108	-3 990 827	-18,2%
13	Amares	P	13 723 229	16 769 514	20 658 205	16 758 892	-3 899 313	-18,9%
14	Monchique	P	13 640 382	14 705 054	22 341 376	18 504 791	-3 836 585	-17,2%
15	Ribeira Brava	P	9 321 234	12 978 259	18 714 919	14 985 663	-3 729 256	-19,9%
16	Paredes	M	62 789 450	62 682 370	65 413 602	61 759 476	-3 654 126	-5,6%
17	Setúbal	G	119 377 838	127 997 100	139 167 800	135 974 700	-3 193 100	-2,3%
18	Pampilhosa da Serra	P	10 367 705	19 535 220	14 364 293	11 205 776	-3 158 517	-22,0%
19	Vila Nova da Barquinha	P	13 130 816	14 630 376	13 230 088	10 250 500	-2 979 588	-22,5%
20	Cabeceiras de Basto	P	18 861 523	18 463 764	22 850 127	20 259 717	-2 590 410	-11,3%
21	Mortágua	P	9 871 806	11 268 209	12 091 703	9 575 232	-2 516 471	-20,8%
22	Caminha	P	20 702 207	22 789 956	25 411 936	22 972 453	-2 439 483	-9,6%
23	Vila Nova de Poiares	P	9 814 309	10 304 617	12 566 097	10 140 772	-2 425 325	-19,3%
24	Celorico da Beira	P	23 091 461	22 960 398	12 798 539	10 778 164	-2 020 375	-15,8%
25	Arouca	M	20 245 300	23 478 000	25 558 000	23 676 300	-1 881 700	-7,4%
26	Montalegre	P	22 760 000	23 970 000	22 665 000	20 828 000	-1 837 000	-8,1%
27	Mirandela	M	31 328 138	39 054 186	37 729 546	35 932 813	-1 796 733	-4,8%
28	Pinhel	P	19 523 360	20 598 017	20 392 935	18 600 000	-1 792 935	-8,8%
29	Vila Viçosa	P	9 900 744	11 273 514	10 310 366	8 573 780	-1 736 586	-16,8%
30	Tondela	M	30 542 169	29 619 222	35 514 639	33 951 887	-1 562 752	-4,4%
31	Ferreira do Zêzere	P	10 655 654	9 845 172	10 356 976	8 796 889	-1 560 087	-15,1%
32	Anadia	M	20 139 600	21 250 200	22 389 300	20 854 600	-1 534 700	-6,9%
33	Castanheira de Pera	P	4 424 794	9 546 161	9 013 443	7 495 061	-1 518 382	-16,8%
34	Santo Tirso	M	47 741 043	51 687 523	50 913 094	49 524 165	-1 388 929	-2,7%
35	Arganil	P	22 001 019	22 989 382	23 101 901	21 841 510	-1 260 391	-5,5%

## 2.4.2. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Esta secção é dedicada à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita, uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais. Esta comparação efetuar-se-á, essencialmente, entre a despesa assumida e a receita liquidada, embora a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso<sup>43</sup> obrigue ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excepcionalmente que sejam utilizadas como sustentação da despesa, receitas certas a cobrar.

Contudo, no nosso entender, sendo a receita liquidada uma receita cujo direito a receber se encontra constituído no momento da

emissão do documento de liquidação, deveria ser esta, o termo de comparação com a despesa assumida ou comprometida. Acresce referir que para o ano de 2020, comparar-se-á a receita liquidada com o total das obrigações constituídas, dada a informação disponibilizada com a implementação do SNC-AP.

Face à ausência de informação sobre obrigações constituídas em anos anteriores a 2020, toda a análise efetuada nesta secção do Anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa comprometida. Apresentar-se-á, também, a comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, dada a contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, fundamentalmente, para cálculo dos saldos de gerência e dos mapas de controlo e execução orçamental exigidos em sede de prestação de contas.

43 Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quadro 2.37 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21			
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
<b>Receitas*</b>	Receitas previstas corrigidas	12 995,1	12 595,6	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3
	Receitas liquidadas	7 978,1	7 887,7	7 699,3	7 806,2	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7
	Receitas cobradas	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1
	Receitas liquidadas p/ cobrar (créditos s/ terceiros)	118,6	116,2	15,9	-0,1	128,8	6,5	61,4	77,5	171,5	140,3	82,7
	Saldos exercício anterior	166,8	261,7	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7	1 186,4	1 411,5	1 600,4	1 999,5
<b>Despesas</b>	Despesas previstas corrigidas	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0
	Compromissos do exercício	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2
	Obrigações do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9 003,5
	Despesas pagas no exercício	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6
<b>Excesso de Receita sobre Despesa</b>	(Receitas liquidadas + Saldos exercício anterior) - Despesas comprometidas	-2 554,7	-2 332,2	-1 771,4	-1 206,8	-544,8	-65,6	253,3	295,0	498,6	667,7	416,0
	(Receitas cobradas + Saldos exercício anterior) - Despesas comprometidas	-2 673,3	-2 448,3	-1 787,3	-1 206,7	-673,6	-72,2	191,9	217,5	327,0	527,4	333,4
	(Receitas cobradas + Saldos exercício anterior) - Obrigações do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 769,1
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

\* O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas, não inclui o saldo de gerência anterior.

Da leitura do Quadro 2.37 podemos concluir o seguinte:

- Verifica-se a consolidação da deflação das previsões orçamentais que baixaram 3.001,8 milhões de euros (-23,1%) no período de 2010 a 2020, apesar do aumento de receitas cobradas em 913,6 milhões de euros (+11,6%) verificado no mesmo período. Esta correlação entre a variação negativa da previsão orçamental e a variação positiva da cobrança de receita, mostra o esforço dos municípios para a promoção da sustentabilidade financeira;
- Pese embora a deflação do orçamento da receita e consequente redução do orçamento da despesa, verifica-se que este desceu proporcionalmente menos, fruto de revisões orçamentais que contrariaram, em parte, a deflação orçamental inicial, isto é, o orçamento da despesa, corrigido das revisões e alterações orçamentais no mesmo período de dez anos, baixou 1.219,6 milhões de euros (-9,2%). Menos concordante com a necessidade de equilíbrio das contas públicas foi o facto de, no mesmo período de tempo, o volume dos compromissos assumidos ter baixado bastante menos que o orçamento previsional, apresentando um decréscimo de apenas 2,4% (-260,4 milhões de euros);
- Verifica-se, assim, que o aumento de receita cobrada entre 2010 e 2020 (+11,6%, +913,6 milões de euros) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais foram apresentando progressivamente indicadores mais elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas comprometidas – de 73,6% em 2010 para 84,1% em 2020;
- Reforçando a constatação do parágrafo anterior, verifica-se que o volume de despesa paga aumentou 11,5% (+904,5 milhões de euros) de 2010 para 2020, tendo a despesa corrente homóloga aumentado, no mesmo período, 21,9% (+1 101,0 milhões de euros) e a correspondente despesa de capital apresentado uma descida de 6,9% (-197 milhões de euros);
- Todavia em 2020 pode-se concluir que o peso dos pagamentos em relação às obrigações do exercício no total de 9.003,5 milhões de euros foi de 97,5%, ficando por pagar apenas 226,9 milhões de euros de faturação.
- Em 2020, o volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores – saldo orçamental na ótica dos compromissos – foi superior ao volume de despesas assumidas em 416,0

milhões de euros, baixando, contudo, a sua performance em 37,7% (-251,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Anota-se que a diferença entre as receitas liquidadas acrescidas dos saldos de gerência de exercícios anteriores e as despesas assumidas, só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado no triénio 2018-2020, traduzindo assim, um superavit financeiro revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios;

– Face à informação obtida com SNC-AP, poder-se-á confrontar o valor das receitas do exercício incluindo o saldo da gerência anterior com o valor das obrigações do exercício, deduzindo-se daqui o superavit financeiro do exercício. **Assim em 2020 o excesso (superavit) da receita (incluindo saldo da gerência) sobre as obrigações constituídas foi de 1.769,1 milhão de euros, sendo este o contributo do sector autárquico para o equilíbrio orçamental das contas do Estado.**

Os Gráficos 2.09, 2.09.A, 2.09M, 2.10, 2.10.A e 2.10.M, a seguir apresentados, mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada\* e Cobrada\*, Despesa Comprometida e Paga, entre 2010 e 2020

\* Inclui o valor dos saldos da gerência anterior.

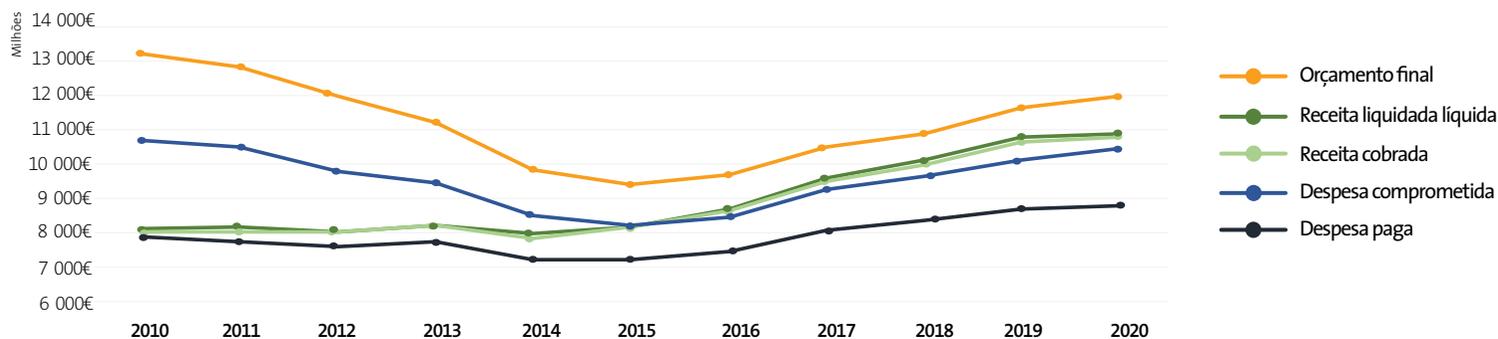


Gráfico 2.09.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2010 e 2020, nos municípios da R.A. dos Açores

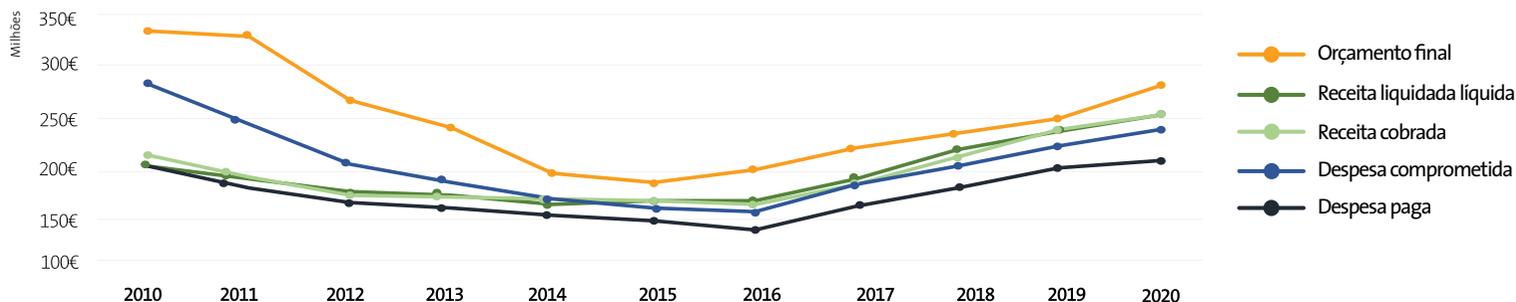


Gráfico 2.09.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2010 e 2020, nos municípios da R.A. da Madeira

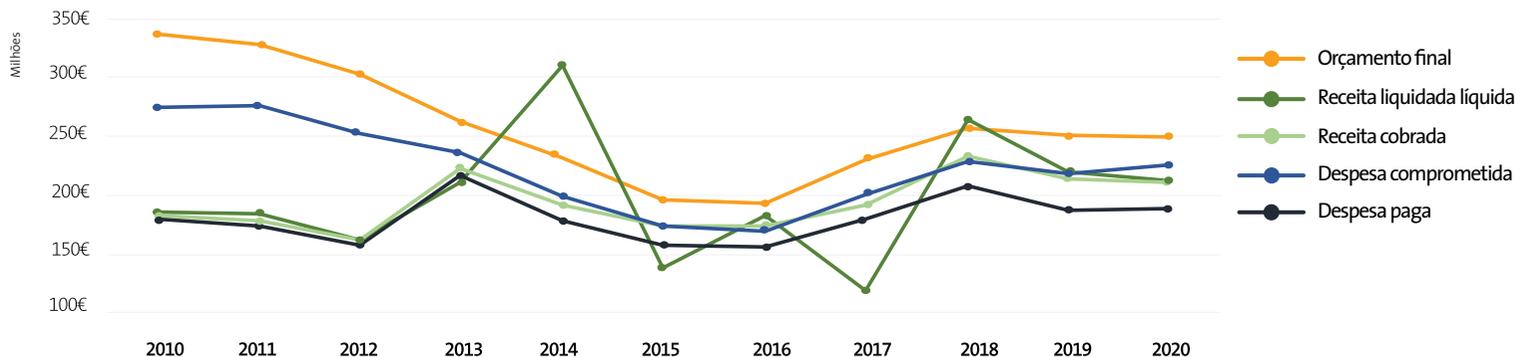


Gráfico 2.10 – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, em 2020

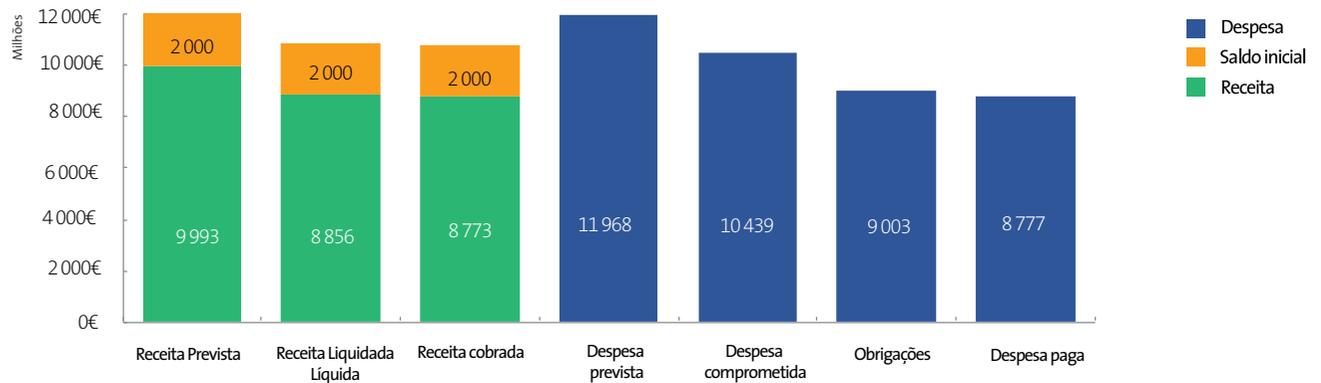


Gráfico 2.10.A – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, em 2020

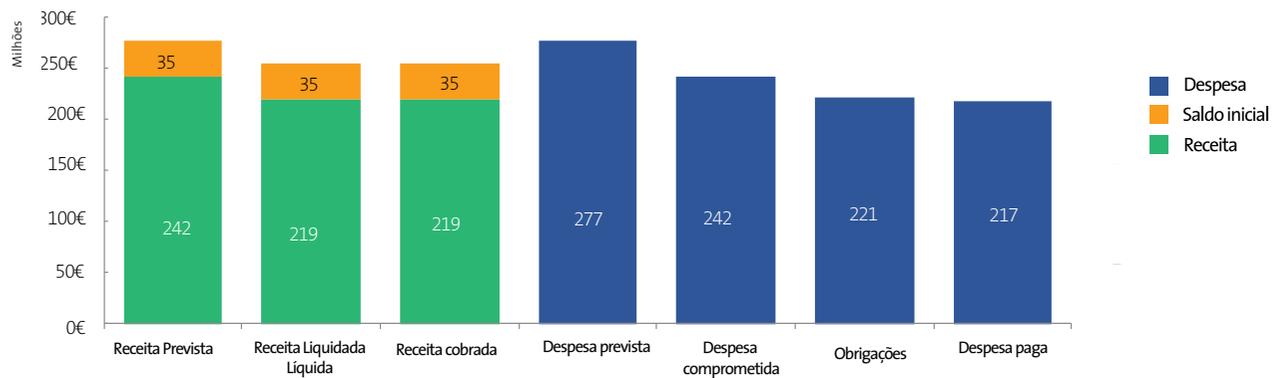
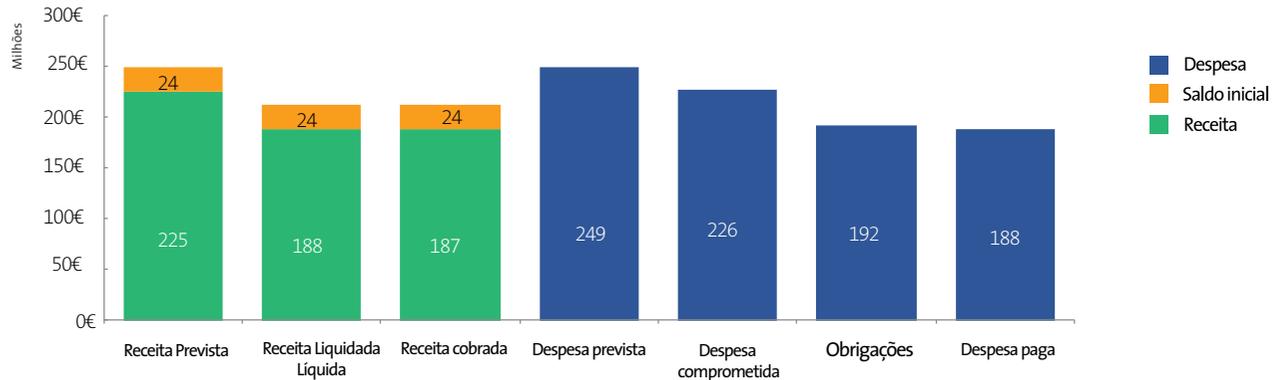


Gráfico 2.10.M – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, em 2020



Quadro 2.38 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Grau de execução da Despesa	Mínimo	24%	24%	21%	19%	23%	27%	30%	29%	39%	46,8%	49,0%
		Portimão	Portimão	Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Sta. Cruz das Flores	Coruche
	Máximo	95,3%	94,9%	94%	96%	97%	100%	100%	98%	97%	94,2%	97,3%
		S. João da Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal	S. Roque Pico	Aljezur	Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Seia	V. Franca do Campo	Amares
Médio	60%	60%	63%	69%	75%	80%	78%	77%	77%	77,3%	74,3%	
Grau de execução da Receita (sem saldo inicial)	Mínimo	28%	24%	21%	22%	23%	26%	31%	28%	40%	48,1%	52,2%
		Trofa	Portimão	Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Monchique	Castelo de Paiva
	Máximo	96%	100%	103%	102%	107%	118%	116%	115%	116%	117,1%	119,7%
		S. João da Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada	Albufeira	Albufeira	Leiria	Porto	Porto	Porto	Porto
Médio	61%	62%	66%	72%	81%	86%	87%	85%	86%	86,2%	86,2%	
Receitas por cobrar / receitas liquidadas	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%
	Máximo	65%	62%	75%	55%	81%	52%	376%	53%	51%	58,9%	61,0%
	Médio	9%	10%	10%	10%	11%	11%	10%	6%	6%	5,4%	6,4%
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	2,2%	0,7%	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	1,4%	1,0%	0,8%	1,8%	2,9%
		Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo	Alpiarça	Porto Santo	Porto Santo	Vila Real Sto. António	Vila Real Sto. António
	Máximo	59%	54%	60%	62%	55%	53%	49%	49%	42%	47,0%	49,6%
		Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa	Corvo	Lajes das Flores	Alvaiázere	Corvo	Vale de Cambra	Corvo	Vouzela	Ribeira Brava
Médio	23%	22%	20%	21%	18%	18%	14%	19%	18%	19,2%	22,2%	
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	5%	10%	10%	8%	10%	13%	11%	5%	9%	10,0%	12,7%
		Fornos de Algodres	Seia	V. Franca do Campo	Fundão	V. Real Sto. António	Nazaré	Alfândega da Fé	Fornos de Algodres	Seia	V. Franca do Campo	V. Franca do Campo
	Máximo	55%	58%	55%	53%	60%	55%	52%	58%	53%	56,2%	57,5%
		Campo Maior	Mourão	Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão	Mourão	Porto Santo	Montijo	Redondo	Porto Santo
Médio	31%	31%	27%	29%	32%	31%	31%	29%	31%	31,6%	32,5%	

Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	46,6%	47,5%	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%	42,4%	59,6%	58,4%	57,8%	56,9%
	Máximo	99,2%	99,7%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%	99,7%	99,9%
	Médio	80,1%	81,3%	79,3%	84,2%	86,6%	88,7%	88,1%	88,8%	88,3%	88,9%	87,7%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	28,3%	23,1%	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%	30,7%	28,0%	39,6%	48,3%	51,6%
	Máximo	97,5%	109,3%	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%	121,2%	116,7%	136,4%	138,9%	120,8%
	Médio	62,6%	64,5%	66,8%	75,3%	82,0%	86,9%	87,8%	86,5%	88,3%	88,6%	86,5%

O Quadro 2.38 mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas, evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. São rácios que comparam a receita cobrada com a receita prevista (corrigida) no que respeita à receita, e a despesa paga com a despesa orçada (corrigida) no que se refere à despesa. Reforçando as observações anteriores, apresentam-se no Quadro 2.39, para o período entre 2010 e 2020, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada, isto é, na ótica dos compromissos.

Da análise do Quadro 2.39 confirma-se que, entre 2010 e 2020, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente, passando de 17,5pp em 2010 para 1,2pp em 2020, situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais. Não obstante, na ótica dos compromissos, a execução média da despesa continua a exceder a execução média da receita.

Apresenta-se de seguida o *Ranking* R45 que elenca, tendo por referência o ano de 2020, os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

Da observação do *Ranking* R45 verifica-se que, em 2020, os 35 municípios elencados apresentaram uma diferença negativa superior a 13pp, entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa.

No universo total dos municípios, 172 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas. Destes, 56 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita.

As listagens R45.A e R45.M mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente, nos municípios das Regiões dos Açores e da Madeira.

Da observação dos *rankings* R45A e R45M constata-se que na Região dos Açores treze municípios apresentaram uma taxa de execução da receita maior que a taxa de execução da despesa contribuindo assim para um maior equilíbrio das contas públicas. Na

Região da Madeira foram cinco os municípios que apresentaram uma taxa de execução da receita liquidada maior que a taxa de execução da despesa assumida.

Mais se verifica que em média na Região dos Açores a execução da receita foi superior à execução da despesa em 3,5pp, e que na Região da Madeira esta mesma diferença foi de 1,2pp.

O *Ranking* R46 mostra os 35 municípios que, em 2020, apresentaram um grau de realização da despesa assumida menor que o grau de execução da receita liquidada. Tal como no *ranking* anterior, apresenta-se, para os mesmos municípios, informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores ao ano em estudo.

Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que 149 municípios apresentaram um volume de receita liquidada líquida<sup>44</sup> igual ou superior ao total de despesa assumida<sup>45</sup>, revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial

<sup>44</sup> Receita liquidada líquida = receita liquidada – liquidações anuladas. Inclui o Saldo de gerência anterior previsto corrigido.

<sup>45</sup> Em 2018 estiveram nesta situação 127 municípios e em 2019, 114 municípios.

## R45 – Municípios com maior diferença NEGATIVA entre o grau de execução de receitas liquidadas\* e o grau de execução de despesas comprometidas

Município	Dim.	2018			2019			2020		
		Execução Receita liqui-dada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liqui-dada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liqui-dada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Ponte de Sor	P	88,0%	88,4%	-0,4%	138,9%	94,9%	44,1%	51,6%	95,3%	-43,7%
2 Tábua	P	60,3%	96,8%	-36,5%	62,5%	97,5%	-35,0%	63,0%	95,4%	-32,3%
3 Tabuaço	P	69,1%	96,3%	-27,1%	69,6%	96,7%	-27,1%	65,1%	96,6%	-31,5%
4 Paredes	M	75,7%	91,8%	-16,1%	71,7%	94,8%	-23,1%	66,6%	96,2%	-29,6%
5 Penafiel	M	58,1%	91,3%	-33,1%	59,8%	92,0%	-32,3%	64,2%	92,7%	-28,5%
6 Setúbal	G	85,0%	93,2%	-8,3%	70,5%	93,4%	-22,9%	66,1%	94,4%	-28,3%
7 Tarouca	P	70,6%	96,6%	-26,0%	69,9%	96,2%	-26,3%	65,7%	93,9%	-28,2%
8 Figueiró dos Vinhos	P	65,8%	94,3%	-28,5%	76,6%	99,2%	-22,6%	67,0%	94,2%	-27,2%
9 Santa Comba Dão	P	85,8%	96,7%	-10,9%	86,1%	99,5%	-13,4%	72,0%	98,9%	-26,8%
10 Melgaço	P	75,1%	96,1%	-21,0%	80,0%	97,3%	-17,3%	69,7%	96,4%	-26,7%
11 Ponte da Barca	P	71,0%	87,8%	-16,8%	60,8%	78,8%	-18,0%	57,9%	83,0%	-25,1%
12 Aljustrel	P	69,7%	87,3%	-17,6%	72,3%	90,1%	-17,8%	62,9%	87,0%	-24,0%
13 Coimbra	G	85,5%	78,4%	7,1%	92,6%	87,8%	4,8%	65,5%	88,9%	-23,3%
14 Espinho	M	68,6%	68,2%	0,4%	89,3%	96,8%	-7,5%	73,8%	97,1%	-23,3%
15 Chaves	M	88,6%	89,8%	-1,2%	110,6%	98,4%	12,2%	70,4%	93,2%	-22,8%
16 Freixo de Espada à Cinta	P	56,7%	78,9%	-22,1%	66,6%	82,4%	-15,8%	52,2%	74,9%	-22,6%
17 Castro Marim	P	65,8%	85,6%	-19,8%	74,8%	91,5%	-16,6%	65,6%	87,1%	-21,5%
18 Vagos	M	83,4%	99,4%	-16,0%	81,1%	98,7%	-17,7%	77,8%	98,6%	-20,8%
19 Cuba	P	89,4%	97,9%	-8,5%	87,7%	98,7%	-10,9%	77,7%	97,7%	-19,9%
20 Nazaré	P	39,6%	83,1%	-43,5%	70,7%	84,2%	-13,5%	67,1%	85,2%	-18,0%
21 Sardoal	P	86,2%	98,3%	-12,1%	86,4%	97,5%	-11,1%	81,2%	98,6%	-17,4%
22 Santa Cruz	M	101,6%	92,7%	8,9%	73,3%	78,6%	-5,3%	79,9%	96,7%	-16,8%
23 Nelas	P	86,1%	94,7%	-8,6%	62,8%	79,5%	-16,7%	69,6%	86,2%	-16,6%
24 Peso da Régua	P	88,9%	99,9%	-11,0%	85,8%	99,1%	-13,3%	83,3%	99,9%	-16,6%
25 Pinhel	P	87,4%	98,0%	-10,6%	86,1%	97,3%	-11,2%	82,8%	99,0%	-16,3%
26 Águeda	M	65,7%	74,8%	-9,2%	82,8%	93,8%	-11,0%	65,5%	80,8%	-15,4%
27 Moimenta da Beira	P	80,5%	98,4%	-17,9%	79,1%	98,0%	-18,9%	75,9%	91,1%	-15,3%
28 Castelo de Paiva	P	55,6%	74,6%	-19,0%	62,2%	78,6%	-16,4%	52,8%	67,9%	-15,1%
29 Mesão Frio	P	80,7%	99,7%	-19,0%	78,8%	99,4%	-20,6%	82,5%	97,4%	-14,9%
30 Montemor-o-Novo	P	85,7%	91,7%	-5,9%	79,7%	99,1%	-19,3%	84,0%	98,6%	-14,6%
31 Viana do Castelo	M	85,5%	99,0%	-13,5%	80,0%	97,2%	-17,2%	84,3%	98,5%	-14,2%
32 Sines	P	81,5%	97,7%	-16,2%	88,7%	98,7%	-10,1%	85,1%	99,3%	-14,2%
33 Funchal	G	111,0%	87,6%	23,3%	86,5%	87,3%	-0,8%	80,8%	95,0%	-14,2%
34 Condeixa-a-Nova	P	69,3%	93,7%	-24,5%	73,5%	86,8%	-13,4%	82,6%	96,7%	-14,1%
35 Vila Nova de Gaia	G	90,8%	92,9%	-2,2%	87,0%	91,8%	-4,8%	83,8%	97,7%	-13,9%

\* Receitas liquidadas líquidas.

## R45.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município		Dim	2018			2019			2020		
			Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Madalena	P	77,3%	94,4%	-17,1%	72,3%	88,4%	-16,2%	73,9%	87,5%	-13,6%
2	Lagoa (R.A.A)	P	99,7%	98,7%	1,0%	93,5%	96,4%	-2,9%	86,4%	97,2%	-10,8%
3	Praia da Vitória	P	79,8%	92,0%	-12,3%	87,4%	96,0%	-8,6%	86,8%	94,0%	-7,1%
4	Povoação	P	89,2%	93,9%	-4,7%	92,1%	97,7%	-5,6%	82,1%	88,0%	-6,0%
5	Lajes das Flores	P	96,2%	92,9%	3,4%	90,3%	85,5%	4,8%	83,2%	88,3%	-5,1%
6	Lajes do Pico	P	76,6%	83,7%	-7,1%	76,0%	81,0%	-5,1%	71,8%	74,7%	-2,9%
7	Calheta (R.A.A.)	P	98,5%	75,8%	22,7%	92,7%	81,8%	10,9%	83,4%	82,4%	1,0%
8	Vila do Porto	P	63,1%	66,8%	-3,7%	85,8%	86,0%	-0,2%	78,5%	73,4%	5,1%
9	V. Franca do Campo	P	98,5%	93,2%	5,3%	102,6%	97,0%	5,5%	92,9%	87,8%	5,2%
10	Ribeira Grande	M	106,0%	97,3%	8,6%	102,7%	94,7%	8,0%	96,9%	91,4%	5,4%
11	Velas	P	99,1%	64,3%	34,8%	98,5%	73,2%	25,3%	95,0%	89,5%	5,5%
12	Ponta Delgada	M	106,3%	93,1%	13,1%	100,9%	96,6%	4,3%	99,4%	93,3%	6,1%
13	São Roque do Pico	P	96,3%	96,5%	-0,2%	97,5%	90,9%	6,5%	100,1%	93,6%	6,5%
14	Horta	P	76,3%	77,5%	-1,2%	79,8%	87,3%	-7,5%	77,0%	68,4%	8,5%
15	Nordeste	P	100,1%	92,4%	7,8%	101,1%	72,4%	28,6%	92,5%	83,9%	8,6%
16	Corvo	P	74,5%	85,4%	-10,9%	93,8%	92,4%	1,4%	87,3%	77,7%	9,6%
17	Santa Cruz da Graciosa	P	88,6%	87,4%	1,1%	90,1%	87,5%	2,6%	88,2%	77,6%	10,5%
18	Angra do Heroísmo	M	98,8%	92,2%	6,6%	98,6%	92,8%	5,8%	101,1%	89,2%	12,0%
19	Santa Cruz das Flores	P	90,5%	63,2%	27,3%	86,6%	57,8%	28,8%	90,9%	63,1%	27,8%
Média dos municípios da RAA			90,3%	86,4%	3,9%	91,7%	87,1%	4,6%	87,8%	84,3%	3,5%

## R45.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município		Dim.	2018			2019			2020		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Santa Cruz	M	101,6%	92,7%	8,9%	73,3%	78,6%	-5,3%	79,9%	96,7%	-16,8%
2	Funchal	G	111,0%	87,6%	23,3%	86,5%	87,3%	-0,8%	80,8%	95,0%	-14,2%
3	São Vicente	P	94,7%	94,2%	0,5%	88,8%	98,6%	-9,9%	85,1%	98,8%	-13,7%
4	Ribeira Brava	P	76,2%	90,0%	-13,8%	85,2%	99,2%	-14,1%	85,9%	93,3%	-7,4%
5	Porto Moniz	P	75,8%	82,5%	-6,7%	79,0%	89,3%	-10,3%	75,9%	78,0%	-2,1%
6	Câmara de Lobos	M	87,1%	97,1%	-9,9%	83,9%	92,1%	-8,3%	89,1%	91,0%	-2,0%
7	Machico	P	106,6%	96,1%	10,5%	100,0%	97,2%	2,8%	96,9%	95,2%	1,7%
8	Calheta (R.A.M.)	P	108,5%	88,6%	19,9%	103,7%	83,0%	20,8%	72,1%	69,1%	3,0%
9	Ponta do Sol	P	104,2%	78,9%	25,3%	103,0%	80,3%	22,7%	99,7%	84,9%	14,8%
10	Santana	P	93,3%	86,5%	6,8%	97,7%	75,4%	22,3%	97,8%	72,9%	24,9%
11	Porto Santo	P	101,5%	88,3%	13,2%	92,9%	87,0%	5,8%	100,2%	75,3%	24,9%
Média dos municípios da RAM			96,4%	89,3%	7,1%	90,4%	88,0%	2,3%	87,6%	86,4%	1,2%

**R46 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de receita liquidada e o Grau de execução da despesa comprometida**

	Município	Dim.	2018			2019			2020		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liqui-dada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liqui-dada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Penedono	P	104,7%	82,3%	22,4%	105,3%	77,8%	27,5%	105,9%	66,2%	39,7%
2	Porto	G	123,1%	92,3%	30,8%	124,2%	94,1%	30,2%	120,8%	91,2%	29,6%
3	Maia	G	101,8%	84,8%	17,0%	104,1%	84,9%	19,2%	105,6%	76,9%	28,7%
4	Santa Cruz das Flores	P	90,5%	63,2%	27,3%	86,6%	57,8%	28,8%	90,9%	63,1%	27,8%
5	Coruche	P	95,1%	69,8%	25,4%	91,8%	76,7%	15,0%	86,6%	58,9%	27,7%
6	Santa Maria da Feira	G	104,5%	78,9%	25,5%	101,8%	80,2%	21,5%	100,6%	73,0%	27,6%
7	Porto Santo	P	101,5%	88,3%	13,2%	92,9%	87,0%	5,8%	100,2%	75,3%	24,9%
8	Santana	P	93,3%	86,5%	6,8%	97,7%	75,4%	22,3%	97,8%	72,9%	24,9%
9	Tavira	M	99,2%	67,8%	31,4%	93,2%	66,3%	26,9%	87,5%	63,3%	24,2%
10	Sintra	G	107,9%	85,7%	22,2%	100,3%	90,1%	10,2%	109,9%	86,2%	23,7%
11	Mértola	P	74,3%	80,6%	-6,3%	84,7%	79,2%	5,5%	102,2%	78,9%	23,3%
12	Abrantes	M	101,6%	85,6%	16,0%	101,3%	82,1%	19,3%	106,1%	83,1%	23,0%
13	Lagos	M	99,3%	66,1%	33,2%	104,5%	66,3%	38,1%	83,4%	62,5%	21,0%
14	Lagoa (Algarve)	M	109,1%	84,8%	24,3%	110,0%	79,0%	31,1%	91,0%	70,2%	20,7%
15	Ferreira do Zêzere	P	95,7%	91,3%	4,4%	93,7%	96,2%	-2,5%	109,4%	88,7%	20,7%
16	Marco de Canaveses	M	100,8%	81,6%	19,2%	107,3%	80,3%	27,0%	101,3%	80,7%	20,6%
17	Cartaxo	M	89,6%	81,1%	8,5%	89,7%	85,2%	4,5%	95,4%	74,9%	20,5%
18	Oliveira de Azeméis	M	99,2%	82,1%	17,0%	91,3%	76,5%	14,8%	96,5%	77,3%	19,2%
19	Penamacor	P	97,6%	79,2%	18,4%	98,5%	78,6%	20,0%	97,7%	78,5%	19,1%
20	Portimão	M	102,3%	74,6%	27,7%	96,7%	75,9%	20,8%	96,3%	77,6%	18,7%
21	Torres Vedras	M	90,4%	89,8%	0,6%	92,3%	94,2%	-1,9%	110,4%	92,0%	18,4%
22	Castanheira de Pera	P	95,7%	75,0%	20,8%	84,8%	87,2%	-2,4%	84,1%	65,8%	18,3%
23	Mortágua	P	78,2%	70,7%	7,5%	93,4%	81,4%	12,0%	102,0%	84,4%	17,6%
24	Chamusca	P	97,8%	92,1%	5,7%	100,6%	96,0%	4,6%	105,3%	88,3%	17,0%
25	Almeida	P	83,9%	72,8%	11,1%	84,4%	70,0%	14,4%	86,4%	69,4%	17,0%
26	Idanha-a-Nova	P	84,6%	88,4%	-3,8%	84,5%	90,0%	-5,4%	92,3%	76,1%	16,2%
27	Aljezur	P	92,6%	76,4%	16,2%	99,4%	87,1%	12,2%	92,2%	76,3%	16,0%
28	Ourém	M	76,5%	89,6%	-13,1%	96,2%	88,5%	7,7%	103,9%	88,5%	15,4%
29	Lisboa	G	95,9%	93,9%	2,1%	95,1%	74,7%	20,4%	98,8%	83,6%	15,2%
30	Ponta do Sol	P	104,2%	78,9%	25,3%	103,0%	80,3%	22,7%	99,7%	84,9%	14,8%
31	Vila Nova de Paiva	P	102,4%	94,7%	7,7%	111,6%	95,0%	16,6%	101,1%	87,8%	13,3%
32	Figueira de Castelo Rodrigo	P	86,2%	94,9%	-8,6%	77,1%	77,7%	-0,5%	98,2%	85,0%	13,2%
33	Aveiro	M	87,4%	68,8%	18,7%	93,5%	62,7%	30,7%	81,3%	68,5%	12,8%
34	Palmela	M	119,7%	92,6%	27,0%	110,2%	92,6%	17,6%	103,1%	90,4%	12,7%
35	Vila Nova de Famalicão	G	98,6%	90,3%	8,3%	95,4%	88,0%	7,4%	96,9%	84,3%	12,6%

### 2.4.3. Equilíbrio Orçamental<sup>46</sup>

Um dos indicadores que permitirá aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos dos artigos 40.º e 83.º da Lei 73/ 2013, de 30 de setembro<sup>47</sup>. O

<sup>46</sup> Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, republicada pela Lei 51/2018, de 16 de agosto: artigo 40.º - Equilíbrio orçamental; 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas; 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos; 3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte; 4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo; 5 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir; 6 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.

artigo 83.º - Equilíbrio orçamental; Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

<sup>47</sup> Artigos que atualizaram o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Quadro 2.40 mostra a relação entre estas duas componentes da estrutura financeira das autarquias, que traduz o estado de equilíbrio orçamental das mesmas.

Da análise do Quadro 2.40 verifica-se que:

– Em 2020, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei do Regime Financeiro Local, ao apresentar um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias<sup>48</sup> dos empréstimos de médio e longo prazo (1.116,4 milhões de euros), manifestando este indicador, um acréscimo de 92,3 milhões de euros face a 2019;

– Mais se verificou que, em 2020, o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi maior no conjunto dos municípios de média dimensão e menor no grupo dos municípios de pequena dimensão, situação ligeiramente diferente à ocorrida em 2019<sup>49</sup>.

Considerando a definição de Equilíbrio Orçamental apresentada no artigo 40.º, conjugado com o artigo 83.º da Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, – RFALEI – apresentam-se, no *Ranking R47*, os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, traduzido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente cobrada bruta.

<sup>48</sup> Montante calculado nos termos do artigo 83.º do RFALEI.

<sup>49</sup> Em 2019 o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi maior nos municípios de grande dimensão.

Quadro 2.40 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

	Total 2015	Total 2016	Total 2017	Total 2018	Total 2019	2020				Varia. 19-20
						Peq.	Médios	Grandes	Total	
N.º de municípios	308	308	308	308	308	188	96	24	308	-
(a) Receita corrente bruta cobrada	6 537,0	6 798,9	7 186,8	7 384,7	7 651,2	1 756,6	2 860,1	3 096,5	7 713,2	62,0
(b) Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	1 458,9	2 194,7	2 484,8	6 138,5	37,1
(c) Amortizações de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	485,0	476,2	433,4	93,4	149,6	123,2	366,2	-67,1
(d)=(b)+(c) Total da despesa corrente acrescida das amortizações	5 601,1	5 811,2	5 972,1	6 219,0	6 534,8	1 552,3	2 344,3	2 608,0	6 504,7	-30,1
<b>(e)=(a)-(d) Saldo corrente deduzido das amortizações</b>	<b>936,0</b>	<b>987,7</b>	<b>1 214,7</b>	<b>1 165,7</b>	<b>1 116,4</b>	<b>204,3</b>	<b>515,8</b>	<b>488,4</b>	<b>1 208,5</b>	<b>92,0</b>
N.º de municípios em desequilíbrio orçamental	31	30	28	28	47	0	2	22	24,0	-23

## R47 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente					Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	
		2015	2016	2017	2018	2019					2020
1	Loulé	M	67,8%	69,6%	72,5%	79,3%	80,8%	113 127 042	85 318 513	27 808 529	75,4%
2	Cinfães	P	85,5%	80,6%	86,8%	81,6%	90,2%	14 170 247	10 683 812	3 486 435	75,4%
3	Velas	P	80,3%	75,9%	76,8%	73,9%	80,3%	5 288 662	3 986 975	1 301 687	75,4%
4	Penalva do Castelo	P	74,0%	73,9%	72,8%	74,5%	81,7%	6 962 217	5 240 565	1 721 652	75,3%
5	Póvoa de Varzim	M	83,4%	78,6%	80,3%	83,3%	88,0%	46 015 616	34 613 059	11 402 556	75,2%
6	Estarreja	M	82,0%	80,3%	82,4%	88,7%	83,9%	15 966 330	11 991 492	3 974 838	75,1%
7	Trofa	M	84,1%	75,6%	83,5%	85,0%	79,6%	21 931 858	16 461 052	5 470 806	75,1%
8	Mértola	P	80,8%	80,8%	79,9%	81,5%	87,1%	14 157 627	10 573 727	3 583 900	74,7%
9	Montemor-o-Velho	M	93,9%	82,7%	88,6%	86,7%	86,5%	16 293 250	12 167 986	4 125 264	74,7%
10	Angra do Heroísmo	M	86,2%	82,4%	77,9%	79,1%	78,1%	19 976 213	14 905 499	5 070 714	74,6%
11	Oliveira de Azeméis	M	85,2%	86,7%	87,3%	79,6%	78,4%	38 469 994	28 667 517	9 802 477	74,5%
12	Paredes	M	84,8%	86,8%	81,6%	87,6%	78,5%	38 632 660	28 764 543	9 868 117	74,5%
13	Abrantes	M	82,5%	82,0%	78,1%	81,4%	80,7%	25 083 993	18 634 952	6 449 041	74,3%
14	Bragança	M	72,8%	74,9%	77,7%	79,2%	83,0%	30 996 690	22 985 685	8 011 005	74,2%
15	Marco de Canaveses	M	84,6%	77,2%	87,7%	79,8%	84,1%	26 585 912	19 635 833	6 950 078	73,9%
16	Aguiar da Beira	P	78,5%	79,8%	80,2%	79,8%	83,1%	6 915 868	5 096 120	1 819 747	73,7%
17	Santo Tirso	M	95,3%	88,7%	83,6%	86,9%	84,9%	37 121 368	27 030 366	10 091 002	72,8%
18	Horta	P	80,5%	75,1%	84,0%	80,6%	86,7%	10 142 605	7 373 908	2 768 697	72,7%
19	Murtosa	P	67,3%	67,6%	67,7%	71,2%	73,0%	6 784 590	4 902 162	1 882 428	72,3%
20	Penafiel	M	78,6%	78,3%	76,3%	78,4%	75,6%	35 389 227	25 170 761	10 218 465	71,1%
21	Oliveira do Bairro	M	73,7%	82,1%	79,1%	82,5%	78,3%	16 281 130	11 507 256	4 773 874	70,7%
22	Arronches	P	78,0%	76,4%	101,8%	97,3%	90,4%	5 210 967	3 643 449	1 567 518	69,9%
23	Ílhavo	M	71,1%	76,4%	75,9%	77,3%	78,2%	23 861 725	16 675 130	7 186 595	69,9%
24	Coruche	P	76,8%	76,2%	80,4%	81,6%	83,3%	16 670 739	11 630 515	5 040 224	69,8%
25	Sátão	P	74,0%	76,4%	77,4%	78,8%	77,8%	9 095 085	6 344 909	2 750 176	69,8%
26	Pombal	M	64,3%	65,0%	64,3%	67,2%	69,7%	33 729 448	23 383 017	10 346 431	69,3%
27	Alcobaça	M	73,6%	73,2%	74,3%	72,6%	78,9%	29 422 411	20 386 108	9 036 303	69,3%
28	Alvaiázere	P	66,9%	69,1%	66,3%	66,5%	76,2%	6 511 421	4 510 847	2 000 574	69,3%
29	Ourém	M	79,7%	83,4%	82,7%	76,2%	77,8%	29 391 283	20 102 244	9 289 039	68,4%
30	Maia	G	81,5%	72,3%	75,8%	78,7%	79,1%	70 563 728	47 669 008	22 894 720	67,6%
31	Ribeira Grande	M	69,3%	68,1%	69,8%	67,4%	69,2%	19 127 742	12 909 720	6 218 022	67,5%
32	Santa Maria da Feira	G	76,6%	70,5%	70,2%	73,9%	71,6%	64 208 112	43 312 270	20 895 843	67,5%
33	Leiria	G	68,3%	64,6%	66,1%	59,0%	70,0%	67 055 071	44 601 591	22 453 480	66,5%
34	Barcelos	G	75,4%	72,6%	70,6%	71,3%	78,2%	56 870 167	36 891 856	19 978 311	64,9%
35	Castelo Branco	M	64,2%	60,3%	66,8%	67,8%	74,8%	36 246 929	23 156 533	13 090 396	63,9%

## R48 – Municípios com menor equilíbrio orçamental em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente						De acordo com o n.º 3 do art.º 4º da LFL (e) = (c) / (a)	
		2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Cuba	P	100,2%	97,4%	116,8%	94,6%	104,2%	99,4%	0,6%
2	Castanheira de Pêra	P	91,2%	81,5%	86,4%	99,8%	107,0%	99,4%	0,6%
3	Figueiró dos Vinhos	P	100,2%	98,6%	95,4%	98,9%	103,5%	99,2%	0,8%
4	Tarouca	P	101,2%	101,2%	113,0%	99,9%	102,7%	99,1%	0,9%
5	Golegã	P	92,7%	100,5%	97,3%	95,6%	93,6%	99,0%	1,0%
6	Azambuja	M	84,3%	87,1%	74,3%	62,9%	72,4%	98,3%	1,7%
7	Fronteira	P	102,1%	103,7%	104,5%	102,7%	108,8%	98,2%	1,8%
8	Armamar	P	94,5%	100,9%	98,1%	99,4%	93,6%	98,2%	1,8%
9	Alcanena	P	96,9%	88,6%	82,5%	94,4%	93,4%	98,1%	1,9%
10	São João da Madeira	M	93,2%	96,5%	94,5%	88,0%	96,8%	97,8%	2,2%
11	Portalegre	M	94,1%	95,6%	98,4%	108,1%	109,8%	96,9%	3,1%
12	Ribeira de Pena	P	92,2%	95,4%	97,9%	96,3%	103,8%	96,5%	3,5%
13	Redondo	P	96,7%	96,0%	102,1%	111,0%	113,8%	96,5%	3,5%
14	Vouzela	P	92,9%	95,1%	96,2%	95,9%	99,2%	96,4%	3,6%
15	Penela	P	91,2%	95,2%	91,9%	95,3%	96,8%	96,3%	3,7%
16	Lamego	M	98,0%	103,9%	96,6%	93,2%	94,7%	96,2%	3,8%
17	Macedo de Cavaleiros	P	98,5%	104,4%	97,4%	98,5%	96,5%	96,1%	3,9%
18	Idanha-a-Nova	P	92,8%	89,9%	94,7%	93,9%	106,5%	96,1%	3,9%
19	Celorico da Beira	P	107,5%	102,4%	98,0%	167,8%	98,2%	96,1%	3,9%
20	Nordeste	P	95,9%	92,9%	89,0%	100,6%	92,8%	96,0%	4,0%
21	S. Marta Penaguião	P	95,0%	92,5%	93,5%	98,7%	99,6%	95,6%	4,4%
22	Porto Moniz	P	83,7%	92,0%	89,4%	92,0%	93,7%	95,6%	4,4%
23	Condeixa-a-Nova	P	88,8%	90,7%	93,2%	96,7%	91,5%	95,5%	4,5%
24	Ansião	P	93,3%	95,6%	93,7%	103,2%	96,1%	95,4%	4,6%
25	Vieira do Minho	P	111,3%	103,3%	93,5%	92,5%	101,2%	95,4%	4,6%
26	Lousã	P	92,4%	95,2%	89,4%	97,3%	96,0%	94,9%	5,1%
27	Vila Pouca de Aguiar	P	84,1%	89,9%	96,8%	96,0%	103,6%	94,7%	5,3%
28	Alcoutim	P	89,5%	93,0%	95,4%	90,1%	96,6%	94,6%	5,4%
29	Loures	G	93,9%	91,3%	81,6%	83,2%	86,0%	94,6%	5,4%
30	Funchal	G	95,2%	97,6%	90,4%	100,1%	94,1%	94,5%	5,5%
31	São Pedro do Sul	P	91,2%	95,3%	92,9%	92,2%	90,1%	94,5%	5,5%
32	Vila Velha de Ródão	P	84,6%	69,6%	82,2%	86,1%	98,2%	93,9%	6,1%
33	Machico	P	90,9%	95,0%	90,2%	92,9%	95,3%	93,7%	6,3%
34	Gouveia	P	82,1%	83,5%	89,4%	96,2%	98,1%	93,6%	6,4%
35	São Brás de Alportel	P	92,9%	88,4%	87,3%	92,6%	94,5%	93,5%	6,5%

**R49 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º do RFALEI, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei**

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente						De acordo com o n.º 3 do art.º 40º da LFL (e) = (c) / (a)	
		2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Mirandela	M	90,5%	94,2%	87,4%	84,8%	92,4%	103,9%	-3,9%
2	Monforte	P	99,7%	101,4%	106,4%	105,2%	111,1%	103,6%	-3,6%
3	Alfândega da Fé	P	114,8%	102,0%	89,2%	95,0%	103,0%	102,8%	-2,8%
4	Mira	P	88,3%	99,4%	92,3%	93,2%	98,6%	102,4%	-2,4%
5	Vidigueira	P	93,7%	94,4%	94,8%	99,2%	101,9%	102,1%	-2,1%
6	Vila Nova de Poiares	P	106,1%	126,5%	123,6%	102,8%	103,3%	101,8%	-1,8%
7	Aljustrel	P	89,8%	98,2%	92,9%	91,0%	99,0%	101,4%	-1,4%
8	Barrancos	P	98,8%	99,4%	100,8%	101,8%	101,6%	101,4%	-1,4%
9	Alpiarça	P	103,9%	109,7%	106,3%	99,4%	109,3%	101,3%	-1,3%
10	Alandroal	P	104,3%	129,7%	135,0%	101,7%	104,8%	100,9%	-0,9%
11	Lajes das Flores	P	84,1%	82,9%	94,2%	92,8%	102,2%	100,7%	-0,7%
12	Albufeira	M	60,2%	65,3%	66,2%	77,5%	81,4%	100,5%	-0,5%
13	Tábua	P	90,0%	100,6%	96,8%	86,6%	101,6%	100,4%	-0,4%
14	Marvão	P	84,1%	89,2%	89,7%	96,7%	99,4%	100,4%	-0,4%
15	Belmonte	P	101,9%	99,9%	104,4%	98,4%	100,6%	100,3%	-0,3%
16	Reguengos de Monsaraz	P	101,6%	97,7%	110,9%	125,6%	107,6%	100,1%	-0,1%

**R50 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5% das receitas correntes**

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente						De acordo com o n.º 3 do art.º 40º da LFL (e) = (c) / (a)	
		2015	2016	2017	2018	2019	2020		
1	Sines	P	101,0%	96,3%	100,4%	95,1%	99,9%	125,1%	-25,1%
2	F. Espada à Cinta	P	104,6%	106,7%	102,7%	101,9%	127,8%	116,6%	-16,6%
3	V. Franca do Campo	P	101,0%	97,0%	102,0%	97,5%	100,9%	113,1%	-13,1%
4	Mourão	P	115,3%	110,7%	111,8%	105,7%	115,1%	111,7%	-11,7%
5	Sardoal	P	97,7%	103,8%	103,7%	108,7%	106,9%	109,0%	-9,0%
6	Praia da Vitória	P	80,9%	81,8%	85,5%	81,9%	92,5%	106,6%	-6,6%
7	V.R.S. António	P	119,7%	140,2%	139,5%	98,7%	98,6%	105,9%	-5,9%
8	Mesão Frio	P	103,4%	102,0%	100,0%	97,7%	101,2%	105,3%	-5,3%

No *Ranking* R48 apresentam-se os 35 municípios com menor valor no indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, embora positivo, esteve muito próximo do valor zero. Esta listagem inclui dois municípios de grande dimensão (Loures e Funchal).

No *Ranking* R49 apresentam-se os municípios cujo indicador de equilíbrio orçamental – saldo corrente deduzido das amortizações

– embora negativo, foi inferior a 5% da receita corrente. Estes são municípios que, embora evidenciando desequilíbrio orçamental, se encontram dentro dos parâmetros de sustentabilidade admitida pelo artigo 40.º do RFALEI.

No *Ranking* R50 apresentam-se os municípios com elevado desequilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações se apresenta negativo e cujo valor absoluto é superior a 5% das receitas correntes.

#### 2.4.4. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição para o mesmo pelo universo dos municípios, usa-se como referência o saldo global – saldo efetivo – da Administração Local, relacionando as receitas efetivas<sup>50</sup> com as despesas efetivas<sup>51</sup>.

O saldo global ou efetivo<sup>52</sup> é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positivo, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de autofinanciamento da Administração Local. Caso seja negativo, então, há défice, isto é, há necessidade de financiamento externo.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária<sup>53</sup> e o saldo primário<sup>54</sup>.

Embora os valores destes indicadores (saldo efetivo, saldo primário e despesa primária), para efeitos de análise agregada de informação financeira relativa ao estado das finanças públicas, sejam obtidos na base de caixa, face à persistente existência de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que os mesmos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na base de compromissos, relevando-se o valor da diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

Assim, apresenta-se o Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa, essencialmente para efeitos de comparabilidade com os dados ho-

<sup>50</sup> Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

<sup>51</sup> Despesas efetivas = despesas correntes + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

<sup>52</sup> Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

<sup>53</sup> Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

<sup>54</sup> Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

mólogos apresentados pelo Governo Central.

A informação prestada no Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos, será fundamental para a avaliação da sustentabilidade financeira do sector autárquico.

Observando-se o Quadro 2.42, onde se apresentam os saldos na base dos compromissos assumidos e das receitas liquidadas, verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2010 e 2020, tendo neste último ano, pela sexta vez consecutiva no conjunto dos municípios, apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Assim:

- Entre 2010 e 2020 o saldo corrente cresceu 2.627,8% (+3.343 milhões de euros), tendo mantido em 2020 face a 2019, um crescimento de 10,5% (+331 milhões de euros). Em 2020 contribuíram para um saldo corrente positivo, 285 municípios;

- O saldo orçamental, entre 2010 e 2020 cresceu 2.971 milhões de euros, ao passar do valor negativo de -2 555 milhões de euros para o valor positivo de 416 milhões de euros. O ano de 2020 foi o quinto ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 149 municípios;

- O saldo global ou saldo efetivo, em 2020, foi positivo em 673 milhões de euros, sendo o sexto ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Neste ano o saldo efetivo desceu 25,4% (-229 milhões de euros) e em relação a 2010, aumentou 3.131 milhões de euros;

- O saldo primário apresentou também um enorme crescimento (+3.048 milhões de euros) nos últimos onze anos ao passar de -2.324 milhões de euros em 2010 para 724 milhões de euros em 2020, sendo, também, o sexto ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. Em 2020, o saldo primário, considerando todo o setor municipal, baixou 25% (-242 milhões de euros). Anota-se que 176 municípios apresentaram saldo primário positivo.

- Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos suprarreferidos, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. De notar a situação de deterioração dos saldos primário e efetivo da R.A. da Madeira desde 2014.

Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a)	Receitas correntes	5 825	5 646	5 564	5 935	6 215	6 516	6 776	7 155	7 354	7 605	7 617
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	176	275	343	436	510	639	918	1 195	1 418	1 609	2 013
(c)	Despesas correntes	5 037	5 033	4 801	5 167	5 122	5 099	5 326	5 487	5 743	6 101	6 138
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	964	888	1 107	1 205	1 603	2 057	2 369	2 862	3 028	3 112	3 491
	N.º de municípios com corrente positivo	247	247	264	275	299	304	304	302	302	305	306
(e)	Receitas de capital	2 025	2 113	2 110	1 857	1 114	992	956	1 148	1 180	1 428	1 143
(f)	Despesas de capital	2 835	2 688	2 786	2 564	2 096	2 132	2 141	2 572	2 616	2 603	2 638
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-809	-575	-676	-706	-983	-1 140	-1 184	-1 424	-1 437	-1 175	-1 495
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	8 026	8 033	8 018	8 229	7 839	8 147	8 651	9 498	9 951	10 642	10 773
(c)+(f)	Despesas totais	7 872	7 720	7 587	7 731	7 219	7 231	7 466	8 059	8 359	8 704	8 777
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	154	313	430	498	620	916	1 184	1 439	1 592	1 937	1 996
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	215	253	275	273	272	284	301	284	292	297	305
(i)	Ativos financeiros (receitas)	11	14	19	16	5	12	26	8	4	5	7
(j)	Ativos financeiros (despesas)	38	30	21	12	19	58	53	49	42	33	52
(k)	Passivos financeiros (receitas)	516	474	220	776	393	264	388	557	538	383	225
(l)	Passivos financeiros (despesas)	577	615	890	640	679	665	752	737	775	588	433
(m)	Receitas totais – AF – PF	7 499	7 545	7 779	7 437	7 441	7 872	8 236	8 933	9 409	10 254	10 541
(n)	Despesas totais – AF – PF	7 257	7 075	6 676	7 079	6 521	6 508	6 661	7 273	7 542	8 083	8 291
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	243	470	1 103	358	920	1 364	1 575	1 660	1 867	2 171	2 249
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	105	142	148	128	132	113	101	77	92	57	48
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	347	611	1 251	486	1 051	1 477	1 676	1 737	1 959	2 228	2 297
	N.º de municípios com saldo primário positivo	245	271	300	239	296	298	301	293	300	296	295

Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos<sup>55</sup> (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a)	Receitas correntes	6 003	5 845	5 761	6 128	6 548	6 983	7 525	7 627	7 875	8 192	8 301
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	176	277	344	438	512	640	919	1 195	1 418	1 609	2 014
(c)	Despesas correntes	6 051	6 111	5 801	5 976	5 794	5 631	5 809	5 977	6 267	6 662	6 844
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	127	10	304	589	1 267	1 992	2 635	2 844	3 026	3 139	3 470
	N.º de municípios com corrente positivo	122	136	168	223	272	284	287	287	285	280	285
(e)	Receitas de capital	2 081	2 162	2 115	1 886	1 129	1 020	978	1 189	1 241	1 487	1 374
(f)	Despesas de capital	4 648	4 371	4 004	3 459	2 718	2 588	2 650	3 303	3 357	3 452	3 595
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2 567	-2 208	-1 890	-1 573	-1 590	-1 568	-1 672	-2 114	-2 116	-1 965	-2 221
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	8 260	8 283	8 219	8 451	8 189	8 643	9 422	10 011	10 534	11 288	11 689
(h)	Liquidações anuladas	115	134	186	223	222	489	710	435	412	506	833
(i)	Receitas totais líquidas	8 145	8 149	8 033	8 229	7 967	8 154	8 712	9 575	10 123	10 782	10 855
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	10 700	10 482	9 805	9 436	8 512	8 219	8 459	9 280	9 624	10 114	10 439
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	-2 555	-2 332	-1 771	-1 207	-545	-66	253	295	499	668	416
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	22	36	67	75	101	140	166	142	149	144	149
(l)	Ativos financeiros (receitas)	11	16	19	16	5	12	26	9	5	5	7
(m)	Ativos financeiros (despesas)	41	43	34	30	31	73	57	53	44	35	55
(n)	Passivos financeiros (receitas)	516	472	220	798	393	264	389	557	560	390	226
(o)	Passivos financeiros (despesas)	583	626	906	673	704	704	789	746	781	595	436
(p)	Receitas totais líquidas – AF – PF	7 618	7 661	7 795	7 415	7 570	7 878	8 297	9 010	9 558	10 387	10 622
(q)	Despesas totais – AF – PF	10 076	9 812	8 865	8 733	7 777	7 443	7 613	8 481	8 799	9 484	9 949
(r)=(p)-(q)	Saldo global ou efetivo	-2 459	-2 151	-1 070	-1 318	-207	435	684	529	760	902	673
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	134	187	192	167	171	142	122	89	97	63	51
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	-2 324	-1 965	-878	-1 151	-36	577	806	617	857	966	724
	N.º de municípios com saldo primário positivo	25	52	106	118	174	216	217	181	182	177	176

<sup>55</sup> Em anuários precedentes os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário, à semelhança do Anuário de 2018, consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

Gráfico 2.11 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos

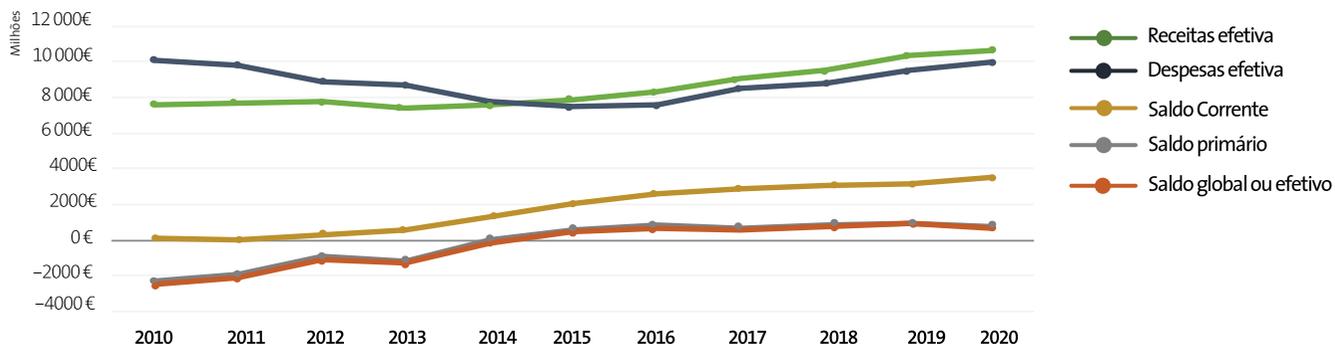


Gráfico 2.11.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores

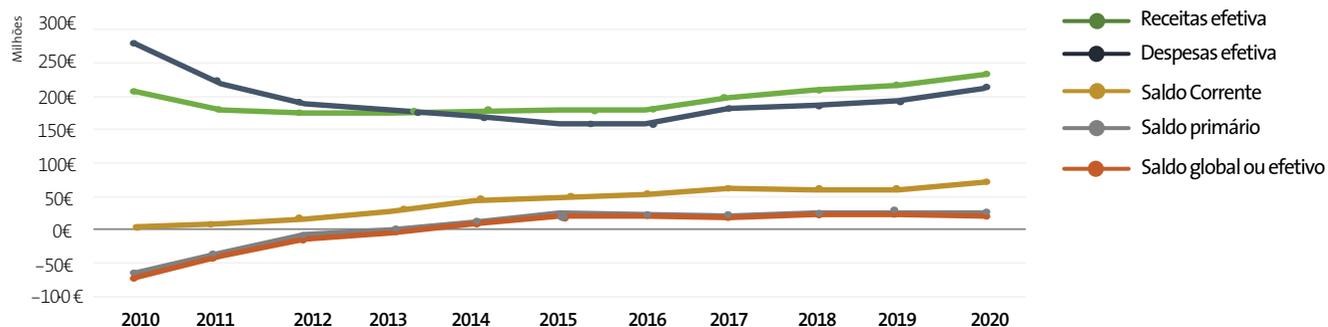
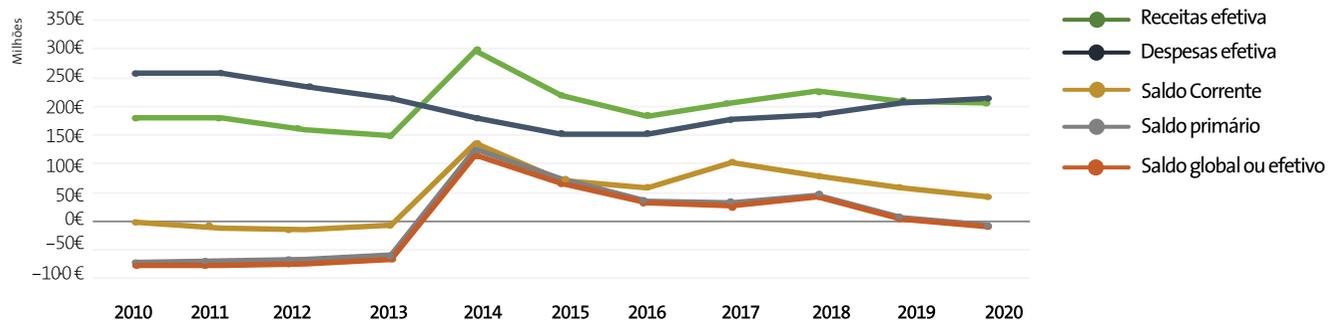


Gráfico 2.11.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira



## CAPÍTULO 3.

# ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

### 3.1. Introdução

Neste capítulo do Anuário procede-se à agregação e análise dos dados de natureza patrimonial e financeira obtida dos documentos de prestação de contas<sup>56</sup> e do Relatório de Gestão produzidos pelos 308 municípios, com vista a uma compreensiva análise global das finanças municipais.

Relativamente ao tratamento da informação sobre os custos registados pelas autarquias, continua a reconhecer-se uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre custos individualizados por atividades, programas ou projetos, que materializam as políticas públicas e que consomem os recursos financeiros dos municípios. A implementação do sistema contabilístico SNC-AP<sup>57</sup> permitirá, neste e noutros aspetos, um tratamento mais completo e consistente da atividade financeira dos municípios.

À semelhança do Capítulo 2, apenas se agregarão valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-se-á um capítulo autónomo – o Capítulo 4 – à análise agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

<sup>56</sup> A contabilidade pública é útil quando fornece informação bastante e fidedigna, capaz de ser utilizada na prática de uma gestão racional, eficiente e eficaz, dos recursos públicos, que integre informação orçamental, financeira e de custos, fiável, relevante e oportuna. Os objetivos do relato financeiro dos municípios são proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente aos executivos nas suas tomadas de decisão, mas permitirá também a responsabilização pela prestação de contas. Permitirá, ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que devem prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvência permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a longo prazo.

<sup>57</sup> Entende-se que a implementação do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP) aplicado ao setor autárquico possibilita obter informação necessária à determinação dos gastos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitirá um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos. Este sistema deverá ser implementado por todos os municípios a partir de 2020 (art.º 86º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho).

Refira-se, ainda, que, na parte relativa à análise da dívida e do endividamento das autarquias, se considerou a dívida global dos municípios sem se proceder à exclusão dos montantes de empréstimos que, pela sua natureza e finalidade, nos termos do Regime Financeiro das Autoridades Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI),<sup>58</sup> não devem ser contabilizados para o limite de endividamento,<sup>59</sup> por se entender que os mesmos fazem parte da dívida total do município, item que interessa tratar e informar no presente Anuário. Com a entrada em vigor do SNC-AP<sup>60</sup> em 01.01.2020, para efeitos

<sup>58</sup> O novo RFALEI, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com todas as alterações entretanto ocorridas, nomeadamente as impostas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

<sup>59</sup> Os limites de endividamento são, nos termos da lei, trimestralmente conferidos por entidades externas responsáveis para o efeito, não dispondo os autores deste Anuário de informação que lhes permitam proceder com rigor à agregação, em termos nacionais, dos valores considerados exceção para efeitos da determinação dos limites de endividamento, por ausência de anotações sobre a matéria tanto na generalidade dos Relatórios de Gestão, como nos mapas anexos à prestação de contas, dos municípios.

<sup>60</sup> Apresentam-se alguns pontos relevantes da aplicação pela primeira vez do SNC-AP, que justificam diferenças de contabilização das usadas no POCAL.

O n.º 2 do artigo 14º do DL 192/2015 de 11/9 (Disposições transitórias) estabelece que:

“2 — As entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

- “a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;
- d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

3 — Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verificarem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados.

4 — As entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.”

Anota-se, ainda que a CNCP tomou a opção por um modelo mais simplificado de transição, exigindo que as primeiras demonstrações financeiras devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as NCP relevantes (ponto

comparativos com os valores de exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, esta é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-AP e em conformidade com a opção de transição, definida no ponto 1.3.6. do Manual de Implementação do SNC-AP.

Dado que apenas se dispõe um ano de informação de acordo com o novo sistema contabilístico, optou-se por não apresentar análise das novas demonstrações financeiras do SNC-AP – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Património Líquido, cingindo a análise ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, como nos Anuários anteriores.

### 3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

O Quadro 3.01 mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas de acordo com os requisitos do POCAL entre 2010 e 2019 e do SNC-AP, em 2020, permitindo concluir que, na generalidade, é fiável a informação financeira apresentada pelos municípios em sede de prestação de contas, sendo estas remetidas às entidades fiscalizadoras e jurisdicionais que as tutelam, e das quais se extraíram todos os dados que constam no presente capítulo.<sup>61</sup> Deste quadro se conclui que houve um cumprimento generalizado, por parte dos municípios, das obrigações inerentes a uma boa execução da contabilidade financeira.

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que, em 2020 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo, entende-se referir:

– Com a implementação do SNC-AP os registos referentes a Bens de Domínio Público melhoraram significativamente, com destaque para o aumento de municípios que passaram a registar ele-

mentos do património histórico, artístico e cultural.

– 20 municípios continuam a não apresentar registo de valores em terrenos e recursos naturais – tendo, em relação ao ano transato, aumentado em catorze, o número de municípios que apresentaram valores nesta rubrica.

– Relativamente às Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes verifica-se que em 2020, dois municípios (Carraceda de Ansiães e Mortágua) não apresentaram saldo final na respetiva rubrica. Entende-se que tal situação poderá significar que, nestes municípios, a liquidação da receita terá sido registada no momento da cobrança<sup>62</sup>. Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para a ausência deste registo contabilístico, nestes dois municípios.

– Em 2020, 18 municípios (mais quatro que em 2019) não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a inventários. Como referido em Anuários anteriores, a ausência deste registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas, apenas, o facto de os serviços produtivos que requerem bens consumíveis inventariáveis terem sido externalizados ou delegados em empresas municipais. Pela análise das contas verificou-se que 11 municípios destes<sup>18</sup> já tinham apresentado valores nulos em anos anteriores.

1.3.2. do Manual de Implementação). Esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP implica a perda de comparabilidade, neste caso, entre 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras para 2021. Numa análise custo-benefício, concluiu-se que a apresentação do ano de 2019 de acordo com os requisitos das NCP relativas ao subsistema da contabilidade financeira imporia custos adicionais aos benefícios a obter.

<sup>61</sup> Assim como nos capítulos anteriores e nos que se seguirão.

<sup>62</sup> O registo contabilístico do rendimento é feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico constarão desta rubrica do balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

Quadro 3.01 – Informação financeira, patrimonial e económica

	POCAL											SNC-AP
	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Apresentam Balanço e Demonstração dos Resultados (DR) na prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam "Gastos/reversões de depreciação e amortização" na DR	304	306	306	307	307	307	307	307	307	308	308	308
Apresentam valor de Bens de Domínio Público (BDP)	308	308	308	308	307	307	307	307	307	307	307	308
Têm em BDP valor em terrenos	255	258	261	264	263	267	270	271	275	274	274	288
Têm em BDP valor em património histórico, artístico e cultural	176	183	189	189	193	194	200	204	205	205	205	267
Os BDP são superiores a 20% do total do Ativo	268	275	282	277	274	266	269	267	263	259	259	269
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	290	292	293	296	303	305	304	305	304	305	305	306
Apresentam no Ativo valores de inventários	259	265	271	277	285	289	292	291	291	294	294	290

### 3.3. Ativo

No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios para o período entre 2010 e 2019, apresentando-se separadamente no Quadro 3.03 a desagregação das componentes do Ativo relativo ao ano de

2020, face à implementação do SNC-AP neste ano. Com efeito, a estrutura conceptual da informação financeira pública e as novas normas de contabilidade pública justificam alterações. No Gráfico 3.01 apresenta-se o peso de cada componente do Ativo no respetivo total em 2020.

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2010-2019

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Variação (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18-19	10-19
Bens de Domínio Público	15 822	16 089	15 544	15 421	14 589	14 390	13 950	13 789	13 499	13 250	-1,8%	-16,3%
Imobilizado incorpóreo	174	201	208	139	130	117	113	115	108	109	0,4%	-37,4%
Imobilizado corpóreo	20 001	19 776	20 069	20 575	20 810	21 213	21 041	21 194	21 539	21 840	1,4%	9,2%
Investimentos financeiros	1 613	1 713	1 708	1 732	1 748	1 871	1 907	1 996	1 919	1 985	3,4%	23,0%
<b>Total do imobilizado</b>	<b>37 610</b>	<b>37 780</b>	<b>37 528</b>	<b>37 868</b>	<b>37 277</b>	<b>37 591</b>	<b>37 012</b>	<b>37 094</b>	<b>37 066</b>	<b>37 184</b>	<b>0,3%</b>	<b>-1,1%</b>
Existências	120	136	130	110	102	99	101	101	101	81	-19,7%	-32,4%
Dívidas a receber	1.197	1.328	1.238	1.127	858	839	756	662	617	659	6,9%	-44,9%
Títulos negociáveis	14	16	16	9	4	7	10	17	30	31	4,2%	125,7%
Depósitos e caixa	596	666	761	875	1 021	1 330	1 624	1 917	2 129	2 534	19,0%	325,3%
Acréscimos de proveitos	410	479	567	721	1 056	1 137	1 433	1 423	1 550	1 614	4,2%	293,5%
Custos diferidos	129	105	86	58	62	40	50	55	48	41	-14,4%	-67,9%
<b>Ativo Total</b>	<b>40 075</b>	<b>40 509</b>	<b>40 326</b>	<b>40 768</b>	<b>40 380</b>	<b>41 043</b>	<b>40 987</b>	<b>41 269</b>	<b>41 540</b>	<b>42 145</b>	<b>1,5%</b>	<b>5,2%</b>

Da análise do quadro antecedente pode-se recordar, em termos históricos, que:

– O total do imobilizado teve ao longo de dez anos um peso preponderante na estrutura do Ativo total representando 88,2% em 2019, sendo que diminuiu de valor em apenas -1,1% entre 2010 e 2019.

– O total do Ativo nestes dez anos cresceu 5,2%, tendo sido representativo o aumento do imobilizado corpóreo de 9,2% (+1 839 milhões de euros). Embora apresentando valores absolutos inferiores, apresentaram taxas de elevado crescimento neste período de dez anos, os depósitos e caixa e os acréscimos de proveitos, aumentando respetivamente +325% e +293,5%. Neste mesmo período os investimentos financeiros com o peso de 4,7% no Ativo total, cresceram cerca de 23%.

– O valor total do imobilizado corpóreo representou, também em 2019, 52,0% do Ativo total dos municípios, tendo-se verificado um acréscimo de 1,4% (+300,9 milhões de euros), balanceando a descida do valor acumulado de bens de domínio público que apresentou o decréscimo de 1,8% (-249,1 milhões de euros). Aquele aumento de valor do imobilizado corpóreo terá resultado do aumento de investimento no biénio 2018/2019.

– Em 2019, os depósitos e caixa representaram 6% do Ativo total. Da leitura dos Relatórios de Gestão, não se vislumbrou qualquer razão plausível para que uma percentagem tão relevante do ativo se mantivesse em disponibilidades no final de cada ano económico. Será de referir que estes montantes – excluídos das operações de tesouraria – conformam os saldos de gerência que transitam para cada ano seguinte, possibilitando aos municípios, com a sua inclusão após encerramento das contas, aumentar as dotações orçamentais disponíveis.

– Acresce referir, pelo significado da rubrica, que, no período destes dez anos, as dívidas a receber baixaram -44,9%, podendo resultar este decréscimo, da maior eficácia nas cobranças dos municípios.

Da observação do quadro 3.03 e gráfico 3.01 poder-se-á concluir em relação a 2020:

– O **Ativo não corrente** representou 88,0% do Ativo total dos municípios e apresentou o valor de 38.041,7 milhões de euros, valor superior em +858 milhões de euros ao valor do total do imobilizado

contabilizado em 2019;

– Os **Ativos Fixos Tangíveis**, no valor de 34.927,2 milhões de euros representaram 80,8% do total do Ativo e 91,8% do total do Ativo não corrente. Mais se verifica que o total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, representaram 81,9% do Ativo;

– Embora com pesos muito inferiores no Ativo total, referem-se as **participações financeiras e outras contas a receber (correntes)** respetivamente com o peso de 5,4% e 4,6%. A primeira apresentou o volume de 2.319,8 milhões de euros e a segunda o valor de 2.010,3 milhões de euros;

– Mais se constata que o conjunto das rubricas que traduzem o total **das dívidas a receber correntes**, totalizaram o valor de 2.445,7 milhões de euros e representaram 47,1% do Ativo corrente e 5,7% do total do Ativo;

– Os **depósitos e caixa** representaram 6% do Ativo total e 50% do Ativo corrente. Constata-se que a rubrica manteve o peso apresentado em 2019 no Ativo total, conforme se poderá verificar no Quadro 3.02. Mais se verifica que o valor dos depósitos e caixa, cresceram em 2020, 67 milhões de euros (+2,6%).

– Curioso é notar o valor de 3.959 milhões de euros em **Ativos não correntes detidos para venda**, elementos não decorrentes de orientações do SNC-AP, já que não existe nenhuma NCP sobre esta matéria. Assim, depreende-se que os municípios que reconheceram este tipo de elementos, o fizeram socorrendo-se do procedimento de integração de lacunas (conforme alínea b) do n.º 1, do art.º 13º do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP), recorrendo, portanto, aos preceitos do SNC empresarial.<sup>63</sup> Quatro municípios reconheceram ativos deste tipo: Cartaxo, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Montemor-o-Novo.

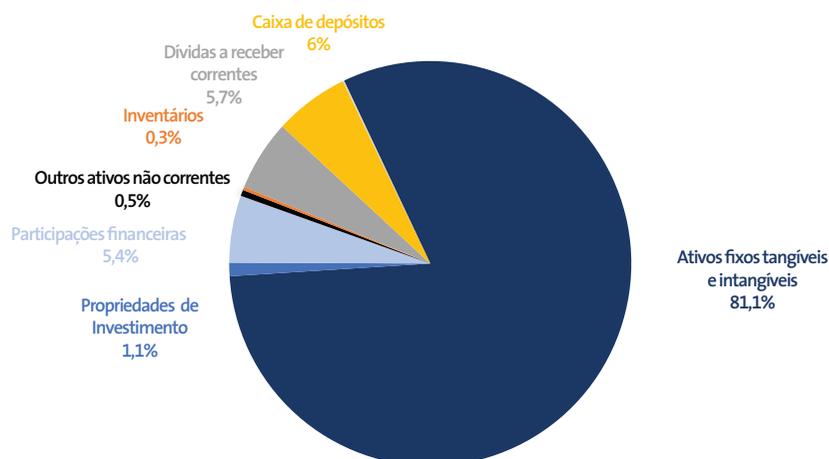
O Quadro 3.04 mostra que, na decomposição dos Ativos Fixos Tangíveis, a maior expressão (60%) refere-se a ativos tangíveis de domínio privado. Os Ativos Fixos Tangíveis decorrentes de acordos de concessão mal chegam a 1% e respeitam maioritariamente a infraestruturas.

<sup>63</sup> Note-se que, à data deste Anuário, também ainda não existe uma norma internacional de contabilidade pública (IPSAS) sobre ativos não correntes detidos para venda,

Quadro 3.03 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020

Componentes do Ativo		SNC-AP – 2020	
		Valor (euros)	Peso
Ativos fixos tangíveis		34 927 216 183	80,8%
Propriedades de investimento		461 758 220	1,1%
Ativos intangíveis		120 759 020	0,3%
Ativos biológicos		106 178	0,0%
Participações financeiras		2 319 845 423	5,4%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		3 421 240	0,0%
Diferimentos		39 999 014	0,1%
Outros ativos financeiros		48 443 772	0,1%
Ativos por impostos diferidos		21 511 926	0,0%
Clientes contribuintes e utentes		460 678	0,0%
Outras contas a receber		98 212 520	0,2%
<b>Total do Ativo não Corrente</b>		<b>38 041 734 173</b>	<b>88,0%</b>
Inventários		111 926 843	0,3%
Ativos biológicos		239 500	0,0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		203 114 683	0,5%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		878 365	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes		203 721 142	0,5%
Estado e outros entes públicos		26 197 327	0,1%
Acionistas/ sócios/ associados		1 481 121	0,0%
Outras contas a receber		2 010 343 750	4,6%
Diferimentos		31 572 612	0,1%
Ativos financeiros detidos para negociação		1 155	0,0%
Outros ativos financeiros		2 572 822	0,0%
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>		<b>3 959 359</b>	<b>0,0%</b>
Caixa e depósitos		2 601 174 302	6,0%
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>5 197 182 981</b>	<b>12,0%</b>
<b>Ativo Total</b>		<b>43 238 917 154</b>	<b>100,0%</b>

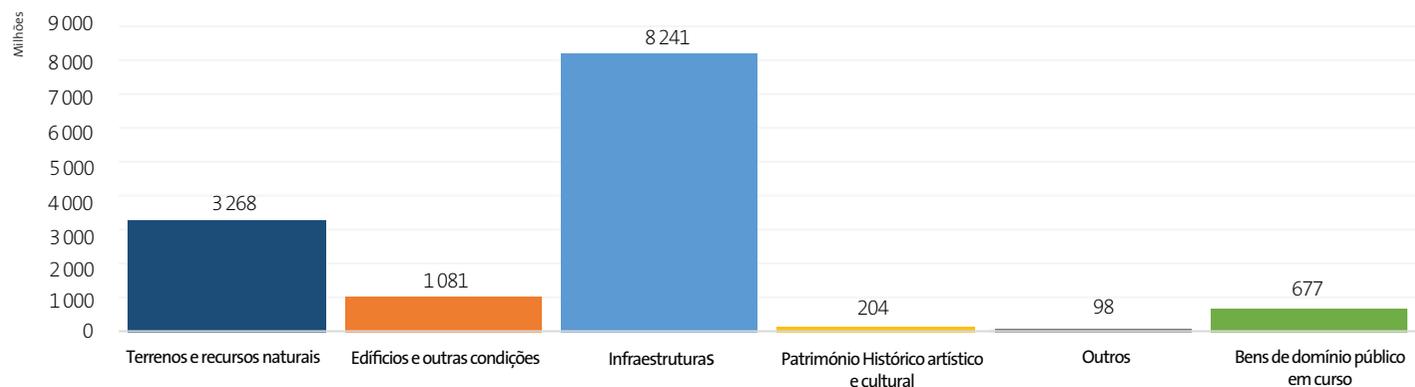
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2020



Quadro 3.04 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020

Ativo Fixo Tangível	SNC-AP - 2020	
	Valor (euros)	Peso
Terrenos e recursos naturais	3 268 322 919	9,4%
Edifícios e outras construções	1 081 226 823	3,1%
Infraestruturas	8 240 520 157	23,6%
Património histórico artístico e cultural	203 882 561	0,6%
Outros	97 633 454	0,3%
Bens de domínio público em curso	676 789 792	1,9%
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público</b>	<b>13 568 375 705</b>	<b>38,8%</b>
Terrenos e recursos naturais	5 907 798 760	16,9%
Edifícios e outras construções	12 438 773 913	35,6%
Equipamento básico	294 610 001	0,8%
Equipamento de transporte	219 526 891	0,6%
Equipamento administrativo	82 159 474	0,2%
Equipamentos biológicos	11 274 033	0,0%
Outros	132 581 095	0,4%
Ativos fixos tangíveis em curso	1 971 648 634	5,6%
<b>Total Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>21 058 372 801</b>	<b>60,3%</b>
Terrenos e recursos naturais	25 363 379	0,1%
Edifícios e outras construções	86 967 856	0,2%
Infraestruturas	186 947 039	0,5%
Património histórico artístico e cultural	0	0,0%
Ativos fixos em concessão em curso	1 189 403	0,0%
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis em concessão</b>	<b>300 467 677</b>	<b>0,9%</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>34 927 216 183</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020



A análise do Gráfico 3.02, com referência a 2020, permite concluir: A rubrica de **infraestruturas** com o valor de 8.240,5 milhões de euros é a componente mais representativa dos Bens de Domínio Público, totalizando 60,7% do valor total de bens do domínio público e 23,6% do total dos Ativos Fixos Tangíveis;

O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 3.268,3 milhões de euros, representa a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que constituem os Bens de Domínio Público.

O Gráfico 3.02 permite a comparação das diferentes componentes de Bens de Domínio Público referentes ao ano económico de 2020. Pelo seu volume e, ainda, pelo facto de ser o elemento do Ativo fixo mais difícil de registar contabilisticamente<sup>64</sup>, importará desagregar por rubricas, pois trata-se de bens que, pela sua natureza jurídica, serão inalienáveis até eventual decisão fundamentada de desafetação, assunto da competência exclusiva da Assembleia Municipal.<sup>65</sup>

No Gráfico 3.03<sup>66</sup> é apresentada a evolução das diferentes componentes de **Outros Ativos Fixos Tangíveis** que, em 2020, representou, como já se referiu, 60,3% do total dos Ativos Fixos Tangíveis, atingindo o valor global de 21.058 milhões de euros.

– A rubrica mais representativa de Outros Ativos Fixos Tangíveis é a que se refere a **edifícios e outras construções** municipais de uso privativo<sup>67</sup>. Em 2020, com o peso de 59,1% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, apresentou o montante de 12.439 milhões de euros e um decréscimo de -11,3%, bem visível na linha descendente do Gráfico 3.03. O decréscimo desta componente poderá estar associado aos ajustamentos e reclassificações, incluindo desreconhecimento e alterações de valor, decorrentes da implementação do

<sup>64</sup> Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de mensuração. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como de domínio público dos municípios.

<sup>65</sup> A deliberação de desafetação do domínio público compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o não interesse público envolvido.

<sup>66</sup> Apesar da implementação de SNC-AP ter obrigado a registos contabilísticos com critérios diferentes dos aplicados antes de 2020, atrevemo-nos a apresentar este gráfico evolutivo dos **Outros Ativos Fixos Tangíveis** e tecer algumas observações sobre o mesmo.

<sup>67</sup> Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na respetiva componente dos Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público.

SNC-AP<sup>68</sup>.

– O valor dos **terrenos e recursos naturais**, com o peso de 28,1% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, tem apresentado crescimento desde 2012, atingindo o maior montante em 2020 ao registarem-se 5.908 milhões de euros (+8,7% que no ano transato).

– Quanto ao valor dos **ativos fixos tangíveis em curso** é representado por uma curva descendente desde 2010, acentuada em 2016 com um decréscimo de valor de -25,2%, mantendo essa trajetória em 2019, com uma descida de -0,7% (-12 milhões de euros). Todavia, em 2020 apresenta-se com um sentido ascendente traduzido pelo crescimento de valor em +23,1% (+370 milhões de euros). A este movimento não será alheio o facto de o investimento tangível ter aumentado no ano de 2020 e, por isso, poder ter aumentado, também, o registo de valor de obras em curso.

– As restantes componentes de Outros Ativos Fixos Tangíveis (equipamento básico, de transporte, biológico, administrativo e outros) apresentaram um valor residual muito baixo, pelo que não influenciaram a tendência evolutiva do ativo não corrente – Outros Ativos Fixos Tangíveis.

No Gráfico 3.03 apresenta-se a evolução dos ativos fixos tangíveis entre 2010 e 2020.

<sup>68</sup> A obediência aos princípios definidos no SNC-AP, nomeadamente na estrutura conceptual da informação financeira, é a justificação fundamental para esta descida de valor, derivando da aplicação da mesma, reajustamentos nas diferentes componentes do Ativo Fixo Tangível. Serão responsáveis por esses ajustamentos as regras a seguir apresentadas as quais derivam da Estrutura Conceptual do SNC-AP (Anexo I do DL n.º 192/2015):

“1.2 - Controlo pela Entidade Pública

93 - Para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre o recurso, o qual implica:

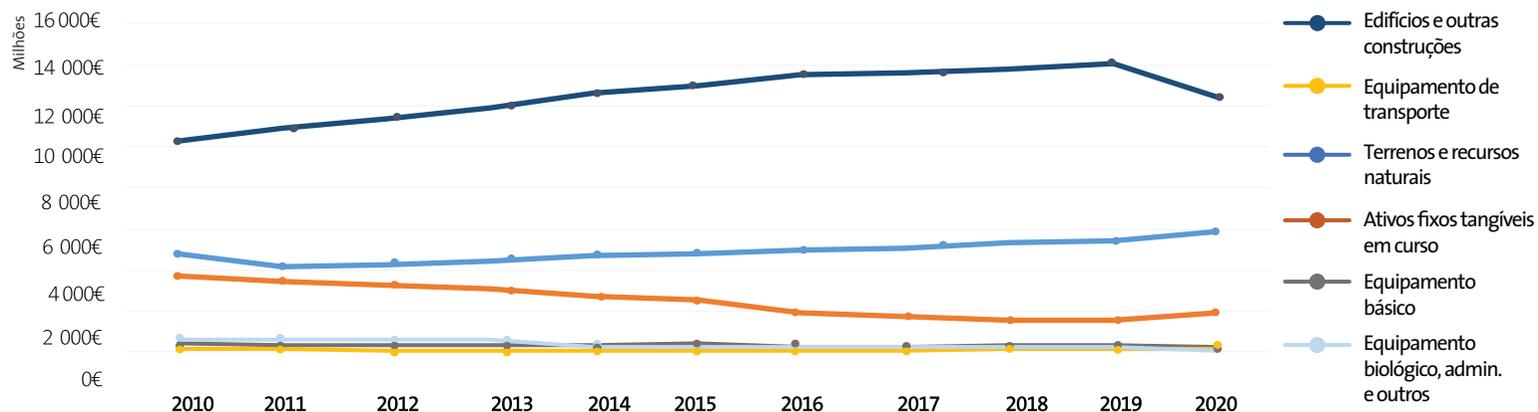
a) A capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa; ou,  
b) A capacidade da entidade pública em determinar a natureza e forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso.

94 - O controlo sobre um recurso pode decorrer de diversos meios, pelo que, ao analisar se existe ou não controlo sobre o recurso, a entidade pública deverá considerar os seguintes indicadores:

a) Propriedade legal;  
b) Acesso ao recurso, ou a capacidade de restringir o acesso de outras entidades ao mesmo;  
c) Existência de meios capazes de assegurar que os recursos são utilizados para atingir os objetivos propostos; e  
d) A existência de um direito (legal ou outro) ao potencial de serviço ou aos benefícios económicos futuros incorporados no recurso.

Embora estes indicadores não permitam concluir de forma inequívoca sobre a existência de controlo, a sua análise isolada pode contribuir para tal conclusão. Por exemplo, se uma entidade pública não possui a capacidade de evitar o acesso de terceiras entidades a determinado recurso, tal entidade pública poderá não dispor desse ativo.”

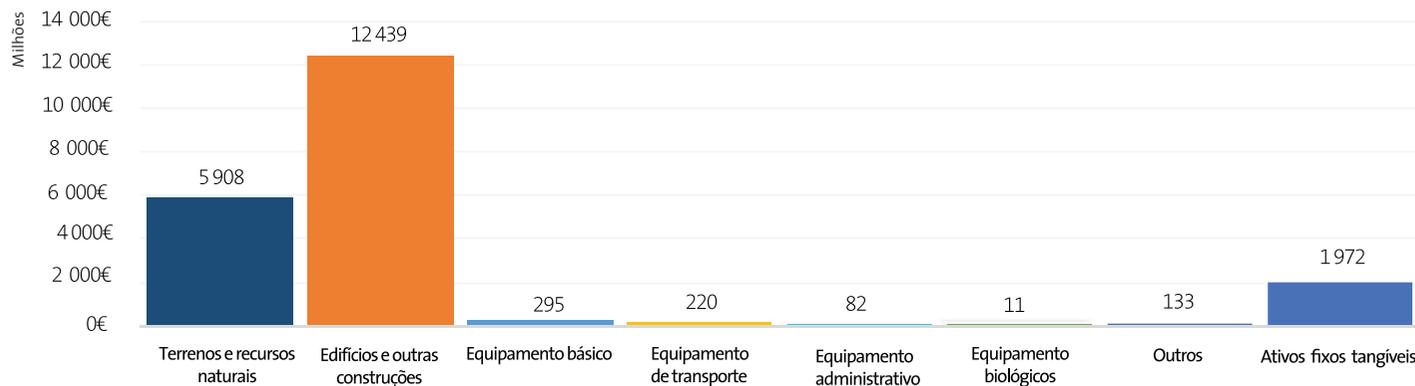
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: outros



Quadro 3.05 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2010-2019

Imobilizado corpóreo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Edifícios	10 296	10 919	11 347	11 865	12 632	13 013	13 492	13 627	13 822	14 019
Terrenos	4 791	4 194	4 306	4 474	4 696	4 846	4 969	5 096	5 371	5 437
Imobilizado em curso	3 702	3 482	3 290	3 122	2 782	2 544	1 903	1 763	1 614	1 602
Equipamento básico	412	398	377	365	358	424	308	312	318	333
Outros	527	533	528	552	156	200	182	189	196	198
Equipamento de transporte	156	142	125	111	106	101	106	124	137	158
Equipamento administrativo	105	96	83	76	70	75	73	73	70	83
Ferramentas e utensílios	12	11	11	10	9	10	9	10	10	12
<b>Total</b>	<b>20 001</b>	<b>19 776</b>	<b>20 069</b>	<b>20 575</b>	<b>20 810</b>	<b>21 213</b>	<b>21 041</b>	<b>21 194</b>	<b>21 539</b>	<b>21 840</b>

Gráfico 3.04 – Valor das componentes de Outros Ativos Fixos Tangíveis – 2020



Sustentaram o gráfico 3.03 os valores apresentados no quadro e no gráfico a seguir disponibilizados, onde, devido à implementação do SNC-AP, em 2020, se apresentam, separadamente, a composição do imobilizado corpóreo entre 2010 e 2019 e os correspondentes valores de Outros Ativos Fixos Tangíveis contabilizados em 2020.

Concluindo a análise do Ativo não corrente, apresentam-se dois *rankings* de municípios respetivamente com maior volume de Ativos Fixos Tangíveis (R51) e maior volume de Participações Financeiras (R52).

Os investimentos financeiros evoluíram de forma algo variável entre 2010 e 2019, mas com uma tendência crescente. Em 2019 ao contabilizar-se o valor total de 1.985,1 milhões de euros, no universo dos 308 municípios, verificou-se um aumento líquido de +65,8 milhões de euros (+3,4%) em relação ao ano anterior. Em 2020, ao comparar as **participações financeiras** com o investimento financeiro de 2019, verifica-se que as mesmas cresceram 335 milhões de euros, isto é, +16,9%. Considerando que, até 2019, os investimentos financeiros incluíam investimentos em imóveis, em SNC-AP reclassificados como propriedades de investimento, o aumento do valor das participações financeiras de 2019 para 2020 pode ser ainda mais considerável, ainda que tal variação possa resultar, em parte, da aplicação de novos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos no SNC-AP, e não necessariamente de novas aquisições.

Lisboa é o município que apresenta maior volume de Ativos Fixos Tangíveis, com o volume de 2.519,1 milhões de euros, sendo seguido por Porto com 1.374,4 milhões de euros, Loures com 1.324,8 milhões de euros, e Funchal com 1.031,3 milhões de euros.

Pelo significado que revestem as Participações Financeiras, apresenta-se o *Ranking* R.52 com 35 municípios com maior volume das mesmas em 2020.

Lisboa lidera o *ranking* das participações financeiras com 224,0 milhões de euros, representando 9,7% do total das participações. É seguido do Porto, Vila Nova de Gaia e Sintra, com respetivamente 109,4 milhões de euros, 109,2 milhões de euros e 107,2 milhões de euros.

No Quadro 3.06 apresenta-se a composição das dívidas a receber (curto prazo e médio/longo prazo) desagregadas pelos seus diferentes elementos, entre 2010 e 2019, apresentando-se separadamente o quadro homólogo relativo ao ano de 2020 (Quadro 3.07).

## R51 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Ativos Fixos Tangíveis 2020	
			Valor	Peso no total
1	Lisboa	G	2 519 089 809	7,2%
2	Porto	G	1 374 359 492	3,9%
3	Loures	G	1 324 819 646	3,8%
4	Funchal	G	1 031 263 035	3,0%
5	Vila Nova de Gaia	G	782 239 859	2,2%
6	Sintra	G	714 516 183	2,0%
7	Matosinhos	G	618 750 575	1,8%
8	Coimbra	G	571 907 759	1,6%
9	Cascais	G	508 947 436	1,5%
10	Oeiras	G	492 418 777	1,4%
11	Braga	G	479 772 397	1,4%
12	Almada	G	455 402 149	1,3%
13	Guimarães	G	405 049 093	1,2%
14	Vila Franca de Xira	G	347 193 166	1,0%
15	Maia	G	333 937 704	1,0%
16	Gondomar	G	326 846 719	0,9%
17	Seixal	G	318 889 957	0,9%
18	Loulé	M	310 069 329	0,9%
19	Castelo Branco	M	308 103 664	0,9%
20	Leiria	G	296 204 946	0,8%
21	Setúbal	G	292 083 041	0,8%
22	Portimão	M	280 105 195	0,8%
23	Aveiro	M	275 998 627	0,8%
24	Vila Nova de Famalicão	G	260 561 958	0,7%
25	Vila do Conde	M	259 412 454	0,7%
26	Odivelas	G	252 005 717	0,7%
27	Paredes	M	235 684 805	0,7%
28	Santa Maria da Feira	G	233 678 263	0,7%
29	Amadora	G	224 521 160	0,6%
30	Valongo	M	224 080 025	0,6%
31	Lagos	M	223 363 761	0,6%
32	Pombal	M	221 672 667	0,6%
33	Viana do Castelo	M	212 678 247	0,6%
34	Montijo	M	207 048 445	0,6%
35	Albufeira	M	204 445 419	0,6%
Total dos 308 municípios			34 927 216 183	100%

## R52 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras 2020

Unidade: euros

Município		Dim.	SNC-AP 2020	
			Valor	Peso no total das participações
1	Lisboa	G	224 036 823	9,7%
2	Porto	G	109 439 192	4,7%
3	Vila Nova de Gaia	G	109 243 477	4,7%
4	Sintra	G	107 180 200	4,6%
5	Oeiras	G	93 235 001	4,0%
6	Amadora	G	86 487 532	3,7%
7	Covilhã	M	78 938 544	3,4%
8	Almada	G	72 329 892	3,1%
9	Vila Franca de Xira	G	65 789 245	2,8%
10	Braga	G	64 937 421	2,8%
11	Castelo Branco	M	59 072 686	2,5%
12	Santarém	M	56 508 810	2,4%
13	Mafra	M	56 463 609	2,4%
14	Coimbra	G	53 012 157	2,3%
15	Vila Real	M	48 903 783	2,1%
16	Cascais	G	39 679 181	1,7%
17	Loures	G	39 262 979	1,7%
18	Vila Real de Santo António	P	38 962 391	1,7%
19	Portimão	M	33 768 800	1,5%
20	Cantanhede	M	32 436 585	1,4%
21	Esposende	M	27 847 010	1,2%
22	Viana do Castelo	M	27 835 846	1,2%
23	Montijo	M	24 842 294	1,1%
24	Odivelas	G	23 139 020	1,0%
25	Olhão	M	21 815 735	0,9%
26	Maia	G	21 250 361	0,9%
27	Valongo	M	21 067 803	0,9%
28	Abrantes	M	19 852 242	0,9%
29	Évora	M	18 213 248	0,8%
30	Praia da Vitória	M	17 864 938	0,8%
31	Torres Novas	M	17 199 738	0,7%
32	Angra do Heroísmo	M	17 143 259	0,7%
33	Alcanena	P	16 589 562	0,7%
34	Faro	M	16 278 301	0,7%
35	Melgaço	P	14 174 668	0,6%
<b>Total dos 308 municípios</b>			<b>2 319 845 423</b>	<b>100,0%</b>

Quadro 3.06 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2010-2019

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Variação (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18-19	10-19
Dívidas a receber m/l prazo	86,3	130,2	129,0	123,1	99,2	97,5	66,7	86,8	76,1	85,2	11,9%	-1,3%
Empréstimos concedidos (curto p.)	7,3	6,2	5,5	6,2	4,5	9,4	7,4	3,0	2,0	11,8	490,3%	62,3%
Clientes, contribuintes e utentes (c.p.)	217,8	231,2	234,1	235,6	225,1	239,8	255,2	215,3	183,8	191,8	4,3%	-11,9%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	22,6	28,7	26,3	28,7	29,2	30,4	31,0	25,7	30,0	27,6	-7,9%	22,2%
Administração Autárquica (c.p.)	85,1	66,4	35,7	59,7	9,3	12,1	10,6	7,4	7,5	10,5	39,0%	-87,7%
Adiantamentos (c.p.)	10,7	12,4	10,9	8,7	8,5	9,8	9,4	9,0	9,9	13,5	36,5%	26,0%
Outros devedores (c.p.)	766,8	850,7	796,0	665,2	482,5	440,0	376,3	315,0	307,5	319,0	3,7%	-58,4%
Outros (c.p.)	0,0	2,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100%	-100%
<b>Total de dívidas a receber em 31/12</b>	<b>1 196,6</b>	<b>1 327,9</b>	<b>1 237,8</b>	<b>1 127,2</b>	<b>858,2</b>	<b>839,0</b>	<b>756,5</b>	<b>662,1</b>	<b>616,9</b>	<b>659,4</b>	<b>6,9%</b>	<b>-44,9%</b>

Quadro 3.07 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020

Unidade: euros

Dívidas a receber	SNC-AP 2020	
	Valor	Peso
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	3 421 240	0,1%
Clientes contribuintes e utentes	460 678	0,0%
Outras contas a receber	98 212 520	3,9%
<b>Dívidas a receber não correntes</b>	<b>102 094 437</b>	<b>4,0%</b>
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	203 114 683	8,0%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	878 365	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	203 721 142	8,0%
Estado e outros entes públicos	26 197 327	1,0%
Acionistas/ sócios/ associados	1 481 121	0,1%
Outras contas a receber	2 010 343 750	78,9%
<b>Dívidas a receber correntes</b>	<b>2 445 736 388</b>	<b>96,0%</b>
<b>Total Dívidas a receber</b>	<b>2 547 830 825</b>	<b>100,0%</b>

Da observação dos Quadros 3.06 e 3.07 anota-se:

– Entre 2010 e 2019 foi essencialmente descendente a curva da evolução do valor global das dívidas a receber, verificando-se um acréscimo de valor de +11% em 2011 e uma descida acentuada do valor deste agregado do Ativo a partir desse ano até 2018, tendo apresentado uma ligeira subida em 2019.

– Em 2020 o valor total das dívidas a receber foi de 2.547,8 milhões de euros, aparentemente superior em +1.888 milhões de euros (+286,4%) ao valor escriturado em 2019. Este valor subdivide-se em **dívidas a receber não correntes** no total de 102,1 milhões de euros e **dívidas a receber correntes** no total de 2.445,7 milhões de euros representando 96% do total das dívidas a receber. A componente mais

representativa das dívidas a receber, em 2020, foi **outras contas a receber correntes (correntes)** no valor de 2.010,3 milhões de euros. Porém, note-se que, em SNC-AP, os acréscimos de proveitos foram reclassificados em devedores incluídos neste montante de outras contas a receber correntes. Considerando que, em 2019, os acréscimos de proveitos rondaram os 1.614 milhões de euros (Quadro 3.02), a **variação das dívidas a receber de 2019 para 2020 cifrou-se, na verdade, em +274 milhões de euros.**

– Em 2020, verificou-se que 306 municípios apresentaram valores correntes inscritos em clientes contribuintes e utentes no total de 203,7 milhões de euros, 223 municípios apresentaram valores inscritos em devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no total de 203,1 milhões de euros, e 302 municípios apresentaram valores inscritos em outras contas a receber no total de 2.010,3 milhões de euros.

– Pesando apenas 1% nas dívidas a receber, a dívida do **Estado e outros entes públicos**<sup>69</sup> totalizou em 2020, 26,2 milhões de euros.

Apresenta-se a seguir o *Ranking* R53 com a listagem dos 35 municípios com maior valor de dívidas a receber. Neste *ranking*, destaca-se o município de Lisboa que apresenta um volume de dívidas a receber no montante de 299,5 milhões de euros, representando as mesmas 11,8% do total das dívidas a receber registadas pelos 308 municípios em 2020.

As **disponibilidades**<sup>70</sup>, no SNC-AP designadas de **Meios Financeiros Líquidos**, representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis (instrumentos financeiros detidos como aplicação financeira de curto prazo, considerados ativos financeiros). No Quadro

3.08 apresenta-se a composição das disponibilidades agrupadas por anos de mandato, e a variação em 2020 relativamente ao ano anterior.

Verifica-se que as **disponibilidades reais** aumentaram +1,5% (+35,5 milhões de euros) em relação a 2019, totalizando no final do ano económico 2.361,1 milhões de euros.

O valor relativo a operações de tesouraria cresceu também +1,4% e apresentou o montante de 242,6 milhões de euros em 2020.

O *Ranking* R54 ordena os municípios com maiores disponibilidades (meios financeiros líquidos) reais em 2020.

Também neste *ranking* dos municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2020, é Lisboa que apresenta maior valor, no montante de 263,1 milhões de euros, seguido de Sintra com o montante de 185,5 milhões de euros. Todos os restantes municípios apresentam valores inferiores a 100 milhões de euros, sendo que o último desta listagem apresenta o montante de 13,3 milhões de euros, valor muito distante do apresentado pelos primeiros da lista.

<sup>69</sup> Trata-se de uma dívida constituída essencialmente por dívida do Estado aos municípios e refletirá, fundamentalmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá, também, pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido nesta rubrica, eventual IVA a recuperar pelos municípios com serviços municipais integrados.

<sup>70</sup> Estando incluídos no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

## R53 – Municípios com maior valor de dívidas a receber em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim.	Dívidas a receber 2020	
			Valor	Peso no total
1	Lisboa	G	299 494 554	11,8%
2	Porto	G	121 823 368	4,8%
3	Vila Nova de Gaia	G	72 376 707	2,8%
4	Setúbal	G	64 717 040	2,5%
5	Sintra	G	59 769 281	2,3%
6	Braga	G	52 453 514	2,1%
7	Maia	G	47 889 291	1,9%
8	Matosinhos	G	47 099 006	1,8%
9	Almada	G	43 315 523	1,7%
10	Loures	G	41 653 994	1,6%
11	Funchal	G	40 403 265	1,6%
12	Loulé	M	39 231 578	1,5%
13	Gondomar	G	38 154 353	1,5%
14	Guimarães	G	37 778 572	1,5%
15	Portimão	M	36 607 227	1,4%
16	Seixal	G	35 665 987	1,4%
17	Coimbra	G	31 625 652	1,2%
18	Leiria	G	31 593 990	1,2%
19	Mafra	M	31 183 547	1,2%
20	Sesimbra	M	30 911 609	1,2%
21	Albufeira	M	30 693 234	1,2%
22	Odivelas	G	29 781 668	1,2%
23	Torres Vedras	M	28 464 364	1,1%
24	Santa Maria da Feira	G	27 373 505	1,1%
25	Amadora	G	26 402 568	1,0%
26	Vila Nova de Famalicão	G	26 402 352	1,0%
27	Oeiras	G	25 380 646	1,0%
28	Viseu	M	25 217 563	1,0%
29	Lagos	M	25 157 658	1,0%
30	Vila Franca de Xira	G	23 896 118	0,9%
31	Figueira da Foz	M	22 991 790	0,9%
32	Santo Tirso	M	22 540 511	0,9%
33	Cascais	G	19 636 004	0,8%
34	Vila Real de Santo António	P	19 120 317	0,8%
35	Cartaxo	M	17 925 188	0,7%
<b>Total dos 308 municípios</b>			<b>2 547 830 825</b>	<b>100%</b>

## R54 – Municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	29 773 034	26 806 245	25 916 662	27 949 251	11 091 076	123 986 780	97 022 807	208 275 435	146 718 167	370 933 484	263 072 555
2	Sintra	G	29 419 991	28 180 145	14 271 843	23 742 939	48 402 219	56 277 709	75 061 934	108 018 944	140 298 104	171 818 344	185 504 749
3	Amadora	G	53 086 346	57 544 319	66 114 910	60 847 743	64 103 771	71 391 442	75 109 656	79 977 714	90 631 986	99 050 491	99 335 169
4	Porto	G	1 160 304	6 185 303	16 386 143	23 647 892	45 372 451	49 201 361	66 033 962	88 445 703	85 736 610	97 774 034	96 513 208
5	Oeiras	G	2 394 660	3 239 465	9 419 902	13 895 541	21 734 828	35 078 207	47 557 011	84 020 294	109 867 707	106 822 914	87 126 437
6	Cascais	G	9 125	64	375 015	22	10	581	2 781 569	39 789 032	67 710 744	74 951 427	62 718 691
7	Albufeira	M	4 021 291	4 005 117	4 117 360	10 288 733	12 772 942	40 806 480	57 080 804	73 750 697	74 984 559	71 500 942	56 515 084
8	Aveiro	M	6 532 941	1 655 953	1 162 095	4 535 960	8 307 283	13 260 246	19 097 430	37 791 101	48 334 795	56 026 233	51 999 799
9	Sta. M.ª da Feira	G	128 472	881 779	884 806	3 295 543	10 078 465	17 288 911	21 898 737	27 624 687	31 715 363	38 806 438	49 226 490
10	Loulé	M	8 399 540	2 067 664	2 379 396	12 927 794	17 673 961	37 985 128	63 409 771	74 226 136	74 071 448	63 890 801	48 020 494
11	Leiria	G	3 070 581	1 748 407	4 080 407	9 557 922	16 110 735	26 693 007	38 643 151	39 081 558	48 995 386	42 246 039	44 086 749
12	Almada	G	19 831 914	28 838 136	29 374 839	31 594 608	35 152 960	35 533 300	27 626 865	22 211 059	34 785 503	43 823 435	43 899 666
13	Castelo Branco	M	28 722 483	31 791 413	37 842 861	28 186 890	28 741 499	29 844 771	30 222 251	28 683 641	30 419 903	34 982 091	39 537 809
14	Maia	G	352 574	1 651 219	6 788 773	6 676 825	3 234 891	11 310 502	16 405 049	15 495 844	20 601 236	23 370 641	37 155 218
15	Lagos	M	1 250 831	601 860	1 434 802	2 888 220	3 816 125	6 674 758	12 442 013	16 757 059	27 220 839	35 597 205	35 262 589
16	Odivelas	G	773 157	1 313 827	2 070 322	3 413 672	4 173 442	6 807 721	6 658 028	9 376 412	17 698 872	25 749 968	32 699 364
17	Matosinhos	G	5 595 816	3 218 380	4 904 455	8 585 798	7 499 593	14 341 095	19 637 487	31 491 073	33 102 499	37 358 661	29 141 693
18	Portimão	M	1 120 669	673 068	240 805	25 353	1 151 918	805 285	7 104 333	10 536 081	23 006 616	24 493 721	28 297 066
19	Barcelos	G	955 694	480 874	1 035 973	1 077 025	2 012 471	4 806 780	10 434 483	12 903 791	19 143 137	15 243 947	23 430 246
20	Viseu	M	6 854 828	7 369 370	15 054 942	20 711 655	23 625 217	28 743 247	31 556 974	28 863 571	21 266 421	20 603 685	22 873 403
21	V. N. Famalicão	G	176 049	125 172	5 317 459	107 413	3 411 366	5 676 170	15 339 410	14 290 736	14 680 322	16 640 438	22 101 206
22	Alcobaça	M	274 404	53 347	383 501	268 157	3 355 342	2 765 443	8 034 641	9 630 272	12 750 966	16 828 742	20 725 013
23	Guimarães	G	1 285 376	1 085 101	845 686	16 610 076	20 901 626	28 979 058	33 084 099	23 840 194	15 117 394	16 334 867	20 710 572
24	Tavira	M	1 034 295	670 626	3 092 274	5 547 906	7 423 631	10 491 882	13 567 510	15 130 722	18 580 988	21 255 559	20 613 356
25	Coimbra	G	2 998 782	2 457 346	5 051 775	9 925 226	18 781 394	19 899 842	29 474 326	33 554 195	35 783 675	31 532 127	20 205 566
26	Silves	M	1 356 873	1 317 384	1 705 735	3 316 846	2 727 015	4 062 157	7 525 564	11 069 136	10 399 725	10 178 927	19 749 491
27	O. de Azeméis	M	137 109	1 360 744	792 473	1 873 625	1 508 268	1 420 369	2 433 706	3 350 251	8 588 454	13 166 449	19 198 874
28	V. Nova de Gaia	G	1 307 760	1 589 895	-853 827	1 466 006	1 040 735	1 902 501	14 045 581	17 371 646	20 115 390	28 255 907	19 153 262
29	Seixal	G	130 739	138 664	193 492	1 039 784	3 413 621	8 911 301	16 709 250	18 773 914	19 337 057	20 058 492	18 012 068
30	M. Canaveses	M	635 372	2 282 167	2 688 491	5 093 167	6 727 103	8 867 644	10 447 227	10 031 847	12 172 806	13 970 012	17 506 670
31	Gondomar	G	865 716	811 033	148 671	5 519 931	685 398	1 210 538	3 075 243	11 866	3 653 903	8 594 212	16 897 119
32	Loures	G	2 698 977	1 784 333	1 473 320	1 489 628	96 324	3 424 285	7 844 499	15 405 758	25 797 766	30 806 885	16 296 144
33	V. F. de Xira	G	7 385 294	14 784 795	22 976 631	17 244 820	17 666 549	16 811 200	18 124 573	17 993 786	22 750 622	24 910 359	15 559 737
34	Coruche	P	2 222 507	3 952 352	6 573 917	9 608 630	10 560 955	11 071 506	13 261 157	13 279 515	11 780 557	10 789 270	14 285 210
35	Mafra	M	7 582 644	7 090 102	4 603 743	1 644 458	1 914 306	7 643 589	9 480 375	10 817 912	14 846 953	10 457 306	13 288 489
<b>Total dos 308 municípios</b>			<b>440 392 408</b>	<b>502 247 157</b>	<b>596 135 499</b>	<b>697 049 225</b>	<b>836 237 126</b>	<b>1 147 205 368</b>	<b>1 432 584 537</b>	<b>1 727 588 596</b>	<b>1 939 564 190</b>	<b>2 325 639 460</b>	<b>2 361 100 920</b>

Quadro 3.08 – Disponibilidades (caixa e depósitos) e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Disponibilidades	POCAL											SNC-AP	
	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Variação (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	19-20	10-19
Depósitos em instituições financeiras e caixa	595,9	666,0	761,2	874,7	1 021,3	1 329,9	1 609,3	1 916,7	2 129,1	2 534,1	2 601,2	2,6%	336,5%
Ativos financeiros detidos para negociação & outros ativos financeiros correntes (SNC-AP)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6	-	-
Títulos negociáveis (POCAL)	13,7	15,6	15,7	9,3	4,4	6,7	15,1	16,6	29,6	30,8	-	-	-
<b>(1) Total de disponibilidades</b>	<b>609,5</b>	<b>681,6</b>	<b>777,0</b>	<b>884,0</b>	<b>1 025,7</b>	<b>1 336,6</b>	<b>1 624,4</b>	<b>1 933,3</b>	<b>2 158,7</b>	<b>2 564,9</b>	<b>2 603,7</b>	<b>1,5%</b>	<b>327,2%</b>
(2) Operações de Tesouraria	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6	1,4%	43,5%
<b>(3=1-2) Total de disponibilidades reais</b>	<b>440,4</b>	<b>502,2</b>	<b>596,1</b>	<b>697,0</b>	<b>836,2</b>	<b>1 147,2</b>	<b>1 432,6</b>	<b>1 727,6</b>	<b>1 939,6</b>	<b>2 325,6</b>	<b>2 361,1</b>	<b>1,5%</b>	<b>436,1%</b>

### 3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos

No Quadro 3.09 e no Quadro 3.10, apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios (designados de Património Líquido em SNC-AP) considerando o universo dos municípios. Os Fundos Próprios<sup>71</sup>, sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o valor do património líquido de cada município, e da totalidade do setor municipal nacional.

Da análise dos dois quadros relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido):

– No final de 2020 o total do **património líquido** era igual a 37.127,1 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de 1,0% face ao total dos fundos próprios apresentados em 2019. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 23.486,4 milhões de euros, representou 63,3% do total do património líquido e aumentou, em relação ao fundo patrimonial apresentado em 2019, cerca de 0,3% (+70,8 milhões de euros);

– Relativamente a 2020, verifica-se que o **resultado líquido do período** para todo o setor municipal foi de aproximadamente 34 milhões de euros, representou apenas 0,1% do património líquido e baixou em relação ao registo de 2019 cerca de -577,2 milhões de euros (-94,4%), fruto da estrutura conceptual da informação financeira pública e das normas de contabilidade pública, com as diferenças de reconhecimento consequentes. Mais se verifica que 143

municípios apresentaram resultados líquidos negativos em 2020; – Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **outras variações no património líquido**, item que registou no final de 2020 o valor de 8.005,7 milhões de euros, isto é, 21,6% do total do património líquido. Nesta rubrica incluem-se entre outros, as transferências e subsídios de capital para ativos depreciáveis, sem condições, antes reconhecidos como proveitos diferidos, e que em 2019 totalizaram 6.582,8 milhões e euros. – Relativamente às **reservas** constatou-se que em 2020 o montante contabilizado de 1.787,2 milhões de euros. Para comparar com o valor das reservas apresentado em 2019, há que considerar também o valor dos **excedentes de revalorização** de 106,6 milhões de euros em 2020. No conjunto representaram 5,1% do total do património líquido. Em relação a 2019, observou-se um decréscimo de -29,3% (-785,9 milhões de euros).

Os **resultados transitados**, em 2020, apresentaram o valor de 3.037,0 milhões de euros, representando 8,2% do total do património líquido e um aumento de +37,7% (+831,4 milhões de euros) em relação ao valor escriturado em 2019. Anote-se que nesta rubrica incluem-se em 2020 os *ajustamentos de transição para o SNC-AP*.

– Os **ajustamentos em ativos financeiros**, nomeadamente relacionados com participações financeiras contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, em 2020 rondaram os 670 milhões de euros (representando 1,8% do total do património líquido de todos os municípios, neste ano). Face a 2019, houve um aumento de +436,7 milhões de euros (+287,3%), a que não serão alheias as exigências de reconhecimento e mensuração do novo SNC-AP.

<sup>71</sup> De acordo com o POCAL, os proveitos diferidos eram reconhecidos no Passivo (conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos», por exemplo), mas como, na realidade, não cumprem a definição de Passivo, incluímos esse valor, separadamente, no Quadro 3.09, já antecipando o procedimento do SNC-AP para transferências e subsídios de capital obtidos, sem condições.

Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2010-2019

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Variação (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18-19	10-19
Fundo patrimonial	21 451,1	21 251,7	21 494,5	21 899,6	22 157,1	22 486,9	22 689,2	22 835,2	23 156,3	23 415,6	1,1%	9,2%
Ajustamento de partes capital em empresas	116,9	140,1	142,0	173,8	174,1	163,5	223,3	238,9	243,5	233,2	-4,3%	99,5%
Reservas <sup>72</sup>	1 348,6	1 446,6	1 626,7	1 780,1	1 815,8	1 963,0	1 994,5	2 289,7	2 530,1	2 679,7	5,9%	98,7%
Doações	583,8	610,6	483,7	528,0	571,6	650,2	728,4	744,6	801,4	838,8	4,7%	43,7%
Subsídios + cedências + outros	202,8	229,9	139,7	139,6	194,8	275,6	296,1	311,6	170,6	176,2	3,3%	-13,1%
Resultados transitados	1 501,7	1 360,3	1 019,5	1 312,9	977,8	946,2	1 368,0	1 605,4	1 869,0	2 205,6	18,0%	46,9%
Resultados do exercício	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	29,3%	499,4%
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>25 306,9</b>	<b>25 182,6</b>	<b>25 491,0</b>	<b>25 904,5</b>	<b>26 049,3</b>	<b>27 106,7</b>	<b>27 714,2</b>	<b>28 483,0</b>	<b>29 243,4</b>	<b>30 160,2</b>	<b>3,1%</b>	<b>19,2%</b>
Proveitos diferidos	5 299,7	6 049,8	6 575,3	6 795,5	6 854,8	6 900,3	6 725,8	6 610,7	6 553,1	6 582,8	0,5%	24,2%
<b>Total dos fundos próprios e proveitos diferidos</b>	<b>30 606,6</b>	<b>31 232,4</b>	<b>32 066,3</b>	<b>32 700,0</b>	<b>32 904,1</b>	<b>34 006,9</b>	<b>34 440,0</b>	<b>35 093,7</b>	<b>35 796,6</b>	<b>36 743,1</b>	<b>2,6%</b>	<b>20,0%</b>
<b>Peso sobre o Ativo líquido total</b>	<b>76,4%</b>	<b>77,1%</b>	<b>79,5%</b>	<b>80,2%</b>	<b>81,5%</b>	<b>82,9%</b>	<b>84,0%</b>	<b>85,0%</b>	<b>86,2%</b>	<b>87,2%</b>	<b>1,2%</b>	<b>14,2%</b>

Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020

Unidade: euros

Património Líquido	SNC-AP 2020	
	Valor	Peso
Património / Capital	23 486 386 780	63,3%
Reservas	1 787 247 557	4,8%
Resultados transitados	3 037 034 723	8,2%
Ajustamentos em ativos financeiros	669 906 277	1,8%
Excedentes de revalorização	106 565 502	0,3%
Outras variações no património líquido	8 005 718 166	21,6%
Resultado líquido do período	33 974 653	0,1%
Outros	308 514	0,0%
<b>Total do património líquido</b>	<b>37 127 142 172</b>	<b>100,0%</b>
<b>Peso sobre o Ativo líquido total</b>	<b>85,9%</b>	<b>--</b>

<sup>72</sup> Inclui todas as reservas: de reavaliação, legais, atuárias, livres e decorrentes da transferência de ativos. As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas dos ativos imobilizados não financeiros. O POCAL, contudo, condicionava as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito. O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permitia reavaliar bens cujo valor atual fosse significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios.

### 3.5. Passivo

#### 3.5.1. Composição e estrutura do Passivo

No presente Anuário continuaremos a dividir o Passivo corrente e o Passivo não corrente em três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo eventualmente exigível, constituído pelas provisões;
- Passivo eventualmente não exigível, refletido nos diferimentos e passivos por impostos diferidos.

Quando se comenta o Passivo de qualquer entidade, referem-se particularmente as dívidas para com terceiros (contas a pagar), separando-se o passivo eventualmente exigível e o passivo eventualmente não exigível. Incluir estas duas últimas componentes na análise do passivo poderá conduzir a análises financeiras distorcidas da condição financeira do setor público municipal.

Assim, neste capítulo, o total do passivo que importará analisar será o passivo exigível que constitui as dívidas a pagar, pelo que não serão objeto de análise pormenorizada o valor contabilístico inscrito em provisões, que traduzem responsabilidades com alguma contingência e, por isso, incertas de concretização, nem os diferimentos e passivos por impostos diferidos<sup>73</sup> que, em princípio, não representam quaisquer encargos para com terceiros.

Pela análise do quadro 3.11 conclui-se que:

- O total do **Passivo não corrente** foi de 4.207,3 milhões de euros e representou 68,8% do passivo total, enquanto o **Passivo corrente** no valor de 1.904,5 milhões de euros, representou 31,2% do total do Passivo.
- Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 4.314,5 milhões de euros e representou 70,6% do Passivo total.
- Os **financiamentos obtidos** de médio e longo prazo são a maior parcela do Passivo apresentando, em 2020, o valor de 2.400,9 milhões de euros e representando 39,3% do Passivo total.

<sup>73</sup> Anota-se que os passivos por impostos diferidos refletem obrigações futuras associadas à tributação do rendimento. A matéria dos impostos diferidos não encontra orientações em nenhuma NCP do SNC-AP, pelo que as entidades que os tenham reconhecido terão recorrido a aplicação supletiva do SNC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro. Um município reconhece este tipo de Passivo: Setúbal.

– Os **diferimentos não correntes<sup>74</sup> e correntes**, respetivamente no valor de 570,4 milhões de euros e 327,8 milhões de euros, em conjunto representaram 14,7% do Passivo total.

– As **provisões** (passivo eventualmente exigível) atingiram cerca de 899,1 milhões de euros, rondando os 15% do passivo total, refletindo um montante considerável de responsabilidades potenciais.

<sup>74</sup> 109 municípios inscreveram valor em diferimentos como passivo não corrente.

Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020

Unidade: euros

	Componentes do Passivo	SNC-AP - 2020	
		Valor	Peso
Passivo eventualmente exigível	Provisões	899 121 037	14,7%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	2 400 889 894	39,3%
	Fornecedores de investimentos	22 848 523	0,4%
	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0,0%
	Outras contas a pagar	253 372 928	4,1%
	Fornecedores	60 691 134	1,0%
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos	570 394 145	9,3%
	Passivos por impostos diferidos	170	0,0%
	<b>Total do Passivo não corrente</b>	<b>4 207 317 831</b>	<b>68,8%</b>
Passivo exigível	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	35 090 354	0,6%
	Fornecedores	221 847 432	3,6%
	Adiantamentos de clientes contribuintes e utentes	15 547 781	0,3%
	Estado e outros entes públicos	42 991 327	0,7%
	Acionistas/sócios/associados	432 204	0,0%
	Financiamentos obtidos	353 528 484	5,8%
	Fornecedores de investimentos	120 530 930	2,0%
	Outras contas a pagar	786 715 458	12,9%
	Passivos financeiros detidos para negociação	0	0,0%
	Outros passivos financeiros	0	0,0%
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos	327 773 183	5,4%
	<b>Total do Passivo corrente</b>	<b>1 904 457 151</b>	<b>31,2%</b>
	<b>Passivo Total</b>	<b>6 111 774 982</b>	<b>100,0%</b>
	<b>Total Passivo eventualmente exigível</b>	<b>899 121 037</b>	<b>14,7%</b>
	<b>Total Passivo exigível</b>	<b>4 314 486 447</b>	<b>70,6%</b>
	<b>Total Passivo eventualmente não exigível</b>	<b>898 167 498</b>	<b>14,7%</b>

### 3.5.2. Passivo exigível

Os Quadros 3.12, 3.13 e 3.14 mostram os valores das diferentes componentes do Passivo Exigível no período de 2010-2020, bem como as correspondentes variações anuais.

Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – POCAL 2010-2020

Unidade: milhões de euros

Passivo Exigível	POCAL										SNC-AP
	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Financiamentos obtidos	4 425,0	4 303,5	3 991,4	4 018,2	3 823,1	3 426,6	3 051,4	2 916,2	2 753,3	2 622,2	2 400,9
Fornecedores e outros credores	695,6	693,5	379,3	467,8	578,8	703,0	647,8	512,3	335,7	269,0	336,9
<b>Total de dívidas a pagar não correntes</b>	<b>5 120,6</b>	<b>4 997,1</b>	<b>4 370,7</b>	<b>4 485,9</b>	<b>4 401,9</b>	<b>4 129,5</b>	<b>3 699,2</b>	<b>3 428,5</b>	<b>3 089,0</b>	<b>2 891,2</b>	<b>2 737,8</b>
Financiamentos obtidos	187,8	237,9	178,2	241,3	256,3	290,8	361,1	323,8	271,5	243,0	353,5
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos <sup>75</sup>	3 384,6	3 273,2	2 874,9	2 419,2	2 008,4	1 793,0	1 532,5	1 411,3	1 402,5	1 318,2	1 223,2
<b>Total de dívidas a pagar correntes</b>	<b>3 572,4</b>	<b>3 511,1</b>	<b>3 053,2</b>	<b>2 660,6</b>	<b>2 264,7</b>	<b>2 083,8</b>	<b>1 893,7</b>	<b>1 735,1</b>	<b>1 674,0</b>	<b>1 561,2</b>	<b>1 576,7</b>
<b>Total dívidas a pagar (Passivo exigível)</b>	<b>8 693,0</b>	<b>8 508,2</b>	<b>7 423,8</b>	<b>7 146,5</b>	<b>6 666,7</b>	<b>6 213,3</b>	<b>5 592,9</b>	<b>5 163,6</b>	<b>4 763,0</b>	<b>4 452,5</b>	<b>4 314,5</b>

Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível

Unidade: milhões de euros

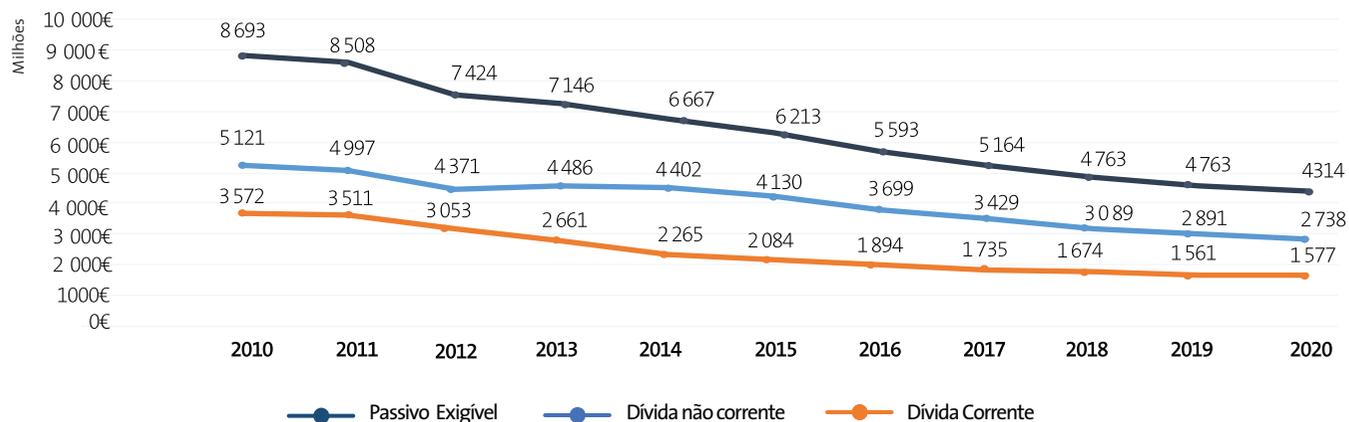
Passivo	Variação em milhões de euros									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Financiamentos obtidos	-121,5	-312,2	26,8	-195,1	-396,5	-375,1	-135,3	-162,9	-131,1	-221,3
Fornecedores e outros credores	-2,1	-314,2	88,5	111,1	124,1	-55,2	-135,4	-176,6	-66,7	67,9
<b>Total de dívidas a pagar não correntes</b>	<b>-123,5</b>	<b>-626,4</b>	<b>115,2</b>	<b>-84,0</b>	<b>-272,4</b>	<b>-430,3</b>	<b>-270,7</b>	<b>-339,5</b>	<b>-197,8</b>	<b>-153,4</b>
Financiamentos obtidos	50,1	-59,6	63,1	15,0	34,4	70,4	-37,3	-52,3	-28,5	110,5
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	-111,4	-398,3	-455,7	-410,8	-215,4	-260,5	-121,2	-8,8	-84,3	-95,0
<b>Total de dívidas a pagar correntes</b>	<b>-61,4</b>	<b>-457,9</b>	<b>-392,6</b>	<b>-395,8</b>	<b>-181,0</b>	<b>-190,1</b>	<b>-158,5</b>	<b>-61,1</b>	<b>-112,8</b>	<b>15,5</b>
<b>Total Passivo exigível</b>	<b>-184,9</b>	<b>-1 084,3</b>	<b>-277,4</b>	<b>-479,8</b>	<b>-453,4</b>	<b>-620,5</b>	<b>-429,2</b>	<b>-400,6</b>	<b>-310,6</b>	<b>-138,0</b>

Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível

Passivo Exigível	Variação em %									
	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
Financiamentos obtidos	-2,7%	-7,3%	0,7%	-4,9%	-10,4%	-10,9%	-4,4%	-5,6%	-4,8%	-8,4%
Fornecedores e outros credores	-0,3%	-45,3%	23,3%	23,7%	21,4%	-7,9%	-20,9%	-34,5%	-19,9%	25,2%
<b>Total de dívidas a pagar não correntes</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-12,5%</b>	<b>2,6%</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-10,4%</b>	<b>-7,3%</b>	<b>-9,9%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-5,3%</b>
Financiamentos obtidos	26,7%	-25,1%	35,4%	6,2%	13,4%	24,2%	-10,3%	-16,2%	-10,5%	45,5%
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	-3,3%	-12,2%	-15,9%	-17,0%	-10,7%	-14,5%	-7,9%	-0,6%	-6,0%	-7,2%
<b>Total de dívidas a pagar correntes</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-13,0%</b>	<b>-12,9%</b>	<b>-14,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-9,1%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>1,0%</b>
<b>Total Passivo exigível</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-12,7%</b>	<b>-3,7%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-10,0%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-3,1%</b>

<sup>75</sup> Foi acrescido o valor de acréscimos de custos para efeitos de comparabilidade entre 2020 e anos anteriores, já que em SNC-AP os acréscimos de custos estão em outras contas a pagar.

Gráfico 3.05 – Evolução do Passivo Exigível 2010-20



Em complemento à informação já prestada do Passivo Exigível no universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.05 com a evolução das suas principais componentes.

– Da análise dos Quadros 3.12, 3.13 e 3.14, bem como do Gráfico 3.05 pode-se referir:

– A grande variação do Passivo exigível dos municípios, entre 2010 e 2020; é bem perceptível a descida progressiva do Passivo exigível desde 2010 (mais intensa em 2012), até 2020;

– Em 2020 o **passivo exigível apresentou o valor de 4.314,5 milhões de euros**, mostrando um decréscimo de -3,1% (-138,0 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Contribuiu para esta descida a **redução dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo** em -8,4% (-221 milhões de euros) e a redução de **fornecedores e credores** de curto prazo em -7,2% (-95 milhões de euros), já que a dívida a pagar de **fornecedores e credores** de médio e longo prazo aumentou +25,2% (+68 milhões de euros);

– Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global proveniente de **financiamentos obtidos de médio e longo prazo**, no setor municipal, ocorreu em 2010, será de realçar a descida de **financiamentos obtidos** no Passivo não corrente, entre 2010 e 2020, em -2.024,1 milhões de euros (-45,7%) resultante, essencialmente, da quebra de utilização de empréstimos bancários;

– Em 2020 o aumento de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente foi de +45,5% (+110,5 milhões de euros) ao serem apresentadas nesta rubrica 353,5 milhões de euros<sup>76</sup>;

– Da análise das contas verificou-se que 83 municípios dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2010 e 2020.

Relativamente à utilização do FAM<sup>77</sup>, constata-se que só ocorreram utilizações de Apoio Transitório de Urgência (ATU) nos anos de 2014 e 2015, não se verificando qualquer utilização neste âmbito entre 2016 e 2020, conforme quadro infra (Quadro 3.15). Nestes cinco últimos anos apenas se registaram amortizações destes empréstimos.

<sup>76</sup> Anota-se o recurso a este tipo de financiamento para medidas de combate à pandemia COVID-19.

<sup>77</sup> O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, e tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) (alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto), bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

**Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)\***

Unidade: euros

Município	Dim.	Total contratualiz.	Total utilizado 2014 / 2015	Amortização					Dívida em 31.12.2020
				2016	2017	2018	2019	2020	
Alfândega da Fé	P	542 819	542 819	542 819	0	0	0	0	0
Aveiro	M	10 526 250	10 526 250	0	10 526 250	0	0	0	0
Cartaxo	M	4 817 323	4 817 323	0	4 817 323	0	0	0	0
Nazaré	P	7 552 302	7 102 302	0	0	7 102 302	0	0	0
Santa Comba Dão	P	487 158	487 158	97 432	97 432	97 432	97 432	97 432	0
Vila Nova de Poiares	P	854 529	854 529	854 529	0	0	0	0	0

\*Conforme previsto no artigo 55.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal), até 30 de novembro de 2014, os municípios que se encontrassem em situação de rutura financeira, nos termos do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e impossibilitados de cumprir pontualmente as suas obrigações, podiam solicitar junto da DGAL um apoio financeiro de urgência (apoio transitório de urgência). Este apoio teve por limite o montante estritamente necessário para fazer face às necessidades financeiras imediatas do município pelo período máximo de oito meses, e visou exclusivamente o pagamento de salários, a não interruptibilidade dos serviços públicos essenciais e o cumprimento do serviço da dívida.

**Quadro 3.16 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)**

Unidade: euros

Município	Dim	Total Contratual.	Contratado					Utilizado	Amortização 2020	Dívida em 31.12.2020
			Contratado 2016	Contratado 2017	Contratado 2018	Contratado 2019	Contratado 2020			
Portimão	M	137 361 827	33 234 497	84 915 360	0	0	0	118 149 857	0	110 018 414
Aveiro	M	85 511 149	0	64 515 171	13 646 016	0	0	78 161 188	9 647 788	64 171 111
Cartaxo	M	52 035 855	0	49 082 856	2 370 574	12 000	0	51 465 430	0	49 994 989
Vila Franca do Campo	P	34 126 638	0	0	0	19 231 372	12 607 143	31 838 515	0	31 838 515
Paços de Ferreira	M	35 122 915	0	18 022 915	14 250 000	0	0	32 272 915	0	31 376 445
Nazaré	P	35 242 012	0	0	0	29 108 306	0	29 108 306	0	28 673 165
Fornos de Algodres	P	32 620 057	0	27 555 031	1 150 564	0	0	28 705 594	165 424	26 870 612
Alandroal	P	16 579 276	11 425 000	2 905 000	750 000	1 017 117	0	16 097 117	0	14 810 535
V. Real de Santo António	P	19 619 907	5 541 756	6 043 059	175 896	2 521 693	0	14 282 405	0	13 158 249
Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	11 423 784	2 152 131	298 835	239 198	0	14 113 948	122 004	12 993 394
Alfândega da Fé	P	1 502 819	1 382 819	0	0	0	0	1 382 819	0	880 036
<b>Total</b>		<b>463 836 401</b>	<b>63 007 856</b>	<b>255 191 522</b>	<b>32 641 886</b>	<b>52 129 686</b>	<b>12 607 143</b>	<b>415 578 093</b>	<b>9 935 216</b>	<b>384 785 464</b>

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do FAM, o Quadro 3.16 mostra os 11 municípios que recorreram à referida linha de apoio financeiro, bem como o total em dívida ao FAM, em dezembro de 2020.

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAEL<sup>78</sup>, o Quadro 3.17 mostra os 42 municípios que, tendo recorrido

a esta linha de apoio financeiro entre 2012 e 2015<sup>79</sup>, mantinham, no início de 2020, dívida relativa a estes empréstimos. No total foram 103 os municípios que recorreram ao PAEL, tendo 2 amortizado a dívida em 2020, 9 amortizado a totalidade em 2019, 22 municípios liquidaram o capital em dívida em 2018 e outros 31 já tinham amortizado a totalidade em 2017. Assim, em dezembro de 2020, apenas 40 municípios mantinham capital em dívida neste programa de financiamento.

<sup>78</sup> A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

<sup>79</sup> Consta-se que, nos anos posteriores, incluindo 2020, não houve qualquer utilização de empréstimos ao abrigo destas linhas de apoio.

Quadro 3.17 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2020	Amortização 2020	Dívida em 31/12/2020
			2012	2013	2014	2015				
1	V. Real de Santo António	P	0	0	24 334 084	0	24 334 084	21 387 432	0	21 387 432
2	Lamego	M	0	11 816 203	0	0	11 816 203	6 330 109	844 015	5 486 094
3	Espinho	M	0	8 176 751	0	0	8 176 751	5 519 307	408 838	5 110 469
4	Vila Verde	M	0	10 438 783	0	0	10 438 783	5 274 982	753 569	4 521 413
5	Sesimbra	M	0	8 912 069	0	0	8 912 069	4 505 546	643 649	3 861 896
6	Torres Novas	M	0	6 778 372	0	0	6 778 372	3 655 368	487 382	3 167 985
7	Santa Comba Dão	P	0	0	2 017 294	1 344 681	3 361 975	2 533 655	168 910	2 364 745
8	Olhão	M	0	4 066 208	0	0	4 066 208	2 119 616	282 616	1 837 001
9	Calheta (R.A.M.)	P	0	4 232 882	0	0	4 232 882	2 139 957	305 708	1 834 249
10	Trancoso	P	0	2 508 574	1 012 714	0	3 521 287	1 926 267	256 836	1 669 432
11	Óbidos	P	0	3 839 744	0	0	3 630 628	1 828 603	261 229	1 567 374
12	Ourém	M	0	3 348 153	0	0	3 348 153	1 793 653	239 154	1 554 500
13	Peniche	M	0	2 241 803	940 976	0	3 182 779	1 647 210	235 316	1 411 895
14	Ansião	P	0	2 231 033	0	0	2 233 967	1 465 016	112 694	1 352 323
15	Paredes de Coura	P	0	2 881 120	0	0	2 881 120	1 456 566	208 081	1 248 486
16	Viana do Castelo	M	0	2 809 410	0	0	2 809 410	1 419 092	202 727	1 216 365
17	Estremoz	P	0	2 710 733	0	0	2 710 733	1 367 452	195 350	1 172 102
18	Valpaços	P	0	2 649 478	0	0	2 649 478	1 339 458	191 351	1 148 107
19	Tábua	P	0	1 710 268	732 972	0	2 443 240	1 323 422	176 456	1 146 966
20	Caminha	P	0	2 281 969	0	0	2 281 969	1 236 066	164 809	1 071 257
21	Melgaço	P	0	2 105 126	0	0	2 105 126	1 123 122	149 750	973 372
22	Sertã	P	0	2 130 877	0	0	2 130 877	1 102 983	147 064	955 918
23	Miranda do Douro	P	0	2 029 129	0	0	2 029 129	1 087 033	144 938	942 096
24	Vale de Cambra	M	0	2 145 858	0	0	2 145 858	1 084 851	154 979	929 872
25	Penela	P	1 619 470	623 585	0	0	2 243 055	1 011 685	144 526	867 159
26	Praia da Vitória	P	1 367 334	586 000	0	0	1 953 335	987 519	141 074	846 445
27	Mourão	P	0	704 859	469 906	0	1 174 765	823 595	58 828	764 767
28	Penafiel	M	0	1 736 014	0	0	1 736 014	877 651	125 379	752 273
29	Aljustrel	P	0	932 630	295 246	0	1 227 876	665 741	88 766	576 976
30	Alenquer	M	0	804 856	344 938	0	1 149 795	622 806	83 041	539 765
31	Moimenta da Beira	P	0	1 447 492	964 995	0	2 412 487	532 518	38 037	494 481
32	Sobral de Monte Agraço	P	0	1 053 287	0	0	1 053 287	564 261	75 235	489 026
33	Lourinhã	M	0	972 490	0	0	972 490	520 977	69 464	451 513
34	Valença	P	0	1 000 000	0	0	1 000 000	505 556	72 222	433 333
35	Armamar	P	0	987 994	0	0	987 994	499 486	71 355	428 131
36	Ribeira Grande	M	1 434 848	572 466	0	0	2 007 314	611 233	203 744	407 489
37	Lousã	P	0	880 772	0	0	880 772	445 279	63 611	381 668
38	Vila Nova da Barquinha	P	0	731 491	0	0	731 491	369 683	52 812	316 871
39	Vila Nova de Paiva	P	0	548 573	0	0	568 890	304 762	40 635	264 127
40	Monforte	P	0	504 812	0	0	504 812	179 474	51 278	128 196
41	Chamusca	P	0	4 323 830	0	0	4 323 830	551 288	551 288	0
42	Vagos	M	0	3 551 943	0	0	3 551 943	1 795 680	1 795 680	0
Total			4 421 652	114 007 637	31 113 125	1 344 681	150 701 230	86 535 963	10 462 396	76 073 567

Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE<sup>80</sup>, o Quadro 3.18 mostra o único dos municípios que em 2020 mantém dívida bancária ao abrigo deste programa. Foram 92 os municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro, dos quais 91 já procederam à liquidação do capital utilizado: 19 liquidaram a totalidade do capital em dívida no final de 2018, sendo que outros 5 o tinham feito em 2017; em 2019 foram 67 os municípios a liquidar o capital em dívida deste programa de empréstimos. Em 2020 não houve amortização da dívida ainda restante.

O Quadro 3.19 mostra a evolução do valor do capital em dívida entre 2015 para 2020, utilizado por recurso ao conjunto das linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira dos municípios, tendo por finalidade o pagamento, atempadamente, das suas dívidas<sup>81</sup>.

Sendo o Passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios, importará apresentar os 50 municípios com menor valor no Passivo exigível e os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível. Para o efeito, apresentam-se os *Rankings* R55 e R56, bem como os *Rankings* R57 e R58 dos municípios com maiores taxas de variação deste item. Anota-se que: Do *Ranking* 55, constituído por 50 municípios com menor valor no Passivo exigível em 2020, constam 2 municípios de média dimensão (Machico e Marinha Grande), sendo todos os restantes de pequena dimensão.

- 5 deles não atingiram o meio milhão de euros de dívida a terceiros, e o Passivo exigível de outros 6 ficou aquém de um milhão de euros.
- Dos 50 municípios listados em R55, apenas 12 apresentaram subida de valor da dívida face a 2019, registando todos os restantes uma diminuição da mesma, sendo que 8 deles demonstraram, uma diminuição da dívida superior a 30%.

<sup>80</sup> O Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, visa garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios.

<sup>81</sup> A adesão a estes programas de apoio teve como objetivo, em geral, atenuar o impacto negativo na economia local, da diminuição de receitas municipais e da correspondente dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos por parte dos municípios, nomeadamente no contexto da crise financeira de 2009.

O *Ranking* R56 apresenta os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível em 2020. De notar que:

Destes 50 municípios, 21 são de grande dimensão, não constando deste grupo os municípios de: Amadora com 21,6 milhões de euros, Barcelos com 14,3 milhões de euros, e Santa Maria da Feira com 20,9 milhões de euros. 4 municípios deste *ranking* são de pequena dimensão, sendo os restantes de média dimensão. O total do Passivo exigível apresentado por estes 50 municípios foi de 2.591,8 milhões de euros, representando 60,1% do total divulgado pelos 308 municípios em 2020 (4.314,5 milhões de euros).

Ainda da observação do *Ranking* R56, pode-se afirmar em relação ao ano de 2020:

- Lisboa, face à dimensão financeira e económica que apresenta, distinguiu-se naturalmente dos restantes municípios no ranking em apreço, ao apresentar um passivo exigível de 413,3 milhões de euros, o qual representou 10,0% do total exigível do setor municipal a nível nacional. Todavia, e à semelhança do ano transato, registou uma descida, agora menos acentuada, do valor de Passivo exigível, em -1,0% (-4,5 milhões de euros);
  - Portimão manteve o segundo lugar neste *ranking*, com um Passivo exigível de 123,9 milhões de euros (28,7% do valor apresentado por Lisboa), pese embora este valor tenha descido em relação ao ano transato em -1,7% (-2,1 milhões de euros);
  - Vila Nova de Gaia manteve, igualmente, a terceira posição, embora apresentando a descida do seu Passivo exigível em -11,4% (-13,5 milhões de euros), fixando-o em dezembro de 2020 em 105,3 milhões de euros;
  - Anotam-se 4 municípios constantes desta lista que apresentaram aumento do Passivo exigível em mais de 20%: Ribeira Grande (+132,9%, +13,4 milhões de euros), Porto (+93,1%, +24,3 milhões de euros), Vila Franca do Campo (+59,1%, +12,2 milhões de euros) e Lagos (+45,0%, +14,6 milhões de euros);
- Considerando o universo dos municípios, 218 baixaram o valor do Passivo exigível destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a 50%, os municípios de: Calheta (Açores) (-69%), Machico (-64%) e Ribeira Brava (-51%).
- Nos *Rankings* 56.A e 56.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira, de acordo com o montante de Passivo exigível em 31 de dezembro de 2020.

Quadro 3.18 – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)

Unidade: euros

Município		Dim.	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2020	Amortização 2020	Dívida em 31/12/2020
1	Tarouca	P	280 000	84 000	0	84 000

Quadro 3.19 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2020

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. (%) 19-20
Instituições de crédito (correntes e não correntes)	3 066,2	2 829,1	2 547,7	2 535,8	2 396,4	2 293,5	-4,3%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	2,9	0,0	0,0	0,0	-
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	92,3	57,3	15,6	0,1	0,1	0,0%
Dívida de adesões ao PAEL	477,5	397,2	307,2	129,1	86,5	76,1	-12,1%
Dívidas de adesão ao FAM	-	63,0	317,4	344,1	382,1	384,8	0,7%
Dívidas de adesão ao ATU	24,3	22,8	7,4	0,2	0,1	0,0	-100,0%
Dívida a fornecedores e outros credores	2 496,0	2 180,3	1 923,6	1 738,2	1 587,2	1 560,1	-1,7%
<b>Total de dívidas</b>	<b>6 213,3</b>	<b>5 592,9</b>	<b>5 163,6</b>	<b>4 763,0</b>	<b>4 452,5</b>	<b>4 314,5</b>	<b>-3,1%</b>

R55 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Santa Cruz das Flores	P	1 323 015	1 151 995	864 912	721 992	544 830	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148
2 Corvo	P	1 641 143	1 644 297	1 309 735	1 205 339	1 073 888	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100
3 Calheta (R. A. A.)	P	10 307 757	9 852 787	8 407 474	7 466 274	6 636 537	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372
4 Santana	P	14 774 594	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 621 581	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362
5 Penedono	P	344 697	359 101	400 519	327 926	328 532	755 865	623 341	500 439	472 853	396 770	461 429
6 Lajes das Flores	P	2 277 905	2 039 017	2 333 545	3 612 138	1 331 607	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326
7 Arronches	P	2 365 033	2 158 367	1 847 589	1 781 051	1 596 465	1 678 454	1 507 228	1 259 333	756 562	277 828	582 289
8 Castelo de Vide	P	1 602 339	1 738 939	1 164 208	1 050 867	920 663	957 311	906 512	864 610	641 461	586 587	590 010
9 Vila Velha de Ródão	P	2 107 594	1 573 682	1 323 677	1 188 838	1 473 329	1 251 697	1 104 598	926 568	643 413	585 621	615 729
10 Ponta do Sol	P	5 381 675	4 648 286	3 134 316	1 986 409	1 960 318	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022
11 Marvão	P	2 046 079	1 816 264	1 621 857	1 612 788	1 932 087	1 843 117	1 677 229	1 355 995	1 286 716	896 337	940 175
12 Alter do Chão	P	3 476 204	3 571 554	2 771 685	2 815 971	2 656 422	3 168 613	2 495 287	2 128 686	1 647 219	1 295 841	1 020 980
13 Barrancos	P	3 855 590	3 277 098	2 708 997	2 480 436	2 181 845	2 285 421	1 994 040	1 686 419	1 342 327	1 164 238	1 044 236
14 Vila Nova de Foz Côa	P	5 114 541	6 055 973	5 365 424	4 909 108	3 696 135	3 061 807	2 518 355	1 818 442	1 737 693	1 433 635	1 055 495
15 Sta. Cruz da Graciosa	P	2 647 735	2 781 849	2 539 415	2 226 480	1 897 042	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322

## ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2020

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
16	Chamusca	P	13 647 684	11 234 943	8 297 032	6 433 212	4 879 828	4 808 931	3 742 898	2 837 090	2 012 222	1 676 609	1 281 793
17	Aguiar da Beira	P	5 365 284	4 752 567	4 769 315	4 424 598	4 440 749	3 975 618	3 445 428	2 739 711	2 030 147	1 648 602	1 339 994
18	Murtosa	P	3 588 808	3 082 567	2 808 523	2 448 732	2 688 846	2 402 175	2 314 890	2 018 497	1 668 510	1 481 463	1 348 896
19	Monchique	P	11 554 789	10 012 295	8 044 471	6 397 373	4 975 325	4 170 676	3 546 782	2 618 975	2 391 108	1 898 472	1 354 025
20	Campo Maior	P	3 238 011	2 214 037	2 097 845	3 129 241	2 695 628	2 533 716	2 971 851	2 278 121	2 402 655	2 116 703	1 439 753
21	Pampilhosa da Serra	P	1 548 333	1 562 965	1 059 049	573 011	739 929	1 266 217	1 067 404	959 212	1 426 638	1 149 377	1 451 425
22	Bombarral	P	9 744 021	9 786 096	8 086 336	7 646 958	5 655 177	4 754 948	3 285 716	2 820 383	2 318 903	1 851 488	1 472 007
23	Boticas	P	5 281 479	5 372 532	4 012 179	3 276 193	3 272 463	2 542 546	2 433 546	1 719 964	1 728 873	1 621 821	1 504 868
24	Carrazeda de Ansiães	P	8 691 765	7 472 400	5 028 462	4 131 627	3 691 491	3 088 089	2 675 040	2 328 984	1 973 361	2 288 409	1 513 232
25	Sátão	P	4 897 328	4 547 576	3 260 723	2 934 771	3 500 278	2 911 503	2 250 215	2 129 659	1 753 622	1 581 773	1 554 906
26	Constância	P	10 588 395	4 739 264	4 671 436	4 133 879	4 003 575	3 843 608	3 039 027	3 096 773	2 549 957	1 981 269	1 565 566
27	Mogadouro	P	8 571 259	8 058 848	6 719 767	5 853 145	5 220 871	4 996 582	4 253 496	3 534 459	2 545 635	1 958 175	1 619 346
28	Sta. Marta Penaguião	P	4 528 208	4 577 542	4 474 324	3 842 395	3 859 734	3 425 194	3 010 021	2 990 094	3 026 099	2 544 175	1 655 598
29	Porto Moniz	P	6 776 206	5 099 729	4 329 266	4 127 037	3 978 379	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989
30	Alvito	P	3 140 391	1 648 011	1 328 620	1 216 557	1 073 315	1 189 685	1 416 433	1 239 221	1 460 438	1 704 411	1 671 426
31	Redondo	P	1 742 957	1 349 775	1 217 836	1 011 265	1 639 935	1 562 547	1 766 864	1 805 903	1 198 669	1 426 852	1 766 353
32	Ribeira Brava	P	18 430 110	21 376 945	20 219 715	14 909 680	11 582 851	8 404 712	6 871 766	5 130 440	4 473 653	3 693 161	1 793 528
33	Mortágua	P	5 624 689	4 924 981	4 544 987	4 325 483	4 380 906	4 029 528	3 486 174	3 222 844	2 672 448	2 332 732	1 987 244
34	São Brás de Alportel	P	5 119 648	3 993 835	3 619 742	3 175 063	3 093 449	3 437 066	3 093 485	2 747 210	2 212 333	1 987 092	2 004 245
35	Penalva do Castelo	P	3 853 677	3 216 071	3 264 177	3 034 492	2 950 005	2 767 663	2 465 128	2 245 481	2 421 566	2 161 518	2 027 780
36	Avis	P	6 190 456	5 789 686	5 911 663	4 927 186	4 666 983	3 673 693	3 702 817	3 067 754	2 307 355	2 263 168	2 095 726
37	Alvaiázere	P	6 607 194	7 987 275	8 125 452	7 023 632	7 369 104	6 138 074	4 392 963	4 064 475	2 517 069	2 297 412	2 131 011
38	Sernancelhe	P	3 862 329	3 375 956	3 505 887	2 999 492	3 112 516	2 979 565	2 631 944	2 764 957	2 515 786	2 469 207	2 212 527
39	Mealhada	P	4 307 373	3 592 061	3 177 386	1 368 174	1 447 098	2 100 042	1 857 733	1 800 106	1 614 936	2 991 065	2 233 059
40	Fronteira	P	3 881 790	3 574 910	3 323 318	3 001 233	2 610 550	2 490 729	2 267 093	2 654 527	2 184 494	2 127 044	2 242 049
41	Penamacor	P	12 391 314	11 749 000	9 228 304	8 773 106	8 432 873	6 938 409	5 268 158	4 002 492	3 144 846	2 592 535	2 243 650
42	Almeida	P	10 327 162	8 185 021	6 400 030	5 566 725	4 967 242	4 751 594	4 155 337	3 758 766	3 101 757	2 678 242	2 282 892
43	Gavião	P	2 720 306	2 403 172	2 150 169	1 977 087	2 084 109	1 754 020	1 809 779	1 808 020	1 664 008	1 733 302	2 342 814
44	Vila de Rei	P	6 392 133	4 229 669	2 568 620	2 509 340	2 362 893	2 397 068	2 523 594	2 711 461	2 185 339	2 321 615	2 363 149
45	Machico	M	24 160 858	31 377 582	27 927 321	26 555 972	17 468 475	13 232 258	11 043 177	9 143 340	7 865 836	6 551 843	2 372 868
46	Golegã	P	4 278 109	3 794 410	3 446 522	4 013 525	4 148 829	3 654 915	3 588 639	4 288 763	3 570 567	3 324 174	2 373 243
47	Marinha Grande	M	10 892 718	9 723 653	7 626 443	6 853 982	7 244 798	6 034 571	3 758 554	3 099 615	3 127 169	2 524 484	2 381 618
48	Viana do Alentejo	P	1 672 887	1 691 189	1 355 441	1 460 110	1 596 889	1 295 962	1 426 450	2 022 710	1 907 330	1 930 522	2 392 092
49	Vila do Bispo	P	11 551 435	13 331 686	12 061 174	10 991 241	9 425 815	7 806 341	7 463 754	6 739 413	5 634 095	3 602 750	2 424 043
50	Cadaval	P	5 871 303	5 292 861	4 059 995	4 357 088	3 668 450	3 759 161	3 424 579	4 033 442	3 198 083	2 632 923	2 455 974

## R56 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	1 130 243 895	1 085 315 760	700 893 986	788 228 798	765 086 174	760 940 843	669 338 659	536 000 550	488 181 899	435 784 411	431 319 125
2	Portimão	M	151 346 224	167 968 575	179 822 969	183 757 504	176 291 347	163 362 396	175 304 920	139 637 394	131 982 368	126 058 769	123 937 534
3	Vila Nova de Gaia	G	270 724 819	245 081 069	221 868 978	206 775 557	185 206 635	192 237 907	175 275 732	148 886 951	131 084 811	118 807 255	105 260 094
4	Aveiro	M	163 603 032	148 062 351	132 151 856	125 280 468	128 151 435	117 673 458	102 988 642	109 685 389	104 805 697	97 025 360	81 576 149
5	Gondomar	G	134 737 987	128 514 383	118 713 251	114 479 789	113 411 205	107 806 224	102 371 696	101 200 622	96 456 608	82 982 353	80 251 454
6	V.R. Sto. António	P	62 711 736	67 846 406	70 422 601	74 681 996	79 219 354	79 987 672	82 479 335	86 588 801	92 008 878	80 920 988	79 309 281
7	Seixal	G	77 182 700	103 027 439	107 336 880	99 513 578	97 285 122	86 909 268	78 624 656	72 120 234	91 675 032	86 285 181	78 658 541
8	Évora	M	72 436 724	81 177 782	76 803 114	85 322 016	81 150 181	80 706 615	78 016 596	71 483 075	70 175 114	67 932 193	69 417 929
9	Setúbal	G	85 451 678	91 329 780	89 327 605	91 879 796	83 467 028	80 913 607	66 189 021	62 178 849	59 725 902	59 001 333	64 218 263
10	Fundão	M	84 955 148	81 894 299	82 668 398	82 640 240	78 654 474	73 400 090	68 075 378	62 897 317	60 817 866	60 459 334	56 112 652
11	Funchal	G	112 414 909	118 024 585	115 304 498	102 536 782	91 988 200	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242
12	Braga	G	91 579 712	84 173 698	81 378 573	79 529 336	73 826 896	63 803 196	57 453 041	55 752 724	62 818 269	56 377 896	52 702 154
13	Cartaxo	M	42 865 372	45 452 883	46 487 425	50 193 544	50 733 966	51 490 594	51 077 417	53 581 260	54 116 087	52 018 753	52 686 643
14	Santarém	M	86 355 020	102 117 455	95 954 255	90 382 501	83 558 484	78 300 782	71 082 400	64 069 621	58 112 299	53 895 410	51 989 596
15	Porto	G	158 323 640	132 299 774	120 779 366	116 213 646	112 654 584	104 191 193	58 506 571	54 702 184	35 764 932	26 131 627	50 456 632
16	Coimbra	G	79 422 601	80 220 484	76 436 022	75 924 972	73 958 291	74 874 952	72 336 186	64 301 128	59 619 362	55 280 295	49 458 273
17	Matosinhos	G	86 035 874	84 444 521	65 935 280	59 791 425	54 956 544	57 616 417	69 521 949	67 465 164	58 529 962	53 881 666	48 185 349
18	Cascais	G	97 511 215	88 706 947	102 897 063	108 915 284	90 085 273	80 511 484	60 198 751	64 991 241	59 449 869	49 248 229	46 125 188
19	Paços de Ferreira	M	65 568 498	64 749 509	61 442 052	69 185 122	64 513 965	61 876 739	58 420 281	55 400 032	49 860 420	46 148 141	44 476 365
20	Paredes	M	55 760 096	62 913 044	66 994 338	65 304 308	65 416 043	56 920 028	52 178 763	56 227 264	51 681 514	47 016 421	42 803 232
21	Lagos	M	53 700 917	54 788 633	53 966 623	68 331 633	59 998 871	50 784 790	43 563 789	34 637 531	32 991 349	26 531 366	41 131 580
22	Mafra	M	33 616 961	29 845 353	25 174 373	33 226 928	25 281 195	20 989 551	19 058 678	26 647 863	37 117 924	35 428 437	37 215 420
23	Vila do Conde	M	75 890 841	71 158 517	71 238 144	63 094 468	58 407 842	51 240 603	47 695 020	44 883 480	42 306 055	38 326 631	36 053 701
24	Seia	M	58 436 231	58 412 676	58 705 915	56 524 606	54 027 855	51 734 881	47 779 330	44 082 667	41 503 520	38 618 322	35 914 526
25	V.F. de Xira	G	38 152 424	35 409 624	34 825 926	34 166 577	30 954 046	30 709 541	27 529 508	33 641 426	32 285 998	36 233 039	35 346 945
26	Loures	G	91 604 370	88 089 563	75 853 094	69 095 323	55 765 619	47 251 269	40 859 078	41 456 746	38 124 083	37 921 542	35 258 435
27	Covilhã	M	92 030 724	87 451 324	77 863 472	69 184 506	62 826 063	71 049 509	62 320 802	53 501 829	44 977 802	39 131 111	35 091 755
28	V.N. Famalicão	G	48 080 827	45 110 540	39 813 809	38 864 227	35 733 374	39 887 731	40 494 417	39 076 219	36 286 116	36 625 467	34 863 139
29	Guimarães	G	85 940 304	85 900 090	78 838 961	68 551 792	64 226 601	62 866 549	56 858 097	52 069 632	44 705 924	38 042 734	33 969 223
30	V.F. do Campo	P	27 948 410	30 253 154	29 776 903	28 412 831	27 388 544	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744
31	Almada	G	46 122 270	54 231 348	51 940 106	50 093 733	50 175 745	49 011 868	45 240 091	39 399 391	35 300 753	35 490 267	32 538 064

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
32	Nazaré	P	29 807 290	43 107 581	40 637 671	42 864 154	40 623 166	36 387 442	34 243 825	35 603 670	35 068 901	34 082 074	32 386 821
33	Leiria	G	81 768 556	72 470 241	58 522 756	50 102 354	62 513 512	55 438 154	47 525 786	42 715 194	37 187 059	29 971 705	31 947 318
34	Loulé	M	99 649 756	104 617 154	86 140 903	76 570 047	55 550 426	53 073 117	48 320 548	42 041 439	37 546 199	34 471 679	31 903 666
35	Viana do Castelo	M	38 041 210	37 042 440	36 193 554	33 369 651	30 127 361	32 947 150	28 115 026	31 177 531	33 390 070	33 891 198	31 553 810
36	Barreiro	M	42 165 931	44 588 513	39 786 518	35 464 792	31 918 874	28 489 087	25 864 071	23 179 094	22 112 163	31 412 839	31 378 847
37	Lamego	M	37 333 101	32 957 345	32 546 941	30 075 233	32 780 023	31 360 358	40 624 196	37 832 865	36 027 888	32 126 368	31 016 059
38	Maia	G	84 551 095	72 921 927	61 066 635	54 396 626	40 703 564	47 780 981	53 844 525	47 276 454	42 945 363	35 805 025	30 307 083
39	Oeiras	G	70 679 770	65 345 399	55 768 927	80 659 296	78 188 590	64 398 060	54 201 553	43 980 947	35 222 942	28 159 759	28 866 794
40	Sintra	G	152 711 310	165 757 189	109 860 608	95 734 657	85 229 421	55 017 253	35 402 578	29 655 334	26 064 394	28 529 382	27 965 381
41	Chaves	M	47 982 877	50 420 561	44 910 121	48 411 290	48 456 708	40 491 505	32 225 263	39 476 413	34 013 543	28 961 025	27 522 083
42	F. Algodres	P	35 488 623	35 355 961	34 821 971	33 353 117	31 838 819	30 398 811	28 888 866	27 948 420	28 334 939	27 665 939	27 520 751
43	Trofa	M	43 843 007	45 374 456	42 368 661	43 822 372	42 813 649	38 619 452	35 787 904	31 909 494	28 976 579	27 755 656	27 389 604
44	Valongo	M	72 272 727	67 707 288	61 397 384	55 223 361	49 772 523	47 143 206	42 116 837	37 943 490	29 335 962	28 141 982	27 257 699
45	Figueira da Foz	M	64 169 154	60 852 098	56 508 941	49 843 709	43 854 826	38 344 273	34 216 834	29 217 788	25 228 201	24 276 376	27 052 515
46	Odivelas	G	66 528 196	58 473 766	52 670 445	48 015 187	40 672 146	32 490 105	25 358 036	20 208 058	33 499 207	29 366 856	26 703 358
47	Santo Tirso	M	35 496 734	35 756 755	35 733 620	34 627 361	32 817 470	31 805 227	26 406 890	29 791 299	29 344 049	28 834 132	25 426 919
48	Marco Canaveses	M	43 327 677	38 651 295	36 625 899	34 408 563	34 870 956	31 442 363	28 778 167	27 263 931	25 443 064	24 372 799	23 772 384
49	Viseu	M	41 165 029	36 350 314	31 418 788	30 465 405	27 114 529	30 024 922	28 098 518	28 399 764	24 242 043	22 468 617	23 611 420
50	Ribeira Grande	M	22 432 267	18 853 889	16 379 125	12 388 053	11 361 995	11 055 439	11 797 690	11 532 432	12 133 587	10 067 877	23 450 749
<b>Total do Passivo Exigível destes 50 municípios</b>			<b>4 870 169 467</b>	<b>4 790 575 737</b>	<b>4 144 975 303</b>	<b>4 139 878 513</b>	<b>3 895 609 512</b>	<b>3 694 163 898</b>	<b>3 338 099 356</b>	<b>3 043 238 332</b>	<b>2 848 936 811</b>	<b>2 636 069 023</b>	<b>2 591 778 484</b>
<b>Passivo Exigível dos 308 municípios</b>			<b>8 693 047 407</b>	<b>8 508 158 507</b>	<b>7 423 847 845</b>	<b>7 146 481 263</b>	<b>6 666 669 584</b>	<b>6 213 304 938</b>	<b>5 592 854 289</b>	<b>5 163 613 363</b>	<b>4 763 013 450</b>	<b>4 452 456 974</b>	<b>4 314 486 447</b>

**R56.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2020**

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	V. F. do Campo	P	27 948 410	30 253 154	29 776 903	28 412 831	27 388 544	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744
2	Ribeira Grande	M	22 432 267	18 853 889	16 379 125	12 388 053	11 361 995	11 055 439	11 797 690	11 532 432	12 133 587	10 067 877	23 450 749
3	Ponta Delgada	M	34 436 663	31 863 035	28 525 282	26 932 885	35 257 761	30 702 105	27 932 960	25 680 127	24 249 541	22 716 296	20 507 748
4	Nordeste	P	16 058 259	18 796 238	17 322 524	17 249 251	15 571 583	14 391 397	13 289 753	12 262 787	11 504 859	15 091 483	14 529 208
5	A. do Heroísmo	M	27 617 946	27 399 596	24 052 165	20 610 943	19 186 615	18 770 233	17 147 228	16 042 773	13 798 231	12 974 089	12 338 786
6	Praia da Vitória	P	18 918 567	18 288 220	16 972 680	16 152 757	14 387 949	9 525 536	9 208 892	9 313 438	8 614 124	10 176 040	9 790 414
7	Lagoa (R.A.A)	P	13 367 421	11 071 467	9 716 619	8 858 852	7 333 045	9 349 176	8 402 860	7 471 738	6 434 707	5 705 642	5 149 388

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
8 Povoação	P	35 510 222	32 055 378	21 355 253	7 730 996	6 405 995	5 741 952	4 712 607	3 857 833	5 501 172	4 828 820	4 310 147
9 Vila do Porto	P	1 920 598	1 448 573	1 402 917	1 058 534	1 000 831	730 893	5 238 839	4 879 908	4 490 525	4 234 653	3 964 961
10 Madalena	P	6 819 664	5 753 967	4 797 972	4 264 995	3 669 560	3 229 173	4 268 599	5 294 368	4 907 594	4 288 985	3 812 961
11 São Roque do Pico	P	3 244 104	1 640 078	1 322 555	1 183 210	696 806	813 764	766 377	3 644 554	3 977 896	3 723 263	3 515 949
12 Horta	P	9 835 075	8 854 658	7 333 415	7 015 709	6 346 325	5 363 257	4 514 192	4 026 911	3 691 628	3 430 089	3 326 122
13 Velas	P	11 012 754	9 597 614	7 783 822	6 541 772	5 946 721	5 077 933	4 513 445	4 046 391	3 504 726	3 086 174	2 684 521
14 Lajes do Pico	P	9 427 011	8 339 025	7 865 903	9 817 361	7 949 615	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989
15 Sta. Cruz da Graciosa	P	2 647 735	2 781 849	2 539 415	2 226 480	1 897 042	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322
16 Lajes das Flores	P	2 277 905	2 039 017	2 333 545	3 612 138	1 331 607	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326
17 Calheta (R. A. A.)	P	10 307 757	9 852 787	8 407 474	7 466 274	6 636 537	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372
18 Corvo	P	1 641 143	1 644 297	1 309 735	1 205 339	1 073 888	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100
19 SC Flores	P	1 323 015	1 151 995	864 912	721 992	544 830	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148
<b>Total Açores</b>		<b>256 746 517</b>	<b>241 684 835</b>	<b>210 062 216</b>	<b>183 450 373</b>	<b>173 987 247</b>	<b>157 064 434</b>	<b>150 868 343</b>	<b>142 844 553</b>	<b>133 341 272</b>	<b>128 450 422</b>	<b>145 479 955</b>
<b>% Açores/Total Nacional</b>		<b>3,0%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,9%</b>	<b>3,4%</b>

## R56.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Funchal	G	112 414 909	118 024 585	115 304 498	102 536 782	91 988 200	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242
2 Santa Cruz	M	44 180 434	44 360 989	42 047 960	38 287 081	33 822 795	28 209 737	24 561 845	20 536 174	18 987 060	15 438 621	18 256 306
3 Câmara de Lobos	M	22 183 971	21 111 132	19 191 422	14 109 246	12 729 420	10 793 569	10 170 896	8 816 057	8 858 891	6 767 989	6 531 188
4 Calheta (R. A. M.)	P	13 011 949	14 944 150	13 252 179	11 234 594	9 754 944	8 084 628	5 828 535	4 954 476	4 688 698	4 017 852	3 554 563
5 Porto Santo	P	7 830 072	11 035 682	9 915 550	4 979 653	4 761 950	3 029 018	3 890 459	4 668 651	3 537 386	3 348 429	3 045 956
6 São Vicente	P	9 114 362	10 056 658	7 591 294	9 990 474	7 697 261	6 362 214	5 840 128	5 134 821	2 616 795	2 630 326	2 914 227
7 Machico	P	24 160 858	31 377 582	27 927 321	26 555 972	17 468 475	13 232 258	11 043 177	9 143 340	7 865 836	6 551 843	2 372 868
8 Ribeira Brava	P	18 430 110	21 376 945	20 219 715	14 909 680	11 582 851	8 404 712	6 871 766	5 130 440	4 473 653	3 693 161	1 793 528
9 Porto Moniz	P	6 776 206	5 099 729	4 329 266	4 127 037	3 978 379	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989
10 Ponta do Sol	P	5 381 675	4 648 286	3 134 316	1 986 409	1 960 318	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022
11 Santana	P	14 774 594	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 621 581	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362
<b>Total Madeira</b>		<b>278 259 140</b>	<b>296 934 402</b>	<b>273 751 635</b>	<b>236 199 646</b>	<b>200 366 173</b>	<b>169 552 538</b>	<b>147 971 137</b>	<b>131 167 087</b>	<b>105 109 712</b>	<b>103 417 520</b>	<b>96 886 249</b>
<b>% Madeira/Total Nacional</b>		<b>3,2%</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,2%</b>

A observar que:

– O Passivo exigível do conjunto dos municípios açorianos (*Ranking* R56.A) totalizou 145,5 milhões de euros no final do ano 2020 (3,4% do total do Passivo exigível dos 308 municípios), mostrando um crescimento de +17,0 milhões de euros (13,3%). Contribuíram para este aumento 2 municípios da região: Ribeira Grande (+13,4 milhões de euros, +132,9%) e Vila Franca do Campo (+12,2 milhões de euros, +59,1%);

– Ainda em relação à Região Autónoma dos Açores (*Ranking* R56.A), em 2020, 17 municípios apresentaram diminuição do Passivo exigível, sendo de relevar, pelo valor de descida acima de -20%, os municípios da Calheta (-68,9%) e Lajes do Pico (-28,1%);

– Sobre a Região Autónoma da Madeira (*Ranking* R56.M), cabe referir que, em 2020, o Passivo global das autarquias madeirenses baixou -6,3% (-6,5 milhões de euros) ao totalizar a verba de 96,9 milhões de euros, a qual representou 2,2% do Passivo exigível a nível nacional;

Mais se verificou que apenas os municípios madeirenses de Santa Cruz e São Vicente apresentaram aumento do montante da dívida total, respetivamente, em +2,8 milhões de euros (+18,3%) e +283 milhares de euros (+10,8%), sendo de relevar em relação aos restantes, os municípios com maior valor de decréscimo, a saber: Funchal com -1,9 milhões de euros (-3,2%), Machico com -4,2 milhões de euros (-63,8%) e Ribeira Brava com -1,9 milhões de euros (-51,4%).

– Face à verificação de uma forte descida do Passivo global dos municípios, hierarquizaram-se no *Ranking* R57, os 50 municípios que, em 2020, apresentaram maior aumento de valor do Passivo exigível encabeçando esta listagem o município do Porto, com um acréscimo de +24,3 milhões de euros de dívida exigível.

Pela análise das respetivas contas conclui-se que 90 municípios aumentaram o seu Passivo exigível em 2020 e 218 municípios contribuíram para a sua diminuição, resultando um decréscimo global de -138 milhões de euros.

– Considerando que com diminuição do Passivo exigível se identificaram 218 municípios à data de dezembro de 2020, hierarquizam-se no *Ranking* R58 os 50 municípios que apresentaram maior

diminuição de dívida total. Deste *ranking* há a salientar a prestação dos 6 primeiros municípios, que apresentaram uma descida de Passivo exigível superior a 5 milhões de euros: Aveiro (-15,5 milhões de euros); Vila Nova de Gaia (-13,6 milhões de euros); Seixal (-7,6 milhões de euros); Coimbra (-5,8 milhões de euros); Matosinhos (-5,7 milhões de euros) e Maia (-5,5 milhões de euros).

– Com os *Rankings* R58.A e R58.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

– A observação dos dois *rankings* anteriores relativos às Regiões Autónomas confirma a análise já efetuada à evolução do Passivo exigível dos seus municípios, havendo apenas que relevar o facto de, no conjunto dos municípios açorianos, a subida do passivo financeiro ter sido de +17,0 milhões de euros e o conjunto dos municípios madeirenses apresentarem uma diminuição da dívida global da região de -6,5 milhões de euros.

## R57 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível em 2020

Unidade: euros

	Município	Dim	Variação valor									
			10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20
1	Porto	G	-26 023 866	-11 520 408	-4 565 720	-3 559 062	-8 463 391	-45 684 622	-3 804 387	-18 937 251	-9 633 306	24 325 006
2	Lagos	M	1 087 716	-822 010	14 365 010	-8 332 762	-9 214 081	-7 221 001	-8 926 258	-1 646 183	-6 459 983	14 600 214
3	Ribeira Grande	M	-3 578 378	-2 474 764	-3 991 072	-1 026 058	-306 556	742 252	-265 258	601 155	-2 065 710	13 382 871
4	V. Franca do Campo	P	2 304 744	-476 251	-1 364 072	-1 024 288	-1 526 554	-1 532 436	-1 707 207	-1 709 808	-343 035	12 166 239
5	Silves	M	-2 923 225	-10 784 544	-1 996 178	421 764	-2 472 386	-2 095 175	2 377 310	-2 666 991	-1 737 960	5 858 928
6	Setúbal	G	5 878 102	-2 002 175	2 552 192	-8 412 768	-2 553 422	-14 724 586	-4 010 171	-2 452 947	-724 569	5 216 930
7	Santa Cruz	M	180 555	-2 313 029	-3 760 879	-4 464 286	-5 613 058	-3 647 892	-4 025 670	-1 549 114	-3 548 439	2 817 685
8	Figueira da Foz	M	-3 317 056	-4 343 157	-6 665 232	-5 988 882	-5 510 553	-4 127 439	-4 999 046	-3 989 587	-951 825	2 776 139
9	Armamar	P	-198 652	-813 766	-763 366	339 301	-1 401 778	-1 025 632	-978 417	-1 043 955	-836 704	2 140 295
10	Leiria	G	-9 298 315	-13 947 485	-8 420 402	12 411 158	-7 075 358	-7 912 368	-4 810 592	-5 528 135	-7 215 354	1 975 613
11	São João da Madeira	M	632 659	-2 340 172	-1 160 816	-2 763 983	-1 894 225	-1 420 882	-337 209	-953 859	-448 278	1 969 860
12	Arganil	P	-657 785	-1 070 976	-928 866	-121 198	-1 186 016	-1 031 040	-787 542	-357 308	-225 861	1 922 184
13	Póvoa de Varzim	M	-4 333 065	-6 790 029	-3 386 767	-3 486 657	-1 578 748	-2 343 122	-1 614 353	-1 626 886	4 884 305	1 862 979
14	Mafra	M	-3 771 608	-4 670 980	8 052 555	-7 945 733	-4 291 644	-1 930 873	7 589 185	10 470 061	-1 689 487	1 786 984
15	Monção	P	-1 733 071	-2 557 986	-685 139	-2 550 787	-1 469 603	-226 899	-277 919	-836 448	-146 334	1 672 999
16	Castro Verde	P	866 603	-1 257 985	-116 282	-976 976	-270 186	-494 200	1 453 138	-1 177 825	-800 153	1 667 191
17	Caldas da Rainha	M	-3 452 263	-1 783 723	-1 895 530	2 141 915	542 063	-913 091	38 814	-1 301 705	-696 788	1 651 355
18	Évora	M	8 741 058	-4 374 667	8 518 902	-4 171 835	-443 566	-2 690 019	-6 533 521	-1 307 961	-2 242 921	1 485 736
19	Estremoz	P	1 992 662	-3 351 304	-444 346	-1 753 887	-745 495	654 025	-1 116 941	-853 881	-1 758 905	1 364 845
20	Vendas Novas	P	87 063	-1 405 601	399 344	-387 405	-1 116 550	-578 153	-817 135	-514 688	-89 319	1 319 940
21	Idanha-a-Nova	P	-1 728 496	-551 961	-333 992	-33 784	1 190 424	-547 855	1 775 553	-1 147 536	-447 130	1 295 290
22	Ovar	M	-1 183 924	-2 555 238	-1 025 946	-1 064 164	-164 935	406 529	-253 620	-1 362 639	353 802	1 242 208
23	Arcos de Valdevez	M	1 993 370	-4 010 994	-3 944 177	-374 733	-2 177 900	-2 042 392	-241 591	-1 349 778	-764 838	1 239 346
24	Almeirim	M	-669 621	-304 364	-754 291	-255 597	-1 133 402	-697 489	-492 149	500 065	-84 530	1 227 488
25	Viseu	M	-4 814 715	-4 931 526	-953 383	-3 350 876	2 910 393	-1 926 404	301 247	-4 157 721	-1 773 426	1 142 803
26	Montemor-o-Novo	P	-1 022 484	-170 650	-1 681 587	473 255	-1 423 263	244 163	18 072	-1 091 224	31 933	1 108 224
27	Torres Vedras	M	2 778 021	-7 228 665	-4 968 079	-3 046 643	-2 656 721	-5 405 546	-2 163 786	-3 382 354	-287 444	1 104 762
28	Esposende	M	-743 915	-3 639 069	-1 009 021	-594 957	-749 108	-435 942	-749 149	2 524 984	-1 147 357	967 619
29	Cinfães	P	529 249	-358 012	130 606	773 917	-322 654	-2 968	90 919	940 801	-1 869 222	870 287
30	Cuba	P	-305 507	-643 646	-378 031	-100 406	79 388	-169 199	159 269	-124 072	100 374	866 908
31	São Pedro do Sul	P	-784 340	-1 225 209	-519 839	-3 577 543	-1 706 530	-835 830	571 341	-970 889	587 521	778 024
32	Castelo Branco	M	-1 577 356	-3 312 795	-709 669	938 116	-2 230 830	-1 137 547	-1 092 252	-513 369	-298 595	746 652
33	Portel	P	-279 918	-265 252	148 147	732 635	-355 755	-18 410	-348 977	-374 407	167 194	729 085
34	Oeiras	G	-5 334 371	-9 576 472	24 890 369	-2 470 706	-13 790 530	-10 196 507	-10 220 607	-8 758 005	-7 063 183	707 035

Município	Dim	Variação valor										
		10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	
35	Cartaxo	M	2 587 510	1 034 542	3 706 119	540 422	756 628	-413 177	2 503 843	534 828	-2 097 334	667 890
36	Penacova	P	-1 201 168	-1 185 270	-678 976	1 125 995	-30 386	-404 640	477 691	84 490	370 185	648 368
37	Miranda do Corvo	P	-304 915	-2 362 871	-688 778	-476 580	-809 067	388 384	-465 106	-321 481	1 006 324	647 545
38	Vagos	M	4 274 510	-1 681 915	-838 662	-1 265 720	-1 256 521	-721 529	-323 895	-288 419	1 622 236	639 407
39	Gavião	P	-317 134	-253 003	-173 081	107 022	-330 090	55 760	-1 759	-144 012	69 294	609 512
40	Arruda dos Vinhos	P	-301 312	-847 343	-1 352 753	-1 198 524	-624 898	69 281	352 467	-318 030	-875 483	597 638
41	Alcoutim	P	-417 356	-331 095	-112 213	349 535	691 011	-378 151	-228 132	-321 265	728 757	561 795
42	Tarouca	P	-2 099 845	-692 396	-879 768	567 206	-623 163	-549 822	-776 337	-35 455	-202 553	551 983
43	Salvaterra de Magos	M	-658 048	-927 771	-465 700	348 697	-367 539	122 277	395 655	-196 130	-55 256	543 803
44	Tábua	P	503 412	-555 203	-610 491	-113 468	-6 123	-1 055 866	356 023	110 941	-562 107	535 677
45	Ponte de Lima	M	-430 798	-571 400	-27 853	1 719 752	-833 801	24 298	732 152	-578 869	-314 014	518 113
46	Almodôvar	P	-193 941	232 978	-122 037	293 264	-742 871	-702 315	-612 267	-774 914	-475 902	517 969
47	Terras de Bouro	P	-531 571	-404 634	-582 745	685 189	-766 023	-207 037	-354 618	-669 988	-306 487	503 869
48	Baião	P	-1 532 318	671 182	-1 071 955	828 609	-708 028	541 986	-407 952	-161 865	-509 623	489 904
49	Rio Maior	M	503 103	-1 979 399	-1 587 613	-872 048	-2 962 497	-3 939 254	-2 094 276	-2 100 379	-1 223 395	488 549
50	Crato	P	-980 398	-162 223	-737 069	-213 929	-673 888	67 940	-200 245	-354 324	-580 491	469 557

R58 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2020

Unidade: euros

Município	Dim	Variação valor										
		10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	
1	Aveiro	M	-15 540 681	-15 910 495	-6 871 388	2 870 967	-10 477 977	-14 684 815	6 696 747	-4 879 693	-7 780 337	-15 449 211
2	V. Nova de Gaia	G	-25 643 750	-23 212 091	-15 093 422	-21 568 921	7 031 271	-16 962 175	-26 388 781	-17 802 140	-12 277 556	-13 547 161
3	Seixal	G	25 844 738	4 309 441	-7 823 302	-2 228 455	-10 375 854	-8 284 613	-6 504 421	19 554 798	-5 389 851	-7 626 640
4	Coimbra	G	797 884	-3 784 463	-511 049	-1 966 682	916 662	-2 538 766	-8 035 058	-4 681 766	-4 339 067	-5 822 022
5	Matosinhos	G	-1 591 353	-18 509 241	-6 143 855	-4 834 881	2 659 874	11 905 532	-2 056 786	-8 935 202	-4 648 297	-5 696 317
6	Maia	G	-11 629 169	-11 855 292	-6 670 009	-13 693 062	7 077 417	6 063 544	-6 568 071	-4 331 090	-7 140 338	-5 497 943
7	Lisboa	G	-44 928 134	-384 421 774	87 334 812	-23 142 624	-4 145 330	-91 602 184	-133 338 109	-47 818 650	-52 397 488	-4 465 286
8	Fundão	M	-3 060 849	774 099	-28 158	-3 985 767	-5 254 383	-5 324 712	-5 178 061	-2 079 451	-358 532	-4 346 683
9	Oliveira de Azeméis	M	-2 176 274	-8 117 115	-1 240 597	-7 226 842	-4 207 615	-3 380 900	-4 523 102	-4 434 314	-2 323 337	-4 331 758
10	Paredes	M	7 152 948	4 081 295	-1 690 031	111 735	-8 496 015	-4 741 264	4 048 501	-4 545 750	-4 665 093	-4 213 189
11	Machico	P	7 216 724	-3 450 261	-1 371 349	-9 087 497	-4 236 217	-2 189 081	-1 899 837	-1 277 504	-1 313 993	-4 178 975
12	Mirandela	M	7 129 540	-459 076	-1 513 690	-3 688 435	-866 503	-1 717 492	-367 196	-2 870 437	-1 196 543	-4 161 402
13	Guimarães	G	-40 214	-7 061 129	-10 287 169	-4 325 191	-1 360 052	-6 008 451	-4 788 466	-7 363 707	-6 663 190	-4 073 511
14	Covilhã	M	-4 579 400	-9 587 853	-8 678 966	-6 358 443	8 223 446	-8 728 707	-8 818 973	-8 524 027	-5 846 691	-4 039 356
15	Penafiel	M	-3 331 953	-4 871 908	177 152	-1 461 939	673 218	-5 044 237	7 538 952	-6 051 275	-7 296 866	-3 775 820

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

Município	Dim	Variação valor										
		10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	
16	Braga	G	-7 406 014	-2 795 125	-1 849 237	-5 702 440	-10 023 700	-6 350 155	-1 700 317	7 065 545	-6 440 373	-3 675 742
17	Santo Tirso	M	260 021	-23 135	-1 106 260	-1 809 891	-1 012 243	-5 398 337	3 384 409	-447 250	-509 918	-3 407 213
18	Portalegre	M	-4 228 531	-2 493 492	-5 096 933	-2 549 347	-4 590 549	-6 116 091	-1 253 794	-3 847 677	-3 386 442	-3 377 428
19	Cascais	G	-8 804 268	14 190 115	6 018 221	-18 830 010	-9 573 789	-20 312 733	4 792 490	-5 541 372	-10 201 639	-3 123 041
20	Amadora	G	-11 886 916	-4 248 611	-2 846 364	-3 078 605	-1 396 924	-3 177 622	-4 346 173	-5 131 099	-3 271 182	-2 970 808
21	Almada	G	8 109 078	-2 291 242	-1 846 373	82 012	-1 163 877	-3 771 777	-5 840 700	-4 098 638	189 514	-2 952 202
22	Moita	M	-497 476	-4 171 004	-2 678 619	-3 418 033	-2 080 523	-2 049 248	-3 092 405	-2 211 527	-2 664 913	-2 849 675
23	Gondomar	G	-6 223 603	-9 801 132	-4 233 463	-1 068 584	-5 604 981	-5 434 528	-1 171 074	-4 744 014	-13 474 255	-2 730 899
24	Seia	M	-23 555	293 239	-2 181 309	-2 496 751	-2 292 974	-3 955 551	-3 696 664	-2 579 146	-2 885 198	-2 703 796
25	Odivelas	G	-8 054 430	-5 803 321	-4 655 258	-7 343 041	-8 182 042	-7 132 068	-5 149 978	13 291 149	-4 132 351	-2 663 498
26	Loures	G	-3 514 807	-12 236 470	-6 757 771	-13 329 704	-8 514 350	-6 392 191	597 669	-3 332 664	-202 540	-2 663 108
27	Cantanhede	M	-1 696 310	-3 105 085	-3 834 541	-2 225 291	-4 158 539	-3 607 304	-4 048 666	-3 257 857	-3 007 542	-2 601 310
28	Loulé	M	4 967 398	-18 476 251	-9 570 856	-21 019 621	-2 477 309	-4 752 570	-6 279 108	-4 495 241	-3 074 520	-2 568 013
29	Sines	P	2 517 395	-3 699 934	-1 560 018	-2 437 474	-724 512	-2 155 230	-2 318 582	1 799 644	-142 654	-2 567 076
30	Torres Novas	M	1 178 152	-3 935 302	-4 784 121	-4 811 390	-1 292 639	-4 360 525	-3 074 214	-3 184 281	-488 307	-2 456 247
31	Moimenta da Beira	P	-31 899	-1 228 821	-1 091 611	-265 287	-867 841	-1 238 774	-983 704	-506 670	-1 296 209	-2 371 274
32	Viana do Castelo	M	-998 769	-848 887	-2 823 902	-3 242 291	2 819 790	-4 832 124	3 062 505	2 212 539	501 128	-2 337 389
33	Espinho	M	1 719 831	2 689 132	-5 877 272	-3 349 383	-4 610 653	-4 684 398	-1 866 913	-1 324 356	-1 754 159	-2 288 633
34	Vila do Conde	M	-4 732 325	79 628	-8 143 676	-4 686 626	-7 167 239	-3 545 582	-2 811 541	-2 577 425	-3 979 423	-2 272 931
35	Ponta Delgada	M	-2 573 629	-3 337 753	-1 592 396	8 324 876	-4 555 656	-2 769 145	-2 252 833	-1 430 586	-1 533 245	-2 208 548
36	Guarda	M	-8 228 530	-5 786 143	-4 199 731	-8 116 000	-4 708 263	-4 689 734	-1 833 906	-4 454 149	-2 325 873	-2 155 438
37	Portimão	M	16 622 351	11 854 394	3 934 535	-7 466 157	-12 928 951	11 942 524	-35 667 527	-7 655 025	-5 923 599	-2 121 235
38	Santa Comba Dão	P	148 606	-2 374 033	-256 996	806 426	-2 497 949	-2 241 034	-1 407 226	-1 146 885	-545 622	-2 071 544
39	Santarém	M	15 762 435	-6 163 200	-5 571 755	-6 824 016	-5 257 703	-7 218 382	-7 012 779	-5 957 322	-4 216 889	-1 905 813
40	Ribeira Brava	P	2 946 835	-1 157 230	-5 310 034	-3 326 830	-3 178 139	-1 532 946	-1 741 326	-656 787	-780 492	-1 899 633
41	Funchal	G	5 609 676	-2 720 087	-12 767 716	-10 548 583	-9 442 956	-11 431 361	-4 218 098	-17 454 079	8 091 996	-1 851 460
42	Serpa	P	4 022 009	1 021 327	-699 916	820 984	-2 205 237	-124 611	435 803	-1 013 273	-180 630	-1 836 892
43	Albufeira	M	8 484 266	-8 677 563	-13 093 141	-18 587 709	-1 704 029	950 574	-2 508 893	-3 023 882	-66 495	-1 812 263
44	V. Nova de Famalicão	G	-2 970 287	-5 296 731	-949 582	-3 130 854	4 154 358	606 686	-1 418 198	-2 790 103	339 351	-1 762 328
45	Celorico da Beira	P	2 305 887	-1 523 308	-679 774	-621 948	-2 856 708	-819 001	-686 105	-1 431 412	-1 991 259	-1 730 163
46	Nazaré	P	13 300 291	-2 469 911	2 226 484	-2 240 989	-4 235 723	-2 143 617	1 359 846	-534 769	-986 827	-1 695 253
47	Paços de Ferreira	M	-818 989	-3 307 457	7 743 070	-4 671 157	-2 637 226	-3 456 458	-3 020 249	-5 539 613	-3 712 279	-1 671 776
48	Palmela	M	-1 235 559	918 124	-666 227	-2 713 589	-2 767 250	-4 108 180	-3 173 084	-1 558 585	-1 104 703	-1 667 930
49	Ílhavo	M	-2 966 698	-2 077 671	-6 364 313	-392 429	737 114	-4 635 083	-1 835 401	-3 740 063	-2 927 315	-1 625 000
50	V. R. de Santo António	P	5 134 670	2 576 195	4 259 395	4 537 359	768 318	2 491 663	4 109 466	5 420 076	-11 087 889	-1 611 707
<b>Variação dos 308 municípios</b>			<b>-184 888 900</b>	<b>-1 084 310 663</b>	<b>-277 366 582</b>	<b>-479 811 679</b>	<b>-453 364 646</b>	<b>-620 450 649</b>	<b>-429 240 926</b>	<b>-400 599 913</b>	<b>-310 556 476</b>	<b>-137 970 527</b>

**R58.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2020**

Unidade: euros

Município	Dim	Variação valor										
		10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	
1	Ponta Delgada	M	-2 573 629	-3 337 753	-1 592 396	8 324 876	-4 555 656	-2 769 145	-2 252 833	-1 430 586	-1 533 245	-2 208 548
2	Lajes do Pico	P	-1 087 986	-473 122	1 951 459	-1 867 747	-1 028 639	-722 902	-899 281	-839 353	-924 137	-993 313
3	Calheta (R. A. A.)	P	-454 971	-1 445 312	-941 201	-829 737	-1 136 882	-1 014 644	-1 040 580	-1 179 209	-960 356	-898 493
4	Angra do Heroísmo	M	-218 350	-3 347 431	-3 441 222	-1 424 328	-416 382	-1 623 005	-1 104 454	-2 244 543	-824 142	-635 303
5	Nordeste	P	2 737 980	-1 473 714	-73 273	-1 677 668	-1 180 186	-1 101 644	-1 026 965	-757 928	3 586 623	-562 274
6	Lagoa (R.A.A)	P	-2 295 954	-1 354 848	-857 767	-1 525 806	2 016 131	-946 316	-931 122	-1 037 031	-729 066	-556 254
7	Povoação	P	-3 454 844	-10 700 124	-13 624 257	-1 325 001	-664 042	-1 029 346	-854 773	1 643 339	-672 353	-518 673
8	Madalena	P	-1 065 698	-955 995	-532 977	-595 435	-440 387	1 039 426	1 025 770	-386 774	-618 609	-476 025
9	Velas	P	-1 415 140	-1 813 791	-1 242 050	-595 051	-868 789	-564 487	-467 054	-541 665	-418 552	-401 653
10	Praia da Vitória	P	-630 347	-1 315 540	-819 923	-1 764 809	-4 862 413	-316 644	104 546	-699 314	1 561 915	-385 626
11	Vila do Porto	P	-472 025	-45 656	-344 383	-57 703	-269 938	4 507 946	-358 931	-389 383	-255 872	-269 692
12	São Roque do Pico	P	-1 604 026	-317 524	-139 345	-486 404	116 958	-47 386	2 878 177	333 342	-254 633	-207 314
13	Sta. Cruz da Graciosa	P	134 113	-242 433	-312 936	-329 438	-222 285	-252 719	349 458	-215 354	-242 347	-157 472
14	Horta	P	-980 417	-1 521 244	-317 706	-669 384	-983 068	-849 065	-487 282	-335 282	-261 539	-103 967
15	Corvo	P	3 154	-334 561	-104 396	-131 451	-40 041	-132 254	-159 591	-114 111	-138 072	-92 719
16	Sta. Cruz das Flores	P	-171 021	-287 083	-142 920	-177 162	-66 408	-71 397	51 963	-86 410	-32 469	-42 961
17	Lajes das Flores	P	-238 888	294 528	1 278 593	-2 280 531	-487 675	487 675	-878 371	-114 365	234 745	-9 290
18	V. Franca do Campo	P	2 304 744	-476 251	-1 364 072	-1 024 288	-1 526 554	-1 532 436	-1 707 207	-1 709 808	-343 035	12 166 239
19	Ribeira Grande	M	-3 578 378	-2 474 764	-3 991 072	-1 026 058	-306 556	742 252	-265 258	601 155	-2 065 710	13 382 871
<b>Variação total R.A. Açores</b>			<b>-15 061 681</b>	<b>-31 622 619</b>	<b>-26 611 844</b>	<b>-9 463 125</b>	<b>-16 922 813</b>	<b>-6 196 091</b>	<b>-8 023 790</b>	<b>-9 503 281</b>	<b>-4 890 850</b>	<b>17 029 533</b>

**R58.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2020**

Unidade: milhões de euros

Município	Dim	Variação valor										
		10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	
1	Machico	P	7 216 724	-3 450 261	-1 371 349	-9 087 497	-4 236 217	-2 189 081	-1 899 837	-1 277 504	-1 313 993	-4 178 975
2	Ribeira Brava	P	2 946 835	-1 157 230	-5 310 034	-3 326 830	-3 178 139	-1 532 946	-1 741 326	-656 787	-780 492	-1 899 633
3	Funchal	G	5 609 676	-2 720 087	-12 767 716	-10 548 583	-9 442 956	-11 431 361	-4 218 098	-17 454 079	8 091 996	-1 851 460
4	Calheta (R. A. M.)	P	1 932 201	-1 691 971	-2 017 585	-1 479 650	-1 670 316	-2 256 094	-874 058	-265 778	-670 846	-463 289
5	Porto Moniz	P	-1 676 478	-770 463	-202 229	-148 658	-525 568	-201 410	-334 099	-491 269	-433 768	-329 276
6	Porto Santo	P	3 205 610	-1 120 132	-4 935 897	-217 702	-1 732 932	861 440	778 192	-1 131 265	-188 957	-302 473
7	Santana	P	124 071	-4 060 551	-3 355 396	-2 861 137	-428 582	-323 245	-2 147 137	-345 216	-695 947	-248 093
8	Câmara de Lobos	M	-1 072 839	-1 919 710	-5 082 177	-1 379 825	-1 935 851	-622 674	-1 354 839	42 834	-2 090 902	-236 801
9	Ponta do Sol	P	-733 389	-1 513 969	-1 147 907	-26 091	-714 970	283 947	-281 871	-411 171	-74 375	-122 855
10	São Vicente	P	942 296	-2 465 364	2 399 181	-2 293 213	-1 335 047	-522 085	-705 307	-2 518 026	13 531	283 901
11	Santa Cruz	M	180 555	-2 313 029	-3 760 879	-4 464 286	-5 613 058	-3 647 892	-4 025 670	-1 549 114	-3 548 439	2 817 685
<b>Variação total R.A. Madeira</b>			<b>18 675 263</b>	<b>-23 182 768</b>	<b>-37 551 988</b>	<b>-35 833 473</b>	<b>-30 813 634</b>	<b>-21 581 401</b>	<b>-16 804 050</b>	<b>-26 057 375</b>	<b>-1 692 192</b>	<b>-6 531 270</b>

### 3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos

No Quadro 3.20 é apresentada a evolução das provisões (para riscos e encargos)<sup>82</sup>, componentes que, como referimos, não consideramos como Passivo exigível, isto é, como dívidas efetivas para com terceiros, nomeadamente a parte que traduz valores estimados resultantes de acordos contratuais em risco ou situações em litígio.<sup>83</sup> Verifica-se que o volume de provisões baixou -5,3% (-50,2 milhões de euros), totalizando 899,1 milhões de euros no universo dos 308 municípios em 2020.

Concluindo a análise do Passivo e face à obrigatoriedade de con-

<sup>82</sup> No SNC-AP a designação é apenas «Provisões».

<sup>83</sup> Sem prejuízo de se tratar de estimativas, a concretização eventual destas assume relevância em termos de análise. O peso das Provisões em 2020 atingiu 15% do total do passivo municipal a nível nacional (Quadro 3.11).

tabilização dos encargos eventuais em provisões, observaram-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica. Desta observação resultou o Quadro 3.21, onde se listam os 35 municípios com provisões acima de 5 milhões de euros em 2020. Nesta listagem, destaca-se o município de Lisboa que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. As provisões constituídas por Lisboa representavam 21,2% das provisões constituídas pela totalidade dos municípios.

Realça-se o facto de, entre estes 35 municípios, se encontrarem 3 municípios de pequena dimensão: Caminha, Sines e Vila Real de Santo António. Nesta listagem encontram-se, ainda, 14 municípios de média dimensão.

Para além destes 35 municípios com provisões superiores a 5 milhões, identificaram-se mais 199 municípios que apresentaram provisões, embora com valores bastante inferiores aos valores apresentados pelos municípios aqui assinalados.

Quadro 3.20 – Componentes do Passivo eventualmente exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo eventualmente exigível	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21			Variação (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	19-20	10-20
Provisões	774,8	768,4	835,9	921,2	809,5	822,6	953,8	1 011,9	980,5	949,3	899,1	-5,3%	16,0%

Quadro 3.21 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Lisboa	G	525 337 602	439 185 125	414 569 899	441 768 499	225 556 087	211 714 857	246 870 971	317 387 561	204 698 475	214 490 696	190 321 602
2 Barcelos	G	0	0	0	0	0	0	97 809 000	73 108 360	75 682 330	65 153 866	62 213 546
3 Paços de Ferreira	M	3 000 000	3 000 000	3 000 000	2 765 477	5 627 746	55 477 553	55 731 229	51 102 212	51 742 908	51 292 608	51 116 420
4 Porto	G	22 823 882	24 185 689	30 982 291	31 078 615	38 429 002	40 445 332	43 277 433	45 333 103	39 046 136	43 872 167	49 688 411
5 Loures	G	27 783 671	64 005 025	67 772 510	73 522 699	72 142 323	70 849 651	72 225 255	72 256 265	72 644 938	72 505 485	37 527 089
6 Guarda	M	1 080 095	1 607 576	5 112 637	4 201 384	4 064 574	4 654 334	5 255 128	1 588 209	30 721 217	31 577 432	32 621 067
7 Marco Canaveses	M	40 156 008	40 156 008	40 156 008	40 156 008	45 978 629	44 742 422	25 019 671	24 285 596	24 889 763	26 631 063	27 341 560
8 Funchal	G	1 258 295	1 099 332	296 646	701 646	1 283 268	1 594 059	3 711 694	6 848 767	17 914 899	21 356 179	22 568 786
9 Bragança	M	9 847 807	9 272 162	9 746 282	9 714 178	12 604 264	12 496 918	12 562 373	12 749 338	17 954 700	20 764 072	21 928 723
10 Fundão	M	5 220 295	8 220 055	10 821 102	18 989 359	22 618 202	22 229 091	23 346 633	23 796 533	24 493 451	22 660 447	21 910 389
11 Alcobaça	M	0	0	3 961 607	4 650 188	4 586 067	7 213 038	9 068 069	12 292 580	15 716 594	19 276 834	19 276 142
12 Sintra	G	5 608 813	8 459 053	14 995 132	17 150 266	17 102 723	21 222 930	19 758 775	19 809 244	29 437 669	22 568 116	17 460 449
13 Setúbal	G	4 430 062	3 818 331	5 505 495	6 490 562	1 348 641	914 774	1 547 634	1 236 954	3 238 936	3 301 653	16 462 402
14 Vila Nova de Gaia	G	23 500 000	33 300 000	43 914 951	51 194 130	49 534 130	4 213 881	2 878 500	4 913 758	5 457 936	10 034 566	15 488 272
15 Vila Franca de Xira	G	0	0	0	0	8 381 552	8 477 331	8 286 498	7 804 246	9 553 381	10 914 095	14 391 407
16 Mafra	M	0	0	0	1 606 187	7 801 175	7 585 912	7 736 234	8 785 979	9 652 515	7 868 386	11 412 067
17 Matosinhos	G	0	0	13 395 043	9 904 093	12 583 387	12 612 149	4 025 502	3 839 590	7 454 256	11 038 617	11 265 711
18 Braga	G	0	0	0	0	601 309	601 309	1 643 233	12 130 845	7 542 132	7 415 987	10 175 089
19 Portimão	M	0	0	0	0	5 159 169	5 159 169	7 415 685	8 904 969	9 205 817	8 848 508	9 830 731
20 Cascais	G	4 555 188	5 094 079	2 530 656	2 640 596	9 243 774	9 965 821	9 297 351	11 055 914	9 981 680	9 298 054	8 776 770
21 Lamego	M	0	0	0	0	0	0	6 627 463	6 797 605	15 440 566	9 134 178	8 773 629
22 Santarém	M	0	466 356	18 483 369	13 181 643	8 368 619	11 145 951	9 001 990	9 380 589	8 007 625	7 605 211	7 838 931
23 V.Nova Famalicão	G	0	0	0	0	0	0	864 918	1 444 920	2 722 193	2 787 106	7 480 887
24 Covilhã	M	0	0	0	2 392 137	1 830 121	178 567	178 567	178 567	178 567	0	7 374 345
25 Caminha	P	0	7 586 652	6 875 469	1 164 842	1 188 842	397 578	297 724	0	0	0	7 299 537
26 Almada	G	591 346	5 811 003	6 801 501	5 932 636	6 468 977	1 471 109	1 804 974	2 041 546	3 116 529	6 145 645	7 273 789
27 Sines	P	2 826 666	2 826 666	3 254 993	10 366 657	11 779 722	12 679 728	12 704 376	12 240 057	7 603 312	7 622 023	6 947 437
28 Vila Real	M	277 387	793 857	805 941	79 822	79 301	78 001	44 470	73 035	40 368	5 279 339	6 505 983
29 Leiria	G	3 855 122	4 843 285	4 647 292	7 037 861	9 616 542	11 467 072	6 844 759	5 926 686	5 475 275	5 057 629	6 043 489
30 Albufeira	M	110 171	1 033 721	1 349 796	1 272 546	677 774	544 349	6 884 624	6 544 361	6 299 892	6 297 360	5 983 098
31 Paredes	M	96 297	173 250	118 253	252 253	2 502 373	2 005 792	10 233 431	9 936 276	9 752 301	8 007 924	5 723 894
32 Pinhel	P	0	0	379 092	1 850 964	3 411 551	4 268 955	4 686 618	5 655 482	5 807 488	5 807 488	5 680 239
33 Seixal	G	0	0	0	0	2 056 083	3 242 467	5 998 717	4 272 302	6 106 710	4 346 747	5 418 670
34 V.Real Sto. António	P	439 828	1 751 595	1 132 464	906 786	734 672	3 625 727	3 552 932	2 032 943	1 909 749	2 190 212	5 194 428
35 Gondomar	G	6 898 168	6 317 705	6 664 752	6 659 907	10 973 245	12 475 939	11 459 428	2 609 707	2 589 075	2 008 535	5 173 949
<b>Total dos 308 municípios</b>		<b>774 847 620</b>	<b>768 370 537</b>	<b>835 940 092</b>	<b>921 207 049</b>	<b>809 545 839</b>	<b>822 624 072</b>	<b>953 795 809</b>	<b>1 011 907 627</b>	<b>980 536 493</b>	<b>949 275 689</b>	<b>899 121 037</b>

### 3.5.4. Endividamento das autarquias

#### 3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013<sup>84</sup>

Neste ponto apresenta-se o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o setor autárquico em sentido restrito não abrangendo a totalidade das entidades que constituem os grupos autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013<sup>85</sup>.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), na sua

<sup>84</sup> Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16/08.

<sup>85</sup> Artigo 54.º - Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07):

1 - Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos: a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei; d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime; e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município; f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 - As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 - Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 - Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.”

redação atual, estabelece no artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal que é o da dívida total das operações orçamentais<sup>86</sup>.

Esta lei estabelece como limite da dívida total o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que não pode ser ultrapassado a 31 de dezembro de cada ano. Determina-se, ainda, no n.º 2 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Em relação ao exercício de 2020<sup>87</sup>, mantém-se a alteração à lei do RFALEI introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, reiterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o OE para 2018, no qual se excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, bem como o valor das subvenções reembolsáveis ou os empréstimos resultantes dos instrumentos

<sup>86</sup> Artigo 52.º - Limite da dívida total

1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

<sup>87</sup> A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei Orçamental de 2018, altera o Artigo 52.º - Limite da dívida total, do RFALEI, nos seus pontos 5 e 6 dando-lhe a seguinte redação: [...]

“5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Mais se anota que, às exceções acabadas de referir, acrescem os empréstimos considerados no artigo 84.º do RFALEI - Regime transitório para o endividamento excepcionado.<sup>88</sup>

Todavia, todas as situações de exclusão de empréstimos ou de outras dívidas, nos termos acabados de citar, apenas relevam para a determinação dos limites de endividamento. Mas continua a ser considerada a totalidade do capital em dívida, seja qual for o empréstimo que lhe tenha dado origem, bem como toda a dívida de curto prazo de natureza orçamental, para efeitos do cálculo da dívida total das autarquias, pois só desta forma a transparência sobre as dívidas das autarquias se poderá efetivar.

Pese embora no cálculo do endividamento apresentado neste Anuário não tenha sido considerado o endividamento dos entes participados<sup>89</sup> pelo município ou aqueles em cuja capacidade de decisão o município detém a maioria dos votos, entende-se que não deverá provir desta limitação um desvio relevante em relação ao valor total de endividamento, uma vez que a lei atual só obri-

<sup>88</sup> Este artigo estabelece que:

“1 - No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.

2 - Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excecionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

3 - Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos.”

<sup>89</sup> À data da realização deste Anuário não se detém informação sobre a consolidação das contas dos municípios e sua participadas / intervencionadas. Todavia, para efeito da conformidade dos cálculos aqui apresentados invoca-se a exceção prevista no n.º 1 do artigo 54 RFALEI, que refere “As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.”

ga à absorção da dívida das entidades participadas na esfera do seu setor empresarial<sup>90</sup> quando estas não apresentem equilíbrio de contas. Em caso contrário, quando demonstram equilíbrio de contas, a dívida das participadas não concorre para os limites da dívida total do município.

No Quadro 3.22 apresenta-se a dívida total dos municípios<sup>91</sup>, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados nos mapas de prestação de contas e com as considerações acima apresentadas.

Do exposto, é de salientar, para efeitos de clarificação da leitura dos quadros subsequentes, que a dívida total que se apresenta pode não corresponder integralmente ao valor da dívida total dos municípios para efeitos do cumprimento do limite da dívida prevista no RFALEI, face à não ponderação do endividamento de entidades do setor empresarial das autarquias ou outras por si participadas. Mais se refere que não foram excluídos para efeitos de cálculo do limite de endividamento, os montantes de empréstimos excecionados, quer os mencionados no n.º 5 do artigo 52.º, quer os referidos na norma transitória - artigo 84.º - do RFALEI, por não ter sido possível isolar os valores em apreço. Tal dificuldade resultou do facto de se detetarem incorreções relevantes na sinalização dos empréstimos isentos para fins de cálculo de limite de endividamento, nos mapas de empréstimos apresentados pelos municípios. Uma verificação de conformidade entre os valores disponibilizados pela DGAL em relação aos anos anteriores a 2019 e o cálculo da dívida que relevaria para efeitos do limite da dívida, obtida por dedução dos empréstimos sinalizados como isentos nos referidos mapas de controlo de empréstimos elaborados pelos municípios, mostraram discrepâncias, levando os autores deste Anuário a optarem por não considerarem as referidas exceções.

<sup>90</sup> Onde ocorreram extinções e ou fusões

<sup>91</sup> O cálculo da dívida total, embora numa percentagem muito pouco significativa e por isso sem influência relevante na determinação do seu valor, envolveu alguns constrangimentos que derivam do facto de não ser possível isolar completamente a dívida de curto prazo de origem não orçamental. Efetivamente, na atual informação apresentada pelos municípios em sede de prestação de contas, há rubricas do passivo em relação às quais não é possível distinguir eventuais valores relacionados com operações de tesouraria, dos valores de natureza orçamental. Assim, optou-se por deduzir ao passivo de curto prazo o saldo de operações de tesouraria obtido do mapa de fluxos de caixa do POCAL e no mapa do desempenho orçamental do SNC.AP.

Quadro 3.22 – Limite à dívida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a)	Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	5 678,2	5 715,1	5 904,8	6 222,2	6 502,4	6 815,6	7 094,7	7 371,1
(b)=1,5*(a)	Limite da dívida total	8 517,4	8 572,6	8 857,2	9 333,2	9 753,5	10 223,4	10 642,0	11 056,7
(c)	Passivo exigível dos municípios*, não incluindo outras entidades nem exceções	7 146,5	6 666,7	6 213,3	5 592,9	5 163,6	4 763,0	4 452,5	4 314,5
(d)	Dividas não orçamentais (operações de tesouraria)	186,1	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6
(e)=(c)-(d)	Dívida total dos municípios, não incluindo outras entidades nem excluindo exceções	6 960,4	6 477,2	6 024,0	5 401,0	4 957,9	4 543,9	4 213,2	4 071,8
(f)=(e)/(a)	Índice de dívida total (Índice permitido <= 150%)	122,6%	113,3%	102,0%	86,8%	76,2%	66,7%	59,4%	55,2%
	N.º de municípios que podem ter excedido o limite da dívida total	87	73	52	33	32	28	25	20

\*Engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Inclui ainda os acréscimos de custos (credores por acréscimos de gastos no âmbito do SNC-AP).

Da observação do Quadro 3.22 referente ao limite da dívida municipal considerando, como já foi justificado, que não estão incluídas dívidas de outras entidades do grupo autárquico que possam relevar para o montante da dívida, nem excluídas as exceções previstas no RFALEI, poder-se-á dizer:

– Em 2020, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 44,8pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52.º e 84.º do RFALEI, aumentando esse distanciamento em +4,1pp relativamente ao verificado em 2019.

Mantém-se a afirmação produzida nos anteriores Anuários de que **“os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias”**.

– Pese embora o referido no ponto anterior, em 2020, nas condições de cálculo suprarreferidas, isto é, não incluídas as dívidas de outras entidades do grupo autárquico, nem excluídas as exceções que não relevam para o limite da dívida, ainda persistiram 20 municípios que excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52.º do RFALEI.

### 3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013

A Secção III da Lei n.º 73/2013 (RFALEI), com as devidas alterações, define os mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal,<sup>92</sup> no caso de incumprimento dos limites dispostos no seu artigo 52.º e contém indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento. Com base nas contas dos 308 municípios procedeu-se ao cálculo destes indicadores para cada um dos municípios, obtendo-se o ponto de situação apresentado nos Quadros 3.23 e 3.24.

<sup>92</sup> Os referidos mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal estão explicitados nos seguintes artigos do RFALEI: Artigo 56.º - Alerta precoce de desvios; Artigo 57.º - Mecanismos de recuperação financeira municipal; Artigo 58.º - Saneamento financeiro, e Artigo 59.º - Plano de saneamento.

**Quadro 3.23 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira**

Situação da dívida total	N.º de Municípios							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	221	235	256	275	276	280	283	288
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	159	136	113	86	67	50	42	40
Superior a 1,5 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	87	73	52	33	32	28	25	20
Entre 1,5 e 2,25 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	46	40	29	15	16	18	17	13
Entre 2,25 e 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	20	16	9	10	10	6	4	3
Superior a 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	21	17	14	8	6	4	4	4

**Quadro 3.24 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira**

N.º de municípios com dívida total deduzida dos empréstimos:	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	260	269	283	290	292	301	300	301
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	48	39	25	18	16	7	8	7

Os cálculos efetuados para a determinação dos indicadores apresentados no Quadro 3.23 e no Quadro 3.24 permitem apresentar as seguintes conclusões<sup>93</sup> relativas ao ano de 2020.

**Situações que exigem a aplicação das sanções previstas no ponto três do artigo 52.º do RFALEI (com as devidas alterações):**

– **20 municípios** ao apresentarem uma dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores não cumpriram o limite previsto no n.º 1 deste artigo, devendo, por isso, **ser-lhes reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.**

Situações em que municípios teriam que requerer saneamento financeiro<sup>94</sup> com aplicação do respetivo plano de saneamento e obrigatoriedade de contrair um empréstimo para esse fim:

– Os 20 municípios referidos na situação precedente, para além da sanção apresentada, deveriam contrair empréstimos para sa-

neamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros;

– Os 7 municípios que apresentaram em 2020 um montante da dívida, excluindo empréstimos, superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores<sup>95</sup>;

– Os 3 municípios que demonstraram em dezembro de 2020 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores<sup>96</sup>.

**Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal<sup>97</sup>:**

**4 municípios** apresentaram em dezembro de 2020 uma **dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios.**

<sup>93</sup> Alínea b) do ponto 1 do artigo 58.º do RFALEI.

<sup>96</sup> Estes poderão, em alternativa, aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º. “Artigo 61.º - Recuperação financeira municipal: 1 - O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. 2 - A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

<sup>97</sup> O artigo 61º do RFALEI considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

<sup>93</sup> Reitera-se que todas estas análises não incluem os empréstimos excecionados nos termos do atual n.º5 do artigo 52.º do RFALEI, modificada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, reiterada pela Lei que aprovou o OE para 2019, nem inclui as exceções previstas no artigo 84.º - Regime transitório para o endividamento excecionado.

<sup>94</sup> Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º do RFALEI.

Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.

**Situações que permitem, mas não exigem, a contração de empréstimos para saneamento financeiro<sup>98</sup>:**

- Em dezembro de 2020, 40 municípios apresentaram sinais de alerta precoce<sup>99</sup>, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI. Efetivamente, àquela data, estes municípios, apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;
- 13 municípios apresentaram, em dezembro de 2020, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média.

**Outras situações de alerta precoce relacionados com desvios<sup>100</sup> na execução da receita:**

- **103 municípios** apresentaram, em dezembro de 2019, **uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%**. Destes, 68 tinham apresentado a mesma situação em 2018, pelo que deveriam em 2020 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

**Situações de não equilíbrio orçamental:**

- Em dezembro de 2020, **24 municípios** apresentaram um **montante da receita corrente cobrada bruta inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo**.
- Quer dizer que estes 24 municípios apresentaram um saldo corrente (deduzido das amortizações médias de empréstimos de

médio e longo prazo) negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, só **8 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais**. Nos restantes 16 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a 5% das receitas correntes totais.

– No final do ano económico de 2020, **88 municípios apresentaram um saldo corrente negativo**, na base da despesa corrente assumida<sup>101</sup>, deduzido das amortizações médias dos empréstimos. Destes, **49 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas**.

Com base nos cálculos efetuados nos termos suprarreferidos, apresentam-se dois *rankings* que listam os 50 municípios em situações relacionadas com o índice da dívida total: o *Ranking* R59 que lista os municípios com melhor índice de dívida total e o *Ranking* R60 onde se apresentam os municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores.

Nos *Rankings* R59.A e R59.M, apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios, respetivamente, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira.

Os valores apresentados nos *rankings* permitem, como expectável, uma leitura coerente com a já apresentada nos *rankings* sobre o Passivo exigível dos municípios.

De entre os municípios com melhor índice de dívida total, encontram-se dois de grande dimensão (Oeiras e Sintra).

<sup>98</sup> Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do RFALEI, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro

<sup>99</sup> Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

<sup>100</sup> No n.º 2 e n.º 3 do artigo 56.º do RFALEI são apresentados outros dois sinais de alerta precoce: (i) quando a dívida total ultrapassar 1,5 vezes a média da referida receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, para além de presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, será informado o Banco de Portugal; (ii) quando o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, serão informadas as mesmas entidades com exceção do Banco de Portugal.

<sup>101</sup> Entende-se que o saldo corrente obtido na base dos compromissos (receitas liquidadas deduzidas de despesas comprometidas) dá uma imagem mais fíavel e verdadeira da situação patrimonial dos municípios quanto ao saldo do exercício.

## R59 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
		Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100						
1 Lagoa (Algarve)	M	38,7%	35,4%	18,4%	15,5%	12,9%	8,6%	7,7%	37 768 697	2 348 099	6,2%
2 Marinha Grande	M	34,0%	35,4%	27,4%	14,8%	11,6%	10,2%	7,5%	22 849 808	1 436 044	6,3%
3 Santana	P	173,1%	102,9%	85,4%	71,0%	30,1%	23,1%	11,3%	6 184 175	426 934	6,9%
4 Penedono	P	3,4%	3,0%	12,9%	10,0%	7,2%	6,8%	5,8%	4 685 517	333 640	7,1%
5 Arronches	P	48,8%	41,1%	39,1%	31,7%	25,8%	16,3%	6,2%	4 039 227	340 889	8,4%
6 Vila Velha de Ródão	P	26,3%	29,1%	22,7%	17,5%	13,4%	9,0%	7,7%	6 797 563	605 738	8,9%
7 Ponta do Sol	P	44,9%	44,0%	26,1%	29,3%	22,3%	13,7%	11,4%	6 094 228	552 581	9,1%
8 Mogadouro	P	67,0%	54,2%	46,6%	35,1%	26,6%	18,9%	13,1%	11 531 438	1 046 780	9,1%
9 Vila Nova de Foz Côa	P	70,5%	49,9%	36,0%	26,7%	17,6%	17,8%	14,2%	8 790 252	823 971	9,4%
10 Calheta (R. A. A.)	P	269,7%	226,6%	167,1%	117,3%	84,8%	53,5%	30,9%	4 216 771	406 372	9,6%
11 Castelo de Vide	P	24,8%	20,4%	20,2%	17,5%	16,2%	11,5%	10,3%	5 113 887	553 714	10,8%
12 Santa Cruz das Flores	P	38,3%	26,2%	21,8%	16,6%	18,7%	13,5%	12,0%	2 575 495	287 879	11,2%
13 Pampilhosa da Serra	P	4,1%	7,2%	11,5%	9,3%	8,3%	11,6%	7,7%	9 326 538	1 108 293	11,9%
14 Sátão	P	45,5%	47,2%	34,2%	22,2%	19,4%	14,4%	12,9%	8 562 152	1 033 258	12,1%
15 Chamusca	P	86,8%	64,7%	60,2%	43,9%	31,3%	20,8%	16,4%	9 242 503	1 119 463	12,1%
16 Sintra	G	64,2%	55,7%	35,6%	22,1%	17,5%	14,0%	13,5%	169 182 974	20 580 384	12,2%
17 Mealhada	P	7,6%	6,6%	12,7%	10,8%	10,6%	8,1%	17,9%	13 765 807	1 738 970	12,6%
18 Porto de Mós	M	34,7%	37,5%	30,4%	25,7%	22,4%	17,8%	15,4%	16 613 580	2 160 962	13,0%
19 Monchique	P	98,6%	71,8%	54,3%	41,9%	29,2%	25,8%	19,2%	8 728 690	1 164 167	13,3%
20 Elvas	M	15,4%	25,6%	25,9%	22,5%	27,3%	15,0%	17,9%	15 894 787	2 196 351	13,8%
21 Bragança	M	48,9%	43,8%	34,4%	25,8%	24,3%	18,2%	17,6%	29 481 387	4 078 366	13,8%
22 Carrazeda de Ansiães	P	64,4%	55,8%	44,9%	35,6%	29,8%	22,7%	25,9%	7 308 069	1 051 748	14,4%
23 Oeiras	G	73,6%	70,8%	56,3%	45,9%	34,4%	24,1%	16,0%	149 925 131	21 636 933	14,4%
24 Murtosa	P	38,3%	43,2%	34,4%	30,0%	25,3%	19,8%	17,1%	6 508 732	955 913	14,7%
25 Boticas	P	51,9%	48,5%	32,9%	27,8%	17,9%	17,9%	15,9%	7 672 002	1 137 905	14,8%
26 Pombal	M	53,7%	39,9%	31,6%	26,0%	22,3%	17,5%	15,0%	33 102 516	5 022 832	15,2%
27 São Brás de Alportel	P	36,4%	34,9%	37,5%	31,8%	26,4%	18,7%	15,6%	11 012 400	1 727 328	15,7%
28 Alcobaça	M	64,9%	50,6%	30,7%	26,4%	20,7%	19,5%	14,5%	28 942 838	4 582 305	15,8%
29 Alter do Chão	P	62,4%	58,8%	66,8%	48,4%	38,2%	28,8%	21,5%	5 356 154	861 595	16,1%
30 Bombarral	P	104,7%	73,3%	58,8%	38,6%	32,8%	26,6%	20,6%	8 745 681	1 407 796	16,1%
31 Arouca	M	43,9%	39,0%	36,9%	30,4%	28,5%	21,9%	19,5%	13 444 796	2 190 810	16,3%
32 Moita	M	93,1%	77,3%	65,4%	54,9%	44,2%	35,8%	26,2%	29 989 140	4 906 268	16,4%
33 Campo Maior	P	50,2%	41,0%	36,3%	40,6%	29,5%	29,8%	25,7%	7 841 412	1 390 930	17,7%
34 Cinfaes	P	19,8%	26,3%	20,6%	18,3%	17,6%	24,8%	9,7%	12 206 797	2 186 488	17,9%
35 Lajes das Flores	P	149,1%	59,1%	34,8%	50,7%	15,4%	10,6%	18,3%	2 785 649	528 429	19,0%
36 Vila do Bispo	P	132,7%	109,3%	80,5%	71,4%	63,3%	52,2%	30,3%	11 309 776	2 161 569	19,1%
37 Almeida	P	70,2%	55,8%	50,2%	40,2%	34,5%	27,8%	23,4%	9 985 960	1 933 780	19,4%
38 Penalva do Castelo	P	61,3%	54,4%	45,0%	36,2%	32,4%	26,6%	22,2%	6 707 936	1 316 867	19,6%
39 Sertã	P	52,6%	45,1%	43,6%	36,5%	29,5%	25,8%	21,8%	12 984 537	2 555 217	19,7%
40 Benavente	M	21,0%	23,4%	19,6%	16,7%	14,9%	22,0%	18,4%	15 881 241	3 132 565	19,7%

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020			
		Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100							
41	Abrantes	M	85,8%	78,1%	66,4%	53,8%	43,9%	31,7%	23,4%	22 687 145	4 530 039	20,0%
42	Aguiar da Beira	P	87,8%	83,0%	69,0%	54,3%	41,7%	30,4%	24,5%	6 655 770	1 339 994	20,1%
43	Ponte de Lima	M	17,1%	24,7%	20,9%	20,3%	22,3%	20,4%	18,8%	26 053 596	5 265 078	20,2%
44	Coruche	P	43,4%	42,0%	35,2%	28,9%	26,5%	22,6%	22,7%	16 192 032	3 295 880	20,4%
45	Vila Flor	P	54,4%	53,7%	44,0%	37,6%	35,1%	27,3%	20,6%	7 670 810	1 573 712	20,5%
46	Marvão	P	44,3%	53,6%	49,2%	42,1%	32,4%	29,5%	20,1%	4 351 382	893 406	20,5%
47	Cadaval	P	53,5%	41,7%	39,8%	33,1%	37,4%	27,7%	24,1%	10 020 350	2 063 490	20,6%
48	Alcácer do Sal	P	17,4%	27,5%	20,1%	20,0%	20,2%	17,2%	20,0%	15 458 982	3 299 036	21,3%
49	Albufeira	M	79,8%	42,8%	36,5%	33,0%	28,4%	23,2%	23,8%	78 559 923	16 856 011	21,5%
50	Oliveira de Azeméis	M	142,6%	114,1%	95,6%	79,5%	61,0%	44,3%	35,0%	35 549 970	7 676 011	21,6%

## R60– Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020			
		Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100							
1	Fornos de Algodres	P	838%	762%	674%	575%	531%	521%	505%	5 673 875	27 411 440	483%
2	Vila Franca do Campo	P	545%	481%	410%	352%	313%	278%	267%	8 015 735	32 637 281	407%
3	Cartaxo	M	367%	457%	459%	434%	417%	419%	393%	13 062 495	52 562 776	402%
4	Vila Real de Sto. António	P	403%	444%	449%	429%	424%	461%	392%	21 873 237	75 828 885	347%
5	Nordeste	P	557%	467%	381%	304%	263%	238%	306%	5 042 452	14 490 318	287%
6	Nazaré	P	431%	381%	342%	316%	316%	304%	281%	11 882 232	31 546 849	265%
7	Fundão	M	457%	420%	372%	321%	293%	278%	273%	22 699 216	55 849 869	246%
8	Portimão	M	485%	466%	418%	412%	309%	268%	236%	55 245 835	123 331 732	223%
9	Vila Nova de Poiares	P	640%	417%	351%	283%	258%	236%	222%	6 802 117	14 395 753	212%
10	Alfândega da Fé	P	420%	377%	345%	283%	264%	237%	222%	7 837 070	16 418 665	210%
11	Alandroal	P	380%	371%	313%	258%	234%	216%	201%	8 313 796	16 625 889	200%
12	Belmonte	P	122%	124%	123%	100%	65%	68%	196%	5 562 712	10 996 371	198%
13	Freixo de Espada à Cinta	P	421%	340%	279%	239%	223%	212%	207%	6 096 457	11 868 160	195%
14	Reguengos de Monsaraz	P	238%	226%	212%	190%	197%	198%	192%	11 139 008	21 086 683	189%
15	Paços de Ferreira	M	364%	323%	300%	271%	257%	223%	198%	23 714 601	43 357 722	183%
16	Seia	M	379%	338%	306%	263%	231%	213%	194%	19 680 904	35 620 960	181%
17	Tabuaço	P	254%	222%	235%	192%	182%	189%	185%	6 734 705	11 530 836	171%
18	Celorico da Beira	P	367%	351%	287%	250%	227%	205%	181%	8 324 714	13 272 225	159%
19	Tarouca	P	220%	218%	196%	177%	162%	159%	155%	8 172 424	12 956 014	159%
20	Évora	M	263%	250%	233%	215%	184%	174%	160%	43 620 262	68 976 397	158%

**R59.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores**

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
		Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100						
1 Vila Franca do Campo	P	545,0%	481,0%	410,4%	352,5%	312,7%	278,4%	266,5%	8 015 735	32 637 281	407,2%
2 Nordeste	P	556,6%	467,0%	381,0%	304,3%	262,7%	238,0%	306,3%	5 042 452	14 490 318	287,4%
3 Ribeira Grande	M	101,6%	89,7%	79,6%	77,3%	71,0%	70,9%	57,1%	18 199 523	23 372 631	128,4%
4 Praia da Vitória	P	245,6%	207,3%	126,4%	107,9%	103,7%	91,1%	103,5%	10 481 444	9 769 785	93,2%
5 São Roque do Pico	P	43,7%	24,2%	25,6%	21,5%	98,8%	104,4%	94,2%	3 983 782	3 495 272	87,7%
6 Vila do Porto	P	31,3%	27,5%	18,0%	119,4%	103,9%	92,7%	85,5%	4 968 273	3 917 010	78,8%
7 Angra do Heroísmo	M	193,3%	169,7%	150,3%	125,9%	113,8%	93,6%	82,8%	16 045 998	12 068 637	75,2%
8 Povoação	P	205,6%	157,9%	130,9%	95,2%	73,1%	99,4%	81,9%	6 003 590	4 258 663	70,9%
9 Madalena	P	114,8%	92,5%	73,8%	86,8%	100,8%	88,8%	74,2%	5 808 757	3 792 735	65,3%
10 Ponta Delgada	M	99,1%	131,2%	110,9%	95,3%	84,9%	73,7%	65,4%	35 843 112	19 949 882	55,7%
11 Lajes do Pico	P	308,0%	231,6%	182,1%	145,0%	117,4%	95,3%	73,3%	4 896 096	2 518 868	51,4%
12 Lagoa (R.A.A)	P	132,9%	106,2%	124,4%	102,7%	84,9%	69,3%	58,6%	9 877 586	5 061 121	51,2%
13 Velas	P	196,1%	180,8%	136,7%	105,0%	81,8%	68,0%	58,3%	5 291 002	2 684 500	50,7%
14 Horta	P	100,7%	86,8%	67,9%	52,2%	44,1%	38,5%	34,2%	9 586 471	3 177 033	33,1%
15 Santa Cruz da Graciosa	P	88,6%	69,5%	57,3%	42,7%	51,3%	43,2%	35,4%	3 735 646	1 132 097	30,3%
16 Corvo	P	121,4%	100,1%	87,0%	66,8%	52,7%	42,6%	32,5%	1 515 244	395 881	26,1%
17 Lajes das Flores	P	149,1%	59,1%	34,8%	50,7%	15,4%	10,6%	18,3%	2 785 649	528 429	19,0%
18 Santa Cruz das Flores	P	38,3%	26,2%	21,8%	16,6%	18,7%	13,5%	12,0%	2 575 495	287 879	11,2%
19 Calheta (R. A. A.)	P	269,7%	226,6%	167,1%	117,3%	84,8%	53,5%	30,9%	4 216 771	406 372	9,6%

**R59.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira**

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
		Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100						
1 Santa Cruz	M	259,2%	226,1%	176,3%	145,2%	114,5%	94,2%	71,9%	22 011 672	18 156 523	82,5%
2 Funchal	G	155,4%	137,8%	123,0%	102,6%	97,5%	69,5%	79,1%	73 546 553	55 284 684	75,2%
3 Porto Santo	P	126,7%	94,4%	53,7%	66,6%	94,6%	79,9%	74,7%	4 347 661	3 004 438	69,1%
4 São Vicente	P	285,8%	208,2%	155,0%	127,1%	106,9%	52,7%	52,0%	5 020 168	2 880 779	57,4%
5 Câmara de Lobos	M	138,1%	120,6%	100,0%	87,0%	82,2%	79,7%	60,5%	11 797 390	6 469 420	54,8%
6 Calheta (R. A. M.)	P	176,1%	143,4%	108,9%	68,9%	56,0%	49,4%	40,5%	10 255 815	3 529 677	34,4%
7 Porto Moniz	P	140,1%	126,6%	96,1%	79,1%	66,1%	51,6%	38,6%	4 983 583	1 569 679	31,5%
8 Ribeira Brava	P	295,2%	210,2%	144,3%	106,5%	83,1%	68,4%	55,5%	7 140 564	1 763 579	24,7%
9 Machico	P	316,1%	217,8%	128,6%	102,3%	83,9%	88,2%	71,5%	9 242 535	2 248 291	24,3%
10 Ponta do Sol	P	44,9%	44,0%	26,1%	29,3%	22,3%	13,7%	11,4%	6 094 228	552 581	9,1%
11 Santana	P	173,1%	102,9%	85,4%	71,0%	30,1%	23,1%	11,3%	6 184 175	426 934	6,9%

### 3.6. Gastos, Rendimentos e Resultados

Analisadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto do Anuário um conjunto de informações relativas ao resultado económico e às com-

ponentes das quais deriva: gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2020, mas sempre que possível, numa comparação com os últimos onze anos.

Quadro 3.25 – Gastos, rendimentos e resultados de 2020

Unidade: euros

Demonstração dos Resultados		SNC-AP – 2020
		Valor
Rendimentos	Impostos contribuições e taxas	3 489 128 973
Rendimentos	Vendas	172 057 328
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	684 087 037
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 067 799 134
Gastos ou Rend.	Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9 721 270
Rendimentos	Variações nos inventários da produção	496 388
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	20 053 743
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-195 074 560
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	-2 100 121 392
Gastos	Gastos com pessoal	-2 758 434 240
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	-1 316 192 025
Gastos	Prestações sociais	-14 108 531
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-135 385
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7 923 968
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	8 571 489
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 515 933
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	1 001 171
Rendimentos	Outros rendimentos	812 340 305
Gastos	Outros gastos	-234 789 688
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 639 992 982
Gastos ou Rend.	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 572 792 727
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-449 732
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	66 750 523
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	16 319 575
Gastos	Juros e gastos similares suportados	-49 095 445
	Resultado líquido do período	33 974 653
	Total Gastos	-8 249 117 694
	Total Rendimentos	8 283 092 347

Com a entrada em vigor do SNC-AP, **algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos**, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados no Quadro 3.25 como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), a partir dos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e imparidades de investimentos.

De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP **deixaram de existir rubricas de carácter extraordinário**, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais. Há ainda a considerar o facto de alguns elementos antes classificados como custos/proveitos financeiros terem sido também reclassificados no SNC-AP: nos gastos financeiros só se incluem gastos por juros e outros encargos, e nos rendimentos financeiros só juros, dividendos e outros rendimentos si-

milares. Assim, os rendimentos/gastos em entidades participadas, nomeadamente resultantes da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, antes incluídos nos proveitos/custos financeiros, passam agora a ser incluídos em contas de outros rendimentos/gastos. Contudo, as entidades parecem ter tido necessidade de os evidenciar na Demonstração dos Resultados separadamente, na rubrica que aparece como Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, à semelhança do que acontece no SNC. Para o total dos municípios este valor, em 2020, foi de 9,7 milhões de euros

### 3.6.1. Estrutura e evolução dos gastos

Para efeitos da análise dos custos/gastos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.26 a sua evolução entre 2010 e 2019, considerando os valores agregados dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se o peso das componentes dos gastos de 2019 nos gastos totais. Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.06) da estrutura das principais componentes de gastos relativos a 2020, com vista à sua melhor percepção.

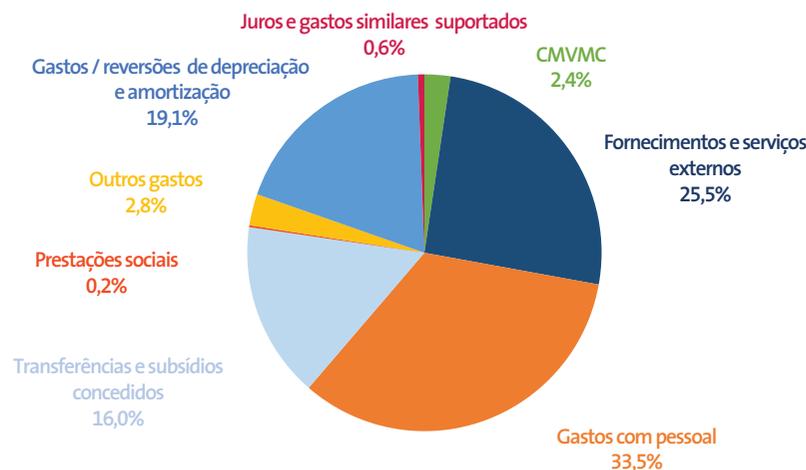
**Quadro 3.26 – Evolução dos custos/gastos no período de 2010 a 2019 – POCAL**

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Peso 2019
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
CMVMC	179,2	182,8	166,6	181,4	169,9	176,8	183,9	196,9	187,6	198,7	2,5%
Fornecimentos e serviços externos	1 836,3	1 809,7	1 754,6	1 752,3	1 753,6	1 830,4	1 959,3	2 091,7	2 132,5	2 216,1	27,4%
Custos com pessoal	2 443,6	2 279,6	2 088,2	2 261,3	2 216,7	2 204,1	2 239,1	2 308,0	2 446,6	2 638,5	32,6%
Transferências e subsídios concedidos	690,1	627,4	585,1	563,4	553,8	593,5	637,7	693,1	764,9	907,8	11,2%
Amortizações / Depreciações	1 155,9	1 167,1	1 208,8	1 269,0	1 299,1	1 341,0	1 372,4	1 385,6	1 397,2	1 401,8	17,3%
Provisões	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6	183,1	111,6	1,4%
Outros custos operacionais	28,8	29,8	25,8	24,3	26,1	27,2	35,2	41,0	46,1	48,9	0,6%
Custos extraordinários*	597,9	511,9	442,4	468,1	457,4	364,3	455,9	593,0	579,6	505,6	6,2%
<b>Subtotal custos operacionais</b>	<b>7 080,1</b>	<b>6 766,7</b>	<b>6 479,2</b>	<b>6 704,4</b>	<b>6 760,9</b>	<b>6 724,3</b>	<b>7 181,2</b>	<b>7 495,9</b>	<b>7 737,7</b>	<b>8 028,9</b>	<b>99,1%</b>
Custos financeiros	143,0	187,2	199,2	170,8	159,2	131,9	94,1	87,2	99,9	71,7	0,9%
<b>Total de custos</b>	<b>7 223,2</b>	<b>6 953,9</b>	<b>6 678,4</b>	<b>6 875,2</b>	<b>6 920,1</b>	<b>6 856,2</b>	<b>7 275,3</b>	<b>7 583,1</b>	<b>7 837,7</b>	<b>8 100,6</b>	<b>100%</b>

\* Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como custos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020.

Gráfico 3.06 – Estrutura dos gastos de 2020 – SNC-AP



Do Quadro e Gráfico anteriores (incluindo Quadro 3.25) anota-se em relação ao ano de 2020:

- Os **custos/gastos** totais relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto, ao somarem o valor de 8.249,1 milhões de euros, com um aumento de +1,8% (+148,5 milhões de euros) em relação ao ano transato;
- No universo dos 308 municípios, os **custos/gastos operacionais** cresceram +2,1% (+171,1 milhões de euros), tendo sido apurados 8.200 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2010 e 2020;
- A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal**, representando em 2020 o peso de 33,5% da estrutura dos gastos totais do setor municipal e, relativamente ao total dos gastos operacionais excluindo amortizações, o peso de 42%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 2 758,4 milhões de euros, +4,5% (+120 milhões de euros) mais do que em 2019.
- Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais, atingindo em 2020 o montante de 2 100,1 milhões de euros, que se traduziu num decréscimo de -116 milhões de euros (-5,2%) em relação ao ano an-

terior. O seu peso relativo nos gastos totais foi de 25,5% e de 32% nos gastos operacionais sem amortizações;

- 197 municípios contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal no setor, e 244 municípios contribuíram para a descida de gastos em fornecimentos e serviços externos;
- Uma componente relevante dos gastos totais têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação,<sup>102</sup> mas em grande parte não alienável. O valor

<sup>102</sup> Ativo imobilizado/não corrente que, conforme se verificou, em grande parte, não é transacionável pela natureza que reveste de bem público. Acresce referir que muitos municípios ainda estão longe de terminar o processo de inventariação e registo dos terrenos e outros imóveis que possuem, pelo que o valor de Ativo imobilizado/não corrente tenderá a aumentar e consequentemente o valor das respetivas amortizações/depreciações. Trata-se de um gasto que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, ao apresentar um peso relativamente elevado nos gastos municipais, terá forte repercussão nos resultados económicos. Assim sendo, a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados económicos do exercício e poderá, caso, para efeitos de análise, o seu valor não seja expurgado do total dos gastos, danificar a imagem de eficiência financeira do município.

das amortizações/depreciações representou, em 2020, na estrutura de gastos dos municípios, 19,1% dos gastos totais e 19,2% dos gastos operacionais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1.573 milhões de euros crescendo +12% (+171 milhões de euros) em relação a 2019;

As **transferências e subsídios concedidos** são gastos que apresentaram um peso médio de 16% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 19,9% nos gastos operacionais excluindo amortizações. Em 2020 o valor desta rubrica cresceu +45,0% (+408 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 1.316,2 milhões de euros, sendo que 283 municípios contribuíram para o aumento destes gastos;

Os **gastos financeiros**, cujo peso na estrutura de gastos municipais tem sido pouco significativo (0,6% dos gastos municipais em

2020), apresentaram um decréscimo de -22,6 milhões de euros (-31,5%), para o qual contribuíram 250 municípios. No entanto, 58 municípios aumentaram os seus gastos financeiros.

### 3.6.2. Estrutura e evolução dos rendimentos

O Quadro 3.27 apresenta a evolução dos proveitos/rendimentos no período entre 2010 e 2019. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.07 apresenta o peso de cada rubrica de rendimento no total dos rendimentos obtidos pelos 308 municípios no ano económico de 2020.

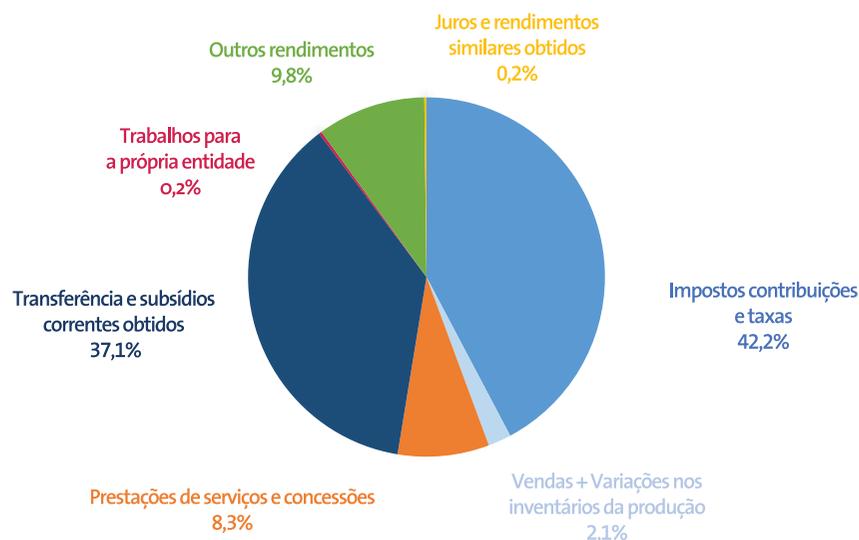
Quadro 3.27 – Evolução dos proveitos/rendimentos durante o período de 2010 a 2019

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		Peso 2019
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Vendas e variação da produção	190,7	178,1	169,3	178,6	174,0	174,5	180,8	182,6	184,8	195,0	2,2%
Prestação de serviços	456,3	467,5	546,0	544,8	548,7	615,2	660,8	680,6	703,9	727,0	8,3%
Outras situações	40,6	30,4	4,5	6,2	9,2	3,9	5,0	3,5	0,6	2,3	0,0%
Impostos e taxas	2 662,8	2 470,1	2 450,7	2 555,1	2 717,7	2 910,2	3 009,6	3 242,5	3 408,4	3 528,2	40,5%
Transferências e subsídios obtidos	3 045,0	2 912,3	2 787,1	2 785,5	2 625,5	2 707,4	2 743,5	2 814,5	2 879,2	3 068,4	35,2%
Trabalhos para a própria entidade	31,6	28,4	24,8	23,7	21,3	21,1	25,7	24,9	16,9	19,5	0,2%
Proveitos suplementares	61,4	72,9	70,2	74,8	56,8	56,7	59,2	60,8	60,9	63,0	0,7%
Outros proveitos operacionais	54,7	69,3	63,7	52,0	53,1	54,1	66,4	55,3	74,9	78,5	0,9%
Proveitos extraordinários*	605,1	665,8	949,9	524,3	671,1	727,7	711,5	750,4	763,0	811,3	9,3%
<b>Subtotal proveitos operacionais</b>	<b>7 148,1</b>	<b>6 894,8</b>	<b>7 066,2</b>	<b>6 745,0</b>	<b>6 877,4</b>	<b>7 270,7</b>	<b>7 462,4</b>	<b>7 815,0</b>	<b>8 092,6</b>	<b>8 493,3</b>	<b>97,5%</b>
Proveitos financeiros	177,0	202,4	197,2	200,7	200,8	206,7	227,5	225,6	217,6	218,5	2,5%
<b>Total de proveitos</b>	<b>7 325,1</b>	<b>7 097,3</b>	<b>7 263,5</b>	<b>6 945,7</b>	<b>7 078,2</b>	<b>7 477,4</b>	<b>7 689,9</b>	<b>8 040,6</b>	<b>8 310,2</b>	<b>8 711,8</b>	<b>100%</b>

\* Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020.

Gráfico 3.07 – Estrutura dos Rendimentos em 2020 – SNC-AP



Dos Quadros 3.25 e 3.27 e do Gráfico 3.07, conclui-se, em relação a 2020:

- O **total dos rendimentos** foi de 8.283,1 milhões de euros, isto é, -428,7 milhões de euros (-4,9%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos rendimentos operacionais verifica-se que os mesmos diminuíram 2,7% (-226,5 milhões de euros) ao totalizarem 8 266,8 milhões de euros;
- Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é coerente que, no quadro da estrutura dos proveitos/rendimentos, as componentes de maior peso sejam os impostos e taxas, bem como as transferências e subsídios obtidos (correntes), as quais apresentaram as percentagens, respetivamente, de 42,1% e de 37% no total dos rendimentos. Anota-se que o volume total destas duas rubricas, neste ano económico, representou 79,2% dos rendimentos totais e 79,3% dos rendimentos operacionais;
- O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 3.489,1 milhões de euros, traduzindo uma diminuição de

-39,1 milhões de euros (-1,1%) em relação a 2019.<sup>103</sup> No entanto, **considerando o período de onze anos, em relação a 2010** estes **rendimentos aumentaram +31%** (+826 milhões de euros). Anota-se que, sendo esta a principal componente da estrutura global dos proveitos/rendimentos municipais, é relevante comparar a sua evolução neste período de onze anos com a evolução do total dos gastos dos 308 municípios, excluindo amortizações. Ora os **gastos assim determinados diminuíram 0,01%** (-0,4 milhões de euros) naquele período de tempo;

- O montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios (correntes)** foi de 3 067,8 milhões de euros, representando uma descida imaterial de -0,6 milhões de euros (-0,02%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram apenas +0,7% (+23 milhões de euros) face ao decréscimo progressivo verificado entre 2011 e 2014 (anos de crise económico-financeira e austeridade) e o ligeiro crescimento apresentado nos anos seguintes.

<sup>103</sup> Anote-se que esta descida nos rendimentos provenientes de fontes próprias em grande parte se deve a isenções concedidas, relacionadas com a crise pandémica que afetou 2020.

Ainda pela observação do Quadro 3.27, constata-se que tanto o volume de proveitos provenientes de impostos e taxas, como o proveniente de transferências e subsídios desceram em 2011 e 2012. Os proveitos resultantes de impostos e taxas retomaram a linha ascendente a partir de 2013, enquanto as transferências e subsídios só iniciaram a mesma inflexão em 2015, mantendo ambas as categorias de proveitos um crescimento relevante entre 2016 e 2019. Em 2020 (Quadro 3.25), tanto os rendimentos de impostos e taxas como os das transferências e subsídios, apresentam decréscimos face ao ano anterior;

– Outros rendimentos a referir, em 2020, são os resultantes da **prestação de serviços, de vendas e de variação de produção**, que representaram o peso de 10,3% nos rendimentos totais, registando neste ano um decréscimo em relação a 2019 (-7,1%, -65,4 milhões de euros), ao totalizarem 856,6 milhões de euros. Mantemos a convicção de que o baixo peso destes rendimentos resultará do facto de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços municipalizados a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços. Contudo, enquanto entre 2010 e 2020 o produto das vendas e variação da produção diminuiu -9,5% (-18 milhões de euros), a prestação de serviços apresentou um aumento de 49,9% (+228,0 milhões de euros).

### 3.6.3. Estrutura dos resultados económicos

Embora se considere que para as entidades públicas a informação financeira resultante dos resultados económicos não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos executivos, face ao equilíbrio entre gastos e rendimentos pelo qual a gestão pública deverá pugnar,<sup>104</sup> mantém-se neste Anuário a análise da evolução deste indicador financeiro, dando especial relevo aos resultados operacionais.

O Quadro 3.28 apresenta evolução dos resultados económicos e operacionais no período de 2010 a 2020.

Verifica-se pelo Quadro 3.28 que:

– Os **resultados económicos** líquidos apresentaram uma evolução muito variável entre 2010 e 2016 com dois picos de crescimento: um em 2012 (+442 milhões de euros) e outro em 2015 (+463 milhões de euros). **Em 2020, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 34 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo uma diminuição de 94,4% (-577,2 milhões de euros)**. Neste ano, 143 municípios apresentaram resultados negativos. Contudo, esta diminuição abrupta dos resultados económicos líquidos deve-se, essencialmente, a **alterações de critérios de reconhecimento e mensuração contabilísticos devido à implementação do SNC-AP**, como por exemplo o reconhecimento de aumentos e reduções de justo valor e o reconhecimento de imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis, e não a alterações significativas da estrutura económica dos municípios, sendo certo que a pandemia poderá ter tido algum impacto nos impostos e taxas;

– **Em 2020, os resultados operacionais apresentam o montante de 66,8 milhões de euros (-86%, -397,6 milhões de euros)**, traduzindo um decréscimo significativo em relação ao ano precedente, devido essencialmente a alterações de reconhecimento contabilístico decorrentes da estrutura conceptual da informação financeira pública e das novas normas de contabilidade pública implementadas em 2020, derivadas do novo SNC.AP.

O Gráfico 3.8 complementa a informação prestada no quadro anterior através do traçado de curvas que representam a evolução dos resultados considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do setor empresarial local ou outras participadas.

O Quadro 3.29 apresenta informação relativa ao ano económico de 2020 de gastos, rendimentos e resultados económicos de grupos de municípios de acordo com a dimensão dos mesmos.

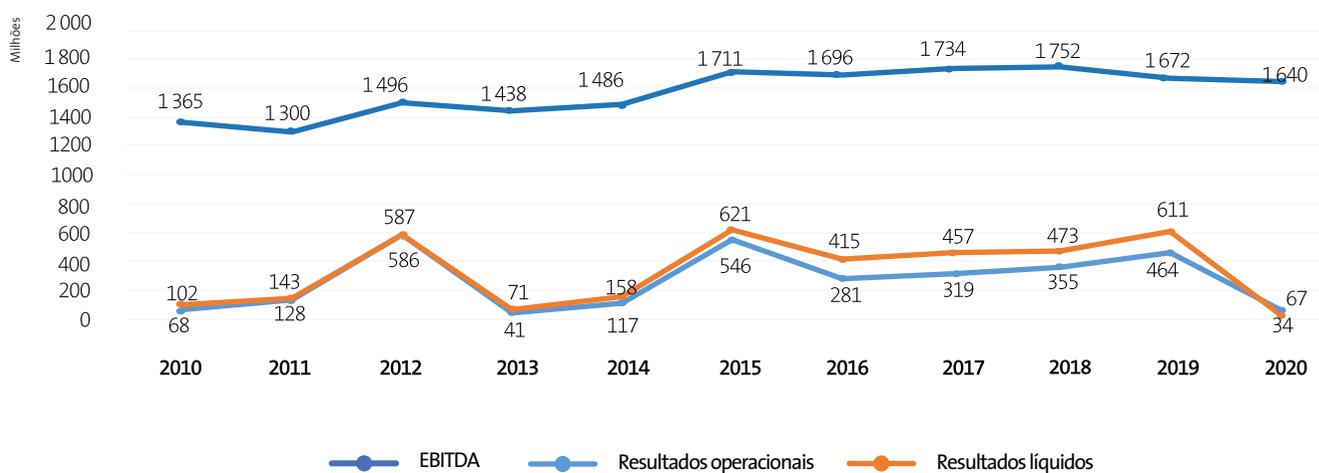
<sup>104</sup> Mais se entende que sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados económicos do exercício deveriam tender, preferencialmente para zero.

Quadro 3.28 – Evolução dos resultados económicos no período de 2010 a 2020

Unidade: milhões de euros

Resultados	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			Var. 2019-2020
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Resultados operacionais	68,0	128,2	587,0	40,6	116,5	546,4	281,2	319,1	354,9	464,4	66,8	-397,6
Resultados líquidos	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	34,0	-577,2
N.º de municípios com resultados económicos negativos	140	141	121	136	134	105	106	131	121	108	143	35

Gráfico 3.o8 – Evolução dos resultados



Quadro 3.29 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2020

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (INE Censos 2021)	4 564 319	4 171 532	1 612 041	10 347 892
Gastos com pessoal/gastos totais	33,0%	33,3%	34,4%	33,5%
Resultados líquidos	37,8 milhões €	75,8 milhões €	-79,6 milhões €	34 milhões €
Resultados líquidos por habitante	8,3 €	18,2 €	-49,4 €	8,3 €
N.º de municípios com resultados líquidos negativos	5	28	110	143
Resultados operacionais	50,6 milhões €	84,0 milhões €	-67,8 milhões €	66,8 milhões €
N.º de municípios com resultados operacionais negativos	5	29	108	142

Da análise do quadro anterior salienta-se:

- Em 2020 os **resultados líquidos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Foram negativos, no total de -79,6 milhões de euros no conjunto dos municípios de pequena dimensão. No conjunto dos municípios de grande dimensão apresentaram o volume total positivo de 37,8 milhões de euros e no conjunto dos municípios de média dimensão registaram o montante positivo de 75,8 milhões de euros;
- Os **resultados operacionais** foram negativos apenas nos municí-

pios de pequena dimensão, quando tomados em conjunto, tendo contribuído para esta situação 108 municípios.

- Simultaneamente com resultados líquidos e resultados operacionais negativos, aparecem 5 municípios de grande dimensão em 2020: Funchal, Lisboa, Loures, Setúbal e Vila Franca de Xira.

Os *Rankings* R61 e R62 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos líquidos reportados a 2020.

### R61 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 Cascais	G	12 855 883	10 108 527	980 668	3 433 947	12 738 932	16 615 629	25 394 294	28 648 943	50 703 803	39 255 493	20 401 454
2 Aveiro	M	-14 383 586	-3 325 170	2 030 172	-703 850	-9 903 133	10 264 303	17 122 510	7 136 189	21 353 962	13 912 389	17 447 784
3 Sta. Maria da Feira	G	18 212 675	3 057 968	10 119 084	12 812 375	10 438 737	11 086 697	11 981 856	12 560 214	16 467 252	13 737 410	12 880 746
4 Maia	G	4 047 526	-3 988 147	-380 934	-7 423 189	-910 654	6 226 587	11 449 260	5 686 836	11 504 225	8 438 568	10 344 186
5 Oliveira de Azeméis	M	284 399	1 220 151	4 114 404	1 952 253	3 210 813	4 210 078	3 881 820	3 361 071	5 542 180	9 298 718	10 199 809
6 Seixal	G	10 754 906	12 598 548	7 001 019	4 845 270	884 328	15 244 365	16 449 571	19 671 705	14 702 065	17 380 873	8 208 563
7 Gondomar	G	293 213	5 615 536	946 893	-3 769 151	-10 406 517	-7 282 404	-1 409 301	-2 151 599	-1 692 279	17 016 731	6 977 757
8 Porto	G	3 782 406	9 416 639	2 970 191	1 924 374	5 874 341	9 171 271	7 222 388	14 240 089	35 893 051	38 064 398	6 958 649
9 Alenquer	M	-326 032	-1 047 308	221 529	279 368	3 497 685	420 900	3 210 140	2 508 231	1 621 576	2 825 443	6 833 431
10 Sintra	G	13 455 121	16 421 386	29 228 396	15 797 227	24 486 151	27 460 841	26 215 937	29 104 672	21 944 019	38 604 000	6 641 359
11 Moita	M	1 973 914	2 710 221	2 809 291	2 587 240	5 012 001	1 502 834	2 303 175	2 285 253	446 662	1 864 439	6 153 455
12 Oeiras	G	12 415 405	7 431 859	12 099 360	23 469 276	3 491 964	46 776 911	21 542 182	43 292 235	25 697 268	27 113 737	4 980 750
13 Póvoa de Varzim	M	2 865 620	1 833 683	3 126 172	2 366 613	613 617	2 589 464	4 193 058	2 605 398	3 778 756	358 844	4 824 629
14 Ribeira Grande	M	4 555 040	4 800 124	4 959 116	5 035 413	5 117 190	4 435 402	3 293 668	4 317 897	4 475 721	4 735 346	4 768 581
15 Lagos	M	-15 474 440	-4 965 205	2 495 748	1 278 210	8 384 997	10 860 428	11 593 891	10 596 073	14 452 907	4 567 395	4 693 552
16 Odivelas	G	2 959 376	9 846 255	1 306 137	5 744 690	1 820 467	7 826 807	6 330 967	8 243 854	11 826 348	11 019 359	4 575 434
17 Beja	M	-1 967 160	-862 867	614 390	-1 949 368	1 722 337	1 421 754	2 378 872	-1 148 881	10 417	-1 508 701	4 398 186
18 Faro	M	-2 686 305	-4 548 624	122 143	-17 023 114	-7 544 400	-1 615 279	-1 391 380	-5 147 750	5 821 116	5 471 463	4 358 098
19 Viana do Castelo	M	1 168 379	437 090	2 478 633	5 097 325	3 389 228	4 442 188	3 400 280	4 070 977	3 023 856	2 794 356	4 313 003
20 Amadora	G	8 494 743	10 140 186	7 021 770	276 827	1 599 728	8 802 912	10 236 556	12 592 442	8 143 299	16 753 447	4 286 622
21 Barcelos	G	-3 797 123	-4 252 252	-8 436 477	-6 954 468	-6 004 709	-6 188 049	-93 309 887	28 585 293	2 678 095	5 306 900	4 184 339
22 Vila Verde	M	-4 174 798	-6 634 014	-3 365 542	-4 371 423	-4 043 515	-3 601 183	-2 321 085	-799 376	-529 460	609 450	4 160 220
23 Guimarães	G	8 762 646	9 281 158	27 317 534	7 202 494	11 398 506	10 601 091	10 900 958	7 440 830	4 183 918	4 985 911	4 077 223
24 Silves	M	855 535	-1 450 937	2 752 525	1 900 141	624 291	3 955 960	5 934 706	4 315 541	4 723 230	4 541 926	3 912 067
25 Leiria	G	6 005 742	7 237 784	13 512 090	13 067 501	11 456 962	18 272 790	25 407 101	20 061 884	16 734 939	11 190 367	3 731 133
26 Vila Nova de Gaia	G	-9 883 453	10 358 425	1 387 627	6 187 745	16 255 315	33 838 519	22 247 966	21 739 135	24 039 151	32 334 711	3 716 839
27 Trofa	M	-6 044 040	-3 270 803	2 050 917	878 736	1 997 899	4 527 232	5 202 019	4 029 648	4 636 444	5 242 495	3 710 359
28 Marco de Canaveses	M	2 734 767	6 596 492	2 886 273	4 287 873	-2 064 121	5 882 052	24 621 497	4 396 864	3 168 740	3 572 252	3 677 820

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
29	Grândola	P	6 924 370	-633 818	-139 672	240 551	2 648 281	1 540 198	2 436 854	8 809 883	5 052 726	2 083 933	3 653 688
30	Loulé	M	-4 811 168	-2 240 645	7 622 647	17 465 322	21 637 544	23 919 802	24 002 322	16 560 623	11 735 429	11 175 439	3 637 234
31	Vila Real	M	16 044	9 160 706	1 655 944	1 114 401	5 358 684	2 274 690	3 750 182	1 176 985	2 367 701	-1 130 297	3 374 206
32	Matosinhos	G	-8 660 627	-9 141 544	-14 575 218	3 206 148	-13 463 890	4 366 947	2 911 874	4 717 508	4 775 955	6 920 150	3 207 176
33	Santa Cruz	M	-6 427 924	-4 384 863	851 436	-373 092	1 570 744	1 163 241	4 285 519	344 590	3 178 159	474 719	3 186 256
34	Ílhavo	M	3 114 429	3 759 294	3 474 558	2 561 901	3 889 606	2 892 535	2 982 336	2 946 632	4 757 311	3 493 569	2 914 665
35	Sines	P	3 737 827	-930 916	829 110	-10 110 002	-4 433 064	-2 793 697	204 611	28 064	3 203 956	1 021 864	2 895 860
36	Vila do Conde	M	11 613 285	-1 762 396	-1 105 878	4 517 015	4 662 754	2 291 351	5 854 069	2 427 691	1 136 630	-281 952	2 849 342
37	Torres Novas	M	1 896 464	534 146	-2 191 854	-626 884	3 038 841	5 215 176	2 154 456	2 363 792	2 848 006	1 149 897	2 762 128
38	Ourique	P	1 319 510	1 418 938	2 144 719	2 018 897	1 643 213	1 451 798	211 509	-609 919	725 688	205 496	2 709 372
39	Olhão	M	-17 344 762	-2 203 264	-2 473 646	-1 689 090	-1 445 284	867 909	3 698 631	510 376	2 130 615	1 583 026	2 609 002
40	Coruche	P	2 676 830	3 207 690	3 305 418	3 610 784	2 690 505	2 562 122	3 365 696	3 005 256	2 642 859	2 628 776	2 514 268
41	Amarante	M	4 334 513	2 567 917	2 121 872	1 182 003	1 329 973	369 340	40 274	-1 363 311	-668 342	1 334 075	2 381 564
42	Paços de Ferreira	M	-10 758 547	-1 809 631	-104 340	-1 266 672	-414 978	1 597 609	2 372 211	2 037 361	1 967 386	1 910 371	2 351 170
43	Braga	G	14 150 015	24 398 218	14 596 043	20 775 354	14 063 920	13 557 662	3 441 277	3 613 567	6 089 092	8 512 846	2 192 771
44	Cadaval	P	329 291	533 267	944 929	42 198	216 379	951 672	2 105 471	1 282 182	844 401	1 096 871	2 192 763
45	Lamego	M	-885 467	-3 967 906	-122 724	93 436	-900 122	-5 901 447	-292 367	-1 294 038	-6 317 807	7 991 007	2 174 388
46	V Nova Famalicão	G	4 854 618	8 940 077	13 267 621	-768 661	10 600 964	2 092 754	10 642 354	2 726 817	1 473 386	6 573 690	2 132 889
47	Lousada	M	3 106 904	2 195 152	3 445 559	1 041 944	553 873	3 829 390	2 174 484	1 350 607	1 178 502	1 889 864	2 130 053
48	Torres Vedras	M	-5 083 273	139 895	2 827 018	4 057 082	5 463 653	4 829 504	6 384 159	6 852 176	6 676 815	5 371 626	2 110 859
49	Santiago do Cacém	M	398 490	-1 517 623	-224 347	342 777	844 812	3 727 837	3 035 115	3 708 033	1 541 688	3 577 893	2 055 117
50	Benavente	M	-1 307 584	-519 904	-277 052	1 090 161	158 040	252 977	781 022	-209 118	463 904	889 592	1 993 704

## R62 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Lisboa	G	161 423 880	117 767 802	402 483 217	9 081 693	15 094 548	193 097 309	58 058 967	82 929 775	51 277 293	133 003 575	-46 826 082
2	Albufeira	M	-15 394 374	-7 240 574	1 441 049	14 067 226	19 121 769	27 011 752	14 294 516	17 171 514	9 265 717	9 851 777	-10 315 010
3	Covilhã	M	-5 602 764	-4 781 343	-4 293 721	-4 515 621	-2 897 435	-3 354 932	-1 804 891	-2 441 906	-1 553 575	-1 531 042	-10 283 211
4	V. Franca de Xira	G	4 847 138	5 957 797	-123 685	-1 121 611	-1 474 730	-994 764	189 703	716 773	8 264 048	60 869	-9 111 587
5	Tavira	M	-5 816 055	-6 602 225	-3 503 458	-3 359 886	-4 631 639	-3 001 478	-5 194 103	-5 071 657	-9 710 839	-4 382 507	-7 857 037
6	Funchal	G	350 383	544 537	1 494 474	-6 983 936	3 880 831	3 469 217	6 312 766	2 993 264	3 320 375	104 001	-7 423 772
7	Oleiros	P	-5 522 887	-5 456 253	-5 877 175	-6 416 340	-6 179 680	-5 776 720	-6 063 977	-7 484 688	-8 408 304	-7 972 888	-7 313 752
8	V. Franca Campo	P	-2 848 324	-1 493 395	387 604	-205 917	197 084	185 348	364 952	-324 664	254 597	510 318	-6 738 391
9	Loures	G	12 315 353	9 673 393	5 758 142	-7 505 174	3 660 359	12 926 868	18 453 859	10 553 758	8 744 045	8 214 956	-5 682 423
10	Setúbal	G	6 072 528	-425 463	6 394 055	5 140 793	17 415 262	16 767 290	4 627 040	6 294 214	632 809	1 002 471	-5 287 202
11	Moura	P	-6 584 249	-4 740 033	-2 424 962	-7 196 519	-6 335 457	-6 150 100	-5 345 126	-5 055 629	-4 931 685	-5 509 132	-4 692 684
12	Ovar	M	1 397 298	2 908 779	3 036 291	4 084 219	1 603 364	-4 114 386	-4 798 146	-5 851 739	-3 657 350	-2 950 943	-4 675 875
13	Felgueiras	M	-5 410 866	-5 161 961	-4 061 300	-4 315 056	-5 875 877	-3 476 453	-4 574 930	-5 201 286	-3 757 354	-1 933 265	-4 325 936
14	Évora	M	-15 651 235	-14 013 178	-10 703 160	-12 706 874	-7 331 402	-4 890 006	-3 337 288	-4 169 343	2 186 031	-3 073 382	-4 002 857

## ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2020

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
15	Figueiró dos Vinhos	P	-4 319 757	-3 143 866	-2 775 852	-2 578 542	-3 758 751	-2 993 344	-2 807 971	-2 410 199	-3 221 426	-3 922 458	-3 625 088
16	Ponta Delgada	M	2 276 196	150 361	1 586 310	115 078	189 251	315 930	2 382 215	1 366 835	-166 589	1 290 592	-3 619 863
17	V. Nova de Poiares	P	-1 989 132	-1 062 319	-733 146	-874 220	-522 911	549 885	415 440	278 539	-108 440	-648 834	-3 172 808
18	Valongo	M	-8 107 841	-7 006 033	-6 098 291	-5 446 739	-2 909 467	-1 760 956	-1 789 182	-1 569 198	7 184 736	304 269	-3 102 388
19	São Pedro do Sul	P	-904 218	353 089	266 422	253 055	978 816	859 678	-281 442	-98 978	-166 720	-527 675	-3 035 387
20	Castro Daire	P	993 239	553 682	783 026	450 469	-128 942	321 568	-720 474	-2 092 658	-1 050 870	-1 499 758	-2 980 536
21	Mesão Frio	P	224 250	-168 902	-709 300	-1 712 579	-831 354	-80 501	-12 304	-80 564	63 136	2 635 909	-2 968 999
22	Horta	P	-2 104 740	-1 626 950	-706 300	-1 095 738	-682 400	-71 416	436 245	-335 774	-91 799	-519 130	-2 818 854
23	Ferreira do Zêzere	P	-3 961 794	-2 398 913	-1 658 460	-1 749 162	-1 924 111	-1 824 479	-1 274 330	-1 371 051	-2 049 937	-1 861 940	-2 788 719
24	Condeixa-a-Nova	P	-973 506	-1 341 886	-927 195	-466 932	-2 067 630	-1 499 353	-3 202 458	-3 341 702	-3 477 635	-1 936 442	-2 722 394
25	Mogadouro	P	-2 317 926	-1 514 354	-912 085	-1 657 588	-3 188 136	-2 637 428	-1 137 663	-2 288 968	-2 493 029	-1 750 784	-2 629 071
26	Azambuja	M	-3 141 137	-1 719 789	203 719	-291 454	-3 591 401	1 811 147	1 606 035	9 191 303	1 877 142	4 793 206	-2 582 989
27	Elvas	M	-1 478 127	559 101	-1 212 896	-7 406 812	-8 761 376	-6 629 879	-4 227 546	-5 863 443	-4 423 762	-3 782 239	-2 532 238
28	Campo Maior	P	-756 689	786 862	583 759	-57 215	-407 829	991 297	365 339	674 749	-123 899	230 974	-2 424 719
29	Vagos	M	-3 642 020	-3 784 368	-1 656 425	-217 988	-2 575 876	-1 990 780	-3 264 704	-2 728 084	-1 754 500	-1 533 437	-2 307 596
30	Praia da Vitória	P	1 421 707	-1 799 627	-1 615 828	-1 179 061	-830 094	-1 102 345	-751 511	-905 834	-65 362	654 562	-2 264 970
31	Peso da Régua	P	-759 387	-9 332 496	-570 501	-5 486 549	-4 299 532	-3 615 054	-3 675 608	-3 881 521	-2 984 766	1 943 472	-2 130 340
32	Vieira do Minho	P	-1 296 968	-900 637	-748 869	-1 574 968	886 494	11 927	136 733	313 784	116 305	-733 352	-2 060 740
33	Ourém	M	-4 816 456	-5 634 633	-5 510 278	-428 023	-1 078 522	-1 979 233	-3 499 275	-4 397 529	712 831	393 035	-2 048 861
34	Porto Santo	P	-1 926 627	-2 092 563	-764 897	-2 371 978	-1 768 604	-196 710	-949 549	-1 344 020	-1 142 493	-165 024	-2 046 028
35	Boticas	P	-733 360	-1 060 303	-570 620	-199 185	-228 475	-549 152	-1 565 737	-2 133 984	-1 148 082	-1 716 043	-2 041 186
36	São Vicente	P	465 730	599 496	-18 734	-1 286 359	1 314 849	433 839	67 504	-1 163 557	-1 953 527	-1 162 114	-1 930 350
37	Monchique	P	-1 127 912	-1 857 814	-1 519 163	-1 686 674	-947 344	-1 087 686	-1 105 882	-1 490 691	-1 679 199	-1 411 343	-1 877 501
38	Serpa	P	2 509 392	959 732	1 747 272	-1 054 492	-3 151 443	-190 049	-1 615 475	-2 338 350	-1 689 719	-1 516 420	-1 853 071
39	Palmela	M	-10 701 458	-5 424 614	-5 132 779	-2 141 760	-2 412 163	-1 401 531	455 123	-1 880 137	1 084 000	2 207 369	-1 838 948
40	Reguengos Monsaraz	P	-222 319	-800 731	-2 080 337	-1 804 443	-1 727 053	-1 162 369	-2 399 860	-2 104 160	-2 285 696	-964 807	-1 833 827
41	Lourinhã	M	-5 534 557	-6 323 727	-4 867 431	-3 629 359	-5 486 163	-1 957 169	-3 946 009	-4 505 823	-2 601 743	-919 923	-1 792 099
42	Câmara de Lobos	M	2 864 402	7 664 775	3 339 372	5 758 557	3 416 786	2 516 947	1 000 082	357 587	111 954	42 778	-1 783 902
43	Batalha	P	-1 338 030	-2 773 838	-2 034 928	-1 948 452	-2 171 951	-1 183 328	-564 252	-977 071	-1 350 512	-1 396 118	-1 748 711
44	Cabeceiras de Basto	P	54 650	1 870 944	1 154 257	40 907	-864 899	-1 260 931	-847 018	-1 441 667	-1 124 358	-1 615 693	-1 642 691
45	Lagoa (Algarve)	M	-5 006 193	-3 806 421	-1 138 892	-251 519	1 941 884	3 880 406	868 323	629 949	1 821 106	1 779 893	-1 623 282
46	Ansião	P	-439 217	129 466	1 052 453	-206 467	919 174	1 300 896	128 303	484 450	101 400	-14 918	-1 611 581
47	Arcos de Valdevez	M	2 566 432	2 869 373	2 667 649	2 843 015	1 694 396	1 036 724	1 317 877	22 907	57 067	-669 186	-1 609 441
48	Alandroal	P	-1 731 153	-1 295 966	-1 465 572	-2 665 392	-1 459 892	179 047	1 160 770	884 922	110 598	-434 406	-1 597 521
49	Belmonte	P	-1 100 248	-994 704	-829 553	-1 700 915	-2 148 453	-2 191 743	-2 133 026	-2 609 391	-1 904 511	-868 359	-1 533 202
50	Redondo	P	-2 297 036	-1 808 664	-1 466 962	-1 695 258	-2 971 156	-1 050 210	-907 495	-1 409 906	-1 697 351	-1 778 224	-1 530 113

### 3.6.4. EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades, excluindo as amortizações, depreciações e imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis, e ainda a função financeira.<sup>105</sup>

A análise do EBITDA é pertinente também no contexto dos municípios, porque é importante evidenciar o resultado proveniente da atividade principal municipal, bem como aproximar a este indicador do Setor Empresarial Local (SEL) para efeitos de análise no todo do Grupo Autárquico.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> O EBITDA traduz-se no resultado operacional antes do valor das amortizações/depreciações, sendo calculado pela seguinte fórmula: Resultados Operacionais + Depreciações e Amortizações + Perdas (líquidas de reversões) por imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis, sendo que os juros suportados líquidos não são contabilizados para efeitos dos resultados operacionais.

<sup>106</sup> Como veremos no Capítulo 4, este é um dos indicadores que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local. Diz o artigo 62.º da Lei 50/2012 que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de dissolução quando se verifique uma das seguintes situações: “Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizadas durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao

No Quadro 3.30 apresenta-se o valor do EBITDA dos municípios, entre 2010 e 2020.

Do quadro verifica-se que, considerando o universo dos municípios, o EBITDA foi sempre positivo, tendo atingido o menor valor em 2010 com crescimento progressivo entre 2016 e 2019. Em 2020 volta a descer ligeiramente, atingindo neste último ano o valor de 1.640,0 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 12% (-226,2 milhões de euros) face ao ano transato.

O peso do EBITA face aos rendimentos operacionais, apesar de não ter apresentado oscilações significativas ao longo da década, atingiu o peso mais alto em 2015, com 26%, tendo seguido uma tendência decrescente desde então, com o menor peso em 2020, 19,8%.

Apresentam-se a seguir o *Ranking* R63 com os 50 municípios com melhor EBITDA e o *Ranking* R64 com os 50 municípios com pior EBITDA no ano de 2020.

mesmo, o valor correspondente às amortizações e às depreciações, é negativo; d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo (...).”

Nota:

Tendo grande parte dos municípios constituído empresas municipais para as quais delegou competências que lhe são próprias e que, por isso, desempenham um papel importante na vida do cidadão, contribuinte líquido para o Estado e para a Autarquia, faz sentido avaliar o indicador que pode determinar a manutenção ou a extinção das sociedades comerciais/empresas locais criadas pelo município.

Quadro 3.30 – Evolução do indicador EBITDA

Unidade: milhões de euros

EBITDA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EBITDA	1 223,9	1 295,2	1 795,8	1 309,5	1 415,6	1 887,5	1 653,6	1 704,8	1 752,2	1 866,1	1 640,0
Proveitos (Rendimentos) operacionais	7 148,1	6 894,8	7 066,2	6 745,0	6 877,4	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	8 266,8
EBITDA/Proveitos(Rendimentos) operacionais	17,1%	18,8%	25,4%	19,4%	20,6%	26,0%	22,2%	21,8%	21,7%	22,0%	19,8%

## R63 – Municípios com melhor EBITDA em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	Porto	G	38 436 451	40 987 122	36 642 995	39 691 279	41 784 313	46 644 145	43 749 288	48 614 925	71 631 300	73 483 849	58 835 032
2	Lisboa	G	199 842 589	171 015 371	453 391 578	53 234 112	55 359 305	235 329 875	113 268 152	146 687 909	148 984 668	210 089 764	41 141 265
3	Cascais	G	14 039 657	9 309 579	5 252 694	7 933 959	19 807 634	25 179 787	33 931 259	42 398 498	67 664 918	52 834 632	35 189 905
4	Maia	G	22 445 756	15 642 782	18 729 467	14 700 917	16 219 396	22 794 183	28 840 738	21 612 612	30 562 187	28 812 252	31 983 283
5	Sintra	G	23 803 922	28 510 704	38 190 759	29 658 317	36 205 025	37 813 297	38 675 812	41 545 193	34 868 915	51 826 690	30 361 684
6	Vila Nova de Gaia	G	5 621 711	28 638 271	20 312 163	23 557 081	37 331 705	60 842 918	39 635 740	38 262 095	41 838 901	49 823 047	29 789 807
7	Aveiro	M	-4 768 152	6 684 022	11 119 152	8 006 252	5 684 551	20 052 970	25 292 882	14 949 597	28 084 103	20 791 518	27 522 205
8	Gondomar	G	13 162 274	19 237 335	16 256 178	12 216 252	6 218 162	10 037 373	16 716 772	17 073 909	18 660 939	40 511 847	24 240 499
9	Matosinhos	G	17 918 630	18 958 585	11 049 953	28 771 129	13 649 734	32 121 121	30 678 520	29 711 999	24 759 779	25 760 092	24 149 890
10	Sta. Maria da Feira	G	24 215 818	9 409 604	17 768 564	20 159 509	17 723 554	19 044 396	19 597 607	20 490 953	24 761 457	22 927 827	23 374 925
11	Loulé	M	2 030 450	4 751 670	15 018 719	23 796 851	28 078 258	32 796 075	32 102 094	24 618 112	21 770 095	21 581 771	21 486 736
12	Guimarães	G	20 974 085	22 317 516	42 033 552	23 383 344	28 030 319	27 558 469	28 633 435	24 850 508	19 255 576	20 360 414	19 680 819
13	Braga	G	19 682 762	27 903 073	19 325 686	25 168 209	21 098 756	20 072 789	13 713 725	11 889 768	14 316 508	17 488 779	18 023 020
14	Paredes	M	18 528 541	11 924 247	19 622 696	10 484 980	9 868 438	14 367 186	8 103 376	10 507 477	14 696 353	13 917 038	17 119 066
15	Leiria	G	7 770 213	9 006 325	14 608 333	12 005 812	13 379 242	20 034 782	27 679 809	25 539 786	23 253 074	18 671 866	16 829 348
16	Castelo Branco	M	22 879 186	20 868 295	21 415 109	9 680 795	8 713 292	12 323 228	15 189 523	16 734 788	14 537 867	14 110 708	16 770 075
17	Oeiras	G	17 903 529	15 125 858	20 223 576	30 762 791	13 648 634	54 737 841	27 801 626	49 692 288	31 354 518	34 831 502	16 520 504
18	Seixal	G	13 926 690	17 827 878	11 266 807	7 789 226	3 504 797	17 995 262	17 967 307	22 041 349	16 757 322	20 604 889	16 077 787
19	Amadora	G	15 703 541	14 715 957	12 203 118	6 134 965	7 991 789	15 295 316	16 994 678	19 703 460	14 894 649	24 103 040	16 024 623
20	Pombal	M	8 606 033	10 891 670	8 032 873	11 017 952	11 637 457	12 491 369	12 511 836	12 887 707	12 802 359	11 485 365	15 667 824
21	Oliveira de Azeméis	M	6 244 206	7 431 701	10 045 863	7 555 480	8 846 080	9 757 463	9 472 619	8 810 666	10 987 669	14 844 075	15 649 186
22	Vila do Conde	M	19 311 906	5 022 220	7 552 603	13 618 988	15 202 411	14 322 929	16 531 191	12 354 342	11 097 829	10 065 920	14 365 452
23	Mafra	M	6 904 969	9 852 490	11 197 187	9 973 706	10 504 894	18 134 683	13 482 741	15 734 945	6 345 339	16 118 851	14 067 748
24	Odivelas	G	3 991 226	9 486 201	3 277 951	3 551 007	1 953 183	7 153 625	5 476 381	7 070 354	11 239 284	10 756 173	13 827 614
25	Póvoa de Varzim	M	11 250 560	10 347 075	10 882 657	10 103 841	8 342 612	10 227 727	11 697 715	9 898 671	11 232 250	7 692 983	13 559 535
26	Portimão	M	-27 217 564	-9 795 697	3 292 977	7 588 523	4 603 266	17 194 001	16 751 204	25 718 347	24 083 541	12 645 721	13 037 791
27	Viana do Castelo	M	4 389 465	3 717 176	6 017 809	8 572 323	7 102 038	10 334 472	9 098 283	9 706 833	9 087 562	9 074 076	12 989 583
28	Coimbra	G	3 125 191	5 240 056	8 480 758	5 184 618	6 075 153	3 878 059	5 201 756	4 995 925	6 847 940	5 028 610	12 576 597
29	Covilhã	M	7 916 540	8 959 613	9 120 295	8 332 117	9 847 218	9 385 105	10 880 191	10 203 553	12 062 440	11 837 634	12 543 535
30	Barcelos	G	9 695 526	10 443 795	5 814 554	7 751 703	8 874 851	11 149 227	-79 275 733	37 026 724	11 851 240	17 176 896	12 393 968
31	V. Nova Famalicão	G	12 748 698	16 862 145	21 417 169	8 030 892	19 859 870	11 505 107	14 633 895	10 934 906	10 096 483	15 628 777	12 046 776
32	Figueira da Foz	M	2 946 150	5 827 429	8 007 591	11 597 036	10 999 172	10 160 788	12 300 091	9 956 813	9 732 313	3 076 933	11 552 658
33	Almada	G	6 673 442	12 522 890	8 615 163	4 684 556	8 051 823	10 500 988	5 187 185	6 207 414	15 260 799	11 078 841	11 481 975
34	Alenquer	M	3 505 060	1 732 603	3 578 399	2 998 584	7 726 729	4 821 358	6 948 455	6 342 776	5 585 645	6 914 931	11 321 769
35	Valongo	M	1 413 424	3 686 808	4 558 682	4 665 601	6 829 414	7 921 358	7 729 494	7 868 542	16 125 409	8 271 089	10 859 439
36	Faro	M	1 124 241	-87 531	8 848 033	4 125 708	9 933 910	15 049 649	14 098 566	9 543 830	11 512 099	11 322 178	10 659 512

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
37	Penafiel	M	6 885 201	11 097 948	7 486 337	5 905 253	7 557 179	5 936 710	8 645 519	6 586 208	7 804 377	11 207 981	10 211 071
38	Moita	M	5 285 298	6 231 871	6 390 186	5 739 889	8 087 827	4 346 208	5 116 949	5 269 050	3 237 416	4 840 140	10 047 512
39	Vila Verde	M	6 132 391	3 676 276	6 909 025	5 832 403	5 881 627	6 501 487	6 748 925	7 633 490	5 951 703	6 731 006	9 965 321
40	Vila Real	M	4 108 688	8 247 183	6 655 479	6 009 007	10 245 644	6 572 400	8 302 262	5 750 143	7 304 892	4 027 422	9 718 200
41	Ourém	M	4 353 896	4 348 050	4 378 456	9 268 333	8 825 248	7 937 234	6 098 441	5 364 385	10 168 251	9 603 368	9 621 011
42	Viseu	M	3 724 347	8 588 692	13 027 559	7 787 808	12 867 755	6 425 525	10 141 777	7 181 846	1 354 988	5 986 353	9 530 712
43	Lagos	M	-10 510 805	189 856	7 725 672	6 104 147	13 658 243	15 927 425	16 181 616	15 466 923	19 822 674	8 232 319	9 328 457
44	Beja	M	2 260 630	3 603 442	4 940 318	2 999 184	5 938 976	4 056 122	7 201 214	3 617 204	4 674 160	3 430 722	9 160 355
45	Fundão	M	5 028 686	7 267 745	7 732 005	7 901 659	7 600 850	10 203 086	6 781 921	6 525 611	5 519 951	6 194 856	8 818 370
46	Setúbal	G	12 747 619	6 582 516	13 816 200	13 264 382	24 940 164	25 713 682	12 709 213	14 617 828	8 769 788	10 127 203	8 588 037
47	Bragança	M	5 666 569	6 165 934	6 176 298	6 122 437	6 484 396	8 615 736	7 048 245	5 300 117	6 631 650	3 285 669	8 551 926
48	Ponta Delgada	M	9 459 113	8 100 484	9 772 912	7 669 333	7 626 149	8 320 355	9 318 440	9 035 655	8 081 617	9 019 238	8 466 173
49	Santarém	M	1 908 586	-5 514 223	8 561 988	9 604 251	10 072 096	8 673 716	8 760 042	6 233 145	8 634 495	5 987 893	8 430 238
50	Chaves	M	5 777 231	-7 326 136	7 733 720	-1 463 564	11 901 744	8 676 803	8 582 686	8 141 440	9 836 985	10 636 316	8 427 938

## R64 – Municípios com pior EBITDA em 2020

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021			
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	V. Franca do Campo	P	173 123	1 904 778	4 560 491	3 575 415	3 902 313	3 803 061	3 848 788	3 306 044	3 775 903	4 096 110	-2 662 525
2	Barrancos	P	245 858	615 401	574 046	418 653	334 064	334 181	469 564	401 291	374 781	535 261	54 053
3	Freixo Espada à Cinta	P	1 247 188	1 205 121	1 043 063	1 297 725	2 455 371	2 662 768	1 559 531	1 311 957	1 663 351	1 050 522	209 157
4	Monforte	P	496 688	878 858	822 238	534 757	741 735	793 392	513 961	263 238	595 214	-657 179	382 709
5	Azambuja	M	-310 435	1 207 803	4 495 929	2 434 564	-398 981	4 526 121	4 325 501	11 764 696	4 445 633	7 397 714	445 244
6	Alvito	P	591 860	639 707	873 785	909 204	786 567	880 095	1 176 998	1 120 209	1 354 254	180 763	451 548
7	Marvão	P	1 304 565	1 789 007	938 080	998 441	-497 511	1 631 968	1 570 546	1 396 709	1 102 717	570 972	475 034
8	Sardoal	P	972 766	1 392 526	1 435 719	870 928	965 520	853 987	1 042 853	1 176 926	37 416	883 793	495 429
9	Lajes das Flores	P	1 067 444	787 987	1 228 297	541 149	1 380 469	755 127	1 380 469	254 314	816 720	810 334	509 337
10	Cuba	P	346 474	1 153 949	1 008 912	782 262	460 899	849 185	644 869	564 691	832 197	172 187	518 306
11	Praia da Vitória	P	4 733 969	1 901 817	2 235 997	2 711 245	2 701 670	2 452 029	2 104 855	1 806 620	2 348 777	2 980 373	553 374
12	Sta. Cruz das Flores	P	454 255	1 325 557	839 970	756 302	798 465	635 377	760 447	1 017 006	965 381	1 224 226	567 516
13	Carrazeda de Ansiães	P	2 980 138	4 936 725	4 388 302	3 793 816	2 883 240	1 963 263	2 248 911	2 763 642	2 409 712	1 824 866	618 046
14	Gavião	P	2 328 509	2 320 235	2 061 617	1 547 330	1 358 953	1 477 350	773 902	953 772	1 227 845	870 718	634 990
15	São Pedro do Sul	P	835 586	1 716 610	1 775 873	1 683 383	4 242 031	4 181 384	3 106 480	3 196 437	3 210 451	3 053 898	673 404
16	Castanheira de Pera	P	1 327 749	2 011 103	1 688 250	1 639 553	1 648 031	2 194 645	2 608 680	2 140 187	1 657 882	1 746 797	708 312
17	Corvo	P	995 886	952 355	826 963	955 356	907 366	1 059 990	965 389	851 456	781 820	1 117 073	726 754
18	Vila do Porto	P	968 621	655 861	484 554	712 276	1 453 009	1 081 534	1 117 879	532 575	981 338	1 226 353	805 675

## ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2020

	Município	Dim.	Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021		
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
19	Redondo	P	-222 088	248 342	692 215	73 306	-932 006	963 718	1 010 112	409 537	78 248	-74 233	813 765
20	Alfândega da Fé	P	1 378 973	1 832 086	1 307 990	2 901 094	1 459 369	2 325 748	1 284 723	1 170 993	1 701 607	501 581	817 853
21	Góis	P	1 550 622	701 867	1 281 788	1 126 225	844 954	647 128	476 743	389 823	393 379	15 984	821 892
22	Vidigueira	P	1 490 222	1 409 011	1 020 774	1 104 404	1 290 604	1 231 793	329 314	1 020 933	562 266	614 205	838 952
23	Aljustrel	P	1 659 609	1 539 435	2 393 076	1 572 386	1 501 244	2 084 614	2 567 595	1 751 224	2 407 417	1 841 074	840 071
24	Albufeira	M	-7 017 830	222 838	8 906 718	21 035 775	29 649 902	33 681 399	20 364 317	22 926 093	16 547 577	15 676 219	891 113
25	São Roque do Pico	P	1 234 461	1 063 362	850 660	964 149	795 956	1 107 868	1 442 522	1 341 490	850 574	1 459 169	892 410
26	Figueiró dos Vinhos	P	-118 286	1 000 676	1 302 310	1 317 653	98 063	654 534	562 247	964 249	206 440	-541 134	893 064
27	Mourão	P	56 719	160 317	-868 561	980 076	507 051	761 466	1 449 802	1 130 002	1 594 118	1 415 433	938 634
28	Mesão Frio	P	1 428 020	1 502 969	2 019 395	1 203 789	761 734	1 453 449	1 323 665	1 255 867	1 288 471	3 838 419	950 229
29	Penela	P	1 342 345	1 783 704	1 768 509	1 377 112	904 202	1 693 970	1 604 724	1 377 675	901 977	1 432 111	958 767
30	Penacova	P	2 766 298	2 200 686	1 915 059	1 833 438	1 603 430	1 444 170	930 389	873 926	298 136	2 053 713	985 493
31	Tarouca	P	192 650	560 752	1 202 380	1 433 528	1 759 463	2 151 933	1 766 240	1 933 234	1 216 995	1 002 342	1 028 949
32	Mira	P	2 267 111	1 838 167	2 289 575	101 976	1 774 271	2 010 919	912 428	2 516 776	949 901	3 725 369	1 104 690
33	Alter do Chão	P	411 028	1 238 883	1 711 073	988 840	759 900	1 489 966	875 407	693 784	1 483 164	1 683 341	1 106 465
34	Castelo de Vide	P	1 101 740	1 227 864	1 133 004	484 421	827 633	1 078 627	1 138 309	729 030	753 459	911 466	1 142 622
35	Golegã	P	1 299 164	1 303 905	1 110 941	982 161	762 292	1 258 026	1 005 539	1 068 036	1 231 380	1 132 355	1 146 058
36	Viana do Alentejo	P	913 018	1 074 931	991 099	1 325 800	662 782	1 560 165	1 596 716	649 357	1 425 404	1 007 737	1 147 022
37	Alandroal	P	709 824	740 255	347 846	-728 760	797 989	1 711 098	2 599 766	2 334 039	2 113 727	1 918 673	1 159 531
38	Belmonte	P	1 818 315	1 991 578	2 065 125	1 136 367	646 109	581 701	247 998	-420 453	95 590	962 529	1 177 335
39	Carregal do Sal	P	1 434 447	1 053 976	895 460	1 039 632	1 075 320	2 346 382	1 862 479	1 354 095	1 243 306	925 810	1 193 383
40	Sta Cruz da Graciosa	P	673 108	972 043	1 054 965	1 336 423	1 184 777	1 475 199	1 511 624	1 235 923	1 246 574	1 264 588	1 198 310
41	Castro Verde	P	2 024 368	3 125 487	2 538 608	2 585 905	1 131 004	1 397 704	624 804	1 087 154	1 386 892	2 020 310	1 199 746
42	Pedrógão Grande	P	1 728 235	1 721 836	2 717 309	2 277 193	1 362 804	1 506 940	2 025 980	2 617 661	1 255 864	784 198	1 217 599
43	Avis	P	1 043 352	528 753	908 389	1 389 620	825 085	1 533 417	1 501 957	1 631 258	1 325 519	1 494 223	1 229 370
44	V Nova da Barquinha	P	1 342 955	1 374 840	1 852 613	1 649 089	1 608 833	1 517 569	1 280 341	930 768	996 700	1 164 879	1 232 112
45	Vila de Rei	P	2 034 757	1 774 867	2 014 192	1 444 876	1 496 840	1 691 810	1 574 257	1 283 502	1 312 015	1 346 616	1 280 933
46	Murça	P	2 050 739	487 420	2 110 255	2 486 361	1 878 891	2 200 985	1 502 361	1 657 700	2 431 660	4 955 031	1 314 786
47	Sta. Marta Penaguião	P	1 358 440	1 180 792	1 317 701	2 033 548	1 902 862	1 108 404	1 051 828	812 324	387 549	4 170 570	1 320 898
48	Monchique	P	2 341 138	1 604 830	2 014 366	1 613 166	2 302 420	1 958 721	1 980 495	1 637 092	1 019 227	1 248 330	1 323 902
49	Ferreira do Alentejo	P	1 169 320	1 774 401	1 051 934	933 960	-264 302	1 495 337	2 217 830	1 085 057	2 039 640	1 974 434	1 379 053
50	Arruda dos Vinhos	P	90 945	228 744	1 206 726	1 299 429	1 539 202	1 403 525	1 273 071	1 055 028	1 348 581	1 746 229	1 379 909

## CAPÍTULO 4.

# O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS

### Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação económico-financeira do setor empresarial local (designado por SEL), constituído por entidades de natureza empresarial<sup>107</sup>, incluindo as empresas municipais (designados por EM's) e serviços municipalizados<sup>108</sup> (designados por SM's), relativa a 2020. Esta análise realiza-se autonomamente em relação a cada um destes setores do universo empresarial municipal.

Neste anuário, devido à ausência de informação sobre consolidação de contas à data de elaboração do mesmo, não se apresentará um ponto autónomo com a análise das contas dos grupos autárquicos, ou seja, dos municípios com empresas e/ou serviços municipalizados.

### EMPRESAS MUNICIPAIS - EM's

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2011 e 2020, uma vez que o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) só começou a aplicar-se ao SEL a partir de 2010, permitindo, desde então, a comparação de dados financeiros destas empresas, qualquer que seja o setor de atividade em que atuem.

Para o ano económico de 2020, das 161 EM's existentes, foi obtida e tratada informação de 159 entidades empresariais locais<sup>109</sup>, representando

99% do setor. Todavia, para efeitos de comparação de valores entre 2011 e 2020, apenas se consideraram 142 entidades empresariais, pois apenas para este número se obteve informação consistente e homóloga suscetível de comparabilidade.

Para a elaboração deste capítulo, foi feito o levantamento do número de EM's que se encontravam em processo de dissolução no decorrer de 2020 e verificou-se que 5 das mesmas se extinguíram antes do final do ano económico, facto pelo qual não constaram da análise realizada.

### SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - SM's

No presente capítulo, analisam-se, também, embora separadamente, as contas dos 23 SM's, ou seja, 100% da totalidade dos SM's existentes à data de dezembro de 2020.

A análise autonomizada deste setor empresarial local tem por fundamento o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos dos SM's, uma vez que, o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não lhes é aplicado, continuando os mesmos a utilizar o POCAL até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas (SNC-AP), que aconteceu em janeiro de 2020.

<sup>107</sup> Constituídas por empresas municipais, sociedades anónimas, sociedades por quotas e entidades intermunicipais.

<sup>108</sup> Embora não sejam consideradas, do ponto de vista jurídico, setor empresarial local, pois fazem parte da estrutura administrativa das autarquias com serviços com autonomia de gestão, entendeu-se que, pelo caráter empresarial que assumem, integrá-los no SEL.

<sup>109</sup> Parte da informação económico-financeira das 159 entidades do setor empresarial local foi cedida pelo Tribunal de Contas, que permitiu o acesso ao balanço e à demonstração dos resultados das contas de que dispunha à data de agosto de 2021. Esta recolha permitiu obter informação económico-financeira acerca de 80% das entidades analisadas. A restante informação econó-

mico-financeira foi recolhida nas páginas eletrónicas das entidades. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 2 empresas do universo de 161 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2020. No anexo I, apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes, tanto dos municípios como das respetivas EM's e dos respetivos SM's.

## COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO<sup>110</sup>

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, Lei Financeira das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, identifica, no seu artigo 54.º - Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total, as cooperativas de interesse público como entidades enquadráveis para efeitos do cálculo do limite da dívida dos municípios, bem como as condições em que as mesmas relevam:

...

d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;

e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município.

Assim, as cooperativas com participação maioritária dos municípios deveriam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I. No entanto, as suas contas ainda não constam dos elementos

<sup>110</sup> O artigo 6.º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, define as cooperativas de interesse público como "pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos".

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º Cooperativas

1 - Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.

2 - As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.

3 - O disposto nos capítulos iii e vi aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL<sup>111</sup>. A ausência de informação financeira e o desconhecimento das contas das cooperativas de interesse público em que os municípios exercem, de forma direta ou indireta, uma influência dominante, inviabilizou, portanto, a sua inclusão na análise deste anuário, bem como a inclusão de informação financeira a seu respeito no citado anexo I.

## 4.1. Setor Empresarial Local

### 4.1.1. Introdução

Analisa-se neste ponto do anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL<sup>112</sup>, reportados ao final do ano de 2020 no universo de 161 entidades<sup>113</sup>, sendo que 123 são EM's ou entidades empresariais locais, 6 são sociedades anónimas, 3 são sociedades por quotas e 29 são entidades intermunicipais.

A informação económico-financeira apresentada agrega para o ano económico de 2020 os valores de 159 entidades das 161 entidades suprarreferidas, uma vez que não foi possível obter informação financeira de uma empresa municipal e de uma empresa intermunicipal, conforme exposto no Quadro 4.01. Representando estas 159 entidades empresariais de natureza local 99% das entidades empresariais existentes, consideram-se os resultados da análise global da informação financeira prestada pelas mesmas suficientemente fiáveis e tradutores da situação económico-financeira extensiva a todo o universo do SEL. Sempre que se entendeu oportuno, analisou-se a evolução financeira do SEL no período entre 2011 e 2020, embora a situação mais frequente seja a comparação com valores do ano precedente.

<sup>111</sup> Na página eletrónica da DGAL, ainda não é feita referência àquelas cooperativas (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>).

<sup>112</sup> Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

<sup>113</sup> Não estão aqui incluídos os SM's, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não tem permitido proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais. Decidiu-se que, neste ano de 2020, se matinha esta separação de análise, com vista a manter-se um histórico relevante.

Quadro 4.01 - Entidades sem informação financeira disponível em 2020

	Entidade	Município	Situação
1	Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	Sem informação
2	MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	Associação de Municípios do Vale do Minho	Sem informação

Quadro 4.02 - Entidades que se extinguíram em 2020

	Entidade	Município	Situação
1	Terras da Beira Baixa, Soc. Desenvolvimento Agro Industrial de C. Branco	Castelo Branco	Dissolvida
2	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	Dissolvida
3	Azores Parque	Ponta Delgada	Dissolvida
4	EMARVR - EM de Água e Resíduos de Vila Real	Vila Real	Fusão em outra empresa
5	EMPET - Parques Empresariais de Tavira	Tavira	Dissolvida

Quadro 4.03 - Entidades constituídas em 2020

	Entidade	Municípios	Data de constituição
1	Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A.	Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel	29/09/2020
2	Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A.	Gouveia, Oliveira da Estrela e Seia	31/07/2020

Face à reestruturação do SEL desde 2011<sup>14</sup>, com extinção de entidades e fusão de outras entidades, as EM's extintas no decorrer do ano de 2020, e assinaladas no Quadro 4.02, não constam da análise financeira do SEL efetuada para o presente ano económico.

<sup>14</sup> No anuário de 2011, já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção, mas foi realmente a partir de 2013 que se tornou significativo o número de entidades empresariais extintas, tendo continuado a dissolução de algumas delas nos anos subsequentes, inclusive no ano económico em análise.

No Quadro 4.03, apresenta-se o número de entidades empresariais constituídas em 2020.

No Quadro 4.04, apresenta-se, por ano económico, o número de entidades empresariais dissolvidas ou fundidas entre 2011 e 2020.

**Quadro 4.04 - Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2020**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
N.º total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176	168	163	163	161
N.º de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185	174	163	158	154	159
N.º de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11	12	8	5	4
N.º de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0	0	0	0	1
Nº de entidades constituídas	2	0	0	0	0	0	2	2	5	2

Do quadro anterior, pode-se concluir que, entre 2011 e 2020, o número de entidades do SEL baixou 45,6%, diminuindo em 135 o número de entidades existentes.

No presente anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do balanço e da demonstração dos resultados relativos ao conjunto de 159<sup>15</sup> entidades do SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2020, em relação às quais foi possível obter informação financeira.

Dado que, relativamente a 17 das 159 entidades com informação disponível para o ano económico de 2020, não se dispôs de informação financeira para os anos compreendidos entre 2011 e 2020, para efeitos de comparabilidade de valores referentes a este período, consideraram-se os montantes totais de 142 empresas (88,2% de todo o SEL), por se dispor de informação económico-financeira completa das mesmas, para os referidos anos<sup>16</sup>.

Entendeu-se que o volume de informação prestado pelas 142 entidades empresariais será uma amostra suficiente e fiável para o conhecimento e compreensão da evolução económico-financeira do SEL entre 2011

e 2020, considerando-se pouco relevante, para efeitos de análise global do setor, a ausência de informação das referidas 17<sup>17</sup> entidades empresariais.

#### 4.1.2. Grandes agregados do balanço das entidades do SEL

No Gráfico 4.01, apresenta-se o volume total dos principais agregados do balanço global das entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira homogénea entre 2011 e 2020.

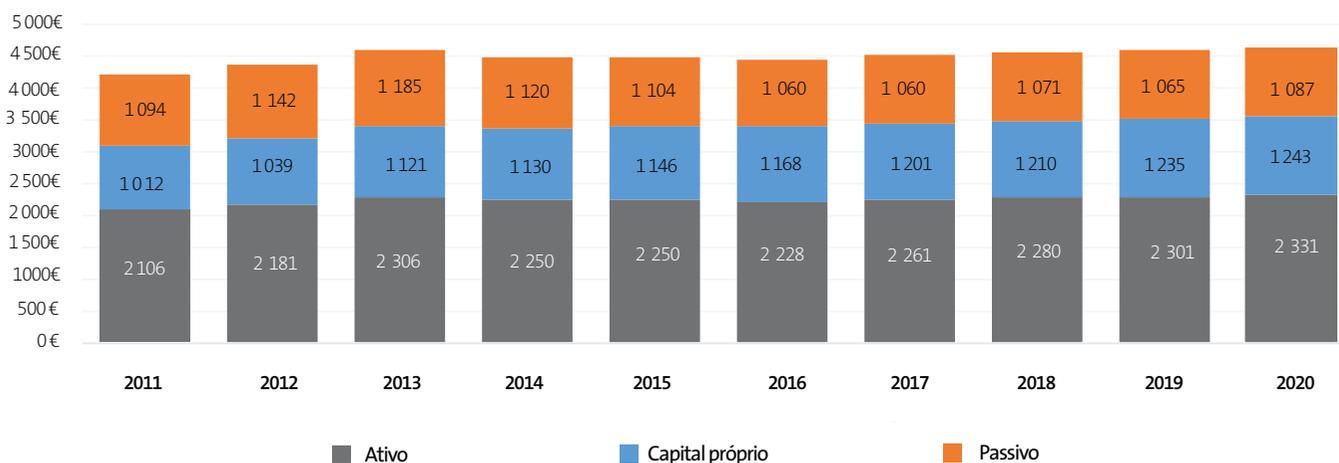
O Quadro 4.05 apresenta o valor das componentes do balanço das entidades do SEL analisadas em 2020, bem como o respetivo peso das componentes do Ativo e do Passivo.

<sup>15</sup> Como referido no texto de apresentação deste capítulo, para efeitos de análise da situação económico-financeira do SEL relativo ao ano de 2020, considerou-se suficientemente representativos os valores obtidos dos relatórios financeiros disponibilizados pelas 159 entidades empresariais (98,8% das empresas do setor), desvalorizando-se, para efeitos de análise global, a ausência de dados das 2 empresas que não enviaram em tempo regulamentar ao Tribunal de Contas a informação financeira exigível, nem a disponibilizaram na respetiva página eletrónica.

<sup>16</sup> De igual modo, se procedeu em anos anteriores, isto é, a análise comparativa para um número alargado de anos apenas foi considerada para o conjunto de empresas que apresentaram no período em análise informação económico-financeira homogénea.

<sup>17</sup> 5 entidades foram dissolvidas.

Gráfico 4.01 - Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (142 entidades)

Quadro 4.05 - Ativo, Passivo e Capital Próprio das 159 entidades do SEL<sup>118</sup> em 2020 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias

Unidade: euros

Componentes do balanço	SEL (159)		Municípios (308)		Peso SEL / municípios
	Valor	%	Valor	%	%
Ativo não corrente	2 075 672 395	76%	38 041 734 173	88%	5,5%
Ativo corrente	651 283 731	24%	5 197 182 981	12%	12,5%
<b>Total Ativo</b>	<b>2 726 956 127</b>	--	<b>43 238 917 154</b>	--	<b>6,3%</b>
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	632 484 501	51%	4 207 317 831	69%	15,0%
Passivo exigível não corrente	546 335 568	44%	2 737 802 479	45%	20,0%
Passivo corrente (curto prazo)	605 788 750	49%	1 904 457 151	31%	31,8%
Passivo exigível corrente	526 757 404	43%	1 576 683 968	26%	33,4%
<b>Total Passivo Exigível</b>	<b>1 073 092 972</b>	<b>87%</b>	<b>4 314 486 447</b>	<b>71%</b>	<b>24,9%</b>
Passivo exigível/ativo total	39,4%	--	10,0%	--	--
<b>Total Passivo</b>	<b>1 238 273 251</b>	<b>45%</b>	<b>6 111 774 982</b>	<b>14%</b>	<b>20,3%</b>
Capital Próprio + Rendimentos diferidos	1 488 682 876	55%	37 127 142 172	86%	4,0%
<b>Capital Próprio + Passivo</b>	<b>2 726 956 127</b>	--	<b>43 238 917 154</b>	--	<b>6,3%</b>

<sup>118</sup> Aqui, retomamos a análise com os dados das 159 empresas, pois apenas analisamos e comparamos os dados financeiros de 2020. Recordamos que não obtivemos dados da necessária informação económico financeira relativa a 2020 de 2 empresas, apesar de todas as entidades empresariais do setor estarem obrigadas a enviar ao Tribunal de Contas, dentro do prazo estipulado, os relatórios de gestão e os mapas de prestação de contas.

Da observação do Quadro 4.05, conclui-se, em relação ao ano económico de 2020:

- As 159 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um **Ativo global** de 2.727,0 milhões de euros, constituído em 76% por ativos não correntes. O **Passivo**, contabilizado em 1.238,3 milhões de euros, manteve a preponderância do Passivo não corrente (Passivo de mlp) sobre o Passivo corrente em +2pp;
- Comparando o valor do Ativo total do SEL (2.727,0 milhões de euros) com o Ativo total dos 308 municípios (43.238,9 milhões de euros), pode-se concluir que aquele representou 6,3% deste;
- Quanto à comparabilidade do **Passivo exigível** do SEL com o Passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.073,1 milhões de euros (+9,2% que no ano transato), representou 24,9% do Passivo exigível do universo dos municípios (4.314,5 milhões de euros);
- Face aos números apresentados, será de relevar que, em 2020,

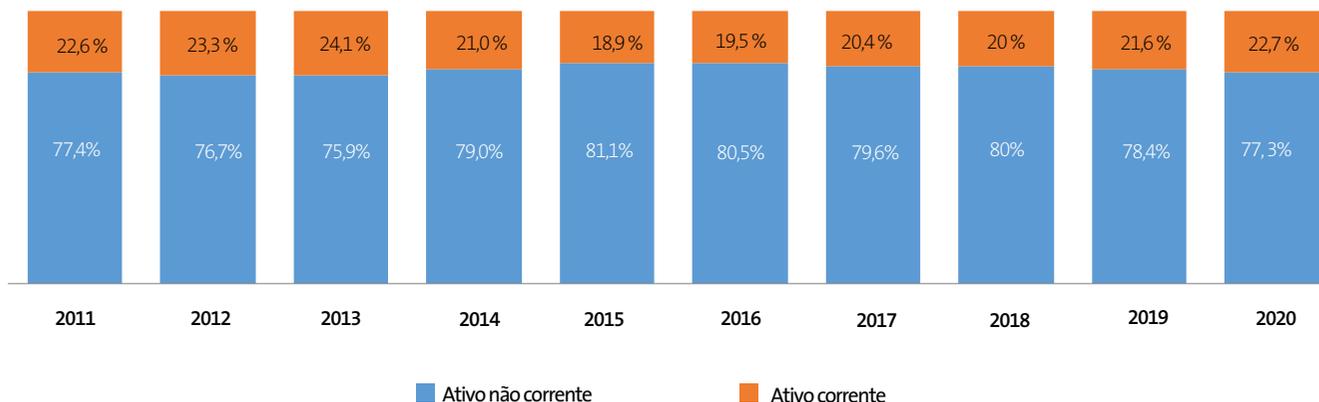
o Passivo exigível do SEL cresceu 9,2% enquanto, no mesmo ano económico, o Passivo exigível dos 308 municípios cresceu 10,2%.

#### 4.1.2.1. Estrutura e evolução do Ativo não corrente

– O gráfico a seguir apresentado esquematiza a evolução do peso do Ativo corrente e do Ativo não corrente no Ativo total, entre 2011 e 2020, para as 142 entidades com informação financeira para este intervalo de tempo, sendo de salientar que o peso do Ativo não corrente continua bastante mais preponderante no cômputo do Ativo total. Mais se anota que, em 2020, o valor do **Ativo não corrente**, para este universo de entidades, baixou 1,3pp, baixando, também, o seu peso relativo no Ativo total em 2pp.

No Quadro 4.06, apresenta-se a estrutura do Ativo não corrente no universo SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2020.

Gráfico 4.02 - Estrutura do Ativo - 2011 a 2020 (142 entidades)



Quadro 4.06 - Evolução do Ativo não corrente das 142 entidades empresariais analisadas

Unidade: milhares de euros

Componentes do Ativo não corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Ativos fixos tangíveis	1 250 933	1 248 148	1 269 440	1 315 730	1 375 608	1 365 737	1 381 915	1 386 976	1 395 124	1 439 942	3,2%
Ativos fixos tangíveis em curso	55	14 535	21 290	24 008	23 934	311	435	0	0	0	--
Propriedades de investimento	97 723	98 683	138 879	125 979	126 148	124 762	126 022	126 675	133 346	94 340	-29,3%
Goodwill	17	15	0	0	15	14	57	51	44	39	-13,0%
Ativos intangíveis	220 129	246 266	244 905	253 622	251 875	248 344	240 005	224 977	224 639	215 735	-4,0%
Ativos biológicos	170	205	358	344	130	200	232	213	205	137	-33,1%
Participações financeiras - MEP	27 880	34 747	26 204	19 460	19 816	18 388	19 520	19 292	18 694	17 838	-4,6%
Participações financeiras - Outros métodos	893	841	66	13	7	5	8	2	4	1	-71,6%
Acionistas/Sócios	695	464	10 759	13 747	16 100	16 101	16 100	16 100	16 100	15 975	-0,8%
Outros ativos financeiros	8 475	22 322	19 108	20 265	8 172	8 380	8 419	6 798	8 104	13 385	65,2%
Ativos por impostos diferidos	5 303	5 571	5 394	3 266	2 406	3 272	2 648	2 244	2 332	2 768	18,7%
Outras contas a receber	18 484	207	13 863	0	0	6 970	3 930	41 019	4 597	2 153	-53,2%
<b>Total do Ativo não corrente</b>	<b>1 630 758</b>	<b>1 672 005</b>	<b>1 750 266</b>	<b>1 776 434</b>	<b>1 824 209</b>	<b>1 792 483</b>	<b>1 799 291</b>	<b>1 824 348</b>	<b>1 803 189</b>	<b>1 802 312</b>	<b>-0,05%</b>

Da análise do quadro anterior, conclui-se, sobre a constituição e evolução do Ativo não corrente das entidades do SEL analisadas em 2020:

- 79,9% do Ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis** no total de 1.439,9 milhões de euros, tendo aumentado 3,2% (+44,8 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de notar que 49,3% do valor dos ativos fixos tangíveis é justificado por 8 EM's, que apresentaram valores superiores a 50 milhões de euros. Releva assinalar que é possível que haja uma relação entre o aumento de 3,2% e a implementação da noção de controlo dos ativos, presente na Estrutura Concetual da Informação Financeira Pública do SNC-AP, e que pode ter originado o desconhecimento de ativos por parte dos municípios e o seu reconhecimento por parte das empresas. A entidade que registou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 161,3 milhões de euros, conforme se poderá verificar no Quadro 4.07.
- Os **ativos intangíveis**, com um peso de 12,0% no total do Ativo não corrente, foram o segundo elemento mais representativo do Ativo não corrente, ao totalizarem o valor de 215,7 milhões de euros, isto é,

-8,9 milhões de euros (-4,0%) que o verificado no ano anterior;

- Uma só entidade empresarial - TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos (Quadro 4.08) - contribuiu para 74% do total dos ativos intangíveis, num universo de 90 entidades<sup>199</sup> com ativos intangíveis, com um valor de 158,7 milhões de euros. Muito distante dos valores desta empresa surgiu, em segundo lugar, a empresa Águas de Gaia, com o montante de 17,8 milhões de euros de ativos intangíveis (quadro 4.08);
- As **propriedades de investimento**<sup>200</sup> foram outro ativo com um peso significativo no total do Ativo não corrente (5,2%), ao registarem o valor de 94,3 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 29,3% (-39,1 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

<sup>199</sup> As restantes 52 entidades do SEL não apresentaram registo de ativos intangíveis.

<sup>200</sup> De acordo com o SNC, propriedades de investimento são valores de terrenos ou edifícios, ou de partes de um edifício, ou ambos, detidos (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) com vista à obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou para ambas as finalidades e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio.

No Quadro 4.07, apresentam-se as entidades empresariais que, em 2020, apresentaram ativos fixos tangíveis com valor superior a 50 milhões de euros.

**Quadro 4.07 - Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2020**

Unidade: euros

Entidade		Município	Ativos Fixos Tangíveis
EM	CMPEA - Águas do Porto	Porto	161 333 338
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	103 060 139
EIM	Águas do Ribatejo	*1	90 797 133
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	90 310 055
EEM	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	72 893 108
EM SA	Águas de Santarém	Santarém	69 217 386
EM	AC Águas de Coimbra	Coimbra	61 931 646
EM SA	EMEL - Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	60 350 685

\*1 Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

No Quadro 4.08, apresentam-se as entidades que registaram valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis, em 2020.

**Quadro 4.08 - Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis em 2020**

Unidade: euros

Entidade		Município	Ativos Intangíveis
EIM	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	158 694 994
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	17 799 949
EIM SA	ECOBELRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*2	8 913 542
EM SA	Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	7 621 908
EM SA	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	5 952 369
EIM SA	EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tãmega e Barroso	*3	2 441 261
EIM	Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*4	1 994 197
EM SA	EMEL - Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	1 559 791
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	1 502 198
EM	ÁGORA - Cultura e Desporto	Porto	1 210 584
EM SA	Águas de S. João	São João da Madeira	1 207 179
EM	Ambifaro - Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	1 157 172

\*1 AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

\*2 Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

\*3 Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

\*4 Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%.

Quadro 4.09 - Entidades com participações financeiras - MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2020

Unidade: euros

Entidade		Município	Participações financeiras - MEP
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	9 949 494
EEM	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	7 504 098
EM	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	332 104
EEM	TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	49 000
EEM	CASFIG - Coordenação das Habitações	Guimarães	1 605
EM	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	748
EIM	Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*	510
<b>Total</b>			<b>17 837 559</b>

\* Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%.

– Continuando a observar no Quadro 4.06 a composição do Ativo não corrente, verifica-se a descida em 4,6% do valor registado em **Participações financeiras - MEP**, ao apresentar o valor global de 17,8 milhões de euros.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do SEL a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras<sup>121</sup> noutras entidades (Quadro 4.09).

– Outro Ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de **Acionistas/Sócios**, o qual representa a dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado o valor de 10,8 milhões de euros, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se mantém, desde 2015 até ao presente ano económico, com o montante atualizado em 16,0 milhões de euros<sup>122</sup>. Outras obrigações

de autarquias perante EM's, enquanto acionistas ou sócios, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste.

O Quadro 4.10 mostra a lista das entidades empresariais que apresentaram créditos sobre acionistas entre 2011 e 2020.

<sup>121</sup> Os valores resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial.

<sup>122</sup> De acordo com o disposto nos Anexos da Prestação de Contas de 2020 de empresa, “em 08 de setembro de 2009, a SRU celebrou com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana um

contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito com um valor de 16.100.000 euros. Este financiamento tem uma garantia de reembolso por parte da Câmara Municipal de Lisboa nas datas de liquidação do referido financiamento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. O reembolso do capital por parte da SRU será iniciado no exercício de 2021 sob a forma de 20 prestações anuais consecutivas.”

Quadro 4.10 - Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2011 e 2020

Unidade: euros

Entidade	Mun	Acionistas/ Sócios									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Lisboa Ocidental, SRU, Soc Reabilitação Urbana	Lisboa	0	0	10 759 461	13 746 466	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000	16 100 000	15 975 000
EMEL - EMP de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	0	735	0	0	0	0	0	0
InvestBraga - Agência para a Dinamização Econ	Braga	674 031	464 031	0	0	0	0	0	0	0	0
Nazaré Qualifica EM	Nazaré	20 941	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>694 972</b>	<b>464 031</b>	<b>10 759 461</b>	<b>13 747 200</b>	<b>16 100 000</b>	<b>16 100 917</b>	<b>16 100 000</b>	<b>16 100 000</b>	<b>16 100 000</b>	<b>15 975 000</b>

Quadro 4.11 - Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais

Unidade: milhares de euros

Componentes do Ativo corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Inventários	17 670	17 090	23 198	28 824	27 281	21 287	22 116	21 841	19 496	18 549	-4,9%
Ativos biológicos	50	132	216	273	238	232	199	125	145	76	-47,6%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	196	--
Clientes, contribuintes e utentes	138 081	139 783	162 003	113 583	90 156	75 229	77 167	75 374	75 004	81 449	8,6%
Capital subscrito e não realizado	0	0	0	0	0	510	510	510	1 636	518	-68,3%
Adiantamentos a fornecedores	2 378	6 941	6 530	5 596	1 557	523	0	0	39	8	-80,5%
Estado e outros entes públicos	16 216	13 405	18 776	16 341	21 563	22 131	21 765	21 516	20 593	20 165	-2,1%
Acionistas/Sócios	13 696	13 447	9 833	1 709	947	1 877	1 406	931	465	125	-73,1%
Outras contas a receber	158 891	167 750	186 972	147 449	104 856	107 577	129 733	139 647	167 590	189 512	13,1%
Diferimentos	29 444	28 517	27 106	25 360	23 251	19 853	13 382	12 038	12 377	11 584	-6,4%
Ativos financeiros detidos para negociação	15	0	2 787	5 828	127	65	0	0	6	0	-100%
Outros ativos financeiros	10	845	736	1 046	1	14	1 411	1 742	1 105	2 662	141%
Ativos não correntes detidos para venda	0	283	0	246	2 071	99	111	111	1 464	636	-56,5%
Caixa e depósitos bancários	98 740	120 646	117 397	126 997	153 962	185 709	193 959	182 126	197 729	203 044	2,7%
<b>Total do Ativo corrente</b>	<b>475 192</b>	<b>508 838</b>	<b>555 555</b>	<b>473 252</b>	<b>426 010</b>	<b>435 107</b>	<b>461 758</b>	<b>455 962</b>	<b>497 648</b>	<b>528 524</b>	<b>6,2%</b>

#### 4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo corrente

No Quadro 4.11, apresenta-se o montante desagregado do Ativo corrente pelas suas diferentes componentes, considerando o valor do conjunto de entidades empresariais cooptadas para análise do SEL, no período entre 2011 e 2020, bem como a respetiva variação ocorrida em 2020.

Da análise do quadro antecedente, pode-se deduzir, sobre a constituição e evolução do Ativo corrente do SEL:

– A estrutura do Ativo corrente alterou-se a partir de 2015, ao apresentar como Ativo de maior valor o item **Caixa e depósitos bancários**. Esta componente do Ativo corrente registou, em 2020, o valor

de 203,0 milhões de euros, revelando um aumento de 2,7% (+5,3 milhões de euros), mantendo a posição dominante, com o peso de 38,4%.

– Dados os elevados montantes apresentados em **Caixa e depósitos bancários**, divulgam-se, no Quadro 4.12, as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros, neste

item do Ativo corrente. Em 2020, para o acréscimo global deste Ativo, contribuíram 71 empresas das 142 empresas consideradas, isto é, 50% das mesmas.

**Quadro 4.12 - Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2020**

Unidade: euros

Entidade		Município	2019	2020	Diferença
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	2 013 217	7 852 928	5 839 711
EM	AC Águas de Coimbra	Coimbra	19 902 666	23 458 749	3 556 083
EIM	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	11 238 973	14 481 918	3 242 945
EM SA	EMEL - Emp. Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	7 345 228	8 592 880	1 247 652
EM	TUB - Transportes Urbanos	Braga	303 471	1 463 523	1 160 052

\* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

– Continuando a analisar os dados constantes do Quadro 4.11, pode-se afirmar:

– Outros dois ativos relevantes no conjunto dos ativos do SEL têm sido: **Outras contas a receber**, que, em 2020, totalizou 189,5 milhões de euros (+13,1%), representando 35,9% do total do Ativo corrente, e **Cientes, contribuintes e utentes**, que apresentou o valor de 81,5 milhões de euros, um peso de 15,4% no Ativo corrente total e um acréscimo de 8,6% (+6,4 milhões de euros) em relação ao ano anterior; Releva, assinalar que os acréscimos estão contabilizados em **Outras contas a receber**, podendo representar uma parte significativa das mesmas, sendo de referir que os acréscimos não cumprirem a definição de ativo.

– Mais se verificou que a soma do valor de **Cientes, contribuintes e utentes** e de **Outras contas a receber** aumentou 11,7% (+28,4 milhões de euros), tendo contribuído para este acréscimo o aumento em Outras contas a receber de 55 entidades empresariais e o aumento em **Cientes, contribuintes e utentes** em 60 entidades empresariais.

– No Quadro 4.13, apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações positivas no item **Cientes, contribuintes e utentes**, sendo de notar o aumento de créditos a cobrar de clientes da empresa EM SA Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, em 1,9 milhões de euros.

No Quadro 4.14, apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações positivas (com montantes superiores a 1 milhão de euros) em Outras contas a receber, destacando-se os acréscimos verificados pela empresa EM AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, em +13,8 milhões de euros, e pela empresa EM TRATOLIXO- Tratamento de Resíduos Sólidos, em +11,5 milhões de euros.

**Quadro 4.13 - Entidades empresariais com variações positivas superiores a 500 mil euros em Clientes, contribuintes e utentes em 2020**

Unidade: euros

Entidade		Município	2019	2020	Diferença
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	674	1 909 383	1 908 710
EIM	Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*	2 378 177	3 253 902	875 726
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	5 271 304	6 093 418	822 114
EM	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	557 011	1 374 216	817 205
EIM	Vimãgua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%)	1 066 619	1 877 371	810 752
EM	AC - Águas de Coimbra	Coimbra	4 887 198	5 492 707	605 509
EIM	BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*2	1 378 267	1 949 149	570 882
Total do SEL (a)			75 004 314	81 449 412	6 445 098
Total dos 308 municípios (b)			191 767 994	203 721 142	11 953 148
Peso do SEL nos municípios (a/b)			39,1%	40,0%	0,9%

\*1 Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%.

\*2 Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

**Quadro 4.14 - Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Outras contas a receber em 2020**

Unidade: euros

Entidade		Município	2019	2020	Diferença
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	18 473 160	32 247 164	13 774 004
EIM	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	1 208 999	12 690 229	11 481 230
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	3 444 929	10 691 494	7 246 566
EM	TUB - Transportes Urbanos	Braga	139 283	3 593 152	3 453 869
EM SA	Termalistur - Termas	São Pedro do Sul	168 685	1 481 357	1 312 671
EM	Maiambiente	Maia	1 731 834	2 908 431	1 176 597
Total do SEL (a)			167 589 818	189 512 070	21 922 252
Total dos 308 municípios (b)			319 038 862	2 010 343 750	1 691 304 888
Peso do SEL nos municípios (a/b)			52,5%	9,4%	-43,1%

\* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

Continuando a observar o Quadro 4.11, refere-se, ainda:

- Outro Ativo corrente que interessa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2020 de apenas 3,8%, são as dívidas ao **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em 2020, um decréscimo de 2,1% (-0,4 milhões de euros), ao registarem na totalidade 20,2 milhões de euros;
- Considera-se também pertinente fazer notar o facto de, até 2014, o item **Adiantamentos a fornecedores** ter apresentado valores elevados e não ter sido apresentado qualquer valor em 2017, sendo o montante de 191 euros apresentado em 2018 de tal modo insignificante que se poderia, quase, concluir pela cessação generalizada da prática de pagamentos antecipados a fornecedores. Todavia, em 2019, este item aparece com um aumento extraordinário de 20287,1%, apesar de se poder considerar pouco relevante o montante que o mesmo traduz de +38,8 milhares de euros. Em 2020, apresenta um decréscimo de 80,5%, relevado pelo montante de apenas 8 milhares de euros.
- Também em 2020, não se registou qualquer inscrição de valores em Ativos financeiros detidos para negociação, após um biénio 2017/2018 sem qualquer registo;
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo que interessa referir, face à notoriedade do seu registo no balanço, com as alterações introduzidas pelo SNC, são os **Ativos não correntes detidos para venda**<sup>193</sup>. Em 2018<sup>194</sup>, o total destes ativos manteve-se igual ao valor registado em 2017, mas em 2019 o montante cresce extraordinariamente em 1.218% (+1,35 milhões de euros), apresentando o montante de 1,46 milhões de euros<sup>195</sup>. Em 2020, o valor deste ativo diminui 56,5% (-827 milhares de euros), passando a apresentar

o valor de 636 milhares de euros e representando apenas 1% do total do Ativo corrente.

#### 4.1.2.3. Estrutura e evolução do Capital próprio

Em 2020, o valor apresentado de Capital próprio do SEL foi de 1.243,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 0,7% em relação ao ano anterior.

- O item **Capital subscrito**<sup>196</sup> tem sido a componente de Capital próprio de maior valor, representando, em 2020, 55,3% do mesmo e totalizando o montante de 687,7 milhões de euros, isto é, +0,1% em relação ao ano anterior.

O Gráfico 4.03 e o Quadro 4.15, a seguir apresentados, mostram o Capital próprio do SEL, nos termos considerados para esta análise, desagregado nas suas diversas componentes, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações, nomeadamente, no último quinquénio.

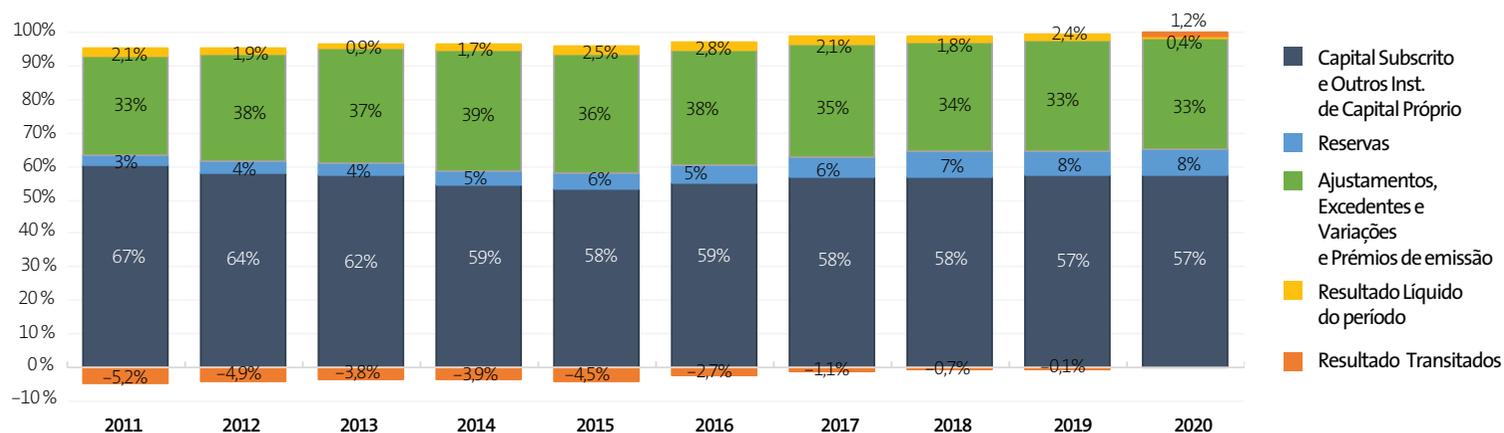
<sup>193</sup> Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes cuja intenção subjacente à detenção foi alterada para detenção para venda). Anota-se ainda que a classificação como ativo não corrente detido para venda tem como consequência a cessação da depreciação.

<sup>194</sup> O valor apresentado em 2018 dizia respeito a 3 entidades que mantiveram, em 2019, os valores inscritos em ativos não correntes detidos para venda: Figueira Domus, com 65,9 mil euros, Prazilandia, com 33 mil euros, e Parkurbis, com 12 mil euros.

<sup>195</sup> Foi responsável por este acréscimo a empresa CMPEA - Águas do Porto.

<sup>196</sup> A este item foi expurgado, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 - Acionistas c/ subscrição ou 262 - Quotas não liberadas, passando a evidenciar, apenas, o valor do capital subscrito e realizado contrariamente ao que acontecia no POCP.

Gráfico 4.03 - Estrutura do Capital próprio entre 2011 e 2020



Quadro 4.15 - Evolução do Capital próprio<sup>127</sup>

Unidade: milhares de euros

Componentes do Capital Próprio	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Capital subscrito	650 066	642 020	666 806	638 625	644 846	654 433	673 417	680 274	686 899	687 686	0,1%
Outros instrumentos de capital próprio	22 866	22 854	24 091	24 091	21 414	21 414	21 414	21 833	21 414	23 892	11,6%
Prêmios de emissão	1 161	1 161	1 161	1 161	1 161	1 161	1 161	1 161	1 161	1 161	0,0%
Reservas legais	8 270	10 199	11 971	13 728	15 994	19 006	21 503	25 029	27 454	30 011	9,3%
Outras Reservas	25 239	26 701	31 440	40 659	46 933	50 511	56 233	63 418	67 556	70 230	4,0%
Resultados transitados	-52 476	-50 816	-42 130	-43 607	-51 840	-31 641	-13 000	-8 876	-1 069	14 375	-1444%
Excedentes de revalorização	12 192	12 058	12 376	12 274	11 953	11 557	8 751	8 991	8 895	8 832	-0,7%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	322 720	354 919	404 556	423 804	426 301	408 635	406 528	395 843	393 936	402 281	2,1%
Resultado líquido do período	21 602	19 422	10 572	19 102	29 170	32 869	24 699	22 095	29 187	5 017	-82,8%
<b>Total</b>	<b>1 011 640</b>	<b>1 038 519</b>	<b>1 120 843</b>	<b>1 129 838</b>	<b>1 145 932</b>	<b>1 167 944</b>	<b>1 200 705</b>	<b>1 209 767</b>	<b>1 235 431</b>	<b>1 243 485</b>	<b>0,7%</b>

<sup>127</sup> Recordar-se que os valores apresentados neste mapa, para efeitos de comparabilidade no período em causa, agregam os montantes registados pelas 142 entidades em relação às quais foi possível obter informação financeira homogénea para o conjunto destes 10 anos. Todavia, como vem explicado no início deste capítulo, face à representatividade destas 142 entidades (88,2%), considera-se extensíveis a todo o SEL as conclusões deduzidas a partir deste grupo de empresas municipais.

Observando o Quadro 4.15, relativo à evolução e composição do Capital próprio, nota-se, ainda, em relação a 2020:

- É de realçar o peso elevado do item **Ajustamentos / outras variações no capital próprio**<sup>138</sup>, cujo montante total, considerando o universo de 142 entidades empresariais, foi de 402,3 milhões de euros, representando 32,4% do total do Capital próprio e apresentando um acréscimo de 2,1% (+8,3 milhões de euros);
- O **Resultado líquido do período**, em 2020, do conjunto das entidades empresariais analisadas é o resultado mais baixo do período 2011/2020. Baixou 82,8% (-24,2 milhões de euros), apresentando o valor global positivo de 5,0 milhões de euros.
- Os **Resultados transitados** apresentaram uma valorização de +1444,2%, passando de -1,1 milhões de euros em 2019 para +14,4 milhões de euros em 2020.
- Finalmente, refere-se que tanto as **Reservas legais** como as **Outras** reservas aumentaram. As primeiras cresceram 9,3%, apresentando o montante de 30,0 milhões de euros, e as segundas cresceram 4,0%, ao registarem o valor de 70,2 milhões de euros, em 2020.

#### 4.1.2.4. Estrutura e evolução do Passivo

A análise conjunta do Gráfico 4.04 e do Quadro 4.16 permitirá concluir quanto à estrutura e evolução do Passivo do SEL:

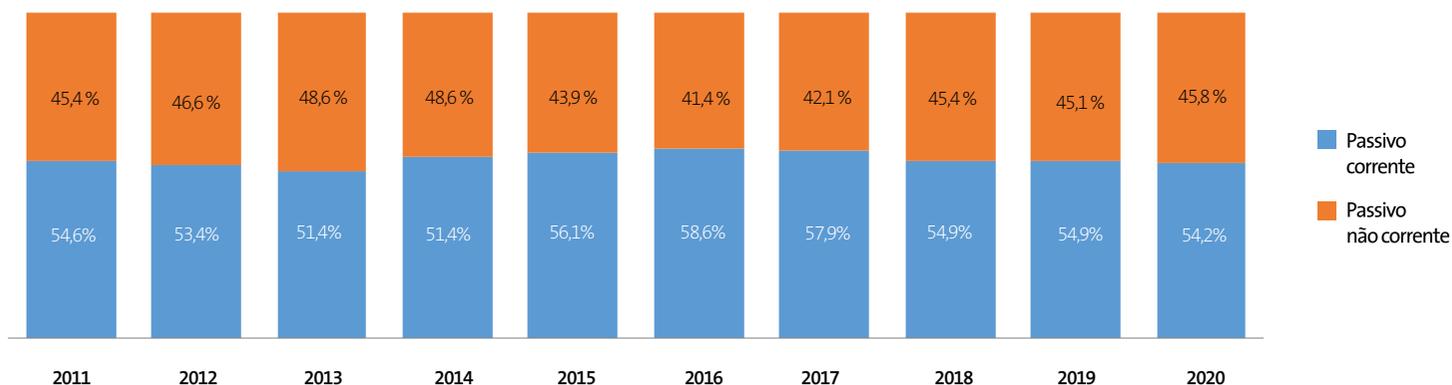
- No universo do SEL, o **Passivo total** aumentou 2,06% (+21,9 milhões de euros), ao passar de 1 065,4 milhões de euros para 1 087,4 milhões de euros, em 2020. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu, essencialmente, o aumento de valor do **Passivo corrente** em 17,9 milhões de euros (+3,7%), tendo o **Passivo não corrente** aumentado ligeiramente (+0,7%, +4 milhões de euros).
- O peso do Passivo não corrente (passivo de médio e longo prazo) apresentou-se sempre superior ao do Passivo corrente (passivo de curto prazo) entre 2011 e 2018, reforçando essa relação em 2019 em +0,6pp. Em 2020, o Passivo não corrente

representou 54,2% do Passivo total, isto é, um peso superior em +8,3pp ao peso do Passivo corrente. O montante assinalado em dezembro de 2020 de Passivo corrente foi de 498,5 milhões de euros e o de Passivo não corrente foi de 588,8 milhões de euros.

No Quadro 4.17, apresenta-se a composição do **Passivo não corrente** das entidades consideradas para estudo do SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2020.

<sup>138</sup> A adoção do SNC provocou um grande impacto nos itens do Capital próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas em Ajustamentos / outras variações do capital próprio, os quais, de acordo com o POC, eram classificados como rendimentos diferidos, apresentados no Passivo.

Gráfico 4.04 - Estrutura do Passivo - 2011 a 2020 (142 entidades)



Quadro 4.16 - Estrutura e variação do Passivo entre 2011 e 2020

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Passivo não corrente	597 455	609 483	608 939	628 030	632 163	620 853	613 613	584 913	584 809	588 804	0,68%
Passivo corrente	496 855	532 842	576 039	491 818	472 125	438 793	446 731	485 630	480 597	498 548	3,74%
<b>Total</b>	<b>1 094 310</b>	<b>1 142 325</b>	<b>1 184 978</b>	<b>1 119 848</b>	<b>1 104 288</b>	<b>1 059 647</b>	<b>1 060 345</b>	<b>1 070 543</b>	<b>1 065 406</b>	<b>1 087 352</b>	<b>2,06%</b>

Quadro 4.17 - Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais\* entre 2011 e 2020

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo não corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Fornecedores	0	5 488	348	421	3 843	0	2 019	0	6 976	326	-95,3%
Provisões	27 195	35 096	30 094	33 190	32 247	39 210	37 458	42 882	38 593	54 669	41,7%
Financiamentos obtidos	422 242	400 842	421 329	463 750	468 639	471 816	457 520	425 723	424 599	423 836	-0,2%
Acionistas/Sócios	0	10 220	9 000	10 419	4 500	0	0	0	0	0	--
Estado e outros entes públicos	142	111	140	7	0	0	328	0	0	0	--
Responsa. benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	522,6%
Passivos por impostos diferidos	73 165	96 340	44 253	28 718	19 486	17 385	21 247	16 418	16 108	16 809	4,4%
Outras dívidas a pagar	56 227	61 386	103 775	91 525	103 449	92 442	95 042	99 890	98 532	93 158	-5,5%
Diferimentos**	18 484	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
<b>Total</b>	<b>597 455</b>	<b>609 483</b>	<b>608 939</b>	<b>628 030</b>	<b>632 163</b>	<b>620 853</b>	<b>613 613</b>	<b>584 913</b>	<b>584 809</b>	<b>588 804</b>	<b>0,7%</b>

\* Do total agregado da informação financeira de 142 entidades empresariais.

\*\* O montante apresentado em 2011 neste item é relativo, apenas, à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

- Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **Passivo não corrente** do SEL<sup>199</sup>, conclui-se que:
  - Em 2020, 72,0% do **Passivo não corrente** era constituído por **Financiamentos obtidos**, no total de 423,8 milhões de euros. Este valor representou uma diminuição de 0,8 milhões de euros (-0,2%) em relação a 2019. Contribuíram para esta diminuição as 37 entidades empresariais apresentadas no Quadro 4.18;
  - Anota-se que 88 empresas municipais apresentaram dívidas de médio e longo prazo, sendo que, destas, 49 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos. Mais se faz notar que 37 entidades empresariais diminuíram, em 2020, a sua dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos;
  - Outro item que convém referir é **Outras dívidas a pagar**, que apresentou uma diminuição de 5,5% (-5,4 milhões de euros) ao totalizar 93,2 milhões de euros em 2020. No nosso entender, esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de médio e longo prazo foi ainda muito relevante ao representar 15,8% do Passivo não corrente. Releva novamente assinalar o peso de acréscimos, em Outras dívidas a pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo.
  - Há a referir 2 itens do **Passivo não corrente** que continuaram a apresentar, em 2020, algum peso na estrutura deste Passivo, embora com importância distinta, face à natureza económica das mesmas. Trata-se dos **Passivos por impostos diferidos** e das **Provisões**. Os primeiros, com o valor de 16,8 milhões de euros e representando 2,9% do **Passivo não corrente**, apresentaram um acréscimo de 4,4% (+701 milhares de euros), enquanto as Provisões, que totalizaram 54,7 milhões de euros, representaram 9,3% do Passivo não corrente e traduziram uma subida de 41,7% (+16,1 milhões de euros);
  - Finalmente, será de referir o facto de, em 2020, se terem registado dívidas de médio e longo prazo a fornecedores no valor de 326 milhares de euros, isto é, 95,3% (-6,7 milhões de euros) que em 2019.

No Quadro 4.18, listam-se as 37 entidades que apresentaram diminuição de valor de empréstimos de médio e longo prazo em 2020.

---

<sup>199</sup> Tomando por medida as 142 entidades empresariais analisadas.

Quadro 4.18 - Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2020

Unidade: euros

Entidade	Município	2019	2020	Diferença
EIM TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	138 507 494	134 050 263	-4 457 231
EM SA VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	36 747 889	32 927 095	-3 820 795
EM SA Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	35 158 566	31 652 561	-3 506 005
EM SA Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	1 709 247	102 402	-1 606 846
EIM Vimáguia - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães e Vizela	10 259 653	8 731 103	-1 528 550
EM Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	7 587 667	6 455 501	-1 132 166
EM SA Águas de Santarém	Santarém	12 330 172	11 297 211	-1 032 960
EM ADC - Águas da Covilhã	*2	5 270 779	4 355 154	-915 624
EM SA GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	8 220 000	7 306 667	-913 333
EIM Águas do Ribatejo	*3	15 187 369	14 487 794	-699 575
EM AC Águas de Coimbra	Coimbra	4 666 667	4 000 000	-666 667
EM FAGAR - Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	1 916 192	1 301 015	-615 177
EM SA Cascais Envolvente - Gestão Social da Habitação	Cascais	6 713 502	6 159 748	-553 755
EEM EAMB - Esposende Ambiente	Esposende	1 337 425	929 580	-407 845
EM SA EMEL - Empresa Púb. Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	2 674 713	2 329 278	-345 435
EIM Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos	*4	2 082 982	1 767 616	-315 366
EM Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	1 684 584	1 382 245	-302 339
EM Vallis Habita - Gestão de Empreendimentos Habitacionais	Valongo	226 087	0	-226 087
EIM TERAMB - E.M. de Gestão e valorização ambiental Ilha Terceira	*5	1 622 357	1 419 325	-203 032
EM Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	1 828 033	1 629 039	-198 994
EM SA Cascais Próxima	Cascais	149 983	0	-149 983
EM HABEVORA - Gestão habitacional	Évora	2 326 827	2 181 830	-144 997
EM Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Valença	418 413	278 942	-139 471
EIM GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	*6	1 065 780	930 436	-135 344
EM Cura Aquae - Termas de Melgaço	Melgaço	1 073 818	943 121	-130 697
EM SA Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	16 100 000	15 975 000	-125 000
EIM Resíduos do Nordeste	*7	653 827	544 951	-108 876
EM SA Praia Ambiente	Praia da Vitória	4 910 641	4 806 004	-104 637
EIM SA ECOBEIRÃO - Soc. p/ tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*8	1 786 548	1 703 064	-83 484
EM SA Águas de S. João	São João da Madeira	55 766	0	-55 766
EM SA Inframoura - Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	303 678	288 599	-15 079
SA VISEUNOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	218 006	209 119	-8 887
EM Matosinhoshabit - Habitação de Matosinhos	Matosinhos	13 522	6 938	-6 584
EM Mercados de Olhão	Olhão	9 481	5 825	-3 656
EM Prazilandia - Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	38 212	35 880	-2 331
EM EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	3 931	2 005	-1 926
EIM BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*9	596 145	596 102	-43
<b>Total do SEL (142 empresas)</b>		<b>424 599 011</b>	<b>410 508 853</b>	<b>-14 090 158</b>

\*1 AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%; \*2 Covilhã - ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M...; \*3 Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%); \*4 Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%); \*5 Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%); \*6 CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) - 60%; \*7 Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%).

\*8 Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%); \*9 Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

– No Quadro 4.19, apresenta-se a desagregação do **Passivo corrente** (dívidas a pagar a curto prazo) pelas suas diferentes componentes, no universo das 142 entidades empresariais com contas analisadas no período entre 2011 e 2020, bem como a respetiva variação no ano de 2020.

– Assim, em 2020, as componentes com maior peso no **Passivo corrente** foram: **Outras dívidas a pagar**, com o peso de 39,2% e o montante registado de 195,5 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 6,0% (+ 11,1 milhões de euros); **Financiamentos obtidos**, com o peso de 14,9%, no montante de 74,1 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 5,7% (-4,5 milhões de euros); **Fornecedores**, com o peso de 21,6% e um aumento de valor de 10,1% (+ 9,9 milhões de euros), ao registar o montante de 107,8 milhões de euros. É importante assinalar o peso de acréscimos, em **Outras dívidas a pagar**, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo, aplicando-se aqui caso a problemática da pe-

riodização relacionada com valores correspondentes a férias e a subsídio de férias.

– Apesar dos Diferimentos, ao registarem o valor de 77,0 milhões de euros, terem apresentado uma subida, ainda que ligeira, de 1,2% (+0,9 milhões de euros), não deixam de ter um impacto relevante no **Passivo corrente**, representando 15,4% do mesmo. Este item cresceu extraordinariamente desde 2017 (+61,3%) e tem contribuído para o acréscimo do montante global de Passivo corrente, pese embora o seu valor não seja, por regra, passivo exigível<sup>130</sup>. Deve-se referir que, tal como os acréscimos, os diferimentos não cumprem a definição de passivo.

<sup>130</sup> Salvo numa situação de incumprimento dos projetos com financiamento comunitário suscetíveis de sanções e, ou, conseqüente devolução das verbas recebidas.

Quadro 4.19 - Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Credores p/ transf. e subsídios conc.	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1 572	--
Fornecedores	123 341	140 465	141 063	124 153	131 418	133 852	113 149	92 894	97 906	107 802	10,1%
Adiantamentos de clientes	1 134	2 886	2 038	1 869	2 620	2 840	5 940	1 648	3 034	13 703	351,6%
Estado e outros entes públicos	12 204	14 592	14 927	13 683	14 810	14 930	15 681	15 491	18 420	16 008	-13,1%
Acionistas/Sócios	12 632	17 241	7 237	7 387	9 414	11 351	15 483	2 724	21 417	11 992	-44,0%
Financiamentos obtidos	145 440	154 722	165 389	116 935	105 293	77 606	99 362	104 594	78 611	74 125	-5,7%
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	44	263	496%
Outras dívidas a pagar	156 821	143 833	178 893	174 952	158 329	144 765	149 480	188 648	184 395	195 523	6,0%
Diferimentos	44 353	58 287	65 727	52 080	50 226	50 140	47 039	78 210	76 083	77 015	1,2%
Outros passivos financeiros	931	815	764	759	15	3 310	597	1 422	686	547	-20,3%
<b>Total</b>	<b>496 855</b>	<b>532 842</b>	<b>576 039</b>	<b>491 818</b>	<b>472 125</b>	<b>438 793</b>	<b>446 731</b>	<b>485 630</b>	<b>480 597</b>	<b>498 548</b>	<b>3,4%</b>

No Quadro 4.20, listam-se as 35 entidades do SEL com maior diminuição de empréstimos de curto prazo (financiamentos correntes a curto prazo).

**Quadro 4.20 - Entidades com maior diminuição no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2019 e 2020**

Unidade: euros

Entidade		Município	2019	2020	Diferença
EM	TUB - Transportes Urbanos	Braga	7 122 938	2 823 948	-4 298 991
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	10 610 967	8 023 944	-2 587 023
EM SA	Termalitur - Termas	São Pedro do Sul	1 604 347	344 230	-1 260 117
EM	Tavira Verde - Ambiente	Tavira	1 549 301	657 634	-891 667
EM	Trofáguas - Serviços Ambientais	Trofa	1 364 760	573 753	-791 007
EM SA	Nordeste Activo	Nordeste	674 473	94 155	-580 318
EIM	BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	4 638 172	4 115 664	-522 509
EM SA	Cascais Dinâmica-Gestão Economia, Turismo e Empreendedorismo	Cascais	4 000 000	3 500 000	-500 000
EIM	PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	*2	2 059 666	1 608 871	-450 795
EM SA	Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	395 000	0	-395 000
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	7 220 905	6 899 475	-321 430
EM SA	Águas de S. João	São João da Madeira	371 155	55 769	-315 386
EM	Ambifaro - Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	363 252	72 000	-291 252
EM SA	Theatro Circo de Braga	Braga	482 627	192 459	-290 168
EM	EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	270 000	29 600	-240 400
EM	EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	Rio Maior	270 000	50 000	-220 000
EM SA	Vitrus Ambiente	Guimarães	417 356	229 399	-187 957
EIM	Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos	*3	459 014	277 252	-181 762
EIM	Águas do Ribatejo, EIM,SA	*4	2 912 583	2 747 375	-165 208
EIM SA	ECOBEIRÃO - Soc. p/ Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*5	286 561	148 284	-138 277
EEM	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	502 033	375 194	-126 838
Soc.	Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz	Cuba	359 760	248 000	-111 760
EM SA	Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	324 039	215 093	-108 947
EM	Herdade da Contenda	Moura	104 693	12 500	-92 193
EM	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	70 000	0	-70 000
EM	Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	383 326	334 554	-48 773
EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*6	63 790	17 227	-46 563
EM SA	Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	270 000	225 000	-45 000
EEM	Fesnima - Animação de Olhão	Olhão	91 338	65 046	-26 292
EM	Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais	Loures	226 500	200 281	-26 219
EM	Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	Funchal	82 166	61 212	-20 954
EM SA	MS Matosinhos Sport - Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer	Matosinhos	20 536	0	-20 536
EM	Matosinhoshabit - Habitação de Matosinhos	Matosinhos	24 653	6 590	-18 063
EM	Vallis Habita - Gestão de Empreendimentos Habitacionais	Valongo	13 092	0	-13 092
EEM	Urbhorta - Construção, Gestão, Exploração de Projetos de Desenv. Empres.	Horta	202 469	190 627	-11 842

\*1 Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

\*2 Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) - 51%.

\*3 Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

\*4 Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

\*5 Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

\*6 Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%).

Apresentam-se a seguir dois *rankings*: o *ranking* R66, com a listagem das 35 entidades empresariais com menor Passivo exigível e o *ranking*, com a listagem das 35 entidades empresariais com maior Passivo exigível.

### R65 - Entidades do SEL com menor Passivo exigível\* em 2020

Unidade: euros

Entidade	Município	Part.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	NOVBAESURIS	Castro Marim	100%	258 624	221 029	145 969	260 695	113 200	145 348	227 957	191 635	146 362	0
2	MOBITRAL	F. Alentejo	87%	13 734	7 607	19 142	11 429	15 853	7 645	5 140	4 102	492	0
3	Águas do Alto Alentejo	*1	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
4	TEGEC - Gestão Equipamentos	Trancoso	100%	776 292	1 003 546	1 473 582	1 439 412	1 239 468	1 221 189	1 237 058	0	4 031	1 068
5	EIRSU - Resíduos Sólidos Urb.	*2	--	677 849	622 311	315 454	169 063	177 327	432 455	496 310	183 991	0	4 000
6	Emp. Transp. Coletivos Ilha Grac.	S. Cruz Graciosa	78%	117 023	39 490	28 032	17 050	23 038	100 294	24 548	22 972	26 880	25 318
7	RIBEIRAPERA	C. Pera	56%	37 080	37 846	35 303	34 859	33 817	37 920	13 609	14 235	10 134	39 405
8	Marina da Vila	V F. Campo	100%	40 295	28 456	40 404	50 379	46 992	66 828	71 148	41 937	50 000	40 218
9	Penaparque 2	Penacova	100%	17 959	42 198	38 756	38 555	54 395	29 520	65 742	70 893	32 298	46 991
10	APdSE - Águas Públicas da Serra Estrela	*3	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48 973
11	Mercados de Olhão	Olhão	100%	224 360	185 715	195 934	162 863	54 806	51 849	36 748	50 544	67 675	64 683
12	Aveiro Expo - Parque Expo.	Aveiro	51%	822 166	956 872	1 060 611	881 237	810 248	833 153	688 346	162 440	93 946	66 443
13	CampoMaior XXI	Campo Maior	100%	64 905	57 671	48 210	30 565	63 374	74 894	70 505	69 755	63 922	68 407
14	CDN - Gest. Prom. Parque Emp.	V. N. Barquinha	94%	46 375	39 690	35 858	14 795	18 761	29 589	33 583	34 493	53 165	73 436
15	Naturmorte	São Vicente	97%	73 997	61 203	63 635	66 894	71 739	157 461	138 061	138 443	141 624	74 411
16	Ensino Profissional de Tomar	Tomar	50%	-	-	120 016	111 237	108 720	129 886	100 193	81 852	-	82 068
17	Habitar S. João - Habitação	S. João Madeira	100%	75 133	31 321	50 523	45 938	41 346	62 445	75 265	80 947	74 537	82 324
18	Vallis Habita	Valongo	100%	782 921	730 142	688 980	637 354	618 075	384 355	371 217	318 202	334 135	92 578
19	EMPDS - Prom. e desenv. social	Belmonte	100%	45 226	52 890	62 034	59 461	71 562	55 126	60 210	106 942	93 676	112 188
20	ProRuris - EM de desenv. Rural	Vinhais	100%	98 000	111 601	125 520	83 525	86 049	106 709	84 025	77 618	111 613	113 469
21	ALBIGEC	Castelo Branco	100%	88 656	93 348	102 610	169 393	161 586	146 883	139 933	141 571	145 256	116 696
22	Herdade da Contenda	Moura	100%	16 422	59 770	68 023	68 023	29 844	31 637	33 670	31 569	192 009	123 717
23	Prazilandia - Turismo e Ambiente	C. Pera	100%	993 574	509 713	477 783	474 414	357 631	337 798	253 436	270 860	266 873	124 787
24	EMEM - Emp. Metrop. de Estac.	Maia	100%	105 900	94 228	100 384	145 307	134 292	309 955	171 787	135 365	130 958	125 503
25	Óbidos Criativa	Óbidos	100%	2 289 593	1 767 028	1 495 583	1 056 105	336 288	436 616	382 867	396 601	310 777	127 506
26	Penafiel Activa	Penafiel	100%	694 703	530 054	809 572	807 899	878 976	515 130	427 427	212 964	113 315	136 503
27	EPRM - Escola Profissional	Rio Maior	80%	288 971	156 229	168 906	179 664	240 979	388 408	328 804	150 557	393 013	137 800
28	Quinta de Tuberaios - Ensino Prof.	Cinfães	100%	207 656	84 997	279 687	304 722	247 826	353 486	249 654	250 995	226 360	143 474
29	Carnes de Vinhais	Vinhais	100%	-	-	-	-	-	-	300 499	175 763	126 980	149 907
30	Matadouro Regional Monção	Monção	100%	244 117	219 738	173 589	148 581	261 591	220 541	196 206	200 731	186 572	195 890
31	VRS - Vila Real Social	Vila Real	100%	4 766 258	4 441 194	4 110 437	532 756	293 525	283 594	227 231	207 795	213 276	202 937
32	Varzim Lazer	P. de Varzim	100%	221 617	175 759	227 393	236 489	239 196	224 282	284 025	222 503	313 702	206 443
33	Loures Parque - Estaciona.	Loures	100%	141 654	162 527	173 280	184 308	220 603	176 986	154 688	260 210	244 108	211 588
34	Amadora Inovation	Amadora	100%	459 884	342 300	191 906	226 616	442 997	382 679	230 982	227 958	232 364	220 114
35	PRODESO - Ensino Prof.	Coimbra	69%	56 434	231 730	215 568	84 085	69 309	145 626	220 241	146 821	140 565	225 217

\* Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente - Provisões - Diferimentos - Passivos por impostos diferidos.

\*1 Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%);\*2 Vila Franca do Campo (33,3%), Lagoa (Açores) (33,3%) e Ribeira Grande (33,3%);\*3 Gouveia (33,33%), Oliveira do Hospital (33,33%) e Seia (33,33%).

R66 - Entidades do SEL com maior Passivo exigível em 2020

Unidade: euros

Entidade	Município	Part.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 TRATOLIXO	*1	--	165 552 429	185 912 174	188 879 353	169 732 807	163 345 910	162 071 777	162 357 268	159 126 125	155 454 338	155 445 427
2 AGERE	Braga	51%	58 351 445	60 746 777	66 438 274	65 637 387	64 990 483	64 140 581	62 505 381	62 503 860	65 323 598	69 074 239
3 VRSA, Soc. Gestão Urb.	V.R.S. António	100%	51 691 277	57 498 139	66 409 565	65 249 124	72 178 380	73 960 023	79 026 433	72 891 733	64 786 689	56 471 691
4 Carris	Lisboa	100%	-	-	-	-	-	-	86 222 004	66 369 006	59 133 190	52 913 150
5 Águas de Gaia	V. N. de Gaia	100%	83 460 967	65 713 037	67 330 307	63 440 820	62 390 468	59 055 301	55 738 626	53 824 171	54 508 119	49 969 786
6 Águas do Ribatejo	*2	--	31 334 735	32 227 007	43 461 091	43 299 831	41 038 025	37 215 538	36 494 361	35 556 575	36 677 300	35 709 333
7 Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	100%	5 489 691	5 465 316	11 428 699	14 776 671	16 963 216	17 178 823	16 862 025	20 458 861	21 041 946	35 139 033
8 CMPEA - Á. do Porto	Porto	100%	28 038 103	23 544 675	22 454 550	23 562 496	24 042 349	25 437 672	23 970 058	25 745 908	26 436 716	31 374 897
9 AC - Ág. de Coimbra	Coimbra	100%	20 639 222	17 469 450	19 488 122	17 472 068	21 295 364	15 003 312	16 143 443	17 039 831	22 598 797	30 122 855
10 EMEL - EPM Mobil. Est.	Lisboa	100%	21 163 364	22 093 903	23 981 899	16 825 924	32 348 100	43 599 759	31 423 209	27 523 952	27 707 997	28 367 745
11 Vimãgua	*3	--	31 265 042	29 023 902	31 622 005	32 839 386	30 722 653	29 645 453	26 276 480	26 957 508	27 201 904	27 141 586
12 Águas de Santarém	Santarém	100%	15 682 117	16 236 615	16 416 390	27 921 189	26 514 042	26 262 882	25 213 222	24 492 480	23 706 229	22 834 499
13 GEBALIS	Lisboa	100%	30 568 936	28 943 604	28 630 437	22 560 197	22 932 468	19 193 396	17 698 997	19 545 020	17 422 679	17 335 989
14 TUB - Transp. Urb.	Braga	100%	10 483 382	8 886 453	8 400 116	8 476 492	8 045 889	7 750 360	7 628 864	10 852 252	11 933 216	16 581 488
15 ADC - Ág. da Covilhã	*4	51%	21 429 496	21 073 818	19 417 366	19 652 417	17 017 119	17 480 225	16 476 738	15 860 761	15 428 479	15 556 316
16 Ág. do Interior Norte	*5	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
17 Tavira Verde - Amb.	Tavira	51%	13 107 319	11 769 592	10 770 431	10 671 846	9 916 904	10 097 680	10 642 638	11 375 759	12 689 313	13 798 224
18 Cidade em Acção	P. Delgada	100%	15 737 389	15 280 991	14 814 825	14 257 745	13 692 722	13 378 265	13 348 013	13 247 418	13 115 975	13 363 970
19 HABEVORA	Évora	100%	11 685 845	11 665 591	12 002 527	11 607 175	11 545 282	11 447 837	13 207 900	12 969 141	12 849 124	12 683 058
20 Tejo Ambiente	*6	--	-	-	-	-	-	-	-	-	103 314	12 327 505
21 RSTJ - Gest. Trat. Res.	*7	--	-	-	-	-	-	-	-	-	3 005	12 319 077
22 ECOBEIRÃO	*8	--	10 664 074	13 361 090	15 976 913	12 701 033	13 656 724	12 722 747	13 135 982	11 535 373	12 823 679	11 433 358
23 Termalístur - Termas	S. Pedro Sul	100%	14 122 707	13 772 067	13 679 356	12 653 978	12 164 273	12 149 534	12 146 565	10 928 485	10 581 375	11 260 829
24 Porto Vivo, SRU	Porto	100%	-	-	-	-	-	-	-	11 294 754	11 141 849	11 108 067
25 Ambifaro	Faro	100%	1 512 956	182 606	127 901	329 528	12 919 676	12 645 436	12 852 960	11 475 784	11 192 547	11 008 871
26 AMBIOLHÃO	Olhão	100%	23 815 153	26 848 260	25 568 909	24 287 141	22 862 350	11 002 114	11 342 113	12 936 647	12 889 341	11 003 315
27 Cascais Próxima	Cascais	100%	7 545 984	10 186 957	15 144 379	16 803 620	12 032 364	7 697 577	19 593 152	16 572 745	10 205 488	10 930 256
28 BRAVAL	*9	--	9 734 110	10 768 512	18 749 229	15 830 091	14 537 202	13 830 056	13 819 155	11 697 837	11 254 722	10 622 275
29 EGEAC	Lisboa	100%	4 960 226	4 501 636	7 377 033	7 422 991	7 575 378	8 580 257	9 175 939	9 723 387	10 074 671	10 500 364
30 E. M. Amb. do Porto	Porto	100%	-	-	-	-	-	-	5 452 365	4 658 958	5 976 755	9 170 777
31 APIN - EIM A.P. Interior	*10	--	-	-	-	-	-	-	-	-	777 705	8 634 960
32 Figueira Domus	F. da Foz	100%	15 481 561	14 783 910	14 270 697	13 532 867	12 778 849	11 694 701	10 627 871	9 719 171	8 693 026	7 912 923
33 EMARP	Portimão	100%	2 829 237	16 512 912	18 184 509	17 367 097	11 625 506	8 473 376	8 642 783	10 525 694	9 247 831	7 882 875
34 Penafiel Verde	Penafiel	100%	9 330 539	6 949 402	9 216 905	9 602 105	8 665 426	7 551 329	8 797 252	8 339 954	8 633 424	7 748 163
35 Cascais Envolvente	Cascais	100%	323 159	392 717	469 918	474 671	440 179	467 688	8 446 067	8 506 667	7 784 715	7 621 447

\*1 AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%; \*2 Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%); \*3 Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%); \*4 Covilhã - ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M.; \*5 Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.; \*6 Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%); \*7 Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.; \*8 Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%); \*9 Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%); \*10 Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

### 4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL

#### 4.1.3.1. Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por estas, tendo na maior parte das situações recebido das mesmas competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido do período seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado, isoladamente, como elemento comparativo da eficiência e eficácia das entidades em apreço. Os resultados obtidos com os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local deveriam ser os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e os indicadores fundamentais da sua eficácia e eficiência<sup>191</sup>.

De qualquer modo, faz-se notar que, em 2020, o SEL obteve um resultado líquido positivo no valor de 5,0 milhões de euros, tendo apresentado um decréscimo de 24,2 milhões de euros (-82,8%) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.21, é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. A observação do mesmo torna perceptível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos resultados antes das depreciações e das amortizações, dos gastos de financiamento e dos impostos e através da análise dos resultados operacionais.

– Em 2020, o volume do **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** desceu 16,5% (-24,6 milhões de euros), ao totalizar o valor de 149,3 milhões de euros, o mesmo acontecendo ao **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)**, que evidenciou um decréscimo significativo de

58,1% (-29,3 milhões de euros), ao apresentar o valor de 50,5 milhões de euros. Ambos os níveis de resultados tinham apresentado no biénio 2017/ 2018, também, descida de valor.

O Resultado antes de impostos, em 2020, ao registar o valor global de 11,9 milhões de euros (-29,8 milhões de euros, -71,4%), inverteu a tendência para o aumento verificada no ano anterior.

<sup>191</sup> Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs, pois tal abordagem exige muita informação que não está disponível ou que nunca foi recolhida.

**Quadro 4.21 - Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (142 entidades)**

Unidade: milhares de euros

Componentes de Gastos e Rendimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	7	3 728	52411%
Vendas e serviços prestados	582 537	591 744	587 976	569 455	612 926	645 886	692 087	700 313	741 583	697 234	-6,0%
Subsídios à exploração	76 081	60 810	74 715	74 218	67 346	71 337	84 185	84 555	105 468	132 750	25,9%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conj.	2 769	414	772	855	697	710	89	592	498	276	-44,5%
Varição nos inventários da produção	-461	-237	6 441	6 670	532	176	-158	277	-1 610	-22	-98,6%
Trabalhos para a própria entidade	11 669	12 589	2 728	2 723	3 334	3 159	3 242	2 854	2 604	2 890	11,0%
CMVMC	-52 030	-54 804	-56 080	-55 277	-58 986	-63 804	-61 100	-58 665	-59 057	-57 304	-3,0%
Fornecimentos e serviços externos	-322 931	-312 818	-317 533	-300 272	-307 165	-327 273	-373 127	-367 097	-401 370	-401 982	0,2%
Gastos com o pessoal	-183 121	-178 477	-196 851	-188 976	-193 873	-203 733	-216 679	-234 045	-254 998	-267 146	4,8%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	86	-1 395	-823	-6	-417	-273	-172	9	2	-204	-9572%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-8 928	-10 655	-8 112	-6 975	-8 967	-4 868	-4 520	-7 031	-6 242	-7 105	13,8%
Provisões (aumentos/reduções)	-2 907	-2 536	-2 755	-1 058	-386	-2 665	-2 710	-4 385	-1 258	-9 398	647,2%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	22	-436	-696	-155	-6 335	2 958	0	-22	130	-9	-107,1%
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	31	26	3	-3	-28	29	23	116	411,0%
Outros rendimentos	76 034	54 740	53 819	46 167	52 530	54 630	49 837	55 786	45 495	54 231	19,2%
Outros gastos	-49 096	-19 987	-24 607	-22 552	-20 257	-26 664	-25 542	-33 598	-21 932	-23 345	6,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	129 725	138 953	119 027	124 843	140 982	149 571	145 406	139 572	149 344	124 708	-16,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-73 595	-78 181	-77 621	-75 994	-83 268	-91 387	-94 127	-95 443	-98 794	-103 461	4,7%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	-124	-2 005	1 017	-3 031	-64	56	-166	-207	-85	-90	5,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financ e impostos)	56 006	58 767	42 423	45 817	57 650	58 240	51 113	43 922	50 464	21 158	-58,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 842	1 509	4 615	17 474	1 180	488	400	469	2 355	545	-76,9%
Juros e gastos similares suportados	-31 614	-35 300	-32 511	-36 329	-19 194	-14 708	-15 027	-12 165	-11 095	-9 787	-11,8%
Resultado antes de impostos	26 234	24 977	14 527	26 962	39 636	44 020	36 486	32 225	41 724	11 915	-71,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-4 631	-5 555	-3 955	-7 868	-10 466	-11 151	-11 787	-10 202	-12 535	-6 898	-45,0%
Resultado líquido do período	21 602	19 422	10 572	19 095	29 171	32 869	24 699	22 024	29 189	5 017	-82,8%

**Quadro 4.22 - Total dos rendimentos e gastos antes de impostos das entidades empresariais (142 entidades)**

Unidade: milhares de euros

Gastos e Rendimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2019-2020
Total de rendimentos	748 163	721 392	723 853	710 037	737 316	775 500	829 752	843 977	897 513	891 377	-0,7%
Total de gastos	-712 386	-679 567	-705 203	-679 400	-682 743	-727 570	-785 602	-801 014	-847 247	-863 025	1,9%
Total de gastos/rendimentos	-9 543	-16 849	-4 124	-3 675	-14 937	-3 910	-7 664	-10 737	-8 542	-16 437	92,4%
Resultado antes de impostos	26 234	24 977	14 527	26 962	39 636	44 020	36 486	32 225	41 724	11 915	-71,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-4 631	-5 555	-3 955	-7 868	-10 466	-11 151	-11 787	-10 202	-12 535	-6 898	-45,0%
Resultado líquido do período	21 602	19 422	10 572	19 095	29 171	32 869	24 699	22 024	29 189	5 017	-82,8%

Da análise dos quadros 4.21 e 4.22, acrescerá referir, em relação ao ano de 2020:

- O decréscimo dos rendimentos em 0,7% (-6,1 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **decréscimo de Vendas e serviços prestados em -44,3 milhões de euros (-6,0%)**.
- **Em relação aos gastos, verificou-se um aumento do seu valor total em 15,8 milhões de euros (+1,9%) resultante, essencialmente, do aumento de Gastos com o pessoal em 12,1 milhões de euros (+4,8%)**.

#### 4.1.3.2. Resultados económicos das entidades empresariais locais

Nos Quadros 4.23 e 4.24, apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

Da observação do Quadro 4.23, releva-se para o ano de 2020:

- Do universo das 159 entidades empresariais analisadas, 116 (73,0%) obtiveram resultados líquidos do período positivos;
- Os resultados operacionais apresentaram um decréscimo de 29,3 milhões de euros (-58,1%), invertendo o sentido ascendente verificado em 2019 e retomando o ritmo de descida verificado no biénio 2017/2018;

Apresentam-se, de seguida, o *ranking* R67, com as 35 entidades empresariais com melhor resultado económico em 2020, e o *ranking* R68, com as 35 entidades empresariais com resultado económico mais fraco, neste mesmo ano.

**Quadro 4.23 - Evolução da situação económica das entidades empresariais (142 entidades)**

Unidade: milhares de euros

Resultados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 19-20
Resultados económicos	21 602	19 422	10 572	19 095	29 171	32 869	24 699	22 024	29 189	5 017	-24 171
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	56 006	58 767	42 423	45 817	57 650	58 240	51 113	43 922	50 464	21 158	-58,1%
Resultados económicos / (Vendas e serviços prestados)	3,7%	3,3%	1,8%	3,4%	4,8%	5,1%	3,6%	3,1%	3,9%	0,7%	-3,2%
N.º de entidades c/ resultados líquidos do período negativos	27	22	33	28	24	18	28	21	24	46	22

R67 - Entidades com melhor resultado económico em 2020

Unidade: euros

Entidade	Município	Part.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	AGERE	Braga	51%	3 208 502	2 613 210	2 994 549	3 904 534	5 355 278	5 900 838	6 239 991	6 238 137	6 637 805	6 707 827
2	CMPEA - Águas do Porto	Porto	100%	2 751 309	2 125 155	3 607 978	3 760 206	6 296 993	6 575 538	6 025 810	5 878 845	4 790 370	2 756 491
3	Águas do Ribatejo	*1	--	611 108	1 504 323	1 828 492	762 474	1 534 051	1 592 315	2 166 172	1 676 155	2 279 277	2 704 116
4	EMARP	Portimão	100%	91 916	-315 345	688 767	1 245 948	1 192 371	1 938 021	2 281 331	1 140 471	3 440 410	1 263 537
5	Tavira Verde - Ambiente	Tavira	51%	173 617	279 163	19 987	3 116	301 938	861 738	515 839	640 520	1 654 602	1 028 672
6	EHATB	*2	--	3 069 787	1 906 367	-37 008	1 435 888	687 425	1 188 760	-16 906	1 646 369	1 150 003	908 044
7	Ribeira da Teja	V Nova Foz Côa	56%	-	-	-	1 223 842	46 322	1 604 512	122 238	554 278	201 444	812 898
8	Porto Vivo, SRU	Porto	100%	-	-	-	-	-	-	-	-426 298	105 515	795 128
9	Figueira Domus	Figueira da Foz	100%	-77 998	46 324	9 669	76 225	503 639	615 684	637 759	648 753	678 430	712 202
10	Vimãgua	*3	--	1 026 642	998 809	406 861	755 495	1 123 383	651 255	1 341 790	1 277 561	349 192	659 631
11	MUSAMI	*4	--	6 246	25 617	543 388	395 022	308 239	396 132	399 112	416 620	328 387	651 615
12	Carris	Lisboa	100%	-	-	-	-	-	-	4 969 561	8 663 796	5 707 960	595 334
13	INOVA	Cantanhede	100%	435 740	503 965	687 045	346 090	591 234	167 497	266 692	220 881	314 302	570 069
14	Águas de S. João	S. João Madeira	51%	368 989	357 889	297 291	288 789	177 264	366 579	353 669	325 769	460 794	497 156
15	Vitrus Ambiente	Guimarães	100%	14 616	97 160	44 099	150 859	100 743	17 341	13 648	203 972	78 582	442 725
16	GESAMB	*5	--	693 225	505 735	703 997	984 644	619 274	169 751	73 250	181 064	215 810	393 122
17	Águas de Gaia	V. Nova de Gaia	100%	213 914	96 984	-3 829 587	293 809	839 162	228 389	703 877	126 313	14 206	339 897
18	AMBI LIT AL	*6	--	637 688	492 391	726 523	583 582	440 894	362 953	412 049	280 607	304 638	335 501
19	AMBIOLHÃO	Olhão	100%	12 029	9 164	3 282	18 435	9 533	83 142	200 054	190 794	542 331	306 196
20	ADC - Águas da Covilhã	*7	51%	622 766	841 572	797 891	1 042 938	1 045 699	1 096 927	833 669	755 056	772 478	297 995
21	EM Ambiente do Porto	Porto	100%	-	-	-	-	-	-	113 469	195 255	178 303	287 093
22	Interminho	Valença	100%	-120 408	-113 272	-98 066	-37 511	-59 631	-51 514	74 418	-18 964	314 349	283 450
23	Resíduos do Nordeste	*8	--	503 165	554 436	282 275	344 408	249 503	144 039	99 133	386 684	368 440	238 812
24	Penafiel Verde	Penafiel	100%	85 391	56 769	9 986	10 556	16 373	13 410	56 245	79 246	124 481	224 312
25	APIN - EIM A. Pinhal Interior	*9	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-84 646	217 266
26	AC Águas de Coimbra	Coimbra	100%	534 404	317 414	204 900	88 153	160 046	1 384 343	2 013 504	286 569	825 866	173 127
27	Águas do B. Mondego e Gândara	*10	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-22 661	172 912
28	TERAMB	*11	--	129 023	28 584	69 796	88 719	-215	14 308	-517 501	3 564	354 314	170 562
29	Parques Tejo	Oeiras	100%	450 579	451 651	117 150	207 859	465 328	300 430	234 939	479 521	289 305	154 625
30	SDVF - Soc. Des. Habit. Social. VFC	*12	85%	-	-	-	-	-	-	-454 998	162 515	113 736	145 269
31	BRAGAHABIT	Braga	100%	882	6 305	-492 447	207 235	53 866	39 954	-907 585	154 158	109 977	142 321
32	Resialentejo	*13	--	-202 196	344 336	149 902	193 731	-7 221	170 610	164 636	397 796	-393 362	130 229
33	Infratroia - Infraestruturas	Grândola	74%	41 800	23 764	17 832	4 194	11 988	67 222	17 633	59 151	66 506	122 025
34	Matadouro Reg. Mafra	Mafra	93%	102 714	197 747	178 152	169 386	180 262	111 888	194 960	86 962	209 079	118 468
35	Infraquinta	Loulé	51%	34 467	173 490	63 190	151 886	478 871	747 727	1 192 371	327 107	506 016	114 402

\*1 Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%); \*2 Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira da Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%); \*3 Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%); \*4 AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) - 100%; \*5 CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) - 60%; \*6 AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%; \*7 Covilhã - ICOVI - Infra-Estruturas e Concessões da Covilhã, E.M.; \*8 Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%); \*9 Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.; \*10 Mira (33,33%), Montemor-o-Velho (33,33%) e Soure (33,34%); \*11 Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%); \*12 Vila Franca do Campo: Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social E.M.; \*13 Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

## R68 - Entidades com mais fraco resultado económico em 2020

Unidade: euros

Entidade	Município	Part.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 VRSA, Soc. Gestão Urb.	V. R. Sto. António	100%	63 769	140 134	14 183	37 772	-1 958 680	376 191	-1 567 700	-1 323 152	-3 687 803	-8 392 446
2 Tejo Ambiente	*1	--	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-2 281 654
3 Municipia, SA	*2	--	5 566	41 347	-1 259 227	36 687	35 349	7 837	9 920	6 093	-103 647	-1 596 118
4 Frente Mar Funchal	Funchal	100%	175 276	190 447	34 581	15 759	215	-311 866	-336 160	1 866	-875 994	-956 505
5 WEMOB	Almada	100%	-131 532	917	5 707	-74 018	5 135	585	1 157	19 855	24 258	-748 675
6 Óbidos Criativa	Óbidos	100%	8 261	11 327	15 833	63 200	-51 407	19 677	10 901	13 357	125 696	-551 644
7 Oeiras Viva	Oeiras	100%	99 343	-11 572	-232 959	41 250	163 652	209 252	122 635	222 976	76 270	-547 436
8 GEMC - Gestão Equip.	Chaves	100%	110 652	16 451	37 068	-252 136	15 606	-32 861	-26 980	-30 131	44 486	-527 135
9 Cidade em Acção	P. Delgada	100%	28 712	26 211	2 734	30 567	206 654	253 274	-271 965	-300 268	-307 628	-441 128
10 Gespaços	P. de Ferreira	100%	6 981	15 040	-395 236	150	15 785	157 221	9 671	29 764	16 272	-421 589
11 Águas do Interior Norte	*3	--	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-366 310
12 Trofáguas	Trofa	100%	46 646	63 705	-772 276	-243 744	72 531	-64 742	-273 159	32 176	52 189	-350 982
13 Aveiro Expo	Aveiro	51%	73 577	-159 676	-212 500	-134 772	122 239	24 342	193 797	33 287	3 409	-327 729
14 Lagos-em-Forma	Lagos	100%	6 514	66 139	60 908	15 499	10 119	332 831	230 947	235 457	212 050	-318 630
15 Natur norte	S. Vicente	97%	-1 391	1 916	23 137	42 896	46 335	280 059	353 159	315 619	264 284	-287 408
16 AIN - A.-I. Nordeste	*4	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-195 111	-286 943
17 FAGAR	Faro	51%	427 432	987 399	589 885	241 149	632 966	899 403	518 243	259 286	1 813 553	-267 611
18 ESPOSENDE 2000	Esposende	100%	7 510	3 975	406	4 357	47 269	91 151	50 267	6 105	6 040	-265 221
19 Loulé Concelho Global	Loulé	100%	86 234	107 246	43 907	53 012	185 229	16 566	15 667	56 703	114 001	-261 107
20 EPRM - Escola Prof.	R. Maior	80%	140 561	198 236	54 937	41 101	14 838	53 526	11 330	27 481	-519 560	-250 582
21 Promotorres	T. Vedras	100%	2 851	5 125	3 704	2 478	112 783	8 241	6 308	49 414	-48 310	-248 022
22 ICOVI	Covilhã	100%	594 041	900 553	524 977	460 110	597 293	380 062	237 892	114 208	18 767	-234 873
23 EMES - Estacionamento	Sintra	100%	134 252	174 014	161 131	96 786	114 453	145 171	67 307	18 406	129 646	-234 692
24 Loures Parque	Loures	100%	52 993	131 677	21 157	53 727	73 313	130 962	111 101	117 250	202 519	-209 555
25 ALBIGEC	C. Branco	100%	-55 095	-17 992	78 707	1 259	61 947	76 221	55 529	36 914	54 336	-206 840
26 Vila Solidária	V. F. Campo	100%	-33 964	155 128	130 846	-119 638	-341 722	-108 271	-593 905	-91 217	-125 335	-200 102
27 HABEVORA	Évora	100%	17 908	22 939	27 486	-414 929	42 850	2 618	-48 057	-301 852	61 711	-185 867
28 PRODESO	Coimbra	69%	11 540	3 219	850	1 150	1 061	-10 617	569	67 598	586	-153 343
29 Amadora Innovation	Amadora	100%	36 450	57 674	-170 723	-2 895	-435 575	-303 182	-327 042	-154 970	-102 201	-153 106
30 APdSE - Águas P. Serra Estrela	*5	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-125 122
31 Coliseu Micaelense	P. Delgada	100%	9 865	251 918	161 841	76 865	2 105	-125 215	-158 627	109 158	91 021	-124 363
32 EMPDS	Belmonte	100%	1 392	-2 044	-12 654	14 357	-23 351	10 085	4 227	6 088	16 882	-98 990
33 Urbhorta	Horta	100%	5 062	7 332	8 040	363	1 074	1 760	1 392	9 646	1 709	-90 472
34 Giatul	Mafra	100%	82 088	90 796	17 748	71 173	191 592	23 434	128 626	198 737	33 063	-99 931
35 Parkurbis	*6	--	-51 624	67 321	-165 441	-242 036	9 341	-233 829	-214 973	-72 512	-91 847	-69 014

\*1 Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%); \*2 Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta de Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertão, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior, Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios da Alta Estremadura e Associação de Municípios do Distrito de Évora.; \*3 Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real. \*4 Mirandela (49,10%) e Vila Flor (49,10%); \*5 Gouveia (33,33%), Oliveira do Hospital (33,33%) e Seia (33,33%); \*6 Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%).

#### 4.1.4. Dissolução de empresas do SEL - aplicação do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Os dados apresentados neste ponto do anuário remetem para as disposições do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto<sup>132</sup>, tendo a análise efetuada sido sustentada nos seguintes pressupostos:

- A deliberação de dissolução obrigatória de entidades empresariais resultará da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º, considerou-se como gastos totais a soma dos valores apresen-

<sup>132</sup> Artigo 62.º - Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 /prct. dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 /prct. das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

14 - O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 - O disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

tados em: Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; Fornecimentos e serviços externos; Gastos com o pessoal; Outros gastos; Gastos/reversões de depreciação e de amortização; e Juros e gastos similares suportados;

– Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º, considerou-se como receitas totais<sup>133</sup> a soma dos valores dos seguintes itens: Vendas e serviços prestados; Subsídios à exploração; Trabalhos para a própria entidade; Outros rendimentos; e Juros e rendimentos similares obtidos;

Decorrente do n.º 14 e do n.º 15 do artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

O Quadro 4.24 apresenta as empresas que se encontravam em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário<sup>134</sup>. Para além destas, foram dissolvidas, ainda, em 2020, as empresas indicadas no Quadro 4.02 do ponto 4.1 deste capítulo.

<sup>133</sup> De referir que a Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, alterou o previsto na alínea b), passando a considerar, para o efeito, apenas os subsídios de exploração atribuídos pela entidade pública participante.

<sup>134</sup> Informação colhida no próprio relato financeiro.

**Quadro 4.24 - Entidades em processo de dissolução**

	Entidade	Tipo	Município
1	Aveiro Expo - Parque de Exposições	EM	Aveiro
2	NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	EM SA	Castro Marim
3	Cidade em Accão - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	EM SA	Ponta Delgada
4	TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
5	VFC Empreendimentos - Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	Vila Franca do Campo
6	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	EM	Vila Franca do Campo
7	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	EM SA	Vila Real de Santo António
8	EIRSU - Empresa Intermunicipal Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel	EIM SA	*

\* Vila Franca do Campo (1/3), Lagoa (Açores) (1/3) e Ribeira Grande (1/3).

O número de municípios referido no Quadro 4.25 e no Quadro 4.26 resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, realizada para efeitos de elaboração deste anuário não tendo sido consideradas as empresas que se encontravam em dissolução e identificadas no Quadro 4.24. Da análise às contas entre 2018 e 2020 (inclusive), verifica-

ram-se as situações identificadas nestes Quadros, sendo qualquer uma delas suficiente para início do processo de dissolução da respetiva entidade empresarial local, caso não tenha havido ou não haja, ainda, lugar a retificações de mapas do relato financeiro que modifiquem a situação financeira, em qualquer um daqueles anos económicos.

**Quadro 4.25 - Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012**

Situações		Contas de 2018, 2019 e 2020
a)	Entidades com VPS / Gastos totais inferiores a 50%, nos três anos	3
b)	Entidades com Subsídios à exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	1
c)	Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	0
d)	Entidades com resultado líquido do período negativo, nos três anos	2
<b>Total de entidades a serem dissolvidas</b>		<b>4</b>

**Quadro 4.26 - Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012**

Alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, cujos critérios se verificaram		N.º de empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	1
	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	1
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	0

Apresentam-se, a seguir, as listagens das entidades do SEL que se encontravam em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e que foram contabilizadas nos Quadros precedentes. Faz-se notar que não foi observada qualquer situação com um resultado opera-

cional, diminuído das amortizações e depreciações, negativo, nos últimos 3 anos (alínea c)).

**Quadro 4.27 - Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a))**

	Entidade	Tipo	Município	VPS / Gastos totais		
				2017	2018	2019
1	Cura Aqueae - Termas de Melgaço	EM	Melgaço	18,8%	16,4%	19,0%
2	Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	AM Natureza e Tejo (88%)	6,2%	15,8%	15,1%
3	Porto Vivo, SRU - Soc. de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	SA	Porto	13,1%	28,8%	8,0%

\* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

**Quadro 4.28 - Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))**

	Entidade	Tipo	Município	Subsídios à exploração /Receitas		
				2017	2018	2019
1	Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	AM Natureza e Tejo (88%)	93,8%	86,2%	86,6%

**Quadro 4.29 - Entidades com resultado líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d))**

	Entidade	Tipo	Município	Resultado líquido		
				2017	2018	2019
1	Cura Aqueae - Termas de Melgaço	EM	Melgaço	-141 766	-89 259	-585
2	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	SA	Mirandela	-24 435	-112	-45 391

Unidade: euros

## 4.2. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.30, em 2020, existiam 23 SM's, tutelados por 25 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços), estando 10 SM's integrados em municípios de grande dimensão, 14 SM's integrados em municípios de média dimensão e 1 SM integrado num município de pequena dimensão. De 2011 para 2020, o número de SM's passou de 29 para 23, devido à criação de 2 SM's e à extinção de 8 SM's de água e saneamento dos municípios de Mirandela, Anadia, Valongo, Santo Tirso, Aveiro, Guarda, Tomar e Angra do Heroísmo. No cômputo dos 23 SM's, está incluído, desde 2015, o SM criado pelo município de Faro - Serviços Municipalizados "Teatro municipal de Faro" - que assumiu as competências e finalidades da empresa municipal "Teatro Municipal de Faro, E.M.", dissolvida por força da aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Para além deste, foram criados os SMAS's de Mafra, tendo estes iniciado atividade em 1 de setembro de 2019. De referir, ainda, que, os SM's de Angra do Heroísmo foram internalizados a 30 de junho de 2020, estando as respetivas contas de 2020, bem como o pessoal, integralmente incluídas nas contas do município. Observando o Quadro 4.30, verifica-se que dos 23 SM's existentes, 3 são de transportes coletivos urbanos (sendo um destes, também, de fornecimento de água) e 1 de serviços culturais<sup>135</sup>. Os restantes 19 SM's são fornecedores de água e, ou, de saneamento básico, sendo que 2 deles incluem recolha de resíduos sólidos e 1 está relacionado com fornecimento de energia.

<sup>135</sup> Desenvolvidos através do Teatro Municipal de Faro.

Quadro 4.30 - Mapa dos SM's e respetivas competências

Municípios		Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
5	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
6	Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
7	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
8	Faro	M	Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados
9	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
10	Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
11	Mafra	M	SM de Água e Saneamento
12	Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
13	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
14	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
15	Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
16	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
17	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
18	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
19	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
20	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
21	Viana do Castelo	M	SM de Saneamento Básico
22	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
23	Viseu	M	SM de Água e Saneamento

#### 4.2.1. Estrutura do Ativo

No Quadro 4.31, apresenta-se a estrutura do Ativo agregado dos 23 SM's cuja informação foi possível obter, evidenciando-se, no mesmo mapa, o Ativo total dos municípios a que pertencem estes SM's, permitindo a comparação das respetivas estruturas do Balanço. São comparáveis, ainda, com as componentes homólogas do universo municipal.

No Quadro 4.32, apresenta-se a evolução das diferentes componentes do Ativo agregado de 22 SM's, não estando incluído nesta análise os SMAS de Mafra, do qual apenas se analisaram as contas a partir de 2020. Esta análise evolutiva reporta-se a dez anos, no período compreendido entre 2011 e 2019.

**Quadro 4.31 - Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados, dos municípios a que correspondem e do universo dos municípios - 2020**

Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios (25)		Serviços Municipalizados (23)		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Ativos fixos tangíveis	34 927 216 183	80,8%	7 149 608 974	75,4%	846 085 895	75,2%	11,8%
Propriedades de investimento	461 758 220	1,1%	104 659 411	1,1%	0	0,0%	0,0%
Ativos intangíveis	120 759 020	0,3%	19 232 116	0,2%	7 945 588	0,7%	41,3%
Ativos biológicos	106 178	0,0%	52 952	0,0%	0	0,0%	0,0%
Participações financeiras	2 319 845 423	5,4%	830 904 893	8,8%	3 380 846	0,3%	0,4%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	3 421 240	0,0%	3 046 009	0,0%	0	0,0%	0,0%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	--
Diferimentos	39 999 014	0,1%	786 582	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros ativos financeiros	48 443 772	0,1%	20 516 863	0,2%	0	0,0%	0,0%
Ativos por impostos diferidos	21 511 926	0,0%	21 511 926	0,2%	0	0,0%	0,0%
Cientes, contribuintes e utentes	460 678	0,0%	1 488 254	0,0%	3 985 532	0,4%	267,8%
Outras contas a receber	98 212 520	0,2%	6 018 263	0,1%	880 490	0,1%	14,6%
<b>Total do Ativo não corrente</b>	<b>38 041 734 173</b>	<b>88,0%</b>	<b>8 157 826 241</b>	<b>86,1%</b>	<b>862 278 352</b>	<b>76,7%</b>	<b>10,6%</b>
Inventários	111 926 843	0,3%	10 477 641	0,1%	9 239 600	0,8%	88,2%
Ativos biológicos	239 500	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	--
Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis	203 114 683	0,5%	21 546 731	0,2%	6 452 373	0,6%	29,9%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	878 365	0,0%	275 768	0,0%	0	0,0%	0,0%
Cientes, contribuintes e utentes	203 721 142	0,5%	19 155 829	0,2%	56 235 109	5,0%	293,6%
Estado e outros entes públicos	26 197 327	0,1%	3 391 160	0,0%	3 426 970	0,3%	101,1%
Acionistas/Sócios/Associados	1 481 121	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	--
Outras contas a receber	2 010 343 750	4,6%	459 158 601	4,8%	26 569 107	2,4%	5,8%
Diferimentos	31 572 612	0,1%	9 434 699	0,1%	639 875	0,1%	6,8%
Ativos financeiros detidos para negociação	1 155	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	--
Outros ativos financeiros	2 572 822	0,0%	2 571 667	0,0%	0	0,0%	0,0%
Ativos não correntes detidos para venda	3 959 359	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	--
Caixa e depósitos	2 601 174 302	6,0%	792 494 640	8,4%	159 787 986	14,2%	20,2%
<b>Total do Ativo corrente</b>	<b>5 197 182 981</b>	<b>12,0%</b>	<b>1 318 506 736</b>	<b>13,9%</b>	<b>262 351 020</b>	<b>23,3%</b>	<b>19,9%</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>43 238 917 154</b>	<b>100%</b>	<b>9 476 332 977</b>	<b>100%</b>	<b>1 124 629 372</b>	<b>100%</b>	<b>11,9%</b>

Gráfico 4.05 - Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Quadro 4.32 - Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2011 e 2019

Unidade: euros

Componentes do Ativo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Imobilizado	725 177 726	726 720 446	713 903 729	726 984 704	742 127 590	742 434 597	747 072 914	753 903 901	766 508 316
Investimentos financeiros	4 019 031	4 019 031	4 019 031	1 634 017	1 634 017	4 019 031	4 019 031	4 019 031	4 041 531
Existências	7 998 055	7 901 288	7 705 312	7 714 188	7 495 955	7 752 678	7 796 168	8 459 666	8 789 592
Dívidas a Receber mlp	0	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	3 417 287	1 812 438	332 327
Dívidas a Receber cp	133 881 029	112 038 859	111 588 712	72 938 514	69 132 771	66 287 449	68 309 469	69 036 952	69 209 800
Caixa e Depósitos	94 716 670	98 516 608	101 191 976	144 375 741	164 094 286	178 514 357	178 073 116	171 121 638	174 872 345
Acréscimos de proveitos	13 027 592	14 913 462	11 693 610	12 839 278	13 473 680	15 344 069	17 563 861	17 002 529	17 970 234
Custos diferidos	502 137	506 087	482 011	503 242	497 100	1 425 488	1 165 344	643 080	944 769
<b>Total</b>	<b>979 322 241</b>	<b>964 615 782</b>	<b>952 303 698</b>	<b>968 247 606</b>	<b>998 758 002</b>	<b>1 020 928 357</b>	<b>1 027 417 190</b>	<b>1 025 999 237</b>	<b>1 042 668 915</b>

– Da análise dos Quadros e do Gráfico anteriores, verifica-se que a estrutura do Ativo dos SM's, como seria expectável, é diferente da estrutura do Ativo dos municípios, traduzindo a especificidade das funções para as quais foram criados. Assim, destaca-se o valor das dívidas a receber de **Cientes, contribuintes e utentes** desses mesmos serviços - no total de 60,2 milhões de euros, representando 5,4% do total do Ativo dos SM's - com um volume equivalente a 292% das dívidas equivalentes a receber do conjunto dos municípios que os tutelam, no conjunto do Ativo não corrente e do Ativo corrente. Também o item **Caixa e depósitos**, que nos municípios apresenta um peso de 8,4% na estrutura do Ativo, nos SM's apresenta um peso de 14,2% na estrutura homóloga. Constata-se, ainda, que o valor inscrito em **inventários** nos SM's representa 88,2% do total inscrito nos municípios de tutela.

– A grande dimensão do item **Cientes, contribuintes e utentes**, por parte dos SM's, resulta, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento, sendo que, em muitas das situações, se tornam créditos incobráveis.

– Quanto ao item **Caixa e depósitos**, no total de 159,8 milhões de euros, verifica-se que, mesmo com a inclusão dos SMAS de Mafra em 2020, o valor global do mesmo baixou 8,6% em relação ao ano anterior, mas aumentou em relação a 2011 cerca de 68,7%.

Pela importância material que revestem as dívidas a receber, importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SM's, e compará-la com o mesmo item, no Ativo do grupo de municípios que tutelam os SM's.

Os Quadros 4.33 e 4.34 apresentam as principais componentes das dívidas a receber por valores agregados de todos os SM's, do conjunto de municípios que os tutelam e do universo dos municípios.

Da análise do Quadro 4.33 anterior, pode-se concluir, em relação ao ano de 2020:

– Do total das dívidas a receber pelos SM's, no valor de 97,5 milhões de euros, 95% resultaram de dívidas de curto prazo (92,7 milhões de euros) e só 5% (4,9 milhões de euros) traduziram dívida de médio e longo prazo (dívidas a receber não correntes);

– Mais se verificou que 57,6% das dívidas a receber de curto prazo pelo conjunto dos SM's são provenientes do item **Cientes, contribuintes e utentes**. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros com o peso homólogo no conjunto dos municípios de tutela dos SM's e no universo dos 308 municípios, verifica-se que o peso das dívidas a receber de **Cientes, contribuintes e utentes** são muito inferiores no conjunto dos municípios, apresentando o peso, respetivamente, de 4% e 8%.

**Quadro 4.33 - Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020**

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios (25)		Serviços Municipalizados (23)		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	3 421 240	0,1%	3 046 009	0,6%	0	0,0%	0,0%
Cientes contribuintes e utentes	460 678	0,0%	1 488 254	0,3%	3 985 532	4,1%	267,8%
Outras contas a receber	98 212 520	3,9%	6 018 263	1,2%	880 490	0,9%	14,6%
Dívidas a receber não correntes	102 094 437	4,0%	10 552 525	2,1%	4 866 022	5,0%	46,1%
Devedores p/ transferências e subsídios não reemb.	203 114 683	8,0%	21 546 731	4,2%	6 452 373	6,6%	29,9%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reemb.	878 365	0,0%	275 768	0,1%	0	0,0%	0,0%
Cientes, contribuintes e utentes	203 721 142	8,0%	19 155 829	3,7%	56 235 109	57,6%	293,6%
Estado e outros entes públicos	26 197 327	1,0%	3 391 160	0,7%	3 426 970	3,5%	101,1%
Acionistas/Sócios/Associados	1 481 121	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	--
Outras contas a receber	2 010 343 750	78,9%	459 158 601	89,3%	26 569 107	27,2%	5,8%
Dívidas a receber correntes	2 445 736 388	96,0%	503 528 089	97,9%	92 683 559	95,0%	18,4%
<b>Total Dívidas a receber</b>	<b>2 547 830 825</b>	<b>100%</b>	<b>514 080 615</b>	<b>100%</b>	<b>97 549 581</b>	<b>100%</b>	<b>19,0%</b>

Quadro 4.34 - Evolução das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Dívidas a receber	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas a receber m/l prazo	0	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	3 417 287	1 812 438	332 327
Dívidas a receber curto prazo:	133 881 029	112 038 859	111 588 712	72 938 514	69 132 771	66 287 449	68 309 469	69 036 952	69 209 800
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	600 557
Clientes, contribui. utentes	91 342 519	73 057 655	72 236 707	63 782 117	58 576 182	57 087 520	57 425 119	62 286 328	54 184 003
Estado e outros entes públicos	1 593 107	1 931 924	1 621 211	1 593 126	2 375 527	2 584 515	2 600 655	1 924 107	3 231 807
Administração Autárquica	34 746 533	30 047 544	30 385 334	1 509 524	367 184	253 264	235 588	150 658	486 110
Adiantamentos	7 838	4 353	1 390 672	717 219	148 174	86 779	63 311	62 434	59 789
Outros devedores	6 191 031	6 997 383	5 954 789	5 336 529	7 665 704	6 275 372	7 984 796	4 613 426	10 190 134
Outras dívidas de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	457 399
<b>Total de dívidas a receber</b>	<b>133 881 029</b>	<b>112 038 859</b>	<b>113 308 028</b>	<b>74 196 436</b>	<b>69 435 375</b>	<b>71 438 137</b>	<b>71 726 757</b>	<b>70 849 390</b>	<b>69 542 127</b>

Analisando a evolução das diversas componentes das dívidas a receber dos SM's, conclui-se, ainda, a dezembro de 2020:

– **A dívida a receber de médio e longo prazo** (mlp) cresceu 4,5 milhões de euros, ao apresentar o total de 4,87 milhões de euros. No entanto, esta subida torna-se menos significativa quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 5,2 milhões de euros, registado em 2016;

– **A dívida a receber de curto prazo de Clientes, contribuintes e utentes**, que representou o maior agregado de créditos sobre terceiros (57,6%), apresentou um aumento de 4% (+2 milhões de euros);

– O segundo crédito de curto prazo mais representativo na estrutura da dívida sobre terceiros dos SM's é constituído pelas dívidas de **Outras contas a receber** (outras contas a receber) que representaram 27,2% da dívida sobre terceiros, somando 26,6 milhões de euros, e apresentando um aumento de 161% (+16,4 milhões de euros), expectável em 2020 considerando a inclusão dos acréscimos de proveitos neste item. Importa, contudo, assinalar que apesar de os acréscimos de proveitos, em SNC-AP, estarem inseridos no Ativo, estes não cumprirem a definição de ativo.

– Verificou-se, ainda, uma diminuição da dívida do **Estado<sup>196</sup> e outros entes públicos** aos SM's. O total considerado foi de 3,4 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 6% (-195 milhares de euros).

Apresentam-se, de seguida, os Quadros 4.35 e 4.36, que apresentam, respetivamente, as componentes dos Fundos próprios/Património Líquido e a sua evolução nos últimos 10 anos.

<sup>196</sup> Recuperação do IVA, na generalidade dos casos, e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

**Quadro 4.35 - Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020**

Unidade: euros

Património líquido	Municípios (308)		Municípios (24)		Serviços Municipalizados (23)		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Património/ Capital	23 486 386 780	63,3%	3 758 368 155	43,6%	330 293 563	36,2%	8,8%
Reservas	1 787 247 557	4,8%	535 730 680	6,2%	187 942 529	20,6%	35,1%
Resultados transitados	3 037 034 723	8,2%	2 416 989 073	28,0%	250 716 263	27,5%	10,4%
Ajustamentos em ativos financeiros	669 906 277	1,8%	447 451 728	5,2%	0	0,0%	0,0%
Excedentes de revalorização	106 565 502	0,3%	21 892 865	0,3%	1 252 674	0,1%	5,7%
Outras variações no património líquido	8 005 718 166	21,6%	1 404 928 446	16,3%	129 824 872	14,2%	9,2%
Resultado líquido do período	33 974 653	0,1%	32 534 487	0,4%	352 856	0,0%	1,1%
Outros instrumentos de capital próprio	308 514	0,0%	0	0,0%	11 123 109	1,2%	--
<b>Total do Património líquido</b>	<b>37 127 142 172</b>	<b>100%</b>	<b>8 617 895 433</b>	<b>100%</b>	<b>911 505 866</b>	<b>100%</b>	<b>10,6%</b>
<b>Peso sobre o Ativo total</b>	<b>85,9%</b>	<b>--</b>	<b>90,9%</b>		<b>81,0%</b>		<b>89,1%</b>

**Quadro 4.36 - Evolução dos Fundos próprios dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019**

Fundos próprios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundo patrimonial	232 255 018	238 156 288	244 580 477	261 077 549	271 266 125	278 408 598	280 123 033	281 614 511	284 103 137
Reservas	166 651 315	161 162 885	167 042 585	168 917 250	179 185 660	181 820 604	184 498 553	187 257 799	187 844 036
Doações	7 485 564	7 504 616	8 143 865	8 831 775	8 862 898	8 964 332	8 967 182	9 175 170	9 181 291
Subsídios+cedências+outros	32 274 670	32 274 670	30 485 490	30 485 490	14 431 201	14 431 201	14 431 201	14 431 201	25 295 530
Resultados transitados	130 080 071	120 278 539	134 763 399	129 985 780	135 854 427	158 280 890	172 927 968	177 861 043	184 346 748
Resultados do exercício	24 522 886	28 609 863	10 761 326	16 586 846	34 496 511	25 317 932	22 506 645	11 639 556	22 728 833
<b>Total dos Fundos próprios</b>	<b>593 269 523</b>	<b>587 986 861</b>	<b>595 777 142</b>	<b>615 884 690</b>	<b>644 096 821</b>	<b>667 223 557</b>	<b>683 454 583</b>	<b>681 979 281</b>	<b>713 499 574</b>

Da análise dos dois Quadros anteriores, relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos próprios (Património líquido):

– No final de 2020, o total do **Património líquido** era igual a 911,5 milhões de euros. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 330,3 milhões de euros, representou 36,2% do total do Património líquido;

– Relativamente a 2020, verifica-se que o **Resultado líquido** do período para o setor dos SM's se apresentou no valor de 352,8 milhares de euros, baixando, em relação ao registo de 2019, cerca de 22 milhões de euros (-98%). **Mais se faz notar que 10 SM's apresentaram resultados líquidos do período negativos;**

– Pelo peso que passou a representar no **Património líquido**, com o SNC-AP, releva-se o valor de Outras variações no património líquido, item que registou no final de 2020 o valor de 129,8 milhões de

euros, isto é 14,2% do total do **Património líquido**;

– Relativamente às **Reservas**, constatou-se que, em 2020, o montante apresentado de 187,9 milhões de euros representou 21,7% do total do **Património líquido**, com tendo este item representado significativamente menos nos municípios homólogos, com um peso de 6,2% no Património líquido total;

– Os **Resultados transitados**, em 2020, apresentaram o valor de 250,5 milhões de euros, representando 29,0% do total do **Património líquido** e um aumento de 36% em relação ao valor apresentado em 2019. Compreende-se, contudo, o aumento de Resultados transitados neste ano uma vez que os efeitos dos ajustamentos de transição para o SNC-AP são reconhecidos, por princípio, em Resultados transitados.

#### 4.2.2. Passivo dos Serviços Municipalizados

Com os Quadros 4.37 e 4.38, que, a seguir, se apresentam, pode-se comparar a estrutura do Passivo global dos SM's com a estrutura correspondente dos municípios que os tutelam e com a estrutura correspondente dos municípios em geral, bem como avaliar a evolução do Passivo global dos SM's. Será, ainda, possível observar o peso do Passivo dos SM's no Passivo dos municípios que os tutelam.

Relativamente ao Passivo, importará apreciar as componentes relacionadas com as dívidas a terceiros já que os outros elementos, nomeadamente, os diferimentos, não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os SM's ou para os municípios que os tutelam<sup>137</sup>.

<sup>137</sup> Salvo em situação de incumprimento dos programas comunitários ou outros financiamentos a fundo perdido, com exigência de devolução das verbas não aplicadas, ou incorretamente executadas.

Quadro 4.37 - Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020

Unidade: euros

	Componentes do Passivo	Municípios (308)		Municípios (24)		Serviços Municipalizados (23)		SM's / Municípios
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Passivo event. exigível	Provisões	899 121 037	14,7%	132 880 446	15,5%	38 623 581	18,1%	29,1%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	2 400 889 894	39,3%	303 552 082	35,4%	23 840 517	11,2%	7,9%
	Fornecedores de investimentos	22 848 523	0,4%	3 685 331	0,4%	0	0,0%	0,0%
	Responsabil. por benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
	Outras contas a pagar	250 754 208	4,1%	24 690 906	2,9%	14 078 557	6,6%	57,0%
Passivo event. não exigível	Fornecedores	63 309 854	1,0%	2 619 694	0,3%	1 021 983	0,5%	39%
	Diferimentos	567 943 339	9,3%	90 691 533	10,6%	60 036 233	28,2%	66,2%
	Passivos por impostos diferidos	2 450 977	0,0%	2 450 807	0,3%	0	0,0%	0,0%
	<b>Total do Passivo não corrente</b>	<b>4 207 317 831</b>	<b>68,8%</b>	<b>560 570 799</b>	<b>65,3%</b>	<b>137 600 870</b>	<b>64,6%</b>	<b>24,5%</b>
Passivo exigível	Credores p/ transf. e sub. não reemb. conced.	35 090 354	0,6%	6 168 973	0,7%	578 442	0,3%	9,4%
	Fornecedores	221 847 432	3,6%	27 581 079	3,2%	11 602 471	5,4%	42,1%
	Adiant. Clientes, contribuintes e utentes	15 547 781	0,3%	2 985 749	0,3%	242 124	0,1%	8,1%
	Estado e outros entes públicos	42 991 327	0,7%	8 283 627	1,0%	2 850 734	1,3%	34,4%
	Acionistas/Sócios/Associados	432 204	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
	Financiamentos obtidos	353 528 484	5,8%	53 178 450	6,2%	4 589 121	2,2%	8,6%
	Fornecedores de investimentos	120 530 930	2,0%	13 486 075	1,6%	997 394	0,5%	7,4%
	Outras contas a pagar	786 715 458	12,9%	143 874 240	16,8%	45 134 673	21,2%	31,4%
	Passivos financeiros detidos p/ negociação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
Outros passivos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	112 785	0,1%	-	
Passivo event. não exigível	Diferimentos	327 773 183	5,4%	42 308 552	4,9%	9 414 892	4,4%	22,3%
	<b>Total do Passivo corrente</b>	<b>1 904 457 151</b>	<b>31,2%</b>	<b>297 866 745</b>	<b>34,7%</b>	<b>75 522 636</b>	<b>35,4%</b>	<b>25,4%</b>
	<b>Passivo total</b>	<b>6 111 774 982</b>	<b>100%</b>	<b>858 437 544</b>	<b>100%</b>	<b>213 123 506</b>	<b>100%</b>	<b>24,8%</b>
	<b>Total Passivo eventualmente exigível</b>	<b>899 121 037</b>	<b>14,7%</b>	<b>132 880 446</b>	<b>15,5%</b>	<b>38 623 581</b>	<b>18,1%</b>	<b>29,1%</b>
	<b>Total Passivo exigível</b>	<b>4 314 486 447</b>	<b>70,6%</b>	<b>590 106 206</b>	<b>68,7%</b>	<b>105 048 801</b>	<b>49,3%</b>	<b>17,8%</b>
	<b>Total Passivo eventualmente não exigível</b>	<b>898 167 498</b>	<b>14,7%</b>	<b>135 450 892</b>	<b>15,8%</b>	<b>69 451 124</b>	<b>32,6%</b>	<b>51,3%</b>

Quadro 4.38 - Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas a médio e longo p.	37 957 066	39 981 536	34 752 934	30 935 963	29 884 676	28 621 778	25 018 746	23 092 470	26 018 002
Dívidas a curto prazo	73 136 413	55 459 581	50 509 255	43 869 432	43 601 673	44 694 836	46 121 587	49 283 409	44 730 331
Acréscimos de custos	16 663 284	17 879 910	25 096 843	24 173 775	24 745 475	26 299 650	26 127 719	29 346 397	30 054 548
Total dívidas a terceiros	127 756 764	113 321 027	110 359 032	98 979 169	98 231 824	99 616 264	97 268 052	101 722 276	100 802 881
Provisões p/riscos e encargos	5 481 831	9 698 754	8 061 185	12 880 793	11 757 852	10 842 010	12 417 713	17 399 434	19 030 100
Proveitos diferidos	252 814 123	253 609 140	238 106 339	240 502 953	244 671 540	243 246 527	234 276 842	224 898 245	209 336 359
<b>Total do Passivo</b>	<b>386 052 718</b>	<b>376 628 921</b>	<b>356 526 556</b>	<b>352 362 916</b>	<b>354 661 217</b>	<b>353 704 800</b>	<b>343 962 607</b>	<b>344 019 955</b>	<b>329 169 341</b>

A leitura dos Quadros anteriores permitirá concluir que:

- O total do **Passivo não corrente** dos SM's foi de 137,6 milhões de euros e representou 64,6% do Passivo total, enquanto o **Passivo corrente**, no valor de 75,5 milhões de euros, representou 35,4% do total do Passivo;
- O **Passivo total**, no valor de 213,1 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2020, um decréscimo de 35% (-116 milhões de euros), representando 24,8% do valor homólogo dos municípios que os tutelam.
- Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 105 milhões de euros, representou 49,3% do Passivo total;
- Os diferimentos não correntes e correntes, respetivamente, no valor de 60 milhões de euros e 9,4 milhões de euros, em conjunto, representaram 33% do Passivo total. De notar que, apesar de incluídos no Passivo, os diferimentos e os acréscimos de custo (incluídos, com a entrada em vigor do SNC-AP, em outras contas a pagar), não são passivos por definição;
- Ao analisar a evolução da dívida a terceiros no conjunto dos SM's, entre 2011 e 2019, releva-se a descida verificada neste espaço de tempo de 27 milhões de euros (-21%) passando de 127,8 milhões de euros em 2011 para 100,8 milhões de euros em 2019;
- Observando a estrutura da dívida a terceiros dos SM's no ano de 2020, verificou-se que as dívidas a terceiros não correntes representaram 37% do total das dívidas<sup>138</sup>, ficando os restantes 63% a

corresponder à dívida corrente. Relativamente aos respetivos municípios de tutela, a situação foi inversa, isto é, a dívida não corrente teve um peso superior à dívida corrente, numa relação de 57% para 43%;

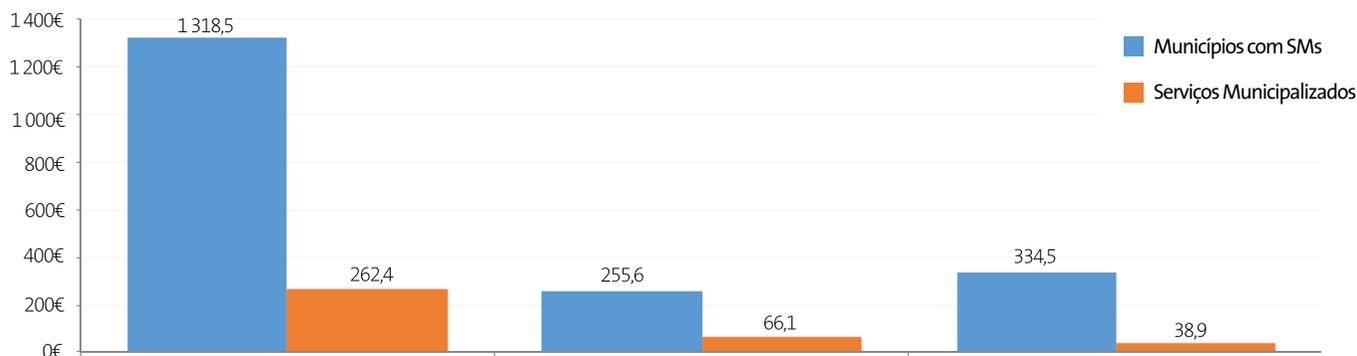
- A dívida de curto prazo dos SM's entre 2011 e 2020 desceu apenas 7 milhões de euros (-10%), o que representou um esforço muito relativo de controlo da dívida por parte dos SM's durante este período.

O Gráfico 4.06, o mesmo permite comparar a dívida e o Ativo circulante (corrente) dos SM's com os itens homólogos dos municípios que os tutelam.

O Quadro 4.39 permite avaliar a evolução do Passivo exigível de cada SM no período compreendido entre 2011 e 2020.

<sup>138</sup> Excluindo provisões, acréscimos de custos e diferimentos.

Gráfico 4.06 - Comparação da dívida e do ativo circulante entre Serviços Municipalizados e municípios que os tutelam



Quadro 4.39 - Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	Passivo exigível										Var. % 2019-2020
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1 Teatro Municipal de Faro - SM	-	-	5 285	30 165	77 271	155 516	117 195	186 790	222 302	63 375	-71,5%
2 SMAS de Peniche	446 633	471 824	452 473	581 982	397 411	558 279	525 721	609 505	560 966	762 499	35,9%
3 SMAT Portalegre	1 072 551	991 876	1 151 322	1 106 627	850 692	1 019 582	789 195	893 482	914 036	957 672	4,8%
4 SMAS de Caldas da Rainha	1 028 623	624 880	545 427	755 344	684 864	682 286	657 473	670 960	969 030	1 024 882	5,8%
5 SMAS de Ponta Delgada	985 006	620 877	709 146	953 021	1 109 228	987 578	979 323	1 016 865	939 373	1 090 028	16,0%
6 SMAS do Montijo	2 801 613	1 973 414	2 225 407	1 781 766	1 659 355	1 226 524	907 426	824 120	1 029 893	1 367 377	32,8%
7 SMVC - SM de Viana Castelo	2 592 054	2 103 800	1 791 213	1 607 887	1 996 226	1 775 250	2 089 144	2 232 623	1 959 690	1 405 769	-28,3%
8 SM de Castelo Branco	1 797 035	1 732 332	1 805 144	2 057 843	2 080 942	1 704 461	1 554 568	1 484 766	1 594 349	1 588 936	-0,3%
9 SMTUC - Transp. Urb. Coimbra	4 977 631	3 997 339	3 995 024	1 989 083	1 881 683	1 604 752	1 558 783	1 731 547	1 797 870	2 089 656	16,2%
10 SMAS Torres Vedras	5 091 358	4 662 398	4 230 959	4 254 127	3 543 799	1 851 369	1 730 725	1 892 317	1 805 271	2 166 703	20,0%
11 SMA de Abrantes	695 628	706 703	778 228	722 683	750 346	730 507	1 816 834	2 268 893	2 103 105	2 253 999	7,2%
12 SMAS - Alcobaça	15 565 200	10 295 986	8 691 740	3 273 477	1 794 607	5 710 526	4 404 208	3 845 722	3 055 654	2 460 549	-19,5%
13 Serviços Municipalizados Nazaré	966 875	621 250	713 712	690 385	606 774	551 683	1 201 681	871 039	800 360	2 825 359	253,0%
14 SMAS de Leiria	10 551 488	10 054 003	8 855 826	6 784 999	5 886 197	4 645 349	2 115 823	3 199 913	2 855 216	2 984 268	4,5%
15 SMAS de Vila Franca Xira	859 924	949 256	1 176 604	1 464 830	2 970 709	2 052 694	2 369 237	1 992 780	2 096 089	3 102 856	48,0%
16 SMTIC - Transp. Colect. Barreiro	5 900 459	5 494 843	5 178 689	4 913 257	4 762 549	4 842 850	4 983 032	3 689 682	17 130 382	4 678 419	-72,7%
17 SMEAS da Maia	22 747 298	22 198 697	22 417 129	22 241 869	21 898 849	21 419 555	21 014 962	20 419 134	13 737 073	5 451 515	-60,3%
18 SMAS de Viseu	5 129 328	4 839 298	4 199 216	4 376 963	5 167 630	5 835 690	6 675 947	6 138 043	5 536 471	5 765 957	4,1%
19 SMAS de Sintra	11 025 761	9 318 968	6 263 384	7 046 469	5 968 435	6 120 915	5 907 570	5 840 594	6 257 700	6 231 324	-0,4%
20 SMAS de Almada	10 111 906	8 722 259	8 558 370	8 649 559	10 495 247	10 112 859	11 599 612	10 823 852	7 072 124	7 926 158	12,1%
21 SIMAR de Loures e Odivelas	14 937 859	11 482 577	13 155 703	10 093 911	9 401 694	10 303 616	10 677 395	10 438 615	10 166 712	11 671 740	14,8%
22 SIMAS de Oeiras e Amadora	8 472 535	11 458 448	13 459 033	13 602 923	14 247 314	15 724 424	13 592 198	20 651 034	18 199 218	13 755 922	-24,4%
23 SMAS de Mafra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23 423 838	-
<b>Total</b>	<b>127 756 764</b>	<b>113 321 027</b>	<b>110 359 032</b>	<b>98 979 169</b>	<b>98 231 824</b>	<b>99 616 264</b>	<b>97 268 052</b>	<b>101 722 276</b>	<b>100 802 881</b>	<b>105 048 801</b>	<b>-</b>

– Com valores mais relevantes de Passivo exigível, apontam-se o SMAS de Mafra, o SM de Oeiras e Amadora (SIMAS de Oeiras e Amadora) e o SM de Loures e Odivelas (SIMAR), que registaram, respetivamente, os montantes de 23,4 milhões de euros, 13,8 milhões de euros e de 11,7 milhões de euros, estes dois últimos embora com tendências evolutivas diferentes. O SIMAS com um decréscimo de 24,4%, e o SIMAR, com um aumento de 14,8%, em relação ao ano anterior. No caso dos SMAS de Mafra, 92% do passivo exigível corresponde a financiamentos obtidos de médio e longo prazo. Faz-se notar que a soma da dívida destes 3 SM's representou 47% da dívida exigível do total dos SM's.

– Será de referir que, em 2020, 3 dos 23 SM's apresentaram descida de mais de 50% de Passivo exigível, a saber: Teatro Municipal de Faro - SM (-71,5%), Transportes Colectivos do Barreiro - SMTC (-72,75) e SMEAS da Maia (-60,3%).

– Com aumento significativo do Passivo exigível, surgiram os SM's: SM de Nazaré (+253,0%9, SMAS de Vila Franca de Xira (+48%), SMAS de Peniche (+35,9%) e SMAS do Montijo (+32,8%).

#### 4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados

Analisadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto um conjunto de informações relativas ao resultado económico e às componentes das quais deriva: gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2020, mas sempre que possível, numa comparação com os últimos dez anos.

Com a entrada em vigor do SNC-AP, algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados no Quadro 3.25 como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), a partir dos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e im-

paridades de investimentos.

De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP deixaram de existir rúbricas de carácter extraordinário, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais.

Quadro 4.40 - Gastos, rendimentos e resultados dos Serviços Municipalizados, dos municípios que os tutelam e do universo municipal - 2020

Unidade: euros

	Demonstração dos Resultados	Municípios (308)	Municípios (24)	Serviços Municipalizados (23)	SM's / Municípios
		Valor	Valor	Valor	%
Rendimentos	Impostos, contribuições e taxas	3 489 128 973	836 125 362	6 379 263	0,8%
Rendimentos	Vendas	172 057 328	6 128 026	127 951 849	2088,0%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	684 087 037	93 220 136	263 253 017	282,4%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 067 799 134	519 716 087	13 580 725	2,6%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9 721 270	-5 613 295	0	0,0%
Rendimentos	Variações nos inventários da produção	496 388	412 141	18 596	4,5%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	20 053 743	3 580 233	2 158 441	60,3%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-195 074 560	-17 389 723	-83 689 390	481,3%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	-2 100 121 392	-454 948 006	-142 459 708	31,3%
Gastos	Gastos com pessoal	-2 758 434 240	-544 777 867	-115 845 131	21,3%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	-1 316 192 025	-278 810 868	-828 273	0,3%
Gastos	Prestações sociais	-14 108 531	-2 938 957	0	0,0%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-135 385	69 461	38 451	55,4%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7 923 968	432 377	-2 017 613	-466,6%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	8 571 489	-1 511 221	-2 013 710	133,3%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 515 933	-85 456	0	0,0%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	1 001 171	941 759	0	0,0%
Rendimentos	Outros rendimentos	812 340 305	156 123 250	21 405 203	13,7%
Gastos	Outros gastos	-234 789 688	-35 042 041	-23 223 509	66,3%
EBITDA	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 639 992 982	275 631 398	64 708 210	23,5%
Gastos	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 572 792 727	-236 846 091	-64 159 480	27,1%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-449 732	0	-40 000	--
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	66 750 523	38 785 307	508 730	1,3%
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	16 319 575	2 068 501	365 176	17,7%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	-49 095 445	-8 319 321	-521 050	6,3%
	Resultado antes de impostos	33 974 653	32 534 487	352 856	1,1%
	<b>Imposto sobre o rendimento</b>	0	0	0	--
	<b>Resultado líquido do período</b>	<b>33 974 653</b>	<b>32 534 487</b>	<b>352 856</b>	<b>1,1%</b>
	Total de Gastos	-8 240 608 609	-1 579 072 874	-430 726 540	27,3%
	Total de Rendimentos	8 262 282 485	1 617 373 736	435 112 269	26,9%

### 4.2.3.1. Gastos dos Serviços Municipalizados

O Quadro 4.40 e o Gráfico 4.07 apresentam a estrutura dos gastos dos SM's, comparando-a com a estrutura dos gastos homólogos dos municípios que os tutelam.

Da leitura do Quadro 4.40 e do Gráfico 4.07, conclui-se:

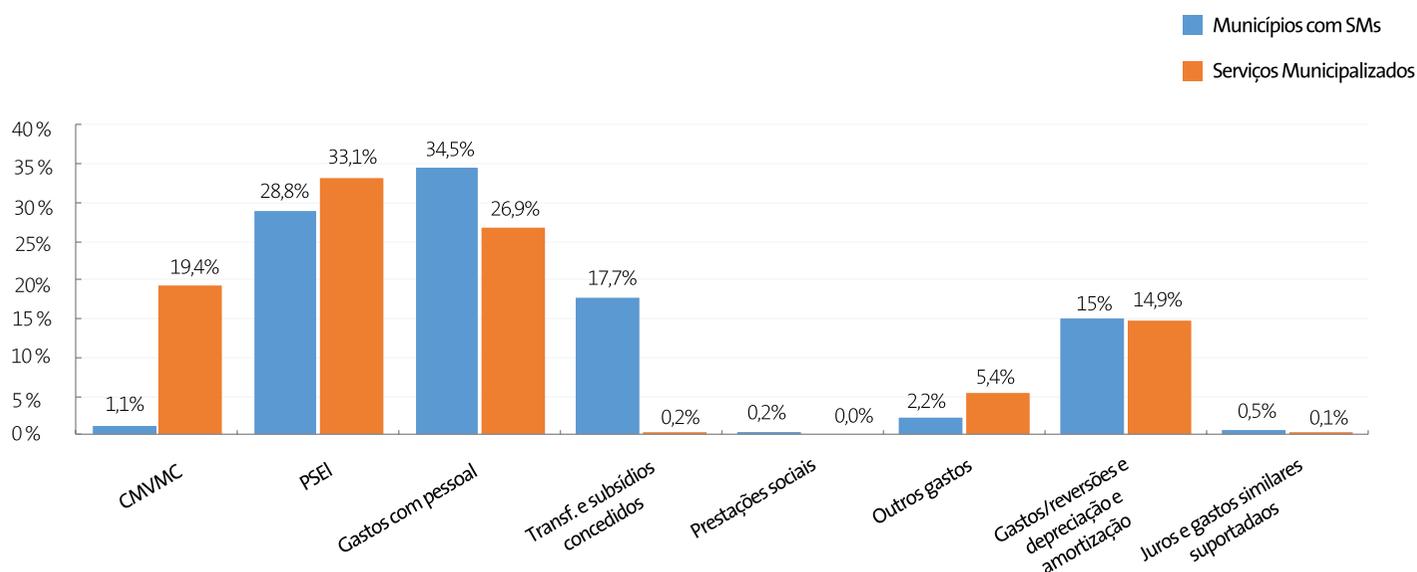
– A maior componente de gastos dos SM's, em 2020, foi **Fornecimentos e serviços externos**, com o peso de 33,1% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de **Gastos com pessoal** (estes, representando 26,9% na estrutura de gastos) de +6,2 pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos**

**com pessoal** foi superior ao peso de **Fornecimentos e serviços externos**.

– Outro item relevante na estrutura dos gastos dos SM's foi **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**, o qual representou 19,4% dos gastos totais, ao apresentar, em 2020, o valor de 83,7 milhões de euros.

– Faz-se notar o peso elevado de gastos/reversões de depreciação e amortização, representando 14,9% dos gastos totais dos SM's. Para complemento da informação prestada, apresenta-se, no Quadro 4.41, a evolução dos valores das diferentes componentes dos gastos comparáveis dos serviços municipalizados entre 2011 e 2019.

Gráfico 4.07 - Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam - 2020



Quadro 4.41 - Evolução dos Gastos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Gastos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Peso
CMVMC	69 266 063	69 772 978	67 607 026	64 594 976	61 564 313	66 198 741	71 957 420	71 536 261	76 661 289	18,7%
Fornecimentos e serviços externos	107 637 219	106 878 145	111 307 540	118 816 194	122 311 743	131 958 632	135 360 728	138 616 835	138 929 610	33,9%
Custos com pessoal	99 954 142	90 715 025	97 338 815	96 910 549	97 376 618	98 575 039	102 383 347	106 152 240	111 894 465	27,3%
Transferências, e subsídios concedidos	3 894 164	3 978 167	3 972 741	4 077 590	4 497 383	4 953 925	3 761 101	725 254	742 522	0,2%
Amortizações / Depreciações	55 756 278	55 521 244	56 356 849	54 341 383	53 057 941	55 119 636	55 658 936	55 080 052	57 161 237	13,9%
Provisões	11 212 323	10 021 452	6 122 975	9 370 403	4 349 798	6 005 528	5 731 532	8 222 038	3 970 742	1,0%
Outros custos operacionais	3 610 492	3 535 376	5 457 632	4 899 984	4 775 674	5 515 310	5 457 118	8 126 234	9 510 577	2,3%
Custos extraordinários*	9 352 898	13 415 962	10 879 980	8 729 038	16 141 501	9 530 870	9 650 090	9 870 594	10 390 226	2,5%
<b>Subtotal custos operacionais</b>	<b>360 683 579</b>	<b>353 838 348</b>	<b>359 043 559</b>	<b>361 740 116</b>	<b>364 074 970</b>	<b>377 857 681</b>	<b>389 960 272</b>	<b>398 329 509</b>	<b>409 260 668</b>	<b>99,9%</b>
<b>Custos financeiros</b>	<b>1 209 207</b>	<b>837 561</b>	<b>1 039 894</b>	<b>1 213 792</b>	<b>449 943</b>	<b>335 867</b>	<b>372 496</b>	<b>351 908</b>	<b>497 921</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total de custos</b>	<b>361 892 786</b>	<b>354 675 909</b>	<b>360 083 453</b>	<b>362 953 908</b>	<b>364 524 914</b>	<b>378 193 548</b>	<b>390 332 767</b>	<b>398 681 416</b>	<b>409 758 589</b>	<b>100%</b>

\* Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como custos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020.

– Em complemento ao já referenciado, supra, em 2020, o peso dos gastos correspondentes a **Fornecimentos e serviços externos**, que totalizaram os 142,6 milhões de euros, diminuiu relativamente a 2019 0,8 pp. O mesmo aconteceu com os **Gastos com pessoal**, cujo peso no total dos gastos diminuiu de 26,3% para 26,9% (-0,4 pp), somando 115,8 milhões de euros.

– Por sua vez, o peso do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas aumentou 0,7 pp, totalizando 83,7 milhões de euros.

#### 4.2.3.2. Rendimentos dos Serviços Municipalizados

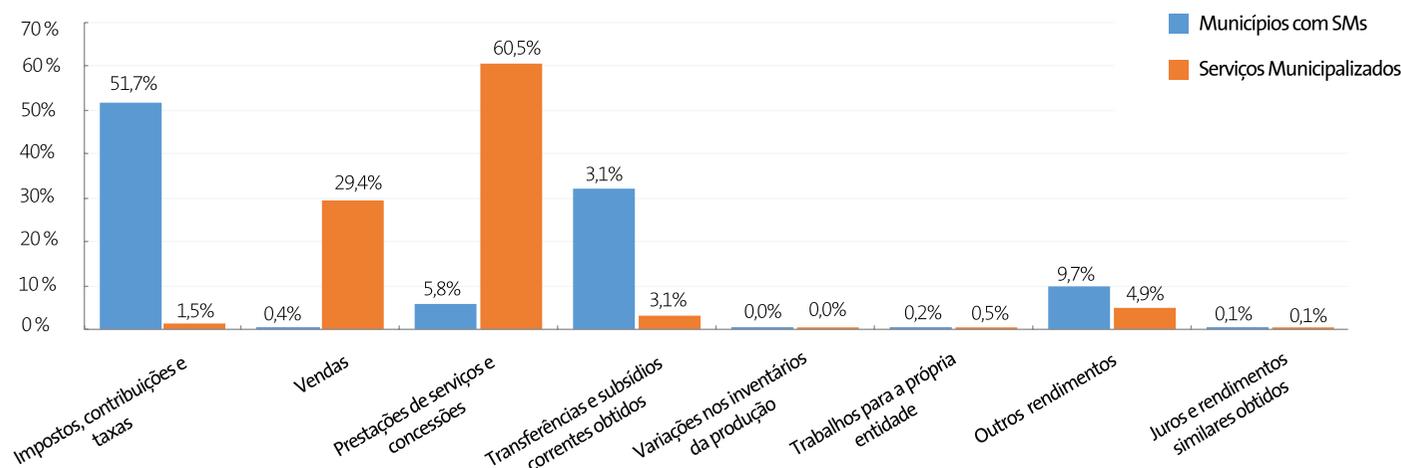
O Gráfico 4.08 apresenta a estrutura dos rendimentos dos SM's, permitindo a sua comparação com os rendimentos homólogos dos municípios que os tutelam. A leitura cruzada deste Gráfico com o Quadro 4.41 permite a comparação da estrutura dos rendimentos dos SM's com a estrutura dos rendimentos do universo dos municípios.

Relativamente à estrutura dos rendimentos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as Prestações de serviços, e as Vendas e a Variação da produção, respetivamente, com os pesos de 60,5% e de 29,4% no total dos rendimentos. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produto-

ras de bens e serviços transacionáveis<sup>99</sup>, prescindiram dos respetivos rendimentos, o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos rendimentos totais - respetivamente, 5,8% e 0,4%. Face ao exposto, e decorrente da delegação de competências dos municípios nos SM's, tanto o volume das vendas e da variação da produção, como o produto da prestação de serviços do conjunto dos SM's, não são comparáveis com os montantes de rendimentos homólogos do grupo dos municípios que tutelam os SM's, face ao elevado diferencial de valores. Os montantes apresentados em 2020 de 127,9 milhões de euros de vendas e de 263,2 milhões de euros de prestação de serviços só serão comparáveis com os valores dos rendimentos homólogos da globalidade dos municípios, correspondendo, respetivamente, a 74,4% e 38,5% dos mesmos. Faz-se notar a desproporção verificada quando se comparam os valores destes rendimentos com os rendimentos homólogos obtidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões, respetivamente, de 2088% e 282%.

<sup>99</sup> Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os SM's beneficiarão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Gráfico 4.o8 - Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2020



Quadro 4.42 - Evolução dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados de 2011 a 2019

Unidade: euros

Rendimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Peso
Vendas e variação da produção	137 069 360	134 299 421	128 697 625	125 732 921	131 935 464	129 610 530	134 169 662	131 420 364	133 617 023	30,9%
Prestação de serviços	196 362 999	201 706 476	194 538 238	205 623 900	222 740 589	234 516 485	236 825 725	236 695 716	250 728 002	58,0%
Anulações, reembolsos e restituições	-254 218	-510 689	-76 402	-102 331	-431 710	-330 281	-118 192	-102 282	-181 046	0,0%
Impostos e taxas	5 923 931	6 024 357	8 420 560	8 960 073	4 516 974	2 561 923	2 675 606	3 160 568	5 309 868	1,2%
Transferências e subsídios obtidos	6 371 300	5 910 223	7 021 492	7 565 725	7 692 814	6 832 568	7 310 862	7 677 040	8 380 355	1,9%
Trabalhos para a própria entidade	3 320 349	3 110 996	3 147 270	2 654 876	3 124 538	2 969 449	2 530 305	2 432 043	2 665 685	0,6%
Proveitos suplementares	8 018 935	3 632 615	1 778 390	2 623 333	2 327 900	2 384 420	2 387 636	3 079 565	2 917 219	0,7%
Outros proveitos operacionais	1 795 966	1 964 722	2 128 211	2 400 414	2 083 093	2 702 718	2 908 909	2 815 193	7 506 977	1,7%
Proveitos extraordinários*	23 835 449	22 881 317	21 955 960	20 762 205	25 761 611	20 682 298	22 846 600	22 044 728	20 738 818	4,8%
<b>Subtotal proveitos operacionais</b>	<b>382 444 073</b>	<b>379 019 439</b>	<b>367 611 346</b>	<b>376 221 115</b>	<b>399 751 274</b>	<b>401 930 110</b>	<b>411 537 113</b>	<b>409 222 936</b>	<b>431 682 901</b>	<b>99,8%</b>
Proveitos financeiros	3 971 599	4 266 333	3 233 433	3 319 639	2 439 021	1 581 370	1 302 299	1 098 037	804 521	0,2%
<b>Total de proveitos</b>	<b>386 415 671</b>	<b>383 285 772</b>	<b>370 844 778</b>	<b>379 540 755</b>	<b>402 190 295</b>	<b>403 511 480</b>	<b>412 839 413</b>	<b>410 320 973</b>	<b>432 487 422</b>	<b>100%</b>

\* Considerando a reclassificação das rúbricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020.

Para complemento da informação prestada, no Quadro 4.42 apresenta-se a evolução dos valores das diferentes componentes dos rendimentos comparáveis dos serviços municipalizados entre 2011 e 2019. Da análise deste quadro e do gráfico 4.09, faz-se notar o sentido ascendente da evolução do peso das prestações de serviços nos rendimentos totais, tendo o mesmo aumentado, 2,5 pp, e o sentido descendente do peso das vendas de -1,5 pp, ao apresentarem os respetivos resultados de 263,3 milhões de euros e 127,9 milhões de euros.

#### 4.2.3.3. Resultados económicos dos Serviços Municipalizados

No Quadro 4.43, apresentam-se os resultados económicos de 2020 dos SM's e a sua comparação com os resultados dos municípios em geral e com os do grupo dos municípios que tutelam os SM's. No Quadro 4.44, apresenta-se a evolução dos resultados económi-

cos da globalidade dos serviços municipalizados entre 2011 e 2020, tendo-se excluído deste quadro o SMAS de Mafra, uma vez que este SM não apresenta dados de anos anteriores a 2020.

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os SM's e os municípios, o que se oferece aditar ao já supramencionado, será:

- Nos SM's, o peso dos gastos com pessoal nos gastos totais foi inferior ao verificado no universo dos municípios (-6,6pp) e ao verificado no conjunto dos municípios que os tutelam (-7,6pp);
- O índice que traduz os resultados económicos por habitante foi bastante inferior, no contexto dos SM's (0,13€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (12,14€) e no universo dos municípios (3,28€).

Quadro 4.43 - Informação sobre estrutura económica

Unidade: euros

Indicadores	Municípios	Municípios com SM's	Serviços Municipalizados
N.º de entidades analisadas	308	25	23
População (Censos 2021 preliminares)	10 347 892	2 679 066	2 679 066
Gastos com pessoal/Gastos totais	33,5%	34,5%	26,9%
Resultados económicos	33 974 653	32 534 487	352 856
Resultados económicos/Rendimentos	0,4%	2,0%	0,1%
Resultados económicos por habitante	3,28 €	12,14 €	0,13 €
N.º de entidades com resultados negativos	143	5	10

Quadro 4.44 - Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Indicadores	Serviços Municipalizados (22)										Variação 2019-2020
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
N.º de entidades analisadas	21	21	22	22	22	22	22	22	22	22	0
População (INE)	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	2 592 543	0
Gastos com pessoal/Gastos totais	27,6%	25,6%	27,0%	26,7%	26,7%	26,1%	26,2%	26,6%	27,3%	27,3%	0 pp
Resultados económicos	24 522 886	28 609 863	10 761 326	16 586 846	37 665 381	25 317 932	22 506 645	11 639 556	22 728 833	-597 824	-23 326 657
Resultados económicos/Rendimentos	6,3%	7,5%	2,9%	4,4%	9,4%	6,3%	5,5%	2,8%	5,3%	-0,1%	-5,4 pp
Resultados económicos p/ habitante	9,46 €	11,04 €	4,15 €	6,40 €	14,53 €	9,77 €	8,68 €	4,49 €	8,77 €	-0,23 €	-8,6 €
N.º de entidades c/ resultados negativos	5	3	8	10	0	3	4	4	2	10	8

Da análise da evolução da situação económica dos SM's, será de referir, ainda:

– Os resultados económicos na globalidade do SM's diminuíram 23,3 milhões de euros, isto é, -102,6%, ao apresentar o valor total de

-597,8 milhares de euros;

Os Quadros 4.45 e 4.46 apresentam os SM's, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

**Quadro 4.45 - Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos**

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. % 2019-2020
1 SMAS de Leiria	-357 741	-1 412 836	-2 559 327	-170 005	2 626 873	4 195 399	4 625 046	2 750 000	3 254 724	2 948 401	-9,4%
2 SIMAS de Oeiras e Amadora	8 838 822	9 831 645	7 933 249	10 736 758	14 672 922	9 719 478	8 040 679	3 682 093	4 852 820	1 315 322	-72,9%
3 SMAS de Ponta Delgada	1 162 685	1 176 921	1 057 706	1 433 834	1 755 895	2 218 560	2 809 732	2 750 759	2 545 247	1 165 943	-54,2%
4 SMAS de Maфра	-	-	-	-	-	-	-	-	-	950 680	-
5 SMAS de Vila Franca Xira	2 467 652	2 724 828	1 527 632	1 793 264	2 163 540	767 647	317 464	587 177	1 154 856	941 759	-18,5%
6 SMEAS da Maia	1 392 008	1 585 798	616 081	276 236	831 421	1 012 871	1 887 912	1 356 209	1 295 986	801 545	-38,2%
7 SMAS de Almada	729 711	1 858 054	-1 152 202	1 144 922	1 682 631	415 110	-3 189 808	-3 429 488	446 187	482 441	8,1%
8 Teatro Municipal de Faro - SM	-	-	194 715	-93 070	77 557	-126 998	-132 698	45 957	16 512	201 794	1122,1%
9 SMAS Torres Vedras	399 616	1 034 206	-402 264	-780 789	4 576 143	1 368 728	1 268 625	299 391	135 823	170 532	25,6%
10 SMAS do Montijo	-1 018 731	-249 338	-256 417	-200 646	53 768	116 454	545 585	288 849	467 595	150 270	-67,9%
11 SMA de Abrantes	91 102	374 349	55 576	69 516	42 619	33 176	-157 837	-243 183	7 673	63 899	732,8%
12 SMAS de Caldas da Rainha	28 786	161 978	-504 056	-472 954	224 866	467 064	798 349	492 203	26 563	37 197	40,0%
13 SMAS de Viseu	1 093 310	1 149 392	1 227 121	1 096 681	1 989 753	1 003 843	95 710	459 845	1 910 079	34 115	-98,2%

**Quadro 4.46 - Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos**

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. % 2019-2020
1 SIMAR de Loures e Odivelas	2 729 229	3 549 157	597 424	660 311	1 832 517	1 122 819	181 971	-437 245	-308 475	-2 422 651	685,4%
2 SMAS de Sintra	3 567 043	2 268 515	804 069	-214 957	1 315 273	-402 587	1 385 398	829 924	1 131 218	-1 890 360	-267,1%
3 SMVC - SM de Viana Castelo	1 662 656	1 093 531	781 669	400 717	195 544	1 544 215	1 775 944	1 346 761	1 213 884	-1 506 704	-224,1%
4 Serviços Municipalizados Nazaré	-105 812	528 634	127 388	150 726	240 558	79 903	118 607	192	819 320	-1 139 734	-239,1%
5 SMTc - Transp. Colect. Barreiro	-525 493	440 627	293 981	-26 448	451 339	30 623	-205 600	670 729	405 157	-698 237	-272,3%
6 SM de Castelo Branco	1 887 762	1 845 844	1 937 869	1 682 310	1 217 218	618 761	460 620	-538 136	-310 947	-487 834	56,9%
7 SMTUC - Transp. Urb. Coimbra	-285 628	-87 648	189 638	-24 573	396 232	-164 048	187 729	231 311	2 643 352	-299 948	-111,3%
8 SMAT Portalegre	70 824	22 162	-132 816	-91 635	174 193	105 794	738 338	142 944	248 435	-207 818	-183,7%
9 SMAS de Peniche	580 528	96 672	-296 591	185 084	871 766	757 002	696 183	132 742	461 315	-147 935	-132,1%
10 SMAS - Alcobaça	114 557	617 371	-1 279 119	-968 435	272 753	434 116	258 698	220 521	311 508	-109 822	-135,3%

## CAPÍTULO 5.

### RANKING GLOBAL

#### 5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como aconteceu em anteriores anuários, é apresentado um Ranking global que posiciona os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para caracterizar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económico-financeira refletiva nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição, com exceção para o rácio dos prazos médios de pagamento, o qual, por falta de dados relativos ao ano de 2020, foi excluído do computo geral.

#### 5.2. Indicadores do Ranking Global

Para o *Ranking* Global consideraram-se os indicadores selecionados apresentados no quadro 5.01, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles:

– Ordenaram-se, para cada indicador, os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável em análise, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos e reduzindo-se um ponto para cada mu-

nicipio seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos;

– Com este critério de pontuação apenas serão escalonados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, desprezando-se a pontuação dos últimos 108 municípios para cada listagem considerada.

– **Resultante da conjugação dos 9 indicadores selecionados, a pontuação máxima a atribuir a um município poderá ser 1.800 pontos.**

**Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios**

N.º Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação	
1	Índice Liquidez	$\frac{\text{Dívidas a receber correntes} + \text{caixa e depósitos}}{\text{Dívidas a pagar correntes}}$	Balanço (Ativo)	Maior rácio = 200
			Balanço (Passivo)	
2	Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais	$\frac{\text{Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)}}{\text{Rendimentos operacionais}}$	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
3	Peso Passivo exigível no Ativo	$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total} - \text{ATF: Bens de Domínio Público}}$	Balanço (Passivo)	Menor rácio = 200
			Balanço (Ativo)	
4	Passivo por habitante	$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{N.º de habitantes}}$	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
			Censos 2021	
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	$\frac{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}{\text{Receitas liquidadas líquidas}}$	DEO despesa	Menor rácio = 200
			DEO receita	
6	Grau de execução do saldo efetivo	$\frac{\text{Receitas efetivas liquidadas} - \text{Despesas efetivas comprometidas}}{\text{Receitas efetivas liquidadas}}$	DEO receita e da despesa	Maior rácio = 200
			DEO receita	
7	Índice de Dívida Total	$\frac{\text{Dívida Total (passivo exigível - operações de tesouraria)}}{\text{Média das receitas correntes nos últimos 3 anos}}$	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
			DEO receita	
8	Índice de Superavit	$\frac{\text{Despesas Pagas} + (\text{caixa e depósitos} - \text{operações de tesouraria})}{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}$	DEO da despesa, balanço e fluxos de caixa	Maior rácio = 200
			DEO da despesa	
9	Impostos diretos por habitante	$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+ derrama}}{\text{N.º de habitantes}}$	DEO da receita	Maior rácio = 200
			INE 2019	
<b>Pontuação máxima</b>			<b>1 800</b>	

Face ao exposto na introdução deste capítulo, mantém-se a justificação para a escolha de cada indicador supramencionado atualizando-se, apenas, os dados que permitem determinar o valor base de cada um, para o ano económico de 2020.

## I. Índice Liquidez

Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos
Dívidas a pagar correntes

– Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com estes compromissos.

– Não foi atribuída pontuação aos dois municípios que não apresentaram saldo em dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes (Carrizada de Ansiães e Mortágua), no final do ano económico. Apesar de não se possuir informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico, entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL e válido no SNC-AP

– **50 municípios apresentam um valor de dívidas a pagar superior ao montante de dívidas a receber somado das disponibilidades.**

### R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dimensão	Índice Liquidez	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	2640%	200
2	Murtosa	Aveiro	P	1513%	199
3	Santa Cruz das Flores	Açores	P	1440%	198
4	Lagoa (Algarve)	Faro	M	1364%	197
5	Santana	Madeira	P	1215%	196
6	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	1178%	195
7	Velas	Açores	P	1162%	194
8	Marinha Grande	Leiria	M	1124%	193
9	Amadora	Lisboa	G	983%	192
10	Sintra	Lisboa	G	973%	191
11	Mealhada	Aveiro	P	957%	190
12	Tavira	Faro	M	946%	189
13	Penedono	Viseu	P	934%	188
14	Castelo Branco	Castelo Branco	M	883%	187
15	Vila Franca do Campo	Açores	P	868%	186
16	Oeiras	Lisboa	G	802%	185
17	Miranda do Douro	Bragança	P	797%	184
18	Porto de Mós	Leiria	M	791%	183
19	Penamacor	Castelo Branco	P	785%	182
20	Coruche	Santarém	P	782%	181

## II. Razão entre o EBITDA e os Proveitos Operacionais

Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)
Rendimentos operacionais

- Embora se entenda que um município não tem como obje-

tivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação os resultados económicos apresentados, sobretudo os resultados operacionais. Reforça este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada da afetação dos seus proveitos.

### R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dimensão	Resultado Operacional / Proveitos Operacionais	Pontuação
1	Ribeira Brava	Madeira	P	51,5%	200
2	Aveiro	Aveiro	M	42,8%	199
3	Fornos de Algodres	Guarda	P	42,0%	198
4	Maia	Porto	G	41,3%	197
5	Machico	Madeira	P	41,3%	196
6	Santana	Madeira	P	40,7%	195
7	Paredes	Porto	M	40,3%	194
8	Montemor-o-Velho	Coimbra	M	40,3%	193
9	Nordeste	Açores	P	39,5%	192
10	Castelo Branco	Castelo Branco	M	38,9%	191
11	Aguiar da Beira	Guarda	P	38,5%	190
12	Velas	Açores	P	38,1%	189
13	Ribeira Grande	Açores	M	37,9%	188
14	Murtosa	Aveiro	P	37,9%	187
15	Corvo	Açores	P	37,7%	186
16	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	37,0%	185
17	Câmara de Lobos	Madeira	M	36,9%	184
18	Alenquer	Lisboa	M	36,4%	183
19	Pombal	Leiria	M	36,2%	182
20	Coruche	Santarém	P	36,2%	181

### III. Peso do Passivo exigível no Ativo

Dívidas a pagar (passivo exigível)
Ativo Total – ATF (Bens de Domínio Público)

– Este indicador medirá o nível de comprometimento obtido pela **dívida total sobre o ativo**. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverosímil no enquadramento jurídico vigente dos municípios. Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental

– Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2020, **três municípios apresentaram uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público (Caminha, Cartaxo e Fornos de Algodres)**, pelo que este rácio se apresentou superior a 100% para esses municípios. **Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 216 municípios com este rácio inferior a 20%.**

#### R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dimensão	Peso Passivo Exigível	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	1,9%	200
2	Penedono	Viseu	P	2,1%	199
3	Castelo Branco	Castelo Branco	M	2,3%	198
4	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	2,3%	197
5	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,5%	196
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2,6%	195
7	Marinha Grande	Leiria	M	2,9%	194
8	Castelo de Vide	Portalegre	P	2,9%	193
9	Sintra	Lisboa	G	3,2%	192
10	Santana	Madeira	P	3,4%	191
11	Bombarral	Leiria	P	3,5%	190
12	Porto	Porto	G	3,5%	189
13	Mealhada	Aveiro	P	3,5%	188
14	Murtosa	Aveiro	P	3,6%	187
15	Abrantes	Santarém	M	3,7%	186
16	Mira	Coimbra	P	3,8%	185
17	Alter do Chão	Portalegre	P	4,0%	184
18	Ponte de Sor	Portalegre	P	4,1%	183
19	Boticas	Vila Real	P	4,3%	182
20	Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	4,3%	181

## IV. Passivo por habitante

Dívidas a pagar (passivo exigível)
N.º de habitantes

– Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global) por habitante, indexando o total do passivo

à dimensão social do município relacionada com a população residente.

– Assim, **a média nacional dos passivos por habitante foi de 624 euros**, tendo o município de Marinha Grande apresentado o menor valor de passivo por habitante (61 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (6.258 €/habitante).

## R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Passivo por habitante	Pontuação
1	Marinha Grande	Leiria	M	61,0 €	200
2	Santana	Madeira	P	66,1 €	199
3	Sintra	Lisboa	G	72,5 €	198
4	Ponta do Sol	Madeira	P	76,4 €	197
5	Moita	Setúbal	M	89,0 €	196
6	Alcobaça	Leiria	M	97,1 €	195
7	Porto de Mós	Leiria	M	115,1 €	194
8	Mealhada	Aveiro	P	115,4 €	193
9	Bombarral	Leiria	P	115,5 €	192
10	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	118,1 €	191
11	Machico	Madeira	P	121,0 €	190
12	Barcelos	Braga	G	122,6 €	189
13	Benavente	Santarém	M	123,7 €	188
14	Amadora	Lisboa	G	126,0 €	187
15	Murtosa	Aveiro	P	128,6 €	186
16	Arouca	Aveiro	M	131,0 €	185
17	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	131,6 €	184
18	Abrantes	Santarém	M	133,1 €	183
19	Montijo	Setúbal	M	138,8 €	182
20	Sátão	Viseu	P	141,0 €	181

## V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

Despesas comprometidas para o exercício
Receitas liquidadas

– Um município não deve comprometer despesa no exercício num valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excepcionar esta condição considerando, ainda, a receita certa a cobrar. Ora a receita certa a cobrar, será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão ao município, com elevado grau de certeza, receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir como denominador deste indicador as receitas liquidadas, item que, se entende ser de

grande importância para análise da eficiência financeira, e que foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.

– O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indicar uma situação de rutura financeira a repetição, em anos consecutivos, de um coeficiente superior a um.

– Assim, foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador superior a 100%.

– Como receita liquidada considerou-se o total de receita liquidada deduzida das liquidações anuladas e acrescida do montante de saldo de gerência anterior contabilizado em previsões orçamentais corrigidas ainda que não incluído na receita liquidada.

– A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 101,4% em 2020, sendo que **149 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%**.

### R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

	Município	Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pontuação
1	Penedono	Viseu	P	60,0%	200
2	Coruche	Santarém	P	64,8%	199
3	Santa Cruz das Flores	Açores	P	66,7%	198
4	Tavira	Faro	M	68,6%	197
5	Lagos	Faro	M	69,9%	196
6	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	72,7%	195
7	Maia	Porto	G	73,7%	194
8	Santana	Madeira	P	74,2%	193
9	Porto Santo	Madeira	P	75,2%	192
10	Lagoa (Algarve)	Faro	M	75,3%	191
11	Castanheira de Pera	Leiria	P	75,8%	190
12	Aveiro	Aveiro	M	76,9%	189
13	Almeida	Guarda	P	77,4%	188
14	Mértola	Beja	P	77,6%	187
15	Cartaxo	Santarém	M	78,1%	186
16	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	79,5%	185
17	Abrantes	Santarém	M	79,5%	184
18	Portimão	Faro	M	79,7%	183
19	Sintra	Lisboa	G	80,0%	182
20	Penamacor	Castelo Branco	P	80,0%	181

## VI. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas
Receitas efetivas liquidadas

- Neste anuário, mantém-se a inclusão do rácio que relaciona o saldo efetivo com as receitas efetivas. Entende-se que numa

boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação 170 municípios, em 2020.

- Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentem este indicador com valores inferiores a zero, isto é que tenham apresentado um saldo efetivo negativo.

### R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução do saldo efetivo	Pontuação
1	Velas	Açores	P	45,1%	200
2	Penedono	Viseu	P	40,0%	199
3	Coruche	Santarém	P	34,5%	198
4	Santa Cruz das Flores	Açores	P	34,1%	197
5	Tavira	Faro	M	33,8%	196
6	Aveiro	Aveiro	M	33,2%	195
7	Castanheira de Pera	Leiria	P	32,7%	194
8	Lagos	Faro	M	31,4%	193
9	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	30,2%	192
10	Maia	Porto	G	29,9%	191
11	Porto Santo	Madeira	P	28,5%	190
12	Mértola	Beja	P	27,9%	189
13	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	26,8%	188
14	Santana	Madeira	P	26,0%	187
15	Almada	Setúbal	G	25,7%	186
16	Lagoa (Algarve)	Faro	M	25,4%	185
17	Abrantes	Santarém	M	24,9%	184
18	Almeida	Guarda	P	24,8%	183
19	Aljezur	Faro	P	23,6%	182
20	Marco de Canaveses	Porto	M	22,8%	181

## VII. Índice de Dívida Total

Dívida Total (passivo exigível - operações de tesouraria)
Média das receitas correntes nos últimos 3 anos

- Refere o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º, que **a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**, considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Dada a importância deste indicador na RFAEI, entendeu-se fundamental a sua inclusão no conjunto dos indicadores de eficiência financeira sendo de realçar que, com as informações

disponibilizadas ainda **existiriam 20 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei (ver capítulo 3)**. Pelas razões já aduzidas no Capítulo 3, não foram incluídas as dívidas das entidades participadas, conforme está previsto pelo artigo 54º da mesma Lei.

- Considera-se passivo exigível o total de dívidas a pagar, ou seja, não se inclui neste indicador os montantes de provisões e diferimentos, constituintes do passivo total, na organização contabilística instituída.
- Considerou-se, para efeitos de obtenção deste rácio, como saldo de operações de tesouraria o valor que consta no mapa de fluxos de caixa.
- **Dada a importância do indicador em apreço (passivo exigível), optou-se por não se considerar, no ranking global dos 100 melhores, os municípios que apresentaram um quociente entre a dívida total e a média das receitas correntes dos 3 anos anteriores com valor superior a 150%.**

### R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de dívida total	Pontuação
1	Lagoa (Algarve)	Faro	M	6,22%	200
2	Marinha Grande	Leiria	M	6,28%	199
3	Santana	Madeira	P	6,90%	198
4	Penedono	Viseu	P	7,12%	197
5	Arronches	Portalegre	P	8,44%	196
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	8,91%	195
7	Ponta do Sol	Madeira	P	9,07%	194
8	Mogadouro	Bragança	P	9,08%	193
9	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	9,37%	192
10	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	9,64%	191
11	Castelo de Vide	Portalegre	P	10,83%	190
12	Santa Cruz das Flores	Açores	P	11,18%	189
13	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	11,88%	188
14	Sátão	Viseu	P	12,07%	187
15	Chamusca	Santarém	P	12,11%	186
16	Sintra	Lisboa	G	12,16%	185
17	Mealhada	Aveiro	P	12,63%	184
18	Porto de Mós	Leiria	M	13,01%	183
19	Monchique	Faro	P	13,34%	182
20	Elvas	Portalegre	M	13,82%	181

## VIII. Índice de Superavit

Despesas Pagas + (caixa e depósitos – operações de tesouraria)

Despesas comprometidas para o exercício

- Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do ano económico das despesas comprometidas e executadas física e financeiramente. **Assim, seria desejável que a razão entre as despesas pagas e os compromissos assumidos fosse próxima dos 100%, considerando neste computo a participação do saldo de caixa (excluídas as operações de tesouraria).**
- No entanto, considerando que alguns compromissos podem não estar pagos à data de 31 de dezembro de 2020, por ainda não se terem transformado em obrigações, entendeu-se manter o indicador que traduz o **grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, considerando-se a existência de um Superavit sempre que a despesa paga acrescida do saldo final de tesouraria seja superior à despesa assumida para aquele ano económico, tenha sido ou não paga.**
- Entende-se que este indicador, ao relacionar o montante de compromissos assumidos com o montante pago dos mesmos, acrescido das disponibilidades monetárias (excluídas das opera-

ções de tesouraria) existentes no final do ano económico, indicará o índice de superavit orçamental, pois traduzirá um valor de receita (incluindo saldos anteriores de tesouraria) superior ao valor de compromissos assumidos para o exercício económico em apreço.

- Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100% nos municípios com elevada execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos compromissos assumidos e por pagar.
- **Em dezembro de 2020, 148 municípios apresentaram este rácio com valor superior a 100%.**
- **Dada a importância deste rácio, entendeu-se excluir do ranking global dos 100 melhores municípios, os que apresentaram um valor deste rácio inferior a 80%,** pois, incluindo as disponibilidades monetárias existentes no final do económico só teriam capacidade financeira para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício. Seriam sempre municípios com problemas de sustentabilidade económica pelo que, não deverão ser incluídos num *ranking* que pretenderá identificar as mais eficientes e eficazes autarquias.
- O *ranking* R.69.H apresenta os 20 municípios com melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais de tesouraria, relativamente aos compromissos do exercício assumidos.

R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução da Despesa	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	207,7%	200
2	Amadora	Lisboa	G	182,9%	199
3	Sintra	Lisboa	G	178,0%	198
4	Penedono	Viseu	P	165,9%	197
5	Castelo Branco	Castelo Branco	M	158,8%	196
6	Coruche	Santarém	P	154,3%	195
7	Santa Cruz das Flores	Açores	P	149,8%	194
8	Velas	Açores	P	145,9%	193
9	Tavira	Faro	M	142,9%	192
10	Penamacor	Castelo Branco	P	142,2%	191
11	Portel	Évora	P	141,5%	190
12	Lagos	Faro	M	140,7%	189
13	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	138,1%	188
14	Cartaxo	Santarém	M	136,6%	187
15	Maia	Porto	G	135,7%	186
16	Santana	Madeira	P	134,8%	185
17	Aveiro	Aveiro	M	132,3%	184
18	Castanheira de Pera	Leiria	P	132,3%	183
19	Oeiras	Lisboa	G	131,7%	182
20	Porto Santo	Madeira	P	130,4%	181

## IX. Impostos diretos por habitante

IMI+IMT+IUC+ derrama
N.º de habitantes

– Sendo os impostos diretos, a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, mantém-se como um indicador importante para a determinação do *ranking* global das autarquias. Trata-se de um indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento do mu-

nicipio, será sem dúvida um indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e, assim, aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.

– Relativamente a este indicador, a **média destes impostos por habitante em 2020, foi de 215 euros por habitante.**

– De salientar que nos 10 primeiros municípios, 6 são do distrito de Faro. No entanto, esse valor pode não significar que os residentes paguem mais impostos que os de outros concelhos, mas que existirão receitas significativas de não residentes, nomeadamente IMI e IMT.

### R.69. I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Impostos por habitante	Pontuação
1	Loulé	Faro	M	1 041,9 €	200
2	Grândola	Setúbal	P	1 005,9 €	199
3	Vila do Bispo	Faro	P	975,9 €	198
4	Lagos	Faro	M	897,1 €	197
5	Lisboa	Lisboa	G	827,9 €	196
6	Lagoa (Algarve)	Faro	M	811,0 €	195
7	Castro Marim	Faro	P	792,5 €	194
8	Albufeira	Faro	M	749,6 €	193
9	Aljezur	Faro	P	678,0 €	192
10	Vila Real de Santo António	Faro	P	671,4 €	191
11	Portimão	Faro	M	603,3 €	190
12	Cascais	Lisboa	G	600,0 €	189
13	Oeiras	Lisboa	G	532,2 €	188
14	Porto	Porto	G	532,0 €	187
15	Tavira	Faro	M	515,0 €	186
16	Porto Santo	Madeira	P	506,5 €	185
17	Óbidos	Leiria	P	497,4 €	184
18	Nazaré	Leiria	P	473,2 €	183
19	Alcochete	Setúbal	P	439,9 €	182
20	Sesimbra	Setúbal	M	428,0 €	181

### 5.3. Ranking Global dos municípios

- Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listaram-se, mantendo o critério dos anos anteriores, pese embora o referido no parágrafo seguinte, os 100 municípios com pontuação global mais elevada, organizados por grupos de grande, média e pequena dimensão.
- Contudo, se atentarmos ao Quadro 5.03, verifica-se que **só 71 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total.**
- Em relação à avaliação efetuada para 2020, aplicando os indicadores e critérios supramencionados anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 16 são de grande dimensão, 35 de média dimensão e 49 de pequena dimensão.**
- Anota-se, todavia, que foram excluídos do *Ranking* global, os municípios que apresentaram um índice de dívida total (in-

dicador 7) superior a 150% (dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).

– Os municípios incluídos no *Ranking* dos 100 melhores classificados, são ainda apresentados por Distrito. De igual modo se procedeu para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

– **Considerando a pontuação total de 1.800 pontos, a pontuação máxima assinalada foi de 1.544 pontos, obtida pelo município de Santana (município de pequena dimensão), seguida pela pontuação de 1.497 atribuída ao município de Abrantes (município de média dimensão) e de 1.475 obtida pelo município de Santa Maria da Feira (município de grande dimensão).**

No Quadro 5.02 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Quadro 5.02 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o *Ranking* Global

Pontuação	Grandes	Médios	Pequenos	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	4	3	3	10
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	1	6	8	15
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	7	16	23	46
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	12	71	154	237
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>96</b>	<b>188</b>	<b>308</b>

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (9 indicadores com um valor total de 1.800 pontos), verificou-se que 237 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 900 pontos (menos de 50% da pontuação total) e que, os restantes ficaram, na sua maioria (46 em 71 municípios) com pontuação entre 50% e 70% da pontuação

total. Todavia e, na sequência da apresentação dos resultados dos indicadores aplicados aos 308 municípios nos anos anteriores, optou-se por manter a mesma metodologia, apresentando os 100 municípios com mais elevada pontuação, indiferentemente da mesma ser inferior a metade da cotação total obtida com os suprarreferidos nove indicadores.

## Municípios com melhor eficiência financeira comparativa

R70.A – *Ranking* Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2020	Posição 2019	Posição 2018	Posição 2017
1	Santa Maria da Feira	Aveiro	1 475	4º	9º	10º
2	Sintra	Lisboa	1 469	2º	1º	1º
3	Maia	Porto	1 464	8º	13º	17º
4	Porto	Porto	1 455	1º	3º	2º
5	Oeiras	Lisboa	1 384	5º	2º	3º
6	Almada	Setúbal	1 241	9º	8º	13º
7	Amadora	Lisboa	1 238	3º	6º	6º
8	Leiria	Leiria	1 169	7º	12º	5º
9	Cascais	Lisboa	1 137	6º	5º	8º
10	Barcelos	Braga	1 122	11º	7º	9º
11	Vila Franca de Xira	Lisboa	943	12º	4º	7º
12	Matosinhos	Porto	914	10º	14º	12º
13	Vila Nova de Famalicão	Braga	876	16º	16º	16º
14	Odivelas	Lisboa	867	15º	11º	14º
15	Guimarães	Braga	809	17º	19º	19º
16	Lisboa	Lisboa	778	14º	18º	15º

**R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente**

	Município	Distrito	Pontuação 2020	Posição 2019	Posição 2018	Posição 2017
1	Abrantes	Santarém	1 497	5º	13º	8º
2	Lagoa (Algarve)	Faro	1 467	1º	2º	2º
3	Oliveira de Azeméis	Aveiro	1 449	17º	23º	44º
4	Marinha Grande	Leiria	1 430	2º	1º	1º
5	Castelo Branco	Castelo Branco	1 354	4º	7º	7º
6	Tavira	Faro	1 349	7º	4º	6º
7	Alcobaça	Leiria	1 323	3º	6º	4º
8	Ourém	Santarém	1 306	13º	22º	48º
9	Montijo	Setúbal	1 290	6º	3º	9º
10	Albufeira	Faro	1 228	8º	5º	3º
11	Porto de Mós	Leiria	1 207	9º	12º	11º
12	Moita	Setúbal	1 178	59º	51º	50º
13	Benavente	Santarém	1 166	12º	11º	5º
14	Ovar	Aveiro	1 123	23º	17º	23º
15	Estarreja	Aveiro	1 110	19º	38º	24º
16	Pombal	Leiria	1 083	15º	20º	15º
17	Aveiro	Aveiro	1 080	34º	24º	42º
18	Bragança	Bragança	1 015	22º	18º	17º
19	Torres Vedras	Lisboa	992	48º	27º	31º
20	Palmela	Setúbal	955	16º	10º	20º
21	Lagos	Faro	950	10º	8º	13º
22	Alenquer	Lisboa	937	26º	55º	24º
23	Loulé	Faro	922	11º	13º	12º
24	Marco de Canaveses	Porto	849	24º	46º	37º
25	Faro	Faro	834	20º	15º	27º
26	Odemira	Beja	832	18º	53º	52º
27	Silves	Faro	808	40º	28º	34º
28	Ílhavo	Aveiro	792	30º	58º	66º
29	Arouca	Aveiro	790	27º	29º	14º
30	Mafra	Lisboa	789	45º	9º	10º
31	Viseu	Viseu	778	29º	40º	29º
32	Cantanhede	Coimbra	755	37º	31º	67º
33	Ponte de Lima	Viana do Castelo	729	46º	34º	38º
34	Vale de Cambra	Aveiro	710	65º	76º	62º
35	Olhão	Faro	704	25º	26º	21º

## R7o.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2020	Posição 2019	Posição 2018	Posição 2017
1	Santana	Madeira	1 544	9º	29º	27º
2	Murtosa	Aveiro	1 454	3º	5º	2º
3	Penedono	Viseu	1 444	5º	4º	6º
4	Coruche	Santarém	1 419	12º	10º	5º
5	Arronches	Portalegre	1 393	1º	2º	10º
6	Santa Cruz das Flores	Açores	1 370	2º	3º	4º
7	Ponta do Sol	Madeira	1 340	4º	1º	7º
8	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	1 298	6º	9º	17º
9	Chamusca	Santarém	1 284	17º	26º	44º
10	Bombarral	Leiria	1 282	8º	12º	24º
11	Aguiar da Beira	Guarda	1 277	13º	27º	23º
12	Mértola	Beja	1 230	68º	61º	18º
13	Penamacor	Castelo Branco	1 217	11º	25º	38º
14	Mealhada	Aveiro	1 214	10º	8º	3º
15	Grândola	Setúbal	1 192	14º	13º	12º
16	Calheta (R. A. A.)	Açores	1 184	31º	31º	41º
17	Cadaval	Lisboa	1 170	23º	37º	63º
18	Almeida	Guarda	1 127	19º	43º	30º
19	Boticas	Vila Real	1 119	34º	45º	31º
20	Aljezur	Faro	1 118	26º	16º	35º
21	Ferreira do Zêzere	Santarém	1 059	79º	55º	42º
22	Sátão	Viseu	1 053	37º	20º	37º
23	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1 047	15º	6º	1º
24	Pampilhosa da Serra	Coimbra	1 034	42º	54º	28º
25	Horta	Açores	1 031	63º	46º	49º
26	Santa Cruz da Graciosa	Açores	1 014	39º	50º	47º
27	Mortágua	Viseu	1 006	16º	19º	14º
28	Velas	Açores	998	21º	22º	32º
29	Porto Santo	Madeira	977	83º	51º	66º
30	Corvo	Açores	960	40º	101º	48º
31	Valpaços	Vila Real	932	77º	58º	82º
32	Sertã	Castelo Branco	926	67º	87º	60º
33	Alcácer do Sal	Setúbal	923	38º	15º	21º
34	Castelo de Vide	Portalegre	911	7º	7º	12º
35	Ferreira do Alentejo	Beja	889	18º	23º	86º
36	Penalva do Castelo	Viseu	852	48º	71º	57º
37	Calheta (R. A. M.)	Madeira	846	28º	42º	19º
38	Ansião	Leiria	832	72º	48º	53º
39	Alter do Chão	Portalegre	831	46º	57º	121º
40	Vila Flor	Bragança	818	43º	68º	78º
41	Miranda do Douro	Bragança	807	82º	80º	65º

Município	Distrito	Pontuação 2020	Posição 2019	Posição 2018	Posição 2017
42 Machico	Madeira	793	59º	50º	36º
43 Castanheira de Pera	Leiria	781	56º	32º	20º
44 Mogadouro	Bragança	748	27º	30º	51º
45 Marvão	Portalegre	741	22º	40º	16º
46 Idanha-a-Nova	Castelo Branco	734	105º	106º	84º
46 São Brás de Alportel	Faro	734	25º	14º	9º
48 Soure	Coimbra	724	94º	99º	87º
49 Vila Nova de Paiva	Viseu	718	57º	77º	100º

O quadro 5.03 resume o número dos municípios incluídos nos 100 melhor classificados por distrito.

**Quadro 5.03 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente**

Distrito/região	Número de municípios				Nº de municípios da lista dos 100 melhor classificados				% de municípios
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	Total	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	Total	
Aveiro	1	14	4	19	1	7	2	10	52,6%
Beja	0	2	12	14	0	1	2	3	21,4%
Braga	4	5	5	14	3	0	0	3	21,4%
Bragança	0	2	10	12	0	1	3	4	33,3%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	4	5	45,5%
Coimbra	1	3	13	17	0	1	2	3	17,6%
Évora	0	1	13	14	0	0	0	0	0,0%
Faro	0	9	7	16	0	8	2	10	62,5%
Guarda	0	2	12	14	0	0	3	3	21,4%
Leiria	1	6	9	16	1	4	3	8	50,0%
Lisboa	8	5	3	16	7	3	1	11	68,8%
Portalegre	0	2	13	15	0	0	4	4	26,7%
Porto	5	12	1	18	3	1	0	4	22,2%
Santarém	0	11	10	21	0	3	3	6	28,6%
Setúbal	3	6	4	13	1	3	2	6	46,2%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	10,0%
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Viseu	0	3	21	24	0	1	5	6	25,0%
Região Autónoma dos Açores	0	3	16	19	0	0	6	6	31,6%
Região Autónoma da Madeira	1	2	8	11	0	0	5	5	45,5%
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>96</b>	<b>188</b>	<b>308</b>	<b>16</b>	<b>35</b>	<b>49</b>	<b>100</b>	<b>32,5%</b>

**R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Santa Maria da Feira	G	1 475
2	Murtosa	P	1 454
3	Oliveira de Azeméis	M	1 449
4	Mealhada	P	1 214
5	Ovar	M	1 123
6	Estarreja	M	1 110
7	Aveiro	M	1 080
8	Ílhavo	M	792
9	Arouca	M	790
10	Vale de Cambra	M	710

**R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Mértola	P	1 230
2	Ferreira do Alentejo	P	889
3	Odemira	M	832

**R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Barcelos	G	1 122
2	Vila Nova de Famalicão	G	876
3	Guimarães	G	809

**R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Bragança	M	1 015
2	Vila Flor	P	818
3	Miranda do Douro	P	807
4	Mogadouro	P	748

**R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Castelo Branco	M	1 354
2	Penamacor	P	1 217
3	Vila Velha de Ródão	P	1 047
4	Sertã	P	926
5	Idanha-a-Nova	P	734

**R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Pampilhosa da Serra	P	1 034
2	Cantanhede	M	755
3	Soure	P	724

**R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
0	--	--	--

**R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Lagoa (Algarve)	M	1 467
2	Tavira	M	1 349
3	Albufeira	M	1 228
4	Aljezur	P	1 118
5	Lagos	M	950
6	Loulé	M	922
7	Faro	M	834
8	Silves	M	808
9	São Brás de Alportel	P	734
10	Olhão	M	704

**R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Vila Nova de Foz Côa	P	1 298
2	Aguiar da Beira	P	1 277
3	Almeida	P	1 127

**R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Marinha Grande	M	1 430
2	Alcobaça	M	1 323
3	Bombarral	P	1 282
4	Porto de Mós	M	1 207
5	Leiria	G	1 169
6	Pombal	M	1 083
7	Ansião	P	832
8	Castanheira de Pera	P	781

**R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Sintra	G	1 469
2	Oeiras	G	1 384
3	Amadora	G	1 238
4	Cadaval	P	1 170
5	Cascais	G	1 137
6	Torres Vedras	M	992
7	Vila Franca de Xira	G	943
8	Alenquer	M	937
9	Odivelas	G	867
10	Mafra	M	789
11	Lisboa	G	778

**R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Arronches	P	1 393
2	Castelo de Vide	P	911
3	Alter do Chão	P	831
4	Marvão	P	741

**R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Maia	G	1 464
2	Porto	G	1 455
3	Matosinhos	G	914
4	Marco de Canaveses	M	849

**R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Abrantes	M	1 497
2	Coruche	P	1 419
3	Ourém	M	1 306
4	Chamusca	P	1 284
5	Benavente	M	1 166
6	Ferreira do Zêzere	P	1 059

**R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Montijo	M	1 290
2	Almada	G	1 241
3	Grândola	P	1 192
4	Moita	M	1 178
5	Palmela	M	955
6	Alcácer do Sal	P	923

**R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Ponte de Lima	M	729

**R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Boticas	P	1 119
2	Valpaços	P	932

**R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Penedono	P	1 444
2	Sátão	P	1 053
3	Mortágua	P	1 006
4	Penalva do Castelo	P	852
5	Viseu	M	778
6	Vila Nova de Paiva	P	718

**R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global**

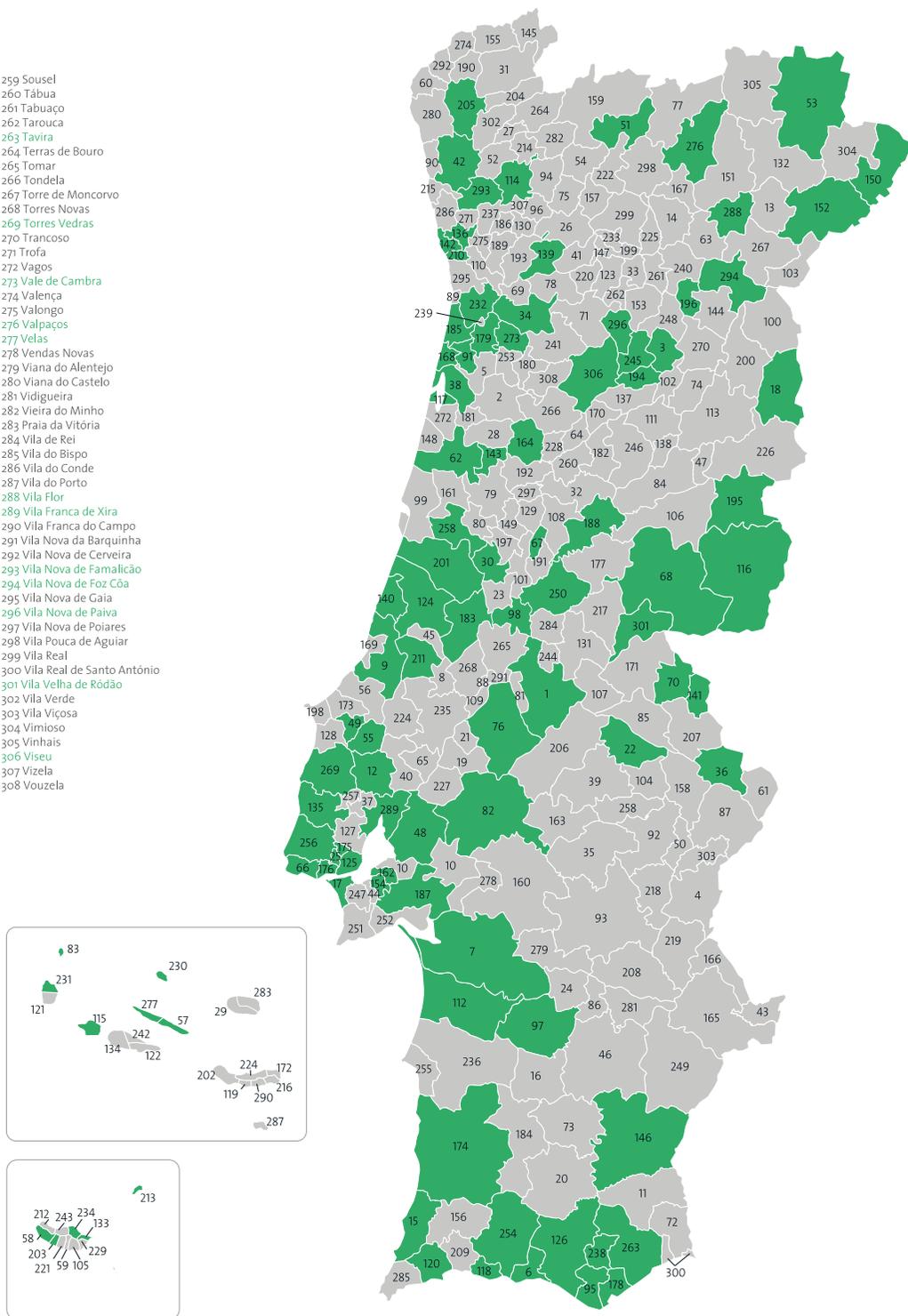
	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Santa Cruz das Flores	P	1 370
2	Calheta (R. A. A.)	P	1 184
3	Horta	P	1 031
4	Santa Cruz da Graciosa	P	1 014
5	Velas	P	998
6	Corvo	P	960

**R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2020
1	Santana	P	1 544
2	Ponta do Sol	P	1 340
3	Porto Santo	P	977
4	Calheta (R. A. M.)	P	846
5	Machico	P	793

Figura 2 - 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)

- |                         |                                 |                                |
|-------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| 1 Abrantes              | 87 Elvas                        | 173 Óbidos                     |
| 2 Águeda                | 88 Entroncamento                | 174 Odemira                    |
| 3 Aguiar da Beira       | 89 Espinho                      | 175 Odvelhas                   |
| 4 Alandroal             | 90 Esposende                    | 176 Oeiras                     |
| 5 Albergaria-a-Velha    | 91 Estarreja                    | 177 Oleiros                    |
| 6 Albufeira             | 92 Estremoz                     | 178 Olhão                      |
| 7 Alcácer do Sal        | 93 Évora                        | 179 Oliveira de Azeméis        |
| 8 Alcanena              | 94 Fafe                         | 180 Oliveira de Frades         |
| 9 Alcobça               | 95 Faro                         | 181 Oliveira do Bairro         |
| 10 Alcochete            | 96 Felgueiras                   | 182 Oliveira do Hospital       |
| 11 Alcoutim             | 97 Ferreira do Alentejo         | 183 Ourém                      |
| 12 Alentejo             | 98 Ferreira do Zêzere           | 184 Ourique                    |
| 13 Alfândega da Fé      | 99 Figueira da Foz              | 185 Ovar                       |
| 14 Alijó                | 100 Figueira de Castelo Rodrigo | 186 Paços de Ferreira          |
| 15 Aljezur              | 101 Figueiró dos Vinhos         | 187 Palmela                    |
| 16 Aljustrel            | 102 Fornos de Algodres          | 188 Pampilhosa da Serra        |
| 17 Almada               | 103 Freixo de Espada à Cinta    | 189 Paredes                    |
| 18 Almeida              | 104 Fronteira                   | 190 Paredes de Coura           |
| 19 Almeirim             | 105 Funchal                     | 191 Pedrógão Grande            |
| 20 Almodôvar            | 106 Fundão                      | 192 Penacova                   |
| 21 Alpiarça             | 107 Gavião                      | 193 Penafiel                   |
| 22 Alter do Chão        | 108 Góis                        | 194 Penaíva do Castelo         |
| 23 Alvaiázere           | 109 Golegã                      | 195 Penamacor                  |
| 24 Alvito               | 110 Gondomar                    | 196 Penedono                   |
| 25 Amadora              | 111 Gouveia                     | 197 Penela                     |
| 26 Amaranate            | 112 Grândola                    | 198 Peniche                    |
| 27 Amares               | 113 Guarda                      | 199 Peso da Régua              |
| 28 Anadia               | 114 Guimarães                   | 200 Pinhal                     |
| 29 Angra do Heroísmo    | 115 Horta                       | 201 Pombal                     |
| 30 Ansião               | 116 Idanha-a-Nova               | 202 Ponta Delgada              |
| 31 Arcos de Valdevez    | 117 Ilhavo                      | 203 Ponta do Sol               |
| 32 Arganil              | 118 Lagoa (Algarve)             | 204 Ponte da Barca             |
| 33 Armamar              | 119 Lagoa (R.A.A)               | 205 Ponte de Lima              |
| 34 Arouca               | 120 Lagos                       | 206 Ponte de Sor               |
| 35 Arraiolos            | 121 Lajes das Flores            | 207 Portalegre                 |
| 36 Arronches            | 122 Lajes do Pico               | 208 Portel                     |
| 37 Arruda dos Vinhos    | 123 Lamego                      | 209 Portimão                   |
| 38 Aveiro               | 124 Leiria                      | 210 Porto                      |
| 39 Avis                 | 125 Lisboa                      | 211 Porto de Mós               |
| 40 Azambuja             | 126 Loulé                       | 212 Porto Moniz                |
| 41 Baião                | 127 Loures                      | 213 Porto Santo                |
| 42 Barcelos             | 128 Lourinhã                    | 214 Póvoa de Lanhoso           |
| 43 Barrancos            | 129 Louçã                       | 215 Póvoa de Varzim            |
| 44 Barreiro             | 130 Lousada                     | 216 Povoação                   |
| 45 Batalha              | 131 Mação                       | 217 Póvoa-a-Nova               |
| 46 Beja                 | 132 Macedo de Cavaleiros        | 218 Redondo                    |
| 47 Belmonte             | 133 Machico                     | 219 Reguengos de Monsaraz      |
| 48 Benavente            | 134 Madalena                    | 220 Resende                    |
| 49 Bombarral            | 135 Mafra                       | 221 Ribeira Brava              |
| 50 Borba                | 136 Maia                        | 222 Ribeira de Pena            |
| 51 Boticas              | 137 Mangualde                   | 223 Ribeira Grande             |
| 52 Braga                | 138 Manteigas                   | 224 Rio Maior                  |
| 53 Bragança             | 139 Marco de Canaveses          | 225 Sabrosa                    |
| 54 Cabeceiras de Basto  | 140 Marinha Grande              | 226 Sabugal                    |
| 55 Cadaval              | 141 Marvão                      | 227 Salvaterra de Magos        |
| 56 Caldas da Rainha     | 142 Matosinhos                  | 228 Santa Comba Dão            |
| 57 Calheta (R. A. A.)   | 143 Mealhada                    | 229 Santa Cruz                 |
| 58 Calheta (R. A. M.)   | 144 Meda                        | 230 Santa Cruz da Graciosa     |
| 59 Câmara de Lobos      | 145 Melgaço                     | 231 Santa Cruz das Flores      |
| 60 Caminha              | 146 Mértola                     | 232 Santa Maria da Feira       |
| 61 Campo Maior          | 147 Mesão Frio                  | 233 Santa Marta de Penaguião   |
| 62 Cantanhede           | 148 Mira                        | 234 Santana                    |
| 63 Carrizada de Ansiães | 149 Miranda do Corvo            | 235 Santarém                   |
| 64 Carregal do Sal      | 150 Miranda do Douro            | 236 Santiago do Cacém          |
| 65 Cartaxo              | 151 Mirandela                   | 237 Santo Tirso                |
| 66 Cascais              | 152 Mogadouro                   | 238 São Brás de Alportel       |
| 67 Castanheira de Pera  | 153 Moimenta da Beira           | 239 São João da Madeira        |
| 68 Castelo Branco       | 154 Moita                       | 240 São João da Pesqueira      |
| 69 Castelo de Paiva     | 155 Monção                      | 241 São Pedro do Sul           |
| 70 Castelo de Vide      | 156 Monchique                   | 242 São Roque do Pico          |
| 71 Castro Daire         | 157 Mondim de Basto             | 243 São Vicente                |
| 72 Castro Marim         | 158 Monforte                    | 244 Sardoal                    |
| 73 Castro Verde         | 159 Montalegre                  | 245 Sátão                      |
| 74 Celorico da Beira    | 160 Montemor-o-Novo             | 246 Seia                       |
| 75 Celorico de Basto    | 161 Montemor-o-Velho            | 247 Seixal                     |
| 76 Chamusca             | 162 Montijo                     | 248 Sernancelhe                |
| 77 Chaves               | 163 Moura                       | 249 Serpa                      |
| 78 Cinfães              | 164 Mortágua                    | 250 Sertã                      |
| 79 Coimbra              | 165 Mourão                      | 251 Sesimbra                   |
| 80 Condeixa-a-Nova      | 166 Murça                       | 252 Setúbal                    |
| 81 Constância           | 167 Murtosa                     | 253 Sever do Vouga             |
| 82 Coruche              | 168 Nazaré                      | 254 Silves                     |
| 83 Corvo                | 169 Nelas                       | 255 Sines                      |
| 84 Covilhã              | 170 Nisa                        | 256 Sintra                     |
| 85 Crato                | 171 Nisa                        | 257 Sobral de Monte Agraço     |
| 86 Cuba                 | 172 Nordeste                    | 258 Soure                      |
|                         |                                 | 259 Sousel                     |
|                         |                                 | 260 Tábua                      |
|                         |                                 | 261 Tabuaço                    |
|                         |                                 | 262 Tarouca                    |
|                         |                                 | 263 Távora                     |
|                         |                                 | 264 Terras de Bouro            |
|                         |                                 | 265 Tomar                      |
|                         |                                 | 266 Tondela                    |
|                         |                                 | 267 Torre de Moncorvo          |
|                         |                                 | 268 Torres Novas               |
|                         |                                 | 269 Torres Vedras              |
|                         |                                 | 270 Trancoso                   |
|                         |                                 | 271 Trofa                      |
|                         |                                 | 272 Vagos                      |
|                         |                                 | 273 Vale de Cambra             |
|                         |                                 | 274 Valença                    |
|                         |                                 | 275 Valongo                    |
|                         |                                 | 276 Valpaços                   |
|                         |                                 | 277 Velas                      |
|                         |                                 | 278 Vendas Novas               |
|                         |                                 | 279 Viana do Alentejo          |
|                         |                                 | 280 Viana do Castelo           |
|                         |                                 | 281 Vidigueira                 |
|                         |                                 | 282 Vieira do Minho            |
|                         |                                 | 283 Praia da Vitória           |
|                         |                                 | 284 Vila de Rei                |
|                         |                                 | 285 Vila do Bispo              |
|                         |                                 | 286 Vila do Conde              |
|                         |                                 | 287 Vila do Porto              |
|                         |                                 | 288 Vila Franca                |
|                         |                                 | 289 Vila Flor                  |
|                         |                                 | 290 Vila Franca do Campo       |
|                         |                                 | 291 Vila Nova da Barquinha     |
|                         |                                 | 292 Vila Nova de Cerveira      |
|                         |                                 | 293 Vila Nova de Famalicão     |
|                         |                                 | 294 Vila Nova de Foz Côa       |
|                         |                                 | 295 Vila Nova de Gaia          |
|                         |                                 | 296 Vila Nova de Paiva         |
|                         |                                 | 297 Vila Nova de Poiares       |
|                         |                                 | 298 Vila Pouca de Aguiar       |
|                         |                                 | 299 Vila Real                  |
|                         |                                 | 300 Vila Real de Santo António |
|                         |                                 | 301 Vila Velha de Ródão        |
|                         |                                 | 302 Vila Verde                 |
|                         |                                 | 303 Vila Viçosa                |
|                         |                                 | 304 Vimioso                    |
|                         |                                 | 305 Vinhais                    |
|                         |                                 | 306 Viseu                      |
|                         |                                 | 307 Vizela                     |
|                         |                                 | 308 Vouzela                    |



## CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2020 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo, organizado de acordo com os capítulos do Anuário e estruturado de modo a relevarem-se, para cada caso em análise, os aspetos considerados pelos autores como positivos, distinguindo-os das situações consideradas pontos fracos da gestão financeira municipal.

### 6.1 Independência Financeira

Tem-se vindo a considerar, ao longo dos diferentes anuários, que um município apresenta independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais. Assim, face aos dados obtidos para este índice em 2020, anotam-se os seguintes pontos fortes e pontos fracos.

#### Pontos fortes

– Analisando a evolução da independência financeira por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão**, representando estas, no período de 2010 a 2020, um valor médio de 64,7% das receitas totais, isto é, + 27,7 pp que o da média geral. A descida em 3pp do nível de independência financeira em 2020 ao passar de 67,6% para 64,6%, esteve associada, essencialmente, à subida do peso das transferências em 5,2pp.

– Nos municípios de **média dimensão**, no mesmo período, as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 47,4% e 47,9%. Todavia o peso das transferências do Estado subiu 3,7pp e o peso das receitas próprias desceu 3,3pp, sendo que estes dois indicadores em 2020 se fixaram, em receitas próprias nos 48,6% e nas transferências nos 48,7%, apresentando um dife-

rencial de 0,1pp. Contribuíram para a descida do peso relativo das receitas próprias a subida de peso das transferências.

– Em 2020 houve 141 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (menos 16 municípios que no ano transato.) Este número foi totalizado por 86 municípios de pequena dimensão, 14 município de grande dimensão e 41 municípios de média dimensão.

– Entre 2010 e 2020 observou-se, em geral, um crescimento do nível de independência financeira nos municípios das Regiões Autónomas, menos acentuado na R.A. da Madeira (+4,4pp) que na R.A. dos Açores (+6,3pp) atingindo, em 2020, os níveis de 36,9% e de 23,9%, respetivamente.

#### Pontos fracos

– Em 2020, verificou-se uma descida de 2,7pp do nível global de independência financeira, atingindo um peso médio de 36,4% para o universo dos municípios, o que pode ser considerado bastante baixo.

– Os municípios de pequena dimensão, para os quais a maior receita é representada pelas transferências provenientes do OE através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) traduzindo, em média, 68,5% da receita total, apresentaram um nível médio de independência financeira, nos últimos onze anos de apenas 27,5%, baixando, em 2020 2,3pp, ao apresentar o índice de 26,6%.

– Para os 41 municípios de pequena dimensão cujas transferências do Orçamento do Estado (OE) representaram mais de 80% das receitas totais, a sua elevada dependência financeira é uma situação intransponível e impossível de, de alguma forma, ser imputada à

responsabilidade dos municípios. Constitui um ponto fraco completamente exógeno à sua gestão.

– Em 2020 verifica-se, face à estrutura das receitas legalmente definidas para os municípios, que apenas 70 municípios conseguiram apresentar uma independência financeira igual ou superior a 50%, menos sete que os contabilizados em 2019.

– Por outro lado, mais 28 municípios apresentaram receitas próprias com níveis inferiores a 20%, totalizando 63 municípios, todos eles de pequena dimensão.

## 6.2 Orçamento e execução orçamental

### Pontos fortes

#### Receitas:

– O ano de 2020 registou um grau de execução da receita cobrada de **87,8%**, inferior ao grau de execução de 2019 em 2,5%. No entanto, o aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 revela uma procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita. Também, se verificou um elevado rácio de execução da receita liquidada ao faturar-se **95,7%** do orçamento estimado (-2,8pp que em 2019 e +31,0pp que em 2010). O elevado valor deste último indicador sinaliza a melhoria do controlo orçamental por parte da generalidade dos municípios e um maior rigor no cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita.

– A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -595,3 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico 5,6%, reajustando-se a novas previsões de cobrança.

– A diminuição significativa do total de receita prevista que, em onze anos, reduziu cerca de 3 mil milhões de euros, isto é -23,1%, foi um contributo fundamental para o deflacionamento dos orçamentos e para um maior ajustamento da receita cobrada à receita prevista.

– **Anota-se uma diminuição significativa da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada**, a qual passou de um diferencial de 5 135,6 milhões de euros em 2010, para 1 220,2 milhões de euros em 2020. Isto é, nestes onze anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu -76,2% (-3,9 mil milhões de euros).

– Face ao acréscimo das transferências a receita efetiva baixou menos que a descida do valor dos empréstimos bancários, tendo apresentado um decréscimo de 112 milhões de euros (-1,3%). O montante de **8 541,3 milhões de euros de receita efetiva assinalado em 2020** apesar de inferior ao contabilizado em 2019, foi superior a qualquer das receitas efetivas registadas entre 2010 e 2018, representando **97,4%** da receita total auferida pelos municípios (+1,6pp que em 2019) e mantendo, assim a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade.

– Em 2020, 170 municípios apresentaram um volume de receitas efetivas, superior ao volume despesas efetivas.

– A receita corrente cresceu na globalidade **0,2%** (+11,7 milhões de euros), tendo o acréscimo de valor das transferências correntes contrariado a descida das receitas fiscais e a descida de valor da venda de bens e serviços.

– Referenciando-se a evolução da receita ao período de onze anos em apreço neste anuário, anota-se que entre 2010 e 2020, a receita total dos municípios cresceu 11,6% (+914 milhões de euros) e a receita efetiva aumentou 16,5% (+1.209 milhões de euros).

– As receitas fiscais continuam a ser a maior parcela de receita autárquica, apresentado o peso de 39,3% na receita total. A receita proveniente das transferências correntes, com o peso de 34,7%, mantém o segundo lugar na estrutura da receita.

– O ano de 2020 foi, ainda assim, um bom ano de receita fiscal, pese embora o decréscimo verificado de 3,4% pois apresentou, na globalidade, uma execução orçamental de 101%, arrecadando na totalidade 3 446,7 milhões de euros, isto é, +35,1 milhões de euros que o previsto. Para esta boa realização fiscal contribuíram,

essencialmente, os impostos diretos que, ao registarem a coleta de 3.103,8 milhões de euros, apresentaram, contudo, um ligeiro decréscimo de valor em 1,2% em relação ao ano transato. Todavia apresenta uma taxa de execução orçamental de 102,7%.

– A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão foram as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 67,4% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,1% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 3,9%.

– Situação inversa ocorreu com os municípios de grande dimensão, nos quais 57% da receita proveio da receita fiscal e 27,6% do conjunto das transferências.

– Relativamente aos municípios de média dimensão constata-se que o peso das receitas fiscais foi inferior ao peso da totalidade das transferências em 8% com as primeiras a representarem 37,1% da receita auferida pelo conjunto destes municípios, e as segundas a representarem, no conjunto de correntes e de capital, 45,1% da receita total;

– Analisando a estrutura da receita fiscal, no ano de 2020, os impostos diretos contribuíram para 90,1% da mesma, tendo os impostos indiretos pesado apenas 1,2% e as taxas, multas e outras penalidades 8,8%.

– Anota-se que o volume de taxas, multas e outras penalidades no total de 301,9 milhões de euros e crescendo 40,4 milhões de euros (+15,4%), apresentou uma execução orçamental de apenas 88,5%.

– Em 2020, o valor do IMI retomou o sentido ascendente crescendo cerca de 0,6% ao registar-se a receita de 1 497,2 milhões de euros (+8,2 milhões de euros). Após a descida no biénio 2016/2017, tinha registado, em 2018, um acréscimo de 54 milhões de euros (+3,7%), ficando, no entanto, aquém do valor coletado em 2015, para voltar a descer cerca de 20,9 milhões de euros em 2019. O IMI contribuiu, em 2020, para 48,2% dos impostos diretos.

– O número de municípios que apresentaram diminuição de IMI diminuiu extraordinariamente (-56,8%, -105 municípios), tendo 80 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta.

– Em 2020 a Derrama cresceu tanto na Região dos Açores como na Região da Madeira á taxa de 32,1% na primeira e à taxa de 90,9% na segunda ao totalizar, respetivamente, o valor de 3,7 milhões de euros e 4,2 milhões de euros.

– Diminuiu significativamente o número de municípios (-37,5%, -27 municípios) que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT.

– Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços correntes e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros.

– As transferências do Orçamento de Estado (OE), na sua globalidade, apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Têm crescido desde 2015 até ao ano económico em apreço, atingindo em 2020 a taxa de crescimento mais elevada dos últimos onze anos (+9,7%) ao apresentar a receita de 3 213,0 milhões de euros.

– As transferências provenientes dos Fundos Comunitários baixaram consideravelmente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%) após um valor máximo de 708 milhões de euros, conhecendo a menor redução da década em 2015 (-0,7%) e registando-se, em 2016, no universo dos 308 municípios a menor receita de Fundos Comunitários nos últimos onze anos, apenas 196 milhões de euros. Em 2018 voltam a apresentar um acréscimo significativo (+35,5%), reforçado em 2019 (+28%) e 2020 (+26,7%). Em 2020 registou-se, pelo conjunto de municípios a utilização de 434 milhões de euros de Fundos Comunitários.

– As restantes transferências provenientes de **Outras Transferências** e de **Fundos Autónomos**, associadas essencialmente ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, aumentaram em 2020, em conjunto, 35,5% (+58,2 milhões de euros). Na totalidade foi auferida pelos municípios nestas duas rubricas, em 2020, a verba de 222 milhões de euros.

– Em 2020, considerando a totalidade dos municípios, o volume de passivos financeiros (recurso a empréstimos financeiros) atingiu o montante de 225,1 milhões de euros, baixando 157,4 milhões de euros (-41,1%) relativamente a 2019. Mais se refere que o volume de passivos financeiros representou 2,6% do total da receita arrecadada pelos municípios, apresentando uma descida de importância relativa em 1,7pp, em relação ao ano anterior. Conclui-se assim que o sector autárquico, contribuiu de forma positiva, para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado.

– 141 Municípios, em 2020, não apresentaram qualquer valor de passivos financeiros ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não teriam condições para acesso ao mesmo. Não foi possível, pela informação disponibilizada, identificar essas possíveis razões. Anota-se ainda que destes, 115 municípios também não tinham recorrido a qualquer forma de crédito bancário em 2019. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros 87 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2020 face ao ano anterior.

– Em 2020, a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos foi de +208,0 milhões de euros, contribuindo o sector autárquico, de forma positiva, para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado.

#### Despesas:

– No ano de 2020, foram pagos 84,1% dos compromissos assumidos. O volume da despesa paga, no total de 8,8 mil milhões de euros, representou um aumento, embora ligeiro, de 0,8% (+72,5 milhões de euros), tendo sido o valor mais elevado nos últimos onze anos.

– Considerando que o valor registado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 10 772,6 milhões de euros e que o montante de despesa paga foi 8 776,6 milhões de euros, conclui-se que no final do ano económico de 2020 existiu um saldo de tesouraria de 1 996,0 milhões de euros, na globalidade do sector autárquico. Ora, este saldo de tesouraria foi superior em 333,4 milhões de euros ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2020, pelo que se poderá concluir que o sector autárquico apresentou, neste ano, um superavit económico correspondente a este valor, tendo-se assumido um volume de despesa inferior ao volume de receita disponível para a pagar.

– Anota-se, contudo, que nem todos os compromissos assumidos se transformaram, neste mesmo ano, em obrigações a pagar, pelo que em bom rigor, apenas estas deverão ser consideradas para efeito de dívidas a liquidar. Assim, o superavit do exercício resultará da diferença entre o valor da receita incluindo saldo da gerência anterior (10 772,6 milhões de euros) e o total das obrigações do exercício (9 003,5 milhões de euros), isto é, no valor de 1 769 milhões de euros. Mais se anota que o total das obrigações que ficaram por pagar no exercício de 2020 foi de 226,9 milhões de euros decorrendo essencialmente de faturações e operações de final do ano que não permitiram, ainda dentro do período do exercício, proceder à respetiva liquidação. Este valor traduzirá a real dívida comercial constituída no final do ano económico de 2020.

– Em 2020, o volume de compromissos assumidos no exercício representou 87,2% da despesa prevista corrigida das alterações e revisões efetuadas ao longo do ano económico. Quer isto dizer que, na globalidade, 12,8% da dotação orçamental para a despesa ficou por realizar, significando tal situação uma tendência para a adequação da despesa à receita, já que esta ao nível das cobranças apresentou apenas um grau de realização de 87,8%.

– O grau de execução da despesa paga em relação ao volume de obrigações gerados no exercício foi de 97,5%, traduzindo um índice elevado de pagamentos e apresentando um diferencial pouco significativo entre as percentagens de pagamento das despesas correntes e das de capital. Assim, em relação às primeiras foram pagas

97,7% das mesmas e em relação às segundas 96,9%, apresentando uma diferença de apenas 0,9%.

– De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2010 e 2020, o aumento em 10,5% do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2010 só foram pagos 73,6% dos encargos assumidos enquanto, em 2020, foram pagos 84,1% dos mesmos. Este é um dos indicadores mais comumente usado para efeitos de avaliação da execução da despesa e de controlo orçamental.

– Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 157 municípios apresentaram, em 2020, acréscimo de volume de despesa paga.

– Anota-se que 67 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos superior a 90% e 287 municípios apresentaram uma taxa de pagamentos de obrigações superior a 90%.

– Em 2020 o investimento direto dos municípios, ao totalizar 2 720,0 milhões de euros, apresentou um aumento de 13,1% (+314,9 milhões de euros), tendo as transferências de capital, no valor de 369,1 milhões de euros, crescido 3% (+11,5 milhões de euros). Assim, o conjunto das transferências de capital e de aquisição de bens de capital, que se poderá classificar como o investimento total dos municípios, cresceu 10,9% (+303,4 milhões de euros).

– Do total dos municípios, verifica-se que 206 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 74 deles apresentaram aumento superior a 50%.

– Em 2020, a média do peso das despesas com pessoal no total das despesas autárquicas foi de 31,2%. Mais se anota o facto de 176 municípios apresentaram o volume de despesas com pessoal com um peso inferior ao peso da média nacional.

– O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 27,2% na Região Autónoma dos Açores, valor inferior à média nacional (31,2%).

– Em 2020, a despesa com **aquisição de bens e serviços correntes**, no total de 2 755,8 milhões de euros, diminuiu -1,8%, tendo sido pago 79,9% das mesmas. Esta despesa representou 26,4% do total da despesa assumida pelos municípios, tendo 245 municípios apresentado, neste ano, diminuição de encargos pagos nesta categoria de despesa corrente.

– Nos últimos onze anos, o total amortizado de empréstimos foi de 7 352,8 milhões de euros, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2020 o menor (433,2 milhões de euros).

– Considera-se um aspeto bastante positivo o facto de 185 Municípios apresentarem aumento do montante de despesas com amortizações de empréstimos em 2020), tendo os restantes 123 registado diminuição do mesmo.

– O total pago pelos municípios em 2020 respeitante a **juros e outros encargos** foi de 47,9 milhões de euros, menos 8,8 milhões de euros (-15,6%) que em 2019, considerando-se positiva esta descida de encargos financeiros. Mais se anota que 229 Municípios, em 2020, apresentaram diminuição nesta rubrica de despesa paga.

– Considerando a razão entre a dívida total a pagar e o valor ao valor do Ativo deduzido dos bens de domínio público, destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 216 municípios com este rácio inferior a 20%.

#### Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais:

– 91 Municípios, na globalidade do sector autárquico, apresentaram taxas de decréscimo do orçamento inicial em 2020, continuando na senda da redução da inflação orçamental.

– Verifica-se a consolidação da deflação das previsões orçamentais que baixaram 3 001,8 milhões de euros (-23,1%) no período de 2010 a 2020, apesar do aumento de receitas cobradas em 913,6 milhões de euros (+11,6%) verificado no mesmo período. Esta correlação entre a variação negativa da previsão orçamental e a variação

positiva da cobrança de receita, mostra o esforço dos municípios para a promoção da sustentabilidade financeira.

– O aumento de receita cobrada entre 2010 e 2020 (+11,6%, + 913,6 milhões de euros) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais foram apresentando progressivamente indicadores mais elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas comprometidas – de 73,6% em 2010 para 84,1% em 2020.

– O volume de despesa paga aumentou 11,5% (+904,5 milhões de euros) de 2010 para 2020, tendo a despesa corrente homóloga aumentado, no mesmo período, 21,9% (+1 101,0 milhões de euros) e a correspondente despesa de capital apresentado uma descida de 6,9% (-197 milhões de euros).

– Em 2020 pode-se concluir que o peso dos pagamentos em relação às obrigações do exercício no total de 9 003,5 milhões de euros foi de 97,5%, ficando por pagar apenas 226,9 milhões de euros de faturação.

– Em 2020, o volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores – saldo orçamental na ótica dos compromissos – foi superior ao volume de despesas assumidas em 416,0 milhões de euros, baixando, contudo, a sua performance em 37,7% (-251,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Anota-se que a diferença entre as receitas liquidadas acrescidas dos saldos de gerência de exercícios anteriores e as despesas assumidas, só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado no triénio 2018-2020, traduzindo, assim, um superavit financeiro revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios.

– A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 101,4% em 2020, sendo que **149 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%**.

– Face à informação obtida com SNC-AP, poder-se-á confrontar o valor das receitas do exercício incluindo o saldo da gerência ante-

rior com o valor das obrigações do exercício, deduzindo-se daqui o superavit financeiro do exercício. Assim em 2020 o excesso (superavit) da receita (incluindo saldo da gerência) sobre as obrigações constituídas foi de 1 769,1 milhão de euros, sendo este o contributo do sector autárquico para o equilíbrio orçamental das contas do Estado.

– Entre 2010 e 2020, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente, passando de 17,5pp em 2010 para 1,2pp em 2020, situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais. Não obstante, na ótica dos compromissos, a execução média da despesa continua a exceder a execução média da receita.

– Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que 149 municípios apresentaram um volume de receita liquidada líquida igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando, assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.

– Em 2020, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei do Regime Financeiro Local, ao apresentar um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo (1 116,4 milhões de euros), manifestando, este indicador, um acréscimo de 92,3 milhões de euros face a 2019.

– Entende-se que numa boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação 170 municípios, em 2020.

– Verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2010 e 2020, tendo neste último ano, pela sexta vez consecutiva no conjunto dos municípios, apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

- Entre 2010 e 2020 o saldo corrente cresceu 2 627,8% (+3.343 milhões de euros), tendo mantido em 2020 face a 2019, um crescimento de 10,5% (+331 milhões de euros). Em 2020 contribuíram para um saldo corrente positivo, 285 municípios.
  - O saldo orçamental, entre 2010 e 2020 cresceu +2 971 milhões de euros, ao passar do valor negativo de -2 555 milhões de euros para o valor positivo de +416 milhões de euros. O ano de 2020 foi o quinto ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 149 municípios.
  - O saldo global ou saldo efetivo, em 2020, foi positivo em 673 milhões de euros, sendo o sexto ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Neste ano o saldo efetivo desceu 25,4% (-229 milhões de euros) e em relação a 2010, aumentou 3.131 milhões de euros.
  - O saldo primário apresentou também um enorme crescimento (+3.048 milhões de euros) nos últimos onze anos ao passar de -2.324 milhões de euros em 2010 para +724 milhões de euros em 2020, sendo, também, o sexto ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. Em 2020, o saldo primário, considerando todo o setor municipal, baixou 25% (-242 milhões de euros). Anota-se que 176 municípios apresentaram saldo primário positivo.
  - Só 71 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total.
- Pontos fracos**
- Receitas:**
- Ao registar-se o total de 8 773,1 milhões de euros de receita cobrada, verifica-se um decréscimo de 268 milhões de euros da receita municipal (-3%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuiu, fundamentalmente, a descida cumulativa das seguintes receitas: venda de bens de investimento em -244,6 milhões de euros (-78,5%), venda de bens e serviços em -165,5 milhões de euros (-17,5%), passivos financeiros em -157,4 milhões de euros (-41,1%) e impostos e taxas em -122,9 milhões de euros (-3,4%)
  - Em 2020, pese embora a aproximação da previsão orçamental da receita ao valor liquidado da mesma, representando esta 95,7% do total estimado, ficaram por cobrar 818,8 milhões de euros, valor correspondente a 8,5% da receita liquidada.
  - O montante global de receita liquidada, em 2020 foi de 8 855,7 milhões de euros, baixando 325,7 milhões de euros (-3,5%) em relação a 2019. Também a receita cobrada baixou 3% (- 268 milhões de euros que em 2019) apresentando o montante de 8 773,1 milhões de euros.
  - Em 2020 o montante de receita estimada e não liquidada foi de 401,4 milhões de euros (+258,9 milhões de euros que em 2019). Anota-se que, em 2010, o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado ao totalizar 4 365,6 milhões de euros pelo que pode afirmar-se que o inflacionamento orçamental nos últimos onze anos se reduziu em 3.964,2 milhões de euros.
  - Há uma discrepância significativa do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios.
  - A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão são as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 67,4% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,1% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 3,9%, daí a frágil independência financeira dos pequenos municípios.
  - A comparação do peso das duas principais componentes da receita, impostos e taxas e transferências correntes e de capital, entre os municípios de grande e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de independência financeira existente entre estes grupos. Efetivamente, enquanto o peso da receita provenien-

te do total das transferências representou, para os municípios de pequena dimensão, 67,4% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 27,6%, sendo que para os primeiros o montante das receitas fiscais representou 16,1% da receita total e para os segundos 57% da mesma;

– A colecta dos impostos indiretos com o total de 41 milhões de euros e um decréscimo de -75,3% teve uma repercussão negativa no total da colecta fiscal, tendo, todavia, apresentado uma taxa de execução de 82,9%, pois a diminuição desta receita tinha sido perspetivada em termos de previsões orçamentais.

– Em 2020, o volume total de IMT volta a baixar -35,8 milhões de euros (-3,5%) descendo da fasquia dos mil milhões de euros ao totalizar 974,6 milhões de euros. Contribuíram para esta descida, mais acentuadamente, os municípios do Porto (-11,8 milhões de euros, -18%) e Albufeira (-8 milhões de euros, -38%).

– Em relação ao IMT verifica-se que 149 municípios apresentarem diminuição desta receita, isto é, mais 31 municípios que os contabilizados em 2019.

– O valor do IUC, em 2020 apresenta uma ligeira variação negativa de -1,2% (-3,5 milhões de euros), ao totalizar 283,7 milhões de euros, depois de um período de crescimento entre 2017 e 2019.

– Em 2020, a Derrama, volta a descer (-2,1%, -7,4 milhões de euros), ao apresentar o volume de colecta de 346,8 milhões de euros, representando 11,2% do total dos impostos diretos.

– Em 2020, em conjunto, o valor da venda de bens e serviços e da venda de bens duradouros, baixou 32,6%, passando a representar 9,7% da receita total, como resultado da venda de bens e serviços correntes no valor de 784,6 milhões de euros (-17,5%) e da venda de bens duradouros (ativos fixos) em cerca de 67 milhões de euros (-78,5%).

– Enquanto o volume da venda de bens e serviços correntes apresentou um crescimento contínuo desde 2013 até ano económico

em apreço, no qual baixou cerca de 165,5 milhões de euros (-17,5%), o produto da venda de bens de capital foi variando ao longo dos últimos onze anos, tendo registado um elevado montante em 2019 e baixado drasticamente em 2020 (-244,6 milhões de euros, -78,5%). 75 Municípios não apresentaram, em 2020, qualquer valor de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

#### Despesa:

– Em 2020, os totais da despesa orçada, realizada e paga apresentaram um crescimento bastante inferior ao verificado em 2019. A despesa inicialmente orçada cresceu 2,8% (+290,3 milhões de euros), a despesa realizada evoluiu 3,2% (+325,1 milhões de euros) e a despesa paga aumentou 0,8% (+72,5 milhões de euros). Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2020 e constatando-se que a receita líquida baixou 3,5% (-325,7 milhões de euros) e a receita cobrada baixou 3% (-268,0 milhões de euros), verifica-se que a despesa cresceu e a receita baixou, pelo que, nos fluxos de caixa, o volume das despesas pagas superou em 3,5 milhões de euros o volume de receitas cobradas. O equilíbrio de caixa ocorre com a mobilização do saldo da gerência anterior.

– Em 2020 foram pagas 97,5% das obrigações geradas no mesmo período, mas apenas executadas 75,2 % das despesas previstas ao relacionar-se o volume das obrigações do exercício com o volume de despesa prevista corrigida de alterações e revisões.

– Tendo como referência a despesa prevista, o grau de execução da despesa paga no final de 2020 foi de apenas 73,3%, apresentando o decréscimo pouco significativo de 1,6pp face ao índice do ano anterior. Todavia entre 2010 e 2020, este indicador cresceu 13,6pp como resultado da conjugação da deflação do orçamento de despesa (-9,2%, -1.219,6 milhões de euros) com o aumento do volume da despesa paga (+11,5%, +904,5 milhões de euros);

– A conjugação dos encargos por pagar no ano, com os compromissos para anos futuros no total de 11,9 mil milhões de euros, reforça a chamada de atenção para a necessidade de uma efetiva contenção de despesa nos anos subsequentes e uma gestão mais

cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poder garantir-se a cobertura financeira da despesa assumida, bem como o enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência.

– Analisando-se a estrutura económica das obrigações constituídas no total de 9 003,5 milhões de euros, constata-se que 69,7% das mesmas se alocaram às despesas correntes e só 30,3% às despesas de capital. Mais se verifica que o total das obrigações corresponderam a 86,2% do valor total dos compromissos assumidos para o exercício.

– Observando-se estrutura da despesa paga, por natureza económica, constata-se que foram priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital, relativamente aos compromissos assumidos. Assim, em 2020 foi pago 89,7% da despesa corrente assumida e apenas 73,4% da despesa de capital. Por esta razão, na estrutura da despesa paga, o total da despesa corrente assumiu o peso de 69,9% e a despesa de capital o peso de 30,1%.

– Ainda em relação ao ano de 2020, a estrutura do peso dos pagamentos realizados, nas despesas comprometidas (Quadro 2.36 do anuário), mostra que apenas foram pagos 67,6% das despesas de investimento, 81,4% das transferências de capital e 79,9% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços, tendo por contraponto níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa.

– As Despesas com Pessoal, em 2020, constituíram a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos, apresentando um aumento de +3,8% traduzido num acréscimo de +100,4 milhões de euros. Apresentaram aumento desta despesa 195 municípios, sendo que 176 municípios apresentaram um peso médio de despesa com pessoal superior ao peso da média nacional, aferido em 31,2%.

– Mais se anota como ponto negativo o facto de, em 2020, apenas terem sido pagos 67,6% das despesas de investimento, mantendo-se, no entanto, relativamente altos os índices de pagamento das restantes despesas assumidas pelos municípios.

– Em 2020, 100 municípios apresentaram descida do montante de investimento direto, com 10 municípios a registarem uma diminuição superior a 50%.

– O grau de execução da despesa paga com **aquisição de bens e serviços correntes** diminuiu 3,5% relativamente a 2019.

– Em 2020, embora o volume dos compromissos assumidos com transferências de capital tenha diminuído 3,0% (-11,5 milhões de euros), os municípios apenas conseguiram pagar, na sua generalidade, 81,4% dos mesmos.

– Em 2020, apenas 9 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes assumidas e 53 municípios a totalidade das transferências de capital também assumidas. No que respeita aos subsídios, 114 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 51 pagaram a totalidade dos mesmos.

– O total de capital amortizado em 2020 foi 433,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 26,3%, isto é, um valor inferior em -154,8 milhões de euros ao valor amortizado no ano anterior. Foram responsáveis por esta diminuição 185 municípios.

– 50 municípios apresentam um valor de dívidas a pagar superior ao montante de dívidas a receber somado das disponibilidades.

#### Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais.

– Em 2020, no universo total dos municípios, 172 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas. Destes, 56 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita

– Comparando a receita liquidada com a despesa comprometida verificou-se que 23 municípios ainda apresentaram um saldo corrente negativo e 132 municípios um saldo primário negativo.

### 6.3 Informação patrimonial e Resultados económicos

#### Pontos fortes

##### Ativo:

– O **ativo não corrente** representou 88,0% do ativo total dos municípios e apresentou o valor de 38 042 milhões de euros, valor superior em 858 milhões de euros ao valor do total do imobilizado contabilizado em 2019.

– Os **ativos fixos tangíveis**, no valor de 34 927 milhões de euros representaram 80,8% do total do Ativo e 91,8% do total do ativo não corrente. Mais se verifica que o total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, representaram 81,1% do Ativo.

– A rubrica de **Infraestruturas** com o valor de 8 241 milhões de euros é a componente mais representativa dos Bens de Domínio Público, totalizando 60,7% do valor total de bens do domínio público e 23,6% do total dos ativos fixos tangíveis.

– O valor dos **terrenos e recursos naturais**, com o peso de 28,1% no total de outros ativos fixos tangíveis, tem apresentado crescimento desde 2012, atingindo o maior montante em 2020 ao registar-se 5 908 milhões de euros (+8,7% que no ano transato).

– A evolução dos **ativos fixos tangíveis em curso** revela uma curva bastante descendente desde 2010, acentuada em 2016 com um decréscimo de valor de 25,2%, mantendo essa trajetória em 2019, com uma descida de 0,7% (-12 milhões de euros). Todavia, **em 2020 apresenta-se com um sentido ascendente traduzido pelo crescimento de valor em 23,1% (+370 milhões de euros)**. A este movimento não será alheio o facto de o investimento ter aumentado no ano de 2020 e por isso poder ter aumentado, também, o registo de valor de obras em curso.

– No final de 2020 o total do **Património líquido** era 37 127 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de 1,0% face ao total dos Fundos próprios contabilizados em 2019. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 23 486 milhões de euros, representou 63,3% do total do património líquido e baixou em relação ao Fundo patrimonial registado em 2019, cerca de 0,7% (-162,4 milhões de euros).

– Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **outras variações no património líquido** o qual registou no final de 2020 o valor de 8 005,7 milhões de euros, isto é 21,6% do total do património líquido. Nesta rubrica incluem-se entre outros, as transferências e subsídios de capital para ativos depreciables, sem condições, antes reconhecidos como proveitos diferidos, e que em 2019 totalizaram 6,582,8 milhões e euros.

##### Passivo:

– Entre 2010 e 2020 verificou-se uma grande variação negativa do passivo exigível considerando a globalidade dos municípios, com uma descida mais notória em 2012.

– Em 2020 o **passivo exigível apresentou o valor de 4 314,5 milhões de euros**, mostrando um decréscimo de 3,1% (-138 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Contribuiu para esta descida a **redução dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo** em 8,4% (-221 milhões de euros) e a redução de **fornecedores e credores** de curto prazo em 7,2% (-95 milhões de euros), já que a dívida a pagar fornecedores e credores de médio e longo prazo, aumentou 25,2% (+68 milhões de euros).

– Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global proveniente de financiamentos obtidos de médio e longo prazo, no setor autárquico, ocorreu em 2010, será de realçar a descida de financiamentos obtidos no passivo não corrente, entre 2010 e 2020, em 2 024,1 milhões de euros (-45,7%) resultante, essencialmente, da quebra de utilização de empréstimos bancários.

– **Da análise das contas verificou-se que 83 municípios dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2010 e 2020.**

– Dos 103 municípios que recorreram ao fundo de financiamento PAEL, 63 amortizaram a dívida até final de 2020, pelo que em dezembro deste ano apenas mantinham stock de capital em dívida neste programa, 40 municípios.

– Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE verifica-se que apenas um único município mantém em dezembro de 2020 dívida bancária ao abrigo deste programa. Foram 92 os municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro dos quais 91 já procederam à liquidação do capital utilizado.

– Considerando o universo dos municípios, **218 baixaram o valor do passivo exigível, contribuindo para** um decréscimo global do passivo exigível em 138 milhões de euros.

– Verifica-se que o volume de provisões para riscos e encargos baixou 5,3% (-50,2 milhões de euros), totalizando 899 milhões de euros no universo dos 308 municípios.

– Em 2020, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 44,8pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52º e 83.º do RFALEI, aumentando esse distanciamento em +4,1 pp relativamente ao verificado em 2019.

– Mantém-se a afirmação produzida nos anteriores relatórios de que “os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias”.

– Em 2020, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 44,8pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52º e 83.º do RFALEI, aumentando esse distanciamento em +4,1 pp relativamente ao verificado em 2019.

– A média nacional dos passivos por habitante foi de 624 euros, tendo o município de Marinha Grande apresentado o menor valor de passivo por habitante (61 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (6.258 €/habitante).

#### **Gastos /Rendimentos:**

– Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais atingindo em 2020 o montante de 2 100,1 milhões de euros, que se traduziu num decréscimo de 116 milhões de euros (-5,2%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos custos totais foi de 25,5% e de 32% nos custos operacionais sem amortizações e provisões. 244 Municípios contribuíram para a descida de gastos em fornecimentos e serviços externos.

– As componentes de maior peso na estrutura dos rendimentos são **os impostos e taxas**, bem como, as **transferências e subsídios obtidos**, as quais apresentaram as percentagens, respetivamente, de 42,1% e de 37% no rendimento total. Anota-se que o volume total destas duas rubricas, neste ano económico, representou 79,2% dos rendimentos totais e 79,3% dos rendimentos operacionais.

– O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 3.489,1 milhões de euros, traduzindo uma diminuição de -39,1 milhões de euros (-1,1%) em relação a 2019. No entanto, considerando o período de onze anos, em relação a 2010 estes rendimentos aumentaram +31% (+826 milhões de euros).

– O montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios** (correntes) foi de 3 067,8 milhões de euros, representando uma descida imaterial de -0,6 milhões de euros (-0,02%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram apenas +0,7% (+23 milhões de euros) face ao decréscimo progressivo verificado entre 2011 e 2014 (anos de crise económico-financeira e austeridade) e o ligeiro crescimento apresentado nos anos seguintes.

– Enquanto entre 2010 e 2020 o produto das vendas e variação da produção diminuiu 9,5% (-18 milhões de euros), a prestação de serviços apresentou um aumento de 49,9% (+228 milhões de euros).

#### **Resultados:**

– Do quadro anterior verifica-se que, considerando o universo dos municípios, o EBITDA foi sempre positivo, tendo atingido o menor valor em 2010 com crescimento progressivo entre 2016 e 2019. Em

2020 volta a descer ligeiramente, atingindo neste último ano o valor de 1.640,0 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 12% (-226,2 milhões de euros) face ao ano transato.

### Pontos fracos

#### Ativo:

– Em 2020 o valor total das **dívidas a receber** foi de 2.547,8 milhões de euros, aparentemente superior em +1.888 milhões de euros (+286,4%) ao valor escriturado em 2019. Este valor subdivide-se em **dívidas a receber não correntes** no total de 102,1 milhões de euros e **dívidas a receber correntes** no total de 2.445,7 milhões de euros representando 96% do total das dívidas a receber. A componente mais representativa das dívidas a receber, em 2020, foi outras contas a receber correntes (correntes) no valor de 2.010,3 milhões de euros. Porém, note-se que, em SNC-AP, os acréscimos de proveitos foram reclassificados em devedores incluídos neste montante de outras contas a receber correntes. Considerando que, em 2019, os acréscimos de proveitos rondaram os 1.614 milhões de euros (Quadro 3.02), a variação das dívidas a receber de 2019 para 2020 cifrou-se, na verdade, em +274 milhões de euros

– A rubrica mais representativa de Outros Ativos Fixos Tangíveis é a que se refere a edifícios e outras construções municipais de uso privativo. Em 2020, com o peso de 59,1% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, apresentou o montante de 12.439 milhões de euros e um decréscimo de -11,3%, bem visível na linha descendente do Gráfico 3.03. O decréscimo desta componente poderá estar associado aos ajustamentos e reclassificações, incluindo desreconhecimento e alterações de valor, decorrentes da implementação do SNC-AP.

#### Passivo:

– O total do **passivo não corrente** foi de 4 207,3 milhões de euros e representou 68,8% do passivo total, enquanto o **passivo corrente**, no valor de 1 904,5 milhões de euros, representou 31,2% do total do passivo.

– Mais se verificou que o total do **passivo exigível** foi de 4 314,5 milhões de euros e representou 70,6% do passivo total.

– Os **Financiamentos obtidos** de médio e longo prazo são a maior parcela do passivo apresentando, em 2020, o valor de 2 400,9 milhões de euros e representando 39,3% do passivo total.

– Em 2020 o aumento de **financiamentos obtidos no passivo corrente** foi de 45,5% (+110,5 milhões de euros) ao contabilizar-se nesta rubrica 353,5 milhões de euros.

– Refere o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º, que **a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Acontece que** ainda existiriam 20 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei, devendo, por isso, ter-lhes sido reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite fosse cumprido. Estes municípios deveriam, por isso, contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– 7 Municípios que apresentaram em 2020 um montante da dívida, excluindo empréstimos, superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, teriam, também, que ter requerido o saneamento financeiro, com aplicação do respetivo plano de saneamento e a obrigatoriedade de contrair um empréstimo para este fim.

– Outros 3 municípios, em 2020, deveriam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro, pois demonstraram, em dezembro de 2019, um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.

– **Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal:** 4 municípios apresentaram em dezembro de 2020 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal

– Em dezembro de 2020, quarenta municípios apresentaram sinais de alerta precoce, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI. Efetivamente, àquela data, estes municípios apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, o que lhes permitiria a contração de empréstimos para saneamento financeiro.

– Outros 13 municípios, ao apresentarem, em dezembro de 2019, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes dessa média, ser-lhes-ia também permitido a contração de empréstimos para saneamento financeiro.

– 103 Municípios apresentaram, em dezembro de 2019, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 68 tinham apresentado a mesma situação em 2018, pelo que deveriam em 2020 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– Em dezembro de 2020, 24 municípios apresentaram um montante da receita corrente cobrada bruta, inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tal significa que estes 24 municípios apresentaram um saldo corrente, deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, só 8 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais. Nos restantes 16 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a 5% das receitas correntes totais.

– No final do ano económico de 2020, 88 Municípios apresentaram Saldo Corrente negativo, na base da despesa corrente assumida deduzida das amortizações médias dos empréstimos. Destes, 49 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas.

#### Gastos /Rendimentos:

– No universo dos 308 municípios, os **custos/gastos operacionais** cresceram +2,1% (+171,1 milhões de euros), tendo sido apurados

8.200 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2010 e 2020, o valor mais elevado entre 2010/2020.

– A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal**, representando em 2020 o peso de 33,5% da estrutura dos gastos totais do setor municipal e, relativamente ao total dos gastos operacionais excluindo amortizações, o peso de 42%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 2 758,4 milhões de euros, +4,5% (+120 milhões de euros) mais do que em 2019

– Uma componente relevante dos gastos totais têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação,<sup>143</sup> mas em grande parte não alienável. O valor das amortizações/depreciações representou, em 2020, na estrutura de gastos dos municípios, 19,1% dos gastos totais e 19,2% dos gastos operacionais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1.573 milhões de euros crescendo +12% (+171 milhões de euros) em relação a 2019;

– As **transferências e subsídios concedidos** são gastos que apresentaram um peso médio de 16% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 19,9% nos gastos operacionais excluindo amortizações. Em 2020 o valor desta rubrica cresceu +45,0% (+408 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 1.316,2 milhões de euros, sendo que 283 municípios contribuíram para o aumento destes gastos;

<sup>143</sup> Ativo imobilizado/não corrente que, conforme se verificou, em grande parte, não é transacionável pela natureza que reveste de bem público. Acresce referir que muitos municípios ainda estão longe de terminar o processo de inventariação e registo dos terrenos e outros imóveis que possuem, pelo que o valor de Ativo imobilizado/não corrente tenderá a aumentar e consequentemente o valor das respetivas amortizações/depreciações. Trata-se de um gasto que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, ao apresentar um peso relativamente elevado nos gastos municipais, terá forte repercussão nos resultados económicos. Assim sendo, a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados económicos do exercício e poderá, caso, para efeitos de análise, o seu valor não seja expurgado do total dos gastos, danificar a imagem de eficiência financeira do município.

– O **total dos rendimentos** foi de 8.283,1 milhões de euros, isto é, -428,7 milhões de euros (-4,9%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos rendimentos operacionais verifica-se que os mesmos diminuíram 2,7% (-226,5 milhões de euros) ao totalizarem 8 266,8 milhões de euros.

#### Resultados:

– Os **resultados económicos** líquidos apresentaram uma evolução muito variável entre 2010 e 2016 com dois picos de crescimento: um em 2012 (+442 milhões de euros) e outro em 2015 (+463 milhões de euros). **Em 2020, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 34 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo uma diminuição de 94,4% (-577,2 milhões de euros).** Neste ano, 143 municípios apresentaram resultados negativos. Contudo, esta diminuição abrupta dos resultados económicos líquidos deve-se, essencialmente, a **alterações de critérios de reconhecimento e mensuração contabilísticos devido à implementação do SNC-AP**, como por exemplo o reconhecimento de aumentos e reduções de justo valor e o reconhecimento de imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis, e não a alterações significativas da estrutura económica dos municípios, sendo certo que a pandemia poderá ter tido algum impacto nos impostos e taxas;

– **Em 2020, os resultados operacionais apresentam o montante de 66,8 milhões de euros (-86%, -397,6 milhões de euros)**, traduzindo um decréscimo significativo em relação ao ano precedente, devido essencialmente a alterações de reconhecimento contabilístico decorrentes da estrutura conceptual da informação financeira pública e das novas normas de contabilidade pública implementadas em 2020, derivadas do novo SNC.AP.

## 6.4 Setor Empresarial Local (SEL)

### Pontos fortes

– Entre 2011 e 2020 o número de entidades do SEL baixou 45,6%, diminuindo em 135 o número de entidades existentes, totalizando-se 161 empresas em atividade em 2020.

– As 159 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um **ativo global** de 2 727,0 milhões de

euros, constituído em 76% por ativos não correntes. O **passivo** contabilizado em 1 238,3 milhões de euros, manteve a preponderância do passivo não corrente (passivo de mlp) sobre o passivo corrente em +2pp.

– Quanto à comparabilidade do **passivo exigível** do SEL com o passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o passivo exigível do SEL ao apresentar o valor de 1 073,1 milhões de euros (+9,2% que no ano transato) representou 24,9% do passivo exigível do universo dos municípios (4 314,5 milhões de euros).

– Será de relevar que em 2020, o passivo exigível do SEL cresceu 9,2% enquanto, no mesmo ano económico, o passivo exigível dos 308 municípios cresceu 10,2%.

– 79,9% do Ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis** no total de 1.439,9 milhões de euros, tendo aumentado 3,2% (+44,8 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de notar que 49,3% do valor dos ativos fixos tangíveis é justificado por 8 EM's, que apresentaram valores superiores a 50 milhões de euros. Releva assinalar que é possível que haja uma relação entre o aumento de 3,2% e a implementação da noção de controlo dos ativos, presente na Estrutura Conceptual da Informação Financeira Pública do SNC-AP, e que pode ter originado o desreconhecimento de ativos por parte dos municípios e o seu reconhecimento por parte das empresas.

– A estrutura do ativo corrente alterou-se a partir de 2015 ao apresentar como ativo de maior valor a rubrica **caixa e depósitos bancários**. Esta componente do ativo corrente registou, em 2020, o valor de 203 milhões de euros revelando um aumento de 2,7% (+5,3 milhões de euros) mantendo a posição dominante com o peso de 38,4%.

– Outros dois ativos relevantes no conjunto dos ativos do SEL têm sido: **Outras contas a receber**, que, em 2020, totalizou 189,5 milhões de euros (+13,1%), representando 35,9% do total do Ativo corrente, e **Cientes, contribuintes e utentes**, que apresentou o valor de 81,5 milhões de euros, um peso de 15,4% no Ativo corrente total e um acréscimo de 8,6% (+6,4 milhões de euros) em relação ao ano an-

terior; Releva, assinalar que os acréscimos estão contabilizados em **Outras contas a receber**, podendo representar uma parte significativa das mesmas, sendo de referir que os acréscimos não cumpriram a definição de ativo.

– Em 2020, o valor considerado de **capital próprio** do SEL foi de 1.243,5 milhões de euros, apresentando o acréscimo de 0,7% em relação ao ano anterior. O **capital subscrito** tem sido a componente de capital próprio de maior valor, representando, em 2020, 55,3% do mesmo. Totalizou o montante de 687,8 milhões de euros, isto é, 0,1% em relação ao ano anterior.

– Em 2020 registaram-se dívidas de médio e longo prazo a fornecedores no valor de 326 milhares de euros, isto é, -95,3% (-6,7 milhões de euros) que em 2019.

– Em 2020, uma das componentes do passivo corrente, **Financiamentos obtidos**, com o peso de 14,9%, no montante de 74,1 milhões de euros, apresentou um decréscimo de 5,7% (-4,5 milhões de euros).

– Do universo das 159 entidades empresariais analisadas, 116 (73,0%) obtiveram resultados líquidos positivos.

– Em 2020, o montante de juros e gastos similares ao baixar 11,8% (-1,3 milhões de euros) influenciou positivamente o resultado antes dos impostos, tendo o seu peso baixado nos resultados operacionais.

#### Pontos fracos

– Um ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de **acionistas/sócios**, o qual representa a dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado o valor de 10,8 milhões de euros, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se mantém, desde 2015 até ao presente ano económico, com o montante atualizado em 16,0 milhões de euros. Outras obrigações de autarquias perante EM's, enquanto acionistas ou sócios, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste.

– Importa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, o ativo corrente **dívidas do Estado e outros Entes públicos**. Apesar de o seu peso relativo ter sido em 2020 de apenas 3,8%, estas dívidas apresentaram, em 2020, um decréscimo de 2,1% (-0,4 milhões de euros) ao registarem na totalidade 20,2 milhões de euros.

– No universo do SEL, o **Passivo total** aumentou 2,06% (+21,9 milhões de euros), ao passar de 1 065,4 milhões de euros para 1 087,4 milhões de euros, em 2020. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu, essencialmente, o aumento de valor do **Passivo corrente** em 17,9 milhões de euros (+3,7%), tendo o **Passivo não corrente** aumentado ligeiramente (+0,7%, +4 milhões de euros).

– Em 2020 o passivo não corrente representou 54,2% do passivo total, isto é, um peso superior em +8,3pp ao peso do passivo corrente. O montante assinalado em dezembro de 2020 de passivo corrente foi de 498,5 milhões de euros e o de passivo não corrente foi de 588,8 milhões de euros.

– Em 2020, 72,0% do passivo não corrente era constituído por **financiamentos obtidos** no total de 423,8 milhões de euros. Este valor representou uma diminuição de 0,8 milhões de euros (-0,2%) em relação a 2019. Contribuíram para esta diminuição as 37 entidades empresariais.

– Outra rubrica que convém referir é **outras contas a pagar** que apresentou uma diminuição de 5,5% (-5,4 milhões de euros) ao totalizar 93,2 milhões de euros em 2020. No nosso entender esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de mlp foi ainda muito relevante ao representar 15,8% do passivo não corrente.

– Em 2020, a componente com maior peso no passivo corrente apresentou um acréscimo de valor. Efetivamente, **outras contas a pagar**, com o peso de 39,9% e o montante registado de 195,5 milhões de euros, conheceu um aumento de 6,0% (+11,1 milhões de euros). De igual modo **Fornecedores** com o peso de 21,6% apresen-

tou um aumento de valor de 10,1% (+ 9,9 milhões de euros) ao registar o montante de 107,8 milhões de euros.

– Em 2020, o volume de **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos** desceram 16,5% (-24,6 milhões de euros) ao totalizar o valor de 149,3 milhões de euros, o mesmo acontecendo aos **resultados operacionais** que evidenciaram um decréscimo significativo de 58,1% (-29,3 milhões de euros) ao apresentarem o valor 50,5 milhões de euros. Ambos resultados tinham apresentado no biénio 2017/ 2018, também descida de valor.

– Em 2020 verificou-se um **decréscimo dos rendimentos** em 0,7% (-6,1 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **decréscimo de vendas e serviços** prestados em -44,3 milhões de euros (-6,0%).

– Em relação aos **gastos**, verificou-se um aumento do seu valor total em +15,8 milhões de euros (+1,9%) resultante, essencialmente, do aumento de **gastos com pessoal** em +12,1 milhões de euros (+4,8%).

– O **resultado líquido** em 2020, do conjunto entidades empresariais analisadas, é o resultado mais baixo do período 2011/2020. Baixou 82,8% (-24,2 milhões de euros) apresentando o valor global positivo de 5 milhões de euros

## 6.5 Serviços Municipalizados

### Pontos fortes

– Os depósitos e caixa no total de 159,8 milhões de euros, verifica-se que, mesmo com a inclusão dos SMAS de Mafra em 2020, o valor global do mesmo baixou 8,6% em relação no ano anterior, mas aumentou em relação a 2011 cerca de 68,7%.

– Importa assinalar a diminuição da dívida do estado e outros entes públicos dos SM's. O total considerado foi de 3,4 milhões euros apresentou uma diminuição de 6% (-195 milhares de euros).

– No final de 2020, o total do **Património líquido** era igual a 911,5 milhões de euros. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 330,3 milhões de euros, representou 36,2% do total do **Património líquido**;

– O **Passivo total**, no valor de 213,1 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2020, um decréscimo de 35% (-116 milhões de euros), representando 24,8% do valor homólogo dos municípios que os tutelam.

– Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 105 milhões de euros, representou 49,3% do Passivo total;

– **As dívidas a terceiros não correntes** representaram 37% do total das dívidas<sup>144</sup>, ficando os restantes 63% a corresponder à dívida corrente. Relativamente aos respetivos municípios de tutela, a situação foi inversa, isto é, a dívida não corrente teve um peso superior à dívida corrente, numa relação de 57% para 43%;

– A dívida de curto prazo dos SM's entre 2011 e 2020 desceu apenas 7 milhões de euros (-10%), o que representou um esforço muito relativo de controlo da dívida por parte dos SM's durante este período.

– A maior componente de gastos dos SM's, em 2020, foi **Fornecimentos e serviços externos**, com o peso de 33,1% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de **Gastos com pessoal** (estes, representando 26,9% na estrutura de gastos) de +6,2 pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos com pessoal** foi superior ao peso de **Fornecimentos e serviços externos**.

– Bastante representativa foi a descida de custos registados em Provisões, os quais baixaram 49,3% ao passarem de 4 milhões de euros em 2019 para 2,0 milhões de euros em 2020.

– As principais fontes financeiras dos SM's são as **Prestações de serviços, e as Vendas e a Variação da produção**, respetivamente, com os pesos de 60,5% e de 29,4% no total dos rendimentos. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis<sup>145</sup>, prescindiram dos respetivos rendimentos,

<sup>144</sup> Excluindo provisões, acréscimos de custos e diferimentos.

<sup>145</sup> Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da

o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos rendimentos totais - respetivamente, 5,8% e 0,4%.

– Da análise dos rendimentos faz-se notar o sentido ascendente da evolução do peso das **prestações de serviços** nos rendimentos totais, tendo o mesmo aumentado, 2,5 pp, e o sentido descendente do peso das **vendas** de -1,5 pp, ao apresentarem os respetivos resultados de 263,3 milhões de euros e 127,9 milhões de euros.

#### Pontos fracos

– A grande dimensão do item Clientes, contribuintes e utentes, por parte dos SM's, resulta, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento, sendo que, em muitas das situações, se tornarão créditos incobráveis.

– Do total das dívidas a receber pelos SM's, no valor de 97,5 milhões de euros, 95% resultaram de dívidas de curto prazo (92,7 milhões de euros) e só 5% (4,9 milhões de euros) traduziram dívida de médio e longo prazo (dívidas a receber não correntes);

– Mais se verificou que 57,6% das dívidas a receber de curto prazo pelo conjunto dos SM's são provenientes do item Clientes, contribuintes e utentes. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros com o peso homólogo no conjunto dos municípios de tutela dos SM's e no universo dos 308 municípios, verifica-se que o peso das dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes são muito inferiores no conjunto dos municípios, apresentando o peso, respetivamente, de 4% e 8%.

– A **dívida a receber de curto prazo de Clientes, contribuintes e utentes**, que representou o maior agregado de créditos sobre terceiros (57,6%), apresentou um aumento de 4% (+2 milhões de euros), revelando uma fraca cobrança de créditos sobre terceiros.

– O segundo crédito de curto prazo mais representativo na estru-

tura da dívida sobre terceiros dos SM's é constituído pelas dívidas de **Outras contas a receber** (outras contas a receber) que representaram 27,2% da dívida sobre terceiros, somando 26,6 milhões de euros, e apresentando um aumento de 161% (+16,4 milhões de euros), expectável em 2020 considerando a inclusão dos acréscimos de proveitos neste item. Importa, contudo, assinalar que apesar de os acréscimos de proveitos, em SNC-AP, estarem inseridos no Ativo, estes não cumprirem a definição de ativo.

– O total do **Passivo não corrente** dos SM's foi de 137,6 milhões de euros e representou 64,6% do Passivo total, enquanto o **Passivo corrente**, no valor de 75,5 milhões de euros, representou 35,4% do total do Passivo;

– Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 105 milhões de euros, representando 17,8% do valor homólogo dos municípios de que advêm;

– A dívida de curto prazo dos SM's entre 2011 e 2020 desceu apenas 7 milhões de euros (-10%), o que representou um esforço muito relativo de controlo da dívida por parte dos SM's durante este período.

– O índice que traduz os resultados económicos por habitante foi bastante inferior, no contexto dos SM's (0,13€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (12,14€) e no universo dos municípios (3,28€).

– Os resultados económicos na globalidade do SM's diminuíram 23,3 milhões de euros, isto é, -102,6%, ao apresentar o valor total de -597,8 milhares de euros;

#### 6.6 Ranking global

– Para uma pontuação total de 1 800 pontos, a pontuação máxima registada em 2020 foi de 1 544 pontos, alcançada pelo município de Santana, município de pequena dimensão. A segunda maior pontuação foi de 1 497 pontos, tendo sido atribuída ao município de Abrantes, município de média dimensão, tendo a terceira maior dimensão sido de 1 475 e obtida pelo município de Santa Maria da Feira (município de grande dimensão).

---

Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os SM's beneficiarão das correspondentes indemnizações compensatórias.

– Em relação à avaliação efetuada para 2020, aplicando os indicadores e critérios supramencionados anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 16 são de grande dimensão, 35 de média dimensão e 49 de pequena dimensão.** Representando os pequenos municípios 60,1% do total do universo, conclui-se que, genericamente, os municípios de pequena dimensão são os que apresentam maior dificuldade em integrar o ranking dos 100 melhores municípios, em termos de eficácia e eficiência financeira, situação justificada, essencialmente, pelo baixo valor de receitas próprias, designadamente as provenientes de impostos.

– Em resultado da aplicação do Ranking Global, só 71 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira – com base nos indicadores selecionados por este Anuário – ao obterem uma pontuação total superior ou igual a 50% da pontuação global. Em face deste cômputo, a situação não foi muito favorável aos restantes 237 municípios (76,9% do total do universo), os quais apresentaram uma pontuação global inferior a 50% da pontuação total do Ranking Global, isto é, uma pontuação inferior a 900 pontos. Destes 71 municípios mencionados, 46 obtiveram uma pontuação entre 50% e 70% da pontuação máxima possível.

– Numa análise por distritos, verificou-se que os distritos de Aveiro, Lisboa, Faro e Leiria foram os que conseguiram integrar metade ou mais dos seus municípios na lista dos 100 melhores do país em termos de eficácia e eficiência financeira.

## ANEXO I

DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS,  
EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2020

Notas:

- a) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público  
b) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas municipais com mais de 3 municípios participantes.

Unidade: euros

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Abrantes	-	183 032 257	1 626 057	2 146 931	2 423 679	20,0%	9 496 825	511	34 351
SMA		SMA de Abrantes	100%	14 121 964	63 899	9 010	2 244 989	-	885 464	99	-
CM	M	Águeda	-	87 756 402	391 913	538 298	7 529 284	26,4%	9 670 934	472	46 134
CM	P	Aguiar da Beira	-	58 520 783	251 034	853 704	486 290	20,1%	879 298	103	5 228
CM	P	Alandroal	-	9 789 244	-1 597 521	15 513 975	1 169 728	200,0%	1 081 839	198	5 007
CM	M	Albergaria-a-Velha	-	63 618 952	-250 942	4 636 406	2 568 157	50,0%	4 531 637	240	24 841
CM	M	Albufeira	-	264 176 148	-10 315 010	7 590 820	11 174 713	21,5%	30 693 234	1 171	44 158
CM	P	Alcácer do Sal	-	54 956 313	1 081 545	1 190 531	2 372 402	21,3%	6 525 121	423	11 125
CM	P	Alcanena	-	51 093 608	101 331	4 672 551	2 022 332	58,4%	3 528 029	178	12 478
EM SA		AQUANENA	100%	16 220 675	7 304	0	2 609 188	-	1 022 236	-	-
CM	M	Alcobaça	-	94 497 707	60 517	1 224 926	4 115 955	15,8%	1 714 242	351	54 981
SMAS		SMAS - Alcobaça	100%	11 238 613	-109 822	18 907	2 441 642	-	1 397 629	53	-
CM	P	Alcochete	-	58 815 966	-1 383 829	3 092 043	4 750 200	44,4%	5 311 796	424	19 148
CM	P	Alcoutim	-	39 513 227	516 430	2 137 936	965 548	37,8%	1 444 071	184	2 521
CM	M	Alenquer	-	91 805 987	6 833 431	3 177 624	4 261 912	27,1%	10 471 506	584	44 428
CM	P	Alfândega da Fé	-	45 626 715	-901 426	15 352 830	1 289 447	209,5%	948 220	201	4 321
CM	P	Alijó	-	44 788 447	1 343 522	10 200 395	2 911 511	121,7%	1 688 270	156	10 492
CM	P	Aljezur	-	26 544 483	364 749	1 696 197	777 170	24,0%	2 118 355	205	6 046
CM	P	Aljustrel	-	38 354 444	-1 489 427	2 879 862	4 202 165	69,1%	2 137 102	203	8 879
CM	G	Almada	-	576 873 744	1 023 132	21 565 691	10 972 374	33,3%	43 315 523	1 748	177 400
EM SA		WEMOB – EM, S.A	100%	400 455	-748 675	1 053 859	540 067	-	314 294	-	-
SMAS		SMAS de Almada	100%	51 164 568	482 441	2 320 691	5 605 467	-	6 486 046	456	-
CM	P	Almeida	-	46 122 211	-45 326	1 062 718	1 220 174	19,4%	958 772	145	5 882
CM	M	Almeirim	-	62 117 094	-64 582	6 775 069	1 337 706	58,2%	3 316 691	275	22 033
CM	P	Almodôvar	-	65 316 120	-11 662	3 361 314	1 422 395	40,9%	4 889 032	264	6 709
CM	P	Alpiarça	-	54 382 007	-276 091	4 644 278	1 203 701	95,9%	1 126 014	178	6 986
CM	P	Alter do Chão	-	38 338 125	-298 854	461 337	559 643	16,1%	1 386 686	130	3 046
CM	P	Alvaiázere	-	46 779 269	-345 460	1 510 362	620 649	30,6%	1 211 402	77	6 227
CM	P	Alvito	-	22 678 316	-317 656	1 037 754	633 672	36,0%	409 841	122	2 276

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	G	Amadora	-	418 001 308	4 286 622	11 199 640	10 444 428	22,7%	26 402 568	1 730	171 719
SIMAR		SIMAS de Oeiras e Amadora	100%	151 686 078	1 315 322	0	13 755 922	-	18 640 142	445	-
EM		Amadora Inovation	100%	384 289	-153 106	0	220 114	-	402 962	-	-
CM	M	Amarante	-	115 840 092	2 381 564	14 648 585	3 613 044	65,7%	5 868 368	757	52 131
CM	P	Amares	-	39 256 833	753 696	3 812 524	2 048 997	43,7%	3 060 785	213	18 591
CM	M	Anadia	-	107 621 668	-1 478 721	2 918 429	1 774 125	24,5%	4 536 723	288	27 542
CM	M	Angra do Heroísmo	-	154 672 661	-563 454	9 294 160	3 044 626	75,2%	8 301 641	351	33 829
EIM		TERAMB	60%	27 433 560	170 562	1 622 357	5 932 176	-	1 570 850	-	-
CM	P	Ansão	-	48 093 233	-1 611 581	2 986 209	843 186	44,9%	1 788 666	115	11 632
CM	M	Arcos de Valdevez	-	119 712 398	-1 609 441	4 272 273	3 421 583	30,7%	2 320 383	289	20 729
CM	P	Arganil	-	53 112 066	-237 384	3 183 333	2 377 785	43,3%	3 006 351	213	11 067
CM	P	Armamar	-	29 163 050	106 266	5 385 321	1 267 014	89,4%	1 007 105	185	5 680
CM	M	Arouca	-	76 954 753	1 247 047	1 102 273	1 668 178	16,3%	2 192 376	189	21 154
CM	P	Arraiolos	-	44 604 025	-352 617	2 220 381	1 425 138	43,6%	771 229	159	6 606
CM	P	Arronches	-	36 777 051	1 248 454	0	582 289	8,4%	36 268	95	2 789
CM	P	Arruda dos Vinhos	-	28 905 195	-514 604	3 629 457	1 902 435	50,0%	3 813 996	266	13 983
CM	M	Aveiro	-	232 684 537	17 447 784	68 380 923	13 195 226	142,7%	3 510 481	896	80 880
EM		Aveiro Expo - Parque de Exposições	51%	67 729	-327 729	0	66 443	-	40 997	-	-
CM	P	Avis	-	44 415 420	-1 396 136	938 433	1 157 293	29,8%	1 489 044	186	3 813
CM	M	Azambuja	-	56 874 223	-2 582 989	7 126 101	2 582 241	45,8%	5 941 503	407	21 421
CM	P	Baião	-	58 634 175	-268 563	4 121 690	2 757 224	48,5%	2 830 594	353	17 527
CM	G	Barcelos	-	158 085 058	4 184 339	5 102 656	9 210 498	24,8%	16 064 514	802	116 777
EM		EMEC - EM de Educação e Cultura	100%	-884 773	8 428	1 235 000	664 363	-	695 401	-	-
CM	P	Barrancos	-	10 113 102	-425 123	648 603	395 633	28,9%	191 047	93	1 435
CM	M	Barreiro	-	112 565 757	811 958	23 522 876	7 855 971	74,0%	14 615 839	792	78 362
SIMAS		SMTC - Transp. Colectivos do Barreiro	100%	3 260 042	-698 237	2 083 593	2 594 826	-	688 967	vs	-
CM	P	Batalha	-	64 232 824	-1 748 711	1 712 472	2 266 769	31,6%	3 676 874	227	15 553
CM	M	Beja	-	117 934 624	4 398 186	6 070 180	2 278 221	35,6%	5 023 379	483	33 401
EEM		EMAS - EM de Água e Saneamento de Beja	100%	12 393 519	68 885	5 526 308	2 068 898	-	1 590 362	-	-
CM	P	Belmonte	-	24 058 797	-1 533 202	1 435 779	9 574 608	197,7%	2 598 761	115	6 204
EM		EMPDS - Promoção e Desenvol. Social	100%	-22 862	-98 990	0	112 188	-	35 169	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,2%	1 910 402	-69 014	1 665 010	324 337	-	311 491	-	-
CM	M	Benavente	-	75 638 813	1 993 704	1 473 482	2 205 802	19,7%	9 736 996	360	29 747
CM	P	Bombarral	-	51 789 195	958 142	632 873	839 134	16,1%	2 535 934	209	12 743
CM	P	Borba	-	33 517 637	-347 008	4 970 118	1 870 454	100,0%	1 201 570	186	6 428
CM	P	Boticas	-	69 381 819	-2 041 186	260 479	1 244 389	14,8%	1 468 498	165	5 002
CM	G	Braga	-	537 417 394	2 192 771	24 538 060	28 164 094	57,6%	52 453 514	1 647	193 333
EM		AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	51%	80 806 367	6 707 827	36 175 070	32 899 169	-	38 023 415	-	-
EM		BRAGAHABIT - Habitação	100%	14 336 096	142 321	9 999	1 790 565	-	4 166 447	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
EM		InvestBraga - Agência p/ Dinamiz. Económica	100%	321 386	-33 682	0	349 392	-	643 949	-	-
EM SA		Teatro Circo de Braga	100%	1 487 694	72 684	462 532	447 691	-	656 784	-	-
EM		TUB - Transportes Urbanos	100%	4 101 767	21 168	13 664 773	2 916 715	-	5 586 149	-	-
CM	M	<b>Bragança</b>	-	172 566 992	313 900	2 385 980	3 728 725	13,8%	10 632 240	359	34 580
CM	P	<b>Cabeceiras de Basto</b>	-	85 097 610	-1 642 691	4 414 380	2 123 615	48,0%	1 617 997	333	15 566
CM	P	<b>Cadaval</b>	-	37 074 967	2 192 763	1 327 204	1 128 770	20,6%	1 419 101	201	13 382
CM	M	<b>Caldas da Rainha</b>	-	110 950 136	129 280	3 494 291	3 892 149	24,2%	859 595	308	50 898
SMTC		SMAS de Caldas da Rainha	100%	34 597 536	37 197	0	1 024 882	-	1 178 995	176	-
CM	P	<b>Calheta (R.A.A.)</b>	-	20 461 453	411 367	0	406 372	9,6%	100 276	102	3 441
CM	P	<b>Calheta (R.A.M.)</b>	-	46 764 185	-107 898	2 480 972	1 073 591	34,4%	1 397 011	169	10 913
CM	M	<b>Câmara de Lobos</b>	-	129 641 147	-1 783 902	5 175 887	1 355 301	54,8%	2 382 111	248	32 175
CM	P	<b>Caminha</b>	-	10 987 634	203 683	3 977 058	18 919 037	145,0%	-1 076 003	342	15 828
CM	P	<b>Campo Maior</b>	-	53 826 591	-2 424 719	241 811	1 197 942	17,7%	3 812 203	227	8 045
EM		CampoMaior XXI	100%	-26 184	12 392	0	68 407	-	50 628	-	-
CM	M	<b>Cantanhede</b>	-	129 071 368	1 129 994	5 053 746	1 832 008	31,8%	7 391 049	306	34 218
EM SA		INOVA - Emp. Desenv Econom e Social	100%	24 980 883	570 069	4 227 161	2 710 561	-	913 775	-	-
CM	P	<b>Carrzeda de Ansiães</b>	-	32 545 382	-1 474 266	512 692	1 000 541	14,4%	1 838 887	143	5 494
CM	P	<b>Carregal do Sal</b>	-	31 956 315	-1 171 865	1 488 974	1 032 625	38,3%	1 034 133	149	9 048
CM	M	<b>Cartaxo</b>	-	2 131 330	1 011 301	50 774 404	1 912 239	402,4%	17 925 188	330	23 211
CM	G	<b>Cascais</b>	-	605 851 361	20 401 454	25 682 513	20 442 675	22,4%	19 636 004	2 262	214 134
EM SA		Cascais Dinâmica	100%	28 608 728	44 209	3 500 000	1 041 624	-	1 375 821	-	-
EM SA		Cascais Envolvente	100%	1 558 773	-47 913	7 146 343	475 104	-	537 961	-	-
EM SA		Cascais Próxima	100%	1 874 838	9 401	6 899 475	4 030 781	-	5 446 791	-	-
EM SA		EMAC - EM de Ambiente de Cascais	100%	1 858 421	33 625	4 128 250	2 602 413	-	1 445 424	-	-
CM	P	<b>Castanheira de Pêra</b>	-	22 692 589	-709 530	2 631 864	618 226	70,4%	600 451	66	2 647
EM		Prazilandia -Turismo e Ambiente	100%	1 173 606	3 769	56 213	68 574	-	21 210	-	-
EM SA		RIBEIRAPERÁ	56%	330 659	6 782	33 780	5 625	-	16 897	-	-
CM	M	<b>Castelo Branco</b>	-	421 617 367	80 601	2 786 252	4 861 954	23,6%	7 778 509	537	52 272
SMAS		SM de Castelo Branco	100%	54 113 362	-487 834	0	1 588 936	-	2 191 224	121	-
EM SA		ALBIGEC	100%	385 907	-206 840	0	116 696	-	30 984	-	-
CM	P	<b>Castelo de Paiva</b>	-	28 843 970	1 158 429	4 034 095	2 268 417	63,6%	1 642 506	155	15 597
CM	P	<b>Castelo de Vide</b>	-	46 979 348	-1 493 868	34 416	555 594	10,8%	96 833	166	3 121
CM	P	<b>Castro Daire</b>	-	59 568 649	-2 980 536	3 784 148	2 262 738	37,7%	1 854 825	288	13 753
CM	P	<b>Castro Marim</b>	-	65 404 536	489 308	4 096 807	2 564 649	47,7%	4 806 663	218	6 434
EM SA		NOVBAESURIS	100%	227 560	-46 936	0	0	-	0	-	-
CM	P	<b>Castro Verde</b>	-	43 241 786	-493 133	2 073 530	2 380 444	51,0%	1 309 896	263	6 878
CM	P	<b>Celorico da Beira</b>	-	23 315 908	1 009 157	11 234 538	2 187 341	159,4%	1 360 141	193	6 582
CM	P	<b>Celorico de Basto</b>	-	53 381 599	1 287 271	9 564 371	1 859 334	99,4%	2 542 435	296	17 666
CM	P	<b>Chamusca</b>	-	38 981 277	230 740	220 934	1 060 859	12,1%	487 844	209	8 536

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Chaves	-	126 508 586	1 337 292	18 345 517	9 176 566	87,4%	7 194 657	475	37 623
EM SA		GEMC - Gestão Equipamentos	100%	949 319	-527 135	490 000	162 211	-	31 794	-	-
CM	P	Cinfães	-	42 062 997	946 432	728 132	2 089 850	17,9%	1 505 004	317	17 747
EM		Quinta de Tuberais - Ensino Prof. de Cinfães	100%	141 667	8 472	0	143 474	-	245 241	-	-
CM	G	Coimbra	-	603 872 317	1 590 543	27 219 262	22 239 011	58,2%	31 625 652	1 292	140 796
SM		SMTUC - Transp. Urbanos de Coimbra	100%	9 099 223	-299 948	0	2 089 656	-	4 036 161	457	-
EM		AC Aguas de Coimbra	100%	62 769 014	173 127	4 666 667	25 456 189	-	7 285 317	-	-
EM SA		iParque - Parque p/ Inov. Ciência, Tec. Saúde	93%	5 816 578	4 123	1 000 000	385 624	-	996 671	-	-
EM		PRODESO - Ensino Profissional	69%	118 511	-153 343	151 500	73 717	-	839 392	-	-
CM	P	Condeixa-a-Nova	-	57 716 054	-2 722 394	1 827 350	2 504 113	37,6%	4 010 475	263	16 733
CM	P	Constância	-	23 532 049	52 526	1 035 242	530 324	29,4%	1 125 569	124	3 801
CM	P	Coruche	-	105 817 103	2 514 268	1 331 401	2 433 089	20,4%	2 548 619	373	17 375
CM	P	Corvo	-	11 352 539	-154 727	289 874	107 226	26,1%	20 138	33	386
CM	M	Covilhã	-	215 467 022	-10 283 211	29 797 767	5 293 988	129,3%	11 526 430	608	46 453
EEM		ICOVI - Infraestruturas e Concessões	100%	76 281 432	-234 873	3 679 260	2 252 665	-	335 493	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	80%	1 910 402	-69 014	1 665 010	324 337	-	311 491	-	-
EM		ADC - Aguas da Covilhã	51%	14 727 077	297 995	5 937 690	9 618 626	-	12 205 996	-	-
CM	P	Crato	-	28 151 850	173 995	3 203 026	628 742	53,4%	576 620	115	3 225
CM	P	Cuba	-	23 893 124	-1 091 612	2 039 560	1 903 730	81,0%	478 554	143	4 374
Soc.		Centro Estudos Forma. Prof. Diogo Dias Melgaz	100%	76 544	10 541	248 000	183 820	-	768	-	-
CM	M	Elvas	-	92 468 987	-2 532 238	427 143	2 840 236	13,8%	1 038 641	464	20 753
CM	M	Entroncamento	-	52 632 983	934 177	6 051 684	2 684 082	69,2%	5 932 951	302	20 140
CM	M	Espinho	-	102 706 393	681 261	14 102 875	7 783 827	90,8%	8 378 296	552	31 027
CM	M	Esposende	-	105 695 997	1 581 817	5 086 453	4 786 037	43,5%	2 301 623	213	35 145
EEM		EAMB - Esposende Ambiente	100%	22 314 520	9 620	1 337 313	2 693 682	-	1 014 350	-	-
EEM		ESPOSENDE 2000	100%	269 061	-265 221	370 000	211 888	-	25 969	-	-
CM	M	Estarreja	-	94 429 595	178 217	3 793 151	2 816 960	42,2%	6 626 030	241	26 229
CM	P	Estremoz	-	41 113 772	936 135	4 384 369	3 076 866	63,3%	2 312 231	329	12 688
CM	M	Évora	-	106 335 254	-4 002 857	47 940 024	21 477 905	158,1%	11 343 131	987	53 568
EM		HABEVORA - Gestão habitacional	100%	14 807 320	-185 867	2 326 975	10 356 083	-	610 567	-	-
CM	M	Fafe	-	91 854 747	546 205	3 926 337	3 653 573	22,0%	6 436 808	515	48 502
CM	M	Faro	-	146 115 314	4 358 098	15 274 369	4 593 169	47,4%	1 785 624	874	67 566
SMTCU		Teatro Municipal de Faro - SM	100%	364 540	201 794	0	63 375	-	66 819	15	-
EM		Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	100%	2 982 255	16 131	9 155 360	1 853 511	-	440 230	-	-
EM		FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	51%	20 337 627	-267 611	1 974 015	4 472 074	-	3 849 236	-	-
CM	M	Felgueiras	-	160 333 172	-4 325 936	7 068 425	5 585 801	35,8%	9 610 175	768	55 883
EM		ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	100%	5 986 132	1 956	325 000	156 376	-	399 431	-	-
EM		EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	99%	344 895	46 008	29 600	339 560	-	1 405 301	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Ferreira do Alentejo	-	30 040 730	-1 124 805	1 010 447	1 615 847	24,3%	873 498	210	7 676
EM		MOBITRAL - Móbilias Tradic. Alentejanas	87%	39 798	28 366	0	0	-	34 624	-	-
CM	P	Ferreira do Zêzere	-	57 110 487	-2 788 719	2 589 123	728 590	37,2%	1 757 665	120	7 803
CM	M	Figueira da Foz	-	206 358 793	-735 304	14 080 069	12 972 446	63,3%	22 991 790	807	58 982
EM		Figueira Domus - Gestão de Habitação	100%	6 647 745	712 202	7 588 051	324 872	-	192 126	-	-
CM	P	Figueira de Castelo Rodrigo	-	19 356 781	-327 351	2 716 991	2 794 827	68,1%	694 811	182	5 150
CM	P	Figueiró dos Vinhos	-	22 160 099	-3 625 088	823 004	3 446 783	65,9%	1 276 684	167	5 296
CM	P	Fornos de Algodres	-	4 682 472	381 654	26 870 612	650 139	483,1%	1 089 667	106	4 398
CM	P	Freixo de Espada à Cinta	-	39 719 334	-1 293 666	8 540 621	3 446 319	194,7%	1 068 765	184	3 215
CM	P	Fronteira	-	35 416 096	354 678	1 785 303	456 747	49,8%	1 416 872	107	2 856
CM	G	Funchal	-	1 007 333 996	-7 423 772	32 275 100	23 407 142	75,2%	40 403 265	1 676	105 919
EM		Frente MarFunchal	100%	-738 036	-956 505	323 495	1 536 675	-	862 843	-	-
EM		Sociohabitafunchal	100%	110 435	72	0	265 378	-	96 491	-	-
CM	M	Fundão	-	68 808 647	450 906	52 856 549	3 256 103	246,0%	15 516 851	311	26 521
EM		Viverfundão	100%	3 231 907	4 694	4 538 887	1 012 562	-	1 052 659	-	-
CM	P	Gavião	-	24 881 040	-659 071	1 538 072	804 742	37,7%	3 208 894	147	3 398
CM	P	Góis	-	25 615 733	-293 850	1 574 318	1 238 445	33,8%	1 722 068	176	3 806
CM	P	Golegã	-	28 107 835	59 479	1 295 093	1 078 150	40,1%	208 688	141	5 400
CM	G	Gondomar	-	300 199 421	6 977 757	61 496 167	18 755 287	110,5%	38 154 353	1 617	164 255
CM	P	Gouveia	-	46 492 604	-387 088	3 473 840	11 181 105	137,4%	3 402 510	211	12 221
EIM SA		APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	6 106 124	-125 122	0	48 973	-	3 438	-	-
CM	P	Grândola	-	102 028 848	3 653 688	2 582 745	3 819 332	24,5%	8 330 999	471	13 827
EM		Infratroia - Infraestruturas	74%	884 552	122 025	0	980 017	-	380 557	-	-
CM	M	Guarda	-	156 739 396	-362 333	12 630 557	4 468 358	48,8%	14 500 291	561	40 155
CM	G	Guimarães	-	450 677 023	4 077 223	23 528 762	10 440 461	39,7%	37 778 572	1 490	156 852
EEM		CASFIG - Coordenação das Habitações	100%	554 384	2 195	0	323 037	-	104 630	-	-
EIM		Vimãgua	90%	22 143 606	659 631	10 259 653	16 881 934	-	4 195 822	-	-
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	1 772 504	442 725	372 577	870 846	-	818 533	-	-
CM	P	Horta	-	58 069 521	-2 818 854	2 517 429	808 692	33,1%	1 263 285	166	14 356
EEM		Urbhorta	100%	451 652	-90 472	1 955 855	70 934	-	384 682	-	-
CM	P	Idanha-a-Nova	-	69 787 184	-1 474 076	4 695 368	2 285 851	43,0%	4 895 481	326	8 340
CM	M	Ílhavo	-	157 943 500	2 914 665	4 638 390	4 722 587	37,0%	14 320 467	501	39 241
CM	M	Lagoa (Algarve)	-	119 362 130	-1 623 282	1 262 155	3 193 025	6,2%	3 802 322	414	23 718
CM	P	Lagoa (R.A.A)	-	41 195 453	-877 523	4 358 515	790 872	51,2%	-12 200 876	150	14 194
EIM SA		EIRSU	33%	293 351	-5 420	0	4 000	-	271 598	-	-
CM	M	Lagos	-	250 623 171	4 693 552	5 161 629	35 969 951	78,7%	25 157 658	839	33 514
EM SA		Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	100%	1 107 002	-318 630	0	374 187	-	60 672	-	-
CM	P	Lajes das Flores	-	16 308 976	-869 106	302 494	261 832	19,0%	107 412	76	1 408
CM	P	Lajes do Pico	-	30 201 836	133 773	2 202 559	339 430	51,4%	560 313	105	4 342

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Lamego	-	81 017 334	2 174 388	25 859 187	5 156 871	148,7%	1 069 620	279	24 348
CM	G	Leiria	-	362 418 767	3 731 133	20 175 653	11 771 664	44,1%	31 593 990	706	128 640
SM		SMAS de Leiria	100%	57 284 175	2 948 401	0	2 984 268	-	4 019 374	143	-
CM	G	Lisboa	-	2 648 079 832	-46 826 082	224 012 988	207 306 138	56,8%	299 494 554	9 567	544 851
EM SA		Companhia Carris de Ferro de Lisboa	100%	107 271 552	595 334	24	52 913 126	-	19 114 231	-	-
EM SA		EGEAC - Gest. Equipam. e Animação Cultural	100%	4 021 157	20 550	1 500 000	9 000 364	-	4 349 847	-	-
EM SA		EMEL - EPM de Mobilidade e Estacionamento	100%	41 250 567	14 676	2 821 857	25 545 888	-	2 381 966	-	-
EM SA		GEBALIS - Gest. Bairros Municipais Lisboa	100%	3 031 535	9 668	8 220 000	9 115 989	-	5 708 563	-	-
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU	100%	17 337 824	0	16 100 000	19 039 033	-	28 706 982	-	-
CM	M	Loulé	-	388 315 796	3 637 234	17 160 921	14 742 745	23,1%	39 231 578	1 940	72 373
EM SA		Infralobo	51%	1 360 210	63 752	580 782	2 083 082	-	454 561	-	-
EM SA		Inframoura	51%	1 465 429	24 481	803 471	3 282 869	-	1 388 248	-	-
EM SA		Infraquinta	51%	5 462 459	114 402	461 055	1 445 520	-	554 994	-	-
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	1 721 982	-261 107	662 244	787 878	-	44 253	-	-
CM	G	Loures	-	1 352 714 070	-5 682 423	20 200 021	15 058 414	30,0%	41 653 994	2 474	201 646
SMAS		SIMAR de Loures e Odivelas	100%	43 185 736	-2 422 651	0	11 671 740	-	12 656 075	911	-
EM		Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais	100%	2 628 016	25 164	200 281	792 179	-	107 101	-	-
EM		Loures Parque - Estacionamento	100%	1 318 303	-209 555	16 888	194 701	-	70 650	-	-
CM	M	Lourinhã	-	94 015 129	-1 792 099	7 469 841	1 910 302	45,1%	2 166 090	551	26 261
CM	P	Lousã	-	52 676 729	-1 340 819	2 283 011	1 642 142	28,8%	3 034 545	182	17 012
CM	M	Lousada	-	132 149 349	2 130 053	8 765 009	4 716 287	49,5%	5 475 915	666	47 401
EM		Lousada Seculo XXI	100%	238 809	115	116 300	157 952	-	207 465	-	-
CM	P	Mação	-	31 437 928	-1 527 275	2 172 657	1 187 672	39,0%	1 234 142	185	6 417
CM	P	Macedo de Cavaleiros	-	27 409 525	-409 476	12 092 163	3 203 911	97,9%	1 820 700	304	14 252
CM	P	Machico	-	53 158 315	1 072 395	594 380	1 778 488	24,3%	2 048 204	186	19 617
CM	P	Madalena	-	29 796 366	-151 219	1 595 982	2 216 979	65,3%	419 863	95	6 332
CM	M	Mafra	-	265 973 354	1 215	23 903 683	13 311 737	57,3%	31 183 547	1 006	86 523
SMAS		SMAS de Mafra	100%	47 313 405	950 680	22 000 000	1 423 838	-	2 595 882	90	-
EM SA		Giatal - Gest. Infra-Estruturas Act.Turísticas	100%	6 007 096	-89 931	1 896 756	2 107 929	-	1 292 472	-	-
SA		Matadouro Regional de Mafra	93%	1 695 831	118 468	0	396 952	-	604 928	-	-
CM	G	Maia	-	398 874 152	10 344 186	19 120 740	11 186 343	37,7%	47 889 291	925	134 959
SMEAS		SMEAS da Maia	100%	55 201 147	801 545	1 709 108	3 742 407	-	5 859 915	158	-
EM		EMEM - Empresa Metropolitana Estac.	100%	494 913	18 202	29 577	95 926	-	12 211	-	-
EM		Espaço Municipal - Re. Urb. e Gest. Patrim.	100%	13 097 414	7 508	1 684 172	2 598 054	-	2 407 745	-	-
EM		Maiambiente	100%	3 782 357	39 203	0	2 466 522	-	4 014 896	-	-
CM	P	Mangualde	-	59 529 568	1 492 867	5 473 567	3 062 269	58,6%	4 264 767	328	18 294
CM	P	Manteigas	-	25 971 328	-419 089	2 521 419	529 799	60,2%	1 137 185	61	2 909
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,2%	1 910 402	-69 014	1 665 010	324 337	-	311 491	-	-
CM	M	Marco de Canaveses	-	62 752 789	3 677 820	19 381 528	4 390 856	92,0%	1 420 538	590	49 563

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Marinha Grande	-	122 257 102	391 927	245 271	2 136 347	6,3%	3 653 076	266	39 033
EM SA		TUMG - Transportes Urbanos	100%	633 939	5 339	208 919	244 560	-	154 257	-	-
CM	P	Marvão	-	32 248 517	-1 507 659	454 916	485 259	20,5%	783 077	137	3 023
CM	G	Matosinhos	-	643 582 170	3 207 176	35 252 270	12 933 078	40,5%	47 099 006	1 997	172 669
EM		Matosinhoshabit - Habitação de Matosinhos	100%	541 162	20 127	13 527	519 807	-	321 674	-	-
EM SA		MS Matosinhos Sport	100%	297 017	-3 731	0	1 536 370	-	83 636	-	-
CM	P	Mealhada	-	82 833 548	-804 408	0	2 233 059	12,6%	8 639 416	316	19 358
CM	P	Mêda	-	27 965 428	341 400	3 525 150	1 040 565	60,9%	966 346	163	4 632
CM	P	Melgaço	-	61 228 229	632 479	3 631 060	5 711 060	84,5%	2 029 815	280	7 776
EM		Cura Aqueae-Termas de Melgaço	51%	1 780 277	-585	943 352	510 740	-	43 817	-	-
EM		Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	100%	∞	∞	∞	∞	-	∞	-	-
SA		Quintas de Melgaço	63%	3 545 161	86 670	900 000	527 926	-	766 912	-	-
CM	P	Mértola	-	63 062 769	947 106	2 691 119	1 287 613	31,9%	898 334	273	6 205
CM	P	Mesão Frio	-	13 818 520	-2 968 999	3 567 034	2 038 545	128,4%	605 857	172	3 555
CM	P	Mira	-	110 236 962	-662 853	1 463 383	2 442 161	34,6%	6 953 849	205	12 126
EIM SA		ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	6 275 956	172 912	627	2 320 084	-	1 807 576	-	-
CM	P	Miranda do Corvo	-	60 208 569	-135 333	928 149	3 016 882	38,9%	1 688 146	172	12 014
CM	P	Miranda do Douro	-	43 306 131	-1 297 508	3 033 926	1 438 311	39,4%	1 997 351	182	6 466
CM	M	Mirandela	-	49 448 932	1 367 221	6 699 499	6 484 846	60,5%	1 085 974	385	21 389
EIM SA		AIN - Agro-Industrial do Nordeste	49%	3 548 207	-286 943	434 734	571 929	-	2 077 946	-	-
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	-1 636 695	-45 391	103 473	1 776 436	-	166 141	-	-
CM	P	Mogadouro	-	65 929 421	-2 629 071	467 239	1 152 107	9,1%	159 264	188	8 304
CM	P	Moimenta da Beira	-	41 919 776	126 927	925 360	2 197 836	33,5%	1 872 559	127	9 411
CM	M	Moita	-	166 632 929	6 153 455	3 099 101	2 805 117	16,4%	14 815 873	705	66 326
CM	P	Monção	-	50 265 209	334 909	4 546 487	4 199 546	54,5%	402 416	313	17 829
EM		Matadouro Regional de Monção	100%	-98 876	-25 714	0	195 890	-	52 825	-	-
CM	P	Monchique	-	42 945 885	-1 877 501	377 605	976 420	13,3%	346 088	231	5 465
CM	P	Mondim de Basto	-	35 188 742	17 510	3 700 563	1 067 774	56,4%	1 569 204	140	6 416
CM	P	Monforte	-	14 835 958	-727 560	1 640 630	970 635	52,0%	494 132	177	2 990
CM	P	Montalegre	-	82 264 962	-1 305 675	2 957 484	1 639 569	24,2%	4 159 390	268	9 279
CM	P	Montemor-o-Novo	-	48 256 684	240 967	562 412	4 290 289	27,9%	3 487 681	348	15 803
CM	M	Montemor-o-Velho	-	97 670 250	1 137 874	11 236 360	2 504 684	85,0%	7 527 912	294	24 587
EIM SA		ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	6 275 956	172 912	627	2 320 084	-	1 807 576	-	-
CM	M	Montijo	-	247 818 164	364 614	4 269 894	3 463 666	24,0%	11 704 395	965	55 732
SMAS		SMAS do Montijo	100%	22 508 137	150 270	0	1 367 377	-	1 577 019	98	-
CM	P	Mora	-	26 737 919	-280 346	1 149 043	1 402 912	39,7%	1 763 669	155	4 128
CM	P	Mortágua	-	52 550 265	-971 491	1 271 981	715 263	22,7%	2 284 682	146	8 960
CM	P	Moura	-	99 249 241	-4 692 684	3 741 135	3 641 499	54,0%	2 034 668	363	13 267
EM		Herdade da Contenda	100%	328 600	21 919	12 500	111 217	-	365 044	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
EM SA		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	79%	2 038 801	70 945	225 000	48 047	-	5 696	-	-
CM	P	Mourão	-	10 481 911	-534 965	5 766 257	1 229 952	137,4%	452 804	165	2 353
CM	P	Murça	-	30 301 924	134 334	2 185 162	1 787 113	56,7%	5 537 793	109	5 249
CM	P	Murtosa	-	73 427 113	-152 353	570 858	778 038	14,7%	1 686 865	73	10 488
CM	P	Nazaré	-	18 676 712	390 793	29 882 339	2 504 482	265,5%	2 907 628	239	14 889
EM		Nazaré Qualifica	100%	33 867	17 085	267 505	389 351	-	78 862	-	-
SM		SM de Nazaré	100%	4 358 154	-1 139 734	0	2 825 359	-	966 393	106	-
CM	P	Nelas	-	30 028 468	37 376	10 238 640	2 907 339	134,0%	8 445 840	225	13 124
CM	P	Nisa	-	47 296 781	53 235	1 815 982	1 209 839	29,7%	1 235 606	215	5 951
CM	P	Nordeste	-	59 688 468	47 891	14 220 855	308 353	287,4%	565 235	63	4 373
EM SA		Nordeste Activo	100%	886 761	5 417	1 827 499	449 418	-	192 188	-	-
CM	P	Óbidos	-	83 745 012	-351 080	3 203 541	2 668 333	40,6%	5 229 843	254	11 940
EM		Óbidos Criativa	100%	1 150 066	-551 644	0	127 506	-	57 670	-	-
CM	M	Odemira	-	89 008 959	383 374	3 581 603	3 722 494	24,3%	5 156 639	464	29 523
CM	G	Odivelas	-	311 188 964	4 575 434	15 991 785	10 711 573	33,7%	29 781 668	1 420	148 156
SMAS		SIMAR de Loures e Odivelas	100%	43 185 736	-2 422 651	0	11 671 740	-	12 656 075	911	-
CM	G	Oeiras	-	682 874 219	4 980 750	9 170 597	19 696 196	14,4%	25 380 646	2 707	171 802
SIMAR		SIMAS de Oeiras e Amadora	100%	151 686 078	1 315 322	0	13 755 922	-	18 640 142	445	-
EEM		Oeiras Viva-Gestão Equip. Sócio Cult. e Desp.	100%	663 299	-547 436	0	797 790	-	199 422	-	-
EM SA		Parques Tejo - Parques de Oeiras	100%	5 200 466	154 625	0	666 719	-	155 898	-	-
CM	P	Oleiros	-	39 794 983	-7 313 752	2 535 580	1 423 496	45,7%	1 788 662	135	4 900
CM	M	Olhão	-	121 517 726	2 609 002	12 681 503	3 780 468	62,8%	2 053 723	593	44 639
EM		AMBIOLHÃO-EM de Ambiente de Olhão	100%	16 537 568	306 196	8 882 350	2 120 965	-	4 824 147	-	-
EEM		Fesnima - Animação de Olhão	100%	397 337	3 656	1 019 449	103 291	-	213 284	-	-
EM		Mercados de Olhão	100%	210 829	-14 118	9 481	55 202	-	59 304	-	-
CM	M	Oliveira de Azeméis	-	204 346 439	10 199 809	1 860 933	6 852 778	21,6%	13 859 067	780	66 212
CM	P	Oliveira de Frades	-	53 413 141	838 842	2 966 620	1 490 109	49,2%	1 959 686	170	9 510
CM	M	Oliveira do Bairro	-	89 941 706	338 234	6 003 887	1 924 077	49,0%	4 833 577	282	23 150
CM	P	Oliveira do Hospital	-	37 370 980	903 585	3 673 148	1 660 601	37,0%	2 750 226	271	19 421
EIM SA		APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	6 106 124	-125 122	0	48 973	-	3 438	-	-
CM	M	Ourém	-	160 043 707	-2 048 861	4 057 295	4 298 493	26,7%	13 174 197	509	44 576
CM	P	Ourique	-	22 878 390	2 709 372	1 242 719	1 951 225	38,1%	190 021	197	4 842
CM	M	Ovar	-	142 889 473	-4 675 875	2 412 927	6 183 957	28,0%	11 589 616	397	54 976
CM	M	Paços de Ferreira	-	80 220 626	2 351 170	40 304 666	4 171 698	182,8%	7 926 235	563	55 623
EM SA		Gespaços - Gestão de Equip.Municipais	100%	10 538 597	-421 589	0	233 051	-	1 170 004	-	-
CM	M	Palmela	-	103 600 556	-1 838 948	7 800 217	5 741 871	27,6%	4 156 031	922	68 879
EM		Palmela Desporto	100%	288 648	2 569	0	428 362	-	38 870	-	-
CM	P	Pampilhosa da Serra	-	52 305 425	231 958	383 760	1 067 665	11,9%	1 171 869	189	4 067
CM	M	Paredes	-	177 062 778	714 762	28 054 838	14 748 394	104,9%	14 649 405	618	84 414

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Paredes de Coura	-	60 951 604	-122 780	4 123 715	1 400 986	49,7%	1 009 125	154	8 636
CM	P	Pedrógão Grande	-	29 129 320	-150 651	2 559 506	792 640	57,2%	1 617 070	126	3 392
CM	P	Penacova	-	43 749 411	-1 107 443	1 820 480	1 468 995	29,2%	2 269 464	250	13 119
EM		Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equip.	100%	112 811	0	2 881	44 110	-	61 007	-	-
CM	M	Penafiel	-	147 145 633	1 802 927	5 603 634	9 426 489	45,0%	2 594 438	591	69 687
EEM		Penafiel Activa	100%	532 417	65 624	0	136 503	-	242 716	-	-
EM		Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	100%	11 443 408	224 312	1 963 592	5 784 570	-	1 812 420	-	-
CM	P	Penalva do Castelo	-	32 221 966	-134 929	847 451	1 180 329	19,6%	1 031 421	111	7 340
CM	P	Penamacor	-	45 862 655	225 203	1 509 224	734 426	23,6%	872 683	92	4 764
CM	P	Penedono	-	36 718 484	694 751	0	461 429	7,1%	713 457	88	2 731
CM	P	Penela	-	23 203 541	-1 126 915	1 981 371	1 167 450	47,0%	1 194 695	111	5 443
CM	M	Peniche	-	31 374 313	-334 395	4 426 640	3 488 572	46,9%	730 308	565	26 419
SMAS		SMAS de Peniche	100%	17 697 195	-147 935	0	762 499	-	4 563 382	85	-
CM	P	Peso da Régua	-	38 691 259	-2 130 340	11 800 827	5 672 505	136,0%	2 362 634	311	14 553
CM	P	Pinhel	-	32 688 735	1 293	4 621 687	3 152 930	74,9%	1 415 107	235	8 099
CM	M	Pombal	-	242 436 076	1 578 515	2 860 190	4 736 569	15,2%	6 098 412	463	51 178
EEM		Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	100%	831 521	39 588	0	412 548	-	336 097	-	-
CM	M	Ponta Delgada	-	149 552 845	-3 619 863	14 659 993	5 847 756	55,7%	11 710 560	735	67 287
EM SA		Cidade em Acção	100%	227 459	-441 128	13 326 790	37 180	-	106 390	-	-
EM SA		Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Cult.	100%	10 276 978	-124 363	2 616 564	160 745	-	79 408	-	-
SMAS		SMAS de Ponta Delgada	100%	43 615 021	1 165 943	0	1 090 028	-	1 366 490	225	-
CM	P	Ponta do Sol	-	36 146 334	-1 301 267	18 283	620 739	9,1%	877 735	83	8 367
CM	P	Ponte da Barca	-	47 762 163	284 888	4 397 186	4 381 921	83,9%	5 005 119	242	11 058
CM	M	Ponte de Lima	-	165 830 427	-1 170 601	1 600 655	4 600 523	20,2%	11 150 951	555	41 204
CM	P	Ponte de Sor	-	103 510 514	988 138	248 529	3 623 096	24,5%	3 426 112	320	15 253
CM	M	Portalegre	-	86 988 250	-579 929	12 337 219	4 084 331	105,4%	3 345 903	344	22 368
SMAT		SMAT de Portalegre	100%	7 195 300	-207 818	2 560	955 112	-	1 129 536	56	-
CM	P	Portel	-	34 483 303	-476 368	1 825 054	1 758 529	39,2%	628 445	247	5 745
CM	M	Portimão	-	232 273 906	-962 796	118 005 315	5 932 219	223,2%	36 607 227	981	59 896
EM SA		EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	100%	46 932 805	1 263 537	0	7 882 875	-	5 557 123	-	-
CM	G	Porto	-	1 607 663 036	6 958 649	7 180 037	43 276 595	22,6%	121 823 368	3 256	231 962
EM		ÁGORA - Cultura e Desporto	100%	2 822 985	41 410	0	5 363 898	-	1 561 278	-	-
EM		CMPEA - Águas do Porto	100%	140 531 124	2 756 491	0	31 374 897	-	14 989 149	-	-
EM		CMPH - Domus Social	100%	1 185 103	33 039	0	5 767 270	-	3 022 215	-	-
EM		Empresa Municipal de Ambiente do Porto	100%	4 668 891	287 093	4 871 996	4 298 781	-	3 251 279	-	-
EM		Gestão de Obras Públicas da CM do Porto	100%	1 314 273	3 645	0	5 004 810	-	528 726	-	-
SA		Porto Vivo, SRU	100%	4 793 138	795 128	10 800 000	308 067	-	178 647	-	-
CM	M	Porto de Mós	-	64 159 543	28 488	1 183 732	1 488 157	13,0%	4 446 474	296	23 211
CM	P	Porto Moniz	-	22 489 738	115 719	1 337 572	325 417	31,5%	855 211	83	2 521

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Porto Santo	-	38 612 262	-2 046 028	1 674 262	1 371 694	69,1%	1 709 300	103	5 158
CM	M	Póvoa de Lanhoso	-	64 596 755	1 042 578	5 675 527	2 112 697	50,6%	4 091 684	234	21 787
EM		EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	100%	796 739	86 443	3 931	475 537	-	639 145	-	-
CM	M	Póvoa de Varzim	-	142 185 924	4 824 629	11 044 641	9 976 608	45,3%	15 393 610	641	64 320
EEM		Varzim Lazer	100%	430 570	2 060	0	206 443	-	107 044	-	-
CM	P	Povoação	-	34 107 894	23 708	3 259 927	1 050 219	70,9%	384 718	100	5 796
CM	P	Praia da Vitória	-	67 146 854	-2 264 970	6 261 837	3 528 577	93,2%	860 512	158	19 482
EM SA		Praia Ambiente	100%	4 130 328	12 145	5 541 206	926 219	-	563 074	-	-
EIM		TERAMB	40%	27 433 560	170 562	1 622 357	5 932 176	-	1 570 850	-	-
CM	P	Proença-a-Nova	-	44 069 060	-1 319 953	1 702 279	1 282 534	31,2%	1 062 298	194	7 147
CM	P	Redondo	-	30 491 658	-1 530 113	201 808	1 564 544	24,6%	1 032 757	251	6 287
CM	P	Reguengos de Monsaraz	-	41 067 714	-1 833 827	11 399 040	9 739 508	189,3%	1 960 969	279	9 875
CM	P	Resende	-	52 039 083	-205 147	3 734 811	1 489 705	51,0%	1 705 254	284	10 053
CM	P	Ribeira Brava	-	91 315 212	151 358	1 038 095	755 433	24,7%	790 470	104	12 696
CM	P	Ribeira de Pena	-	43 141 452	-376 029	4 969 439	1 759 838	66,0%	1 530 600	181	5 887
CM	M	Ribeira Grande	-	148 379 708	4 768 581	22 116 087	1 334 662	128,4%	4 088 127	289	31 414
EIM SA		EIRSU	33%	293 351	-5 420	0	4 000	-	271 598	-	-
CM	M	Rio Maior	-	87 823 142	513 268	5 223 033	3 884 755	50,8%	6 663 768	344	21 021
EM SA		DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	578 960	1 853	35 000	466 689	-	326 823	-	-
EM		EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	80%	702 593	-250 582	50 000	87 800	-	450 068	-	-
CM	P	Sabrosa	-	24 029 623	1 668 703	2 366 436	773 897	44,6%	2 916 834	159	5 556
CM	P	Sabugal	-	48 771 156	472 242	3 960 336	2 008 896	35,8%	2 584 152	206	11 281
CM	M	Salvaterra de Magos	-	40 158 488	418 445	3 973 690	1 369 013	48,8%	3 385 408	245	21 632
CM	P	Santa Comba Dão	-	24 972 394	463 603	6 425 862	2 359 892	118,0%	3 298 567	134	10 642
CM	M	Santa Cruz	-	39 528 015	3 186 256	11 386 093	6 870 213	82,5%	10 623 985	348	42 262
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	-	27 670 502	128 011	960 178	196 144	30,3%	247 634	54	4 095
Soc.		Emp. Transportes Colectivos da Ilha Graciosa	78%	188 203	-35 599	0	25 318	-	4 244	-	-
CM	P	Santa Cruz das Flores	-	20 982 859	-672 668	94 976	202 172	11,2%	190 707	61	2 021
CM	G	Santa Maria da Feira	-	331 076 740	12 880 746	14 468 398	6 382 036	31,0%	27 373 505	755	136 720
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	100%	1 016 955	826	1 200 000	534 813	-	98 508	-	-
CM	P	Santa Marta de Penaguião	-	24 302 147	-983 085	1 083 527	572 071	25,3%	366 401	145	6 104
CM	P	Santana	-	37 337 671	335 310	0	433 362	6,9%	569 944	73	6 558
CM	M	Santarém	-	161 453 670	1 961 064	26 133 984	25 855 613	143,4%	15 694 102	728	58 770
EM SA		Águas de Santarém	100%	54 586 275	55 085	12 330 172	10 504 328	-	3 853 853	-	-
EM SA		Viver Santarém	100%	86 245	2 991	0	806 990	-	349 672	-	-
CM	M	Santiago do Cacém	-	119 333 117	2 055 117	5 534 758	2 742 657	34,4%	6 517 518	521	27 801
CM	M	Santo Tirso	-	185 285 864	205 416	17 320 822	8 106 097	68,0%	22 540 511	414	67 785
CM	P	São Brás de Alportel	-	25 588 613	-1 264 800	684 236	1 320 008	15,7%	658 959	286	11 266
CM	M	São João da Madeira	-	144 969 382	-1 107 467	4 053 720	4 263 300	46,0%	6 647 412	276	22 162

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
EM SA		Águas de S. João	51%	2 716 498	497 156	55 769	1 109 269	-	1 155 406	-	-
EM		Habitar S. João - Habitação	100%	368 885	50 979	0	82 324	-	202 114	-	-
CM	P	São João da Pesqueira	-	32 056 449	576 789	6 280 142	1 114 259	85,5%	831 311	134	6 780
CM	P	São Pedro do Sul	-	46 485 269	-3 035 387	1 936 641	7 057 196	59,6%	4 262 932	358	15 139
EM SA		Termalístur - Termas	100%	3 233 404	-1 701	9 424 650	1 836 180	-	1 535 060	-	-
CM	P	São Roque do Pico	-	19 087 813	-1 145 450	3 237 057	278 892	87,7%	343 251	52	3 221
CM	P	São Vicente	-	36 370 749	-1 930 350	942 956	1 971 271	57,4%	757 975	60	4 874
EM SA		Naturnorte – Gestão Eq. Colect. e Prest. Serv.	97%	1 169 894	-287 408	0	74 411	-	154 512	-	-
CM	P	Sardoal	-	9 424 885	-727 561	3 090 383	2 465 495	100,1%	958 087	187	3 526
CM	P	Sátão	-	32 385 744	565 685	87 507	1 467 399	12,1%	1 407 485	180	11 026
CM	M	Seia	-	40 837 703	530 460	33 652 609	2 261 917	181,0%	8 021 076	391	21 759
EIM SA		APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	6 106 124	-125 122	0	48 973	-	3 438	-	-
CM	G	Seixal	-	300 628 636	8 208 563	58 948 414	19 710 127	83,0%	35 665 987	1 557	166 693
CM	P	Sernancelhe	-	52 350 591	832 508	1 225 084	987 443	22,3%	1 156 365	89	5 713
CM	P	Serpa	-	70 199 693	-1 853 071	4 721 256	2 848 990	52,6%	1 227 215	397	13 768
CM	P	Sertã	-	56 997 640	9 281	1 612 143	1 244 979	19,7%	757 360	240	14 748
CM	M	Sesimbra	-	137 348 537	802 365	11 189 245	10 737 904	45,0%	30 911 609	972	52 465
CM	G	Setúbal	-	303 273 296	-5 287 202	30 634 902	33 583 361	84,9%	64 717 040	1 380	123 684
CM	P	Sever do Vouga	-	63 986 085	-180 115	926 343	1 784 043	27,3%	4 336 052	114	11 069
CM	M	Silves	-	134 138 645	3 912 067	11 424 404	4 719 891	45,3%	9 620 500	714	37 813
CM	P	Sines	-	145 727 045	2 895 860	9 132 557	4 347 773	67,2%	6 989 653	459	14 214
CM	G	Sintra	-	1 034 181 309	6 641 359	3 437 931	24 527 450	12,2%	59 769 281	3 553	385 954
SMAS		SMAS de Sintra	100%	94 136 125	-1 890 360	0	6 231 324	-	11 481 232	961	-
EM SA		EMES - Estacionamento	100%	1 215 502	-234 692	0	252 286	-	21 833	-	-
CM	P	Sobral de Monte Agraço	-	24 206 789	21 069	1 699 402	2 292 458	48,6%	2 226 067	178	10 542
CM	P	Soure	-	50 618 664	1 680 121	2 669 484	1 111 363	29,9%	6 156 485	232	17 264
EIM SA		ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	6 275 956	172 912	627	2 320 084	-	1 807 576	-	-
CM	P	Sousel	-	27 091 978	-94 997	2 044 121	1 613 457	58,3%	452 947	168	4 358
CM	P	Tábua	-	31 105 599	464 453	2 832 417	6 023 131	102,4%	2 911 019	265	11 163
CM	P	Tabuaço	-	28 578 496	494 692	4 498 439	7 259 904	171,2%	1 800 008	92	5 039
CM	P	Tarouca	-	18 868 507	-944 321	6 998 748	6 189 891	158,5%	1 370 647	277	7 374
CM	M	Tavira	-	192 624 796	-7 857 037	5 601 317	2 362 879	27,8%	9 518 367	431	27 536
EM		Tavira Verde - Ambiente	51%	5 787 903	1 028 672	9 972 668	3 825 555	-	1 143 250	-	-
CM	P	Terras de Bouro	-	59 770 817	-1 118 476	2 526 342	1 031 383	40,5%	1 386 080	207	6 359
CM	M	Tomar	-	96 873 012	775 473	4 571 997	14 330 299	86,7%	7 279 621	589	36 444
Soc.		Ensino Profissional de Tomar	50%	490 238	6 470	0	82 068	-	345 895	-	-
CM	M	Tondela	-	85 841 122	807 510	3 308 136	3 510 514	31,2%	5 801 577	308	25 939
CM	P	Torre de Moncorvo	-	29 830 495	-704 672	7 221 476	1 735 436	82,0%	300 698	162	6 822
CM	M	Torres Novas	-	138 732 501	2 762 128	9 122 140	2 898 538	53,9%	7 979 494	574	34 149

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Torres Vedras	-	160 218 955	2 110 859	10 109 989	6 422 437	36,9%	28 464 364	1 051	83 130
EM		Promotorres – Prom. Eventos e Gest. Equip.	100%	-1 879	-248 022	25 148	858 384	-	207 660	-	-
SMAS		SMAS Torres Vedras	100%	34 381 172	170 532	0	2 166 703	-	2 235 324	225	-
CM	P	Trancoso	-	36 857 048	144 692	3 995 426	1 830 743	62,7%	2 266 266	193	8 419
EEM		TEGEC – Gest. Equip. Culturais e de Lazer	100%	-4 024 889	-4 562	0	1 068	-	202 450	-	-
CM	M	Trofa	-	76 778 462	3 710 359	24 169 999	3 219 605	126,3%	8 523 881	335	38 612
EM		Trofáguas - Serviços Ambientais	100%	3 828 638	-350 982	4 697 345	1 813 680	-	509 717	-	-
CM	M	Vagos	-	66 735 156	-2 307 596	5 785 508	10 590 265	124,8%	7 869 393	247	22 905
CM	M	Vale de Cambra	-	76 610 250	1 125 862	9 854 822	2 676 005	85,0%	4 271 124	205	21 279
CM	P	Valença	-	48 423 001	1 009 375	5 655 701	2 283 179	53,3%	2 238 043	274	13 634
EM		Interminho - Soc. Gestora de Parques Emp.	100%	1 091 656	283 450	418 413	127 948	-	531 411	-	-
CM	M	Valongo	-	245 868 330	-3 102 388	21 858 395	5 399 304	70,3%	16 780 416	932	94 795
EM		Vallis Habita - Gestão Empreend. Habitacion.	100%	19 413 870	17 900	0	92 578	-	103 361	-	-
CM	P	Valpaços	-	92 266 224	-1 075 709	3 194 247	2 029 730	29,3%	2 960 946	224	14 714
CM	P	Velas	-	31 641 556	794 445	2 367 704	316 817	50,7%	446 465	86	4 940
CM	P	Vendas Novas	-	45 015 327	-1 502 530	2 693 142	2 337 341	58,2%	2 094 799	215	11 240
CM	P	Viana do Alentejo	-	21 046 554	-165 286	843 717	1 548 375	36,4%	928 424	136	5 323
CM	M	Viana do Castelo	-	195 874 450	4 313 003	22 883 596	8 670 214	59,6%	1 256 979	1 251	85 864
SMVC		SM de Viana Castelo	100%	18 656 852	-1 506 704	285 769	1 120 001	-	4 408 857	115	-
CM	P	Vidigueira	-	27 849 637	-1 421 008	2 983 593	1 434 931	67,4%	1 112 563	218	5 177
CM	P	Vieira do Minho	-	40 683 949	-2 060 740	6 900 061	3 271 311	97,7%	2 553 525	207	11 970
CM	P	Vila de Rei	-	24 127 789	-213 026	1 435 735	927 414	42,1%	1 048 011	142	3 276
CM	P	Vila do Bispo	-	30 931 529	704 917	787 838	1 636 205	19,1%	3 246 038	236	5 722
CM	M	Vila do Conde	-	252 426 218	2 849 342	27 722 258	8 331 443	74,8%	16 035 736	1 141	80 921
CM	P	Vila do Porto	-	39 662 291	-245 161	3 502 387	462 574	78,8%	176 458	101	5 414
CM	P	Vila Flor	-	40 901 604	210 514	540 207	1 929 021	20,5%	284 462	166	6 064
EIM SA		AIN - Agro-Industrial do Nordeste	49%	3 548 207	-286 943	434 734	571 929	-	2 077 946	-	-
CM	G	Vila Franca de Xira	-	418 026 363	-9 111 587	27 191 899	8 155 046	52,4%	23 896 118	1 546	137 659
SMAS		SMAS de Vila Franca Xira	100%	61 223 626	941 759	0	3 102 856	-	4 721 683	175	-
CM	P	Vila Franca do Campo	-	76 213 298	-6 738 391	32 194 580	541 164	407,2%	2 052 995	101	10 326
EIM SA		EIRSU	33%	293 351	-5 420	0	4 000	-	271 598	-	-
EM		Marina da Vila - Indústrias Marinas e Recreio	100%	65 830	-18 657	3 327	36 891	-	84 636	-	-
EM		VFC Empreendimentos	85%	-215 603	-2 524	370 818	1 861 024	-	74 968	-	-
EM		Vila Solidária - EM de Habitação Social	100%	-877 071	-200 102	0	1 594 068	-	370 886	-	-
EM SA		SDVF - Soc. Desenv. Habit. Social de VFC	85%	390 710	145 269	3 257 649	446 225	-	2 914	-	-
CM	P	Vila Nova da Barquinha	-	33 417 503	11 494	1 948 178	984 054	43,9%	1 440 242	153	7 035
EM SA		CDN - Gestão e Promoção do Parque Emp.	94%	96 241	2 951	0	73 436	-	68 087	-	-
CM	P	Vila Nova de Cerveira	-	51 507 454	225 988	3 653 455	2 016 914	40,3%	2 462 794	239	8 930
CM	G	Vila Nova de Famalicão	-	272 858 793	2 172 889	23 873 555	10 989 585	40,4%	26 402 352	1 526	133 590

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Vila Nova de Foz Côa	-	86 673 673	-195 881	0	1 055 495	9,4%	1 655 181	167	6 304
EM		Ribeira da Teja - Produção Energia Eléctrica	56%	5 519 001	812 898	0	486 184	-	102 300	-	-
CM	G	Vila Nova de Gaia	-	850 911 986	3 716 839	82 213 453	23 046 641	77,1%	72 376 707	2 126	304 149
EM SA		Águas de Gaia	100%	63 394 235	339 897	37 653 144	12 316 643	-	6 237 916	-	-
EM		Gaiurb - Urbanismo e Habitação	100%	11 902 235	3 495	0	5 668 653	-	2 191 193	-	-
CM	P	Vila Nova de Paiva	-	25 310 129	1 034 777	1 438 361	1 071 431	38,5%	226 947	118	4 660
CM	P	Vila Nova de Poiares	-	29 299 384	-3 172 808	13 810 021	796 103	211,6%	1 824 120	110	6 813
CM	P	Vila Pouca de Aguiar	-	63 176 645	660 480	1 802 621	4 278 469	38,6%	9 261 006	333	11 825
CM	M	Vila Real	-	187 949 654	3 374 206	11 926 318	4 208 198	55,4%	10 611 103	591	49 623
EM		VRS - Vila Real Social	100%	10 210 683	99 546	0	202 937	-	128 794	-	-
CM	P	Vila Real de Santo António	-	87 227 475	1 945 397	59 249 633	20 059 648	346,7%	19 120 317	416	18 828
EM SA		VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	28 616 268	-8 392 446	35 354 571	21 117 119	-	42 680 090	-	-
CM	P	Vila Velha de Ródão	-	32 271 624	-1 174 957	14 725	601 004	8,9%	1 672 532	160	3 287
CM	M	Vila Verde	-	86 315 889	4 160 220	12 416 325	3 983 748	63,3%	4 937 990	373	46 474
CM	P	Vila Viçosa	-	17 438 142	-289 254	2 504 348	761 557	51,3%	1 036 281	153	7 385
CM	P	Vimioso	-	30 510 886	-188 352	2 078 043	1 344 545	35,0%	1 656 433	173	4 154
CM	P	Vinhais	-	34 213 066	-755 486	2 184 548	1 340 621	28,8%	295 870	188	7 772
EM		Carnes de Vinhais - Soc. Abate Transf. Carnes	100%	8 860	-40 519	36 178	113 728	-	45 146	-	-
EEM		ProRuris - EM de Desenvol. Rural de Vinhais	100%	101 319	1 431	23 640	89 829	-	64 982	-	-
CM	M	Viseu	-	233 614 640	442 531	10 534 317	13 077 103	40,5%	25 217 563	814	99 693
SMAS		SMAS de Viseu	100%	75 103 895	34 115	0	5 765 957	-	4 396 975	184	-
EM		Habisolvis - Habitação Social	100%	281 117	2 248	0	247 754	-	42 229	-	-
SA		WISEUNOVO - SRU	55%	975 884	1 954	213 562	401 495	-	466 192	-	-
CM	M	Vizela	-	59 082 188	453 683	9 304 660	2 279 320	85,2%	6 327 885	279	23 903
EIM		Vimágua	10%	22 143 606	659 631	10 259 653	16 881 934	-	4 195 822	-	-
CM	P	Vouzela	-	51 465 361	-727 432	5 640 190	693 419	77,9%	1 134 221	200	9 588
EIM SA		Águas do Alto Alentejo	(1)	22 699 807	0	0	0	-	281 474	-	-
EIM SA		Águas do Interior Norte	(2)	56 775 949	-366 310	9 316 156	5 323 097	-	7 659 359	-	-
EIM		Águas do Ribatejo	(3)	64 756 015	2 704 116	17 235 169	18 474 164	-	5 062 612	-	-
EIM		AMBILITAL - Invest. Ambientais no Alentejo	(4)	14 068 621	335 501	0	2 684 412	-	1 303 042	-	-
EIM		Ambisouisa - EIM Tratam. Gestão Res. Sól.	(5)	11 748 296	69 121	0	3 468 222	-	4 168 425	-	-
EIM SA		APIN - EIM Ambiente do Pinhal Interior	(6)	3 857 562	217 266	0	8 634 960	-	8 130 473	-	-
EIM		BRAVAL - Valorização e Tratam. Res. Sól.	(7)	12 594 296	13 508	4 711 766	5 910 509	-	5 462 410	-	-
EIM SA		ECOBELRÃO - Trat. Res Sól. Planalto Beirão	(8)	1 638 576	56 464	1 851 348	9 582 010	-	2 617 818	-	-
EIM		Ecolezília - Tratamento de Resíduos Sólidos	(9)	2 925 962	7 573	0	1 146 304	-	1 545 181	-	-
EIM SA		EHATB - Emp. Hidroelét. Alto Tâmega Barroso	(10)	9 409 029	908 044	0	2 442 571	-	1 633 519	-	-
EIM		GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	(11)	13 204 151	393 122	1 065 780	4 002 931	-	2 738 391	-	-
SA		Matadouro Industrial do Cachão	(12)	-2 165 312	501	437 683	2 276 346	-	1 655	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dividas a terceiros		Índice Dívida Total	Dividas de terceiros	N.º trab. 2020	N.º hab. 2021
						Empréstimos	Outras				
EIM		MINHOCOM - Gestão de Infra.. Telecom.	(13)	∞	∞	∞	∞	-	∞	-	-
EIM SA		Municipia, SA - Emp. Cartografia e Sist. Info.	(14)	3 163 494	-1 596 118	1 126 667	2 224 682	-	5 209 990	-	-
EIM		MUSAMI - Operações Municipais do Amb.	(15)	11 549 979	651 615	0	3 544 651	-	1 468 833	-	-
EIM		Naturtejo - Empresa de Turismo	(16)	208 410	35 873	221 000	134 351	-	8 846	-	-
EIM		PERM - Parque Emp. de Recup. de Materiais	(17)	2 002 677	30 832	1 608 871	1 260 121	-	639 572	-	-
EIM		Resialentejo - Trat.e Valorização de Resíduos	(18)	5 945 474	130 229	2 044 868	4 994 071	-	2 863 964	-	-
EIM		Resíduos do Nordeste	(19)	14 404 092	238 812	653 827	4 002 809	-	2 916 076	-	-
EIM SA		RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos	(20)	71 532	24 059	4 742 806	7 576 271	-	3 979 568	-	-
EIM SA		Tejo Ambiente - EIM Ambiente do Médio Tejo	(21)	8 664 969	-2 281 654	3 200 000	9 127 505	-	17 931 743	-	-
EIM		TRATOLIXO - Tratamento Resíduos Sólidos	(22)	31 407 177	58 739	138 515 449	16 929 978	-	15 803 468	-	-

- (1) Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%).
- (2) Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.
- (3) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).
- (4) AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%.
- (5) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%.
- (6) Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.
- (7) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).
- (8) Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).
- (9) RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) - 100%.
- (10) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).
- (11) CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%.
- (12) AIN - Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.
- (13) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) - 51,0%.
- (14) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.
- (15) AMISM - Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.
- (16) Associação de Municípios Natureza e Tejo - 87,87%.
- (17) Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%.
- (18) Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).
- (19) Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%).
- (20) Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.
- (21) Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%).
- (22) AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

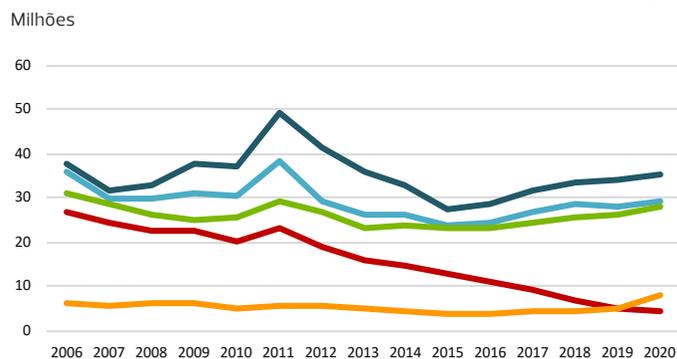
## ANEXO II

### EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)\*

\*Os dados referentes à população são dos Censos 2021

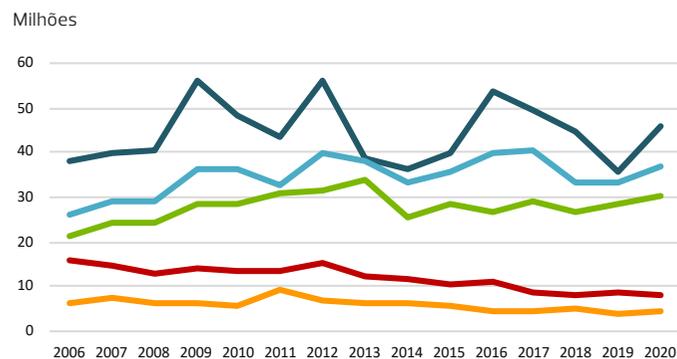
## Abrantes

34 351  
HABITANTES



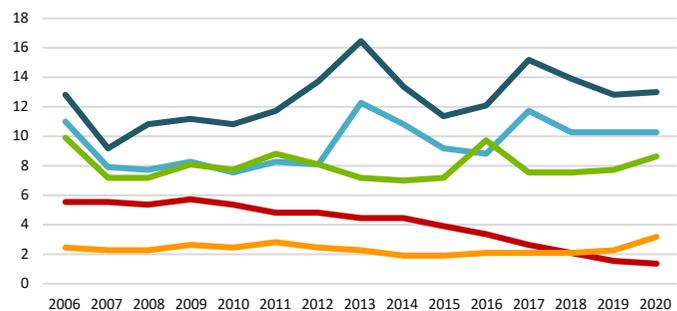
## Águeda

46 134  
HABITANTES



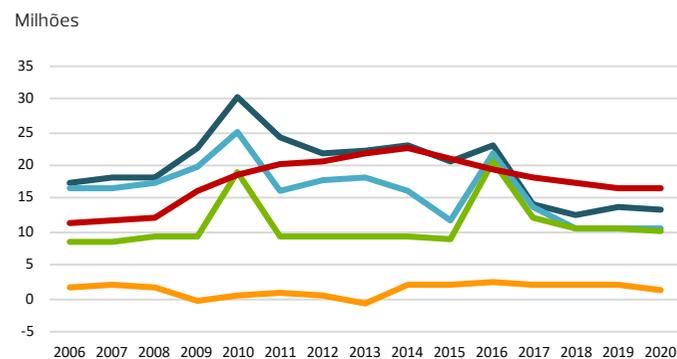
## Aguiar da Beira

5 228  
HABITANTES



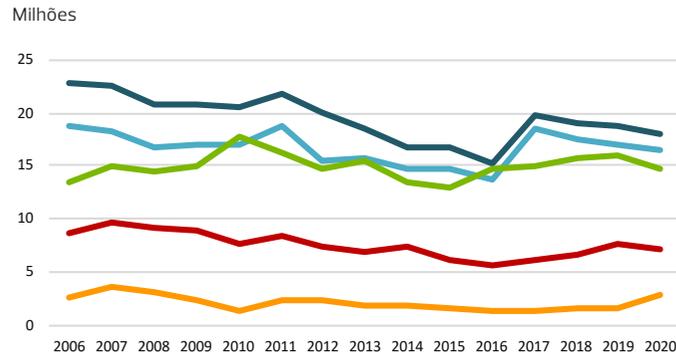
## Alandroal

5 007  
HABITANTES



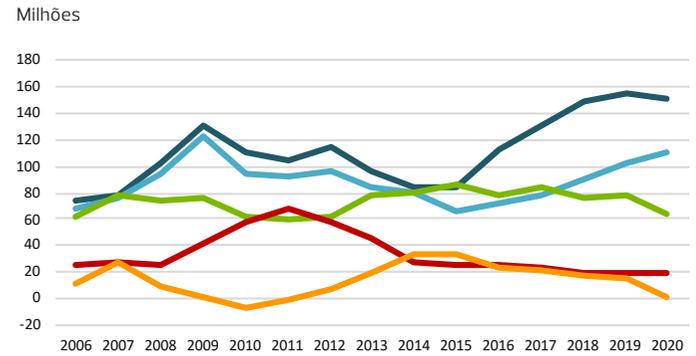
## Albergaria-a-Velha

24 841  
HABITANTES



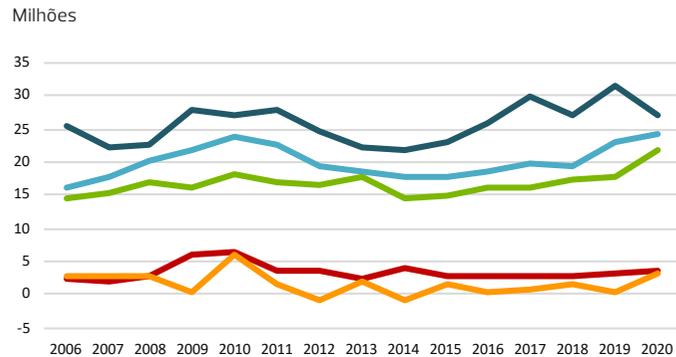
## Albufeira

44 158  
HABITANTES



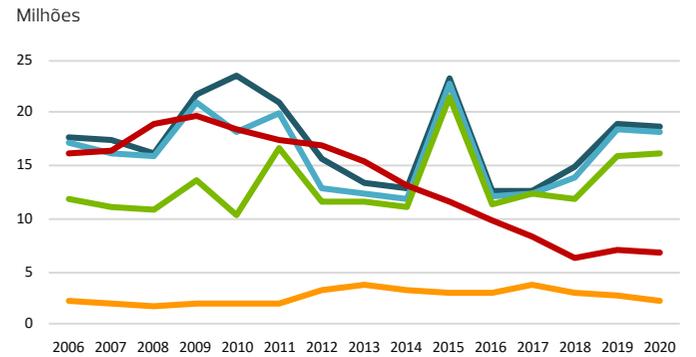
## Alcácer do Sal

11 125  
HABITANTES



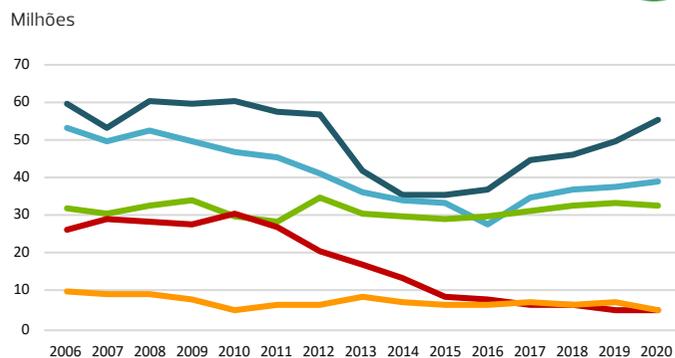
## Alcanena

12 478  
HABITANTES



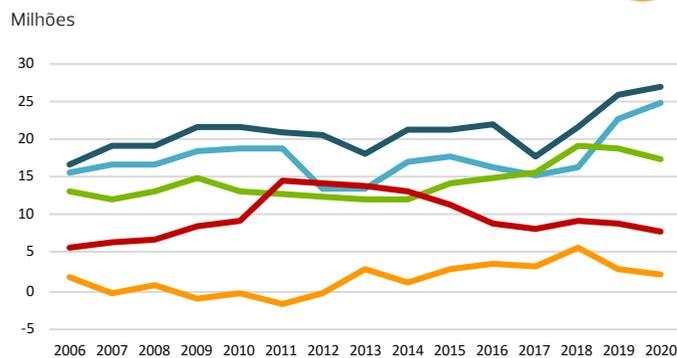
## Alcobaça

54 981  
HABITANTES



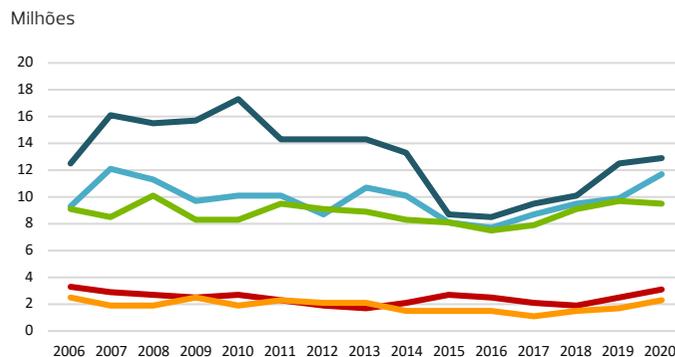
## Alcochete

19 148  
HABITANTES



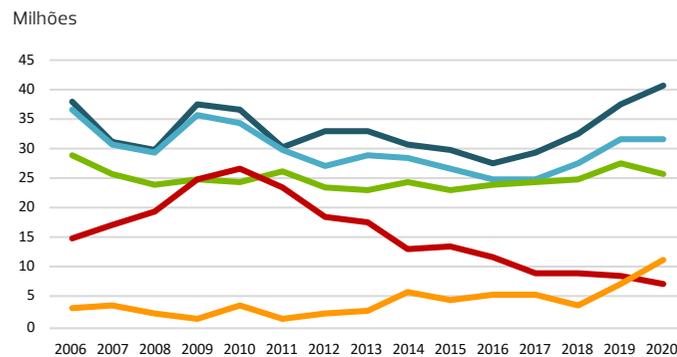
## Alcoutim

2 521  
HABITANTES



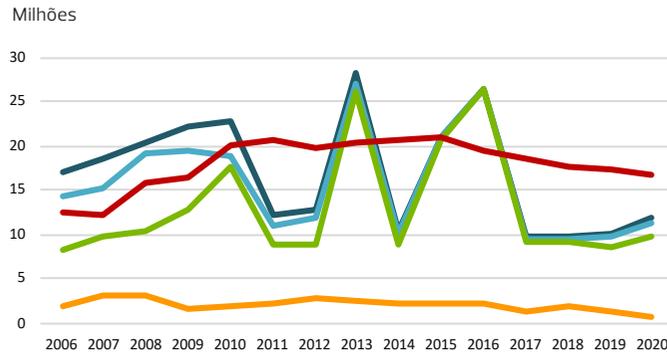
## Alenquer

44 428  
HABITANTES



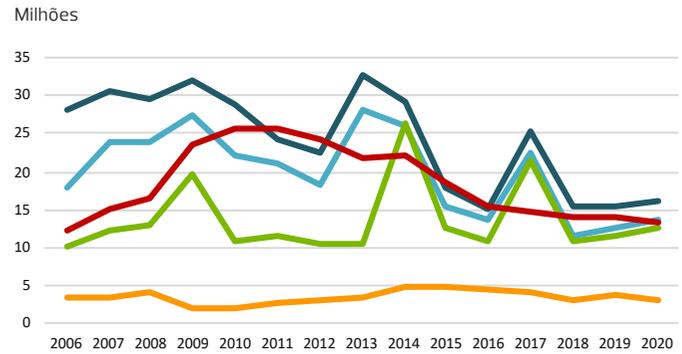
## Alfândega da Fé

4 321  
HABITANTES



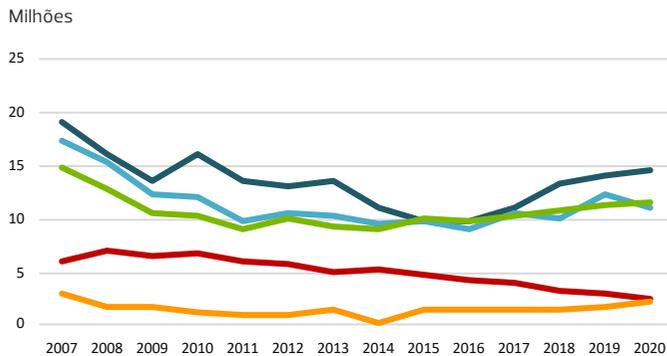
## Alijó

10 492  
HABITANTES



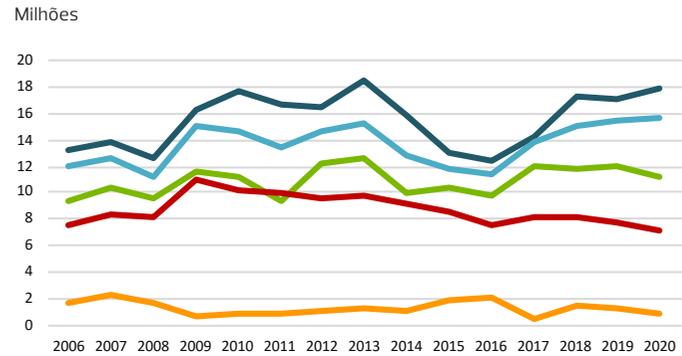
## Aljezur

6 046  
HABITANTES



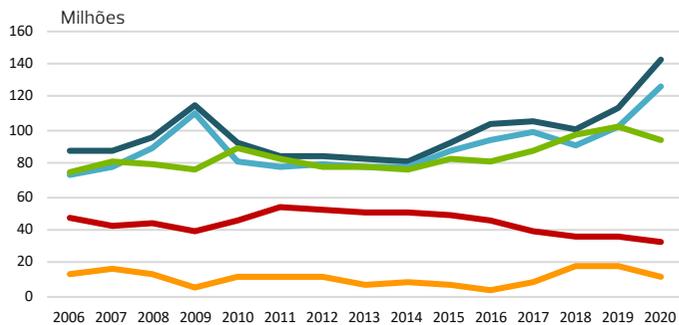
## Aljustrel

8 879  
HABITANTES



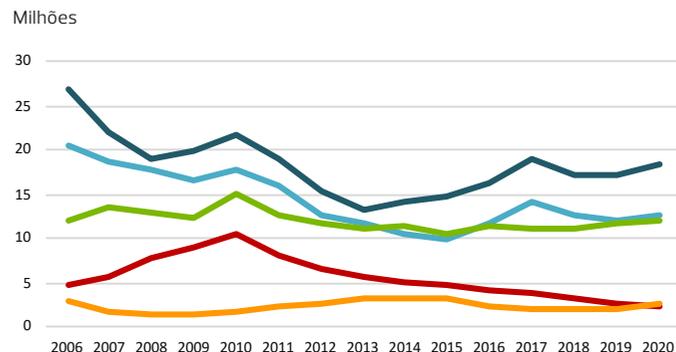
## Almada

177 400  
HABITANTES



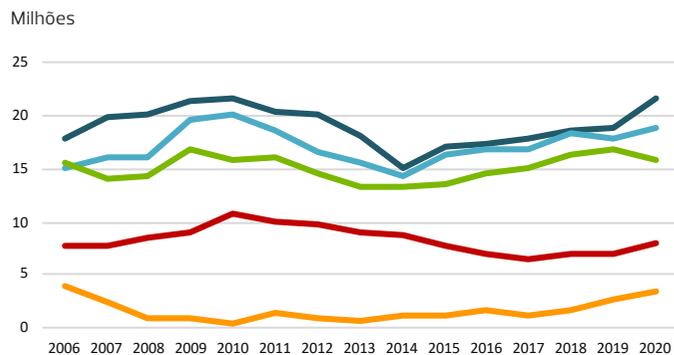
## Almeida

5 882  
HABITANTES



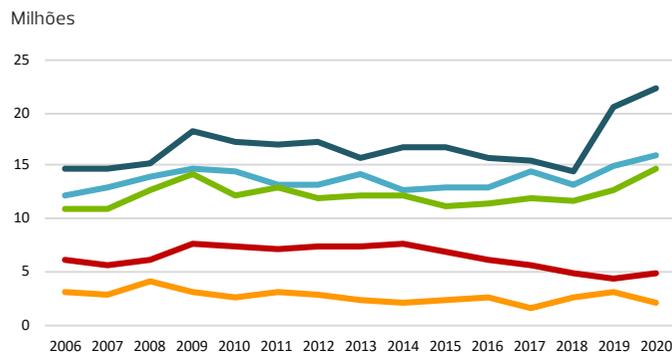
## Almeirim

22 033  
HABITANTES



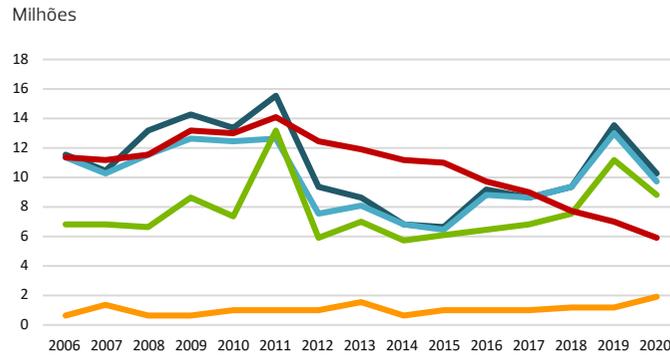
## Almodôvar

6 709  
HABITANTES



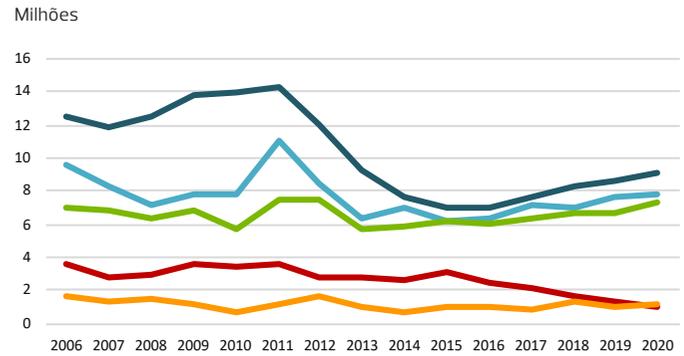
## Alpiarça

6 986  
HABITANTES



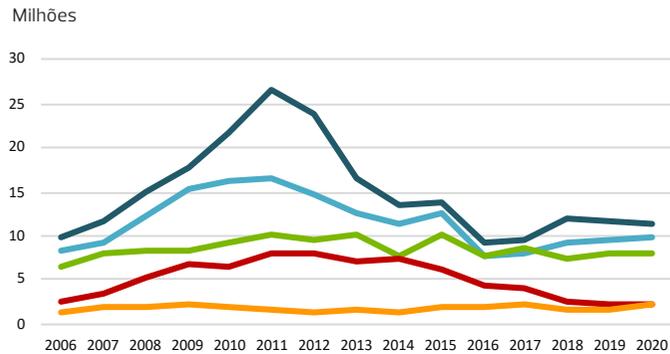
## Alter do Chão

3 046  
HABITANTES



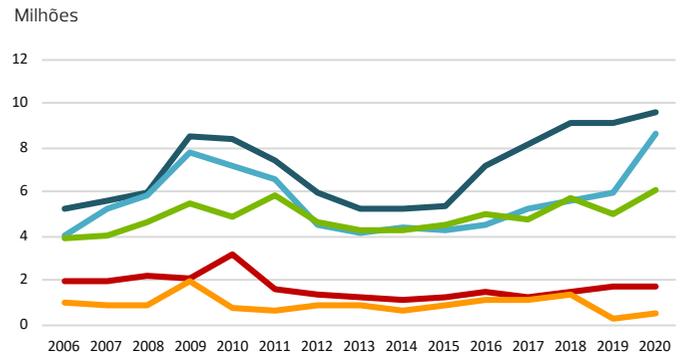
## Alvaiázere

6 227  
HABITANTES



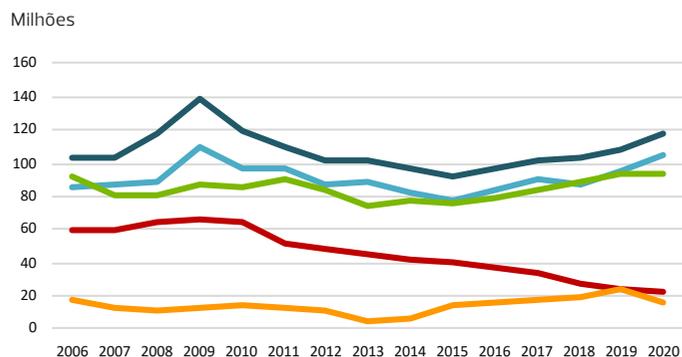
## Alvito

2 276  
HABITANTES



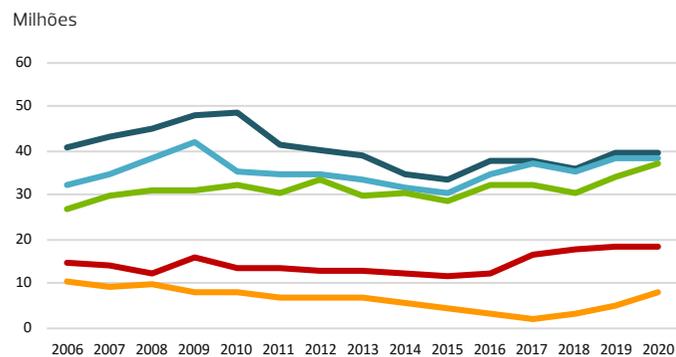
## Amadora

171 719  
HABITANTES



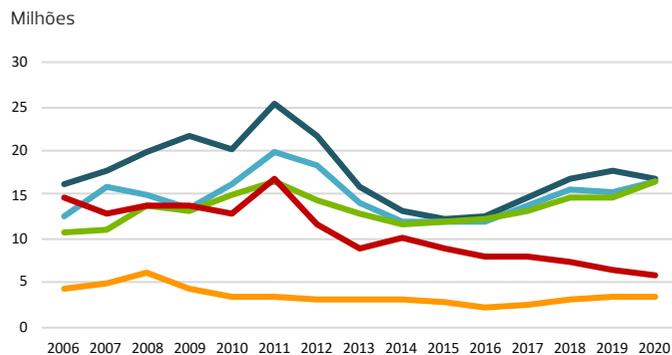
## Amarante

52 131  
HABITANTES



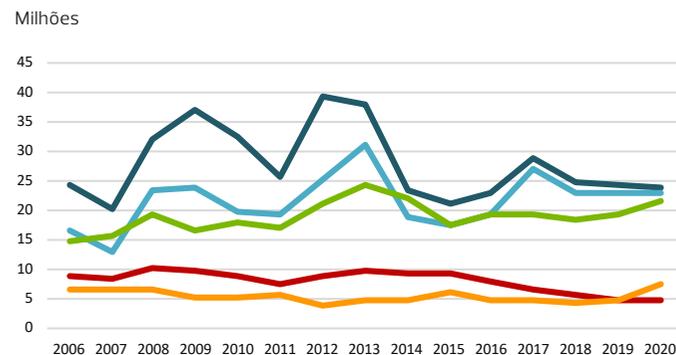
## Amares

18 591  
HABITANTES



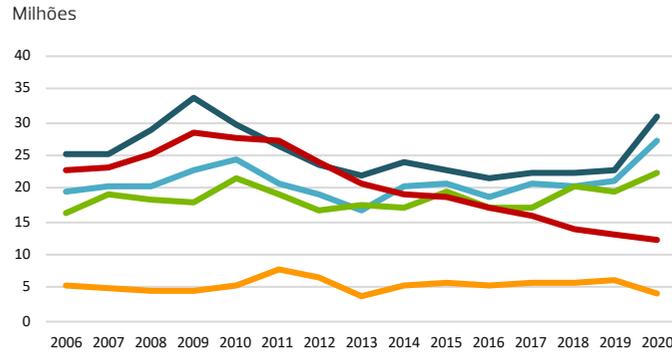
## Anadia

27 542  
HABITANTES



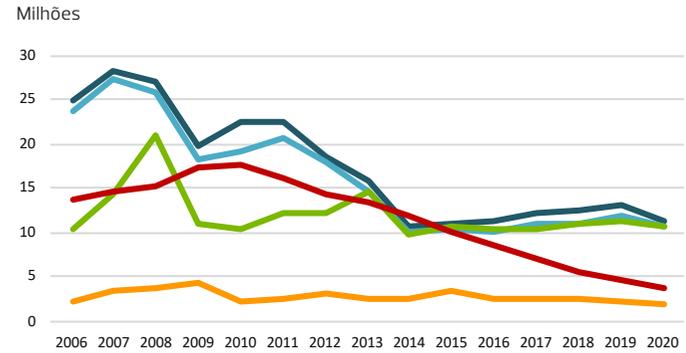
## Angra do Heroísmo

33 829  
HABITANTES



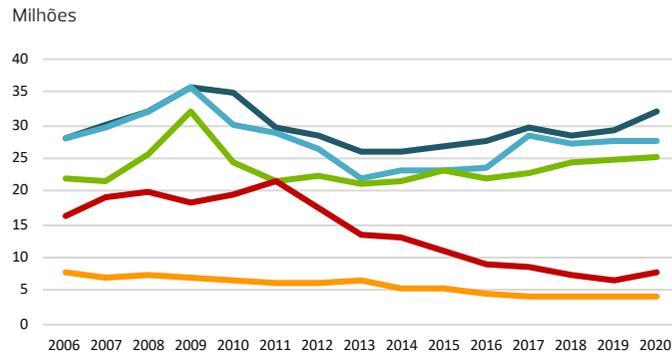
## Ansião

11 632  
HABITANTES



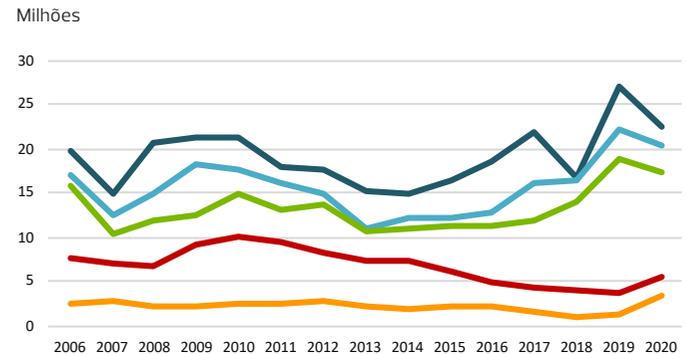
## Arcos de Valdevez

20 729  
HABITANTES



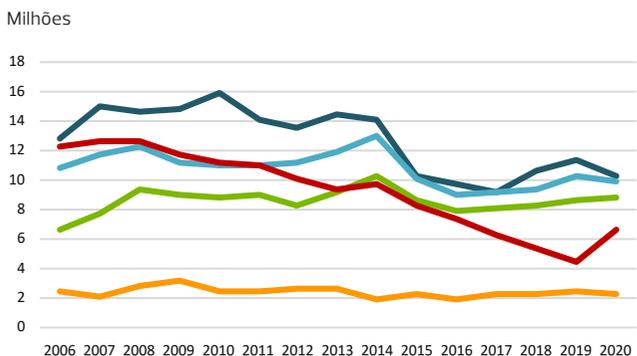
## Arganil

11 067  
HABITANTES



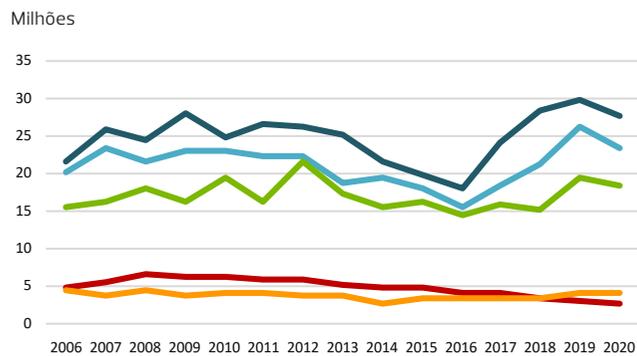
## Armamar

5 680  
HABITANTES



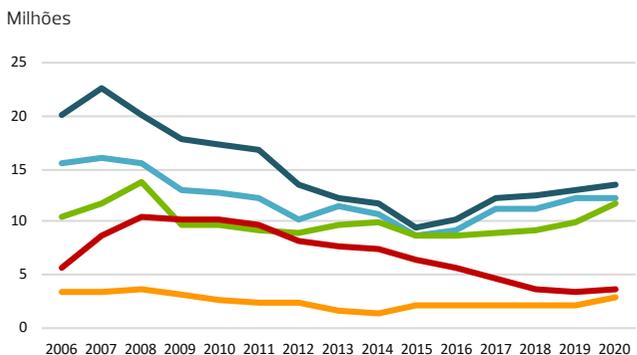
## Arouca

21 154  
HABITANTES



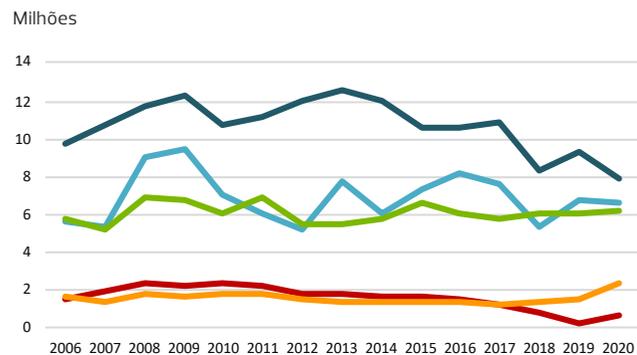
## Arraiolos

6 606  
HABITANTES



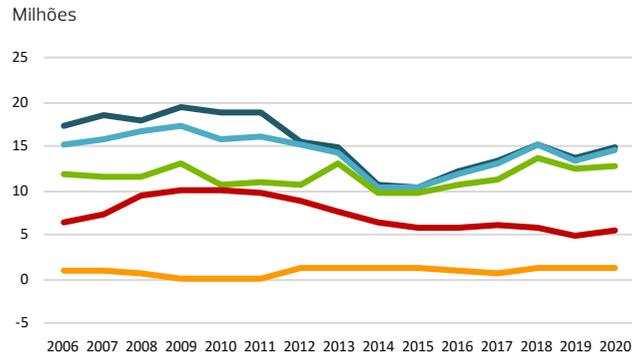
## Arronches

2 789  
HABITANTES



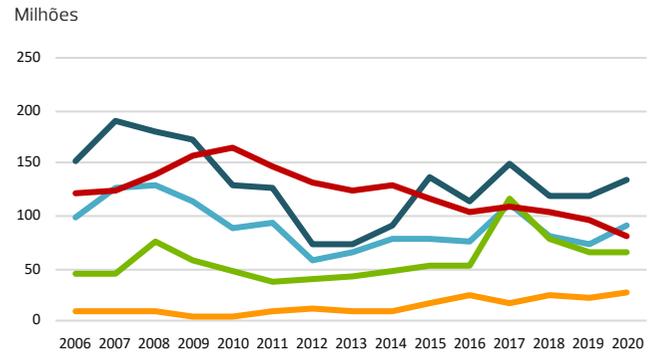
## Arruda dos Vinhos

13 983  
HABITANTES



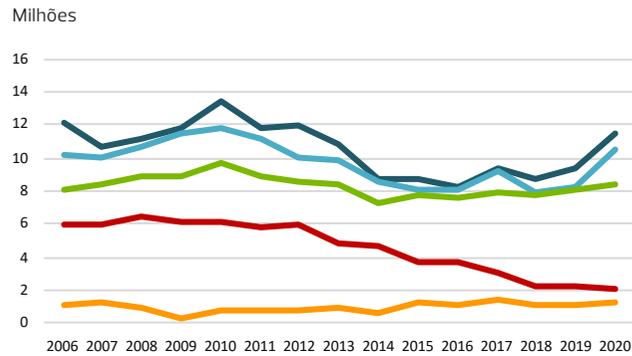
## Aveiro

80 880  
HABITANTES



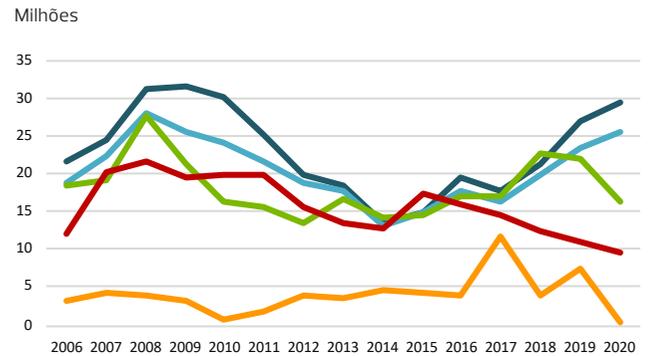
## Avis

3 813  
HABITANTES



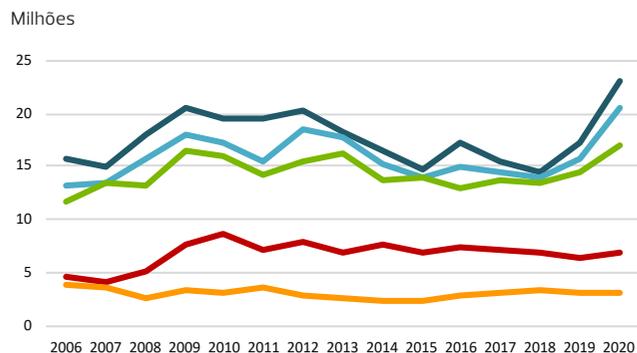
## Azambuja

21 421  
HABITANTES



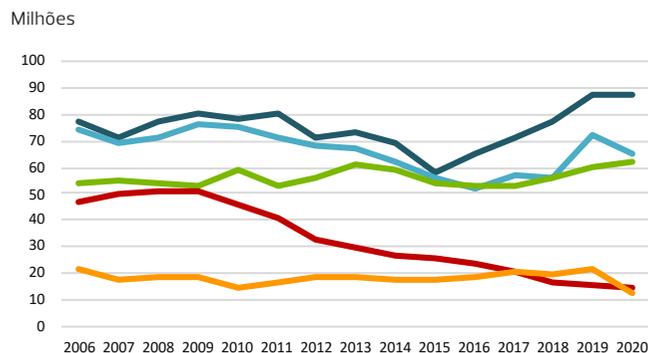
## Baião

17 527  
HABITANTES



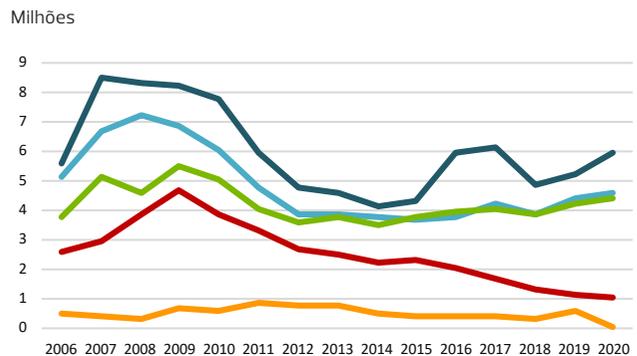
## Barcelos

116 777  
HABITANTES



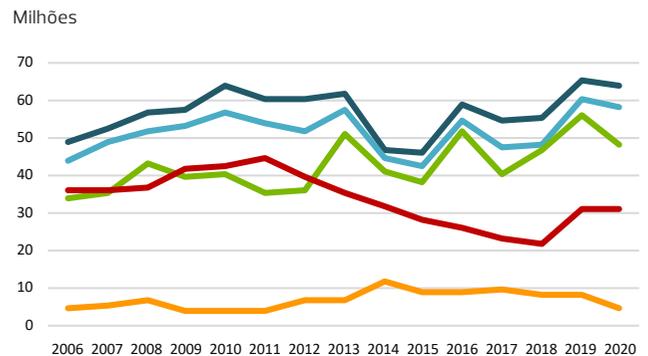
## Barrancos

1 435  
HABITANTES



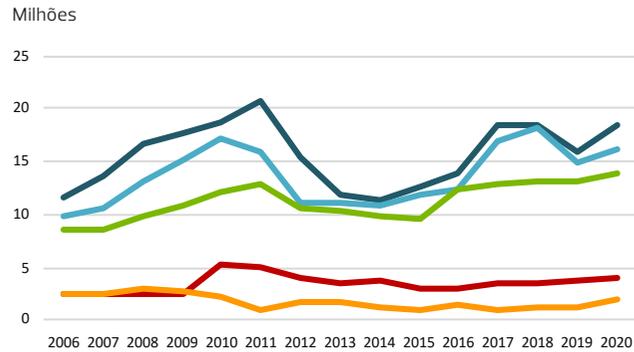
## Barreiro

78 362  
HABITANTES



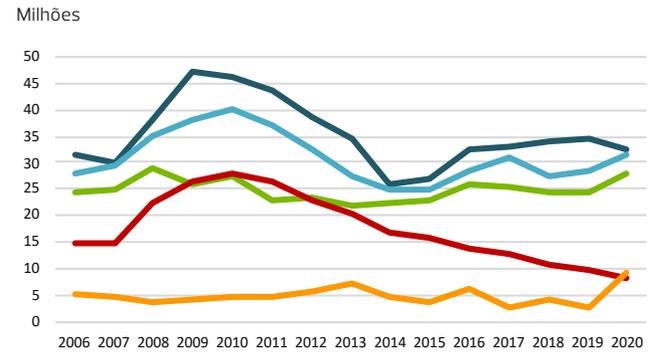
## Batalha

15 553  
HABITANTES



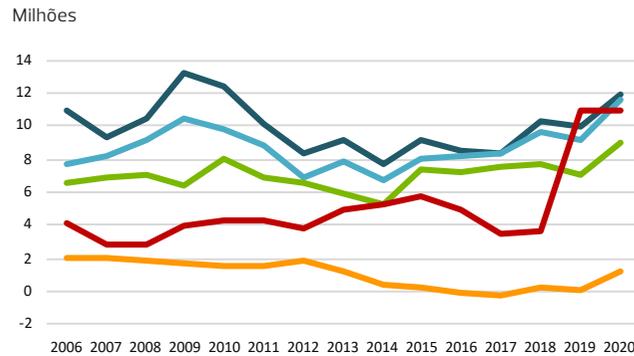
## Beja

33 401  
HABITANTES



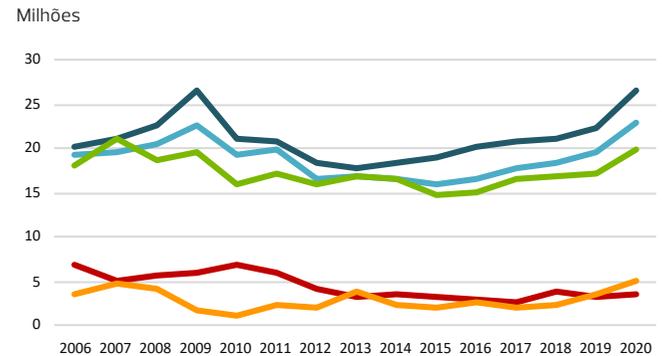
## Belmonte

6 204  
HABITANTES



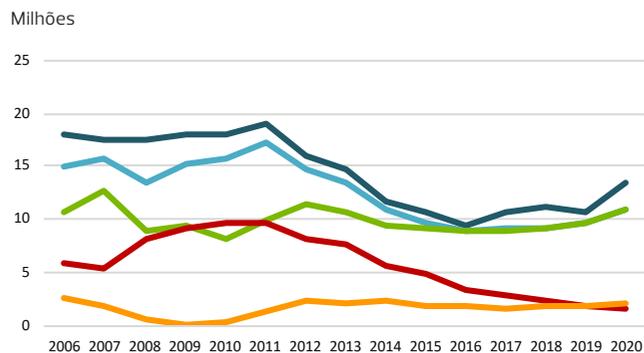
## Benavente

29 747  
HABITANTES



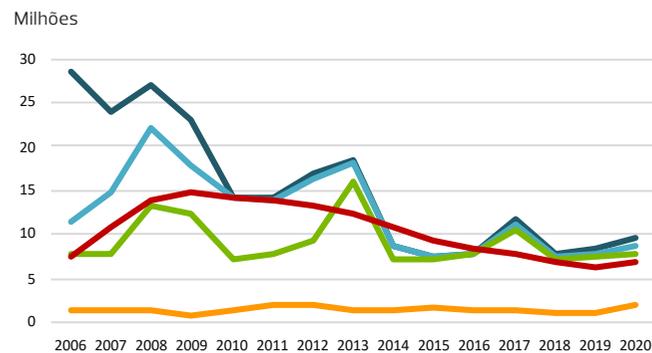
## Bombarral

12 743  
HABITANTES



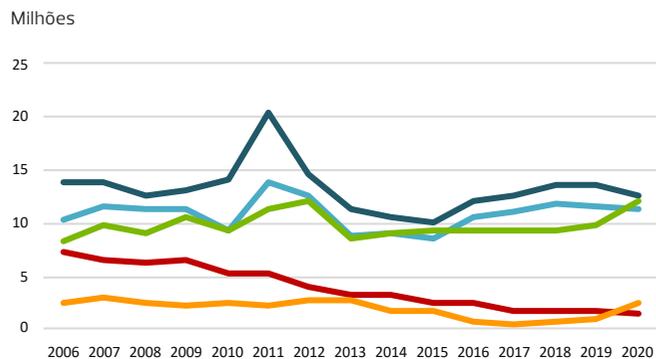
## Borba

6 428  
HABITANTES



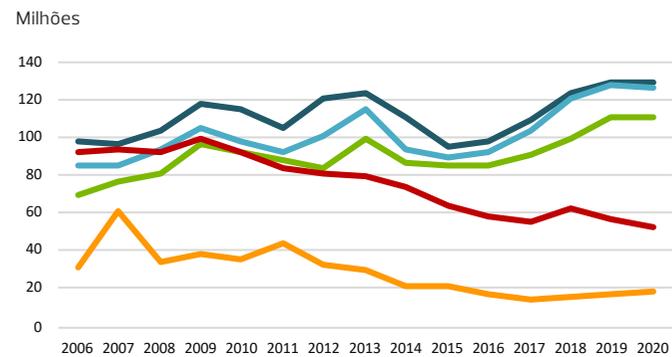
## Boticas

5 002  
HABITANTES



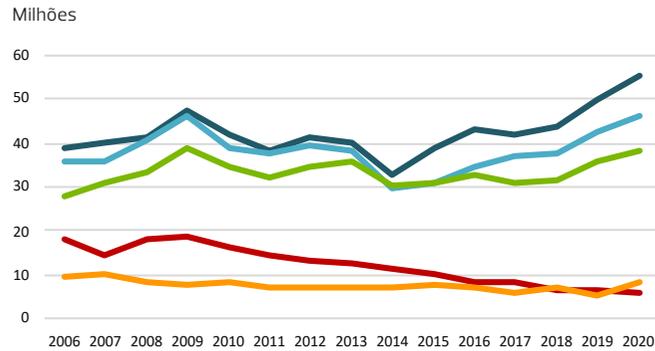
## Braga

193 333  
HABITANTES



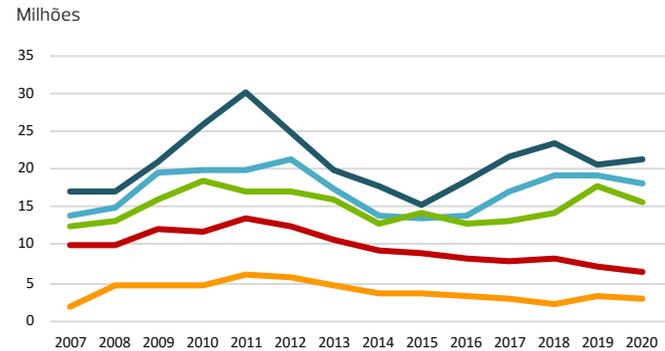
## Bragança

34 580  
HABITANTES



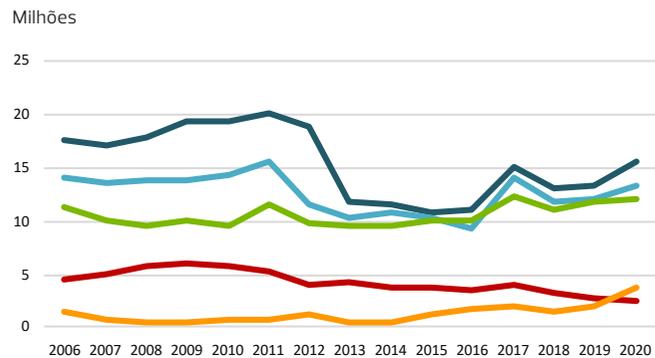
## Cabeceiras de Basto

15 566  
HABITANTES



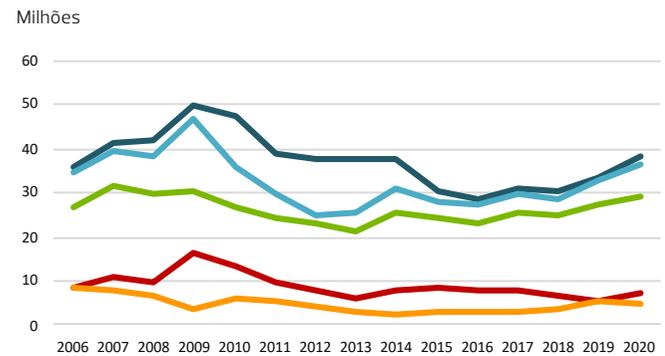
## Cadaval

13 382  
HABITANTES



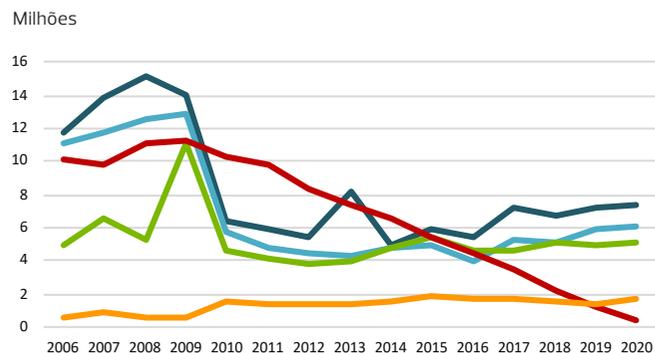
## Caldas da Rainha

50 898  
HABITANTES



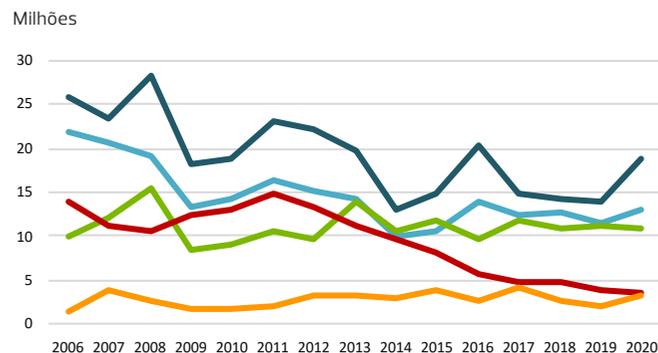
### Calheta (R. A. A.)

3 441  
HABITANTES



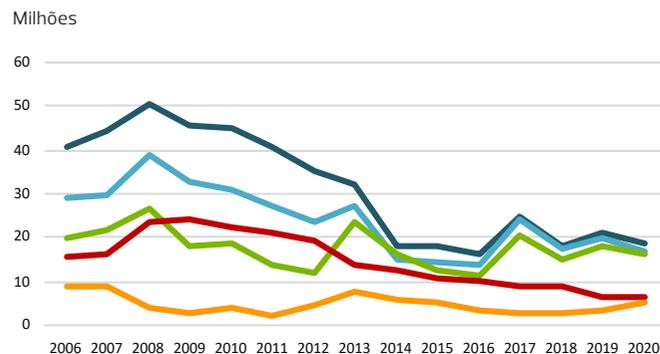
### Calheta (R. A. M.)

10 913  
HABITANTES



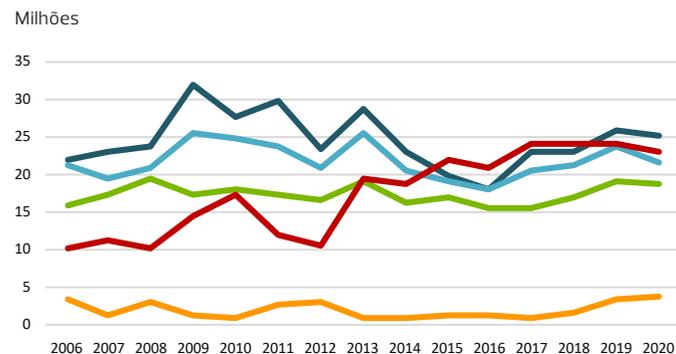
### Câmara de Lobos

32 175  
HABITANTES



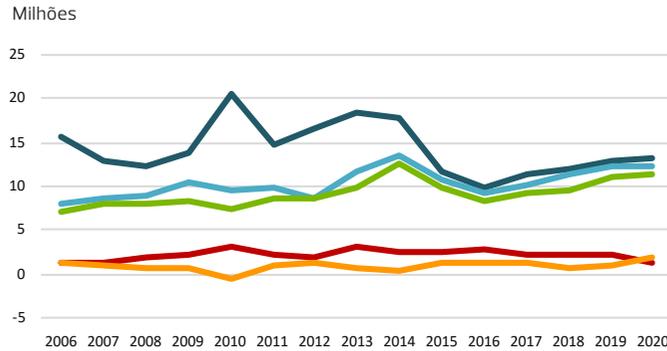
### Caminha

15 828  
HABITANTES



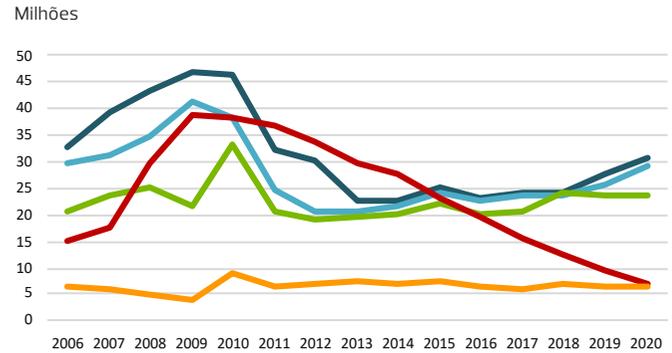
## Campo Maior

8 045  
HABITANTES



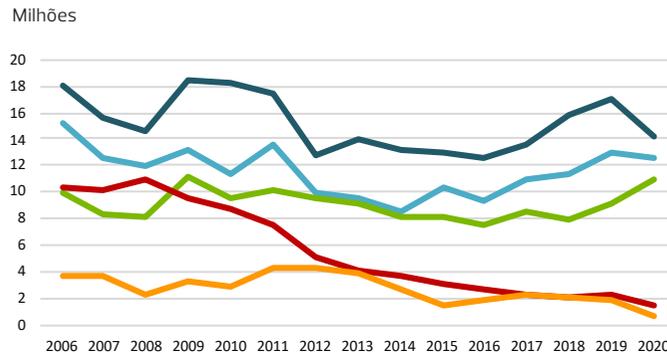
## Cantanhede

34 218  
HABITANTES



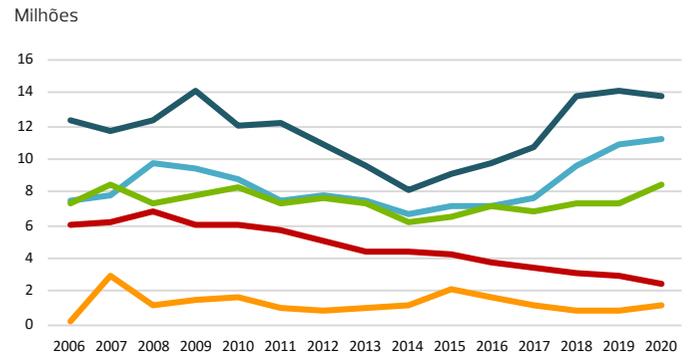
## Carrazeda de Ansiães

5 494  
HABITANTES



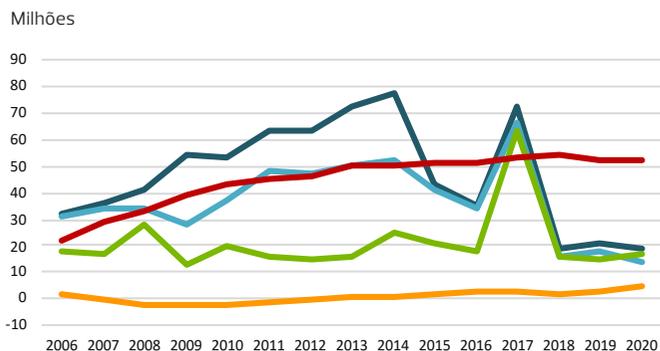
## Carregal do Sal

9 048  
HABITANTES



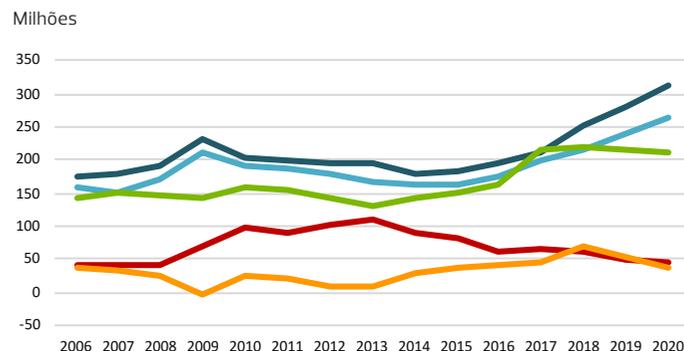
## Cartaxo

23 211  
HABITANTES



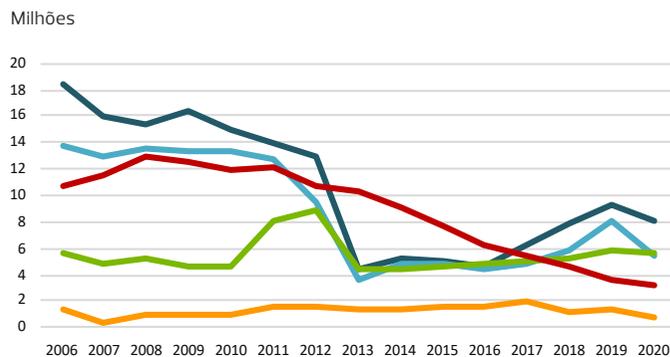
## Cascais

214 134  
HABITANTES



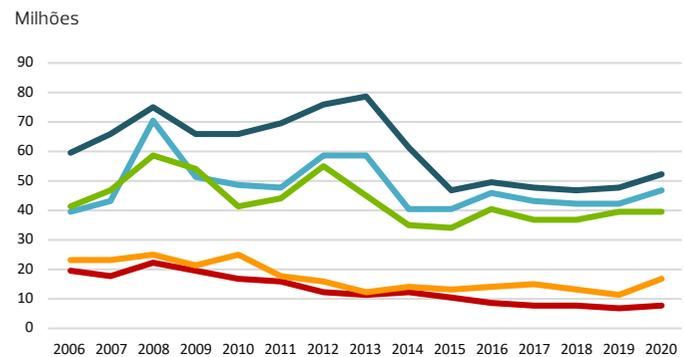
## Castanheira de Pêra

2 647  
HABITANTES



## Castelo Branco

52 272  
HABITANTES

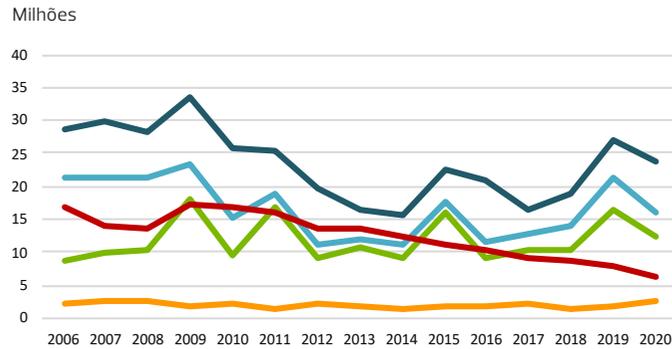


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.  
Médio <100 000 hab.  
Pequeno <20 000 hab.

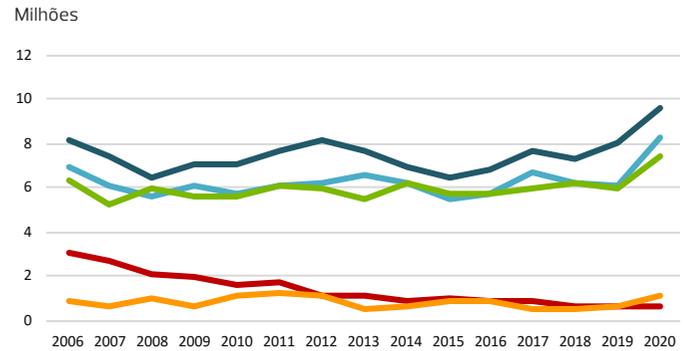
## Castelo de Paiva

15 597  
HABITANTES



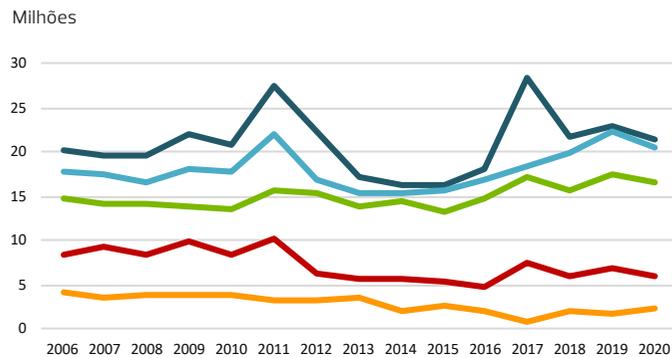
## Castelo de Vide

3 121  
HABITANTES



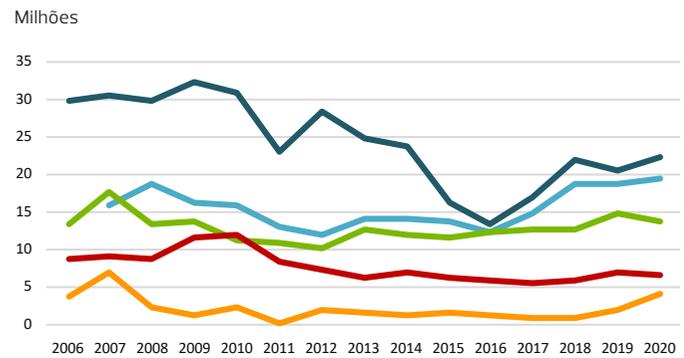
## Castro Daire

13 753  
HABITANTES



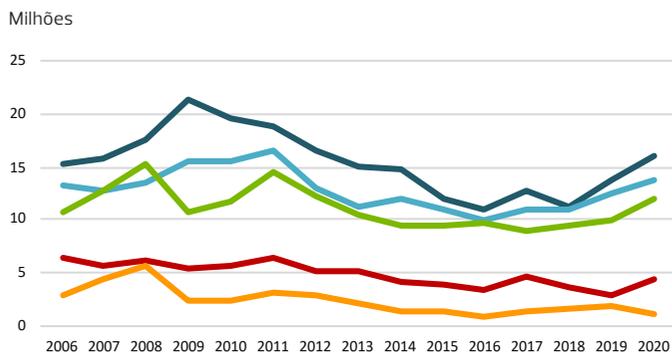
## Castro Marim

6 434  
HABITANTES



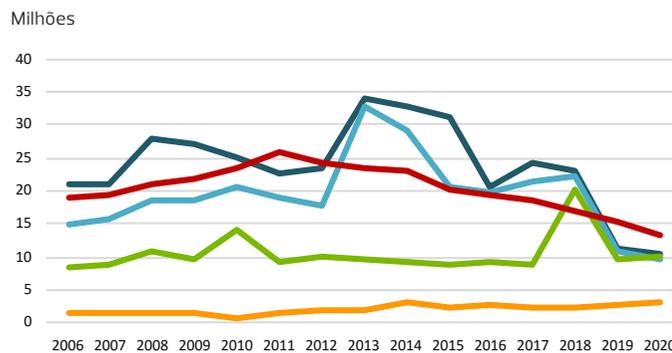
## Castro Verde

6 878  
HABITANTES



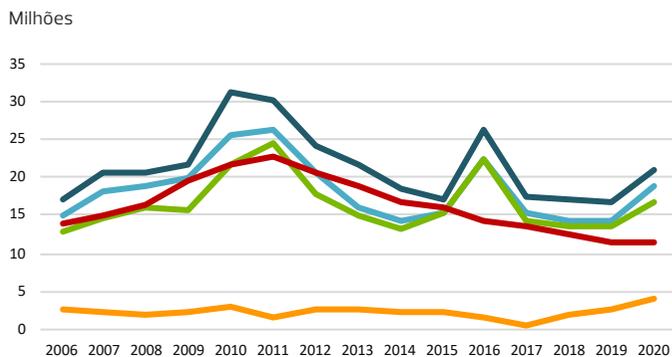
## Celorico da Beira

6 582  
HABITANTES



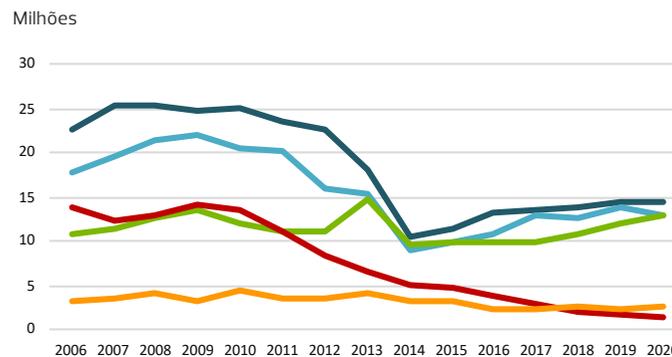
## Celorico de Basto

17 666  
HABITANTES



## Chamusca

8 536  
HABITANTES

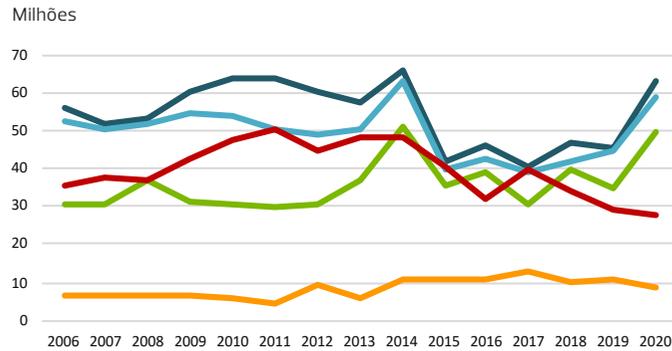


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

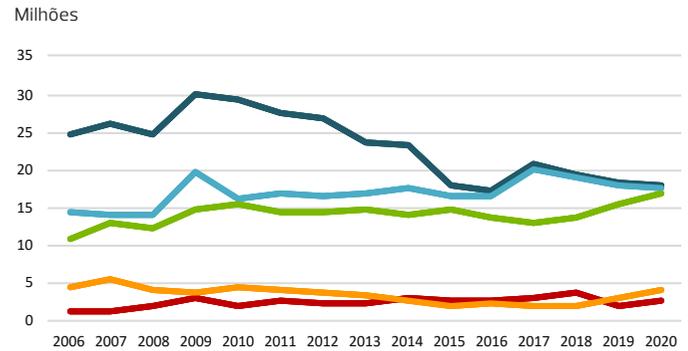
## Chaves

37 623  
HABITANTES



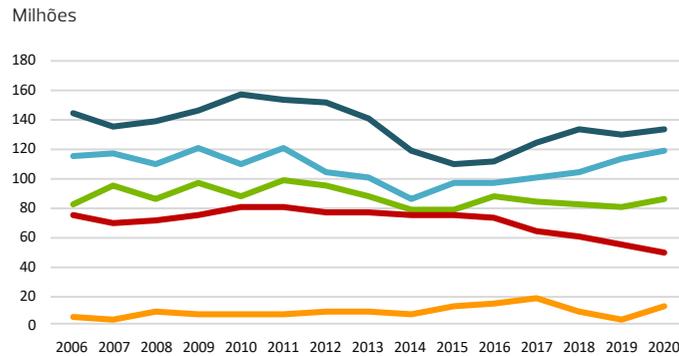
## Cinfães

17 747  
HABITANTES



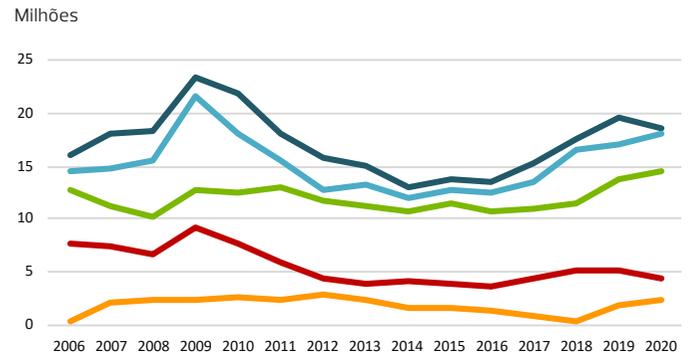
## Coimbra

140 796  
HABITANTES



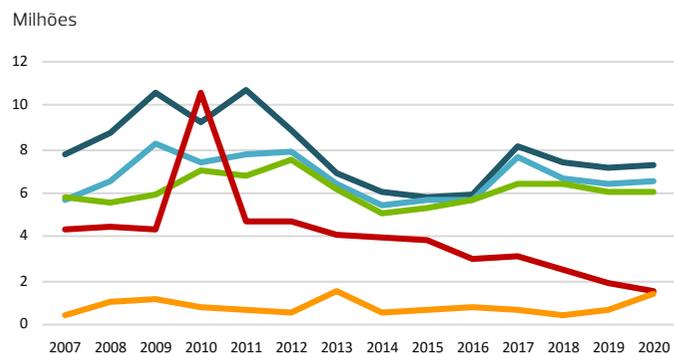
## Condeixa-a-Nova

16 733  
HABITANTES



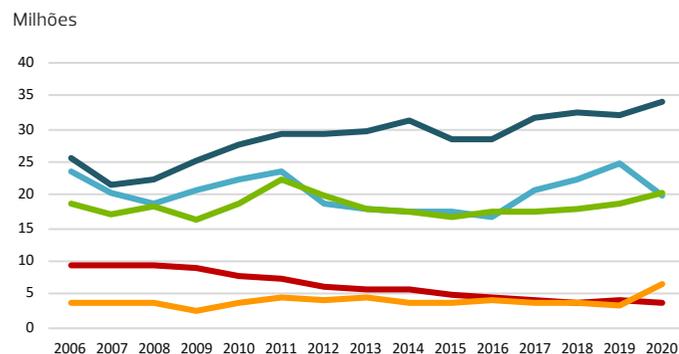
## Constância

3 801  
HABITANTES



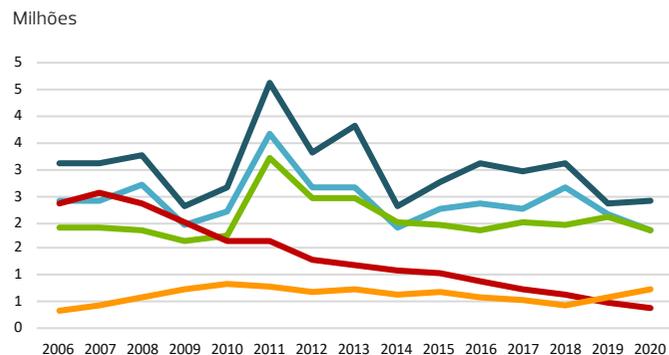
## Coruche

17 375  
HABITANTES



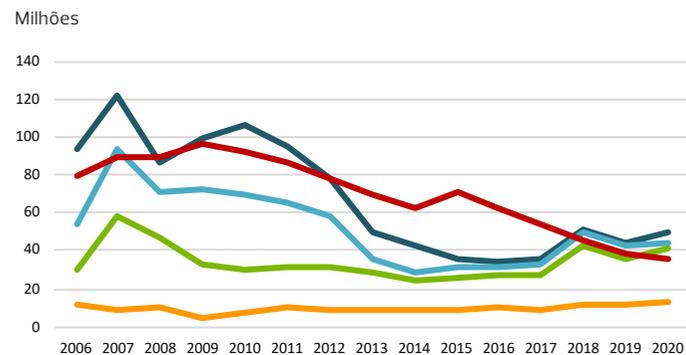
## Corvo

386  
HABITANTES



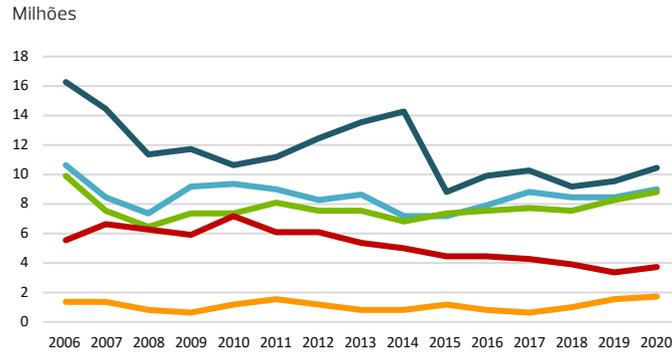
## Covilhã

46 453  
HABITANTES



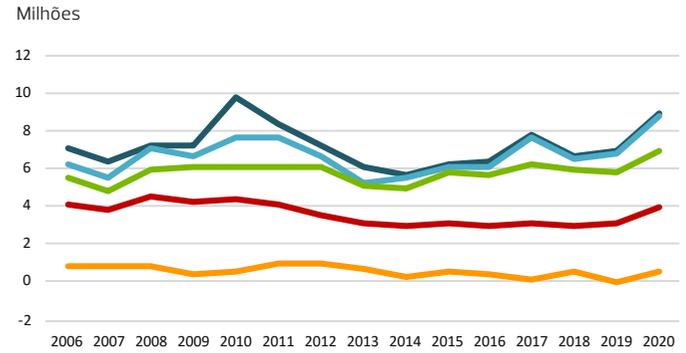
## Crato

3 225  
HABITANTES



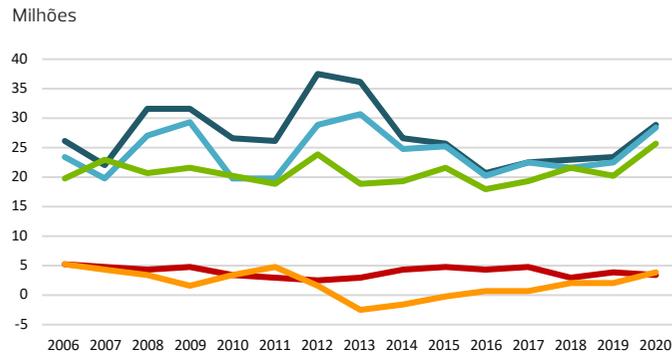
## Cuba

4 374  
HABITANTES



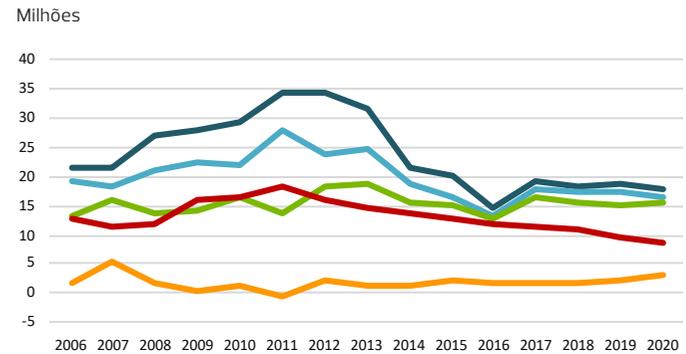
## Elvas

20 753  
HABITANTES



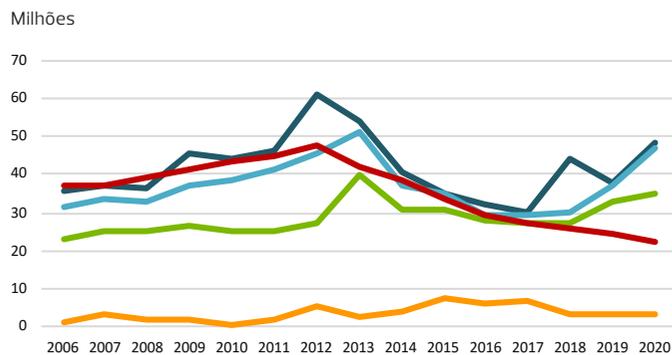
## Entroncamento

20 140  
HABITANTES



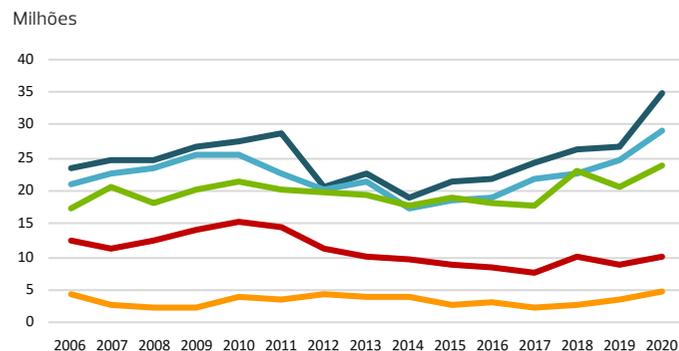
## Espinho

31 027  
HABITANTES



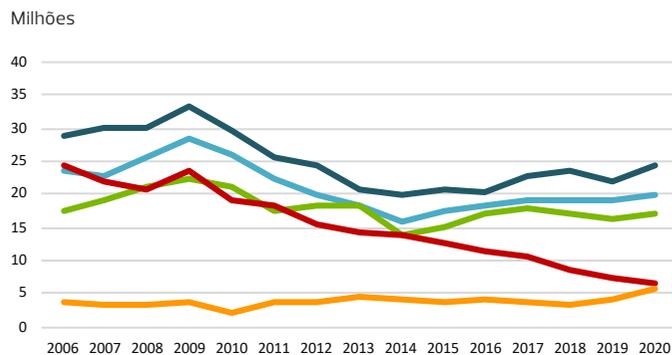
## Esposende

35 145  
HABITANTES



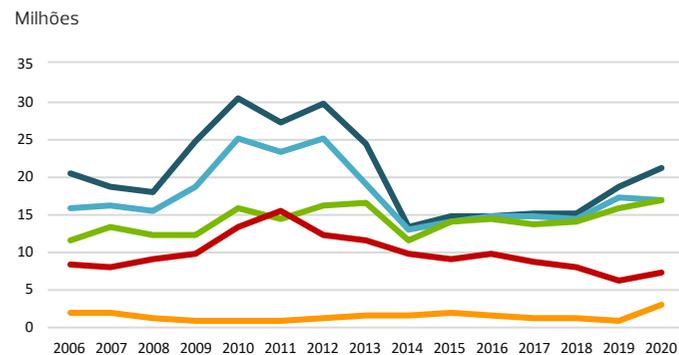
## Estarreja

26 229  
HABITANTES



## Estremoz

12 688  
HABITANTES

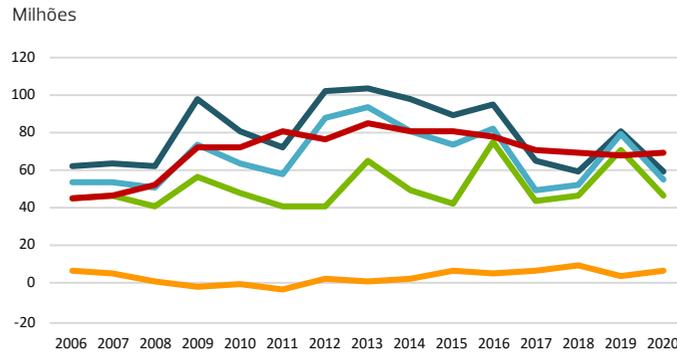


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

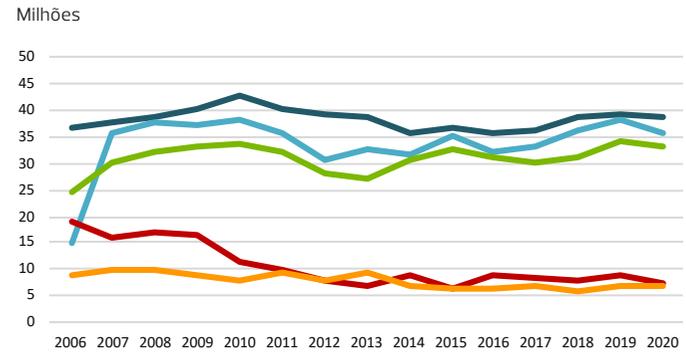
## Évora

53 568  
HABITANTES



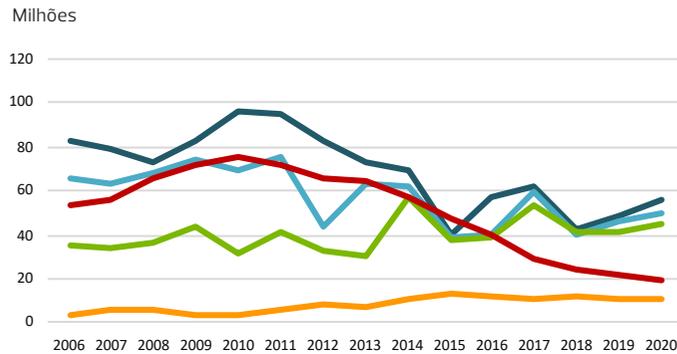
## Fafe

48 502  
HABITANTES



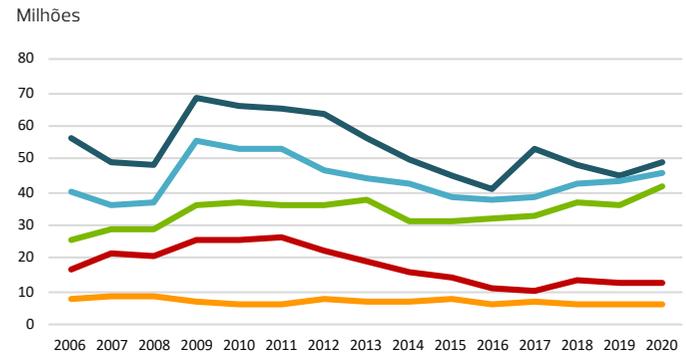
## Faro

67 566  
HABITANTES



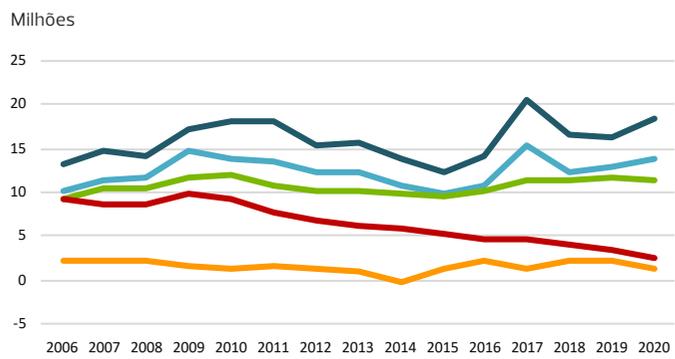
## Felgueiras

55 883  
HABITANTES



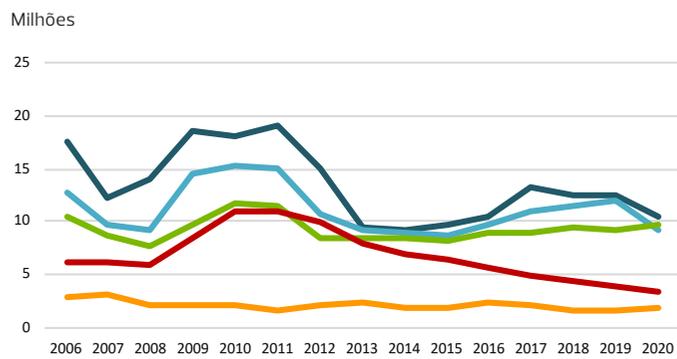
## Ferreira do Alentejo

7 676  
HABITANTES



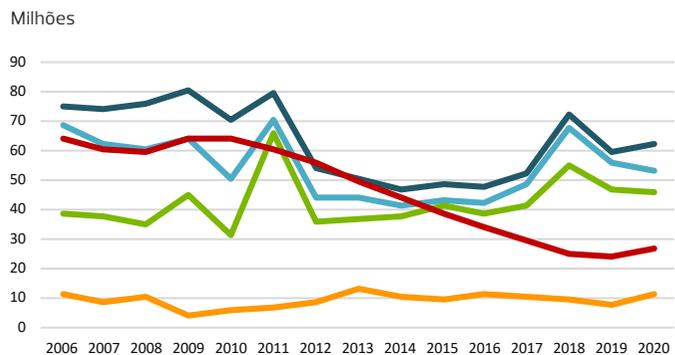
## Ferreira do Zêzere

7 803  
HABITANTES



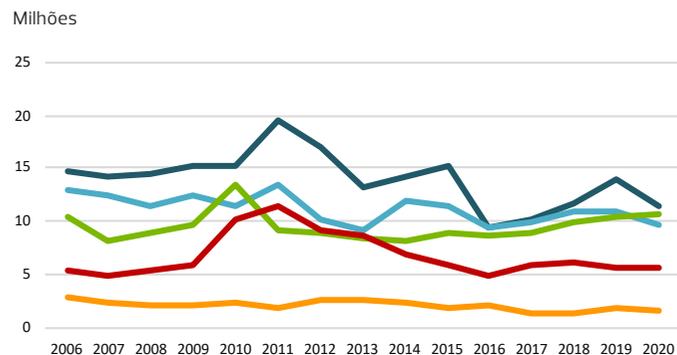
## Figueira da Foz

58 982  
HABITANTES



## Figueira de Castelo Rodrigo

5 150  
HABITANTES

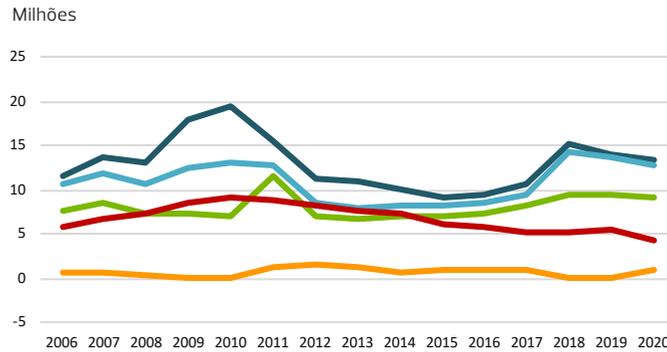


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

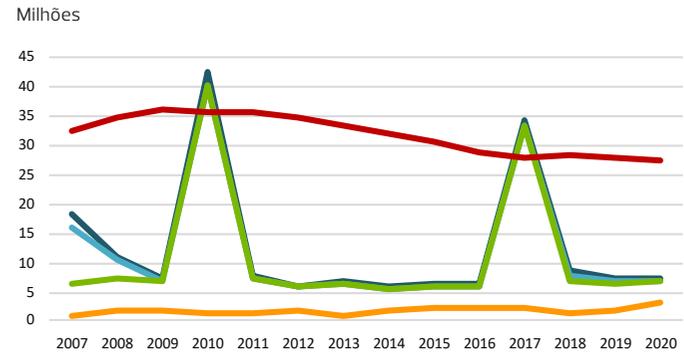
## Figueiró dos Vinhos

5 296  
HABITANTES



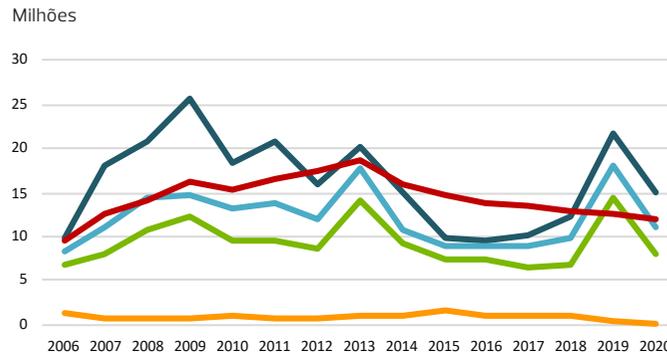
## Fornos de Algodres

4 398  
HABITANTES



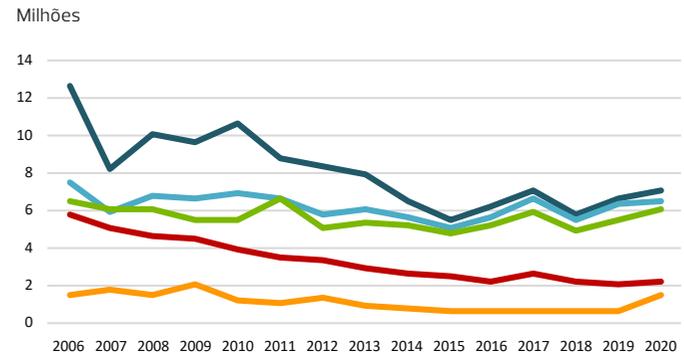
## Freixo de Espada à Cinta

3 215  
HABITANTES



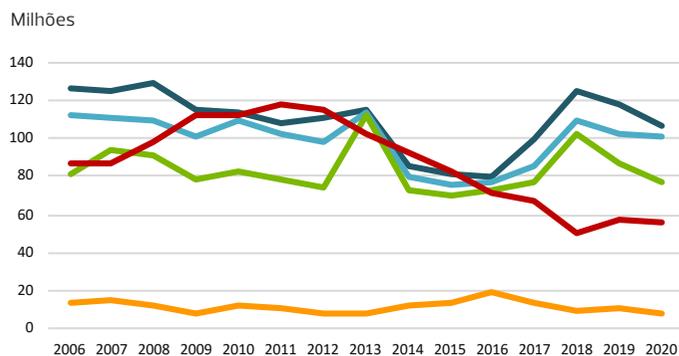
## Fronteira

2 856  
HABITANTES



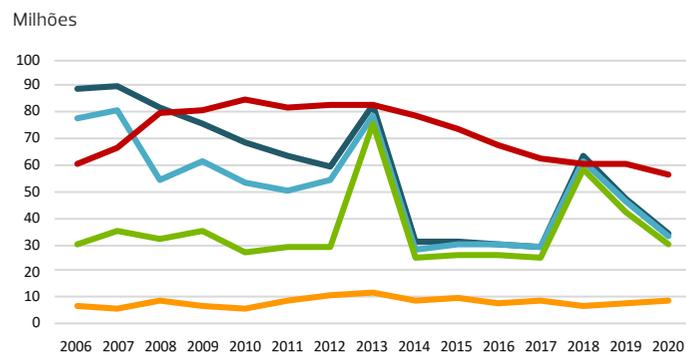
## Funchal

105 919  
HABITANTES



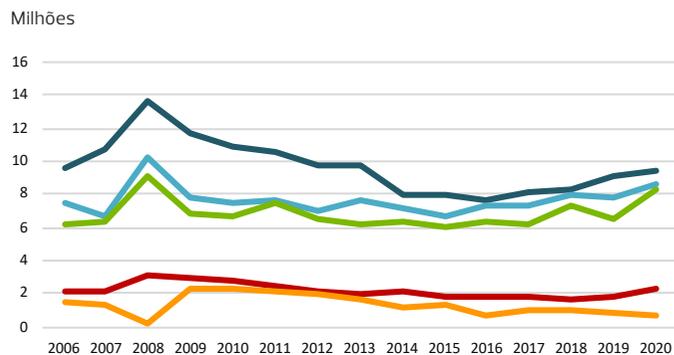
## Fundão

26 521  
HABITANTES



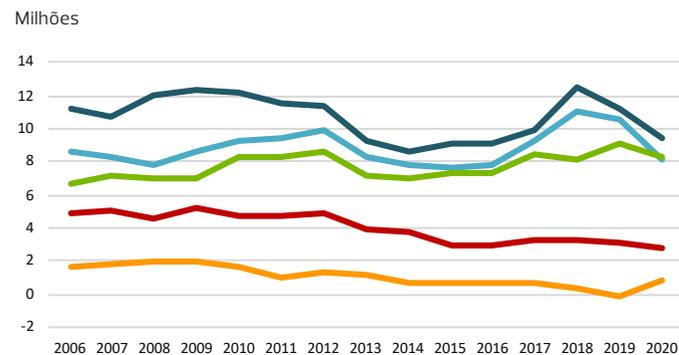
## Gavião

3 398  
HABITANTES



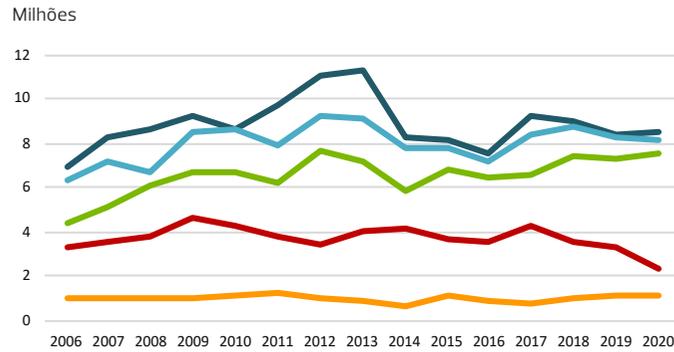
## Góis

3 806  
HABITANTES



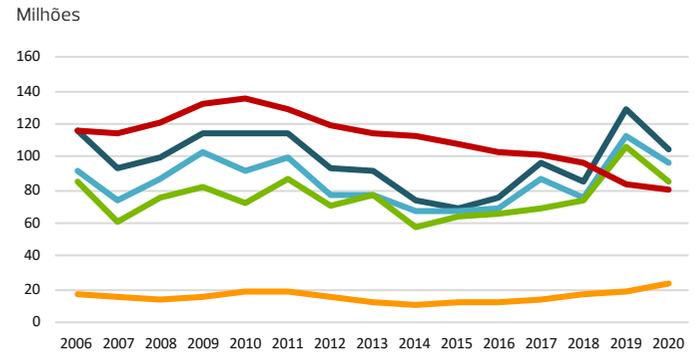
## Golegã

5 400  
HABITANTES



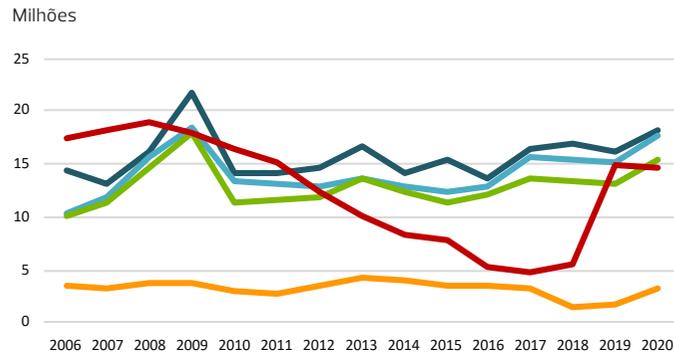
## Gondomar

164 255  
HABITANTES



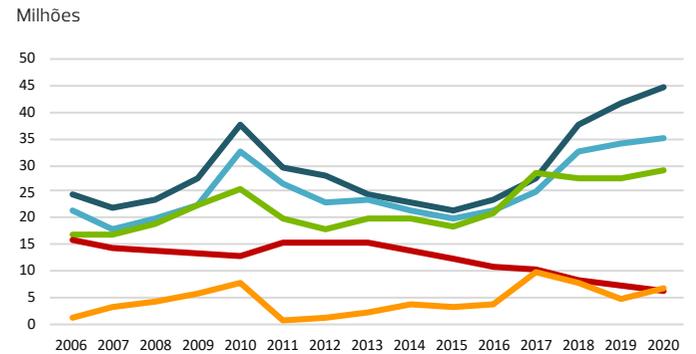
## Gouveia

12 221  
HABITANTES



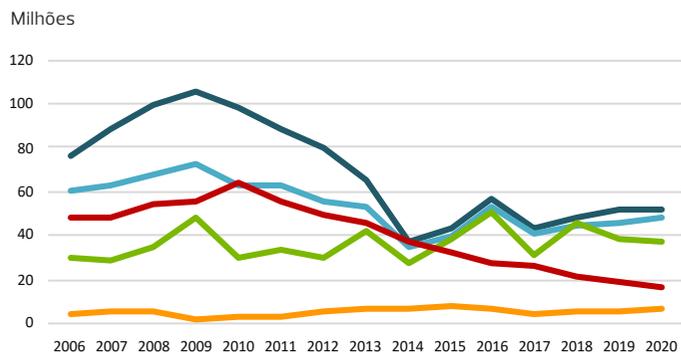
## Grândola

13 827  
HABITANTES



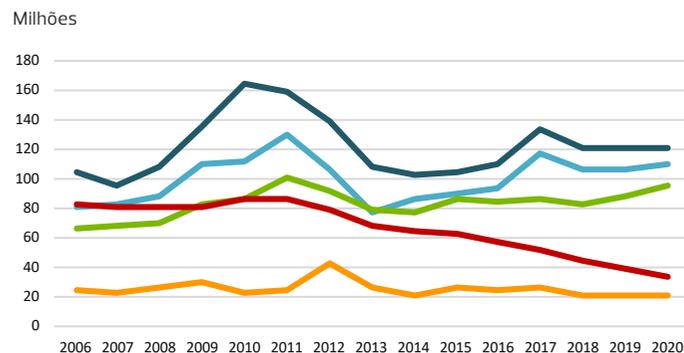
## Guarda

40 155  
HABITANTES



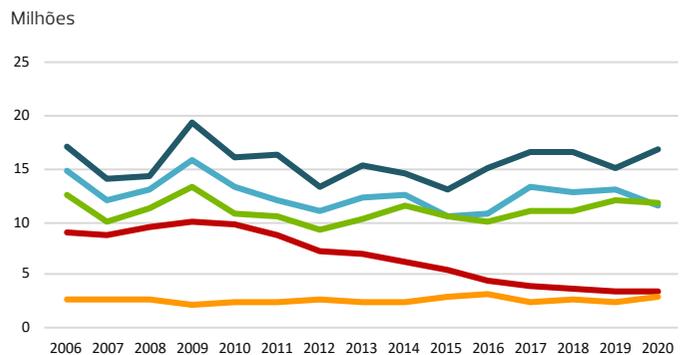
## Guimarães

156 852  
HABITANTES



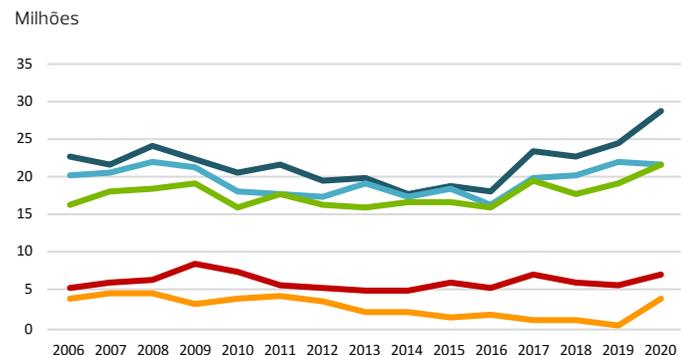
## Horta

14 356  
HABITANTES



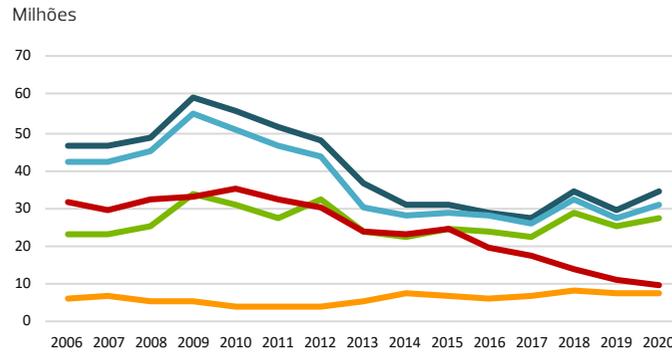
## Idanha-a-Nova

8 340  
HABITANTES



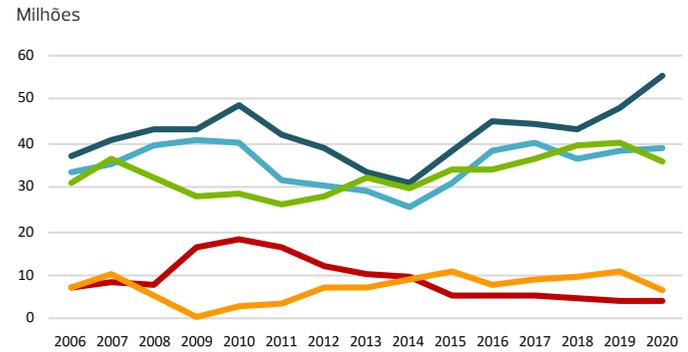
## Ílhavo

39 241  
HABITANTES



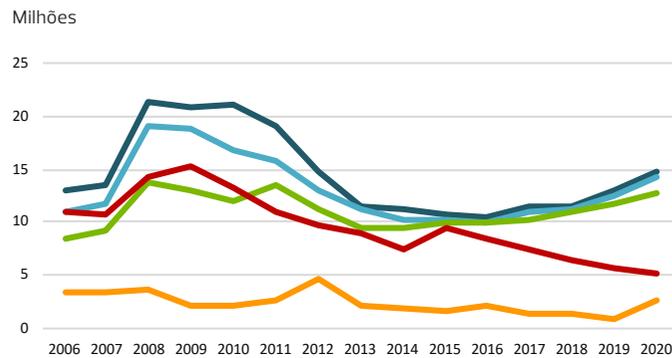
## Lagoa (Algarve)

23 718  
HABITANTES



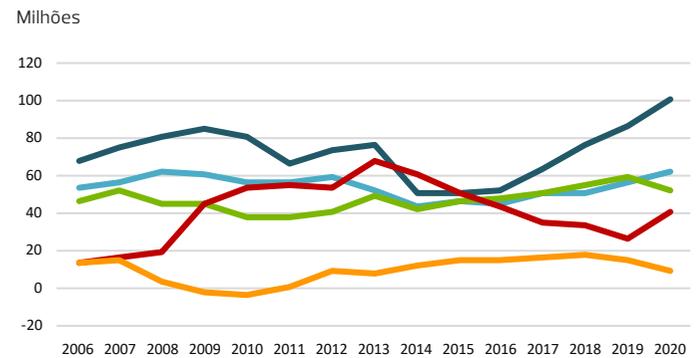
## Lagoa (R.A.A)

14 194  
HABITANTES



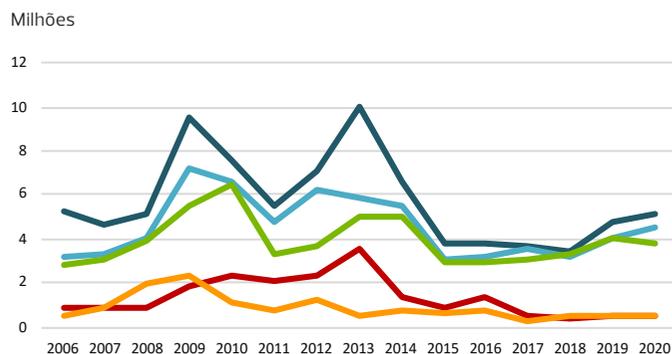
## Lagos

33 514  
HABITANTES



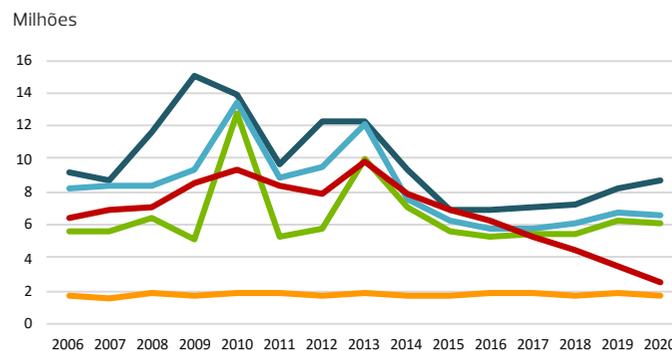
## Lajes das Flores

1 408  
HABITANTES



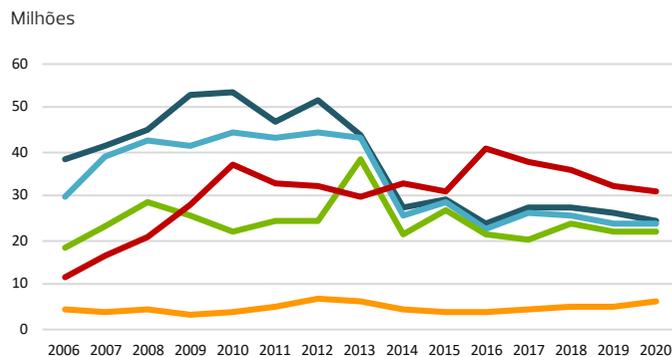
## Lajes do Pico

4 342  
HABITANTES



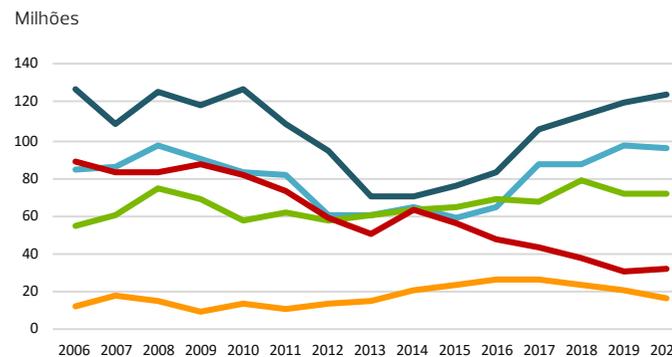
## Lamego

24 348  
HABITANTES



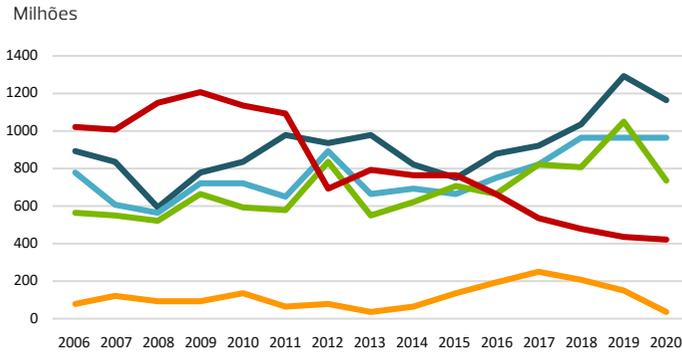
## Leiria

128 640  
HABITANTES



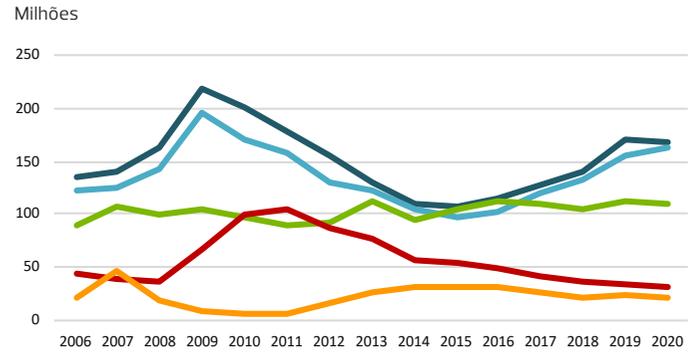
## Lisboa

544 851  
HABITANTES



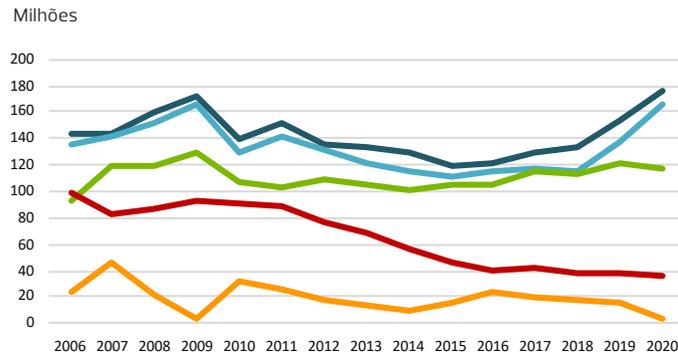
## Loulé

72 373  
HABITANTES



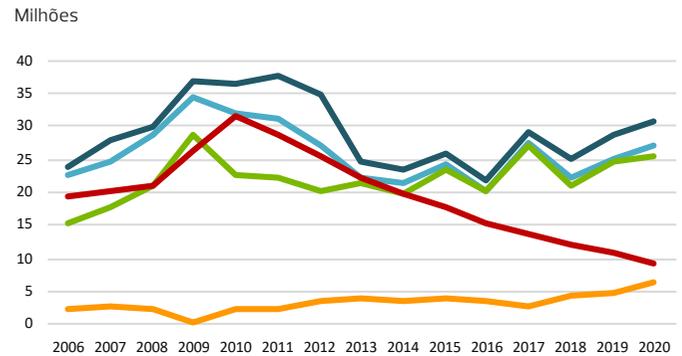
## Loures

201 646  
HABITANTES



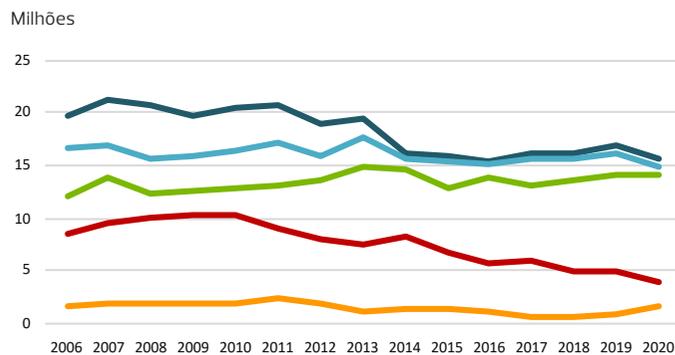
## Lourinhã

26 261  
HABITANTES



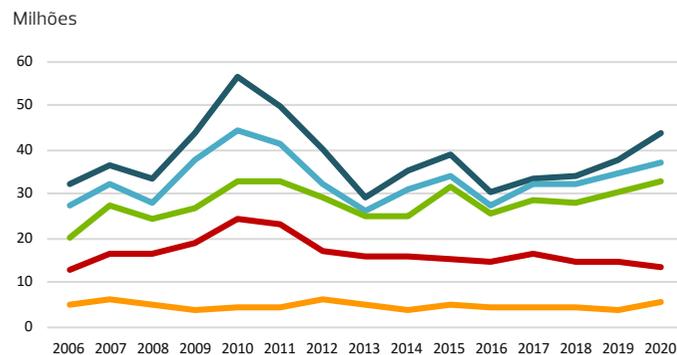
## Lousã

17 012  
HABITANTES



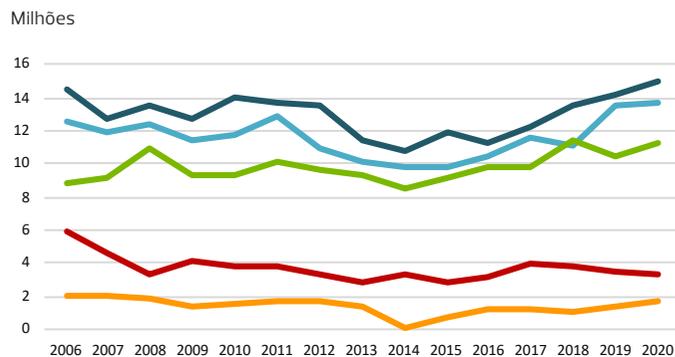
## Lousada

47 401  
HABITANTES



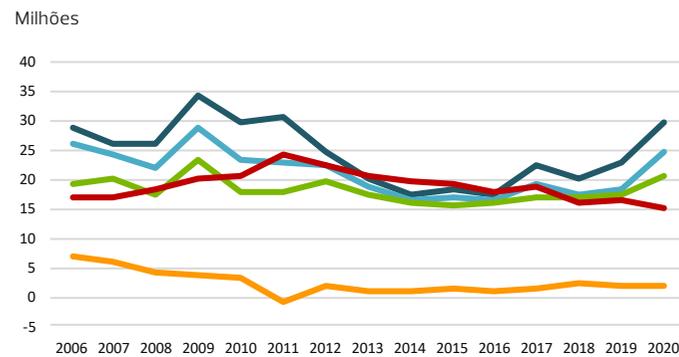
## Mação

6 417  
HABITANTES



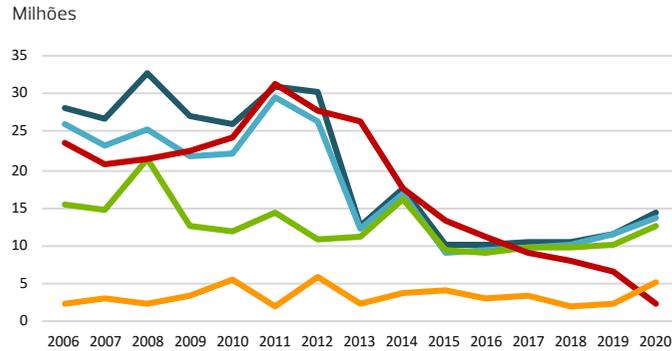
## Macedo de Cavaleiros

14 252  
HABITANTES



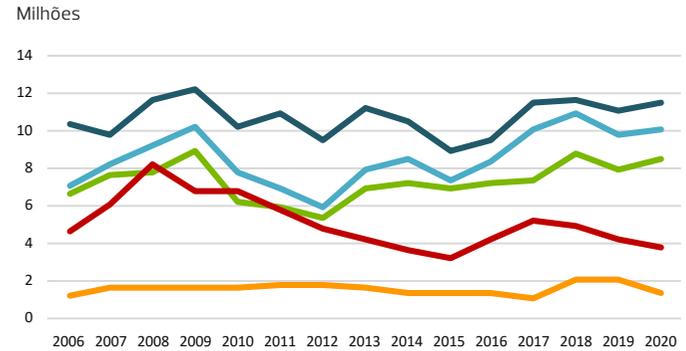
## Machico

19 617  
HABITANTES



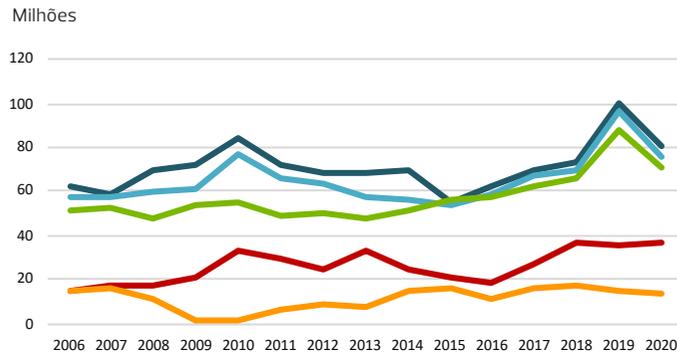
## Madalena

6 332  
HABITANTES



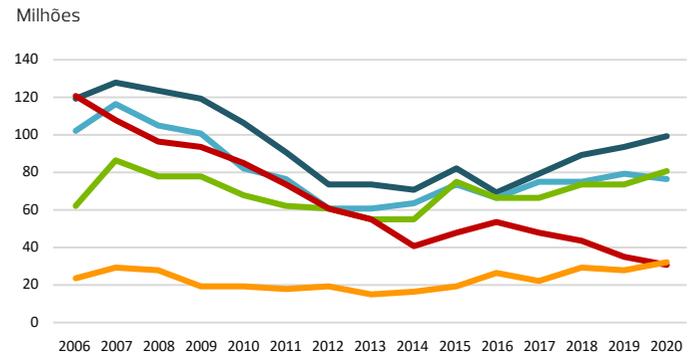
## Mafra

86 523  
HABITANTES



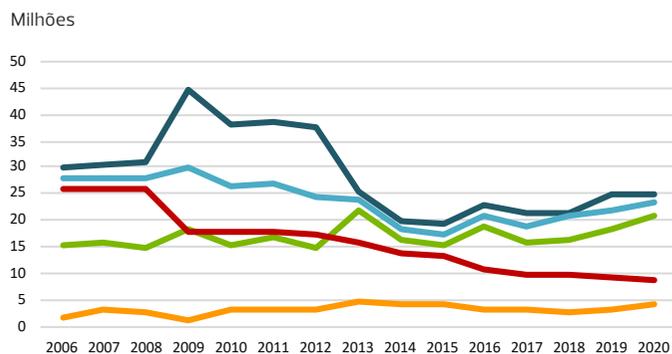
## Maia

134 959  
HABITANTES



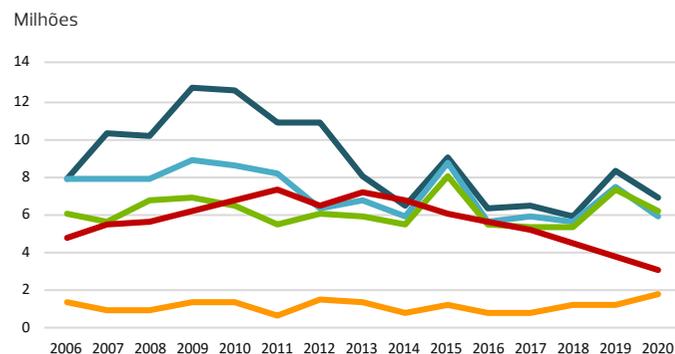
## Mangualde

18 294  
HABITANTES



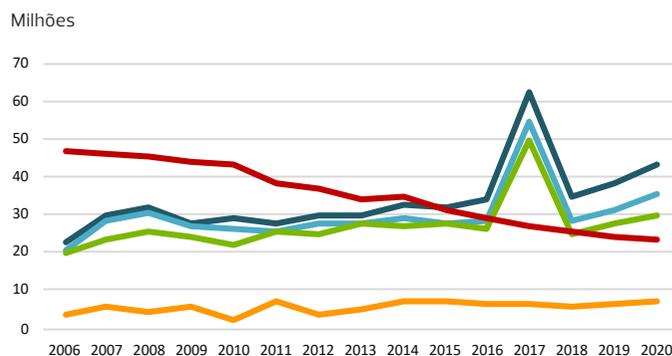
## Manteigas

2 909  
HABITANTES



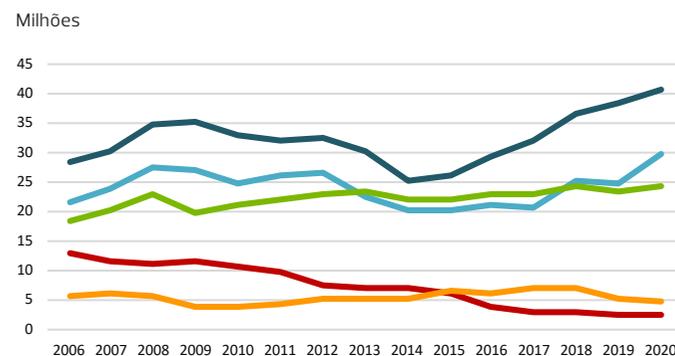
## Marco de Canaveses

49 563  
HABITANTES



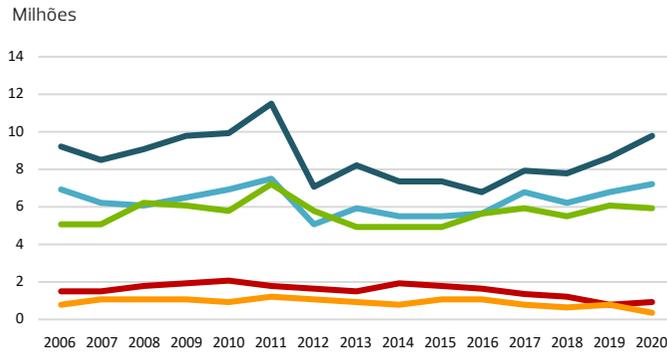
## Marinha Grande

39 033  
HABITANTES



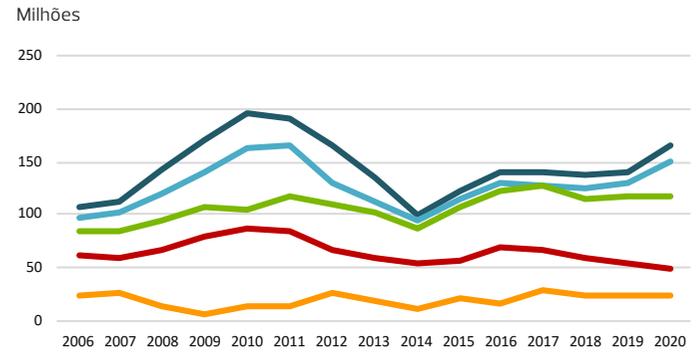
## Marvão

3 023  
HABITANTES



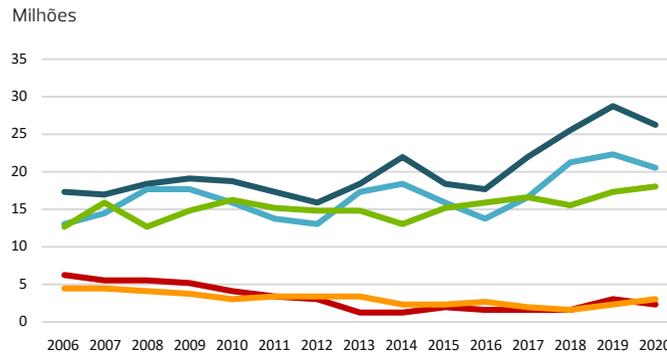
## Matosinhos

172 669  
HABITANTES



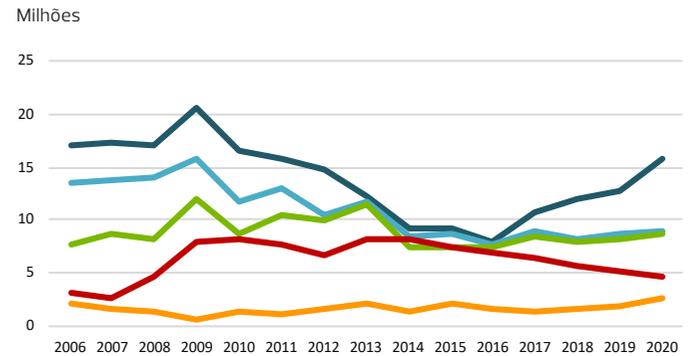
## Mealhada

19 358  
HABITANTES



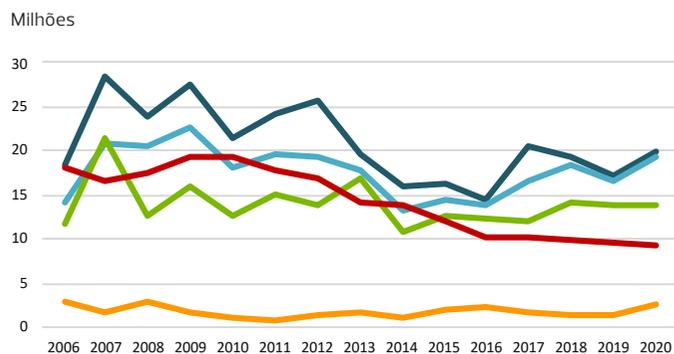
## Meda

4 632  
HABITANTES



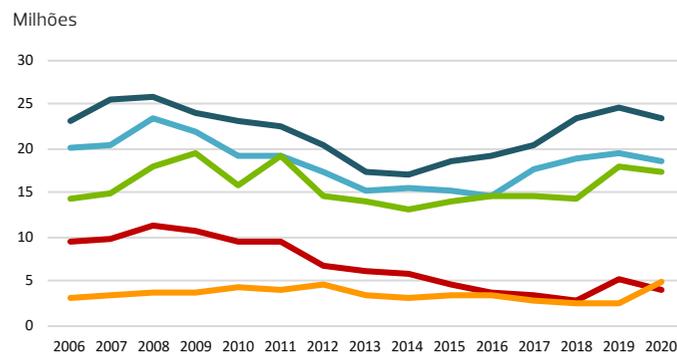
## Melgaço

7 776  
HABITANTES



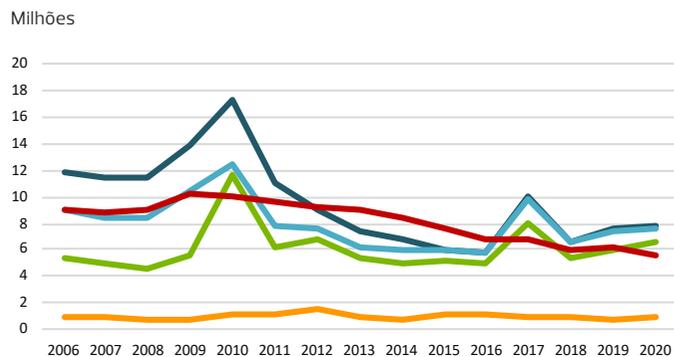
## Mértola

6 205  
HABITANTES



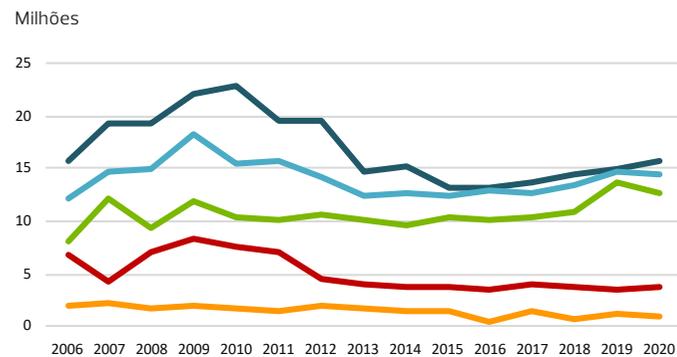
## Mesão Frio

3 555  
HABITANTES



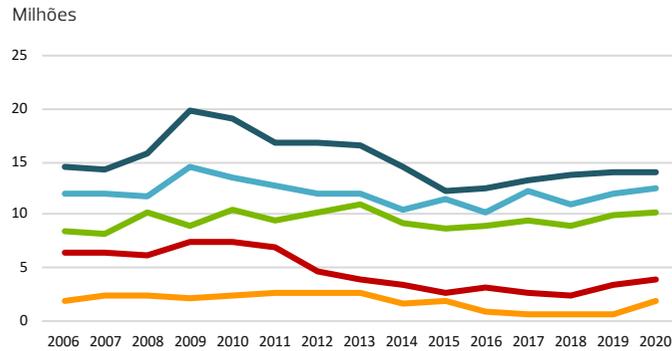
## Mira

12 126  
HABITANTES



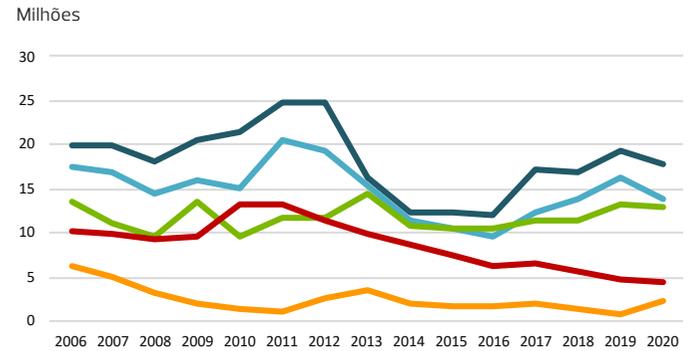
## Miranda do Corvo

12 014  
HABITANTES



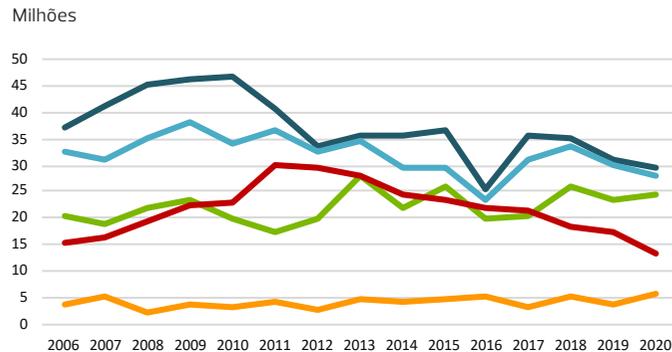
## Miranda do Douro

6 466  
HABITANTES



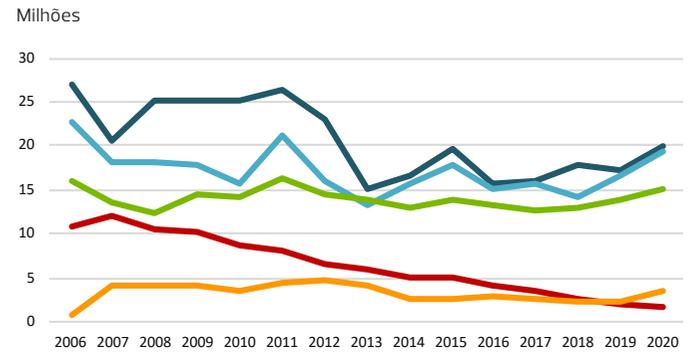
## Mirandela

21 389  
HABITANTES



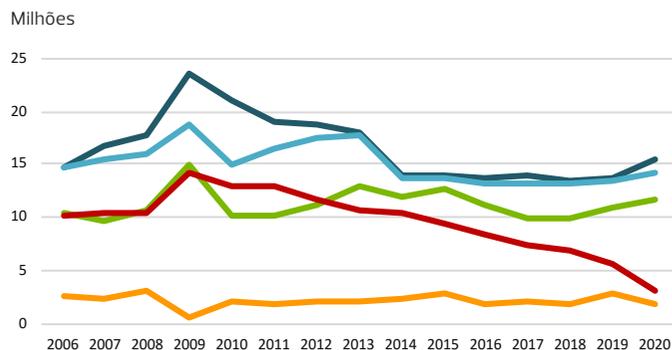
## Mogadouro

8 304  
HABITANTES



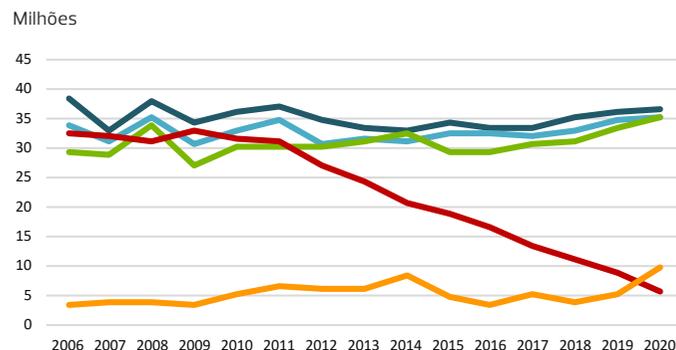
## Moimenta da Beira

9 411  
HABITANTES



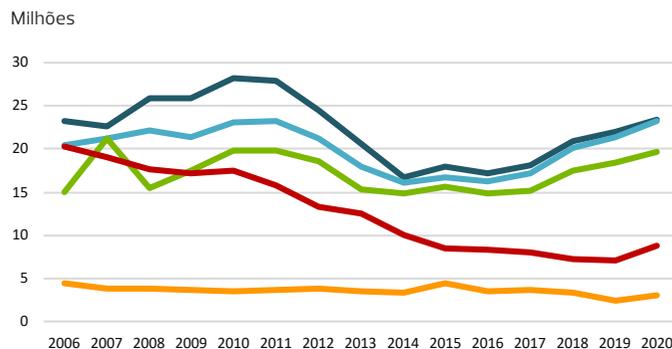
## Moita

66 326  
HABITANTES



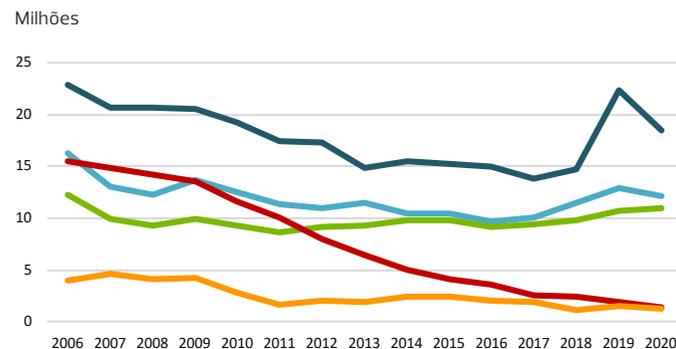
## Monção

17 829  
HABITANTES



## Monchique

5 465  
HABITANTES

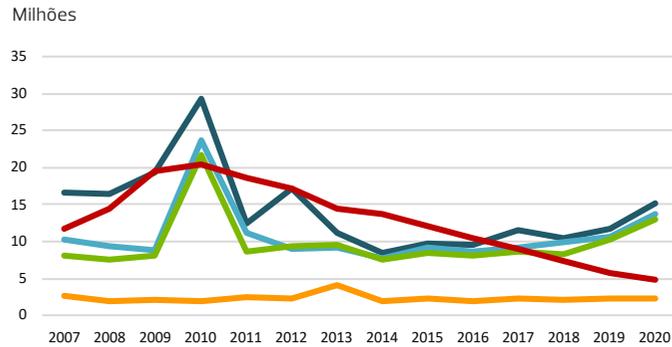


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

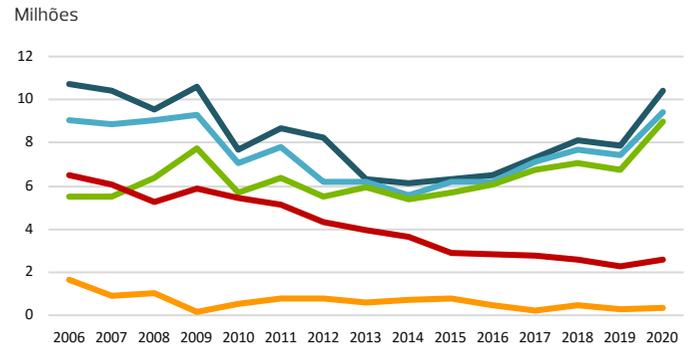
## Mondim de Basto

6 416  
HABITANTES



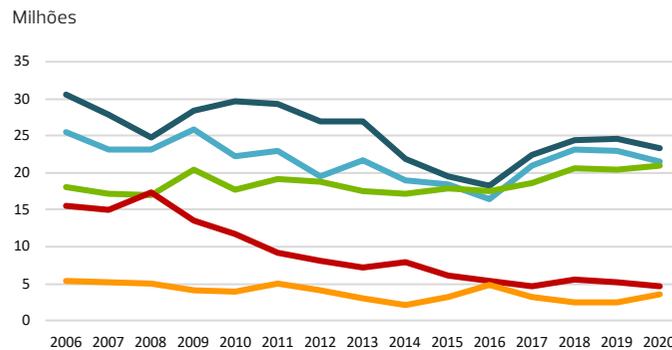
## Monforte

2 990  
HABITANTES



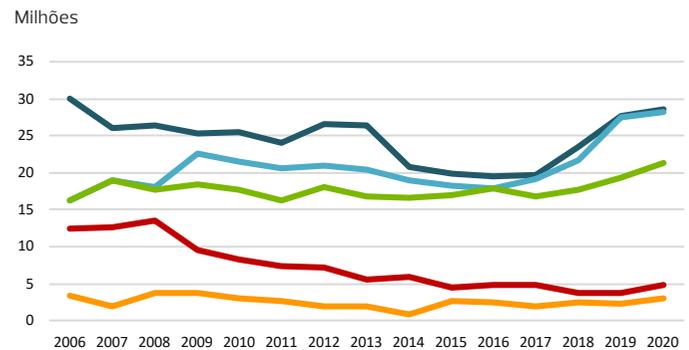
## Montalegre

9 279  
HABITANTES



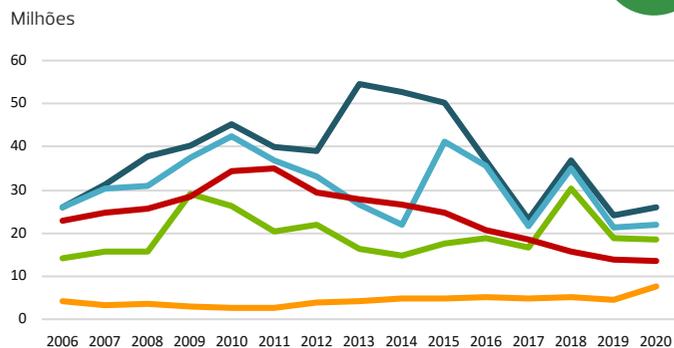
## Montemor-o-Novo

15 803  
HABITANTES



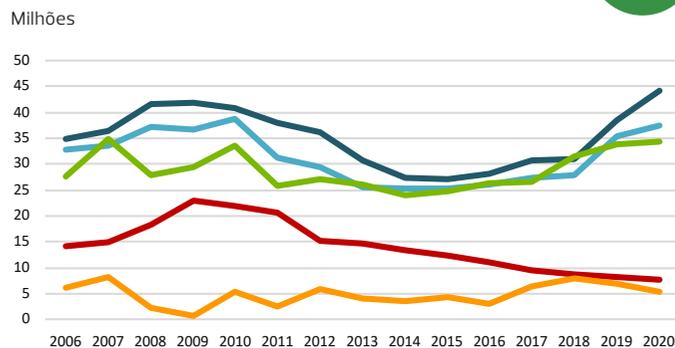
## Montemor-o-Velho

24 587  
HABITANTES



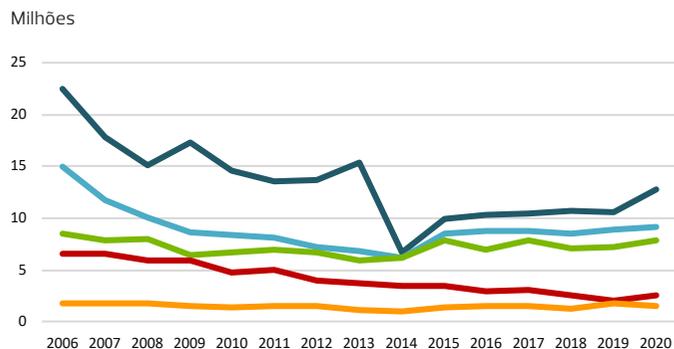
## Montijo

55 732  
HABITANTES



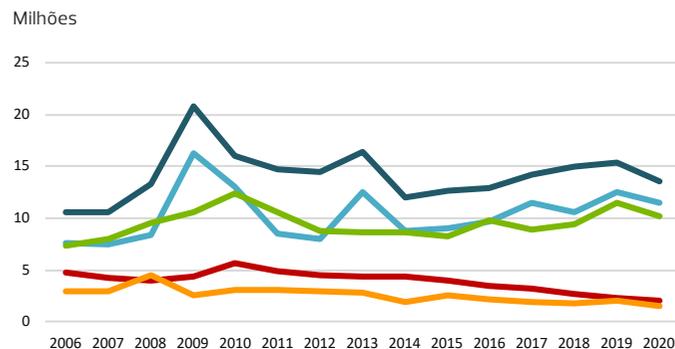
## Mora

4 128  
HABITANTES



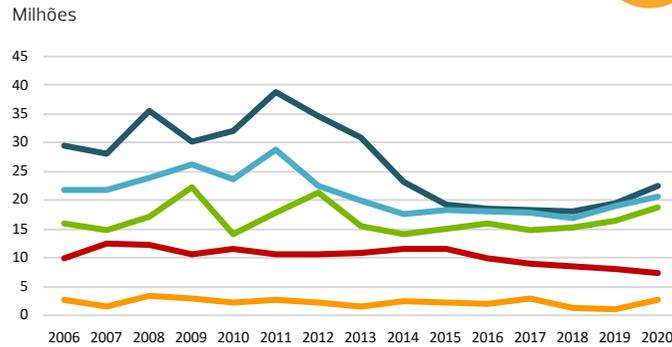
## Mortágua

8 960  
HABITANTES



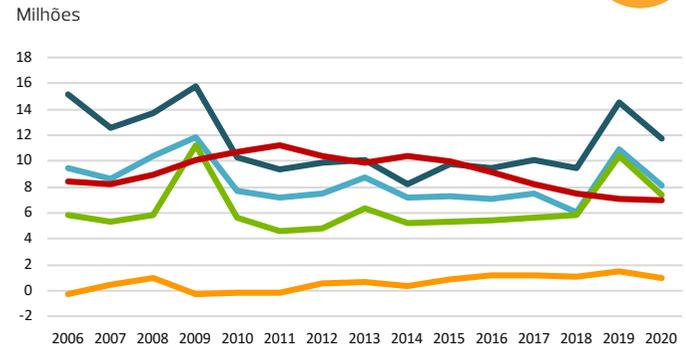
## Moura

13 267  
HABITANTES



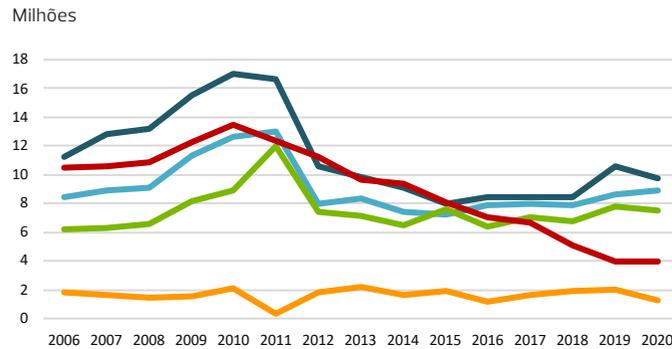
## Mourão

2 353  
HABITANTES



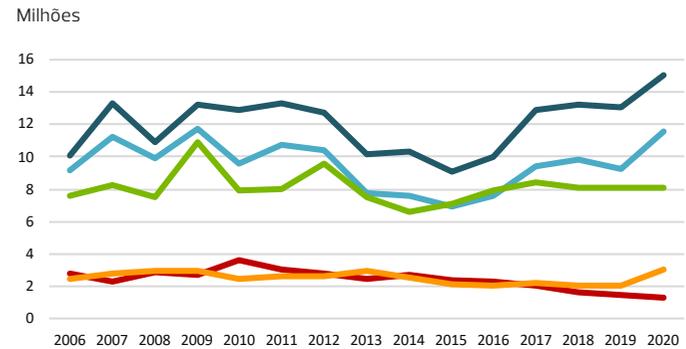
## Murça

5 249  
HABITANTES



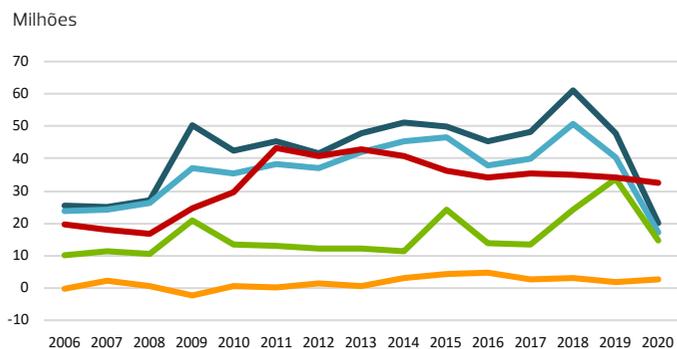
## Murtosa

10 488  
HABITANTES



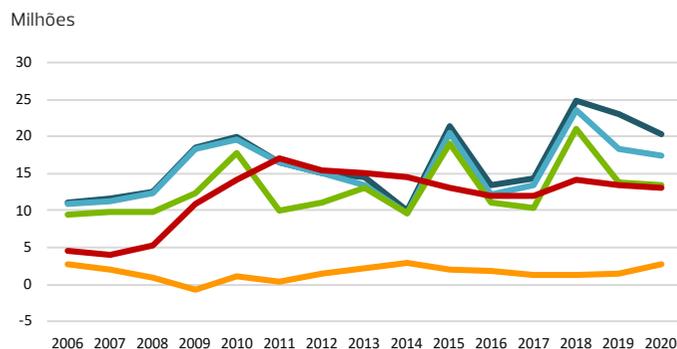
## Nazaré

14 889  
HABITANTES



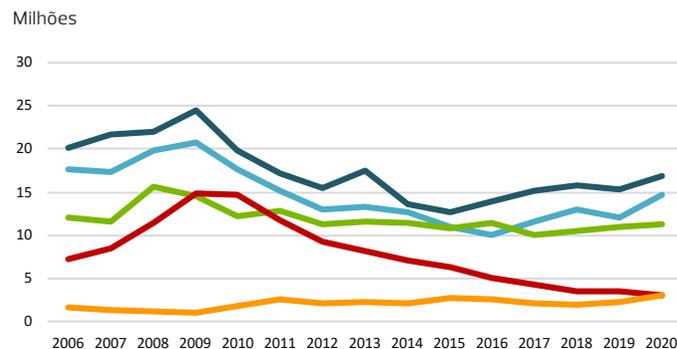
## Nelas

13 124  
HABITANTES



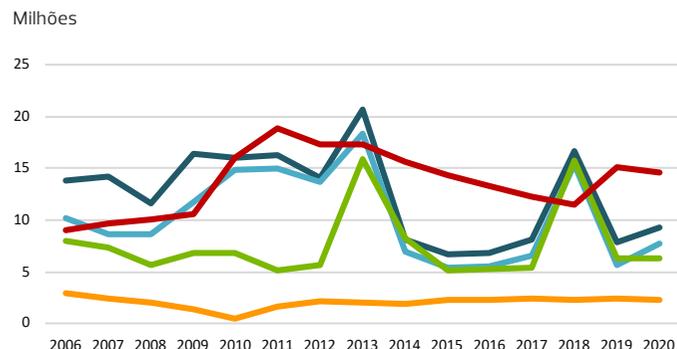
## Nisa

5 951  
HABITANTES



## Nordeste

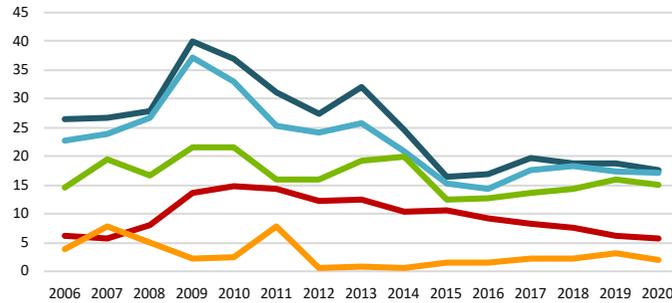
4 373  
HABITANTES



## Óbidos

11 940  
HABITANTES

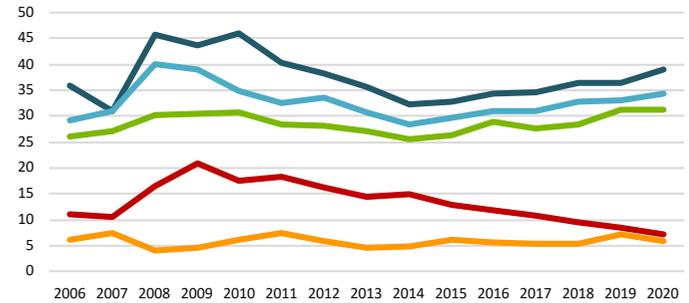
Milhões



## Odemira

29 523  
HABITANTES

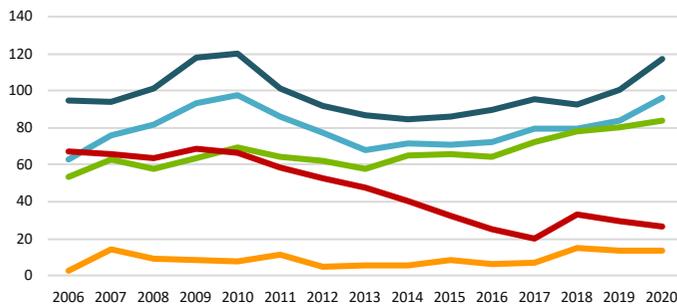
Milhões



## Odivelas

148 156  
HABITANTES

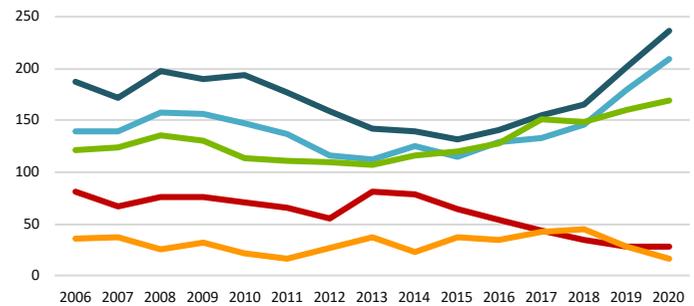
Milhões



## Oeiras

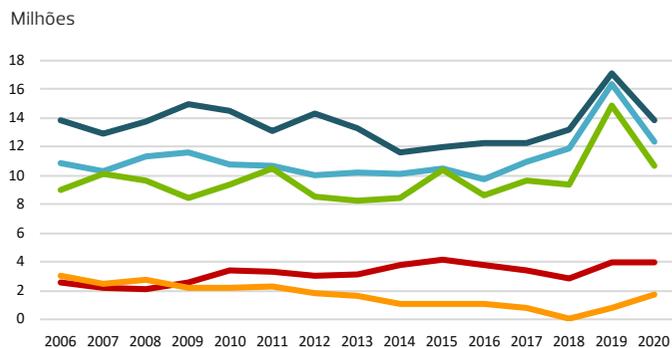
171 802  
HABITANTES

Milhões



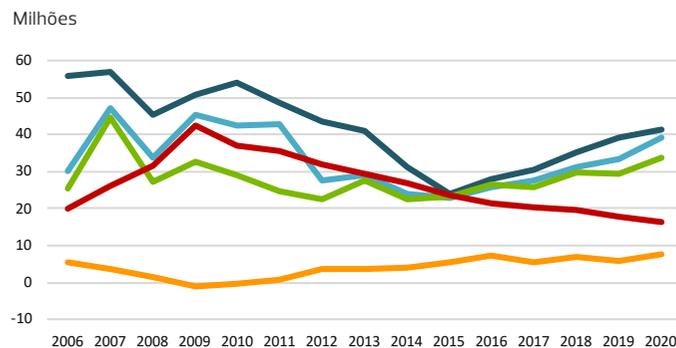
## Oleiros

4 900  
HABITANTES



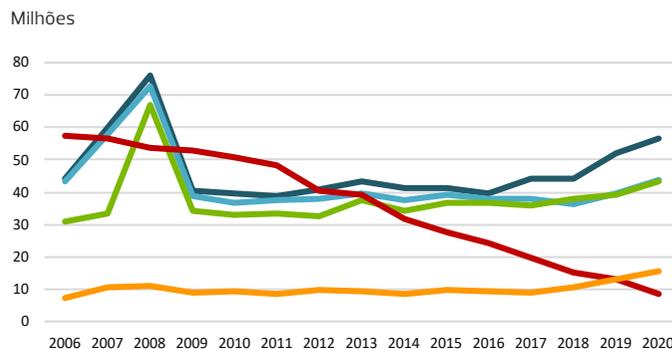
## Olhão

44 639  
HABITANTES



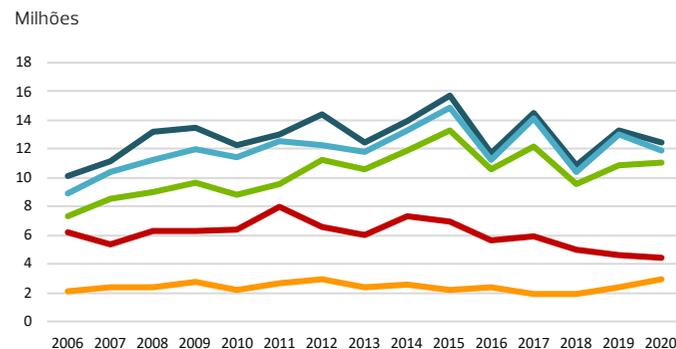
## Oliveira de Azeméis

66 212  
HABITANTES



## Oliveira de Frades

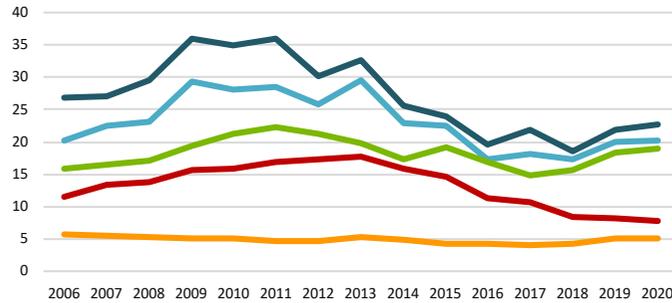
9 510  
HABITANTES



## Oliveira do Bairro

23 150  
HABITANTES

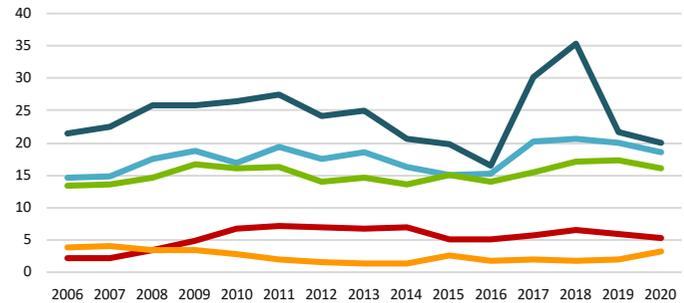
Milhões



## Oliveira do Hospital

19 421  
HABITANTES

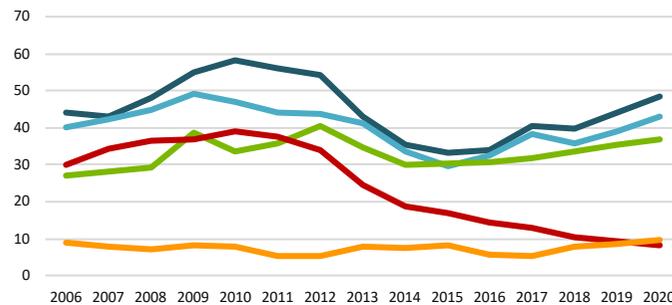
Milhões



## Ourém

44 576  
HABITANTES

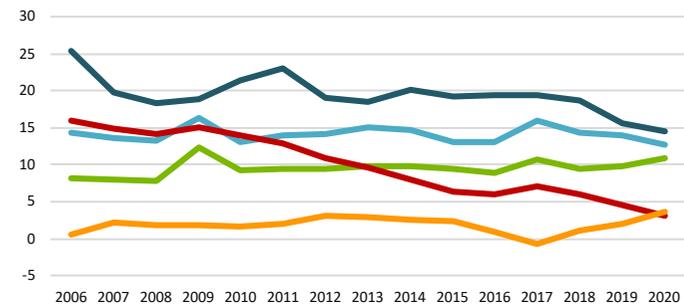
Milhões



## Ourique

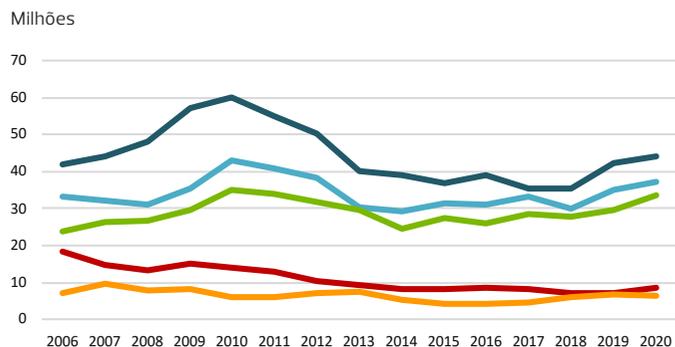
4 842  
HABITANTES

Milhões



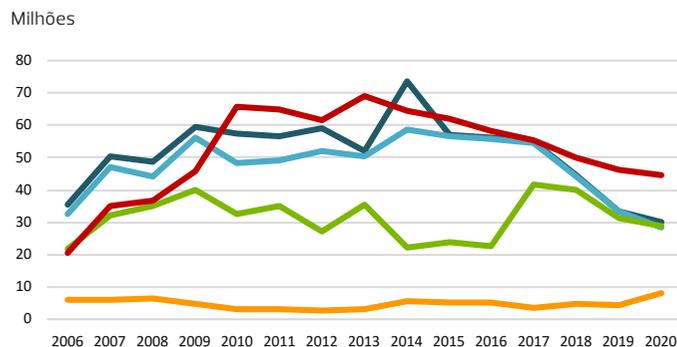
## Ovar

54 976  
HABITANTES



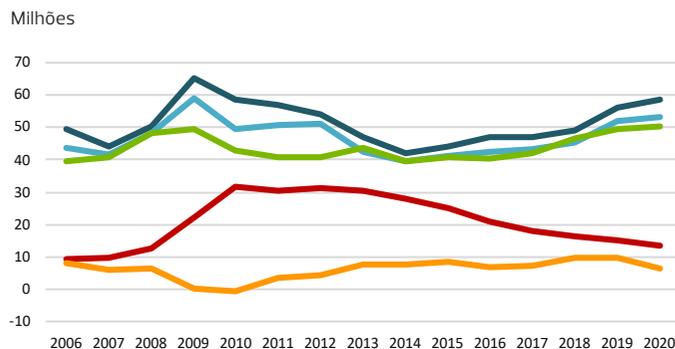
## Paços de Ferreira

55 623  
HABITANTES



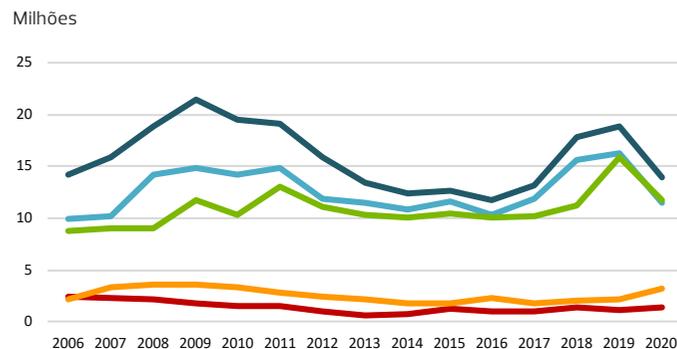
## Palmela

68 879  
HABITANTES



## Pampilhosa da Serra

4 067  
HABITANTES



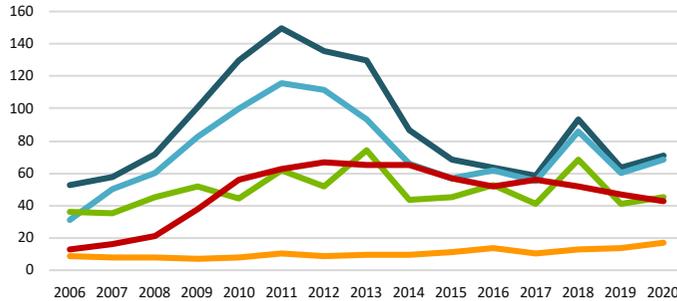
- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

## Paredes

84 414  
HABITANTES

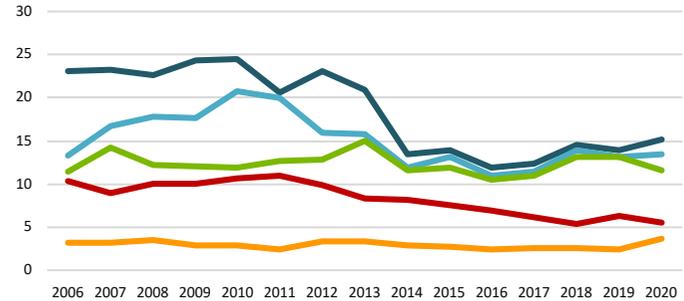
Milhões



## Paredes de Coura

8 636  
HABITANTES

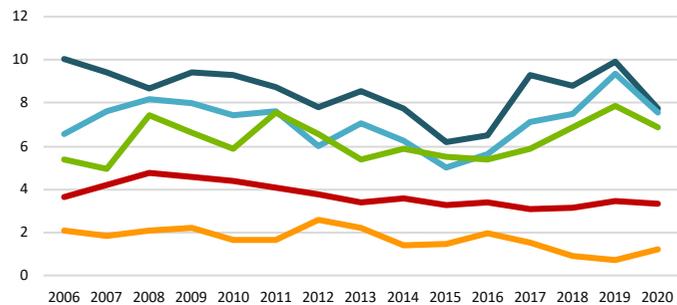
Milhões



## Pedrógão Grande

3 392  
HABITANTES

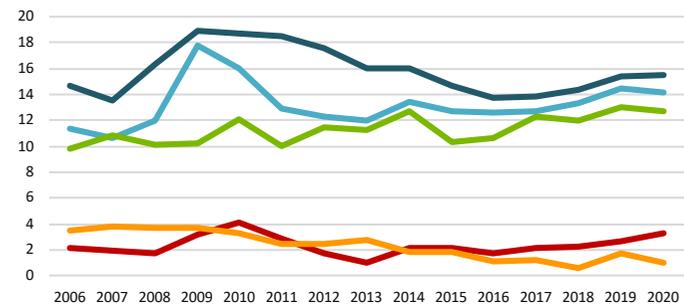
Milhões



## Penacova

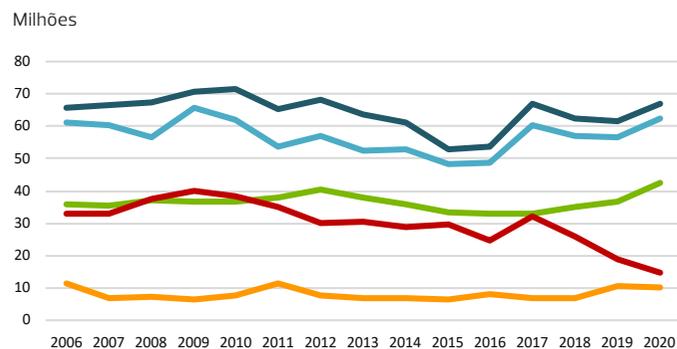
13 119  
HABITANTES

Milhões



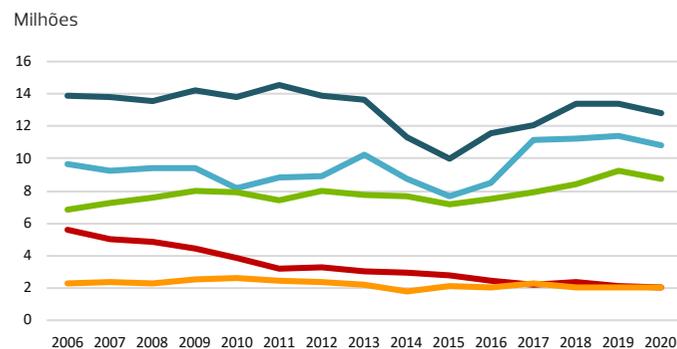
## Penafiel

69 687  
HABITANTES



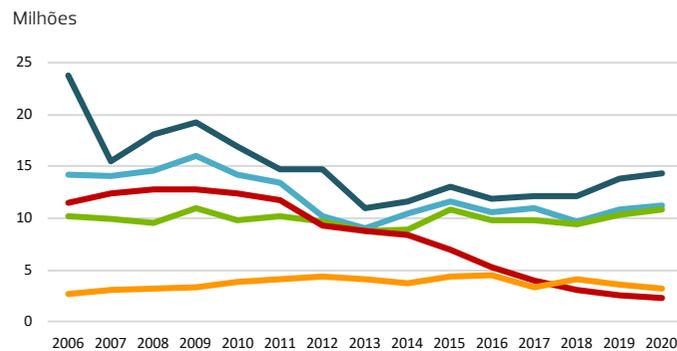
## Penalva do Castelo

7 340  
HABITANTES



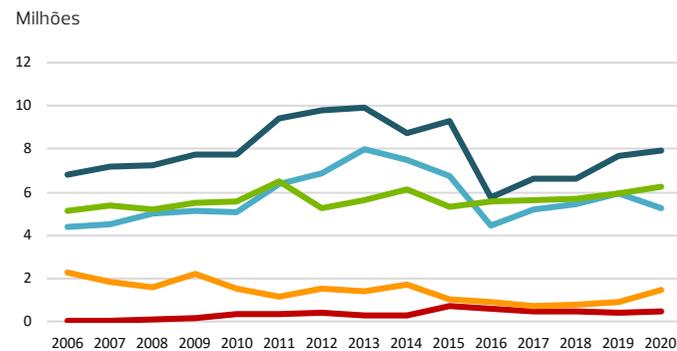
## Penamacor

4 764  
HABITANTES



## Penedono

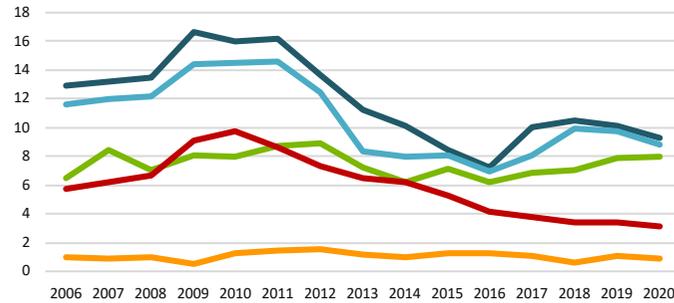
2 731  
HABITANTES



## Penela

5 443  
HABITANTES

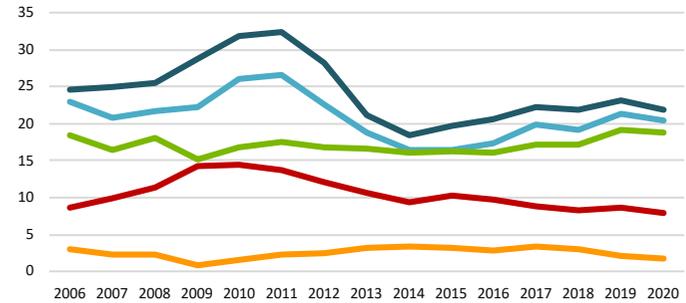
Milhões



## Peniche

26 419  
HABITANTES

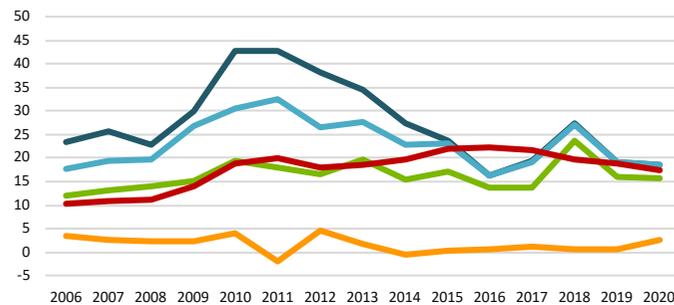
Milhões



## Peso da Régua

14 553  
HABITANTES

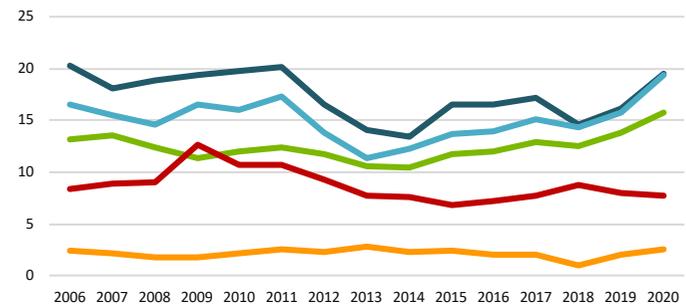
Milhões



## Pinhel

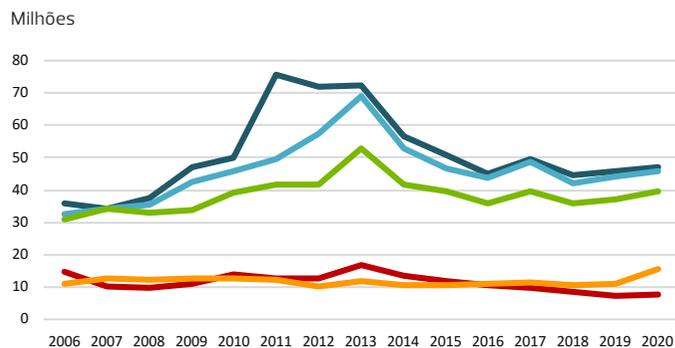
8 099  
HABITANTES

Milhões



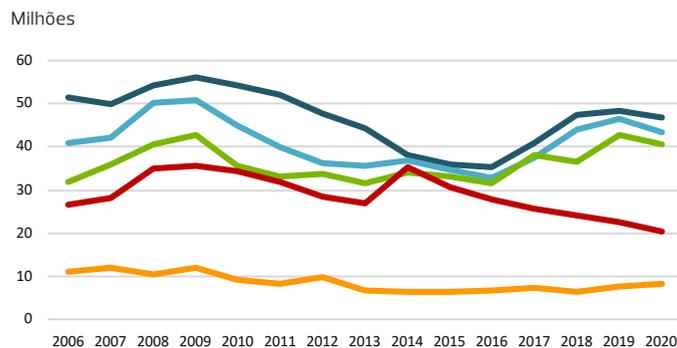
## Pombal

51 178  
HABITANTES



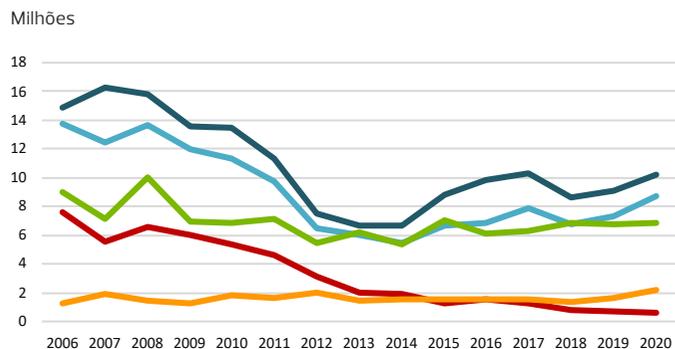
## Ponta Delgada

67 287  
HABITANTES



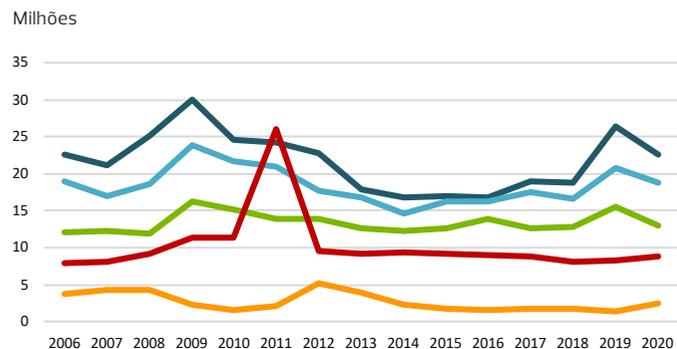
## Ponta do Sol

8 367  
HABITANTES



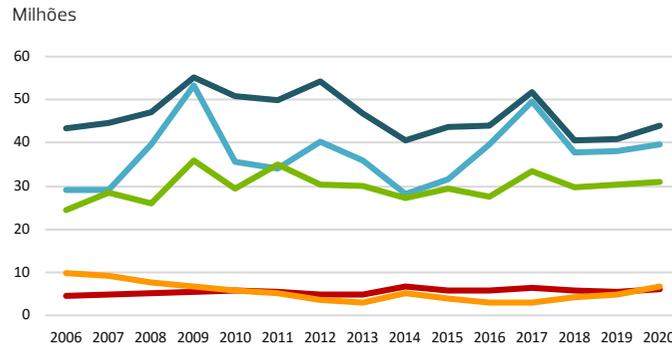
## Ponte da Barca

11 058  
HABITANTES



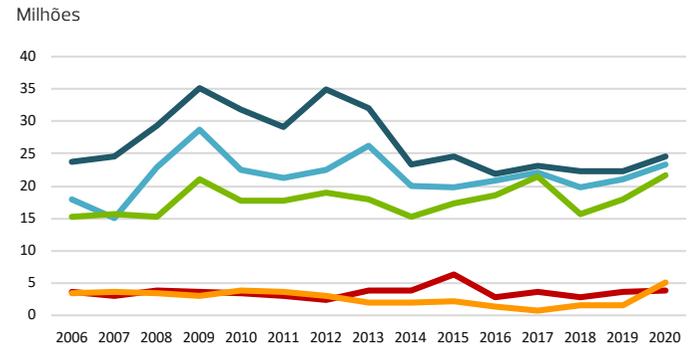
## Ponte de Lima

41 204  
HABITANTES



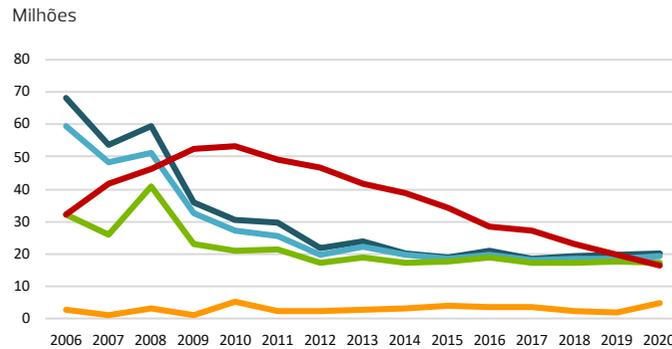
## Ponte de Sor

15 253  
HABITANTES



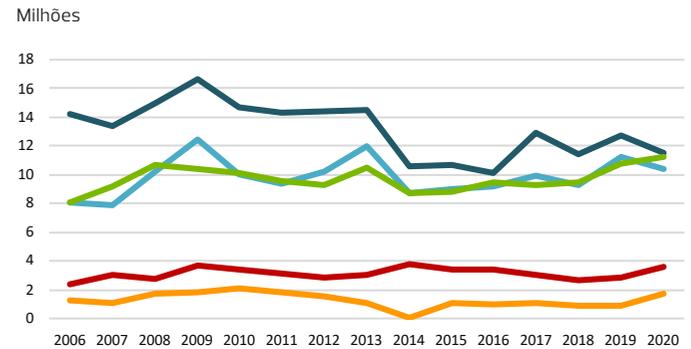
## Portalegre

22 368  
HABITANTES



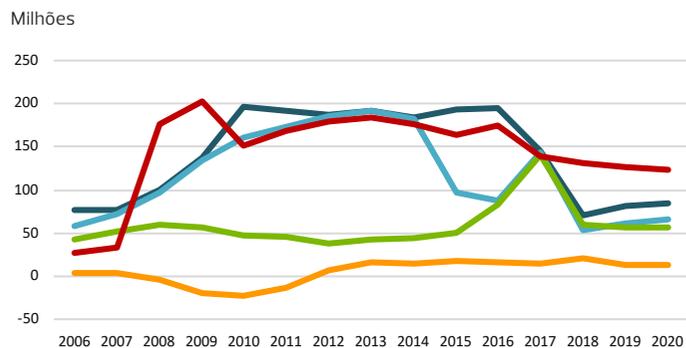
## Portel

5 745  
HABITANTES



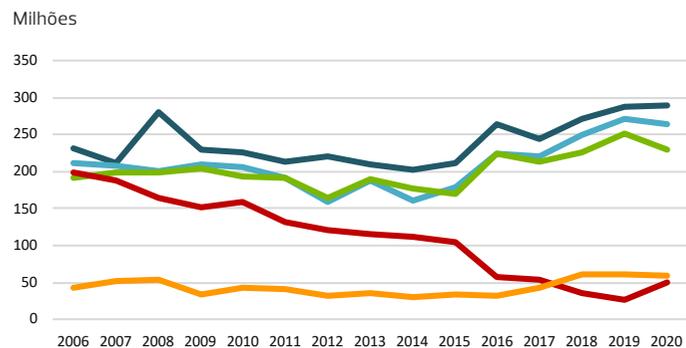
## Portimão

59 896  
HABITANTES



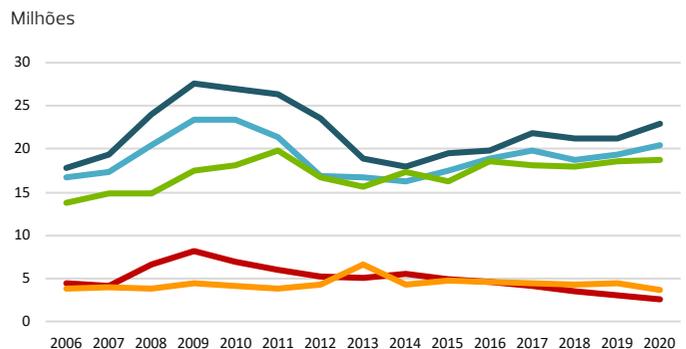
## Porto

231 962  
HABITANTES



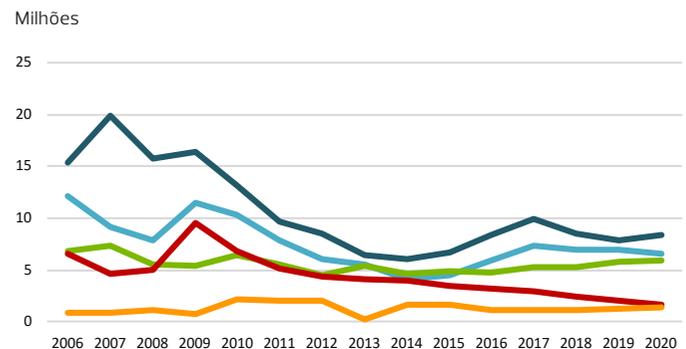
## Porto de Mós

23 211  
HABITANTES



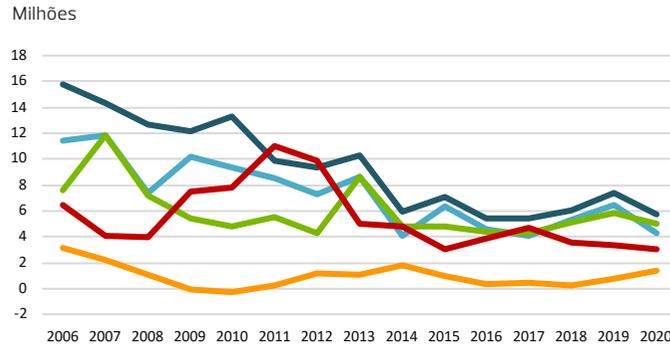
## Porto Moniz

2 521  
HABITANTES



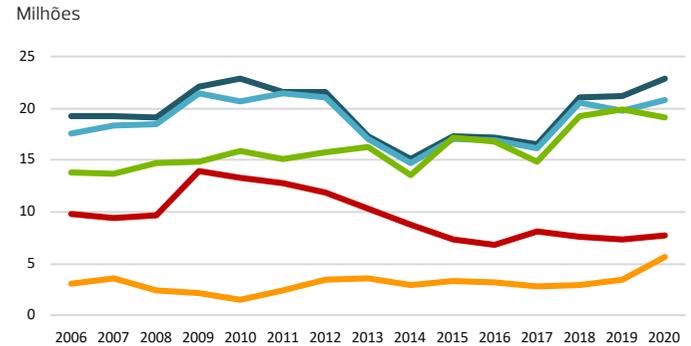
## Porto Santo

5 158  
HABITANTES



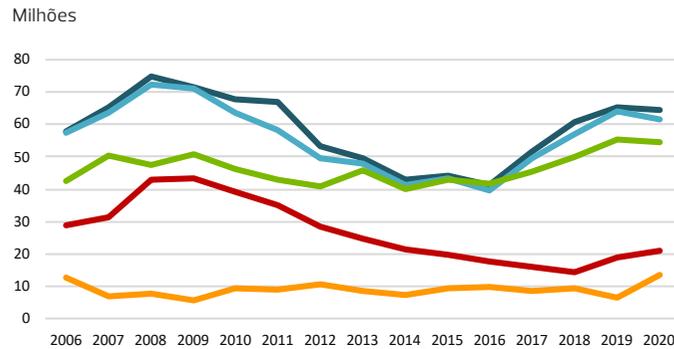
## Póvoa de Lanhoso

21 787  
HABITANTES



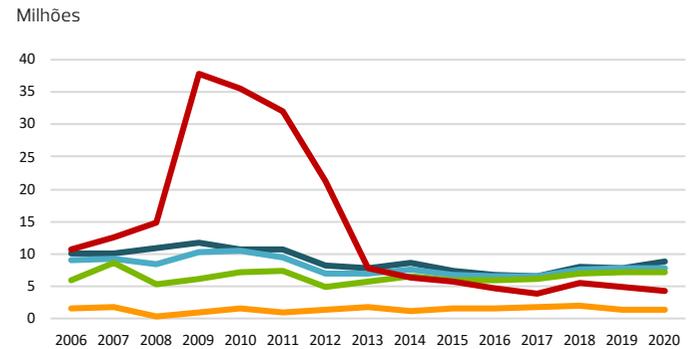
## Póvoa de Varzim

64 320  
HABITANTES



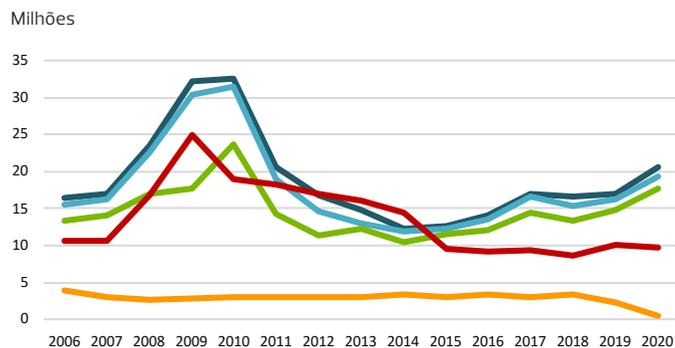
## Povoação

5 796  
HABITANTES



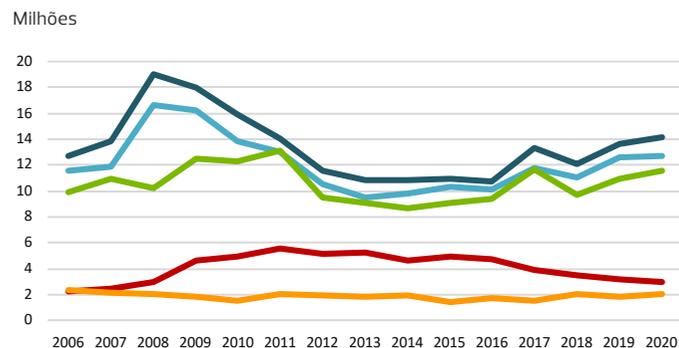
## Praia da Vitória

19 482  
HABITANTES



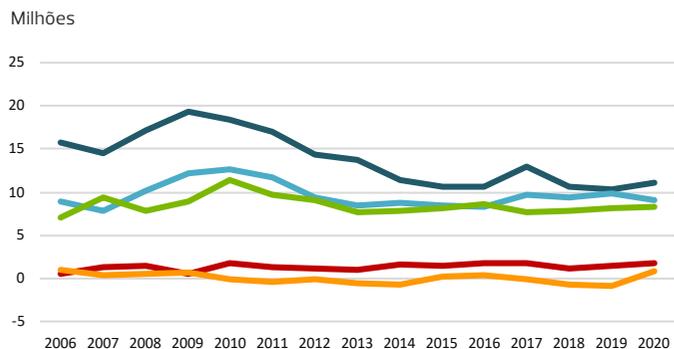
## Proença-a-Nova

7 147  
HABITANTES



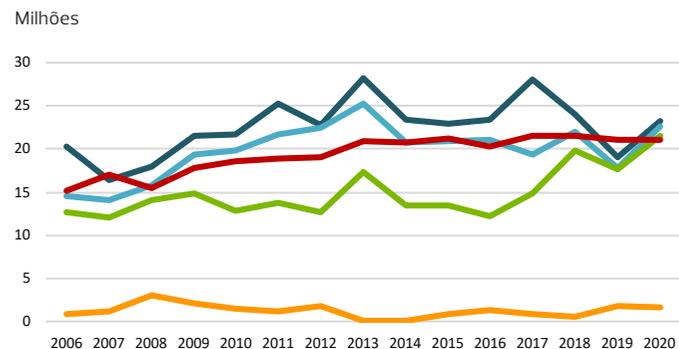
## Redondo

6 287  
HABITANTES



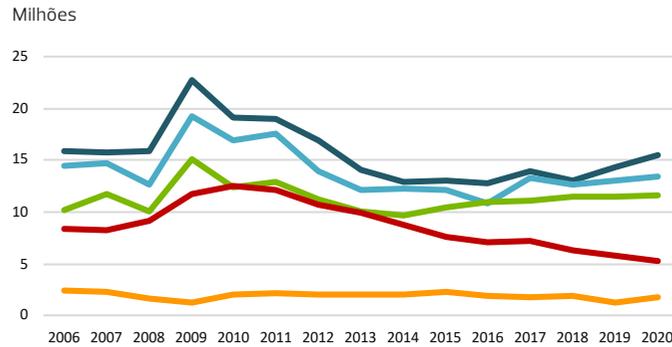
## Reguengos de Monsaraz

9 875  
HABITANTES



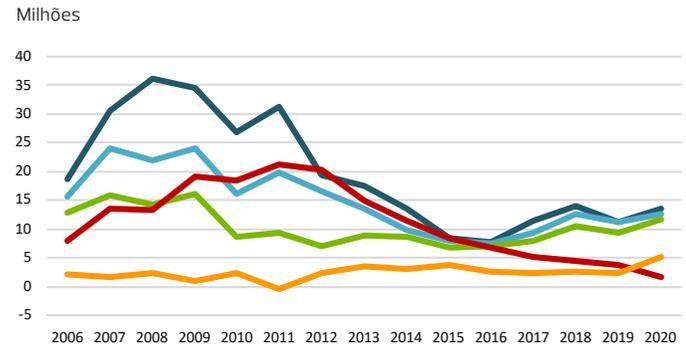
## Resende

10 053  
HABITANTES



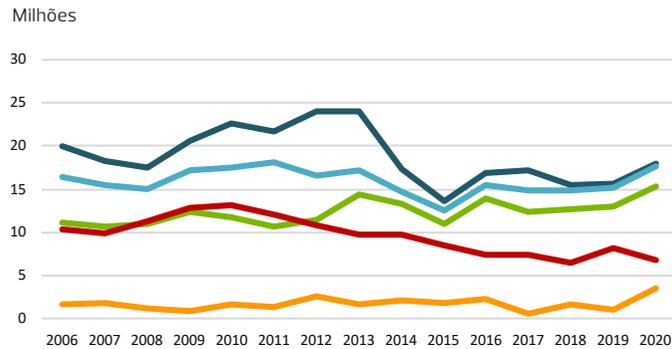
## Ribeira Brava

12 696  
HABITANTES



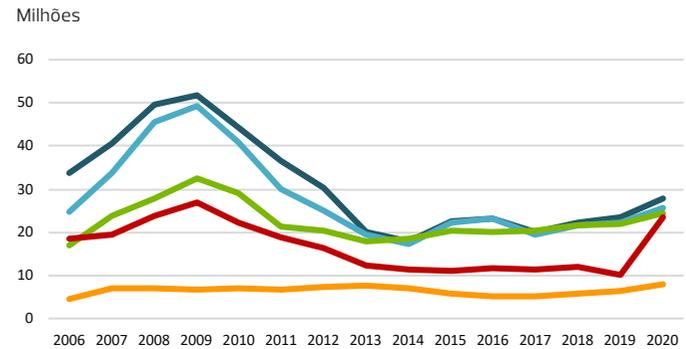
## Ribeira de Pena

5 887  
HABITANTES



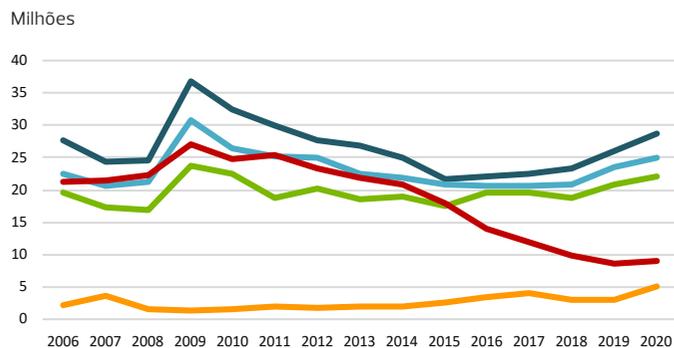
## Ribeira Grande

31 414  
HABITANTES



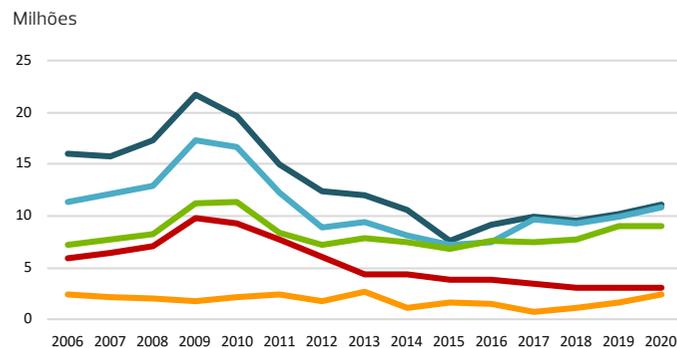
## Rio Maior

21 021  
HABITANTES



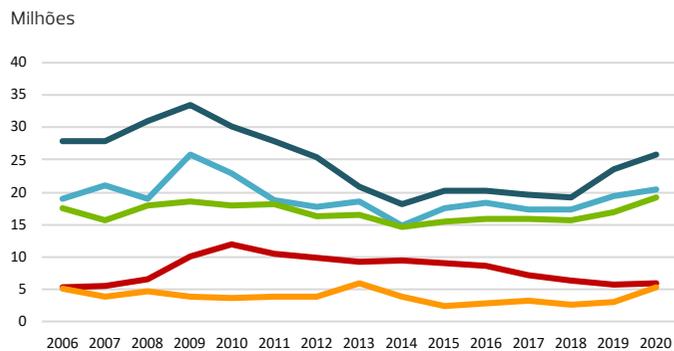
## Sabrosa

5 556  
HABITANTES



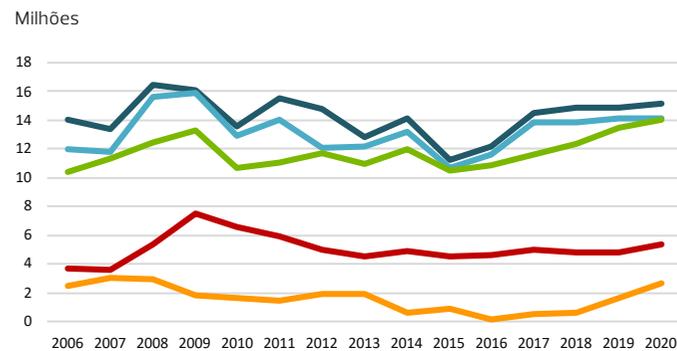
## Sabugal

11 281  
HABITANTES



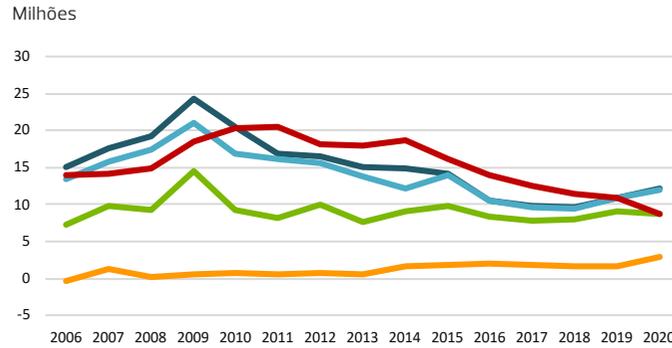
## Salvaterra de Magos

21 632  
HABITANTES



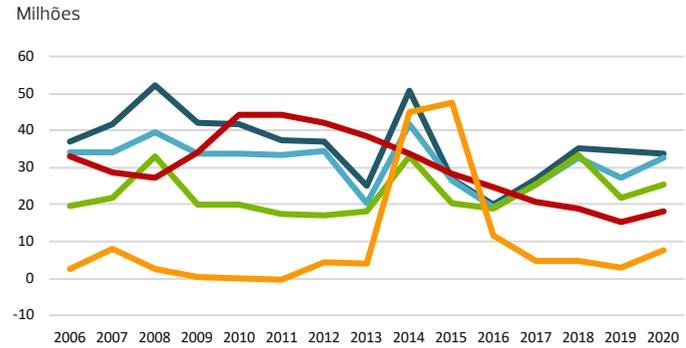
## Santa Comba Dão

10 642  
HABITANTES



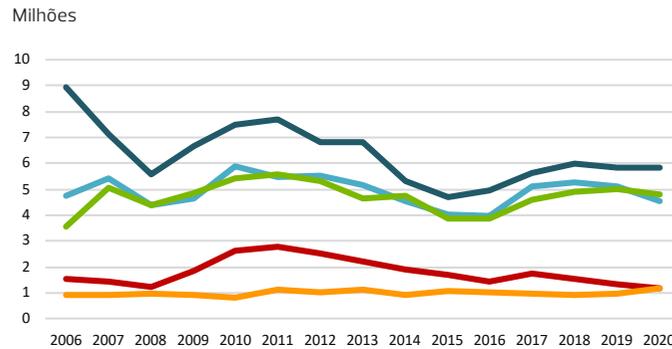
## Santa Cruz

42 262  
HABITANTES



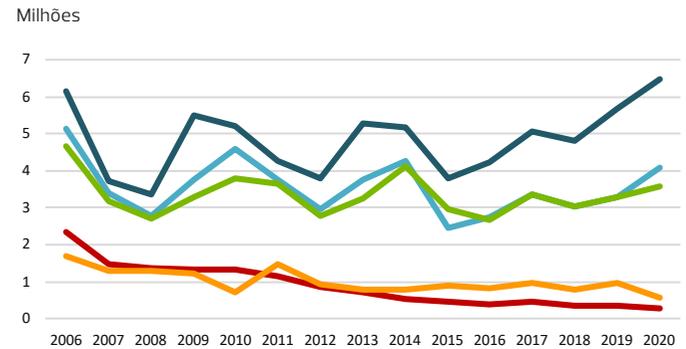
## Santa Cruz da Graciosa

4 095  
HABITANTES



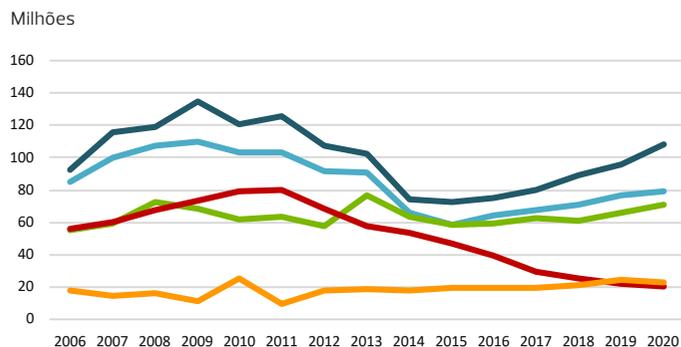
## Santa Cruz das Flores

2 021  
HABITANTES



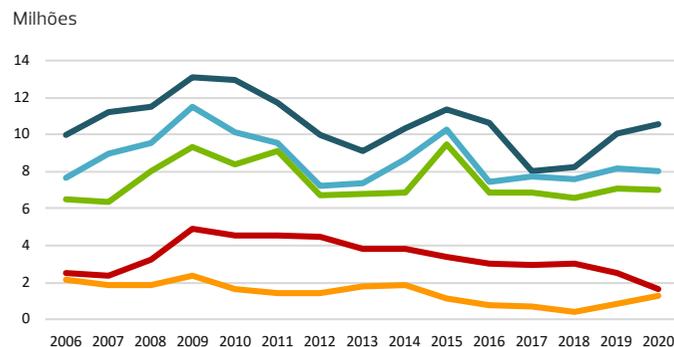
## Santa Maria da Feira

136 720  
HABITANTES



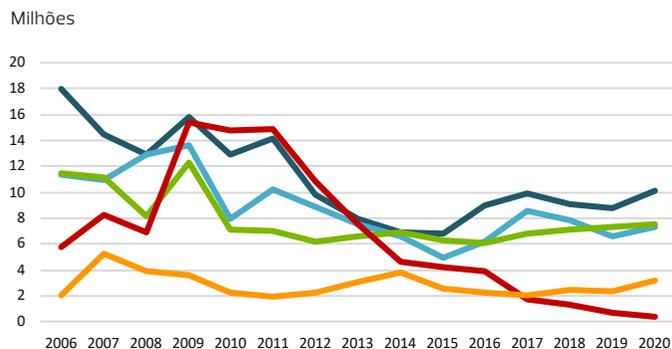
## Santa Marta de Penaguião

6 104  
HABITANTES



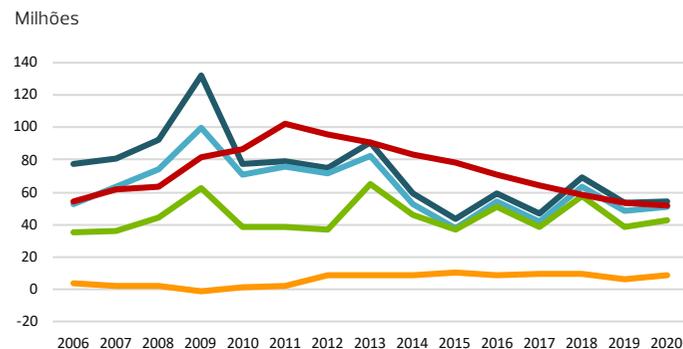
## Santana

6 558  
HABITANTES



## Santarém

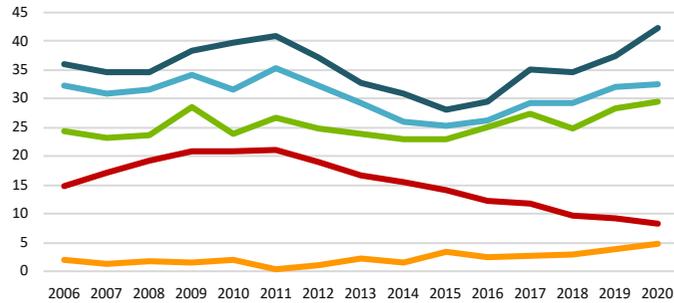
58 770  
HABITANTES



## Santiago do Cacém

27 801  
HABITANTES

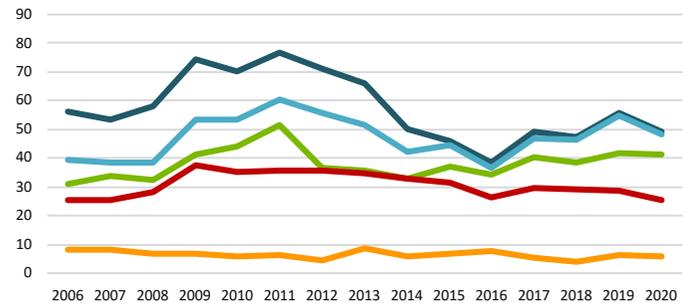
Milhões



## Santo Tirso

67 785  
HABITANTES

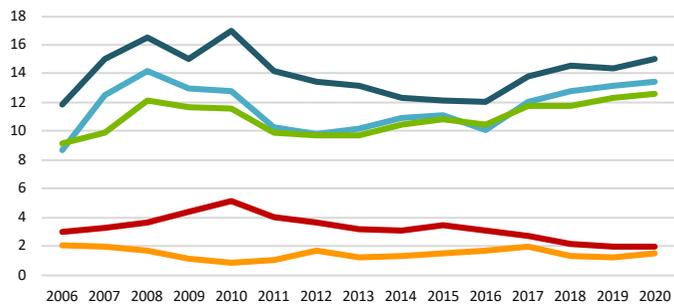
Milhões



## São Brás de Alportel

11 266  
HABITANTES

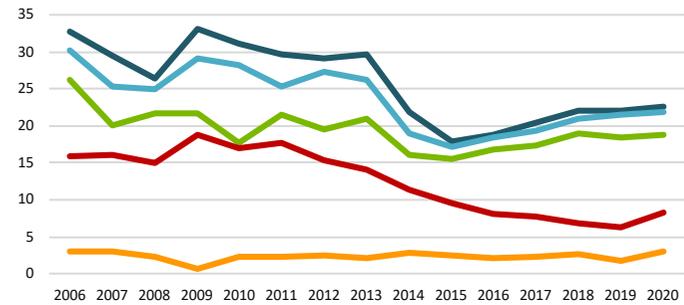
Milhões



## São João da Madeira

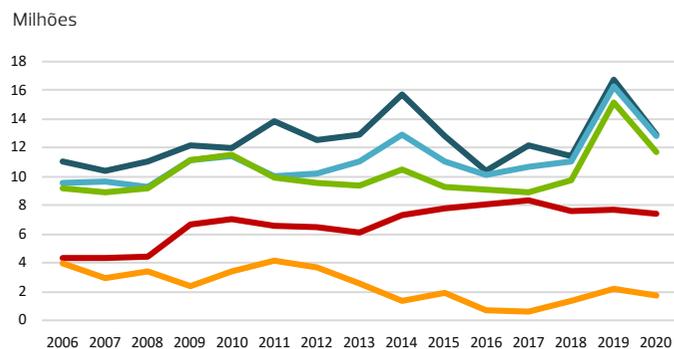
22 162  
HABITANTES

Milhões



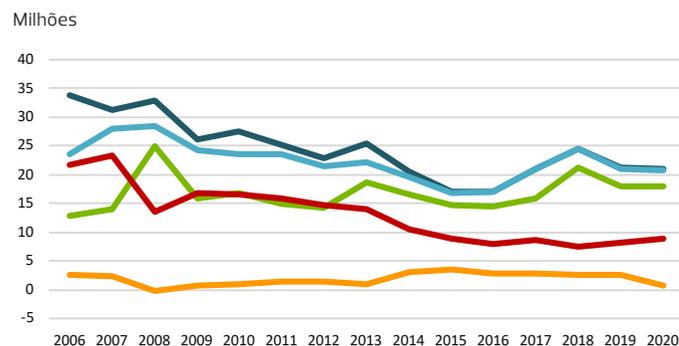
## São João da Pesqueira

6 780  
HABITANTES



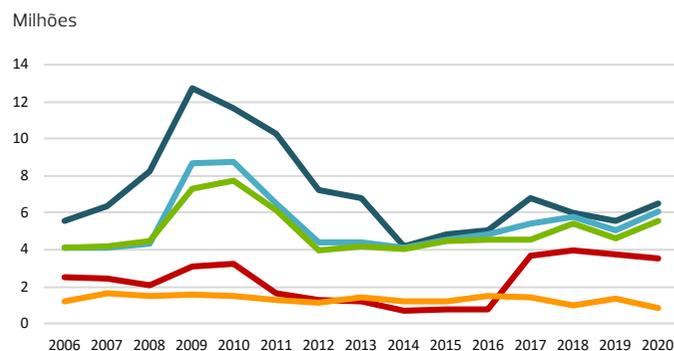
## São Pedro do Sul

15 139  
HABITANTES



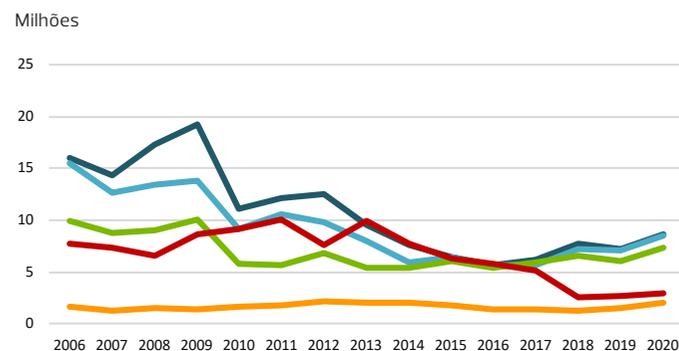
## São Roque do Pico

3 221  
HABITANTES



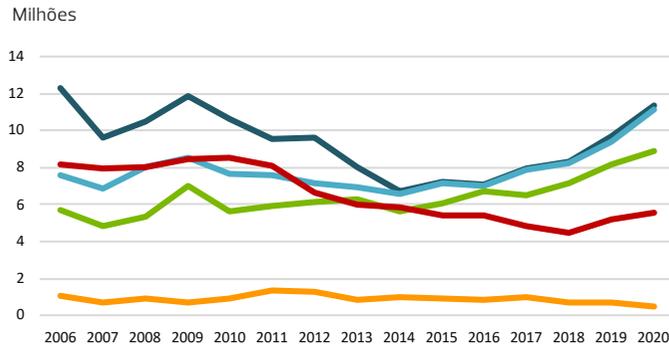
## São Vicente

4 874  
HABITANTES



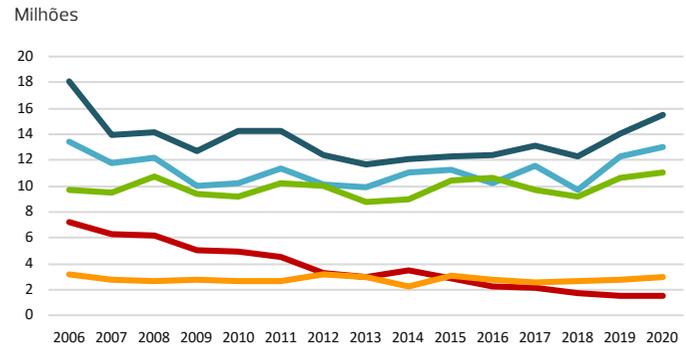
## Sardoal

3 526  
HABITANTES



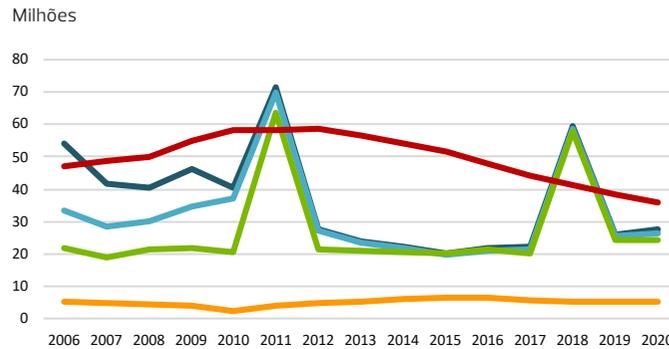
## Sátão

11 026  
HABITANTES



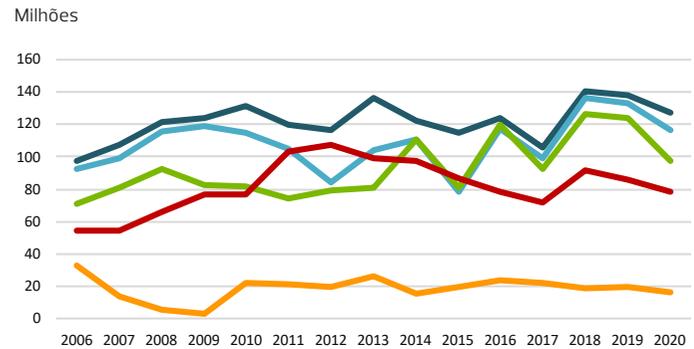
## Seia

21 759  
HABITANTES



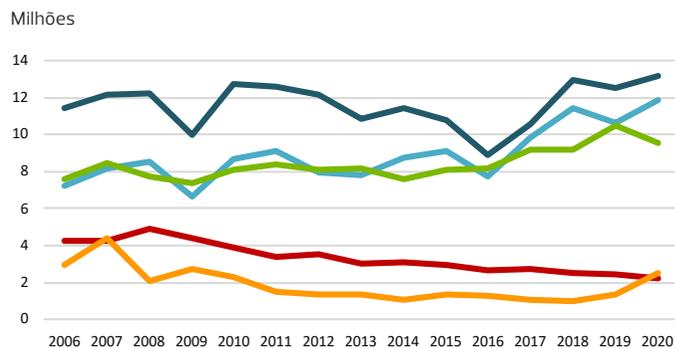
## Seixal

166 693  
HABITANTES



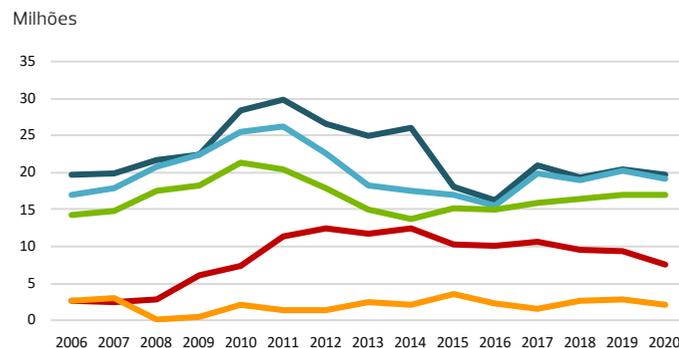
## Sernancelhe

5 713  
HABITANTES



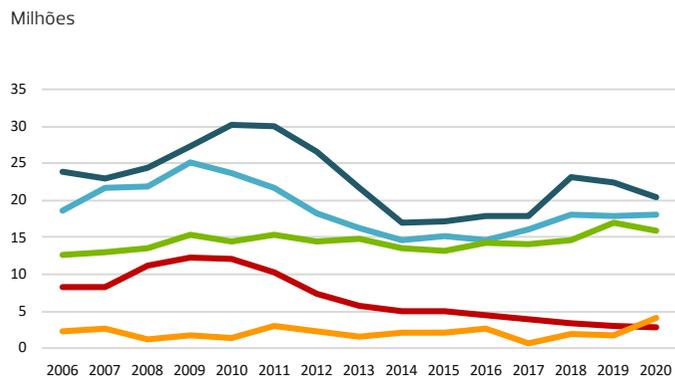
## Serpa

13 768  
HABITANTES



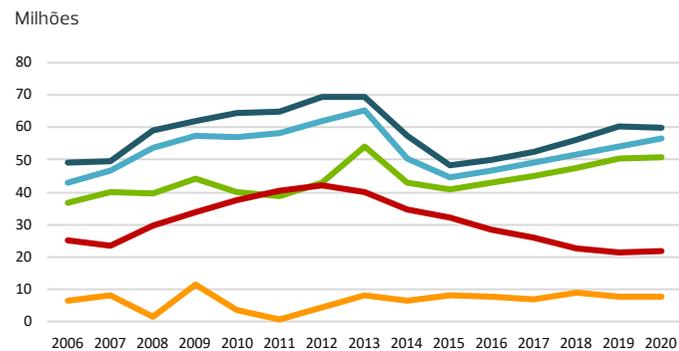
## Sertão

14 748  
HABITANTES



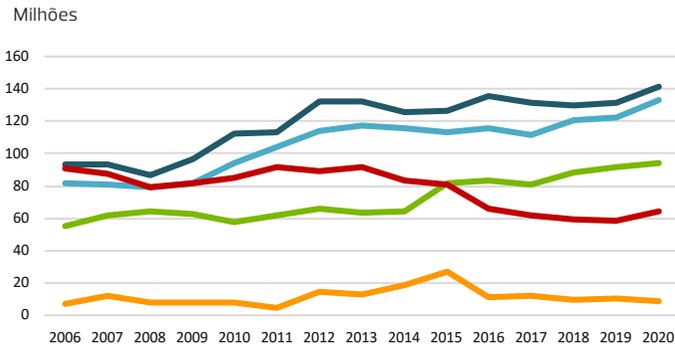
## Sesimbra

52 465  
HABITANTES



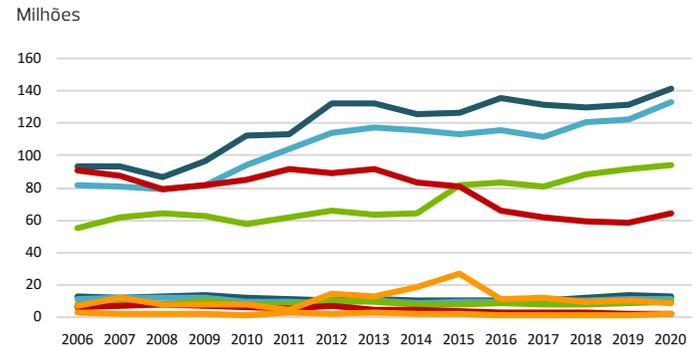
## Setúbal

123 684  
HABITANTES



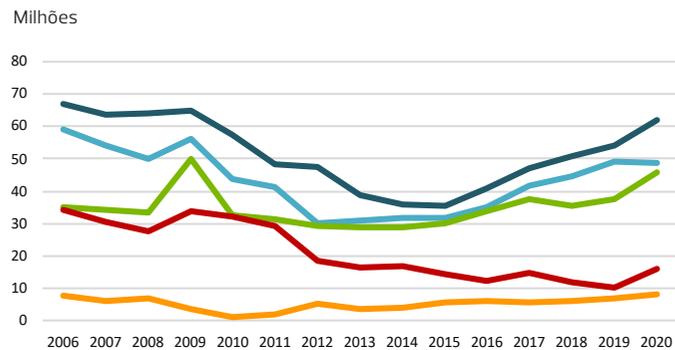
## Sever do Vouga

11 069  
HABITANTES



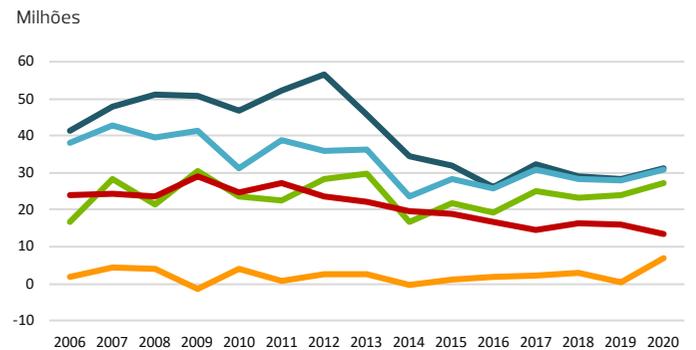
## Silves

37 813  
HABITANTES



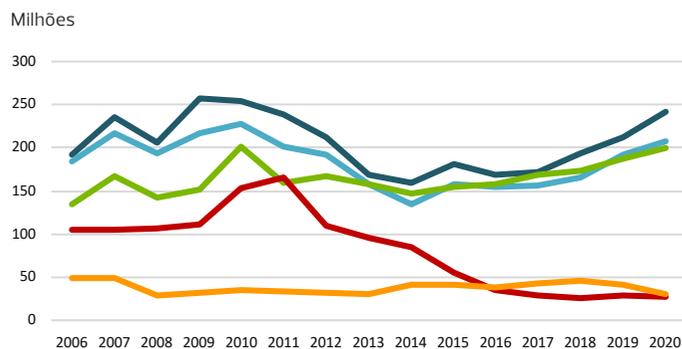
## Sines

14 214  
HABITANTES



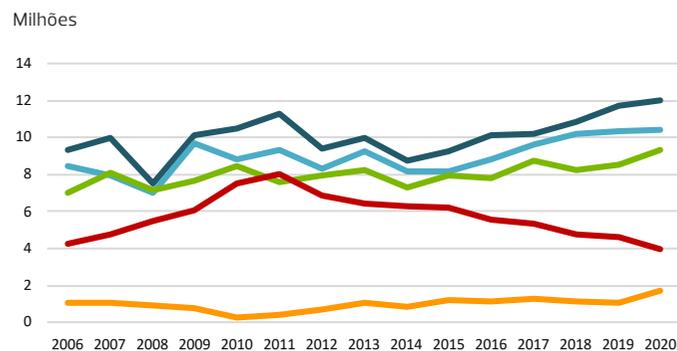
## Sintra

385 954  
HABITANTES



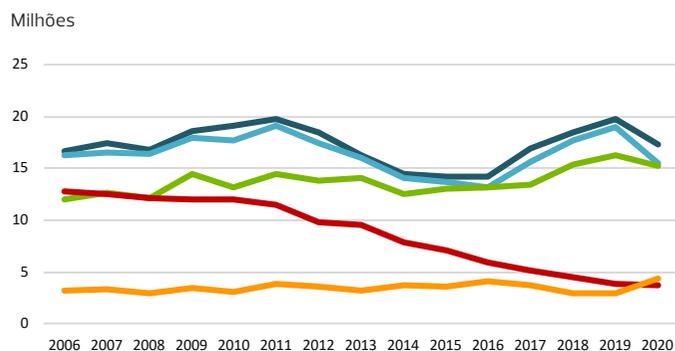
## Sobral de Monte Agraço

10 542  
HABITANTES



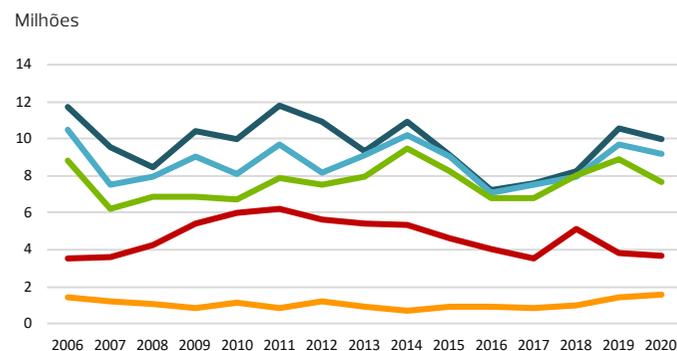
## Soure

17 264  
HABITANTES



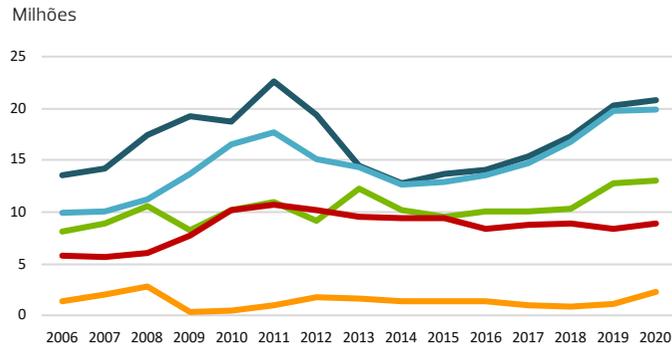
## Sousel

4 358  
HABITANTES



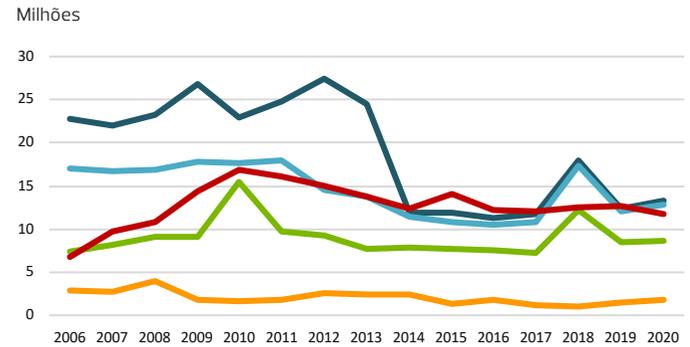
## Tábua

11 163  
HABITANTES



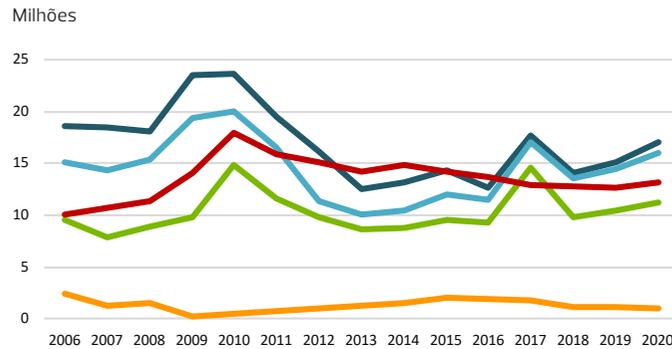
## Tabuaço

5 039  
HABITANTES



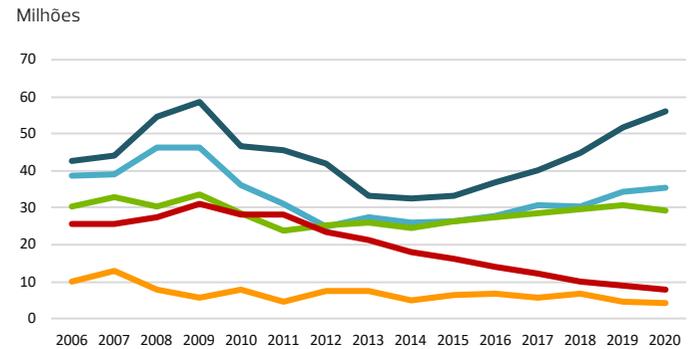
## Tarouca

7 374  
HABITANTES



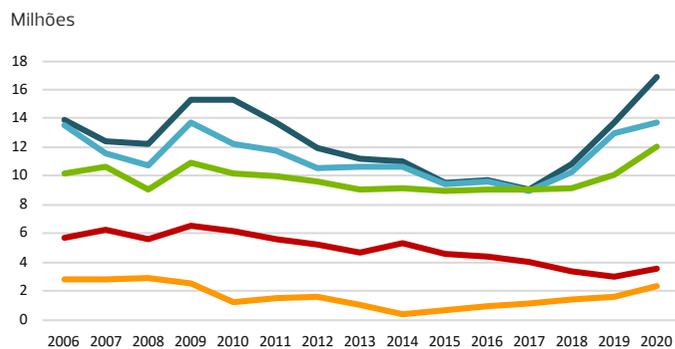
## Tavira

27 536  
HABITANTES



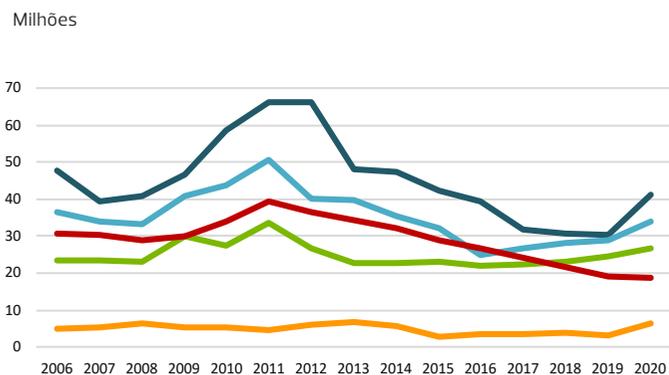
## Terras de Bouro

6 359  
HABITANTES



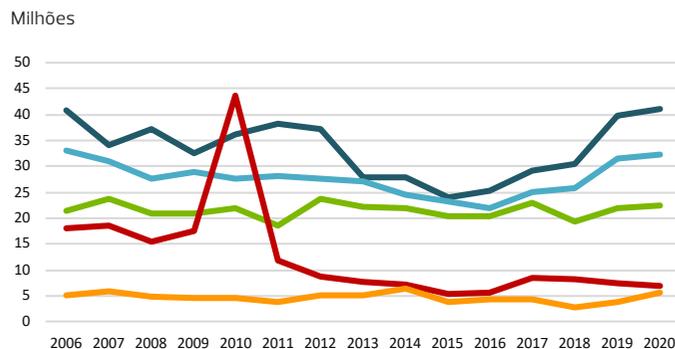
## Tomar

36 444  
HABITANTES



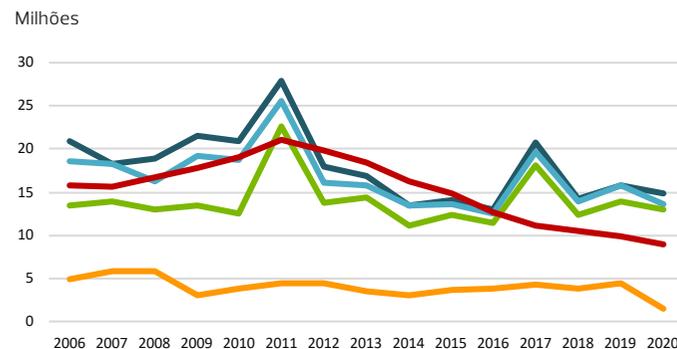
## Tondela

25 939  
HABITANTES



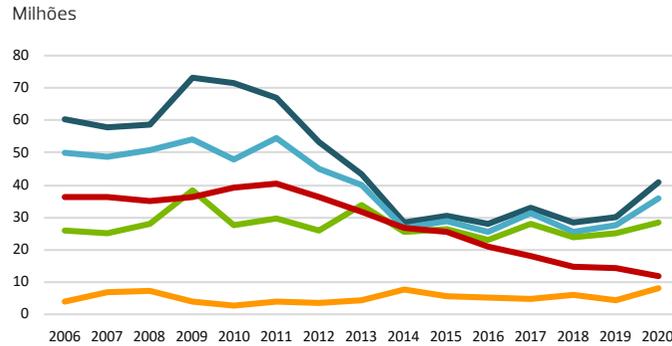
## Torre de Moncorvo

6 822  
HABITANTES



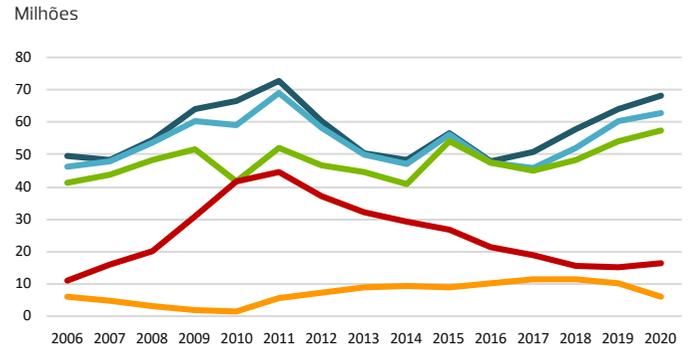
## Torres Novas

34 149  
HABITANTES



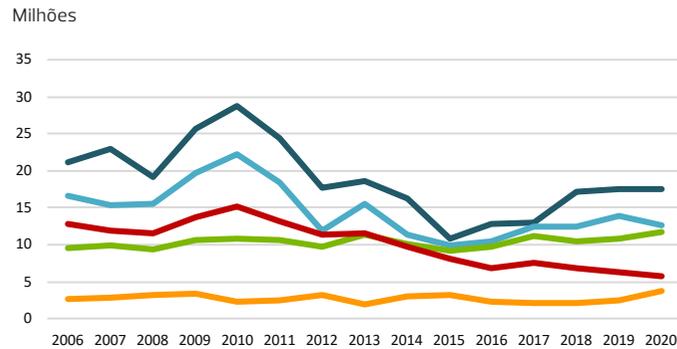
## Torres Vedras

83 130  
HABITANTES



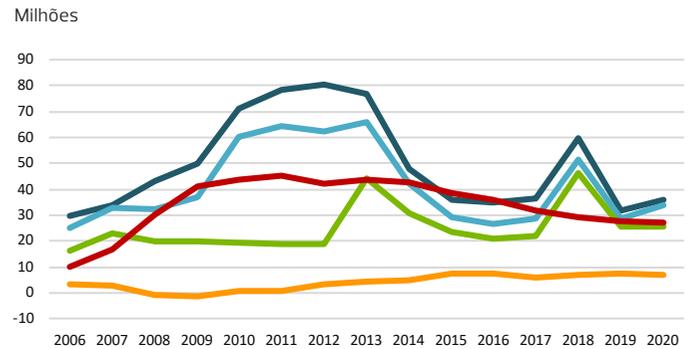
## Trancoso

8 419  
HABITANTES



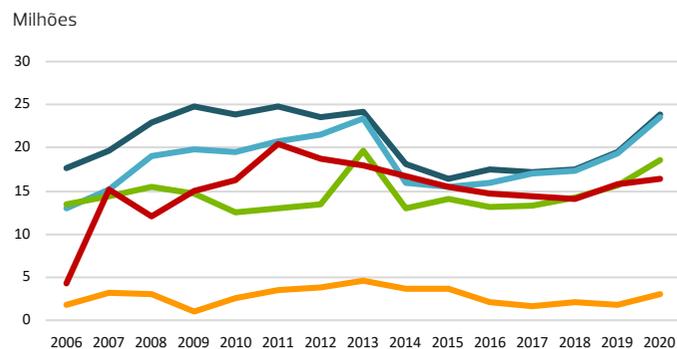
## Trofa

38 612  
HABITANTES



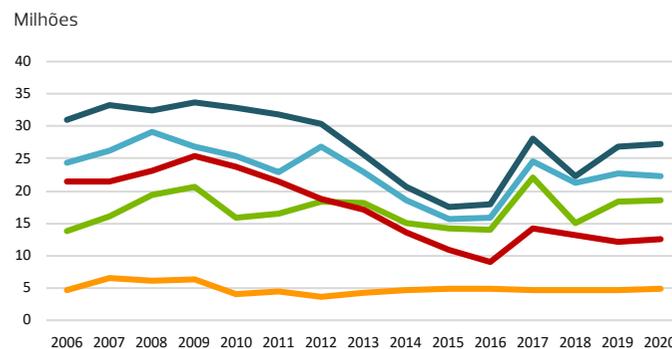
## Vagos

22 905  
HABITANTES



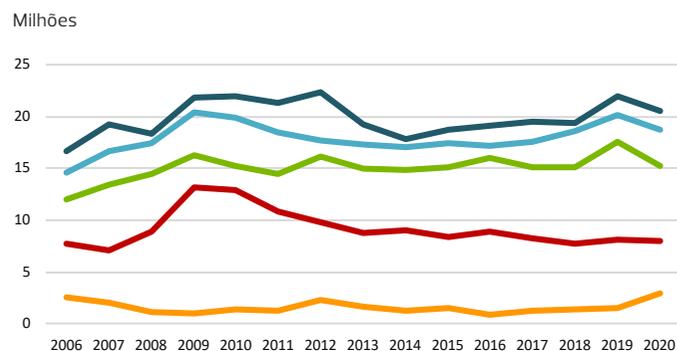
## Vale de Cambra

21 279  
HABITANTES



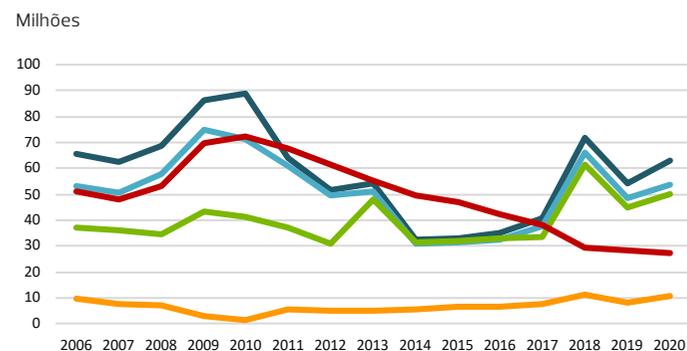
## Valença

13 634  
HABITANTES



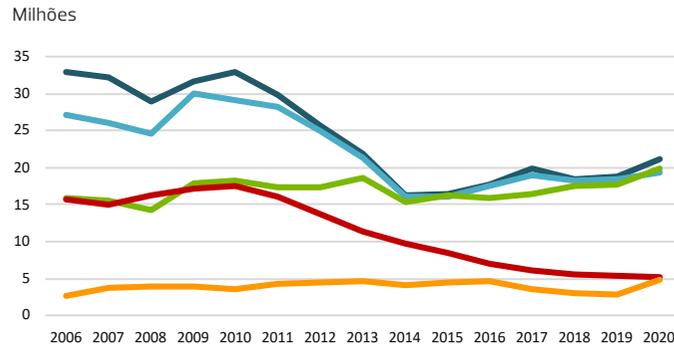
## Valongo

94 795  
HABITANTES



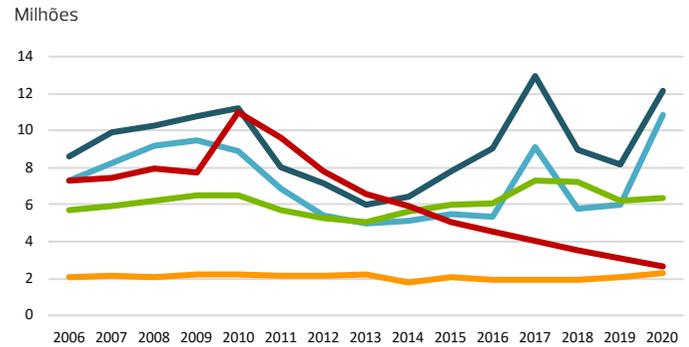
## Valpaços

14 714  
HABITANTES



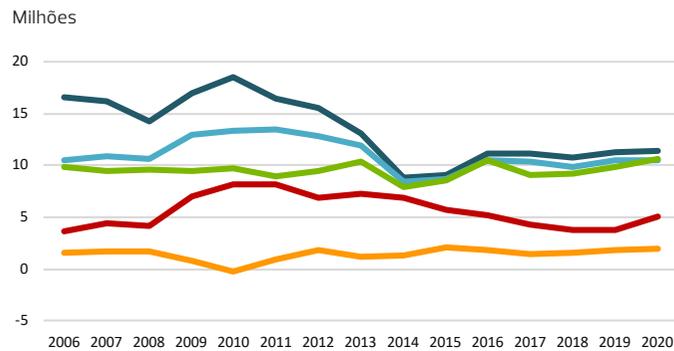
## Velas

4 940  
HABITANTES



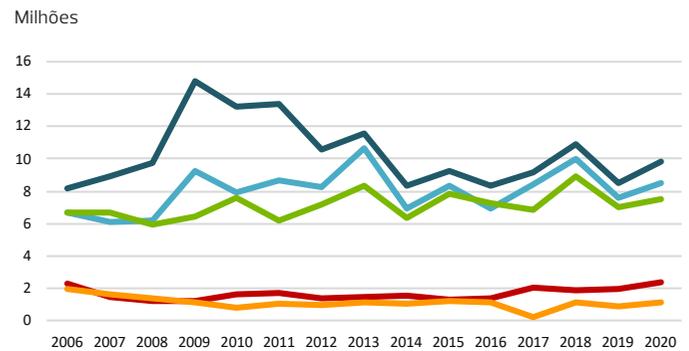
## Vendas Novas

11 240  
HABITANTES



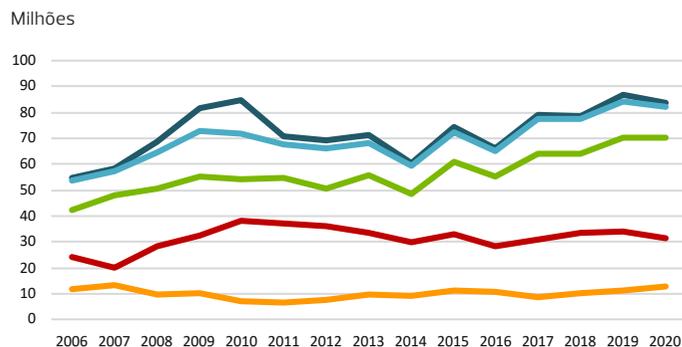
## Viana do Alentejo

5 323  
HABITANTES



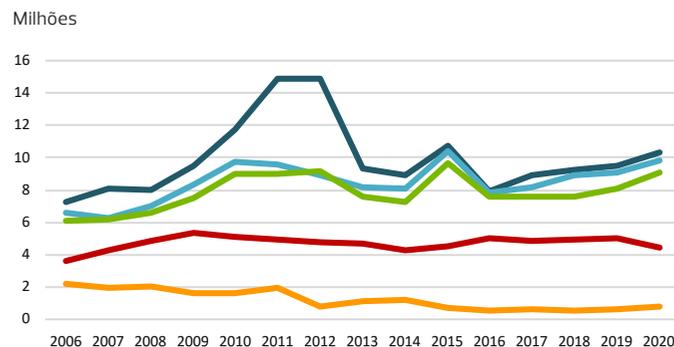
## Viana do Castelo

85 864  
HABITANTES



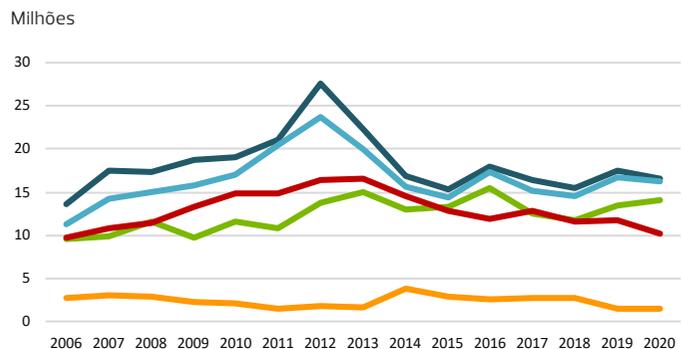
## Vidigueira

5 177  
HABITANTES



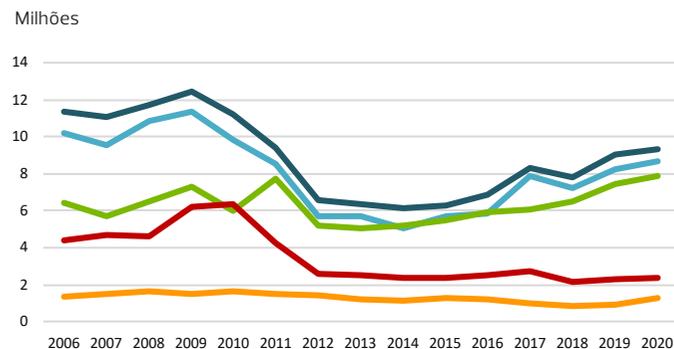
## Vieira do Minho

11 970  
HABITANTES



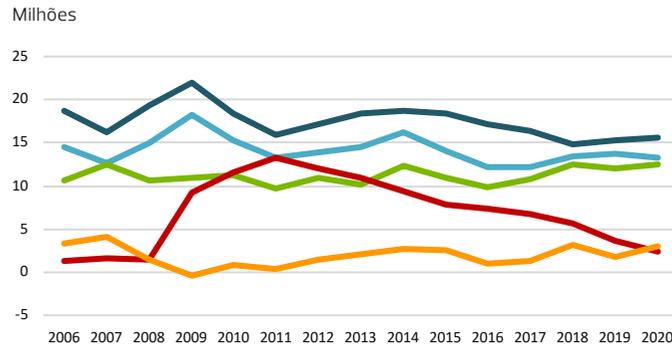
## Vila de Rei

3 276  
HABITANTES



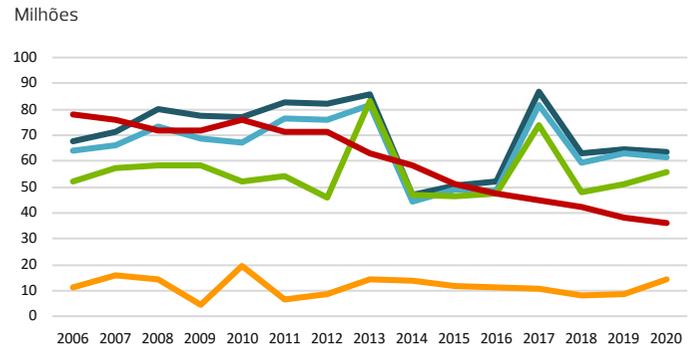
## Vila do Bispo

5 722  
HABITANTES



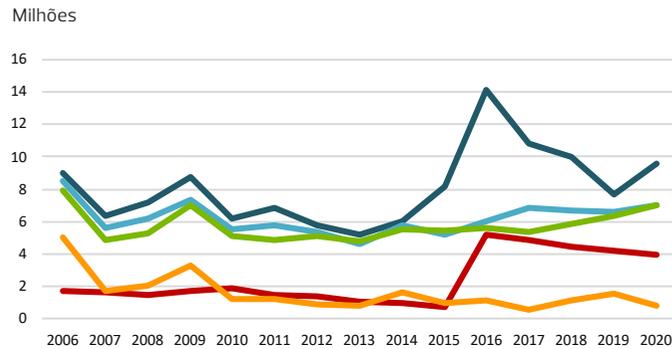
## Vila do Conde

80 921  
HABITANTES



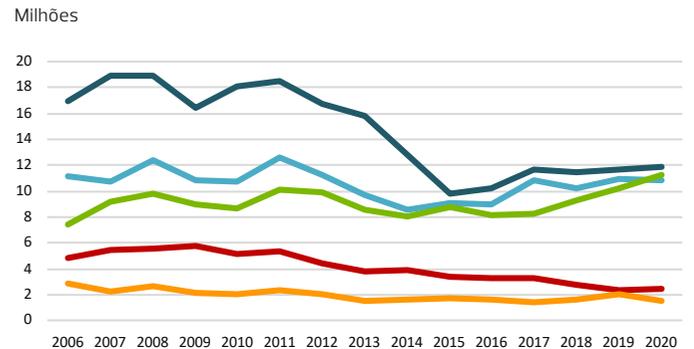
## Vila do Porto

5 414  
HABITANTES



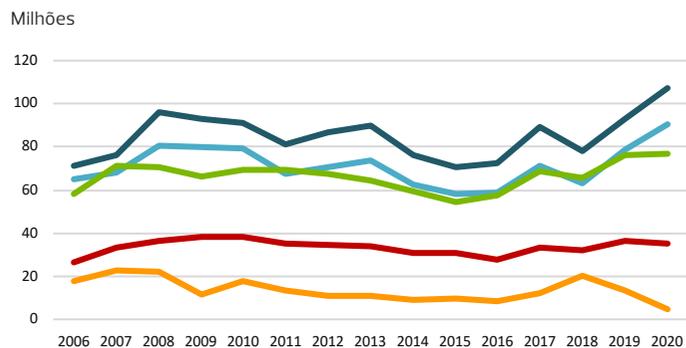
## Vila Flor

6 064  
HABITANTES



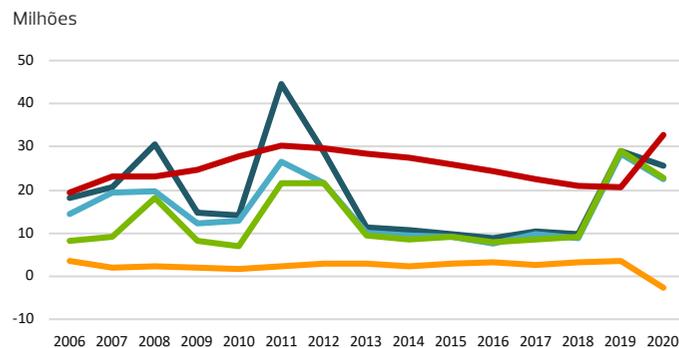
## Vila Franca de Xira

137 659  
HABITANTES



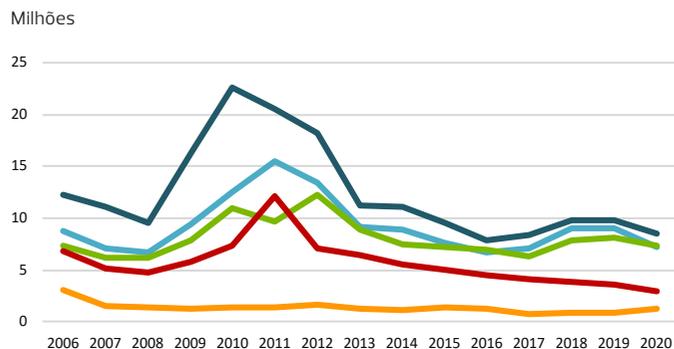
## Vila Franca do Campo

10 326  
HABITANTES



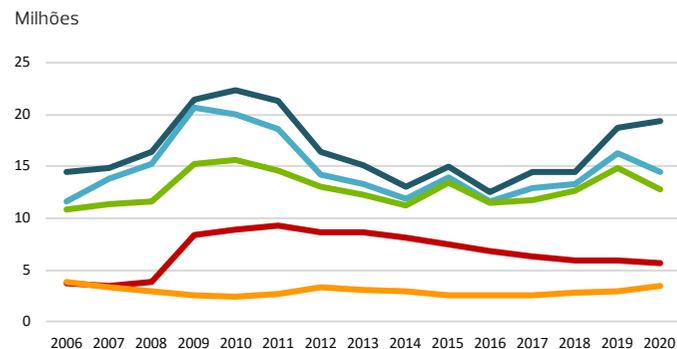
## Vila Nova da Barquinha

7 035  
HABITANTES



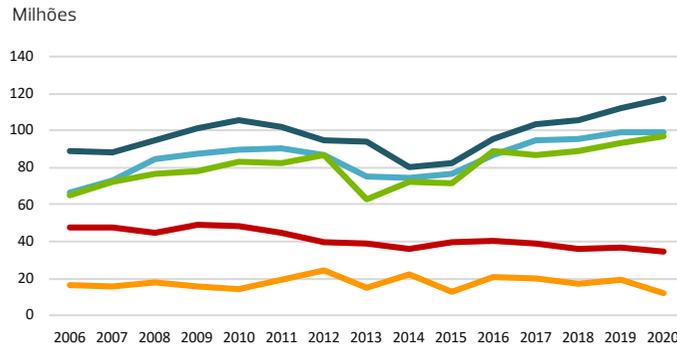
## Vila Nova de Cerveira

8 930  
HABITANTES



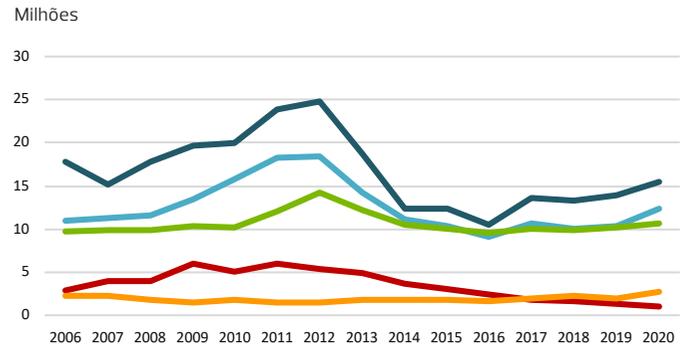
## Vila Nova de Famalicão

133 590  
HABITANTES



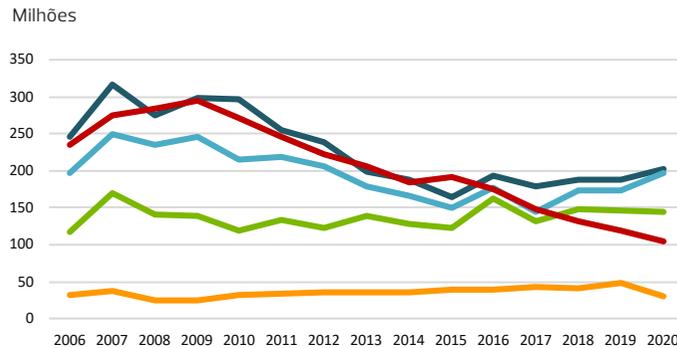
## Vila Nova de Foz Côa

6 304  
HABITANTES



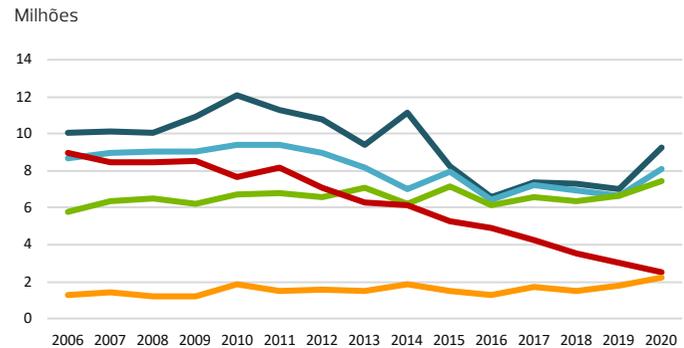
## Vila Nova de Gaia

304 149  
HABITANTES



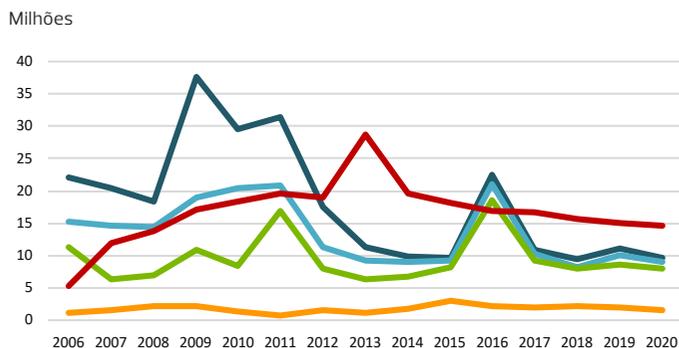
## Vila Nova de Paiva

4 660  
HABITANTES



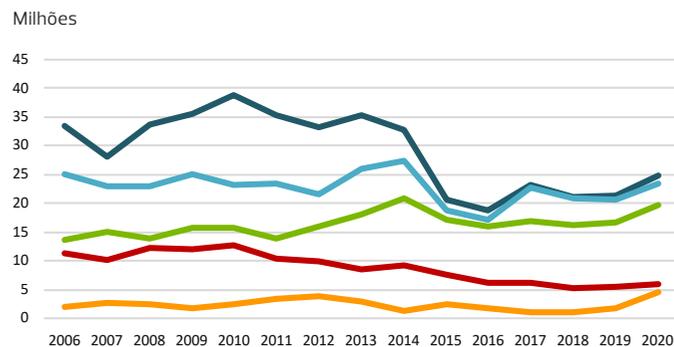
## Vila Nova de Poiares

6 813  
HABITANTES



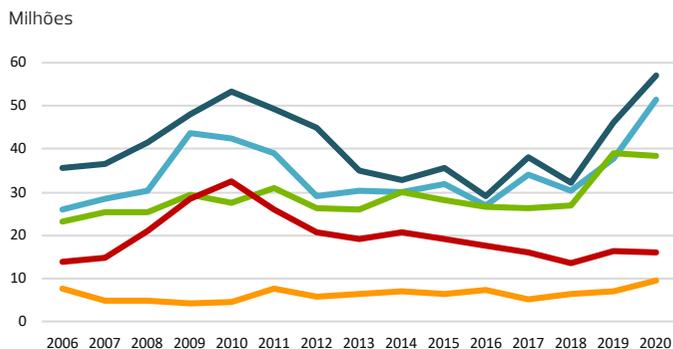
## Vila Pouca de Aguiar

11 825  
HABITANTES



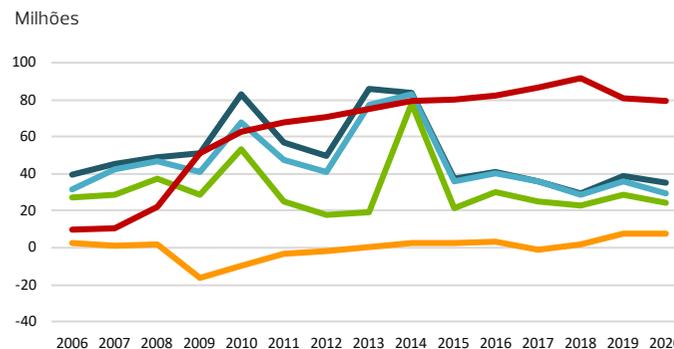
## Vila Real

49 623  
HABITANTES



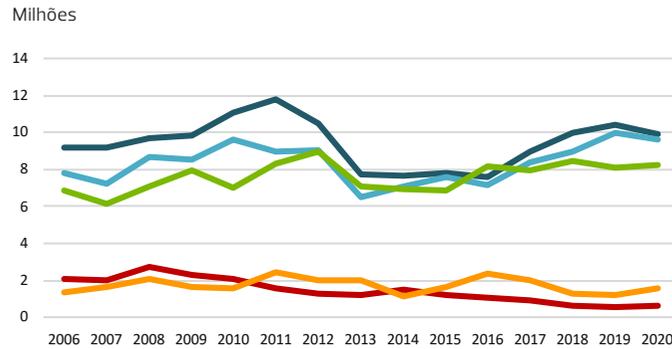
## Vila Real Santo António

18 828  
HABITANTES



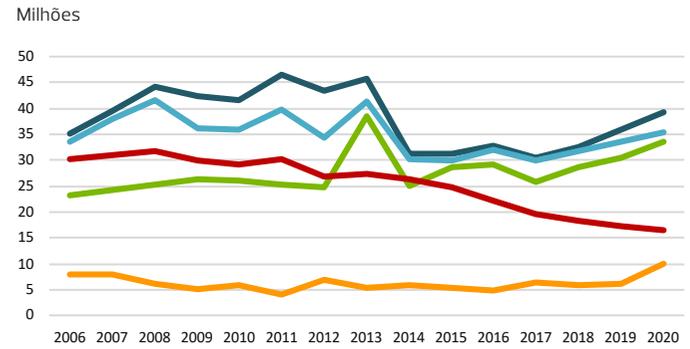
## Vila Velha de Ródão

3 287  
HABITANTES



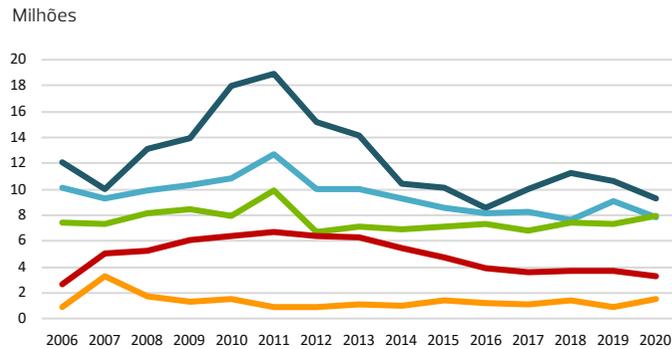
## Vila Verde

46 474  
HABITANTES



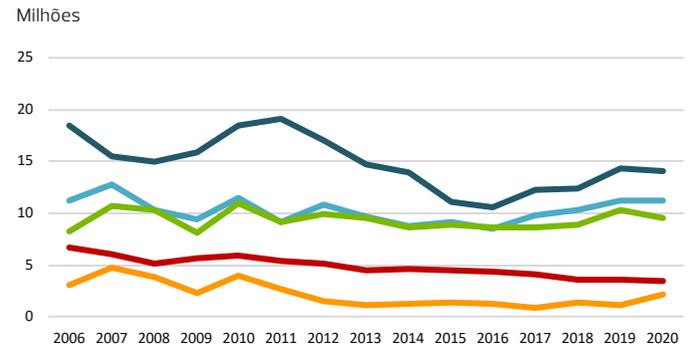
## Vila Viçosa

7 385  
HABITANTES



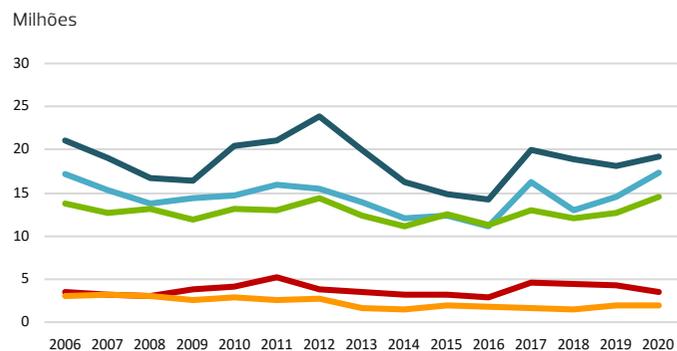
## Vimioso

4 154  
HABITANTES



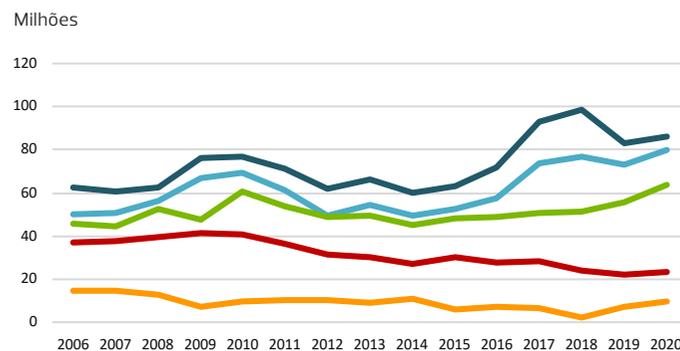
## Vinhais

7 772  
HABITANTES



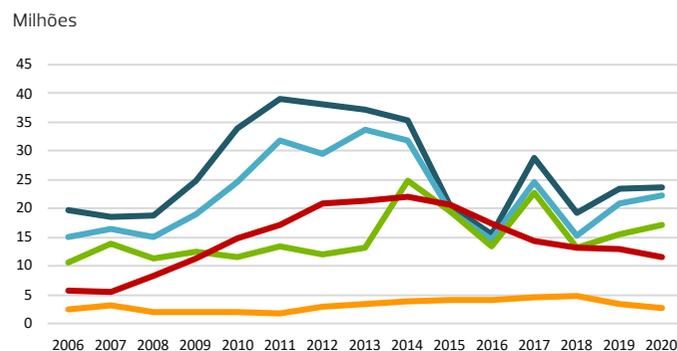
## Viseu

99 693  
HABITANTES



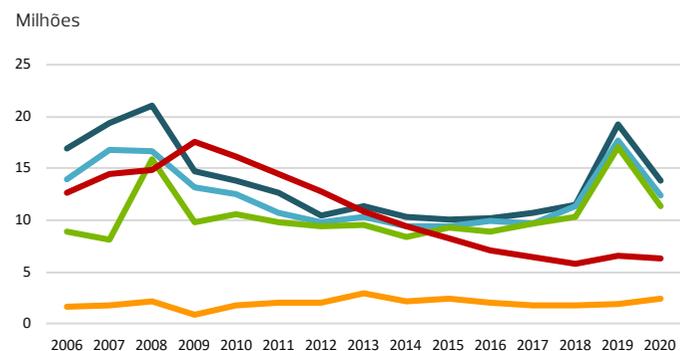
## Vizela

23 903  
HABITANTES



## Vouzela

9 588  
HABITANTES



- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
  - Despesas Comprometidas
  - Receitas Cobradas
  - Dívidas a Pagar
  - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.  
Médio <100 000 hab.  
Pequeno <20 000 hab.



## Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA)

O Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), unidade de investigação científica do IPCA criada em 30 de março de 2007, tem como Missão contribuir para o conhecimento nas áreas científicas da Contabilidade e da Fiscalidade, através da produção de investigação aplicada de qualidade e da disseminação e transferência de conhecimento para a sociedade.

O CICF tem relações estabelecidas com outras instituições de investigação científica, nacionais e internacionais, com o propósito de fomentar e melhorar a investigação científica aplicada ao contexto nacional, e mantém também um contacto permanente com agentes económicos, enfatizando a realização de projetos de investigação aplicada às regiões locais. São mantidas relações de cooperação com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento destes projetos.

De forma a promover a investigação aplicada e aprofundar o conhecimento nos temas mais relevantes e emergentes da Contabilidade e Fiscalidade, acrescentando valor nas áreas nucleares do CICF, este encontra-se estruturado em quatro grupos de investigação: Contabilidade Pública; Contabilidade e Responsabilidade Social; Contabilidade Financeira e de Gestão; e Fiscalidade.

**Investigadora**  
Maria José Fernandes

**Colaboradoras**  
Ana Maria Teixeira  
Ana Rita Abreu

## Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) – Universidade do Minho

O Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) é uma Unidade de I&D da Universidade do Minho em parceria com a Universidade de Évora, dedicado à atividade de investigação dentro do domínio científico da Ciência Política, articulando perspetivas diferenciadas, mas complementares nesta área. A estratégia de investigação do CICP, desenvolvida por quatro grupos de investigação interdisciplinares e interligados, engloba os domínios da Administração e Políticas Públicas e Relações Internacionais e sustenta o objetivo de promover para um ambiente de investigação que produza contributos relevantes para a Ciência Política. Além este objetivo principal, o CICP visa promover ações de formação contínuas, a organização e divulgação de atividades científicas, a prestação de serviços especializados à comunidade nos seus domínios de investigação.

### Investigadores

Pedro Camões  
Susana Jorge



**T**  
TRIBUNAL DE  
CONTAS



**IPCA**

**CICF**

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE



Universidade do Minho  
Centro de Investigação em Ciência Política